

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 188

JULHO — SETEMBRO

1945

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRETOR

CLAUDIO GANNS



1946

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — ERASIL

NOTA

Tôda a correspondência relativa à colaboração nesta *Revista*, bem como a referente ao serviço de assinaturas, permutas, etc., deve ser dirigida directamente à Sede do Instituto Histórico com o seguinte enderêço:

“Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Revista — rua Teixeira de Freitas n.º 4 — 1.º andar. Rio de Janeiro”.

RIO-BRANCO E O TERRITÓRIO DE PALMAS

(Excertos de um estudo)

HÉLIO LÔBO.

MÉTODO DE TRABALHO

A pesquisa era tanto mais intensa, quanto corriam os dias e não havia tempo de perder. No seu zelo da palavra precisa e da expressão adequada, pediu a Moore o equivalente inglês para termos técnicos, ao mesmo tempo que a decisão das cortes americanas em questões territoriais entre os Estados da União, naquelas das quais Cleveland tinha sido juiz Gresham advogado.

Com a legação em Bruxelas correspondeu-se sobre a imersão do terceiro satélite de Júpiter, observado a 5 de abril de 1759 na foz do Pepiri Guaçu, depois de explicar que o pêndulo de que se serviram os observadores de 1759 e 1760 funcionara mal, o que não podia causar estranheza, sabendo-se que os instrumentos não tinham a exatidão do cronômetro e sofriam os abalos consequentes da navegação em canoas e nas passagens rápidas no Paraná, no Uruguai e no Guaçu. Escreveu a Londres sobre as informações do diretor do Observatório Real de Bruxelas. Pôs em zelos o ministro em Portugal, telegrafando-lhe só contar com ele para as buscas em Lisboa. Estimulou a nossa representação em Madrid com pedidos e exortações sobre mapas, livros, pesquisas. À Legação em Buenos Aires solicitou a remessa de fotografias e outros dados sobre a questão. A Lenox Library, de New York, ordenou a Washington uma consulta sobre os

“Comentários” de Cabeça de Vaca, primeira edição de 1855, que sabia ali existente.

Mas o empenho maior estava em obter do Rio de Janeiro provas de nossa ocupação, enviar o General Cerqueira a Lisboa e Madrid, bem como obter de Levasseur uma superposição de mapas, que julgava decisiva. As indicações para a Secretaria de Estado eram precisas, porque queria provar e provaria ter sido o território ocupado tradicionalmente por brasileiros, sem impugnação pelos argentinos. Pediu as atas das primeiras eleições em Palmas, a estatística criminal, a nomeação de autoridades judiciárias e policiais, a arrecadação de impostos, indicando as datas: na eleição geral de 1856 ou 1857 já deviam ter votado cidadãos qualificados: a primeira nomeação de juiz municipal devia ter sido em 1878, quando foi criado o termo; em 1840 fora enviado para o território um capitão com uma companhia de municipais permanentes de São Paulo; em 1838 Rafael Tobias de Aguiar já falava em seu relatório da ocupação, etc. De longe Rio-Branco indicava fontes, sugeria, retrucava com segurança. Certa vez indicou para o Rio de Janeiro onde achar o plano original remetido por Vertiz ao vice-rei Vasconcelos, telegrafando: “Plano talvez esteja 6.114 ou 6.116 catálogo exposição”. E foi resposta: “Plano está 6.114 e vos será remetido”.

A ida do general Cerqueira à península ibérica foi solicitada pelo Barão,

mas o telegrama de resposta não chegou ao parecer extraviando-se. Rio-Branco investigou junto à agência telegráfica sem nenhum resultado. Afinal Dionísio Cerqueira pôs-se a caminho a 10 de novembro de 1893 e, quando chegou a Madrid, Rio-Branco lhe enviou pelo cabo a notícia de que tinha obtido carta branca para fazer a exposição do Brasil, acrescentando: "Agora, meu general, mãos à obra pela nossa terra." Munira-se Dionísio Cerqueira de uma lista completa do que ia buscar em Madrid, Lisboa e Simancas, com a recomendação de que fizesse copiar e remeter com urgência unicamente os documentos indispensáveis. "Decididamente", havia escrito Rio Branco antes da partida do general, "as buscas só podem ser proveitosas e rapidamente feitas quando dirigidas por quem conhece as questões que devem ser investigadas e esclarecidas." Isso ocorrera a propósito de mil páginas que a legação em Madrid fizera copiar antes sobre um convênio projetado em 1804 pelos espanhóis e de que apenas se aproveitava uma carta de Azara.

A lista de documentos para a busca, mostra quanto o Barão era senhor de seu terreno e quanto havia de profético na sua escolha como nosso advogado. Em cada um dos arquivos referidos, havia a indicação do que copiar e das alternativas no caso de resultado negativo. A Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, cooperava com Rio-Branco, não só lhe dando inteira liberdade como também fornecendo o que pedia. E assim, numa rede de pedidos e respostas que acompanhava também os passos do adversário, soubemos pela legação do Brasil em Lisboa quais os documentos que Nicolas Calvo mandara copiar naquela capital; pela legação no Paraguai fomos informados da visita do secretário da missão argentina Carlos Aldao a Assunção e

dos documentos que ali copiou; e pelo nosso representante em Madrid tivemos notícia de outros que o mesmo Aldao havia copiado na Espanha. Não havia nisso mais do que o trabalho normal de vigilância, sem expedientes que a ética profissional desautorizasse. Sobre certo documento relevante, a instrução de 1758, Aldao se mostrou surpreso em Washington que a tivéssemos, quando não figurava na lista dos documentos que havíamos copiado, lista que recebera na Espanha com a notícia da passagem do general Cerqueira por aquela país. Comentou Rio-Branco:

"A cópia isolada de um documento de poucas páginas, como é a instrução de 1758, podia não ter chamado a atenção do informante do Sr. Aldao, mas a visita de um general estrangeiro e ministro plenipotenciário, que em poucos dias examinou e fez copiar muitos manuscritos e mapas, não podia deixar de ser acontecimento notável nos arquivos em que foram executados estes trabalhos com a pressa que a urgência do caso requeria."

Na Espanha nem todos os funcionários públicos têm do segredo profissional a noção exata que se tem em Inglaterra, França e outros países. A prova está em que ao próprio general Castro Cerqueira foi entregue uma relação dos documentos que o Sr. Aldao ali fizera copiar. Se esta informação pôde ser prestada ao general, que pouco se demorou em Espanha, não é para causar estranheza que igual observância fôsse usada na mesma ocasião para com o Sr. Aldao, o qual teve mais tempo para estreitar relações com o pessoal destes arquivos e para penhorar a gratidão dos copistas que ali trabalham."

Mais tarde, quando estivesse terminado tudo, faria Rio-Branco um balanço dos seus esforços no preparo da defesa. Os nossos argumentos, expôs êle a 15 de março de 1895, não eram em geral conhecidos dos argentinos. Muitos haviam sido apresentados pelo conselheiro Paranhos na sua memória de 1857; pelo barão Araújo Gondim, na de 1882; por Teixeira de Melo, na sua memória reservada de 1883; e, principalmente, pelo Visconde Cabo-Frio, no seu contra-memorandum de 1884. A exposição submetida ao árbitro baseou-se não só nesses documentos, mas em outros achados depois de 1893, modificando-se assim, como se verá no capítulo seguinte, em pontos essenciais, a nossa anterior argumentação.

Escreveu Rio-Branco que, na sua memória, aludiu a documentos que apareciam pela primeira vez. E o fazia menos para “alardear descobrimentos pessoais ou entrar em competência com descobridores, verdadeiros ou supostos, de documentos decisivos,” do que para impressionar o árbitro favoravelmente. Na sua correspondência para a Secretaria de Estado, podia verificar-se que êle dirigia, ainda que de longe, as buscas de documentos, indicando às vêzes o arquivo e até o maço ou volume em que êles se achavam, segundo catálogos e outras fontes de informação diversa. Entendeu que devia reforçar assim as provas não conhecidas que possuía ao chegar e as que encontrou nos Estados Unidos da América, muito importantes e valiosas, remetidas pela nossa Secretaria de Estado. Dos colaboradores no estrangeiro prestou homenagem especial a Viana de Lima, ministro do Brasil em Lisboa, “o qual teve ocasião de empregar mais tempo, esforço e trabalho na pesquisa de documentos,” porque muitos foram os documentos que lhe pediu. E defendeu-se da suspeita de apoiar-se nos argumentos do Pai por piedade filial,

pois se fizera duas citações do Visconde foi porque nesses trechos estavam bem resumidos os princípios que tínhamos defendido na discussão de limites com as repúblicas vizinhas. Rematou o Barão no seu officio:

“Qualquer outro chefe da missão especial que tivesse exata compreensão da sua imensa responsabilidade perante o governo e a nação, nesta causa de tanto empenho para nós, teria procedido como procedi.

A ninguém disputo o mérito dos achados felizes: reclamo somente para mim o mérito, talvez inferior, de os haver promovido, de ter escolhido e coordenado as provas que me pareceram aproveitáveis ou mais convincentes e de ter apreciado êsses documentos a meu modo, tirando dêles todo o partido que foi possível no breve espaço de tempo de que eu dispunha e no atropelamento da última hora.

Alguns jornais do Rio de Janeiro, que acabo de receber, attribuíram-me descobertas de documentos que, de fato, foram achados por outros; e mostraram acreditar que a exposição submetida ao árbitro foi trabalho coletivo, quando a verdade é que, defeituoso e incompleto como está, êsse trabalho é todo meu. O presente officio retifica êsses equívocos, dando a cada um o que é seu.”

Mais:

“Outros jornais disseram que, quando fui nomeado, já eu tinha uma memória pronta sobre a questão. É também engano que devo corrigir. Eu tinha apenas, desde o voto do Congresso em 1891, o projeto de escrever um trabalho para ser oferecido ao governo depois de nomeada a missão especial dos Estados Unidos. A superintendência do serviço de emigração, de que três

vêzes pedi dispensa, e outras ocupações urgentes, me não deixaram realizar êsse projeto.

Só pude fazer entrega do cargo ao meu sucessor em 16 de março de 1893. Nove dias depois falecia inesperadamente em Washington o chefe da missão especial, e era-me oferecida a sua sucessão nos últimos meses do prazo e sem que para isso eu houvesse concorrido de modo algum porquanto não tinha publicado uma só linha sobre esta questão, e até para não parecer que era candidato ao pôsto que só por acaso me coube, deixei, em 1891 e 1892, de defender meu Pai de injustas censuras que lhe foram feitas por um dos impugnadores do tratado de 1890."

DOIS DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS

Fundava a Argentina os seus direitos nos tratados de 1750 e 1777, bem como no mapa de 1749 e nas instruções aos demarcadores, de 1758. A argumentação baseada naqueles tratados não seria nova, apesar de ser expressa neles o Pepiri e o contravertente, da pretensão brasileira. A novidade estava na maneira como Rio-Branco ia argumentar com um mapa de 1749 e a Instrução de 1758, destruindo, assim, as duas peças essenciais da defesa argentina.

Com efeito, as instruções dadas aos demarcadores, para execução do tratado de 1750, determinavam que a linha correria por aquêles dois rios, e assim ficou demarcado por espanhóis e portugueses em 1759 e 1760. Em 1788, porém, os comissários espanhóis descobriram na margem direita do Uruguai, acima da confluência do Pepiri Guaçu e, pois, mais para leste, em território português, a foz de outro rio. Baseando-se em supostos erros dos comissários em 1759 e 1760, pretenderam levar a linha de fron-

teira pelo novo rio, que denominaram Pepiri Guazu, e pelo seu contravertente a que deram o nome de San Antonio Guazu, rios ambos que figuravam nos mapas portugueses e brasileiros com os nomes de Chapecó e Chopim. Em 1881, a Argentina adotou as dúvidas dos comissários espanhóis de 1788, reclamando como fronteira o Chapecó e Chopim e rejeitando, assim, a demarcação de 1759 e 1760, feita de comum acôrdo e aprovada pelo governo de Madrid.

Para Rio-Branco a questão era, pois, provar que os demarcadores de 1759 e 1760 cumpriram as instruções dos seus governos quando demarcaram o Pepiri Guaçu da pretensão brasileira, explorando o seu contravertente, a que chamaram Santo Antônio. Essa prova, que antes não tinha sido possível, por não têmos podido argumentar com o original do mapa de 1749 e o texto verdadeiro da Instrução de 1758, o Barão ia oferecer de modo peremptório e definitivo. Assim que foi nomeado para a missão, pôs-se êle, desde Paris, à procura dêsses dois documentos, não descansando na pesquisa, com um faro instintivo de que estava no bom caminho. O mapa de 1749, também chamado das Côrtes, figurava na obra do Visconde Borges de Castro, mas o original se considerava perdido. Escreveu o Barão para amigos em Portugal e Espanha, entre êles Oliveira Martins, mas nem em Lisboa, Madrid ou Simancas pôde obter resposta favorável.

Partindo para os Estados Unidos, levou afinal Rio-Branco um *fac-simile* do mapa de 1749. Êsse mapa não tinha sido achado em Paris pelo Barão, conforme se escreveu depois e êle mesmo retificou. Fôra descoberto naquela cidade e em Madrid, no ano de 1892, pelo Dr. Lebreton, um dos comissários incumbidos de procurar nos arquivos da Europa documentos favoráveis à causa da República Argentina. Gabriel de

Toledo Pisa, ministro do Brasil na França, deu pronto aviso a Aguiar de Andrada, então de passagem naquela capital. Chegado este a Washington e sabendo que os argentinos diziam ter duas cópias do célebre mapa, o qual, segundo alardeavam, resolvia peremptoriamente a questão em seu favor, pediu Aguiar de Andrada cópia aos nossos representantes na França e na Espanha. Quando se dispunha a partir para os Estados Unidos da América em maio de 1893, Rio-Branco examinou rapidamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França o original que ali se guardava, sendo sua primeira impressão que esse mapa era contrário.

Até agosto do referido ano de 1893, manteve Rio-Branco essa convicção, baseada nos trabalhos dos jesuítas e, pois, considerando como o nosso Pepiri Guaçu um rio que nos mapas dêsses padres (1722 e 1732) e nos de d'Anville (1733 e 1748) desembocava na margem direita do Uruguai, um pouco abaixo do Salto, que entendia ser o da Fortaleza, como tinham afirmado alguns brasileiros ao combaterem na imprensa o tratado Bocayuva-Zeballos de 25 de janeiro de 1890. Estudando depois atentamente a descrição do alto Uruguai pelo Padre Losano, verificou o Barão que o Salto de que elle falava, constante nos mapas dos jesuítas, era o Salto Grande e não o de Fortaleza. Ficava fora de dúvida, então, que o Pepiri e o Uruguai-Pitã dos jesuítas desembocava abaixo do Salto Grande, sendo, portanto, rios mais ocidentais que os dois reconhecidos em 1759 pelos comissários de Portugal e Espanha. Certo deste ponto, Rio-Branco mediu a distância da foz do Pepiri à costa do mar e comparou a sua longitude com a do nosso Pepiri Guaçu, segundo o mapa da comissão mista brasileiro-argentina.

Ficou averiguado, assim, que a foz do Pepiri no mapa das Côrtes estava mais ou menos na mesma longitude que a do nosso Pepiri Guaçu e, que, referida essa foz ao ponto da costa marítima na mesma latitude, a distância era aproximadamente a mesma e resultava, nos mapas mais recentes e exatos, da diferença entre as longitudes dos dois pontos examinados. Os cálculos do general Cerqueira, para quem apelou Rio-Branco, confirmaram plenamente suas conclusões, chegando o contra-almirante Guillobel a idênticos resultados. Como, porém, o mapa de 1749 tivesse sido atacado pelos comissários portuguezes da segunda demarcação e, depois, por brasileiros que haviam discutido a questão, entendeu Rio-Branco que, para a reabilitação do documento e em benefício de nossa defesa, era conveniente valer-se do prestígio e da autoridade de um geógrafo acima de qualquer suspeição. Esse geógrafo era Emile Levasseur, então em New York de regresso de Chicago e a caminho de Paris, o qual confirmou depois, desta, inteiramente os cálculos do Barão. A apresentação dos trechos do mapa de 1722, dos jesuítas, e do de 1749, das Côrtes, postos na mesma escala e a superposição ao referido mapa de 1749 à cópia do de 1722, devem ter constituído no espirito do árbitro um dos argumentos decisivos em nosso favor.

Depois de julgada a causa, escreveu Carlos Aldao de Buenos Aires a Rio-Branco, em 12 de dezembro de 1895: "Volviendo a su obra, diréle francamente que lo que más me ha cautivado y aún sorprendido és la feliz inspiración contenida en presentar el mapa de las Cortes con la proyección en el de la comisión mixta, hecha por Mr. Levasseur. Creo que este mapa y las instrucciones de 1758, son los argumentos que han golpeado fuertemente el árbitro, destruido

la argumentación argentina y decidido la causa en favor del Brasil..." Rio-Branco explicou como havia mudado em agosto de 1893 a argumentação que tinha apresentado ao Ministério desde maio anterior. Como nunca se tinha comprometido por opiniões manifestadas na imprensa, podia sem inconveniente, nas suas próprias palavras, modificar as que constavam da sua correspondência anterior com o governo. Escreveu para o Rio de Janeiro:

"Peço agora licença para observar que a variação de plano, feita desde princípios de setembro, tornou a nossa defesa muito mais forte, pois antes admitíamos, e eu também, que o Pequiri demarcado em 1759 não era o rio representado no mapa de 1749, ou das Côrtes. Admitíamos, portanto, que esse documento fôsse favorável à pretensão argentina e explicávamos o procedimento dos comissários portugueses e espanhóis em 1759, mostrando que estavam autorizados para corrigir no terreno os erros que encontrassem no mapa oficial.

Fazíamos-nos fortes na posse do território disputado e no art. 8.º do tratado de 1777, que empregou os nomes adotados na primeira demarcação e, assim, a aceitou e ratificou implicitamente, quaisquer que tivessem sido os erros nela cometidos. Mesmo colocada assim, a nossa causa era excelente, e já em 1884 tinha o contra-memorandum brasileiro rebatido vitoriosamente todos os argumentos do memorandum argentino de 1883. Mas com o aparecimento do verdadeiro mapa das Côrtes e da instrução de 1758, e com o estudo comparativo desse mapa e dos anteriores, ficamos tendo a nosso favor todos os documentos sobre

que os argentinos procuravam fundar a sua pretensão, e pudemos basear a nossa defesa não só no tratado de 1777, e nas instruções espanholas que o acompanharam, mas também no de 1750 e em todos os documentos e atos da primeira demarcação."

A cópia do mapa das Côrtes, em poder de Rio-Branco, era um fac-símile autenticado, o que não acontecia com a que estava em poder do advogado argentino, como este reconheceu depois. Além disso, Zeballos pensava que o mapa fôra feito por geógrafos portugueses e espanhóis, quando a verdade era que tinha sido levantado em Lisboa por um geógrafo português, em duplicata. Restabeleceu a verdade Rio-Branco, parecendo-lhe que, para o levantamento do mapa teve parte principal, além de Alexandre de Gusmão, o inspirador do tratado do ano seguinte, o general Silva Pais que chegava do Brasil, em cuja parte meridional estivera cerca de catorze anos. Exibindo cópia do mapa original, pôde escrever Rio-Branco na sua memória, que o rio Pepiri estava nêle representado como o primeiro acima do Salto Grande do Uruguai, isto é, o mesmo rio que os brasileiros defendiam como a sua fronteira.

Com relação à instrução de 1758, o original tinha sido descoberto exclusivamente pelo Barão. Andava êle numa procura intensa de documentos quando, lendo um trabalho de Varnhagen, verificou que todos os papéis do Marquês de Valdelírios, comissário espanhol, estavam no arquivo de Simancas. Telegrafou e escreveu a Francisco Cunha, que encontrou a Instrução em cópia anexa à carta de 20 de fevereiro de 1760, assinada por aquele comissário.

Teve Rio-Branco grande alegria quando recebeu a cópia da Instrução. A Dionísio Cerqueira, então em Chicago,

telegrafou a 28 de outubro de 1893: "Instrución nada diz sobre Uruguai Pitã nem sobre isla montuosa nem sobre arrecife dentro ou fora da boca. Viva o Brasil!" Os espanhóis, com efeito, depois de 1789, e os argentinos, desde 1883, se referiam a um trecho que lhe era atribuído pelos primeiros. Esse trecho descrevia o Pepiri "caudaloso con una isla montuosa frente de su boca y un grande arrecife dentro de su barra."

Ele fôra acrescentado, o que permitiu Rio-Branco, seguro do seu direito, afirmar ao árbitro: "Nada de Pepiri águas acima do Uruguai Pitã; nada de ilha Nemorosa; e nada de recife dentro ou fora da boca do Pepiri." Desde que Zeballos soube Rio-Branco de posse da instrução de 1758, compreendeu, segundo declarou a este, que sua causa estava mal parada. Desaparecia assim um dos dois documentos que o governo argentino, aliás de boa-fé, considerava fundamentais à sua defesa, dando crédito às invenções de demarcadores espanhóis depois de 1777. Daí escreveu o Barão em sua memória sobre a instrução: "Agora, nesta última e suprema instância do pleito iniciado há mais de um século, ela aparece pela primeira vez para fazer triunfar a causa da verdade e da justiça e vingar a memória dos demarcadores portugueses e espanhóis de 1759."

No exame que fêz para o Rio de Janeiro da memória argentina, ressentiu-se Rio-Branco porque o advogado argentino se referiu a Levasseur como estando "ao serviço da propaganda do Brasil na Europa." Economista ilustre e geógrafo respeitado em França e no mundo inteiro, comentou, nunca esteve ao serviço de propaganda alguma. Escreveu, com êle,

Rio-Branco, e outros colaboradores um trabalho sobre o Brasil para a *Grande Encyclopédie*, como tinha sobre muitos outros países, inclusive a República Argentina. Levasseur vivia modestamente de seus vencimentos de professor no Colégio de França e no Conservatório de Artes e Ofícios, bem como dos direitos de autor pelos seus trabalhos. Por ocasião do processo contra os diretores da companhia do Canal do Panamá, foi chamado a depor, sendo recebido com palmas, pois, tendo sustentado, como membro do Instituto, a possibilidade prática e a conveniência do canal, recusara as ações que seu velho amigo Lesseps lhe oferecera, não porque houvesse ofensa no oferecimento, mas para que sua imparcialidade de cientista não pudesse ser suspeitada. Escreveu Rio-Branco:

"O trabalho que encomendei ao Sr. Levasseur custou apenas 88 francos, que foram pagos ao Sr. Lejeaux, um dos desenhistas geógrafos da casa Delagrave, estando incluído naquela quantia o preço de algumas cartas marinhas que foram compradas.

Na carta de remessa, e em outras que me escrevi, o Sr. Levasseur não se pronunciou sobre a nossa questão de limites. Ainda em carta de 26 de maio de 1894, depois de ter lido a exposição que submeti ao árbitro, exprimia-se com esta reserva: "... Je ne connais pas les arguments que le représentant de la République Argentine pourra opposer à ceux que vous donnez, et par conséquent je ne puis porter un jugement définitif, jugement qui d'ailleurs est sans intérêts, puisque je ne suis pas juge du différent..."

RIO-BRANCO E "L'ILLUSTRATION"

ROBERTO ASSUMPÇÃO

Durante a guerra do Paraguai, os jornais europeus recebiam constantemente da América do Sul correspondências e informações sobre os acontecimentos militares mais importantes, muitas vezes acompanhadas de croquis ou desenhos.

Em "L'Illustration" de Paris essas informações obtinham grande destaque.

Rio-Branco, estudante de Direito em São Paulo e no Recife, foi dos colaboradores mais assíduos em 1865 e, principalmente, em 1866. Em 67 viajou pela Europa sendo forçado a interromper as atividades que recomeçaram intensamente no ano seguinte, declinando de novo em 69 e 70.

No livro de reminiscências escreve Raul do Rio-Branco: "Durante as hostilidades obtive meu Pai da "Illustration" de Paris, a representação da revista, à qual enviava resenhas resumidas das batalhas bem como desenhos dos grandes acontecimentos, como se vê nos números de 1865 a 1870, entre os quais a batalha de Riachuelo, o assalto de Uruguaiana, a rendição de Estigarribia, o assalto de cavalaria a São Borja etc. Assim êle iniciava desde rapaz — quando a reportagem fotográfica mal começava e os recursos financeiros dos jornais eram poucos — a vulgarização das coisas e homens do Brasil no estrangeiro, que tanto o absorveu depois". (1)

Ainda sobre essa fase anota Alvaro Lins: "Entre 1865 e 1870 deram-lhe

a representação e a correspondência de "L'Illustration" revista de Paris. Assinava às vezes "Paranhos" outras vezes usava um pseudônimo francês. Muitas fotografias publicadas na revista trazem a legenda "D'après les croquis de M. Paranhos". (2)

A essas duas indicações talvez as únicas até agora divulgadas, acrescentaremos os resultados de pesquisas realizadas na coleção de "L'Illustration" (1865-1870) pertencente à Biblioteca Nacional.

Convém apreciar separadamente as correspondências e os croquis.

As primeiras eram quase sempre resumidas na redação do jornal ou reproduzidas parcialmente. A um dos comentaristas efetivos, Gestère, cabia geralmente a tarefa. Sem dúvida, muita informação enviada por Paranhos foi resumida por Gestère e, daí, a suposição do pseudônimo francês de Rio-Branco. No entretanto do original francês verifica-se quase sempre a indicação: "pour extrait."

Além de Gestère assinavam notícias sobre os acontecimentos do Paraguai: P. Paget, Vicomte F. de B., A. de Lostalot, P. Collarès, René du Merzer, John le Long e vários outros.

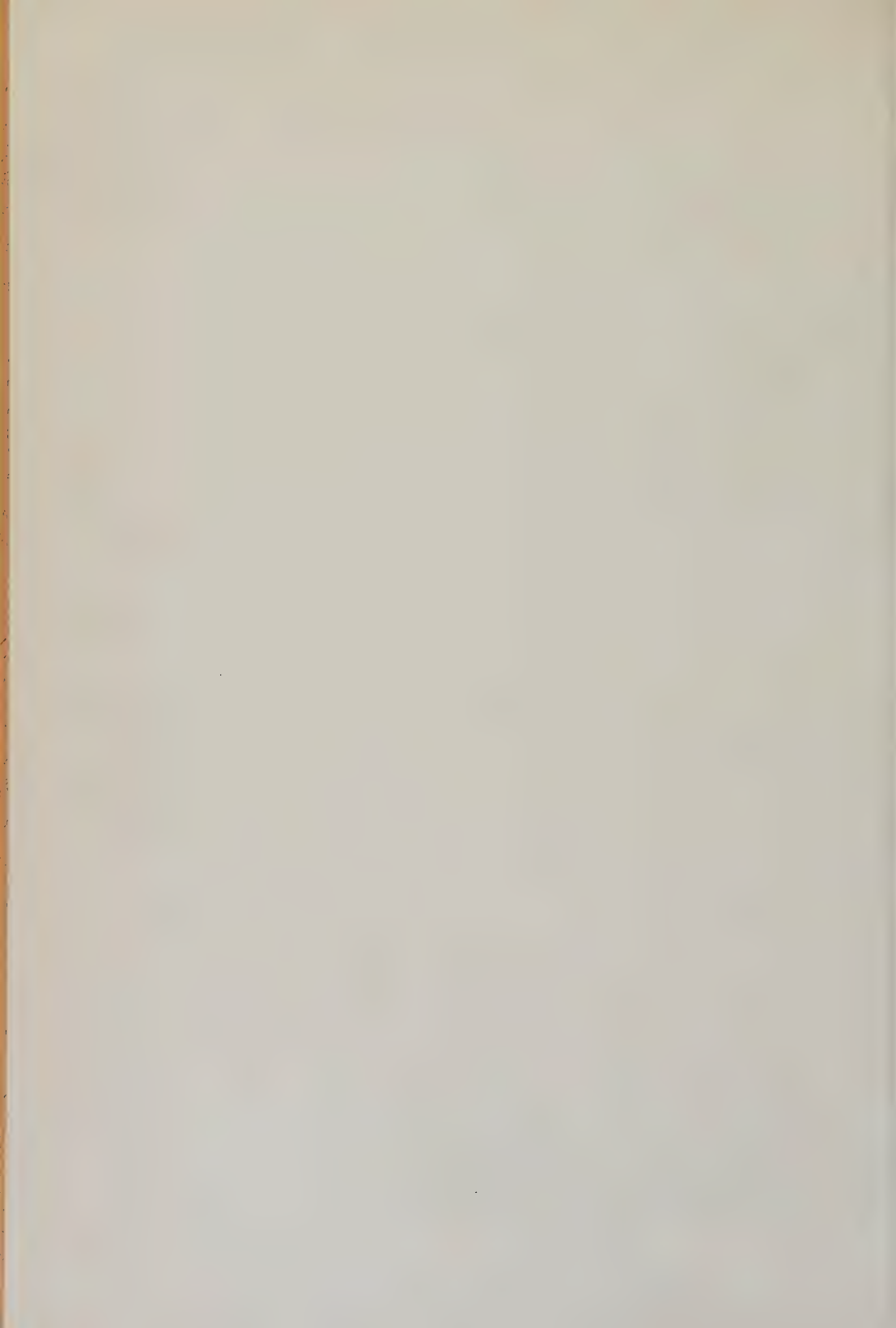
É certo, porém, que Paranhos Júnior estava entre os correspondentes mais ativos. Às vezes, recebendo simultaneamente as mesmas notícias de diversos

(1) Raul do Rio-Branco, *Reminiscências do Barão do Rio-Branco*, p. 43.

(2) Alvaro Lins, *Rio-Branco*, vol. I, p. 53.



Expédition brésilienne pour Matto-Grosso. — Campement de la division expéditionnaire dans les forêts vierges de Goyaz, a Rio des Bois. — D'après un croquis envoyé par M. Paranhos Junior.





Arrivée les remparts brésiliens à Corrientes (Parana) pour l'armée d'opération. -- D'après les croquis envoyés par M. Paranhos junior.



GUERRE DU PARAGUAY. — Prise de la batterie de Curuzú (3 septembre) par le 2^e corps d'armée brésilien, sous les ordres du lieutenant-général vicomte de Porto-Alegre. D'après un croquis de M. Paranhos.



GUERRE DU PARAGUAY. — Passage d'Humaita, le 19 février, par une division cuirassée de l'escadre brésilienne. —
D'après un croquis de M. Paranhos.

colaboradores e não querendo dar preferência a qualquer delas "L'Illustration" reunia-as tôdas e publicava a informação numa única notícia. Foi o que fêz A. de Lostalot escrevendo: "Le dernier paquebot de la Plata a apporté de très importantes nouvelles de la Guerre du Paraguay. Ne pouvant publier simultanément trois lettres que nous avons reçues accompagnées de documents de toute sorte, nous ne voulons donner la préférence à aucune d'elles. Nous allons prendre un peu partout les éléments de notre récit et nous remercions nos excellents correspondants MM. Paranhos Junior, Lucien Choquet e J. Santon, des détails très explicites qu'ils nous ont envoyés." (3)

Entretanto, uma dessas cartas de Paranhos vem publicada na íntegra no número de 18 de abril de 1868. Tem como título: Evénements du Paraguay — Prise du Fort Establecimiento.

É a única de sua autoria comprovada e, por isso, vale transcrevê-la:

Au Directeur

Rio, le 1^{er} de mars 1868.

De retour dans mon pays, je recommence à vous envoyer tout ce qui peut être intéressant pour les lecteurs de l'Illustration. Cette fois, les nouvelles de la guerre du Paraguay sont d'une importance décisive. Le passage d'Humaita par une division cuirassée de l'escadre brésilienne, passage déclaré impossible par plusieurs officiers des marines étrangères, place la marine brésilienne, déjà très-estimée depuis la bataille de Rio-Chuelo, à côté des plus belles marines du monde. Le passage d'Humaita est peut-être un fait plus remarquable que le hardi fait d'armes de l'amiral Ferragut devant la Nouvelle-Orléans. D'un autre côté, la prise du Fort Esta-

blecimiento, par le maréchal de Caxias, a rendu la position de Lopez insoutenable. La division brésilienne qui a forcé, le 19 février, le passage d'Humaita, s'est présenté devant la capitale de la République, Assomption, qui se trouvait abandonnée. Tout fait croire que la guerre finira dans un mois ou même plus tôt. En vous annonçant ces événements, je vous envoie deux croquis et le portrait de l'amiral vicomte d'Inhaüma. Le portrait du marquis de Caxias a été déjà publié dans l'Illustration.

Le vicomte d'Inhaüma (Joaquim José Ignacio) est né le 30 juillet 1808. En 1822, il finissait ses études à l'École de marine de Rio de Janeiro, et entra dans la marine comme enseigne. C'était l'époque de l'indépendance du Brésil. Il fit, avec lord Cochrane (comte de Dundonald et marquis de Maranhão), la campagne de l'indépendance, sur le vaisseau D. Pedro I^{er}. Dans la guerre entre le Brésil et la République Argentine (1825-28), il se couvrit de gloire. Lors du blocus de Bahia, en 1839, il accrut encore sa réputation de bravoure et de capacité. Il servit après dans le Rio-Grande du Sud (1841-45), alors en révolution. Envoyé, en 1846, en mission en Angleterre, il était de retour en 1848 et reçut, dès son arrivée, le commandement de la division navale en opérations contre Pernambuco, alors agitée par la guerre civile. Lors de l'attaque de la ville de Recife par les rebelles (2 février 1849), il débarqua avec ses garnisons et l'affaire, grâce à lui, finit par la victoire du gouvernement. — Dans la guerre actuelle, M. d'Inhaüma s'est signalé par plusieurs faits brillants, parmi lesquels nous citerons le bombardement de Curupaity (2 février 1867), le passage dangereux de cette forteresse (15 août) par l'escadre cuirassée, et les dernières et récentes opérations en face d'Humaita.

(3) *L'Illustration*, vol. XLVII, n.° 1.215, 9 Juin 1866, p. 359.

Le vicomte de Inhaüma représente une des figures les plus remarquables du parti conservateur du Brésil.

Il a été déjà ministre de la marine, depuis le 2 mars 1860 au 24 mai 1862; il est membre du Suprême Conseil militaire de Justice et du Conseil naval, vice-amiral, gentilhomme de la Cour et Grand de l'Empire, commandeur des Ordres brésiliens de la Rose, du Christ et d'Aviz, officier de la Légion d'Honneur de France et de la Tour et l'Épée du Portugal.

Paranhos

No que se refere aos croquis nada menos de oito são publicados sob a responsabilidade de Paranhos Júnior e vão todos reproduzidos adiante.

São êles:

- 1) Expédition brésilienne pour Matto Grosso. — Campement de la division expéditionnaire dans les forêts vierges de Goyaz, à Rio de Bois. — L'Illustration, vol. XLVII, n.º 1199 — 17 Février 1866, p. 100.
- 2) Arrivée des renforts brésiliens à Corrientes (Parana) pour l'armée d'opération. — L'Illustration, vol. XLVII, n.º 1199 — 17 Février 1866, p. 101.
- 3) Prise de la batterie de Curuzú (3 septembre) par le 2e. corps d'armée brésilien, sous les ordres du lieutenant-général vicomte de Porto-Alegre. — L'Illustration, vol. XLVIII, n.º 1233 — 13 Octobre 1866, p. 316.
- 4) Passage d'Humaitá, le 19 février, par une division cuirassée de l'escadre brésilienne. — L'Illustration, vol. LI, n.º 1312 — 18 Avril 1868, p. 244.

- 5) Prise d'assaut de la forteresse d'Establecimiento, le 19 février 1867. — L'Illustration, vol. LI, n.º 1312 — 18 Avril 1868, p. 245.
- 6) Aspect intérieur de la cathédrale d'Humaitá. — L'Illustration, vol. LII, n.º 1335 — 26 Septembre 1868, p. 196.
- 7) Aspect de la cathédrale d'Humaitá, après la prise de la place. — L'Illustration, vol. LII, n.º 1335 — 26 Septembre 1868, p. 196.
- 8) Le Révèrend Père Esmerata, aumônier de l'Escadre brésilienne, exhortant les Paraguayens à se rendre. — L'Illustration, vol. LII, n.º 1.335, 26 Septembre 1868, p. 197.

Os croquis e desenhos de "L'Illustration" sobre a Guerra do Paraguai tem também, como as correspondências, vários autores: Mynssen, P. Blanchard, Francisco Rubio, Meyer, Maxime Alves, Felix Vogeli, entre outros. Justamente os atribuídos a Paranhos, pelo Embaixador Raul do Rio-Branco são de alguns desses colaboradores. Por exemplo: os relativos à batalha do Riachuelo e ao assalto de cavalaria a São Borja, foram identificados como de autoria de Felix Vogeli e Mynssen respectivamente; sobre o assalto de Uruguaiana encontram-se apenas notícias e o retrato de Estigarribia é publicado "d'après Sisson".

Entretanto, outros sem assinatura, apenas com a referência "de notre correspondant spécial" são, sem dúvida, de Rio-Branco. O mais sugestivo é o que tem por legenda: "Bataille de Piriz (16 et 18 Juillet), charge de la 7e. brigade brésilienne, colonel Paranhos, enlèvement des positions des paraguayens". (4)

(4) *L'Illustration*, vol. XLVIII, n.º 1.233, 13 Octobre 1866.



ÉVÉNEMENTS DU PARAGUAY. — Prise d'assaut de la forteresse d'Establecimiento, le 19 février 1867. — D'après un croquis de M. Paranhos.





Aspect de la cathédrale d'Humaitá, après la prise de la place.

D'après les croquis





Le Révérend Père Esmerata, aumônier de l'Escadre brésilienne, exhortant les Paraguayens à se rendre. — D'après les croquis de M. Paranhos.

Por êsses rápidos comentários verificou-se de pronto a ativa contribuição de Rio-Branco no esclarecimento da opinião pública européia sôbre os acontecimentos sul-americanos.

As informações por êle enviadas eram tanto mais úteis porque o comentário po-

lítico semanal de "l'Illustration" assinado por Auguste Marc apoiava-se decisivamente nesses dados. E quando Rio-Branco, em 1867, interrompeu a colaboração, logo se verificou brusca mudança na orientação daqueles comentários fazendo-se sentir a influência de notícias de outra procedência.

UMA VIAGEM DE PESQUISAS HISTÓRICAS (*)

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Tendo deixado o Brasil no dia 16 de julho de 1943, segui viagem de avião, via Pacífico, e desembarquei em Miami a 25, seguindo logo para New York, onde cheguei a 28 do mesmo mês e ano. Depois de apresentar-me à Fundação Rockefeller e às autoridades brasileiras, comecei os contatos indispensáveis à melhor coordenação dos meus planos de trabalho. Fui então a Washington a fim de conversar com o Dr. Lewis Hanke, diretor da Fundação Hispânica, de quem recebi valiosas sugestões, pessoalmente, e, mais tarde, sob a forma de um memorando sobre o material brasileiro existente nas universidades e bibliotecas americanas. Aproveitei essa minha ida a Washington para apresentar-me à Embaixada Brasileira e regularizar minha situação de funcionário estrangeiro nos Estados Unidos.

Os principais objetivos do meu trabalho eram: pesquisar e reunir documentos sobre a expansão holandesa para a América, especialmente para o Brasil; pesquisar material sobre a história brasileira; estudar a técnica de edição de livros raros e da publicação de documentos.

I. A PESQUISA

Iniciei minhas atividades em Nova York. À vista da riqueza do material existente na New York Public Library,

resolvi começar minhas pesquisas ali. Infelizmente, a maior parte dos manuscritos e dos livros raros tinha sido evacuada devido à guerra. Não obstante, consultando o catálogo, moderno e eficiente, pude verificar qual o material de que não dispúnhamos no Brasil e ordenar a futura microfilmagem das peças mais importantes, quando as mesmas voltassem às suas estantes. Isso foi tornado possível através do auxílio de 250 dólares concedido pela Fundação Rockefeller para a aquisição de material. Julguei um bom método, ao consultar o catálogo geral da Biblioteca, selecionar as obras que, pelo seu valor e sua inexistência no Brasil, devessem ser consultadas. Fiquei então surpreendido com o atraso bibliográfico das bibliotecas brasileiras. Calculei, pelo inventário que levantei dos livros de maior interesse para a história brasileira, que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro está aproximadamente atrasada uns 50 anos do ponto de vista bibliográfico, abstraindo de outros aspectos técnicos.

Esse inventário por nós levantado tinha duas vantagens iniciais. A primeira era a de servir para a bibliografia que há anos venho preparando para o Instituto Nacional do Livro sobre o período holandês no Brasil. A segunda era a de servir como um guia na seleção dos livros a serem consultados. Fiquei aproximadamente 1.500 obras de história relativas ao Brasil, ao período holan-

(*) Relatório apresentado ao Diretor do Instituto Nacional do Livro, da viagem de um ano aos Estados Unidos, com uma bolsa de pesquisas da Fundação Rockefeller.

dês no Brasil e assuntos correlatos. Guiado por êsse inventário, gastei boa parte de meu tempo na consulta desses livros, em virtude da circunstância atrás ressaltada do atraso da principal biblioteca brasileira em relação às principais bibliotecas americanas. Penso que se é verdade que a história é feita de documentos e textos, não é menos importante conhecer os resultados mais modernos dados ao público por autoridades no assunto, de modo que não se caia no perigo de descobrir de novo a América.

Considero valiosos os resultados do tempo gasto consultando todos êsses trabalhos modernos, pela melhor compreensão de vários problemas ligados à história brasileira e pela informação adquirida da moderna bibliografia histórica. Consultei ainda nessa fase do trabalho coleções de revistas eruditas de história ou ciências auxiliares, americanas, inglesas, holandesas e alemãs que não existem nas bibliotecas brasileiras ou cujas coleções não são completas.

Na Biblioteca Pública de Nova York encontramos folhetos de indiscutível valor para a história do período holandês, que não pudemos consultar por terem sido evacuados, mas cuja cópia microfilmada ordenamos. Entre êstes, convém citar o código *The Dutch on Brazil*. A lista dos folhetos existentes nessa Biblioteca e de que mandamos extrair cópias microfilmicas ou fotostáticas acompanha essa relação em anexo.

Visitei, ainda, em Nova York, a *American Jewish Historical Society*, que é muito rica em material relativo às atividades judaicas no Brasil durante o século 17. Os judeus representaram, no período colonial e particularmente durante o período holandês, um papel de grande importância. Julguei, pois, indispensável consultar a chamada coleção Samuel Oppenheimer, pertencente àquela sociedade. Minhas pesquisas aí foram

coroadas de muito bom êxito e microfilmei cerca de 700 páginas, inclusive alguns documentos muito importantes para o esclarecimento de certos aspectos da história brasileira que até hoje são obscuros ou não se encontram suficientemente esclarecidos. Os documentos dessa coleção foram trazidos na sua maioria do Arquivo Real de Haia e alguns do Museu Britânico. No que toca ao Brasil, tal coleção é superior à da Biblioteca do Congresso e só é inferior à coleção Joaquim Caetano da Silva, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou à coleção José Higino Duarte Pereira, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Convém lembrar que o manuscrito sobre a Congregação Sefárdica do Recife, copiada da Congregação Ets-Haim de Amsterdam, é documentada da maior importância para o estudo do período holandês no Brasil e das atividades judaicas no nosso país. Procuramos, em anexo, dar idéia dos documentos que contém, e que trouxemos em cópias microfilmadas.

Outras sociedades eruditas foram por nós visitadas em Nova York, a fim de verificarmos a existência de livros e panfletos relativos ao Brasil em suas coleções e a fim de tomar conhecimento de seus métodos de pesquisas e publicação. Estivemos na *Hispanic Society of America*, na *American Geographical Society*, na *New York Historical Society*, na *American Irish Society*, na *Netherland League of North America* e na *Morgan Library*.

Na Universidade de Colúmbia desenvolvi uma série de atividades: 1) Tive aulas de holandês com o Prof. Adrian Jacob Barnouw, que me dava duas aulas semanais particulares e que fez absoluta questão de não perceber qualquer remuneração, e ao qual sou profundamente grato. Fui-lhe apresentado por carta do Prof. Engel Sluiter, da Universidade de

Califórnia, que me deu, ainda, várias cartas para diversos professôres americanos, e com o qual mantive correspondência freqüente durante todo o tempo em que estive nos Estados Unidos. Devo também ao Prof. Engel Sluiter valiosas sugestões quanto ao material existente nas bibliotecas americanas sôbre a expansão holandesa para a América.

2) Consultei a biblioteca geral da Universidade, que é bem rica na bibliografia histórica. 3) Estando interessado no problema da metodologia histórica e considerando uma falha muito séria o fato de não existir no currículo das universidades brasileiras a cadeira de introdução à história, pois ela é um instrumento indispensável ao estudo e desenvolvimento da ciência histórica, manifestei ao Professor Frank Tannenbaum o desejo de assistir o curso dessa disciplina dado na Universidade de Colúmbia pelo Professor Cole e outros. O Prof. Tannenbaum levou-me ao gabinete do reitor da universidade e apresentou-me a ele. Em consequência dessa apresentação, fui considerado como "intellectual visitante" (*visiting scholar*) e pude assistir algumas aulas sem o pagamento de qualquer taxa. 4) Com relação ao problema da edição de documentos históricos e de livros raros, conversei com o Sr. Charles Proffit, diretor da Columbia University Press, que me apresentou aos Srs. William Bridgewater e J. Pearson Gould. Discutimos os vários problemas ligados a essa atividade e visitei a Columbia University Press, tendo oportunidade de consultar tôdas as publicações da Facsimile Text Society.

Deixei Nova York em direção a Washington no dia 17 de janeiro de 1944, e já no dia 18 tive com o Dr. Lewis Hanke uma longa conversação, após o que comeci meu trabalho na *Biblioteca do Congresso*. Iniciei minha pesquisa pela seção de manuscritos e ali encon-

trei uma boa coleção de documentos relativos ao Brasil, trazidos das bibliotecas e arquivos europeus pela missão histórica chefiada por Franklin Jameson e financiada pela Fundação Rockefeller nos anos de 1928-1932, com meio milhão de dólares. Entre os documentos de interesse para a história brasileira, é conveniente chamar atenção para os que foram copiados nos arquivos espanhóis, holandeses, franceses e ingleses. Os documentos copiados nos arquivos franceses, espanhóis e ingleses não são conhecidos e nem foram utilizados por historiadores brasileiros, mas convém frisar que tratam de detalhes ou minúcias, não sendo assim da maior significação para a nossa história. A lista dos mesmos vem em anexo.

Quanto à coleção holandesa, é mais rica e abrange de 1630 a 1650, incluindo documentos não conhecidos por Caetano da Silva e José Higino Duarte Pereira, que realizaram pesquisas nos arquivos holandeses. Não constam, assim, dos documentos que hoje possuem o Instituto Arqueológico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A lista dos documentos acompanha em anexo este relatório.

A coleção portuguesa possuía a *Relação do Brasil*, manuscrito inédito do século XVII, o qual, embora não contendo os informes da *Relação do Estado do Brasil*, documento publicado por Varnhagen, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é valioso pelos dados que presta.

A coleção americana revelou-nos a existência de dois manuscritos inéditos, escritos em inglês, da autoria do médico americano Richard Cleary, *Brazil under monarchy* e *Crônicas Lajeanas*. O segundo livro inclui o primeiro. Ambos trazem o seguinte subtítulo: "Um registro de fatos e observações sôbre as maneiras e costumes no sul do Brasil,

extraídos de notas tomadas no Brasil durante um período de mais de dez anos". Richard Cleary esteve no Brasil durante os anos de 1865 a 1885 e foi médico em Lajes (Santa Catarina) e no Rio de Janeiro. Seu livro contém valiosos dados sobre a história social brasileira e seria útil traduzi-lo e publicá-lo numa coleção de viagens. A cópia microfilmada desse livro foi feita dentro do acordo de troca concluído com a Biblioteca do Congresso pelo Instituto Nacional do Livro, por meu intermédio. Trata-se de um depoimento que só fôra antes consultado por Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

A seguir, consultamos o material existente na Seção de Livros Raros, onde encontramos muitos folhetos de grande raridade sobre o Brasil no século 17. Visitamos também a Divisão de Mapas, onde examinamos algumas cartas geográficas de grande interesse do século 16 e o Arquivo de Cultura Hispânica, dirigido pelo Dr. Robert Smith, onde se contém uma coleção quase completa de reproduções fotográficas de Eckhout, Wagner e Post, artistas holandeses do período holandês no Brasil. Ordenei cópias microfilmicas de todos os documentos para os quais chamei atenção aqui e de muitas reproduções do Arquivo de Cultura Hispânica.

Na Biblioteca do Congresso tive também oportunidade de promover o intercâmbio de cópias microfilmadas de documentos de interesse para o Brasil por livros brasileiros, entre a mesma biblioteca e o Instituto Nacional do Livro. Pedi ainda para este uma coleção de fichas impressas daquela sobre o Brasil, o que foi concedido.

Muitas vezes recebi pedidos de informação sobre o Brasil e obras e autores brasileiros do diretor da Divisão de Bibliografia e Documentos, Mr. Childs, às quais sempre me apressei em responder.

Enquanto estive em Washington tive oportunidade de convensar e discutir com Mr. Childs algumas providências a fim de obter melhor intercâmbio entre o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca do Congresso.

Estive também na Biblioteca Oliveira Lima, na Universidade Católica, onde encontrei bom material, especialmente alguns folhetos raros. Mas o material mais importante naquela biblioteca é, talvez, o constante da correspondência de Oliveira Lima com alguns escritores brasileiros. Infelizmente, meu trabalho foi dificultado pela ineficiência do serviço e pela manifesta má vontade do diretor, Sr. Manuel Cardoso, que não admitiu a microfilmagem da maior parte dos documentos que eu selecionei, sob o fundamento de que ele desejava publicar alguns desses documentos em revistas históricas americanas e que os outros deviam permanecer inéditos para uso dos professores e estudantes americanos. Devo lembrar aqui a intervenção do Prof. Waldo Leland, diretor do Conselho de Sociedades Eruditas (Council of American Learned Societies). Sua bondade não se manifestou apenas através dessa intervenção junto ao reitor da Universidade Católica, mas nas várias cartas que me deu para diversos professores de universidades americanas e que tinham o dom de abrir tôdas as portas e tornar ainda maiores as facilidades encontradas em tôdas as instituições americanas.

Fui também apresentado, pelo Dr. Waldo Leland, aos diretores do Arquivo Nacional, e fiz uma visita a essa instituição, encontrando aí um rico repositório de material sobre as relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos, contendo despachos consulares e diplomáticos desde 1809, notas, ofícios, papéis e relatórios.

Terminada minha tarefa em Washington, segui para *Chicago*, no dia 15 de abril de 1944. Minha primeira visita foi à *Newberry Library*, onde encontrei valiosa coleção de livros brasileiros, mas a maioria deles conhecida no Brasil. A Biblioteca da Universidade de Chicago não nos trouxe coisa alguma de novo, pois não é especializada em assuntos latino-americanos. Todavia, tive oportunidade de encontrar-me com vários professores e de estabelecer contatos que poderão ser de grande utilidade do ponto de vista intercâmbio, troca de informações, sugestões, etc. Fui também apresentado ao diretor da Chicago University Press, com quem mantive conversações sobre a política de publicações da Universidade.

Após uma estadia de dez dias, segui para Ann Arbor, onde visitei a Universidade de Michigan e sua biblioteca especializada em assuntos latino-americanos: a Clemens Library. Os livros ali existentes são bem conhecidos no Brasil. O material sobre Brasil não é dos mais ricos. Visitei também a biblioteca geral da universidade, porque tinha a indicação do Prof. Albert Hyma, que ali leciona, de que a biblioteca havia adquirido uma esplêndida coleção de fontes holandesas. Essas fontes, porém, eram especialmente importantes para a história holandesa nos séculos 16 e 17 e para a história das lutas pela independência dos Países-Baixos.

Era minha intenção avistar-me, também, com o Prof. Charles Wagner, que há vários anos vem trabalhando na edição crítica de El Caballero Cifar, mas isso não foi possível, por se encontrar o Prof. Wagner fora, quando eu ali estive.

No caminho de Ann Arbor para Boston, parei uma tarde em Detroit, a fim de visitar o Instituto de Arte, onde sabia existir um quadro de Frans Post, o qual examinei e do qual trouxe reprodução fotográfica.

Na Universidade de Harvard, comeci meu trabalho na Houghton Library, especializada em livros raros, documentos e manuscritos. Encontrei aí documentos preciosos do século 16 e 17, pertencentes à coleção Fernandes Palha e alguns panfletos holandeses do século 17. Ordenei a microfilmagem dos manuscritos de interesse para a história do Brasil que não existem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Os documentos encontrados estão especificados na lista que é anexada a este relatório.

Na Widener Library, biblioteca geral da Universidade, continuei a consultar algumas obras e coleções de revistas que estavam em minha lista bibliográfica e que não pudera ainda examinar. Encontrei toda a espécie de facilidades nas bibliotecas de Harvard University e penso que, levando-se em conta o tempo limitado que ali passei, vinte e cinco dias, foi esta uma das permanências mais proveitosas. Sou grato às provas de atenção recebidas do Prof. Clarence Haring, do Dr. Metcalf, bibliotecário-geral, e de Mr. Haynes, seu assistente. Tive a honra de encontrar-me com alguns professores holandeses e com o Prof. A. Colé, que ensina história econômica, e o reitor da Universidade.

Em Boston, visitei a Massachusetts Historical Society e a Boston Public Library, mas todo o material ali encontrado era conhecido.

Fui então para Providence (Rhode Island), onde está localizada a *John Carter Brown Library*, da Brown University, e que é a biblioteca mais rica nos Estados Unidos sobre a história colonial brasileira até 1800. Essa biblioteca possui, aproximadamente, 65% das obras existentes na Biblioteca de José Carlos Rodrigues. Aí encontrei folhetos espanhóis raríssimos sobre o Brasil e a *Propuesta de las advertencias* de Luís Alves. Barriga, manuscrito inédito desconhecido dos historiadores brasileiros

sobre o período holandês no Brasil. O material que selecionei ali e que mandei microfilmear constitui, com o que trouxe da American Jewish Historical Society, o mais valioso material inédito e desconhecido que pude trazer para o Brasil. Só esse documento de Luís Álvares Barriga compensa todos os esforços despendidos. Os folhetos espanhóis são da maior raridade e alguns vinham há muitos anos sendo cobichados pelos estudiosos brasileiros. Convém lembrar, por exemplo, que a edição francesa original de Guelen existiu na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas nós sabemos por experiência própria que há anos anda perdida.

A John Carter Brown Library possui também uma coleção excelente de panfletos ingleses sobre a história do açúcar, nas Índias Ocidentais, quando começou a concorrência do açúcar destas com o do Brasil. Sou grato ao Professor Lawrence C. Wroth, diretor da Biblioteca, e que procurou facilitar ao máximo o meu trabalho.

A Biblioteca geral da Brown University possui ainda a coleção Ticknor, constituída de livros sobre a América do Sul. Fiz então uma visita rápida de dois dias à biblioteca e às instalações da Universidade de Yale, pelo interesse de conhecer uma das mais antigas universidades americanas.

Após uma semana em Nova York, regularizando todos os papéis para a partida, segui para Miami, onde tomei o avião, via Atlântico, desembarcando em Recife, onde me demorei 15 dias.

A visita a Recife justificava-se pela necessidade imperiosa de consultar os documentos inéditos que compõem a coleção. José Higino Duarte Pereira, trazida por este dos arquivos da Holanda para o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Trata-se da mais rica coleção de manuscritos sobre o Bra-

sil holandês que consultamos. As pesquisas de José Higino foram realizadas entre 1885-1886 e apenas uma parte mínima foi traduzida e publicada na Revista do Instituto Arqueológico, pelo próprio José Higino e também por Alfredo de Carvalho. A coleção se compõe dos seguintes volumes: 1) *Brieven en papieren uit Brasilië* (1630-1654), 19 vols. in-folio; 2) *Dagelijksche Notulen van der hoogen en secreten raad in Brasilië* (1635-1654), 8 vols. in-folio; 3) *Extracten uit het register der missiven uyt de Verdaderinge der XIX*, 2 vols. in-folio; 4) *Vonnesjen*, 1 vol., in-folio; 5) *Relações Diversas*, 1 vol. in-folio; 6) Seis maços in-folio. Durante os quinze dias que passei no Recife trabalhei diariamente das 9 às 16 horas, consultando esta coleção, e pude anotar muito fato do maior interesse. Dactilografei mais de 100 páginas e tenho todo um caderno de notas. Visitei também alguns lugares históricos, tais como os montes Guararapes, onde se travaram as famosas batalhas de 1648 e 1649.

H. PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E EDIÇÃO DE LIVROS RAROS. TEXTUAL CRITICISM

Esta parte está intimamente ligada ao historiador que se preocupe com a adoção de métodos críticos aos estudos históricos. Não é possível ter confiança em documentos editados sem crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras da edição crítica. História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não pode merecer confiança nem respeito, nem se pode dar um desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução dos modernos processos adotados nos países mais adiantados. O mesmo se pode dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até hoje inexistente no currículo das universidades brasileiras.

A renovação dos estudos históricos nos tempos modernos se deu com a publicação da *Monumenta Germaniae Historica*. Os processos críticos adotados na investigação das fontes, na seleção do texto e na publicação de documentos imprimiram um novo caráter científico aos estudos históricos. O apêlo à exatidão e autenticidade vinha de há muito e a forgicação era já condenada, mas não se chegara a resultados práticos. O espírito do criticismo foi um fruto da Renascença, mas foi a reação à Reforma que forçou a inauguração dos métodos críticos, com a edição da *Acta Sanctorum*, pelo jesuíta João Bolland (1596-1655), de Antuérpia. Os beneditinos logo em seguida fundavam a paleografia, e Jean Mabillon (1632-1707), a diplomática. Tudo isso preparou o caminho para o criticismo de documentos, que veio a atingir seu ponto alto com os *Monumenta* e a se desenvolver dêste exemplo em novos processos que se manifestaram em vários países europeus e nos Estados Unidos.

Êstes reparos são feitos para mostrar que é lamentável que no Brasil continuemos a usar na publicação de documentos apenas da paleografia. Da competência do paleógrafo empírico depende até hoje a força e a verdade de nossa história, pois continuamos a publicar velhos documentos sem os processos do criticismo de texto. Não se selecionam os textos mais fidedignos, porque não se exerce o exame crítico para avaliar a evidência dos mesmos. Não se eliminam os resíduos de erros que os melhores documentos podem conter. Não se faz, enfim, nenhuma tentativa para sobrepor-se à tradição. Não se controlam nem tampouco se interpretam os documentos na tentativa crítica de escolher o texto mais digno de fé. Os métodos de publicação de documentos estão a exigir renovação.

O mesmo se pode dizer da edição de obras raras e valiosas. Aqui, as sugestões que recebemos da estadia e experiência nos Estados Unidos nos levam a fazer alguns reparos à política de publicações do Instituto Nacional do Livro.

Assim, por exemplo, deve-se saber de início, qual o objetivo que as publicações dessa instituição visam atingir, quando são escolhidas determinadas obras a serem editadas a preços populares. Se a finalidade é a de cultura popular, nada nos pode levar a escolher, a meu ver, a "Vida do Venerável Padre José de Anchieta", de Simão de Vasconcelos, autor dos setecentos, de linguagem dura e difícil, e cujo conteúdo não condiz com a educação popular. A política de edição teria que escolher e selecionar outras obras, cujas características as aproximassem do povo. É o caso das edições populares de obras literárias de bom gosto, boa linguagem e de maior intimidade com as realidades da vida popular. Ou, então, as grandes obras clássicas escolhidas para apurar o gosto popular, para enriquecer a cultura do povo. Parece que a finalidade de instituições oficiais de cultura como o Instituto Nacional do Livro tem sido a de atingir o povo, elevar-lhe a cultura, facilitar-lhe as possibilidades de educação. Mas não nos parece que tenham conseguido essa finalidade, pelas edições de obras não destinadas ao povo, mas de nítida e pura finalidade de altos estudos. Pensamos que a edição da "Vida do Venerável Padre José de Anchieta" ou da "História Militar do Brasil" de José de Miralles só pode ter a finalidade de fornecer aos centros de altos estudos históricos ou filológicos, às universidades de letras e filosofia bons e autênticos textos que sirvam aos estudos e trabalhos acadêmicos. Se é esta, então, não se poderia chamar Biblioteca Popular, nem os textos fornecidos seriam aceitáveis a

altos estudos, de vez que são feitos sem nenhum processo ou método crítico. É sabido que para a edição crítica é indispensável, com o trabalho preliminar, levantar o inventário bibliográfico da obra, comparar as várias edições, estudar-lhes os textos, anotar as variantes e, então, depois dêste exaustivo e paciente trabalho crítico, decidir-se pelo texto considerado melhor. Se houver manuscrito deixado pelo autor, observar-se-ão as variantes introduzidas por editores ou anotadores posteriores. Aí então se poderá ter segurança e certeza de que o texto escolhido é o melhor e mais fidedigno, devendo ser o adotado. Cabe aos especialistas da obra selecionada, ou conhecedores do autor indicado no plano, proceder a esta minuciosa investigação. A edição crítica, além de oferecer o bom texto, fornece-nos a introdução à obra e ao autor, e mais o aparato crítico-bibliográfico. Temos, então, a revisão, trabalho que exige um conhecimento especial, para êste caso de filologia, pois se tem de modificar a ortografia respeitando a morfologia quando a obra representa, além do valor histórico ou literário, uma fase da evolução da língua.

Ora, essas normas e cuidados não têm sido observados em sua totalidade nas edições do Instituto Nacional do Livro, parecendo-nos que sua aplicação se impõe, a par de uma revisão dos planos, em face dos objetivos novamente definidos de sua política de publicações.

Aliás, êsse fenômeno não é só do Brasil, mas existe ou existiu em outros países cuja extensão, pobreza e insuficiência de elementos educativos e culturais leva o governo a criar, num manifesto e saudável desejo de elevação do nível cultural do povo, organismos especiais para esta única finalidade. Nesse caso não padece de culpa o governo, que confia na sabedoria dos processos de edição dos seus técnicos. Se os organismos a que foram confiados êses tra-

balhos reformassem seus processos, seria, então, o caso de pleitear que normas gerais fôssem estabelecidas para as próprias casas editôras, algumas das quais reeditam, também, obras do maior valor e da maior significação para a cultura nacional, segundo padrões ainda piores do que os utilizados por institutos oficiais. É certo que duas ou três utilizam-se de métodos modernos, e a exceção vem confirmar a regra.

Estamos observando apenas o caso brasileiro, semelhante ao de outros países que foram obrigados a adotar tais processos devido à falta de facilidades e ineficiência das bibliotecas e, ainda, à inexistência de verdadeiros centros universitários.

Aliás, a adoção dos critérios aqui indicados são apenas os introduzidos e seguidos por Capistrano de Abreu nas edições críticas dos Diálogos das Grandezas do Brasil e da História do Brasil de Frei Vicente.

É com o melhor espírito de colaboração que fazemos êstes reparos, e que se não veja nêles senão o desejo de servir.

III. A METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Não é de hoje que se pleiteia o melhor preparo do historiador brasileiro. No entanto, na Faculdade de Filosofia, nos cursos de história, continua-se a ensinar essa ciência sem uma introdução aos seus métodos, filosofia, tipos e natureza. Não se ensina o que seja uma pesquisa, o documento, a crítica de documentos, o que sejam os processos de investigação histórica ou a evidência histórica, de modo que o aluno sai talvez sabendo a história universal ou pátria, mas não se lhe dão os instrumentos para que se torne um historiador.

Em tôdas as universidades americanas observamos a preocupação de iniciar o estudo da história com a metodologia histórica, para depois ensinar, num plano

superior, os fatos históricos. O mesmo se deveria fazer no Brasil e se alguma providência pudesse ser tomada para que esta falha fôsse suprida, dar-se-ia outro grande passo para o desenvolvimento da historiografia brasileira.

* * *

LISTA DOS DOCUMENTOS MANDADOS
MICROFILMAR PELA BIBLIOTECA DO
CONGRESSO DE ACÓRDO COM O PRO-
JETO DE INTERCÂMBIO POR LIVROS
BRASILEIROS, CONCLUÍDO PELO
FUNCIONÁRIO JOSÉ HONÓRIO
RODRIGUES EM NOME DO
INSTITUTO NACIONAL
DO LIVRO

DIVISÃO DE MANUSCRITOS

MANUSCRITS FRANÇAIS, BIBLIOTHEQUE NATIONALE:

- 1) N.º 23.042. *Advertissement qu'on donne touchant la navigation, traffic, pescheries, commerce et autres choses appartenants a la mer du Nort et de la Mer Oceane et des Indies ou trafiquent les Rebelles de...* Hollande, Zelande, et Frize circa 1616-1643. f. 55v. 90v.
- 2) N.º 9.097. 1.700, Sept. 4, Lisbon. Extract from a letter from de Rouille ambassadeur relating to gold from Brazil. f. 18-19.
- 3) N.º 4.826. *Memoire sur le commerce et la navigation...* commerce with Guinea and Brazil, Early 17th. century, f. 5-12v.
- 4) N.º 22.772. *Memoire sur le commerce des Hollandois*: f. 295-306.
- 5) N.º 22.799. *Memoire des curiositez de L'Amerique envoyees par Monsieur de Chasteau du Bois a Mons. de Villermont fils*. f. 275-277.
- 6) N.º 1.016 a) *Memoir on the French colony in the bay of Rio de Janeiro, 1555-1560; founded by Villegagnon*. f. 338-339. b) *Draft of note by Bernou to "Votre Altesse Serenissime", complaining that his compensation for services in Rome in the interest of the claim of Portugal to the colony of St. Sacrament has not been as promised*. f. 651-651v. c) *Memoire sur l'affaire des Missionnaires capucins du Bresil*. v. 672-673.

MANUSCRITS FRANÇAIS, BIBLIOTHEQUE NATIONALE, NOUVELLES ACQUISITION

- 7) N.º 2.721. *Memoir by Sebastier on the return of important duties paid on crude sugar from Brazil, that is reexported after being refined*. f. 47.
- 8) N.º 2.551. 1731. Dec. 18. Extract from a letter from a merchant of Lisbon, respecting precious stone found in Brazil. f. 149.
- 9) N.º 2.552. 1734, Sept. 14, Lisbon. Extract from a letter relating to the fleet from Rio de Janeiro and to news from Brazil. f. 120.

MANUSCRITS FRANÇAIS, BIBLIOTHEQUE NATIONALE, NOUVELLES ACQUISITIONS, ARNOUL

- 10) N.º 21.395 (1702). Various memoirs and other documents relating to B. Ayres, the Spanish Indies, Brazil, etc. f. 68-85.
- 11) N.º 21.395. a) *Memoir "Motifs et moyens de traiter beaucoup de Negres Ass.: Gallefet*. f. 59-62v. b) *Memoir "Du Com'ce Libre des Negres a la maniere des Portugais*. f. 63-64.
- 12) N.º 21.338 (1696, June 2, Roehertfort). *Memoir on the commerce of La Rochelle, by Phelypeaux*, f. 45-57v.

MANUSCRITS FRANÇAIS, BIBLIOTHEQUE NATIONALE, NOUVELLE ACQUISITION, BRIENNE

- 13) N.º 7.287. *Discours sur le fait des Indes*. f. 363-369v.

MANUSCRITS FRANÇAIS, BIBLIOTHEQUE NATIONALE, NOUVELLE ACQUISITIONS

- 14) N.º 3.155. *Memoire touchant le commerce que les Hollandois ont eue Indes Occidentales, en Afrique et le commerce (also Memoire des isles françaises de l'Amerique meridionale appelées Antilles)*. f. 235-282.

500 DE COLBERT

- 15) N.º 203. *Plan veritable de l'estat present des affaires de l'Europe (1656-1659, ca.)* f. 257-286.
- 16) N.º 204, 1669, Junho 10, Dec. 7. Colbert to M. de St. Romain, ambassador in Portugal, Commerce of Guinea and Brazil, f. 130, 131v.
- 17) N.º 438. *De places fortes en Indes Orientales; en L'Amerique et en Afrique* te-

nues par les Compagnies des Indes Orientales et Occidentales, sous la souveraineté des Etats des P. U. des P. Bas. f. 443-445. (also) Relation de Bresil, f. 587-589.

AFFAIRES ETRANGERS. MEMOIRES ET DOCUMENTS, FRANCE

- 18) N.° 2.008. Observation importante sur la traite des esclaves a la Cote de Guinee et les moyens d'obliger les Portugais a abandonner la culture de leur plantation de sucre au Bresil (1745 ca.) f. 167-178.

BIBLIOTHEQUE NATIONALE, MELANGES DE COLBERT

- 19) N.° 31. Part I. Propositions pour faire une Comp. en France pour les Indes Occ., by Blaeu, p. 424-429.
- 20) N.° 31, Part II. f. 466-468. (Comunicação dos Estados Gerais ao Emb. Caron sobre a captura da Baía de Todos os Santos. Trad. franc.)
- 21) N.° 116, 1663, Nov. 9, Dunkerk (N.) Naquart to Colbert. His secret mission to Holland to gather information respecting the East and W. Indies. f. 205-207.

BIBLIOTHEQUE DE L'INSTITUT DE FRANCE, COLLECTION GODEFROY

- 22) N.° 62. Advis de Isaac le Maire pour l'établissement d'une Compagnie en France. p. 8-14v.
- 23) N.° 495. Les généraux et particuliez motifs de la disgrace de D. Gaspard de Guzman, comte (d'Olivares), duc de San Lucas... arrivée en Janvier, 1643. p. 243-274.
- 24) N.° 496.
- List of the Spanish possession in various parts of the world. f. 18.
 1643. Memoir on the causes of the disgrace of the Conde d'Olivares. Loss of Pernambuco and Brazil. f. 94-121.
 1656. Dec. Letter to Mazarin, proposing an alliance with Portugal against Spain. American possession, recapture of Pernambuco from the Dutch. f. 127-128.
 - Estats des vaisseaux, capitaines, gens de guerres, vivres et munitions qui sont en l'armée que Drack, Anglois, a mené aux Indes. f. 109-110v.

- 25) N.° 29. La defaite navale des trois mil, tant espagnols que portugaes, mis et taillez en pieces par les Hollandois a la Baye de Todos los Sanctos. Traduite de Flamand en François. A Paris, M. DC. XXV. (16 p.) f. 53-59v.

N.° 32. Extraordinaire, du XIII Mars, MDCXXXV, contenant la Prise de Philippia, dans Paraiba, sur les Espagnols par les Hollandois. Et les propositions faites par L'Empereur aux Etats de Hongrie. f. 125-126v.

N.° 132. Extraordinaire du XV. Decemb. M.DC.XXXIV, contenant 1. le Rapport de l'Estat des I. Occs., fait par los Directeurs Hollandois qui en sont naguere venus. f. 127-128v.

ARCHIVO GENERAL DE LAS INDIAS, SEVILLA INDIFERENTE GENERAL:

- 26) 147-5-19. Mar. 5, 1630. Junta de Guerra das Indias. 22 p.
- 27) 147-5-19. May 12, 1628. Junta de Guerra das Indias, p. 14-27.
- 28) 147-5-19. Feb. 27, 1640. r p. (6).
- 29) 147-5-22. June, 5, 1638. Junta de Guerra de Indias, 11 p.
- 30) 147-5-22. 1638. Oct. 14. Consejo de Indias dice lo que se le ofrece habiendo visto la Consulta de la Comisión de Millones que vino con una orden de V. M. sobre el medio que propone para ecusar los fraudes que se siguen al nuevo derecho que se ha cargado en la Azucar que viene de las Indias. p. 7-10.
- 31) 147-5-21. N.° 2, 1636. Dec. 22. Junta de la guerra das Indias. 2 p.
- 32) 147-5-26. 1629. Mar. 5, Junta de Guerra de Indias satisfice una orden de V. M. en que mandava dixese la Junta lo que sería bien lleve D. F. de Toledo en la Jornada que va a hacer. p. 14-43.
- 33) 147-5-26. Junta de Guerra de Indias sobre la Instrucción que se ha de dar a D. F. de Toledo en su jornada a las Indias, 1629. p. 43-55.
- 34) 147-5-26. Consejo de Indias dice lo que se le ofrece en orden a la defensa Universal de las Indias, satisfaciendo a una de Vuestra M. en que le manda diga los medios que pueden aplicarse para su conservación. 1669. p. 55-65.
- 35) 147-5-20. Junta de guerra de Indias sobre lo que conviene ordenar y disponer para que se apresten los navios de la Corona

de Portugal e V. M. ha mandado se den para que sirvan en la Armada que ha de ir a las Indias por la Plata el año que viene. 1633. p. 30-33. p. 53-57 (súplica de Pedro Colona a Diego Suarez dificultando a ordem).

- 36) 147-5-22. 1638. May 12. Junta de guerra de Indias. (10 navios da Hollanda com socorro para Pernambuco). 26 p.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS

Estado
Legajo 2.362 moderno
Legajo 6.995 antiguo

Cartas relativas ao estado da disputa entre Espanha e Portugal sobre o Brasil:

- 37) N.º 389. 8-12-1776. 13 p.
38) N.º 388. 15-10-1776. 6 p.
39) N.º 402. 6-12-1776. 7 p.
40) N.º 408. 13-12-1776. 5 p.
41) N.º 412. 20-12-1776. 4 p.
42) N.º 330. 16- 8-1776. 6 p.
43) N.º 435. 24- 1-1776. 5 p.
44) N.º 463. 28- 2-1777. 3 p.

PORTUGUESE COLLECTION

- 45) Alvares da Cunha, Antônio. Relação do Estado do Brasil. 4 p.
46) (Miscellaneous). Ac. 4.312. Add. 18. 1 p. (petição).
47) Brazil, 1886-1890, Clerary, R. Chronicas Lageanas. Ac. 946. Ac. 2.451. 4 p. in., 385 p.
48) Cleary, R. Brazil under the Monarchy. Introduction, 11 p.

DUTCH MANUSCRIPTS IN THE LIB. OF CONGRESS RELATING TO BRAZIL, ca. 1630-1650.

- Rapports van Brasilië. Ac. Dr. A. 377.
49) N.º 1. Cope van Rapport van de Hr. Nobel. 1636. 30 f.
50) N.º 3. Extract "uyt het Hans Resolutie Booch van der Wycamer". 8 f.
51) N.º 6. Rapport by Commissarissen... Vergadering der XIX van de W. I. Comp. 12 Feb. 1642. 4 f.
52) N.º 11. Consideratie ouer den tegenwordigen gelentheit van Brasil. no date. 4 f.
53) N.º 13. Declaration of the minority of shareholders of the West-India Comp.

regarding purchase and sale of its stocks, dated 23 Feb. 1643. 34 p.

- 54) N.º 16. Aende Ho. Mo. Heeren Staten Generalen der Vereen. Nederl. 1637, Feb. 17. p. 15-19.
— Consideration op de handelen ofte... vande particuliere handel in Brasil, p. 20-25.
— Aende Ho. Mo. Heeren Staten Generalen der Vereen. Nederl. p. 26-28.
— Copia vande brief geschreven by de h. Mattijas van Collen. 1637, Aug. 22. p. 29-32.
— Eennige consideratie... van de particuliere handel in Brasil. p. 33-35.
— Extract uyt het registe der... vande Ho. Mo. Heeren Stat. Gen. der Vereen. Nederl. p. 36-39.
— ..., die der Comp. heeft gehadt... begin der vry handel..., p. 40-43.
— Discours..., p. 43-48.
— Radenen... handel of Brasil, p. 49-83.
55) Resolutien raeckende Brasil beginnen met den jaere 1649 eyndigen metten jare daervolgende. (Jan. 9, 1649-Dec. 29, 1649) 259 f.

MISCELLANEA

- 56) N.º 7. Generalregister van de tegenwoordige... der militar in Brasil... 5 Nov. 1649. 4 f.
57) N.º 8. Extract uyt de Resolutie van de Heeren Staten van Hollandt en de West-Vriesland (saecken, Brazil) 11 Sept. 1649. 12 f.
58) N.º 10. Extracte uyt Register der Resolutien van de Hoog ende mogen. Heeren Staten Generael der Vereenichde Nederlanden in Saecken van de West Ind. Comp. Lunae den 3 Jan. 1650. 12 f.
59) N.º 12. Letter to the Staten van Hollandt en Westvrieslandt on the affairs of the West India Co. 4 f.
60) N.º 21. Extract uyt het Register der Resolutien van de Ho. Mo. Heeren Stat. Gen. der Vereen. Nederl. Sabbathi den VIIen May 1650. 2 f.
61) N.º 23. Letter from the Portuguese ambassador (legatus) Ant. de Sousa de Macedo, Aen de President van de... Staten Generael. Delft 25 Sept. 1650 (dated). 2 f.
62) N.º 24. Extracten uyt het Register der resolutien van de Ho. Mo. Heeren Stat.

Gen. der Vereen. Nederl. Sabbath den 17 Sept. 1650. 4 f.

- 63) N.º 25. ... lyste der gegenwardige sterchde unser militie in Brasil op dag 15 February des jaers 1650. 2 f.
- 64) N.º 26. Extracten uyt het register der Resolutien van de Hoog Mo. Heeren Stat. Gen. der Vereen. Nederl. Sabbathi den 53en Feb. 1650 (ends with an extract dated April 14, 1650). 30 f.
- 65) N.º 27. Negotiatien gedaen by den Ontfange Generael Philips Doubleth voorde Westjndische Comp. in de jare 1649. 2 f.
- 66) N.º 28. Memorie. Inde vj L by petitie van xxij August 1647. versocht tot betalinge ende uytrustinge van vii custschepen daarmede de West Indische Compe. voert geassisteert synde als noch schuldich. 2 f.
- 67) N.º 39. Extract uyt het Register der resolutien van Ho. Mo. Heeren Stat. Gen. der Vereen. Nederl. Veneris den 8 Oct. 1649. 2 f.
- 68) N.º 40. Extract uyt het Register der resolutien van Ho. Mo. Heeren Stat. Gen. der Vereen. Nederl. Merucy, den 27 Oct. 1649. 2 f.

America. Dutch Colonies in (1649-1655?) Miscellaneous papers relating to the W. I. Co., etc. Portugal & Brazil.

Ac. 554. (Do not appear in the list of documents) 72 pieces.

- 69) N.º 6. List of persons who left Recife 1654. 2 p.
- 70) N.º 14. Amnesty, 1651, Aug. 18. 2 p.
- 71) Consideratien vande bewinthebberen, no dat. 9 p.
- 72) Memorie... No date. 18 p.
- 73) Memorie... No date. 13 p.
- 74) Extract... 1647. 2 p.
- 75) Ambt. de Espagne... 1650, 3 p.

II. MICROFILMES DE MICROFILMES

- 76) N.º 1. W. I. Comp. 1 Allgemeyne skipper David Pietersz, Bahia, 1624.
- 77) N.º 68. Kamer Zeeland, Notulen van Brazilië, 1653-1641.
- 78) N.º 6. The Hague. Allgemeen Rijksarchief W. I. Comp. 14 Resolution n. 6, Amst. 1635.
- 79) Archivo di Stato, Turim, Corti Straniere, Francia, Mazzo I Fas. 37, I Francesi in Brazile. 8 p.

SEÇÃO DE LIVROS RAROS (RARE BOOK ROOM)

MICROFILMES. PANFLETOS.

- 1) By the King. A Proclamation declaring his Maiesties pleasures concerning Captaine Roger North and those who are gone foorth as aduentuers with him. Imprinted at Londo, by Robert Barker and Iohn Bill printers to the Kings most Excellent Maiesti. Anno Dom. 1620 (Boston, 1923) 2 f.
- 2) Gazette de France. Extraordinaire (n.º 66, dv Vi IVI I Let M. DC. XXXIV Contenant l'extrait de deux lettres missives) l'vne touchant l'estat General des affaires du monde: l'autre touchant les nouveaux progresz des Hollandois dans le Bresil. (Paris) Du Bureau d'adresse. 1 et 6 iuillet 1634. p. 269-272.
- 3) Rodrigues de Burgos, Bartolome. Relación de la jornada del Brasil, escrita a Ivan de Castro escriuano público de Gadiz por Bartolome Rodriguez de Burgos, escriuano mayor de la armada... Gadiz, Iuan de Borja, 1625. 4 p.
- 4) Confederate States of America congress. Senate Committee on foreign relations... Report of the Committee on foreign relations, on the resolution of the Senate asking for the facts in relation to the lawless seizure and capture of the Confederate Steamer Florida in the bay of Bahia, Brazil, and what action should be taken by the government to redress the outrage. (Richmond, 1864). 8 p.
- 5) Roberts, Henry. Lancaster his Allarums, 1593. (Boston, 1922). 12 f.
- 6) Description de la Brasil & de la ville de Pernambuco; aussi de tout les pais, & de moulins de sucre, & comment les Brasiilians l'ammassent & raffinent, etc. Arnes A. Vernhoeuven, 1625. Folio.
- 7) N. W. I. Comp. Voorstach by eenige hooft participanten, uyt Hollandt ghesonden, rakende de W. I. Comp. (n. p. 1641). Folio.
- 8) Bedenckingen. 1644. 4 p., 32 p.
- 9) Schaede die den staet der Vereenichde Nederlanden, en d'Inghehetenen van dien, is aenstaende, bu de versuymenisse van d'Ooost en West-Indische negotie onder een octroy en societeyt te begriipen... In's Graven-Hage, I. Veeli, 1644. 1 p., 52 p.

- 10) Klaer Mcht, ofte Vertoogh van's lants.... 1644. 12 p.
- 11) Nader ordre ende reglement. 1637, 8 p.
- 12) Placcaet vande doorluchtighe... 1630, 8 p.
- 13) Anderde Discours. 1622. 24 p.
- 14) Deductie. 1639. 32 p.
- 15) Kort Discours... 1644. 36 p.
- 2) Brieven van den Vice-Admiraal Witte Cornelisz de Witte, van de jaren 1638-1647. Uit het Kronijk van het Historisch Genootschap te Utrecht, v. 24, 1868, 5.^e série, p. 46-58.
- 3) Missieven betreffende de West Indische Compagnie 1641-1645. Archief van Hilten, 16 cartas. in Bijd. en Meded. van het Hist. Genoot. te Utrecht, 1880, 3, p. 206-222.

DIVISÃO DE MAPAS

CÓPIAS FOTOSTÁTICAS:

- 1) Brazil. 17 ? Ph. Bil. Add. Ms. 31.357. SSS.
- 2) Brazil. Paraguay and Bolivia. 17 ? Ph. Bil. Add. Ms. 17.664, a.
- 3) Brazil. Southern Part, 17 ? Ph. Bil. Add. Ms 17669 n.
- 4) Brazil. 16 ? Amst. (Das Norder Theil des Landes Brasilien).
- 5) Brazil. Coast. 1637. Vinckeboons, Ph. Paris, Mss ?
- 6) Martinez, Mss B. N. de Madrid. CC35ER6 N.º 15 1587.
- 7) Martinez, G. Portolan Chart, 1581. (Ph. Ayer, List n. 20) 26621C53M.
- 8) Oliva, S. America (North Coast) Ms in Bib. Real. Madrid. Ms. Oliva 8. 1580?
- 9) Danti, Iganzio, S. America, 1576. Ph. reduced, Vatican Palace, Roma.
- 10) South America, Ca. 1558, Ph. Bil. Add. Ms 5.415. A. 12.
- 12) S. — Central America. 1613. Reproud. of the original in the B. Museum.
- 13) S. America. Cantino. 1501-1502.
- 4) Belargrijke onderschepte Portuguesche briefwisseling 1634, in Kron. v. h. Hist. Genoot., 2.^e serie, 9, 1853, p. 27-54.
- 5) Stukken betreffende den vrijen handel op Brazilië, 1637, in Kron. v. h. Hist. Genoot., 5.^e serie, XXV, 1869.
- 6) Memorie, door den Kolonel Artichofsky, bij zijn vertrek uit Brazilië in 1637 overgeleeverd aan Graaf Maurits en zijn geheimen Rad. (Archief van Hilten). in Kron. v. h. Hist. Genoot., 25, 1869, 5.^e série, p. 253-349.
- 7) Braziliaansche Brieven 1637. (Cartas de H. Chilt), in Kron. v. h. Hist. Genoot., 1869, 5.^e série, p. 206-222.
- 8) Origineele brieven van H. Doedens aan Ant. v. Hilten betreffendede W. I. C. 1641-1648. (Archief van Hilten). in Kron. v. h. Hist. Genoot., 25, 1869, 5.^e série, p. 395-464, p. 465-511.
- 9) Kort en Waarachtig verhaal van de Komst en het vertrek van de Spaanschevloot in Brazilië, Pern. 26-2-40. (Archief van Hilten), in Kron. v. h. Hist. Genoot., 25, 1869, 5.^e série, p. 515-529.
- 10) Memorie van den Raad van Brazilië over het gepasseerd in Angola, Mei 1643 (Archief van Hilten), in Kron. v. h. Hist. Genoot., 25, 1869, 5.^e série, p. 530-534.
- 11) Advis betreffende de gelegenheid der W. I. C. in het najaar van 1640. (Archief van Hilten). In Bijd. en Meded. van h. Hist. Genoot., 1880, id., p. 352-353.
- 12) Brieven van Pavlet betreffende Brazilië in 1637 en 1641. In Kron. v. h. Hist. Genoot., 25, 1869, 5.^e série, p. 660-667.
- 13) Apologie van Arciszewsky tegen de beschuldiging van den Raad van Brazilië, 1639, Archief v. Hilten, in Kron. v. h. Hist. Genoot., id., p. 351-392.
- 14) Brieven van J. M. Nassau aan den predicaten Plante.

ARCHIVE OF HISPANIC CULTURA (CARE OF DR. ROBERT SMITH)

I Reproduções fotostáticas das cópias de A. Eckkout, Z. Wagner, F. Post, no Arquivo de Cultura Hispânica.

LISTA DAS CÓPIAS MANDADAS MICROFILMAR NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE NOVA YORK. (Fundo da Fundação

Rockefeller)

- 1) Het Dagboek van Hendrik Haecz lied van den Hoogen Raad in Brasilien, 1645-1654, in Brijdragen en Mededeelingen van het Historische Genootschap te Utrecht, vol. 46, 1925, p. 126-311.

OUTRAS CÓPIAS SEGUNDO UMA SEGUNDA ORDEM:

(Panfletos)

- 1) Reglement by de Uuest Indische Compagnie, ter vergaderinge vande negentiene, met approbatie vande de Ho. Mo. Heeren Staten Generaal... In's Grave-nhage, ano 1648, 6 f. 21 x 17 cm.
- 2) Verhooringe der capitalen van de West-Indische Compagnie... 1629.
- 3) Aaan gemerckte voorvalen op de vre-dens artuculen met Portugal. Ano 1663. 15 p.
- 4) Carvalho, Jorge de. Relação verdadeira dos successos do Conde de Castelmelhor... 1642. 12 f.
- 5) La defaite navale de trois mil, tant Es-pagnols que Portugais... 1625, 14 p., 1 f.
- 6) Enrique, Pedro. Relacion verdadera y copia sacada, y embiada por un capitán... 1641. 2 f.
- 7) Hein, Pieter Pieterszoon. Copia van het schryven ende bericht, geschreven ende gesonden aen de heeren... 1627. 4. f.
- 8) Munoz, Bernardo. Relacion verdadera, y carta nneua (sic) de vn trasládó embiado del Brasil... 1639. 2 f.
- 9) Relacion de la jornada que la armada de su Magestad... 1631. 2 f.
- 10) Relacion verdadera de la gran vitoria que han alcanzado en el Brasil, la gente de la Baia de Todos Santos... 1638. 2 f.
- 11) Relacion nueva y verdadera de los felizes successos que ha tenido el señor D. Fernando Mascarenas. 1640. 4 p.
- 12) Nieuwe in-teyckeninge ende verhooginge der capitalen... 1 f.
- 13) Declaratie, ofte precijse verklaringe van de plenipotentialisen ende ambassadeurs... 1647. 8 p.

CÓPIAS MANDADAS MICROFILMAR DA COLEÇÃO SAMUEL OPPENHEIMER, EXISTENTE NA AMERICAN JEWISH HISTORICAL SOCIETY, NEW YORK CITY. (700 f.)

- 1) Minutas da Congregação sefárdica portu-guesa no Recife.
- 2) Lista de compra de negros de 1640-1644.
- 3) Depoimentos de testemunhas nas investi-gações de 1646-1647.

- 4) Lista dos devedores da Companhia no Brasil 1645. (26 f.).
- 5) Documentos da Companhia das Índias Ocidentais, compostos de várias *Notulen* relativas aos anos de 1644, 1642, 1649, 1636, etc.
- 6) Originais da Historical Society of Penn-sylvania entre os Papéis da Companhia das Índias Ocidentais. 1663. (30 f.).
- 7) Cópias fotostáticas do Rijcksarchief 1638-1657, West Indische Compagnie, 1638.
- 8) Cópias fotostáticas do Museu Britânico.
- 9) Breves reflexões sobre o estado das ren-das reais do reino de Portugal pelos annos de 1607 a 1608, reynado de Phi-lippe segundo de Portugal e terceyro de Castela, que se contem neste ms.

Trata-se apenas de uma enumeração a fim de dar ligeira idéia do conteúdo desse material, que foi dos mais ricos e inéditos que trouxemos.

LISTA DE CÓPIAS MANDADAS MICRO-FILMAR NA BIBLIOTECA DO CONGRESSO

- 1) Oud—Holland:
 - a) Iets over de Braziliansche dukaten door D. S. van Zuiden, 38, 171-77.
 - b) Pieter Post, door A. W. Weissman, 1909, 27, p. 33-53.
 - c) Het juis Vreedenburch (door P. Post) door A. W. Weissman, 1912, 30, 18-30.
 - d) Detail-werk v. P. Post in 1660 en 61, door N. G. Wildeman, 1917, 35, 60.
 - e) Elias Herckans, door J. A. Worp, 11, p. 162-178.
 - f) Gaspar van Baerle, door J. A. Worp. w, p. 241-259; 4, p. 24-40; 172-189, 241-253; 5, p. 93-112; 6, p. 87-102; 241-252; 7, p. 89-111.
 - g) De Gouverneur-Generaal Hendrick Brouwer, door Mr. J. E. Heeres, 25, p. 174-196, 217-241.
 - h) Twee concurrenten van de eerste West-Ind. Comp., door Mr. N. de Roener, 7, p. 195-222.
 - i) Kaart van Brazilie op negen bladen, 1897, n. 15, p. 97-100.

- 2) Tijdschrift voor geschiedenis land en volkenkunde (onder redactie van A. M. Kollenwijn Nz), in Hist. Genoot. te Utrecht.

a) Pieter Post, S. Kalff, 1920, 35, p. 224-237.

b) J. G. van Dillen, Vreemdelingen te Amsterdam in de eerste helft der zeventiende eeuw, I De Portuguesche Joden, 1935, 50, p. 4-29.

- 3) Bijdragen en Mededeelingen v. h. Historisch Genoot. te Utrecht.

a) Verzoekschrift van de vrouw van den schipper Dirck de Ruyter om brieven van voorschrijven ten behoeve van haar Man, gevangen zijde in de Allerheiligen Baai, aan de autoriteit Aldaar, 1618, 1879, 2, p. 112-133.

b) Brief van J. M. van Nassau aan de predikan Plant, 1887, 10, p. 446-48.

c) Nota van Pieter Mortamer, 1933, p. 1-42.

d) Zweedsche Archivalia, medegedeeld door G. W. Kernkamp. Brieven van Samuel Blommaert aan den Zweedschen Rijkskanselier Axel Oxenstierna 1635-1641, 1908, 29, p. 3-196.

e) Rapport van Piet Heyn aan de Bewindhebbers van de Kamer Amsterdam der W. Ind. Comp. dd. 11 Aug. 1627, 1930, 62, p. 22-34.

f) 'T leven en bedrijf van Vice-Admiraal... 1926, p. 47-169.

- 4) Kronijk v. h. Historische Genootschap te Utrecht.

a) Copie van seecker missive, aen ons confrater Igelscheu geschreuen uyt Vlissinghen, bij zijn broeder aldaer woo machtich mede herenderen... 1867, 23, p. 89-90.

b) Brieven van John. Heinsius, 1867, 23, p. 308-310.

c) id. id. p. 312-313.

d) Aanbod ten einde eene Suider-Compagnie op te richten met de Kroon Zweden 1873, 29, 6.^e série, p. 139.

- 5) Pitt Heyn en de silvervloot. Bescheiden uit nederlandsche en spaansche archieven bijeenverzameld en uitgegeven door S. P. L'Honoré Naber en Irene A. Wirght. (Historisch Genoot. te Utrecht, Werken, 1928, n.^o 53).

a) p. LXXXV-XCII.

b) Doc. n.^o VIII, p. 18-27.

c) Doc. n.^o XV, p. 32-39.

d) Doc. n.^o XVI, p. 39-40.

e) Doc. n.^o XVII-XXIb, p. 40-48.

f) Doc. n.^o XXIIb-XXIIc, p. 49-51.

- 6) Copias feitas de artigos das seguintes revistas: "Economist", "Journal of Political Economy", "Revue Historique", "Annales d'Histoire Economique et sociale", "Journal of modern history".

LISTA DOS MICROFILMES ORDENADOS NAS BIBLIOTECAS DA HARVARD UNIVERSITY:

HOUGHTON LIBRARY:

- 1) Dutch Pamphlets. Waerschouwinge over den Treves... 1630, 48 p.

- 2) Manuscripts. Armadas. Colleição de documentos...

a) Armada que pella Coroa de Portugal foi a Restauração da Bahia, partito a vinte e um de Novembro de 1624... 20 p.

- 3) Id. Documentos historicos sec. XVI, XVII, XVIII...

a) Serviços segredos e avizos dados ao Visso Rei o Bps Dom Pedro de Castilhos em mayo de 605. p. 174-175. (Mss. portugues). Maio 1605.

b) Auxilio a restauração do Brasil 1637, p. 204.

- 4) Mss. Port. 4772. Diversas sentenças do seculo XVII conjurados na deposição de D. João IV...

a) Resposta que deu o Dr. Salazo (sic) a Felipe IV sobre cousas de Portugal. p. 196-200.

b) Sentença que se deu contra D. Fernandes Telles de Faro por Traidor, 1659.

- 5) Mss. Portuguese. 4795 F. Luis de Figueiredo Falcão. A El Rey N. Senhor Dom João o 4.^o de Portugal offerece Fr. Luiz da Natividade... 114 p., 16 p.

WIDENER LIBRARY:

- 6) John Thurloe, Collection of State Papers...

1.^o vol.: p. 131, p. 132, 136, 138, 141-142, 468-69, 481.

2.^o vol.: p. 228-230, 619-620, 560, 700.

3.^o vol.: p. 39.

5.^o vol.: p. 567, 55-56.

6.^o vol.: p. 556, 559-557 (sic), 639, 57.

- 473-474, 776, 519-520, 610, 614-616, 674-675, 808-809, 631-632, 751, 808-809.
7.º vol.: p. 516-518, 837-839, 309, 417-420, 791-792, 861, 277-229, 253, 268, 294, 309, 311-312, 330, 31-32.
- 7) Lister, Th. Henry. Life and administration of Edward, first earl of Clarendon, 1837-38, 2.º vol. p. 125-155, 228, 231-232, 152-155; 3.º vol.: p. 114-116, p. 118-124, 128-129, 134-169, 173-181, 187-190, 192-194, 275-276, 387.
 - 8) English Historical Review:
 - v. 11. The Dutch power in Brazil. p. 231-259.
 - v. 14. id. id. p. 676-699.
 - v. 18. The Dutch on the Amazonas, p. 642-663.
 - v. 19. id. id. p. 1-25.
 - 9) The Economic history review:
 - 1933, p. 336-356, Tayney, Studies in bibliography.
 - 1937, p. 1-19, Gordon-Walker, Capitalism and the Reformation.
 - 10) Beins, Die Wirtschaftsethik der Calvinistischen Kirche der Niederlande 1565, -1650. 's Gravenhage, M. Nijhoff, 1931. 73 p.
 - 11) Wätjen, Das Judentum. 72 p.
-
- LISTA DOS MICROFILMES ORDENADOS NA JOHN CARTER BROWN LIBRARY
- 1) A true relation of the vainquishing of the towne Olinda. Amsterdam, printed by Jan Fredericksz. Stam in de Hope, Anno 1630.
 - 2) Relacion verdadera de la refriega que tiveran nuestros galiones de prata en el Cabo de San Santão con 14 nauios de Olanda de que era general Pie de Palo 1638. Impresso en Sevilla por Francisco de Lyra.
 - 3) Relation of the ten years travels in Europe, Asia, Africa and America, by Richard Fleckno, London, printed by the author.
 - 4) Propuesta de las aduertencias por Luis Alvares Barriga, caualleiro portuguez. Mss.
 - 5) Treves y Avistade relacion de lo sucedido en España, Fládras, Alemaña, Italia e França e outras partes de Europa, desde fim de Fevereiro 1637 até dezembro 1638.
 - 6) Traslado de una carta enbiada de Brasil a un caballero desta corte... En Madrid, por Catalina de Barrio e Angulo.
 - 7) Relacion de la carta que enbio a Su Mag. el señor don Fradique de Toledo. Impresso por licencia del señor tenente don Luiz Ramirez, en Sevilla, Anno 1625.
 - 8) Relacion de la iornada que la armada de Su Mag. la hecho al socorro del Brasil. Impresso en Lima con licencia de S. Excia. por Francisco Gomes da Pastrafia. Anno 1633.
 - 9) Relacion del viaje e sucesso de la armada que por mando de Su Mag. partio del Brasil 1625. Impresso en Sevilla por Francisco Lyra.
 - 10) Brieve relacion de l'estat de Fernambuck par Auguste de Guelen, Amsterdam, chez Louys Elzevier, 1640.
 - 11) Relacion veritable de la prinse de la Bahia de Todos los Santos de la ville de S. Salveur au Bresil par la flotte hollandoise, 1624.
 - 12) A plain and true relation of the going south, of the going forth of a Holland fleet. The 11th. Nov. 1623 to the coast of Brazil. Printed at Rotterdam, by M. S. 1626.
 - 13) Het speel van Brasilien gedruckt in de jahr ons Heeren 1638.
 - 14) Vertoogh, hoe notwendigh, nut ende profijtlick het suj voor Vereenigde Nederlanden...
 - 15) De zeeusche Verre-Kyker. Ghedruckt tot Vlissingen in't Groene Wout, 1649.
 - 16) Kurtze und wahrhafte Beschreibung die See-Reisen von Amsterdam in Holland nacher Brasilie in America. Gedruckt bey John. Michael Schalln in jahr 1644.
 - 17) The groans of the plantation or a true account... London, Printed by M. Clark in the year MDCLXXXIX.
 - 18) A discourse on the duties on merchandize more particularly on that on sugars by a merchant. London, printed in the year 1695.
 - 19) The interest of the nation as it respects all the sugar plantations... London, printed by B. Motte, 1691.

A MARINHA BRASILEIRA

(Sua formação e primeiras atividades)

LUCAS BOITEUX

Exmo. Sr. Embaixador Presidente dêste Instituto,

Exmas. Senhoras,

Eruditos Confrades,

Meus senhores:

"Convite de superior é ordem". Eis por que aqui me acho, prazenteiro, a cumprir árdua tarefa que, acompanhada de gentil convite, me designou S. Exa. o Sr. Embaixador Macedo Soares, não levando em conta, naturalmente, mercê sua bondade, as deficiências do escolhido.

Afiango-vos, Senhores, que com maior desembaraço, talvez, me portasse no passado ou no catavento de um navio do que no âmbito estreito desta tribuna que, embora sobremodo honrosa, arredio dela como sempre fui, me constrange, me vexa, me intimida.

Mas, como *noblesse oblige*, segundo o preceito francês, deixai, forrados de boa vontade, que eu passe a explanar o assunto desta desprezível palestra, que versará sobre a nossa Marinha militar, sua formação e primeiras atividades.

Senhores:

No reinado de D. Afonso III, após trezentos anos de crêspas, cruentas e gloriosas réfregas e encamisadas contra a meirama belicosa e abominável, lograra Portugal, finalmente, alcançar a almejada unidade nacional.

Vizinho poderoso e solerte, todavia, vinha de há muito resistindo e contendo suas repetidas e naturais impulsões expansionistas.

Ao ocidente, abria-se o mar sem termos conhecidos, prenhe de lendas e de mistérios, a tentar a curiosidade e a cobiça daqueles batalhadores rudes e indomáveis.

Os pescadores ribeirinhos pouco a pouco transmutaram-se em destemidos marujos que, por sua vez, se manifestaram navegadores tenazes e de uma afoiteza sem limites.

Um grande rei, D. Diniz, arguto e sábio, enxergou logo "o campo futuro que o mar oferecia à coragem e à ambição dos seus vassallos. Incrementa a agricultura, rasga o pórtio de Paredes, funda a Bôlsa, faz plantar o pinhal de Leiria onde as ribeiras e tercenças reais se abasteceriam da matéria-prima para a construção das frotas. De Gênova é atraída uma Missão naval a fim de organizar eficientemente a Marinha de guerra.

D. Diniz cimenta dessa maneira "as bases da ação marítima", que, mais tarde, hão de permitir ao infante D. Henrique realizar o seu sonho de expansão e de poderio.

D. Afonso IV e D. Pedro I, nesse particular, seguem-lhe os seguros passos. Multe embora embalado pelos encantos peregrinos da sedutora e refalsada Leonor Teles, "a flor de altura", desvairada paixão que ao reinar acarretou sérios contratempos e à sua incipiente Marinha militar as primeiras feridas, não deixou, entretanto, el-rei D. Fernando estimular a febril atividade naval de seus ambiciosos e irrequietos súditos. "Curou da Marinha militar — informa-nos Oliveira Freitas — promulgando a Ordenação de uma Companhia de doze naus, na qual atendia à fraqueza da bandeira, estabelecia prêmios de construção e de navegação, criava os Seguros mútuos (a primeira instituição dêste gênero na Europa), a estatística naval e a inspeção técnica".

E, à guisa de remate, a essas utilíssimas e auspiciosas medidas, fez promulgar um conjunto de leis marítimas que, na opinião de vários autores, foram a base das mais sábias legislações navais dos nossos tempos.

A conquista de Ceuta (1415) foi o primeiro surto dessa formidável expansão comercial e marítima, que havia de levar os portugueses à submissão e ao domínio de uns dos maiores e mais ricos impérios do Universo.

Seus ousados nautas e descobridores, varreando todos os quadrantes, desvendaram uma a uma, as ilhas do Atlântico; Bartolo

meu Dias contorna o cabo Tormentório; Vasco da Gama dá ao seu povo os riquíssimos e cobiçados arcanos indiáticos; Cabral revela ao Velho mundo o maravilhoso *mundo* brasileiro; Fernão de Magalhães, um português de ténpera de aço, intenta a circunavegação do globo, levada a cabo por seus felizes companheiros; Dias de Solis, outro marreante luso, sela com seu sangue a descoberta do Prata.

“O sonho da Índia — explica-nos Agostinho Fortes — transformado em realidade, em febre e loucura, veio modificar profundamente as condições económicas da vida portuguesa e, como consequência natural e lógica, o modo de ser moral e político. Encheram-se então os Portuguezes “de riquezas fabulosas e fantásticas; mas dessas riquezas transitórias que, passadas, deixaram em seu lugar a miséria económica no maninho dos campos, a miséria moral no rebaixamento dos caracteres... até cair num mar de lodo e ignomínia de que apenas se salvou, como flor puríssima desabrochada num pântano, o esforço inane de meia dúzia de esfarrapados e descalços famintos, horrível personificação duma nacionalidade que, corroída até a medula, só tinha esse bem fraco resto de vida a animá-la”.

Obliteradas as qualidades primaciais da raça pelo luxo e seu caudal de funestas consequências, caiu ela em franco abastardamento, tornando-se por esta razão o Reino presa fácil de inimigo vigilante e cúvido. E assim, nas garras vorazes da Espanha, da Holanda, da Inglaterra, o império colonial português desarticolou-se, ruuiu, e com elle a Marinha gloriosa, criadora de sua passada grandeza e de um poderio inigualável.

Quando a alma da raça acordou de uma hibernação torturante, estimulada pela vontade firme de sacudir o jugo estrangeiro detestado, *uma única* (vejam bem!...) e solitária galé, relíquia de um passado façanhoso e heróico, balouçava tristemente nas águas barrentas e soluçantes do Tejo...

“Lento foi o renascimento da Marinha portuguesa — escreve o autor citado — depois da Restauração, e, força é confessar, desde então ficou reduzida a um papel muito secundário”.

Chegamos ao reinado de D. José I. Pombal, o grande e assaz discutido estadista, com todo o seu poderio e prestígio, com todo o seu talento político e administrativo, com todo o ouro que o Brasil lhe proporcionava, procurou soerguê-la da prostração em que lamentavelmente jazia.

“O Marquês de Pombal — explica-nos Latino Coelho — era um estadista previdente e um enérgico reformador. As tendências naturais do seu espírito inclinavam-no porém com maior predileção aos tratos da paz do que às coisas da guerra, às reformas eclesiásticas e civis do que ao aperfeiçoamento das instituições militares, que então eram nas principais Potências o objetivo de assíduos cuidados e estudos por parte dos governos e dos generais. Aceitava a guerra como uma fatal necessidade”.

Abrolhavam já, promissores, os primeiros frutos da enérgica política reconstrutora do extremado patriota e notável ministro, quando a fatalidade, ferindo de morte el-rei D. José, afastou-o do poder.

Seus continuadores, Melo e Castro e Sousa Coutinho, falhos dos atributos morais e intellectuais, que exornavam a figura austera do grande marquês, não conseguiram manter por largo tempo a situação promitente em que a Armada-real fôra colocada. Afinal, a Marinha de guerra portuguesa, com o império colonial da monarquia bragançina, tinha “em si mesma o morbus, que a havia de levar à sepultura”.

Senhores:

No princípio do século passado, Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses, sustentava contra a Grã-Bretanha guerra de morte.

Com o fito de subjugar sua terrível rival, cuja existência dependia do comércio externo, impõe às Nações do continente o fechamento de seus portos ao intercâmbio comercial da Inglaterra.

Esta medida violenta, para não dizer tirânica, conhecida na história pelo nome de *bloqueio continental*, foi posta em prática em 1806. Nem tôdas as potências, todavia, aceitaram de bom grado, como é natural, tal imposição.

Portugal, de longa data como é sabido, amigo fiel e aliado incondicional dos ingleses, procurou burlar os propósitos de Napoleão.

Nesse tempo era o reino português governado pelo príncipe D. João, moço muito pouco instruído e assaz beato, como Regente do trono, pois sua progenitora, D. Maria I, sofria das faculdades mentais.

Diante da resistência e má vontade do governo português em subordinar-se ao seu capricho, Napoleão aliou-se à Espanha, reparitiu com esta o reino lusitano, riscou do rol das dinastias reinantes a casa de Bragança e, por fim, enviou ao governo de Lisboa um *ultimatum* impondo-lhe condições de que seria difícil eximir-se.

Como o gabinete luso procurasse tergi-versar, um forte exército francês invadiu o reino. Impotente para conter a marcha fulminante do inimigo, tal o estado de decadência militar em que se encontrava o país, e incapaz de descobrir uma fórmula conciliatória, el-rei, sua corte e cerca de 15.000 fidalgos, poltrões e vadios, procuraram a salvação fugindo vergonhosamente para o Brasil. Foi uma verdadeira debandada... Só a rainha louca demonstrou calma naquele trágico-cômico instante, pois bradava aos que a cercavam: — “Andem mais de vagar... andem mais de vagar, senão hão de dizer que vamos fugindo!”

E a Marinha, a desprezada Marinha, salvava a casa real e a monarquia portuguesa; e no seu seio se aninhava a semente da árvore da nossa redenção.

A esquadra que transportou a família real e seu ridículo e apavorado séquito compunha-se de 8 naus de linha, 5 fragatas, 4 brigues, 1 charrua e 2 escunas. Poucos navios ficaram no Tejo, por imprestáveis. Uma divisão inglesa veio escoltando esses navios.

Tendo partido de Lisboa a 29 de novembro de 1807, chegou o futuro D. João VI ao Rio de Janeiro, depois de haver feito escala na Bahia, aos 7 de março do ano seguinte.

Três dias depois, estabelecia-se a Repartição de Marinha e Ultramar, continuando a gerir a respectiva pasta o mesmo titular, o Conde de Anadia, que o fazia em Lisboa, fidalgo assaz cortesão, emproado e de fracas luzes, despreocupado completamente da administração e, além de tudo, inimigo do Brasil e dos seus naturais. A ignorância crassa da nossa história chegou a ponto de se admitir a cunhagem de uma medalha de ouro com a effigie desse ridículo e indesejável fidalgo para premiar-se, anualmente, o mais distinto Aspirante de Marinha... Em tempo protestei contra essa inqualificável e absurda homenagem. Mas ela, infelizmente, continua *et pour cause*...

Com o estabelecimento da sede da monarquia portuguesa no Brasil, a instalação do governo com seus variados ramos da administração e com a abertura dos seus portos ao comércio mundial, passou o nosso país a gozar situação sobremaneira vantajosa. Pode-se mesmo avançar, sem medo de êrro, que iniciávamos os primeiros passos de vida independente.

Nessas condições, não é demais que fixemos como ponto de partida da existência da Marinha de Guerra Nacional a data em que foi baixado o decreto de nomeação do

primeiro Ministro, isto é, a 10 de março de 1808.

É preciso, no entanto, que se diga que, já de algum tempo, entre os Estados maior e menor e as equipagens da Armada-real portuguesa, no magistério da Real-Academia de Marinha, etc., figurava com realce um número apreciável de brasileiros natos; e que a maior parte dos vasos que compunham a esquadra era construída nos estaleiros espalhados pelo nosso dilatado litoral e por operários em sua maioria brasileiros natos. Quando mesmo construídos nos arsenais da metrópole, o eram com matéria-prima importada ou fabricada no Brasil e pagos com o ouro das nossas minas.

Senhores:

Rezam as crônicas que D. João, ao assentar arraiais em o Rio de Janeiro, tomara por desfastio o “Anuário de Lisboa” e dêle fizera copiar a lista das repartições públicas da metrópole ainda não existentes em a nova corte.

Seus Secretários de Estado, meros medalhões decorativos, sem o mínimo critério e interesse, sem uma visão mais larga e patriótica e sem levar na devida conta as “condições diferentes da nossa terra e, ainda mais, sem corrigir inveterados vícios da organização portuguesa, as implantaram aqui”. Tudo, para eles, era provisório, passageiro. O circo, não demoraria muito, suspenderia acampamento, de torna-viagem, assim esperavam.

Foi assim, debaixo de uma densa atmosfera de tédio, abandono, desleixo e miséria, que começou a medrar entre nós esse esgalho, que deu origem à Marinha de Guerra Nacional.

Seria um rebento enfezado, doentio, esgarçado de um tronco decrepito e inquinado por vícios acumulados durante alguns centos de anos... Sua já secular existência deveria ser, como foi, como tem sido (do momento atual nem é bom falarmos...) lamentavelmente vacilante, precária, atormentada sempre e continuamente pelas terríveis deformidades congênicas e pelas resultantes do meio ingrato em que se corporificara, sem ter jamais conseguido encontrar quem, firme e resolutamente, doutrinado pelas lições da história e da experiência, com pulso forte e alta visão patriótica, lhe extirpasse de vez tôdas as causas de seus aflitivos males.

Nessa existência mais que secular, apenas, de longe em longe, têm aparecido momentâneos e, afinal, improficuos paliativos nas crises mais agudas, alarmantes, de sua penosa diátese mórbida. Treze anos, senhores, permaneceu entre nós a família real portuguesa.

— “Quem poderá — pergunta Camões — do mal aparelhado livrar-se sem perigo sabiamente?”.

A rainha era uma louca; o Príncipe-regente um infeliz, com a família completamente desorganizada; os ministros uns velhos achacados, sem luzes, e sempre em desinteligência entre si; as Capitânias entregues ao governo de oficiais generais brancos, tirânicos, viciosos e dados ao peculato.

Tudo corria à revelia da alta administração.

A Marinha, esta então, vivia às moscas. A esquadra que transportara os fujões fora criminosamente relegada ao ancoradouro de sotavento ou de S. Bento entregue ao busano, ao cupim, à carcoma; os Arsenais quase nada produziam; muitos Officiais d'Armada, devido à miséria dos vencimentos, pediram transferência para o exército, onde encontravam tempo de sobra para se applicarem a outros mais rendosos misteres; ou dedicavam-se à marinha mercante para auferirem pingues proventos.

Enquanto isso, o príncipe manhoso e glutão devorava pachorrentamente gordos frangos, desenfasiava-se com o seu dedicado Lobato, ouvia, assistia seus *laus-perennes* na Capela-real e dormia a bom dormir suas longas sestras, entregue, confiante, à vigilância de seu fiel aliado, a Inglaterra, que lhe guardava as portas da barra com as possantes colubrinhas e caronadas de altaneiras naus de linha.

Apesar de tudo, mercê suas pujança e exuberância, o Brasil florescia. Ante a situação auspiciosa da rica colônia, Portugal, despojado de sua antiga e carunchosa corte, talado por execráveis exércitos estrangeiros, que lhe exauriam as últimas forças, com o comércio abatido; a agricultura em completa decadência, a indústria “atrofiada por três séculos de monopólio e parasitismo”, com os cofres públicos em verdadeira e lastimosa penúria, caíra em profundo e lastimoso marasmo.

Sombria miséria avassalara o reino peninsular. A Regência, que se achava à testa da administração do país, contava entre seus membros um onipotente general inglês. A Marinha de guerra, reduzida ao último extremo, jazia inativa; seu mesquinho material flutuante, entregue à direção de um almirante britânico, mostrava-se até incapaz de afrontar os piratas mouriscos e os artiguenhos, depredadores da marinha mercante no Mediterrâneo e no Atlântico. O Exército, à falta de pagamento, murmurava descontente.

Viam assim os reinos, a pouco, a orgulhosa metrópole, na sua fatal decadência,

reduzir-se a passiva colônia do opulento Brasil. Como é de ver, contra elle, pois, explodiu “a aversão geral dos portuguezes de então, por se ter convertido em sede da monarquia”.

Tal estado de ânimo infundiu, num irrequeto e ambicioso grupo de espiritos *pseudoliberais*, a idéia de um movimento revolucionário, que estimulasse aquêl organismo enfraquecido, se não envilecido, por ferrenho e impenitente absolutismo. Auxiliados pela tropa, animados pelo êxito da revolução espanhola, os chamados liberais fizeram rebentar o movimento revolucionário, na cidade do Porto, a 24 de agosto de 1820.

As lufadas arrepiadoras da tempestade revolucionária, desencadeadas na península ibérica, e que haviam de concorrer para a emancipação da terra brasílica, rápidas transpuseram os mares e já se faziam sentir ao longo do nosso estirado litoral. Esse abalo, que se propagou qual verdadeiro cismo de norte a sul, concorreu sobremaneira para avigorar e estimular as energias morais e materiais, ainda latentes, em nosso povo e em nossa terra, preparando-os para conquistar, em rápida mas gloriosa campanha, a independência de longa data suspirada, mas em várias tentativas frustras sempre abafada cruelmente no patíbulo, no degrêdo, nos ergástulos.

Reunidas as côrtes em Lisboa, exigiram a presença do rei que, depois de enormes vacilações, embarcou com a família, enorme séquito em os alquebrados remanescentes da esquadra que, treze anos antes, os transportara ao Brasil.

À frente do governo de nossa pátria e dos seus destinos, como todos nós sabemos, ficou o primogênito da família, D. Pedro de Alcântara.

O espirito e o sentimento da emancipação agitavam a mente e o coração da totalidade dos brasileiros. Todavia, os autores do movimento liberal lusitano, já reunidos em assembléia legislativa e deliberativa, desde que conseguiram atrair o rei e sua corte e alarmados com a rapidez com que se corporificava entre nós a paixão autonomista, procuraram, sem tardança, lançar mão de todos os meios ao seu alcance para contê-la. Sua cegueira mental, sua falta de visão psicológica e política, seus desatinos, afinal, foram de tal ordem que, mesmo sem a presença dos representantes do Brasil, pretenderam, por meio das mais abomináveis violências, reconduzirmos à deprimente situação de colônia, quando já éramos, desde 1815, portadores da alta categoria de Reino-unido ao de Portugal e Algarves.

Cercearam-nos as Cortes, desde logo, antigos direitos e prerrogativas; o Príncipe foi chamado à metrópole; os tribunais foram suspensos; elementos bélicos terrestres e marítimos foram afanosamente acumulados para compelir-nos, a ferro ou a fogo, mesmo que fósse, a aceitar suas insensatas deliberações.

Infelizmente, para nós, a maioria das províncias, mormente as do norte, por um crasso erro de visão política, julgando que a liberdade promanasse de Lisboa antes que do Rio, voltavam-se para o ultramar, recebendo de bom grado as tropas de ocupação. Ao sententrião, só Pernambuco reagira, forçando o embarque de um detestado batalhão metropolitano, com seu tirânico chefe Luís do Rêgo.

Os brasileiros, entretanto, preparavam-se decididamente para a luta; organizados em sociedades secretas, nossos próceres reuniam elementos bélicos, enviavam agentes para todas as províncias, articulando o movimento libertador.

O Príncipe D. Pedro, hábilmente arrasado a tomar o partido do Brasil, a 9 de janeiro de 1822, dava o primeiro e ostensivo passo a nosso favor, declarando permanecer entre nós apesar das ordens das cerebrinas côrtes.

Iniciava-se, Senhores, a curta mas gloriosa campanha da Independência. Como já o disse, com muita propriedade, um dos nossos escritores contemporâneos, "através o tempo, a História pátria é formada de episódio destacados, de capítulos mal cosidos, de evoluções distintas, que obedecem a ritmos diversos, uns mais acelerados, tardos e lentos outros, a tornar confuso e duvidoso o paralelismo de suas diretrizes". Não poderia ser de outra forma. Todos nós sabemos, como começou o Brasil a ser povoado. De início, de longe em longe, no estirado ribamar, núcleos de gente civilizada. Predominou, em seguida, um arremêdo de regime feudalista. As Capitâneas permaneceram independentes entre si, cada qual com o seu senhor feudal, que era o donatário. Alheadas uma das outras foram crescendo, florescendo ou definhando. Mais tarde é que vem a brolar, despontando, com a luta contínua, pertinaz, contra os ameríndios, os corsários e entrelopos franceses, ingleses, holandeses, a necessidade e o vago sentimento de união para a defesa comum.

Ora, como é de ver, a campanha da independência também não poderia fugir a essa contingência; ia processar-se de idêntica maneira: por episódios destacados, de lances diferentes em cada uma das circunscrições políticas e administrativas do vasto país.

Afinal, como constataremos, houve um poderoso laço, liame ou elo, que fortemente encadeou todos êsses dispersivos, inarticulados esforços em prol do ideal comum. Foi a Marinha.

A situação, dia a dia, mais se agravava diante das medidas imprudentes e irritantes das côrtes portuguesas contra nós.

Em vista da resolução de D. Pedro levantaram-se as tropas portuguesas acantonadas nesta capital, sob a chefia do general Avilez. Tinham deliberado fazer embarcar o Príncipe-regente à força, como haviam feito antes ao Conde dos Arcos, um dos seus ministros. O pundonor não admitiu tal humilhação. Levantaram-se em armas os brasileiros tanto militares como civis e confinaram as antipáticas e indesejáveis forças lusas no morro do Castelo. Notando o general português ser-lhe impossível abater a prosápia dos nossos patrícios, resolutamente dispostos à luta, aceitou retirar-se para Niterói até que se preparassem os transportes, que deviam levá-lo com os seus malquistos soldados para a descarável metrópole.

Todavia, o refalsado militar, mal pôs o pé na Praia-grande, pretendeu, por um golpe de mão, assenhorear-se das fortalezas da Praia-de-fora, Pico, Santa-Cruz e Gragoatá, e dominar desta maneira a baía de Guanabara. Os patriotas, vigilantes, anularam rapidamente o seu audacioso intento e o assediaram.

Avilez procurava todos os pretextos para demorar o embarque da sua gente, pois tinha certeza que vinham em caminho poderosos reforços de terra e mar, capazes de permitir-lhe recuperar a capital e impor aos rebeldes brasileiros o seu capricho que era, afinal, o propósito das côrtes lisboetas.

Eis que é chamado ao Ministério o grande e sábio paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, que, mercê sua alta e arguta visão de estadista, sua energia e tenacidade, tomou todas as providências necessárias para livrar a cidade e, por fim, todo o país do ingrato domínio lusitano.

Aparecem, nesse grave momento, e pela primeira vez em cena elementos navais, conglobados de atropêlo, representados por uma discreta Esquadilha, de que as circunstâncias mostravam a necessidade. Com o escasso e arruinado material flutuante, encontrado no Rio, equipado por um dedicado grupo de oficiais e a marinagem que foi possível reunir, D. Pedro fêz aparelhar uma Fôrça naval, que recebeu a tarefa de bloquear as tropas infestas e constrangê-las à retirada. A encabeçá-la foi pôsto o velho marinheiro Chefe de Divisão Rodrigo Antônio de Mo-

rais de Lamare. O certo é que, dentro de poucos dias, sob a ameaça de violento bombardeio, embarcaram submissas as tropas da metrópole. Respirava desafogadamente a cidade do Rio de Janeiro.

As províncias do Sul, com exceção da Cisplatina, passaram então a dar braço forte às resoluções de D. Pedro.

As côrtes de Lisboa, no entanto, não cessavam de tomar tôda sorte de medidas de caráter militar para nós esmagar e impor-nos o colonato. Contraíram em Londres um forte empréstimo, levantaram novas tropas, repararam e aparelharam todos os navios de guerra e mercantes do reino e adquiriram boa cópia de material bélico. E tudo isso ia sendo, paulatinamente, despachado para os principais portos de alto valor estratégico, disseminados pelo extenso litoral brasileiro. A cidade do Salvador da Bahia foi escolhida para o principal centro de resistência e base de operações contra os brasileiros sublevados.

Pouco depois da partida do general Avilez (*Ah! vilês* — como o tratavam os patriotas...), apresentava-se à bôca da barra do Rio de Janeiro uma esquadra portuguesa escoltando transportes com tropas do exército. Esbarrou com a esquadilha de de Lamare, com as fortalezas de morrões acesos e a população de armas escorvadas.

Chegavam já com o moral abatido. A primeira intimação, deram fundo os navios fora da barra, sem tentar qualquer ato hostil.

No entanto, os dois comboios se haviam encontrado em alto-mar; o de Avilez e este último sob as ordens do Chefe de Divisão Francisco Maximiliano de Sousa, trazendo as tropas do general Rosado. É sabido que entre eles foram trocadas visitas e houve larga conferência; mas, o mais de admirar é que, com a superioridade que tinham, não planejassem aquêles generais uma operação combinada contra o Rio de Janeiro ou qualquer outro ponto da costa brasileira e, até, mesmo, reforçar as guarnições de Montevideu, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Belém, que se encontravam já a sofrer as hostilidades dos partidários da independência.

Explica-se, talvez, essa lastimável falta de iniciativa dos generais portugueses, por estarem convencidos de sua impotência em face dos elementos materiais que os patriotas poderiam antepor-lhes prolongada e vitoriosamente. Como vemos, de antemão derrotada apresentou-se, no limiar da Guanabara, a expedição do Almirante Francisco Maximiliano; e, tão desmoralizada se mostrou que, dias após, de torna-viagem ao Tejo, ia desfalcada de uma robusta fragata, que se bandeou para

o nosso campo, juntamente com vários oficiais e 500 praças...

Recambiada a expedição referida, partiu o Príncipe D. Pedro para S. Paulo, a fim de harmonizar o governo local e inspecionar as fortificações do porto de Santos. De regresso, no alto da colina do Ipiranga, encontra um correio da côrte com desagradáveis notícias sôbre as medidas tomadas contra nós pelo governo português. Já era demais; o novo Rubicon seria o Ipiranga, mesquinho riacho que, rolando entre seixos, lá em baixo murmurava.

O fogoso Príncipe cavalga rápido o seu ginete, arranca e lança por terra o laço português, desembainha a espada e brada para a guarda atônita que o cerca: — "*Independência ou Morte!*" Estavam decididos de vez os destinos do Brasil. Nem mais um passo à retaguarda! Agora era caminhar para a frente, sempre para a frente, desbravando o caminho, em busca dos destinos gloriosos que lhe estavam traçados.

Senhores:

Rompera a guerra, que foi pena ter sido tão curta!... pois, bem fácil é de compreender que, se mais demorada fôsse, o nosso sentimento cívico, as nossas qualidades viris e batalhadoras, a nossa personalidade internacional, muito mais fortemente se teriam manifestado e sublimado. Em todo caso, para aquêles que a estudam com o carinho e a profundidade devidos, ela representa, incontavelmente, exemplo digno de figurar nos anais dos povos sul-americanos com merecido destaque.

O governo imperial, pois D. Pedro fôra aclamado Imperador, tendo à frente o egrégio estadista José Bonifácio e auxiliado por devotados brasileiros ia resolutamente reunindo, acumulando os imprescindíveis elementos de guerra, ao mesmo tempo que proibia às Juntas governativas das províncias fiéis receberem ou permitirem desembarque de tropas procedentes de além-mar.

A Bahia, Pernambuco e a Cisplatina, quase a sucumbir sob o guante sangüissedento dos rudes dominadores, reclamavam prontos socorros.

Contávamos já com um forte núcleo de forças patriotas bem capaz de medir-se, mesmo com vantagem, contra as forças terrestres inimigas, que ocupavam excelentes posições estratégicas ao longo da extensa costa. Mas, como é de ver, por mais numerosas que fôssem, por mais bem aguerridas e apetrechadas que se mostrassem, tornavam-se impotentes para vencer longas distâncias por ínvios e intransitáveis caminhos, lutar com o

deserto impenetrável, montanhas alterosas, rios caudalosos, e, por fim, alcançar o campo adverso em condições de fácil vitória... Atentai bem. Se nos dias que correm, os nossos pseudo-estadistas não resolveram ainda as comunicações terrestres interestaduais, pois, como é de sobra sabido (com que tristeza o dizemos...), não é possível ainda alcançarmos, desta capital, por via terrestre bom número dos nossos estados setentrionais, que poderemos dizer dos tempos do colonato, quando a única preocupação do governo português era nos manter nesse triste isolamento ao mesmo tempo que nos sugava todo o ouro e pedras preciosas?

O resultado favorável da campanha que se ia abrir ligava-se, repousava, portanto, como é de ver, às facilidades e garantia das comunicações navais.

Tudo, pois, dependia do domínio do mar.

Portugal, afinal de contas, mormente em relação aos insurgentes brasileiros, apresentava-se como verdadeira potência naval. É bem verdade que "enquanto as nações mais florescentes pelo seu poder nos mares organizavam racionalmente a sua Marinha militar, deixavam os portugueses ao desamparo uma corporação, em que a ciência é condição essencial ao bom serviço".

Resolveu, nessas condições, o governo do Rio enviar primeiramente à Bahia o centro mais bem aparelhado do inimigo e, ao mesmo tempo, o foco mais afervorado da nossa rebeldia, uma divisão naval acompanhada de tropas de desembarque, a fim de procurar, com o auxílio dos patriotas congregados na vila da Cachoeira e outros pontos do recôncavo, forçar os portugueses ao abandono da heróica cidade.

Foi escolhido para chefia-la o velho Almirante Rodrigo de Lamare. É bem de imaginar-se o que seria essa Força naval composta de navios velhos, heterogêneos, aparelhada de afogadilho, equipada, na mor parte, de oficiais e marujos portugueses, regida por instruções falhas, de fundo sibilino, capcioso e maquiavélico e comandada por um chefe digno, mas, desgraçadamente, pouco afeito a operações bélicas, falto de decisão e firmeza, temeroso da responsabilidade. Pelos navios foi distribuída alguma tropa do Exército que, debaixo das ordens do general Pedro Labatut, devia servir de núcleo às forças terrestres de investimento ao inimigo.

Zarçou a Divisão naval, logo saltuada pelo mau tempo. Depois de vinte dias de viagem alcançava os mares baianos, onde depa-rou uma Força naval inimiga, em bordejos, à sua espera. Como vemos, tinha o inimigo

bom serviço de informações, quase sempre prestadas por vasos de guerra de potências amigas.

O Chefe de Lamare, muito embora dispusesse de elementos equivalentes à temerária esquadilha lusitana, achou de bom aviso não empenhar-se com ela em ação; e, nessas condições, prudentemente, manteve-se distanciado na volta do mar.

Todavia, o inimigo veio seguindo suas águas. De Lamare sentia-se peado na sua iniciativa: faltava-lhe a fidelidade incondicional dos seus comandados. Os tripulantes da Divisão, desgraçadamente, não mereciam a menor confiança, pois eram, em sua totalidade, broncos portugueses fortemente apegados aos princípios tradicionais e com o ânimo trabalhado pelos seus compatriotas contrários à nossa emancipação. Mostravam-se inquietos, murmurantes à vista e aos sinais da esquadilha procedente da Bahia. A indisciplina alçava o colo; sinistras maquinações já eram tramadas às sombras das baterias. A Oficialidade, por sua vez, mostrava-se retraída, vacilante e desanimada ante a atitude singular das guarnições e a perplexidade do chefe. Este, por fim, resolveu ouvir seus comandados; o conselho reunido foi de opinião que se deveria evitar o combate, que seria desastroso, e procurar sítio conveniente para o desembarque da tropa de Labatut. À noite os vasos imperiais despistaram o inimigo e velejaram para o porto de Jaraguá, em Alagoas, onde desembarcaram a soldadesca. Daí rumou o Almirante para o Recife a fim de abastecer-se, fazer alguns reparos em seus vasos e procurar reforçar a Divisão com outras unidades e, então, voltar ao bloqueio da Bahia. A deplorável situação de indisciplina de sua Força obrigou-o, afinal, a regressar ao Rio.

Enquanto isso, os patriotas baianos levantavam um pequeno exército e assediavam as tropas portuguesas que, sob as ordens do descarável general Madeira de Melo, ocupavam a cidade do Salvador e seus aros.

Novos reforços vinham chegando de Portugal e uma respeitável Esquadra, sob o comando do Almirante João Félix de Campos, fôra ali concentrada. Continuavam os portugueses a manter desafogadas suas linhas de comunicações marítimas. A cidade do Salvador, apesar do assédio das hostes patriotas, abastecia-se nas vilas do sul da província, Itaperica, Valença, S. Mateus, Camamu etc.

Os patriotas começaram por ocupar a ilha de Itaperica, que os portugueses disputaram tenazmente a ferro e a fogo. Eram indispensáveis, no entanto, elementos marítimos. Enquanto não chegassem do Rio de Janeiro

fôrças navais capazes de bloquear a baía de Todos os Santos e portos vizinhos e em condições de enfrentar a esquadra de Félix de Campos, a incansável Junta da Cachoeira sentiu a necessidade de organizar no recôncavo uma frotilha de unidades ligeiras para cortar as comunicações do inimigo com as referidas vilas, que lhe forneciam os víveres indispensáveis à sua manutenção e, ao mesmo tempo, abastecer o nosso Exército sitiante.

Aparece, então, à frente da frotilha de pequenas unidades, a figura varonil imperecível de João das Bottas, digo simile de Jean Bart, de Sourcouf, nas suas heróicas façanhas, nas famosas arriadas, que varreram das águas do recôncavo os valentes lenhos portugueses.

Atacadas, assim, rija e diretamente as linhas de abastecimento do adversário, o rude brigadeiro Madeira, auxiliado pelo Chefe de mar João Félix, empregou todos os esforços para a recuperação da ilha de Itaparica, chave estratégica daquele precioso tabuleiro. Foram em vão as suas reiteradas tentativas; os patriotas, escudados na valerosa e inexpugnável frotilha de João das Bottas, batalharam com denodo, mantendo sempre suas posições.

Senhores:

“Em política — mostra-nos o psicólogo francês Gustavo Lebon — os verdadeiros grandes homens são os que pressentem as necessidades que vão surgir dos acontecimentos preparados pelo passado e indicam o caminho pelo qual se deve enveredar”.

O insigne brasileiro José Bonifácio, desde que foi chamado ao governo, lobrigou também, com o arguto tino de vero estadista, “o campo futuro que o mar nos oferecia”. Os destinos do Brasil estavam na completa, na absoluta dependência de operações navais. Só pelo mar, unicamente pelo mar, poderíamos varrer dos pontos estratégicos da zona litórea o pertinaz inimigo a êles chumbado, pois o mar, êle bem o sabia, pela magistral lição de Richelieu, “sempre concorreu poderosamente para a salvação da terra e a liberdade do mundo”.

Temos neste momento trágico, que a Humanidade acaba de passar, o exemplo da Alemanha, do Japão; varridas dos mares suas poderosas frotas, todo o poderio terrestre esboroou-se catastróficamente...

Precisavamos de uma verdadeira esquadra, se não todo poderosa, pelo menos sobremaneira eficiente e que carregasse no seu bojo a chama viva da brasilidade.

Não medindo esforços, com uma energia inquebrantável, com um patriotismo ardoroso,

lutando contra a quase absoluta carência de meios, principalmente monetários, fizeram os nossos próceres surgir de um amálgama de elementos heterogêneos, tomados ao inimigo ou fornecidos pelos patriotas, uma esquadri-lha galharda e impávida, capaz de enfrentar com brio e valor a velha e tradicional Marinha portuguesa, tão cheia de glórias e de heróicos feitos, mas, no momento, tão mal dotada, arrebatando-lhe o cetro e a hegemonia dos mores sul-americanos.

Famoso Almirante inglês, já em retiro, encontrava-se no Chile. Convidado, Lord Alexandre Cochrane, pressuroso, veio chefiar nossa incipiente esquadra. Bem impressionado mostrou-se com os navios, louvou o trabalho do esforçado Cunha Moreira, ministro da Marinha, no seu aparelhamento e congratulou-se com José Bonifácio pelo seu descortino político, em relação ao mar.

O nosso ilustre representante na Inglaterra, o futuro Marquês de Barbacena, que perustrara os bancos da Real Academia de Marinha, não poupava esforços e, lançando mão de sua fortuna e de empréstimos, enviou-nos navios, uma brilhante pleiade de oficiais e bons marinheiros, que foram caldeados com a nossa gente e com a chusma portuguesa de que não foi possível desfazer-nos no momento.

A Bahia foi declarada em bloqueio; e, para torná-lo efetivo e bater as fôrças navais infestas, que se antepusessem à sua realização, partiu a esquadri-lha de Lord Cochrane. A travessia foi bastante morosa, mas aproveitada pelo bravo Almirante para exercitar convenientemente a maruja e ambientá-la no rude mister e pôr em boa ordem os elementos bélicos recebidos com a natural precipitação. Esse pequeno grupo de navios (1 nau de linha, 2 fragatas, 2 corvetas e 2 brgues) era a materialização de um esforço sobre-humano, realizada pelo Governo imperial com o auxílio dedicado dos patriotas. Representava, simplesmente, um terço das fôrças inimigas contrapostas.

Todos os comandantes eram estrangeiros, inclusive o Almirante: 3 ingleses, 3 portugueses adestistas, 1 norte-americano e 1 francês; todos relativamente moços: de 27 (Taylor) a 48 anos. (Cochrane), capazes, portanto, de galhardas e intrépidas ações. Existiam, infelizmente, nos postos superiores, muito poucos brasileiros natos. Dos de mais alta patente, Cunha Moreira geria a pasta da Marinha, Tristão Pio dos Santos (o famoso *Alegreão Impio dos Diabos...*), juntamente com o Voluntário J. Marques Lisboa (o futuro Marquês de Tamandaré), encontrava-se a bordo da capitânea; Barroso Pereira era o imediato

da *Niterói*; J. Pereira Pinto, Pedro da Cunha, Cruz e outros mais, estavam distribuídos pelos diferentes navios.

O inimigo, sempre bem informado (já havia nesse tempo a perigosa 5.^a coluna...), logo que soube da aproximação dos nossos, fez-se de vela com uma nau, 2 fragatas, 5 corvetas, 1 charrua, 5 lugres, 4 brigues, 2 escunas e 1 sumaca.

Esses elementos disparatados e mal articulados, guarnecidos por 4.150 homens e artilhados com 523 canhões, se disciplinados e exercitados fôsem, levados ao campo de ação por um Chefe destemeroso e audaz, bem poderiam acarretar-nos sério desbarato, pois, de reconhecido valor militar, só contávamos com a nau *Pedro I* e as fragatas.

Cochrane, todavia, era um chefe inteligente, valoroso, intrépido, forjado e temperado na crespa escola inglesa, dos Nélson e dos Collingwood, ao rechinar de sanhudas pelejas e de sangrentas abordagens. Félix de Campos, ao invés, reflexo amortecido da escola passiva, inerte da Marinha do seu país, era o homem da defensiva "que prepara carneiros para o matadouro".

Na manhã de 4 de maio de 1823, chocam-se as duas esquadras nas águas da Bahia. O intrépido Cochrane, desgraciaadamente, não podia contar com um complexo eficiente, digno de sua capacidade e do seu arrôjo. Tendo alcançado taticamente posição dominante, vento e luz a seu favor, desfecha o golpe. Corta a cauda da coluna adversa, lançando nela a confusão, desarvora uma corveta, criva de balas os inimigos mais próximos. É secundado, apenas, pela *Niterói* e pela *Piranga*. A chusma portuguesa nega-se a prosseguir no combate. Golpe de mão seguro, todavia, esmaga a hidra ameaçadora... E destarte a pelega se transmuta, então, em desoladora acalmia.

Félix de Campos, incapaz de uma resolução pronta, fulminante, já escarmentado, com muitas avarias e 40 baixas entre mortos e feridos nos seus vasos, aproveita-se do inexplicável e providencial momento para afastar-se do campo da luta. Recolhe-se ao porto e, desanimado, não tenta nenhum outro golpe.

Éramos assim, com esse primeiro choque, senhores do mar. O bloqueio cada vez mais rigoroso e efetivo se torna.

Enquanto Cochrane acumula novos elementos para esmagar de vez o poder naval adverso, o indomável João das Bottas à frente de sua manobra e heróica frotilha não dá tréguas aos lusos nas águas do recôncavo, e Labatut e, depois, Lima e Silva, le-

vam o exercício imperial às vitórias da Condição do Pirajá e do Cabrito.

Chega o 2 de julho. A esquadra inimiga, escoltando um sem número de transportes com o exército de ocupação da Bahia a seu bordo, faz-se ao mar.

A nossa aguerrida Fôrça naval, qual bando de falcões, pica-lhe a retaguarda, lança a confusão em seu meio, arrebatava-lhe inúmeras e valiosas prêsas.

A *Niterói*, impávida, segue as águas da esquadra lusa, e, em brilhante e arriscado cruzado, mostra a nossa vitoriosa bandeira à boca do Tejo.

Cochrane segue para o Maranhão na *Pedro I* e lá se apresenta como se fôra a vanguarda de fôrças mais numerosas. Toma vários navios e obriga o governo reinícola a abandonar a província. Despacha, em seguida, o Comandante Grenfell para o Pará, onde aplica o mesmo ardil de guerra e liberta a capital e varre assim do norte do Brasil as últimas tropas portuguesas.

A bandeira imperial, graças à Marinha, desdobrava-se vitoriosa nos seus largos panjamentos sobre os verdes mares nordestinos e nas ameias dos fortes plantados ao longo do seu litoral.

Senhores:

Faltava ainda a Cisplatina. Volvamos um rápido olhar para aquela risonha banda, que tanto namoramos, por quem tantos duelos terçamos, mas que dos braços irremissivelmente nos fugiu.

A província Cisplatina, que constitui hoje o progressista Estado Oriental do Uruguai, limite natural do nosso território ao sul, encontrava-se então incorporada aos destinos do Reino-unido, Portugal, Brasil e Algarves, pelo voto unânime dos representantes dos seus departamentos, reunidos em Assembléia deliberativa, em julho de 1821.

Um pequeno exército luso-brasileiro, constituido de cerca de 2.500 homens, ocupava Montevidéu, Colônia do Sacramento, Maldonado e alguns outros pontos estratégicos da orla do rio Uruguai e do interior da província.

Em consequência da revolução portuguesa e da partida del-rei, houve em Montevidéu uma sedição militar, para que fôsse jurada a Constituição que as côrtes de Lisboa elaborassem e para que a Divisão chamada de Voluntários-reais-del-rei, ali estacionada, continuasse a ser considerada como tropa metropolitana. Organizou-se uma Junta militar de oficiais gerais e superiores, sendo entregue a

presidência da mesma ao General Carlos Frederico Lecór, que já era o general-chefe do exército de ocupação.

Pelos portos referidos e nas águas do Uruguai estacionavam várias unidades da esquadra, comandada pelo Vice-Almirante Rodrigo J. Ferreira Lôbo.

Logo que a capital da Cisplatina chegara a notícia da resolução do Príncipe D. Pedro de desobedecer às côrtes e permanecer no Brasil e do deliberado empenho dos brasileiros em fazer a independência e aclamá-lo Imperador, as forças de ocupação cindiram-se. A maioria da tropa, constituída de reinóis, declarou-se partidária das côrtes e, sob o comando do Brigadeiro D. Álvaro da Costa Macedo, encerrou-se em Montevideu, contando com isso dispôr da ilimitada liberdade dos mares, ficar em fácil comunicação com Buenos Aires, centro de bons recursos, e da franca ligação com os seus compatriotas da Bahia, Maranhão e, ainda, da metrópole de onde, naturalmente, deviam promanar todos os recursos bélicos de que careciam. É preciso não esquecer que Montevideu distava 5.528 milhas de Lisboa e que esta distância era vencida em 70 a 90 dias de mar à vela.

O general Lecór passou a encabeçar os elementos partidários do Brasil, entre os quais se encontravam portugueses e orientais; e, demonstrando maior perspicácia, habilidade e previdência, retirou os contingentes fiéis para a campanha a fim de ter os movimentos desembaraçados, as vantagens do abastecimento rápido e fácil, as comunicações terrestres livres com o celeiro do Rio Grande e com o resto do Brasil e, além do mais, no caso de um fracasso, dispôr de uma linha de retirada pronta, segura.

Depois de reunir todos os elementos materia as seu alcance, encontrados. esparsos pela campanha oriental, postou-se em Canelones a vigiar o inimigo, incomodando-o constantemente com audaciosas guerrilhas e tortando-lhe as menores comunicações com o interior.

D. Álvaro esperava, para a consecussão de seus planos dominadores, a colaboração espontânea, natural e sobremaneira preciosa, indispensável dos elementos navais concentrados naquelas águas. O Almirante Rodrigo Lôbo, com ser um chefe brusco, alienando com isso tôdas as simpatias de seus subordinados, mostrava-se dúbio, inativo, sem qualidades capazes de despertar energias adormecidas, nem a fibra patriótica dos seus subalternos, interessando-os naquele movimento regenerador. Espiava manhosamente a maré... A luta que

se ia abrir mais se desenhava, no seu parecer, um dissídio passageiro entre pai e filho que, cedo ou tarde, se haviam de entender e acomodar. Seria melhor contemporizar.

O general Lecór não dispunha de forças bastantes para constranger D. Álvaro a embarcar para a Europa ou render-se; esperava elementos do Rio de Janeiro, cujo govêrno, à mingua de tropas, afadigava-se, no momento, em expugnar o exército e a esquadra que Portugal concentrara na Bahia. O general lusitano, por seu lado, como desesperasse de receber os reclamados socorros da metrópole, nem de outros pontos da costa brasileira, entrou em conversações com o govêrno argentino a fim de interessá-lo na contenda; agravando desse modo a nossa grave situação. Preferia o militar luso entregar a Cisplatina à Argentina do que deixá-la incorporada aos nossos destinos.

O govêrno imperial, infelizmente, contava como vimos com escassos elementos navais. Tinha à mão a esquadilha pouco confiante do Chefe de Lamare, que se mostrara impotente para enfrentar o inimigo nos mares da Bahia.

Logo que esta regressou do norte, de volta de sua semi-malograda empresa, foi constituída, com duas fragatas e uma corveta, nova Divisão sob o comando de Davi Jewett, antigo oficial da Marinha norte-americana elevado ao posto de Capitão de Mar e Guerra, a fim de forçar os portugueses a abandonar a Cisplatina. Foi essa Força naval a primeira a desfaldar o auri-verde pendão do novo Império. O Chefe Jewett entrou logo em conversações com o Almirante Lôbo e o general Lecór, apresentando-lhes um plano de operações combinadas capaz de, no seu parecer, resolver em pouco tempo a embaraçosa e difícil situação... O Almirante Lôbo, abalado pelos partidários da independência, entre os quais se contavam Barroso Pereira, seu ajudante d'ordens, e Cunha Moreira, comandante da fragata *Thetis* e que, dentro em pouco, ocuparia o cargo de Ministro da Marinha, e com a chegada da Divisão do Chefe Jewett, mostrou-se favorável ao plano. O mesmo não aconteceu com o futuro visconde da Laguna. Lecór fugia ao conselho de Baudry: — "Devemos agir de concôrto; mas necessário é haver perfeita unidade de pensamento e inteira coordenação". Como Napoleão, como a maioria da officialidade do Exército da época, Lecór, o nosso Fábio Cunctator, "só concebia a guerra em terra onde a exercitava; apreciava pouco as operações navais de que não entendia patavina não attribuindo a elas real importância..."

Entrementes, corria a alarmante notícia de que o governo português mandara forte expedição bloquear o pôrto do Rio de Janeiro. Nessas condições, a Divisão de Jewett foi chamada ao Rio. Deixou êle alguns transportes, sob a guarda de uma escuna de guerra, no pôrto de Maldonado. O Almirante Lôbo, perdendo o apoio da divisão imperial, voltou à triste situação de dubiedade. Officiais portugueses sublevaram a guarnição da pequena escuna e conseguiram assenhorear-se de quatro transportes, que reunidos a outros vasos, e convenientemente artilhados e guarnecidos, passaram a formar discreta Fôrça Naval. Ao chegar ao Rio essa ingrata notícia, o governo imperial exonerou imediatamente o Almirante Lôbo, dando para substituto o Capm. de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes que, com grande energia, tenacidade e patriotismo, conglobou os elementos navais estacionados no Prata, organizando uma esquadilha eficiente e disciplinada. Montevidéu foi logo posta em rigoroso bloqueio, cortando-se assim as linhas de comunicação que o inimigo mantinha com o exterior. Enquanto isso, o general Lecôr apertava ainda mais o assédio terrestre. Começou, dentro em pouco, a fazer sentir-se a falta de víveres e outros elementos de eficiência à praça de guerra. Da metrópole nenhum socorro nem alentadoras notícias chegavam. No norte, a esquadra de Cochrane varrera dos mares a inimiga.

A Argentina, açulada por D. Álvaro, fizera junto ao nosso governo uma tentativa para reaver a Cisplatina, mas, no momento, achou mais prudente retirar-se ante a nossa formal negativa.

Dessa maneira, a situação das fôrças portuguesas, dia a dia mais se agravava. Resolveu então D. Álvaro de Macedo tentar um desesperado esforço bélico. Jogou a sua divisão naval contra os vasos brasileiros bloqueantes, procurando romper o cêrco que o asfixiava.

A 21 de outubro de 1823, pela manhã, deu-se o primeiro e desesperado choque ao largo de Montevidéu. A ação foi crespá, sanghuda, durando longas horas e terminou pela completa derrota e perseguição da esborcinada esquadilha lusitana.

Éramos, assim, senhores absolutos das águas do Prata. As tropas de D. Álvaro capitularam, entregando-nos a província Cisplatina ou melhor, a praça de Montevidéu, o único ponto em que dominavam em tôda a extensão do Brasil.

Exausta de elementos materiais para sufofocar a nossa irrefreável rebeldia, mensageiros de paz, procedentes da orgulhosa metrópole, bateram às nossas portas. Portugal, como é de ver, mercê da fraca visão dos seus estadistas, pagava bem caro o imperdoável abandono a que relegara sua prestante e gloriosa Marinha. Perdera com isso, irrevogavelmente, a jóia mais valiosa do rocal de suas passadas conquistas...

Fôra êle, porventura, senhor absoluto do mar, de tôdas as linhas de comunicações e de abastecimento, seria possível, meus senhores, aos nossos próceres, sem ativo, oneroso e, talvez, humilhante auxílio estranho, fugir ao seu domínio, libertar-se de sua despiedosa tutela, tão rápida e galhardamente como o fizeram?! Não! não é de crer!

Senhores, que com tamanha benevolência destes ouvido à arenga tartamuda dêste velho marinheiro, no desejo de mostrar-vos o valor e o papel preponderante desempenhado pela Marinha militar na campanha da nossa emancipação política, patriotas que sois, que em vossa mente e em vosso coração ressoem sempre as profundas palavras do Visconde de Cairu, a cujos sábios conselhos foram escancelados nossos pôrtos a tôdas as bandeiras amigas: — “Sem Marinha nenhuma nação é grande e independente”!

Tenho dito.

DOM PEDRO II NA PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ALCINDO SODRÉ

O Marquês de Paraná escrevendo ao Barão de Caxias em 23 de maio de 1943 observa:

“A obra da pacificação do Rio Grande é de magnitude imensa, cheia de glória, e de tanta que pode chegar não para dois homens mas para vinte” (1).

Dom Pedro II não estará apenas dentro desses vinte, mas no número daqueles dois, calculados no primeiro pensamento do missivista, como que numa antevisão das ocorrências posteriores nas quais a ação de dois homens sobrepunha a dos demais...

E esses dois homens são Caxias e Pedro II. A glória militar e ao tato de Caxias foi indispensável a influência do segundo.

No mesmo ano em que os Farrapos depõem as armas, o Imperador visita o Rio Grande do Sul, demorando-se três longos meses em seu território.

É a primeira Província do Brasil que se honra com a visita de Dom Pedro II.

Tem esse fato singular significação, ante o papel desempenhado pelo monarca na pacificação de São Pedro do Sul.

Operara-se ali, com mais ardor e maiores razões, um movimento ideológico de insurreição, fruto da mesma intranquilidade de espírito que agitara todo o país durante o período das Regências. Chegá afinal a oportunidade em que a visão de nossos estadistas enxerga no golpe da Maioridade a única solução salvadora.

E aos próprios Rio-Grandenses não escapa essa grande medida. Escrevendo sobre a atitude de Bento Manuel, diria antigo deputado à Constituinte de Piratini: “ficou entendendo que no Brasil ou em seu governo, não havia menos desordens e contrasseio que na província. Talvez com sobeja razão se lhe figuravam as coisas no império como um caos, ou sob um cataclismo universal, de que a maioridade do imperador seria a luz ou íris da ordem e da paz. Vê-se pelo que a respeito disse o Sr. Visconde de São Leopoldo, em

(1) VILHENA DE MORAIS, “O Duque de Ferro”, pág. 100.

seus Anais da Província, que esse pensamento não seria só do Sr. Bento Manuel, porque muitos legalistas de boa fé, segundo atestou o mesmo Sr. Visconde, pareciam ver a salvação pública nessa maioridade, ficando a província independente, até que ela se realizasse” (2).

No meio farroupilha, havia pois quem aguardasse a maioridade como único recurso para obtenção da paz, e o próprio Bento Gonçalves manifestou expressamente esse pensamento quando, respondendo a uma carta de Soares d'Andréia, a 23 de agosto de 1940, declara que em conferência tida com o Marechal Mena Barreto, “lhe propus, verbalmente, como base de todo e qualquer arranjo, a declaração da maioridade do mesmo augusto senhor; e por consequência sendo esta, como foi proclamada, facilitados estão os meios para tratar-se da conciliação e da paz” (3).

O folclore do Sul guarda, entre muitas, esta quadrinha:

“O herói Bento Gonçalves
Que de nada se temeu,
Dia vinte de setembro
Bateu palmas e venceu”.

Mas também, guardou esta outra:

“Os farrapos já diziam
Que o Brasil era seu...
Veio Dom Pedro Segundo:
Nem farrapo, nem eu...”

No mesmo mês de julho em que foi declarado Maior, o Imperador menino envia uma proclamação aos filhos do Rio Grande, começando assim:

“Rio-Grandenses! Tendo entrado no pleno exercício dos meus direitos como imperador

(2) DR. FRANCISCO DE SÁ BRITO — “Memórias sobre a revolução de 20 de setembro de 1835” — In Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, para 1904, página 206.

(3) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — Guerra civil do Rio Grande do Sul, Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo XLVI, parte 2.

constitucional e defensor perpétuo do Brasil, por assim o pedirem as necessidades do país e o desejo unânime da Capital, com o qual ia de acôrdo o das províncias, vi com mágua profunda que um dos mais brilhantes flôres de minha coroa, a outrora próspera província do Rio Grande do Sul embaciara então minha menoridade.

Impossibilitado então por minha idade a dirigir-me aos meus amados súditos, não pude prover de remédio a queixas, que porventura fôsem justas, mas que ora tem mudado de natureza”.

Em sua primeira Fala do Trono, no encerramento da Assembléia, a 15 de setembro de 1840, ainda diria êle:

“... se meu coração se magoa com as discórdias que tem afligido uma parte de meus queridos súditos, espero da Divina Providência, do bom senso nacional, de vossa coadjuvação, e de meus constantes desvelos pelo bem público, que elas desaparecerão no meu reinado, e que o país marchará ao grau de prosperidade, e grandeza, que lhe compete entre as nações do mundo”.

Essa auspiciosa expectativa, tanto dos Farroupilhas como do menino Imperador, não traz de pronto o resultado esperado.

Nos anos de 1841 e 1842, a revolução toma uma desenvoltura jamais vista.

A insurreição de São Paulo e Minas dá ainda maior alento à chama que crepitava no Sul.

O motivo principal do fato estaria porém no desencanto da última esperança perdida.

A tão desejada Maioridade não veio alterar a situação do problema.

Os convites para a paz, enunciados pelos presidentes da província, eram da mesma tonalidade dos das Regências... Com espírito reacionário ou displicente, faltava-lhes uma objetividade humana e nacional para a compreensão do assunto.

Como amostra, basta êste trecho de carta em que Bento Gonçalves podia ter razão, respondendo às condições de paz estipuladas por Soares d'Andréia: “Tudo quanto V. Exa. me afirma na sua carta é mui belo de dizer-se; mas difere muito na prática.

Quando depus as armas na ilha do Fanfa, foi por meio de uma convenção, que me prometia o absoluto esquecimento do passado; e o modo por que se cumpriu essa promessa do chefe imperial, aliás garantida por uma carta do ex-regente Diogo Feijó, V. Exa. bem o sabe: longo tempo gemi com mais alguns chefes nas fortalezas do Brasil; e aquêles que escudados com portarias recebidas se reco-

lheram a suas casas, foram presos e processados, e outros bárbaramente assassinados por seus cruéis perseguidores” (4).

O caso é que a Maioridade, por si só, não seria o fator único para produzir a pacificação dos espíritos revolucionários. Haveria de aguardar, por pouco tempo que fôsse, a ambientação do menino feito chefe de Estado, e êste, ainda encontraria por parte de notáveis estadistas as maiores resistências doutrinárias, para o caminho da paz. Sem dúvida que, como primeiro passo, a Maioridade era pensamento velho e constante.

Escreve Otávio Tarquínio que aos inconvenientes do govêrno regencial e à necessidade de ver o trono integrado na plenitude de suas funções majestáticas, pensou-se logo em antecipar a maioridade, e já em 1835, o deputado Luís Cavalcanti, personagem de certa significação, companheiro de Honório Hermeto e Araújo Viana na Comissão da Constituição, apresentou na sessão de 6 de junho o seguinte lacônico projeto: “Artigo único. O Imperador e o príncipe imperial são maiores na idade de 14 anos. E acrescenta: “Costa Carvalho parece que viu sempre com simpatia a idéia de encurtar o período de minoridade e Francisco de Lima e Silva, seu companheiro de Regência, escreveu ao Imperador-menino, em dezembro de 1835, quando Feijó já exercia o poder supremo, que o seu reinado devia começar aos quatorze anos e prontificando-se a dar-lhe conselhos nesse momento... (5).

A maioridade parecia pois a medida salvalvadora, capaz de acalmar a borrasca.

“O que é indiscutível, escreveu Rocha Pombo, é que a maioridade marca o início da ordem constitucional no império. Esta tendência para a normalização em todo o país sente-se desde que o jovem monarca assumira as suas altas funções.

A figura serena do imperador parecia valer agora e avultar como um signo de concórdia para todos os brasileiros, conciliados afinal sob uma autoridade que inspira confiança, e que fica sempre acima de todos os dissídios” (6).

Proclamada em 1840, teria no entanto de aguardar a cristalização do jovem mo-

(4) LUCAS BOITEUX — Poranduba Catarinense — Revista do Instituto Histórico Brasileiro, vol. 184.

(5) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *op. cit.*

(6) OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA — A Maioridade — Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, Ins. H. B., nono volume, págs. 397-88.

narca no poder, embora surgisse mais cedo do que naturalmente devesse ser esperada.

De fato, quiseram os bons fados do Brasil, que já em 1842, o Imperador de dezoito anos, entrando na puberdade, com a sua precoce formação, obtivesse logo a sua completa autonomia de ânimo, adquirindo a posse de si mesmo, para as mais delicadas questões de seu alto cargo.

Daí por diante, afirmaria a sua autoridade, sem ouvir ninguém, quando tinha a convicção de que o ditame de sua consciência era o mais acertado.

Com efeito, em 1842, Dom Pedro II pratica um ato de iniciativa nitidamente pessoal e privada: nomeia Caxias seu Ajudante de Campo. E, a seguir, entrega-lhe a presidência da Província e o comando das armas no Rio Grande do Sul.

“Apresentando-se o nomeado, um mês após, ao Imperador, a receber-lhe as últimas ordens, disse o monarca, na impaciência dos seus dezoito anos incompletos: — “Acabe-me esta revolução, como acabou as outras”.

— “Pode V. M. estar certo, foi a resposta, que nisso empenharei os meus últimos esforços” (7).

No dia em que se empossa do governo, em Pôrto Alegre, confirma Caxias, na proclamação:

“Rio-grandenses! S. M. o imperador, confiando-me a presidência desta província e o comando em chefe do bravo exército brasileiro, recomendou-me que eu restabelecesse a paz nesta parte do Império, como a restabeleci no Maranhão, em São Paulo e Minas, e a Providência Divina que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me e a paz coroará nossos esforços” (8).

Da mesma opinião é Tavares de Lira, quando, a propósito da política de conciliação, disse: “A ela nunca fôra alheio o imperador, que a desejava ardentemente para arrefecidas as antigas lutas e ampliados os horizontes da administração e do governo — realizássemos, como realizamos, nossos primeiros surtos de progresso material” (9).

Fixemos-nos, porém, antes de outros, e para maior clareza, nos depoimentos da época da pacificação do Rio Grande:

O Príncipe Adalberto da Prússia, visitando o Brasil em 1842, “louva sem reservas a precocidade da inteligência do mesmo imperial” (10).

O conde Nei, ministro da França, em correspondência secreta para seu governo, manda esta informação, baseada no que ouvira de ministros que já haviam feito parte do gabinete: “Sa Magesté a une volonté ferme, souvent cachée, et dont rien ne la fait dévier” (11).

A propósito desse informe, comenta Alberto Rangel: “O Imperador experimentava as suas primeiras armas de saber querer e impor o que entendia estar certo”. É este o momento em que decide a pacificação do país. Afronta a opinião de um Bernardo de Vascellos e a de um voluntarioso e soberbo Honório Hermeto, que não quisera ouvir falar em anistia. Não transigia o grande estadista com homens armados, perturbadores da ordem. Na mesma altura, o episódio sobre a demissão de Saturnino, negada pelo Imperador.

O futuro Marquês de Paraná saíra indignado do Paço, sentindo-se menosprezado “pelo menino”. No entanto, despercebera-se Honório que não tratava com um menino, mas sim com um homem. O que não escapara a Caxias, quando pouco depois, escrevendo a Osório, adiantava: Até o dia 20 de novembro esteja-me no ponto indicado, pois o — homem — tem apenas 20 anos de idade e pode teimar em querer sair para o campo mais cedo que eu tenciono...” (12). Observa sobre o caso Pedro Calmon: “Tratava-o assim — o homem — num misto de estranheza e afeto. Iludira-se Honório que lhe chamava, “menino”. Caxias não se enganava. Ao pai, o ex-regente, confidenciara em carta de 15 de julho de 45: “... Fico fazendo votos para que S. M. me escolha para senador”. Veja-se, por essa medida, a significação do qualificativo — homem — dado por Caxias ao jovem monarca. O grande General e político, mesmo revestido da recente glória da pacificação do Sul, tão bem conhecia a já demonstrada fortaleza de ânimo de Dom Pedro II, nas prerrogativas de seu cargo, que, ao invés de tontar na certa com a graça de uma investitura merecida ou insinuada pelo seu prestígio, simplesmente “fazia votos para que S. M. o escolhesse senador...”

(7) ROCHA POMBO — História do Brasil.

(8) VILHENA DE MORAIS, *op. cit.*, página 101.

(9) REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO, tomo 47, pag. 57.

(10) TAVARES DE LIRA.

(11) CLÁUDIO GANNS.

(12) ALBERTO RANGEL — No rolar do tempo — pag. 194.

Esboçava-se assim, alviciareiramente, em D. Pedro II, o sentimento de independência, gravidade e bons propósitos que, completando-se pouco mais tarde, o levariam a ter uma marcante vontade pessoal no governo do Brasil.

E foi assim que homens da envergadura de um marquês de Olinda não se pejariam de confessar da tribuna da Câmara, e justamente a respeito da política de concórdia e moderação, que esta nada mais era senão uma determinação de Pedro II.

Na sessão de 6 de maio de 1857, apresentando o Gabinete do qual era Presidente, disse Olinda: “a expressão franca e leal dessa política que, proclamada do alto do trono e levada à execução, tem conseguido fazer tender os espíritos para a concórdia e moderação. Éste conceito, senhores, ao mesmo tempo que era o resultado de minhas próprias convicções, conformava-se plenamente com o pensamento augusto a que já me referi” (13).

Aliás, “esse pensamento augusto” relativo à política de conciliação, já vinha de trás, e apresentava outras facetas da autoridade do Imperador, quando, ao iniciar o segundo gabinete do grande marquês de Paraná, em 1853, Dom Pedro II entregou-lhe instruções, de seu próprio punho, das quais, basta apontar uma só delas: “O ministro que se desculpar com o meu nome será demitido” (14).

Voltando de novo aos dias da pacificação do Rio Grande, vemos como coincidia que o então chamado — homem — por Caxias, enfeixando desde então o “Poder Pessoal”, — longo pretexto a tódas as oposições que se formariam durante o Reinado — faz o Gabinete de 2 de fevereiro de 1844, o ministério da anistia.

E foi por isso, que ao Voto de Graças de 16 de maio de 1846, o deputado A. J. Marinho apresentaria o voto em separado: “A Câmara vê com prazer a tranquilidade que felizmente reina em tódas as províncias, e neste fato reconhece os bons resultados da esclarecida política proclamada pelo governo de Vossa Majestade Imperial, no dia 2 de fevereiro de 1844”.

Efetivamente, essa política, exigida por Dom Pedro II, seria definida pelo Gabinete de 2 de fevereiro, quando o ministro da Guerra e interino da Marinha, Jerônimo Francisco Coelho, na sessão de 17 de maio, declarando o fato mais proeminente e característico do

gabinete, a anistia concedida aos comprometidos nos crimes políticos que tiveram lugar nas províncias de Minas e São Paulo, afirmou: — Eu disse que a política de gabinete consistia não só no ato da anistia, como nos corolários que desse ato se derivam.

Em muitos pontos da política anterior o gabinete atual está de acôrdo; mas não está no ponto relativo ao importante fato da anistia. Na verdade, senhores, esses mesmos que fizeram relevantes serviços a bem da ordem e supuseram que, apesar de decorridos dois anos, deviam ainda seguir um sistema de repressão tão forte como o que era necessário e exigido na época em que os movimentos políticos apareceram; supuseram enfim, que só a repressão continuada em excesso poderia garantir a ordem; nós entendemos, pelo contrário, que era chegada a ocasião em que devia acabar esse estado de luta em que se achava o país; e como meio de fazer cessar esse estado, nós julgamos necessário o esquecimento dos crimes políticos sobre os quais já tinham decorrido dois anos.

Eis aqui pois em que consiste a divergência de nossa política” (15).

A pacificação de Minas e São Paulo, pró-dromo da pacificação do Rio Grande, vencia assim a força de uma divergência que teimava na idéia de repressão aos vencidos...

D. Pedro II continuaria porém no programa traçado.

Bento Gonçalves pede uma entrevista a Caxias para tratar da paz. “O Barão, diz Tristão Araripe, conhecedor do estado das coisas, declarou firmemente a Bento Gonçalves, que, sem tomar compromisso algum, encarregava-se todavia de levar à apreciação do Imperador as idéias do mediador, podendo os rebeldes passar para o outro lado da fronteira, e ali esperar solução” (16).

Torna-se, mais uma vez, indisfarçável, nesta altura, a influência de Dom Pedro II na solução da paz rio-grandense. “Caxias, mais militar que político”, mau grado seu extraordinário prestígio pessoal, e a circunstância de se achar autorizado por decreto imperial a conceder anistia aos revoltosos, não quer assumir a responsabilidade de resolver, por si só, a questão.

Fracassada a primeira tentativa de paz com a conferência dos dois chefes rivais nas armas, vêm por fim as negociações de no-

(15) WANDERLEY PINHO — Cotegipe e seu tempo, pág. 417.

(16) ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO — Câmara dos Srs. Deputados — Sessão de 1844. Págs. 160 e 161.

(13) PEDRO CALMON — O Rei Filósofo, págs. 103 e 104.

(14) BARÃO DE JAVARI.

vembro de 1844. Como da primeira vez, Caxias estabelece a necessidade de ser ouvido o governo sobre as condições pedidas pelos revolucionários.

Fica então assentada a ida de um emissário "que obtivesse do mesmo governo imperial uma paz que, segundo a fraseologia rebelde, não manchando de ignomínia esta distinta porção da grande família brasileira, nem ao sábio governo do Imperador, impusesse dique ao estrangeiro audaz, que pretendia fulminar a ruína desta terra do Brasil inteiro" (17).

Nessa altura, adverte Tasso Fragoso: "Cumpro confessar que a situação dos revolucionários não lhes era favorável; as últimas derrotas que haviam sofrido deixavam-nos em posição inferior em face do Império" (18).

E convém não esquecer que a precária situação militar fôra antecidida pela discórdia entre os chefes rebeldes.

Partem para o Rio Vicente Antônio da Fontoura, como delegado da República, e o Coronel Manuel Marques de Sousa, representando Caxias.

"No mês seguinte, escreve Sousa Doca, regressavam com tudo aplanado e a paz foi proclamada a 1 de março de 1845" (19).

"Limitou-se o governo a fazer voltar o emissário e seus companheiros, com instruções reservadas ao Barão de Caxias", diz por sua vez Rocha Pombo (20).

E confirmando ainda, diz Tristão Araripe: "o sobredito emissário e seus companheiros vão à corte, regressam com instruções ao Barão de Caxias sobre a aventada pacificação, e, conhecidas assim as intenções definitivas do governo imperial, entenderam-se os chefes rebeldes com o general legalista" (21).

A 1 de janeiro de 1845, Sua Majestade, em Fala do Trono, já adianta ter "bem fundadas esperanças de que a todo o momento larguem as armas aquêles dos meus súditos, que, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, vêm por mais de nove anos alimentando a guerra civil".

(17) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *op. cit.*, tomo XLIII, parte II, pág. 287.

(18) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *op. cit.*, pág. 288.

(19) TASSO FRAGOSO — Revolução Farroupilha.

(20) SOUSA DOCA — Caxias Pacificador — Revista Militar Brasileira, n.º 3, volume XXXV.

(21) ROCHA POMBO, *op. cit.*

A 28 de fevereiro, em proclamação feita de Ponche Verde a seus companheiros, Davi Canabarro anuncia: "Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o aprêço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração" (22).

E em sua proclamação de 1 de março, Caxias menciona o espírito do decreto de Pedro II, de 18 de dezembro, cujo texto, na íntegra, fôra por êle mostrado aos negociadores da paz:

"Sua Majestade o Imperador ordenou, por decreto de 18 de dezembro de 1844, o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente, nem por outra qualquer maneira, perseguidos ou inquietados, pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânima deliberação do Monarca Brasileiro há de ser religiosamente cumprida. Eu o prometo sob minha palavra de honra". (Proclamação 1 de março de 1845).

A 26 de março, é lida perante a Câmara dos Deputados a comunicação mandada fazer pelo Imperador de que a Província se acha pacificada.

E o Presidente daquele corpo legislativo anuncia: "Sendo esta notícia um fato de tão alta importância como é, eu nomearei, se à câmara convier, uma deputação para felicitar a S. M. o Imperador por tão fausto acontecimento. (Muitos apoiados)".

O Presidente nomeia para membros da deputação a 24 representantes que seriam recebidos por Pedro II a 30 de março, quando o deputado Urbano Sabino Pessoa de Melo pronuncia um discurso do qual se destacam estas palavras: "a câmara dos deputados reitera a Vossa Majestade Imperial, em nome da nação, a expressão do mais profundo reconhecimento pelos repetidos atos de clemência, oportunamente empregada, com que Vossa Majestade Imperial tem sábiamente feito apagar os vestígios das perturbações civis".

E o Imperador responde:

"Não me podem ser mais agradáveis do que nesta ocasião as congratulações da câmara dos deputados por um motivo de tanto regozijo para mim, e para toda a nação, como é o restabelecimento da paz numa das mais belas províncias do meu império, tornando assim a ver todos os brasileiros reunidos em uma mesma família".

Logo se apodera do Chefe de Estado o desejo de visitar a província que voltava à

(22) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *op. cit.*

paz da comunhão nacional, levando-lhe o testemunho do seu regozijo e a satisfação de conhecer pessoalmente a brava gente que tão pronto se batera por um ideal, como decidira apertar a mão larga e generosa de quem lhe estendera o ramo de oliveira.

Na Fala de 14 de setembro, anuncia pois o Imperador: "Desejoso de conhecer pessoalmente as províncias do meu Império, tenciono visitá-las, oportunamente, e confio que esta resolução preencherá os votos do país e o de seus representantes".

Tão grande, no entanto, era esse desejo que aquêle "oportunamente" se realizaria alguns dias depois.

Prepara-se Sua Majestade para embarcar rumo ao Rio Grande, primeira província a merecer suas preferências, e não faltariam ainda os remanescentes da corrente partidária da repressão aos antigos revolucionários, olhando com pessimismo a esse gesto imperial.

Disso nos dá conta Rechberg, ministro da Áustria, falando da "má impressão que a notícia dessa viagem fez entre os amigos sinceros do princípio monárquico. Lamenta, que em vez de deixarem o jovem Soberano ir a uma Província onde a revolução recentemente abafada tornará bem difícil a sua posição, não o tenham persuadido a visitar outras Províncias" (23).

Mas Dom Pedro II, apesar de sua mocidade, é um — homem — que tendo traçado um programa, e convencido da sua boa causa, não olharia para trás.

Já era a mesma personalidade que 20 anos mais tarde decidiria partir para Uruguiana, mau grado as solenes resistências do Conselho de Estado, nem que fosse na "qualidade de simples Voluntário da Pátria".

E pela tarde de 5 de outubro de 1845, Suas Majestades despedem-se do Príncipe Dom Afonso, o primogênito herdeiro do trono, de apenas oito meses de idade, cuja separação é penosa por parte da jovem Imperatriz Teresa Cristina. Embarcados na praia de São Cristóvão, no centro da Baía de Guanabara os aguarda a fragata *Constituição*, onde a insígnia do chefe de esquadra Grenfel era substituída pelo estandarte Imperial. A esquadilha era ainda composta, além da "Constituição", de comando do capitão de fragata Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma, das corvetas *Euterpe* e *Sete de*

Abril, brigues *Felicidade* e *Pirajá*, patacho *Argos*, e vapores *Imperatriz* e *Sampaense*.

O Imperador não quisera convidar para a viagem nenhum membro do corpo diplomático, quando o desejo de alguns era manifestado.

Não pudera escusar, todavia, fôsse sua esquadilha comboiada por navios de guerra estrangeiros, a fragata americana *Raritan*, e o brigue inglês *Grecian*, sendo que este até ao Rio Grande.

Sua Majestade quer viajar com discrição, realizando uma satisfação íntima. Em sua companhia, além da esposa, vão o Ministro do Império, Visconde de Macaé, o Bispo Capelão-Mor, Conde de Irajá, o Veador José Maria Velho, o Mordomo de viagem, Guarda-Roupa José Manuel Carlos de Gusmão, e o seu médico, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. José Martins da Cruz Jobim, filho do Rio Grande. A fragata "Constituição", devido a seu calado, não segue viagem além de Santa Catarina, passando-se então Dom Pedro II para o vapor *Imperatriz*.

Sua visita à província de São Pedro colheria os melhores resultados para o prestígio do monarca junto a seus concidadãos sul-riograndenses, e a unidade do Império.

D. Pedro II gastaria nessa viagem uma soma de dinheiro, um tanto elevada, para o valor da moeda naquela época: 214:991\$945 réis. Seria porém, como sempre, uma despesa à custa do seu próprio bolso.

Antes de partir, no mês de setembro, fez um empréstimo de 60:000\$000 a Samuel Phillips e Cia. E em Porto Alegre, por idêntica operação, obteria mais 135:000\$000 de José e João Ferreira Pôrto.

E a maior parte desse dinheiro seria gasto em donativos a casas de caridade, esmolas e presentes, sendo que estes, na importância de 25:343\$000, constituídos por finas e valiosas jóias trabalhadas por Carlos Marin, joalheiro de Sua Casa.

No Rio Grande do Sul, o Imperador iria visitar São José do Norte, Rio Grande, Pôrto Alegre, Viamão, São Leopoldo, Triunfo, Santo Amaro, Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel e Pelotas embora desejo seu fôsse percorrer o território até às fronteiras.

Acompanhemos pela imaginação essa imperial visita, conforme nos relatam as crônicas da imprensa da época, escritas pelos correspondentes dos jornais da Córte, participantes da comitiva de Pedro II.

Após estadia em Santa Catarina, cuja cidade do Destêrro era passagem forçada para a navegação e repouso necessário à durabili-

(23) VALTER SPALDING — Farroupilhas e Caramurus, pág. 61.

dade das viagens marítimas daquele tempo, Suas Majestades entram a barra do Rio Grande no dia 10 de novembro.

Ao encontro do vapor *Imperatriz*, vão as barcas de vapor *Fluminense*, *Paquete do Norte* e *Canarim*. Na primeira, o Conde de Caxias e seu estado maior e autoridades civis, nas demais, bandas de músicas, e muito povo. Feitas as devidas continências, em fila, dirigem-se as embarcações para a praia da vila de São José do Norte, agraciada que fôra por Sua Majestade com o título de *Heróica*, por decreto de 31 de julho de 1841.

Após receber os cumprimentos das autoridades, desembarcam os imperiais visitantes na ponte da alfândega que se acha atapetada e com festivas decorações. O presidente da municipalidade saúda Pedro II, depositando-lhe nas mãos a chave simbólica da Vila.

O préstito segue até à matriz, entre longas alas de povo que saúda o augusto casal.

Finda a cerimônia religiosa, recolhe-se o Imperador à casa da Sra. D. Maria de Sá Araújo e Filhos onde seria hospedado. Fôra ainda esta mesma família quem agasalhara D. Pedro I.

À noite ilumina-se a Vila, e o Chefe de Estado permanece numa janela até às 21 horas, a fim de ser visto pela população, estacionada junto ao prédio, onde haveria um baile de regozijo que se findaria com a noite. O mau tempo reinante não impede porém que numerosa seja a companhia, constando de 250 pessoas, sendo 108 senhoras, "algumas das quais muito interessantes", faz disso praça em registrar o correspondente de um jornal.

Constava a Vila de umas duzentas casas, e no dia seguinte, antes de partirem para a cidade do Rio Grande, fazem os viajantes um passeio a pé, apreciando os mais belos cravos que vicejavam nos terrenos arenosos.

Em agradecimento pela hospedagem, o Dr. Jobim é pelo Imperador encarregado de entregar a D. Maria de Sá Araújo uma linda e valiosa tabaqueira de ouro tendo sob a coroa imperial, enlaçadas as letras — P — e — T —, e nos ângulos da tampa quatro ricos brilhantes, maiores do que os que formam a coroa e as letras. E da Parte da Imperatriz um custoso par de brincos de brilhantes.

A cidade do Rio Grande engalanara-se para receber a régia visita.

Ao pôr pé em terra o Imperador recebe os cumprimentos das autoridades e o presidente da Câmara Municipal, Antônio Teixeira de Magalhães, faz-lhe uma saudação, com a entrega da chave da cidade. E debaixo do pálio, ao som de bandas marciais, viyas e

flores, caminha sôbre tapêtes por entre uma teia de 440 braças de extensão sôbre 18 palmos de largura, fruto de uma subscrição popular que atingiria 20:000\$000 para as necessárias despesas, além de nove mil luzes com que se clareou a cidade.

O povo comprime-se nas alas laterais, onde também meninas vestidas de branco trazem a tiracolo uma faixa verde, tendo-se em letras de ouro os nomes das províncias do Império. Girândolas de foguetes sobem aos ares, e das janelas e sacadas senhoras jogam flôres, dando vivas a Suas Majestades. O préstito chega à igreja matriz onde o aguarda o Bispo Capelão-mor Conde de Irajá para o selene Te-Deum, findo o qual, faz uma saudação gratulatória o Reverendo Manuel José da Conceição Braga.

A casa destinada para hospedar o Imperador era a melhor da cidade. Fôra mandada construir pelo Comendador João Francisco Vieira Braga, futuro Conde de Piratimim, e pertence agora ao principal capitalista local Sr. João Antônio Lopes.

O mobiliário é rico, e dizia-se que o arranjo de toucador da Imperatriz era devido ao apurado bom gosto de D. Emerenciana, espôsa do Coronel José Simeão de Oliveira, que de tudo cuidara para o conforto do ilustre hóspede, desde a secretária de charão como os ricos costureiros, que, como os demais móveis chegados fazia pouco da Côte, servem pela primeira vez.

Dom Pedro II e a jovem espôsa fazem logo um longo passeio a pé pela cidade. Entra o Imperador em uma fábrica de chapéus de castor, muito usados nos campos da província, e encomenda um exemplar, no que é imitado por todos os cavalheiros de sua comitiva. Sua Majestade já viera do Rio munido de um rico ponche, sendo que em Porto Alegre outro o aguardava, como presente.

Ao espetáculo do teatro, Sua Majestade já vai revestido de seu ponche à gaúcha, e nos passeios a cavalo ostentaria ainda um lindo par de chilenas com que lhe presenteara o Conde Caxias.

Dessa forma, dava assim o monarca uma demonstração de agrado e aprêço com que se revestia do indumento regional, conquistando o fato as maiores simpatias. E as exclamações populares são logo registradas: "Que puxa Imperador!... Ah! monarca!..." "Moço lindo como lista de ponche!..."

Por outro lado, a Imperatriz conquista os corações pela simplicidade de vestuário e as suas maneiras afáveis e sedutoras. Faz logo anunciar que receberia visitas sem necessidade de adornos e vestidos de gala. Ao de-

sembarcar, despertara a atenção pelo seu vestido de seda liso, manta de lã e chapéu com fitas, sem brincos nem anéis.

Em Pôrto Alegre, numa cerimônia festiva, o comentário geral das damas girava em torno de sua excessiva simplicidade. Uma delas, desapontada com o traje da Imperatriz, não se conteria, sem o desabafo: — Assim também é de mais!"

Dom Pedro II faz passeios de légua e meia, percorre toda a região circunvizinha da cidade. Visita a Alfândega, os quartéis e a Santa Casa. Nesta, deixa a doação de dez contos de réis, e a esposa faz um donativo de um conto e duzentos. Encontrando ali um recém-nascido que fôra exposto, manifesta o desejo de ser padrinho, dando-lhe o nome do filho, Afonso. O mesmo ocorreria em Pôrto Alegre, com uma menina, que se chamaria Cristina.

Nos quartéis, indaga de tudo, e faz questão de provar a bóia dos soldados.

Vai à Ilha dos Marinheiros onde é obsequiado por lauto jantar na casa de João de Miranda Ribeiro, depois de haver sido recebido nas chácaras de várias famílias que o aguardavam com frutas, doces e refrescos.

Para comemorar a visita de Sua Majestade à Província o Ministro propõe às pessoas abastadas a criação de uma Casa para educação de órfãs desvalidas.

Há uma sonata no paço, dada pelo violinista Robbio, uma senhora espanhola e algumas moças, suas discípulas de canto.

Vários presentes em jóia são oferecidos às pessoas que mais prodigalizaram carinhos a Sua Majestades e centenas de esmolas distribuídas aos pobres. Recebe os cumprimentos de uma delegação da Câmara de Jaguarão.

E é ainda com a cidade em festa, sorrindo no panejar dos galardetes, que lhe desejam boa viagem, com muita música, salvas, foguetes, flores e vivas, que Suas Majestades, debaixo do pálio seguro pela Câmara Municipal, se dirigem a 20 de novembro para o embarcadouro, seguindo jornada para Pôrto Alegre.

O Imperador havia já conquistado o coração dos rio-grandenses. Conforme o gosto da época, as musas eram as melhores intérpretes do sentimento humano, e, por isso, logo surgiram as suas manifestações, muitas vezes exageradas de adjetivos, quanto modestas no estro, mas nem assim menos expressivas. Como amostra, este soneto, remetido por I. C. Lôbo Barreto à "Sentinela da Monarquia".

"A Faustíssima chegada de S. S. M. M. à Província do Rio Grande do Sul.

"É sonho ou ilusão?!... Crê-lo-eis, ó gente?!... Nosso Augusto Monarca idolatrado, Da Excelsa Espôsa Sua acompanhado, Honrando de visita o Continente?!"

Este Povo exultando de contente, A dar-se parabéns entusiasmado, Mil vivas reiterando, cujo brado Assombroso desperta o eco ingente?!"

Onde foi-se a Discórdia?!... E como agora A benéfica paz, apetedida, Risonha nestes lares se demora?!...

Tanta glória e ventura é só devida A Pedro, que a seus Povos mais penhora, Que por Ele darão a própria vida!"

O vapor *Imperatriz*, pelas 5 horas da manhã, alcança Itapoan, detendo-se então à espera que S. M. suba à tolda, para gozar da belíssima paisagem que desse ponto em diante oferecem às colinas das margens do Guaíba.

Pôrto Alegre, com muita antecipação, já se vinha preparando para receber os importantes hóspedes. Logo depois da paz, um vereador adiantara em um "consta" a notícia de que Sua Majestade "honrará esta cidade com Sua "Augusta Presença", e propõe que por editais fôsem os moradores convidados a cair a frontaria de suas casas. Foi também requerida a verba de oito contos para reparar as calçadas públicas, e ainda foram pedidas recomendações aos fiscais "para que se dêem toda a pressa a fazerem limpar os lugares da cidade, onde há imundícias". Foi tudo aprovado, e Pôrto Alegre, por conta do *Consta*, foi sendo "lavada" (24).

Na capital da Província, sob as salvas de canhão e girândolas, Suas Majestades recebem os primeiros cumprimentos a bordo. Magistrados e vereadores estão de casaca e calções de veludo. Por meio de uma girândola segue-se o desembarque na ponte da Alfândega, preparada com gosto e luxo. Ali está armado um vistoso templo, onde são os imperiais visitantes recebidos debaixo do pálio, cujas varas são sustidas pelos membros da Câmara Municipal, e seu presidente, Dr. Luís da Silva Flores, tendo em mão uma salva de ouro contendo a chave da cidade bem trabalhada em prata, entregando-a ao Imperador, faz esta breve alocução:

"Senhor. A honra que recebo em entregar a V. M. I. a chave desta leal e valorosa

cidade me impõe o lisonjeiro dever de repetir de viva voz a V. V. M. M. I. I. a expressão de todos os sentimentos de júbilo e entusiasmo de seus habitantes, que, singularmente penhorados pela honrosa visita que V. V. M. M. I. I. se dignaram de liberalizar-lhes, me encarregam da elevada missão de apresentar a V. V. M. M. I. I. as mais profundas homenagens de sua gratidão. Eu me glorio de tão insigne honra, e suplico a V. V. M. M. I. I. a graça de lhes beijar as augustas mãos”.

Responde o Imperador, encerrando a solenidade.

Logo depois a jovem pôrto-alegrense Francisca Lara Riper recita com graça e desembaraço uma saudação à Imperatriz, ofertando-lhe um ramalhete de flores.

Caminhando pelo trapiche, atravessa Dom Pedro II alas de duzentos escolares, vestidos de branco, e com as côres nacionais, que cobrem de petalas as imperiais cabeças.

À porta da Alfândega, novas salvas de artilharia da tropa, foguetes e vivas de grande massa popular, que, impaciente, desde muito cedo aguardava o momento desejado.

Sempre debaixo do pátio, seguem Suas Majestades em direção à Matriz, passando pela calçada do Ouvidor, rua da Praia, rua de Bragança e rua da Igreja. No trajeto, as sacadas ostentam colchas de seda e as acolhedoras fisionomias femininas atirando flores. O cortejo se detém nos pontos onde se erguem vistosos arcos cobertos de galhardetes e legendas de boas vindas, momento este aproveitado por moças e senhoras, que ali estacionavam tendo às mãos salvas de flores para homenagear aos soberanos.

Solene De-Deum Laudamus os aguarda na Matriz, com oração festiva do padremestre João de Santa Bárbara, farroupilha, membro da Assembléia Constituinte da República de Piratini.

Findo o que, recolhem-se Suas Majestades para o paço, no Palácio da Província, onde se dignam receber os cumprimentos do enorme número de pessoas que penetraram no edifício.

O Palácio da presidência fôra de novo mobiliado para hospedar a Côrte. Para servir de casa de campo aos augustos visitantes, o Dr. Travassos oferecera a sua chácara do Caminho Novo, também mobiliada para tal fim.

Tem Pôrto Alegre umas duas mil casas, e, mal anoitece, despeja-se a população pelas ruas para gozar das iluminações festivas e profusas desses dias memoráveis. Comparando o esmero de Pôrto Alegre e sua gente na recepção

a Pedro II diz uma jornalista da comitiva que “jamais nenhuma excedera a suntuosidade desta capital”.

À noite, em frente ao paço, num tablado, crianças vestidas a caráter dançam a jardineira.

E dêsse modo decorre o primeiro dia do Imperador na cidade de Pôrto Alegre.

Dom Pedro II estabelece audiências públicas duas vêzes por semana.

No dia seguinte, Suas Majestades são vistas em longo passeio a pé pelas ruas centrais. Suas jornadas a cavalo seriam porém mais constantes.

O Povo se compraz em vê-los e aplaudi-los. Reina a festa e a alegria. Diz ainda o mesmo jornalista, que, para seus ouvidos, tudo são hino nacional, polcas e foguetes. Nas vitrinas das casas comerciais, vêem-se exemplares de um folheto impresso, tendo por título:

“Memória histórica, em discurso poético, dedicada à satisfação vinda de S. S. M. M. I. I. a esta Província do Rio Grande do Sul, pelo Capitão João Manuel de Pontes. Contém ela, além do prefácio, alguns sonetos, motes, dois cantos, um em oitava, e outro em quadras, com o título — canto heróico”.

Na Várzea fazem em sua honra correr as “cavalhadas”, espetáculo bem regional. É preparado um anfiteatro contendo, além de extensas bancadas, mais de duzentos camarotes, e nesse lugar se reúnem mais de seis mil pessoas”.

Vinte e quatro figuras ricamente vestidas: suas capas e outros adornos têm custosos bordados a ouro, e alguns fizeram pôr em seus turbantes preciosos brilhantes e outras pedras de grande valor.

A riqueza dos arreios não é menos fabulosa: freios, cabeçadas, rédeas, rabichos, peitorais, estribos e partes dos loros é tudo de prata.

E êsses cavalheiros, montados em soberbos cavalos, compõem êsse luzido entretenimento que muito agrada aos imperiais hóspedes.

Depois das evoluções de lanças, pistolas e espadas, investem com a argolinha. As primeiras são oferecidas ao Imperador, à Imperatriz, ao Ministro Almeida Tôrres, a Caxias, Veador José Maria Velho e ao Coronel-Capelão Sebastião Pinto do Rêgo, recebendo destes os corredores, em troca, uma lembrança.

Dom Pedro II ofereceu, a dois, alfinetes de brilhantes, e, a outros, peças de ouro, e a Imperatriz, um anel de brilhantes.

O Ministro, na casa do falecido Padre Salgado, sita na rua da Igreja, esquina da dos

Pecados Mortais, reúne as pessoas abastadas para prosseguir na iniciativa tomada na cidade do Rio Grande: a obtenção de fundos para a criação de um asilo para órfãs desvalidas, com que Sua Majestade desejava deixar assinalada sua visita à Província.

São logo subscritos mais quarenta contos.

Rua dos Pecados Mortais, denominação de aparência tão esquisita, tinha porém uma explicação graciosa: o povo assim a batizara em louvor de lindas irmãs ali residentes, moças que eram, de fato, uns pecados mortais...

E quis o capricho das coisas que em casa situada nessa rua, se angariassem os meios de prover assistência às órfãs desvalidas...

O jovem Chefe de Estado completa 20 anos em Pôrto Alegre. No dia 2º de dezembro, dia de seu aniversário, várias são as comemorações: Te-Deum mandado cantar pela Câmara Municipal, seguido de cumprimentos por mais de 500 pessoas; parada militar na Várzea, formando dois mil soldados das três armas; assinatura de despachos concedendo títulos e condecorações, só excedido em graças pelo dia da Coroação. Entre os agraciados, é conferido o título de Visconde de São Gabriel ao velho Marechal João de Deus Mena Barreto. Assinatura do decreto criando o Asilo Santa Teresa, para educação de meninas órfãs, cujo edifício deveria ser construído no Cristal, em terreno doado pelo Imperador.

À noite, o Conde de Caxias promove um pomposo baile em casa do Comendador Israel Soares de Paiva. É esta a primeira vez que dançou o Imperador, depois de sua maioridade. Das senhoras que têm a honra de dançar com Dom Pedro II notam-se uma filha do Visconde de São Leopoldo, outra do Visconde de Castro, do Marechal Mena Barreto, do Coronel Pedroso. Com a Imperatriz, dançam o conde de Caxias, o Veador José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, o Coronel Propício Mena Barreto, o Veador José Maria Velho, o chefe de esquadra Grenfell, e o Comandante Montgomery, do brigue inglês Grecian.

Raro é o dia em que o chefe do País deixa de montar a cavalo. Sempre, porém, realiza visitas a pé a estabelecimentos públicos. Visitando o Arsenal de Guerra, percorre as oficinas, manda aumentar o salário de alguns mestres que a ele se dirigem, e aos menores trabalhadores, enfileirados à sua passagem, dá de seu bôlso uma gratificação.

Suas mais demoradas visitas são todavia aos estabelecimentos de ensino, tanto públicos como particulares, hábito revelado tão cedo e que através do tempo seria marcante em toda a sua vida. Onde quer estivesse, Dom Pedro II manifestaria logo a intenção de vi-

sitar escolas, não só por um gesto meramente formalístico, mas pela satisfação de verificar a eficiência do ensino. E era assim que ele demorava por horas, dentro de uma escola, sentado nas aulas, arguindo aos alunos, mandando-os ao quadro negro. Em Pôrto Alegre, ocorre o fato de, querendo visitar uma aula de latim, não encontra na escola nem o mestre, nem os discípulos! O escândalo é chocante. O Presidente da Província suspende o professor.

Não se esquece o Imperador de procurar seu velho amigo e afeiçoado, o grande Senhor Visconde de São Leopoldo, aquele que em suas Memórias diria: "como demonstração de minha entranhada dedicação à monarquia, constituí-me na rigorosa obrigação de ir assistir ao ato da coroação.

Para esse fim, embarquei-me em Pôrto Alegre no dia 18 de março de 1841.

Nela me coube levar, no préstito, o cetro, o mesmo que havia servido ao Sr. D. Pedro I: era ele de ouro maciço e tinha de altura sessenta e oito polegadas" (25).

A propósito dessa referência à coroação e sagração de Pedro II é curioso lembrar-se o que nos revela Valter Spalding, de que Pôrto Alegre festejou esse grande acontecimento a 23 de maio de 1840, primeira data que fôra oficialmente anunciada, de vez que não chegara em tempo a notícia de sua prorrogação para 23 de julho.

E assim, a capital gaúcha, festejou dois meses antes o auspicioso fato, com "bandas de músicas, formatura, Te-Deum, luminárias, etc" (26).

Dom Pedro II recebe em Palácio Bento Gonçalves, Joaquim Pedro, Fontoura, e outros antigos chefes farroupilhas.

A Bento Gonçalves, Sua Majestade recebe em audiência particular. O grande guerreiro apresenta-se fardado, com tôdas as suas medalhas e condecorações.

O Imperador recebe-o com toda a afabilidade, conversando por longo tempo, e o assunto principal é a situação política do Prata em face do Brasil.

E o assunto apresenta aspectos tão palpitantes, que Sua Majestade tem outras entrevistas com Bento Gonçalves, e de forma tão expressiva, que os encontros entre os dois se realizam apenas com a presença do visconde de Macaé, e na residência deste, para que a reserva seja perfeita.

(25) VALTER SPALDING.

(26) VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO — Memórias.

A propósito do estado de espírito na Província, é curioso o depoimento do correspondente do "Jornal do Comércio", junto à comitiva. Depois de mui minuciosamente haver sondado a opinião pública da Província, espanta-se o visitante com a concórdia reinante, e pergunta: "Onde, em que país do mundo se deu já o fato de, no mesmo dia e hora em que se proclama extinta uma guerra civil, expirarem todos os ódios e ressentimentos naturalmente originados por essa, a mais terrível das guerras? Ninguém se lembra de ter sido rebelde ou legalista para evitar a comunhão e aliança de seu outrora adversário!"

Por essa observação, feita no próprio momento, melhor se poderá aquilatar da sinceridade e do calor da acolhida que os sulriograndenses dispensaram ao Imperador.

Entre festas e alegrias continua a permanência de Pedro II em terras gaúchas.

No dia 7 de dezembro, em sua honra, há um grande exercício de fogo em Viamão.

A comitiva parte de Pôrto Alegre às 5½ da manhã pela Estrada do Meio. Naquela Vila encontra-se Pedro II na mesma data em que estivera o Primeiro Imperador. Montado, assiste com o Conde Caxias ao belo espetáculo de um combate simulado no qual são queimados sessenta mil cartuxos. O brilho da tropa, na execução dos planos, entusiasma por tal modo, que, ao final, Sua Majestade sugere uma carga de baioneta, fazendo-lhe Caxias sentir o inconveniente da medida, podendo os soldados tomar calor e levarem a coisa a sério.

Uma linda noite de luar sucede o grande certame, e recolhendo-se à casa destinada a hospedá-lo, Pedro II encontra as imediações cheias de gente que o aclama, deitando-lhe flores. Pela manhã, realiza uma caçada de perdizes. A Igreja de Viamão merece o seu apêlo, aparentando ser superior às da Capital: tem sete altares trabalhados e imagens bem acabadas, e lastima-se o recente despojo de suas ricas alfaías em prata e ouro.

Retornando a Pôrto Alegre, a tarde prossegue a beleza do dia ao escurecer, já ao término da jornada, forte temporal os apanha, contendo-se o Imperador no seu ponche, e Teresa Cristina vendo-se obrigada a aceitar a capa que lhe oferece o Major Carlos de Lima.

Sua Majestade oferece dois grandes banquetes, às classes armadas e às autoridades civis e personalidades da Província. Naquela, são convidados os chefes, e um oficial de cada pósto, das diferentes unidades.

A 16 de dezembro segue a comitiva para São Leopoldo, subindo o rio dos Sinos.

Os foguetes anunciam a aproximação do vapor, e no pónto do desembarque, cerca de quatrocentos cavalheiros aguardam Suas Majestades. Na rua principal, arcos de triunfo, música, vivas e flores. O diretor da colônia, Dr. Hildebrando, hospeda Pedro II.

Um longo passeio a pé facilita o conhecimento da povoação onde vivem perto de cinco mil colonos. À noite, à porta da imperial residência, um mestre de cerimônias dirige o côro de crianças, em hinos e canções, terminando por danças ao ar livre, e em casa próxima, com a predominância da valsa alemã. No dia seguinte, o Imperador atravessa o rio para uma caçada, voltando sob o luar.

Nasce um menino no auspicioso dia da visita imperial. O pai é protestante e a mãe é católica. Mas como o padrinho é Sua Majestade o menino é batizado, com o regozijo de ambos os progenitores.

A Igreja Católica é porém mais modesta que a luterana, e logo surge a idéia de ser levantado um templo condigno. Sua Majestade abre a lista das subscrições com três contos de réis.

Despedindo-se do Imperador, o Dr. Hildebrando oferece-lhe um mapa da Europa de 1774, que traz o carimbo da biblioteca de Frederico, o Grande, e D. Teresa Cristina ganha um pássaro de Alemanha, cujo canto variado provinha da imitação das últimas músicas escutadas.

De retórno a Pôrto Alegre, Pedro II é obsequiado com uma caçada de cervos nos campos de Gravataí, e assiste a um Te-Deum mandado rezar pela Irmandade de Nossa Senhora das Dores. As esmolas distribuídas atingem já 42:523\$000.

A 27 de dezembro segue no vapor *Amélia* para a Vila do Triunfo.

Subindo o Jacuí, detém-se nas *Charqueadas*, a dez léguas de distância, para receber homenagens de proprietários locais.

Na Vila do Triunfo a Câmara o recebe debaixo do pátio. Em sua comitiva incorpora-se o Visconde Castro, o Almirante Grenfell, o Comendador Israel de Paiva, o Deputado Oliveira Belo, e o Juiz de direito Costa Mota.

Por terra haviam seguido outros personagens, dentre eles o Barão de Jacuí.

Visitam a povoação, e à noite do dia imediato há um baile a que comparecem umas trinta senhoras, dançando-se até uma hora da madrugada.

Com o encalhe do *Amélia*, a viagem é prosseguida em galeota até Santo Amaro, onde todos chegam com as roupas molhadas por

forte aguaceiro que os surpreendera na desabrigada embarcação.

A Imperatriz tem de recolher-se aos aposentos para que suas vestimentas sejam passadas a ferro.

Passeios a cavalo e crisma, enchem um dia, no logarejo onde existem apenas umas trinta casas.

E depois, cavalgando em rápida batida através das coxilhas, alcançam Rio Pardo a 1 de janeiro.

A povoação, diz um cronista, "é muitíssimo superior à de afamadas vilas, mesmo as da Província do Rio de Janeiro".

Tem uma linda situação entre dois rios, dominando variados panoramas. Possui três igrejas.

Repetem-se as manifestações populares. Assistem a uma clássica corrida de cavalos, e a um brilhante baile. Neste, Suas Majestades dançam cinco quadrilhas. O Imperador, com a Senhora Andrade Neves, futura baronesa do Triunfo, com a senhora do Desembargador Pedro Chaves, com duas netas do Marechal Mena Barreto, e uma neta do Visconde de São Gabriel. A Imperatriz dançou com o Coronel Andrade Neves, o Almirante Grenfell, o Veador José Maria Velho, o Coronel Luís José Ferreira, e o Deputado Oliveira Belo.

A Imperatriz aguardaria o espôso em Rio Pardo, e anuncia-se que Sua Majestade está de esperanças àquela que seria Isabel a Redentora.

Fôra marcado para quatro horas da manhã, na Capela do Senhor dos Passos, a quem quisesse ter a honra de ir ao bota-fora do Imperador.

Mas quem lá chega a essa hora encontra notícia de ter Pedro II partido às três e meia, depois de ouvir missa.

E ele marcha a cavalo com tal velocidade que muitos de sua comitiva não conseguem acompanhá-lo.

Chegá à *Guardinha*, cinco léguas do Rio Pardo, indo pousar na chácara de um Senhor Freitas.

Quando todos se sentem ainda fatigados, e por tal imaginam o Imperador, eis que despertam à sua voz, fazendo mofo da fraqueza dos companheiros, que, entregues ainda ao repouso, muitos deles escondem o rosto sob o ponche.

E pelas 3½ da madrugada, seguiam caminho estrada fora, rumo à Vila de Cachoeira, onde a Câmara, sob o pátio, tropa e povo, prestam as costumeiras honrarias.

Há um baile, mas o Imperador não participa. Deixara a espôsa em Rio Pardo... Não

obstante, Sua Majestade, antes da festa, comparece ao local, manda reforçar os doces e refrescos, e determina que seus criados façam o serviço, levando a sua imperial baixela.

Feito quê, retira-se para a sua residência, fronteira à casa do baile, e na companhia do Conde de Caxias, assiste, sentado à janela, ao entusiasmo dos pares dançantes. Pela manhã, visita as escolas, a Câmara é a Matriz. Depois sai a cavalo até à chácara do Tenente Tristão da Cunha.

Às quatro da manhã segue viagem, indo almoçar no Paço de São Lourenço, à margem direita do Jacuí. Percorre o campo do 2.º Regimento, e comendo por duas vezes o churrasco que ali ardia, convida o Ministro, que se esquivava a imitá-lo.

Acompanhado a mais por um esquadrão de cavalaria, o seu piquete, e dois oficiais da Província como vaqueanos, seguindo sempre, vai sestar na Estância de D. Teresa, aguardando o esfriar do sol, e aproveita o tempo em diálogo com os índios da região. Pergunta-lhes o nome de diversos objetos na língua de suas tribos, e nomeia-lhes outros para experimentar o seu conhecimento.

Pernoita numa Estância, a nove léguas da Cachoeira para galopar sete léguas no dia seguinte, quando chega à Estância, do Capão do Jacuí. Ai repousa, faz uma caçada de mais de légua a pé, e de volta à casa encontra o juiz de Caçapava com uma mensagem dos habitantes daquela vila. Em companhia dêste viera um velho que desejava ver o Imperador, "já pelo dever, já porque tendo servido a três monarcas, o avô, o pai, e Pedro II, até ali nunca vira um rei..."

Mais uma sesta no Paço de São Sepé, e um pernoite na Estância de São João, um almoço na Estância de José Libório, e já a seis léguas de São Gabriel pousa na Estância de Antônio Martins da Cruz Jobim, futuro Barão de Cambá, irmão do médico da Câmara Imperial, "o mais abastado dos estancieiros de todo o caminho, e que tem melhor casa".

Para evitar o sol de verão, parte à meia-noite, e, quando pressente que entraria na vila antes do amanhecer, faz uma parada no Salso. Ai, Caxias transforma o seu ponche em cama para o Imperador, servindo de travesseiro o primeiro tronco que está à mão.

Pedro II atravessara seis grandes rios: o Pardo, o Botucaraí, o Jacuí, o São Sepé, o Salso e o Vacacaí. E a 13 de janeiro, entra entre festas em São Gabriel, para o cronista, "a mais bonita das vilas, com duas ruas espaçosas e bem lançadas".

Luminárias, arcos de triunfo, vivas e foguetes, hospedando-se Sua Majestade em boa casa, disposta pela Câmara.

Pedro II tem especial impressão de São Gabriel.

Além do baile que assiste, há dois sa-raus, e num teatrinho improvisado representações.

Espectáculo de muito agrado são as cavallhadas com os cavaleiros vestidos de índios, montados em pêlo, e com evoluções de lanças jamais vistas.

Outro acontecimento no gênero é a exhibição de laçar e montar potros bravos, polear e pialar feita com excepcional maestria.

O Imperador visita a Estância de Fidélis Prates onde há um belo pomar.

Tôdas as manhãs dá-se Pedro II ao exercício de nadar no Vacacaí, e, diz o cronista, como "à force de forger on devient forgeron", já Sua Majestade nada com desembaraço.

Como de hábito distribui custosas lembranças a várias pessoas, e recebe a visita de outros antigos chefes farroupilhas: Jacinto Guedes da Luz e Davi Canabarro, êste por intermédio de um tio, visto achar-se gravemente doente, vão levar-lhe seus votos de consideração e respeito.

Em marcha forçada, volta o Imperador de São Gabriel a Rio Pardo, em quatro dias: onde ainda visitaria a Estância do Desembargador Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, nas imediações.

Chegando ao Rio Pardo tem a triste noticia da morte do irmão de Caxias, o Major Carlos Miguel de Lima, vitima de súbita enfermidade.

De volta a Pôrto Alegre em 28 de janeiro, Sua Majestade prepara-se para viajar com destino a Pelotas a 3 de fevereiro. Nova lista de graças é publicada.

A Cidade de Pelotas encerraria com brilho o ciclo da imperial visita a terras rio-grandenses.

Junto a uma ponte, construída para o desembarque, enorme número de pessoas aguarda seus régios hóspedes. E até a casa destinada para sua residência, alas de tropa e povo. Domingos de Castro Antiqueira, nas vésperas de ser Visconde de Jaguarí, "o mais rico proprietário do município, põe no Cais à disposição de Pedro II a sua carruagem, "em verdade magnífica, pois não tem outro metal que não seja prata". Outros carros, seges e cavalos estão ali postos a serviço da comitiva. E como

a maioria das pessoas que se encontram na ponte serviram-se de iguais meios de transporte, segue o cortejo para a imperial residência, sob as manifestações populares.

Pelotas tem belos prédios, e o seu teatro é o 4.º do Brasil. Ouve-se Te-Deum.

Em praça pública, levantaram espaçoso anfiteatro para cavallhadas, obra engenhosa de Joaquim Faria Correia.

No espetáculo do teatro, Suas Majestades são recebidas sob aclamações, e o Dr. Mendonça, presidente da Câmara, saúda o augusto casal. Há passeios a pé e a cavalo. Visita a escolas e outros estabelecimentos. A subscrição para o Asilo de Santa Teresa atinge 94:700\$000.

Embarcado pelo São Gonçalo, Pedro II vai à chácara do Monte Bonito, de Francisco Xavier de Faria, a três léguas de distância.

No percurso os viajantes apreciam os caprichos da paisagem, onde o rio, coleando entre várzeas sem fim, destaca inúmeras velas de embarcações que parecem correr sobre campos de verdura.

Esmolas, presentes e donativos, completam a estadia imperial em Pelotas.

Ali, porém, Pedro II receberia, por sua vez, um belo presente, qual foi a carruagem de prata do Sr. Visconde de Jaguarí.

E a 11 de fevereiro, a esquadriha imperial deixa o pôrto do Rio Grande:

Pedro II, de retôrno à Côte, visitaria Santa Catarina e São Paulo.

Escrevendo sobre a viagem de Pedro II ao Rio Grande do Sul, diz Rodolfo Garcia:

"Visitando a Província, logo depois, — e o fato precisa que se dê o relevo — Dom Pedro II conseguiu, só com a sua presença, conciliá-la e conservá-la lealmente unida por todo o longo período do seu reinado (27).

Pelo feliz têrmo dêsse extraordinário serviço à Pátria, de cuja execução êle participou ativa e decisivamente desde os primórdios da verdadeira ação pacificadora, se manifestaria, por sua vez, e em tempo, a Câmara dos Deputados, onde se assentavam os representantes da Nação.

Quando foi da chegada de Sua Majestade à Côte, numerosa delegação de deputados vai ao Paço cumprimentá-lo em caráter oficial, sendo intérprete, Antônio Pereira Rebouças.

(27) RODOLFO GARCIA — Viagens de Dom Pedro II — Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 98, vol. 152, págs. 114 e 115.

E quando, na abertura do Parlamento, Pedro II manifesta o seu regozijo pelo feliz êxito de sua viagem, e a paz reinante em todo o Império, responde-lhe a opinião nacional, através do Voto de Graças da Câmara de 16 de maio de 1846:

“Agradecendo, como um benefício da Providência, a paz de que hoje gozam tôdas

as províncias do Império, a Câmara dos Deputados reconhece que essa paz é também o resultado necessário da política de moderação, de justiça, de clemência e de equidade, que ao mais remoto futuro farão lembrar o nome sempre adorado de Vossa Majestade Imperial”.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTO RANGEL — No Rolar do Tempo.

ALFREDO VARELA — Política Brasileira.

ANais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados, sessões de 1844 a 1846.

ANTÔNIO PEREIRA PINTO — “Falas do Trono”.

ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA — Diário — in Almanaque Literário Estatístico do Rio Grande do Sul para 1911-12.

BARÃO DE JAVARI — Organizações Ministeriais desde 1822 a 1889.

CLÁUDIO GANNS — A proclamação da Maioridade, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Volume 175.

CONDE DE IRAJÁ — Dom Manuel de Monte Rodrigues de Araújo, bispo capelão-mor do Rio de Janeiro. Carta Pastoral. Contém providências acerca do estado da Igreja no Rio Grande do Sul, depois da pacificação dessa Província. Rio de Janeiro, 1845 (19 páginas, Biblioteca Nacional).

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO — Edições de outubro de 1845 a março de 1846, existentes na Biblioteca Nacional.

FRANCISCO DE SÁ BRITO — Memória sobre a revolução de 20 de setembro de 1835, in Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1904.

FREI ANTÔNIO DO CORAÇÃO DE MARIA ALMEIDA — Oração gratulatória que, na solene ação de graças, celebrada na Capela Imperial no dia 26 de abril de 1846 pelo feliz regresso de S.S. M.M. I.I. das províncias do Sul a esta Corte, recitou... Rio de Janeiro, 1846 (8 páginas, Biblioteca Nacional).

HEITOR LIRA — História de Dom Pedro II.

H. CANABARRO REICHARDT — Bento Gonçalves.

Inventário de Documentos da Casa Imperial do Brasil.

JOÃO PINTO DE SILVA — A Província de São Pedro.

JORNAL DO COMÉRCIO — Edições de outubro de 1845 a março de 1846, existentes na Biblioteca Nacional.

Livros da Mordomia da Casa Imperial do Brasil, existentes no arquivo do Museu Imperial.

LUCAS A. BOITEUX — Paranduba Catarinense — Revista do Instituto Histórico Brasileiro — Volume.

OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA — A Maioridade — Instituto Histórico Brasileiro — Nono Volume, Terceiro Congresso de História Nacional.

OTELLO ROSA — Vultos da epopéia farroupilha.

PEDRO CALMON — O Rei Filósofo.

Programa para o recebimento de suas majestades imperiais no regresso de sua viagem às províncias de São Pedro, Santa Catarina e São Paulo. Rio de Janeiro, 1846 (6 páginas, Biblioteca Nacional).

RAIMUNDO PINTO SEIDL — O Duque de Caxias.

ROCHA POMBO — História do Brasil, Capítulo XIV, Complicações da política interna.

RODOLFO GARCIA — Viagens de Dom Pedro II — Revista do Instituto Histórico Brasileiro — Volume 152, tomo 98.

Sentinela da Monarquia — Edições de outubro de 1845 a março de 1846, existentes na Biblioteca Nacional.

SOUSA DOCA — Caxias pacificador — Revista Militar Brasileira nº 3.

TASSO FRAGOSO — Volume XXXV, A revolução farroupilha.

TAVARES DE LIRA — Fim das revoluções e consolidação definitiva da ordem interna. Revista do Instituto Histórico Brasileiro — Tomo Especial — Contribuição para a biografia de D. Pedro II.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — Guerra Civil do Rio Grande do Sul — Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

VILHENA DE MORAIS — “O Duque de Ferro”.

VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO — Memórias — Revista do Instituto Histórico Brasileiro — Tomo XXXVIII, parte segunda.

WALTER SPALDING — Farroupilhas e Caramurus — O Governo do Município — Da Maioridade à Guerra do Paraguai — in Boletim Municipal, ano III, nº 8, vol. 4.

ASPECTOS DA PRIMEIRA VIAGEM DOS IMPERADORES DO BRASIL À EUROPA E EGITO

(1871 - 1872)

FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS

Por amável imposição do nosso presidente perpétuo, o Exmo. Sr. Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, aqui nos encontramos. Versará esta tertúlia sobre uma parte da PRIMEIRA VIAGEM QUE OS IMPERADORES FIZERAM À EUROPA E EGITO, no período compreendido entre 25 de maio de 1871 e 30 de março de 1872.

Foi sempre um grande desejo de Dom Pedro II conhecer a Europa, que lhe era tão familiar pelos estudos e pelos amigos que lá possuía. Afinal, na casa dos 45 anos, chegou a oportunidade, constituída por sérias determinantes. Até 1871, não fôra possível ao Imperador realizar êsse desejo. Os soberanos da época podiam viajar com toda a facilidade, mas ao nosso isso não era possível. Ninguém, no Brasil, de boa vontade, o consentiria. O Imperador — o chefe do Estado — era-nos necessário a cada momento, como indispensável conselheiro em todos os assuntos. Havia — além disso, um extraordinário apêgo ao monarca. Quando, em 1847, S. M. iniciou os seus veraneios em Petrópolis, em jornais foi estranhada a sua ausência da Côrte do Rio de Janeiro. Mesmo as viagens às Províncias deixavam um certo vácuo. Entendia-se que o lugar do timoneiro era em seu pósto.

A 9 de fevereiro de 1871, falecia em Viena de Austria a Princesa Dona Leopoldina, e a notícia aqui nos chegou pelo paquete *Oneida*, nos primeiros dias de março.

A dor experimentada pelos extremosos pais foi imensa. Ninguém poderia esperar tão fatal acontecimento, sobretudo tratando-se de uma jovem espôsa e mãe de quatro filhinhos, em tenra idade.

Pelos jornais se verifica o desejo de Dom Pedro II de ir à Europa buscar os netos, e visitar o túmulo de sua filha. S. M. imediatamente mandou reservar passagem num dos chamados *vapores de Southampton*, aguardou a volta de sua filha Isabel, que se achava na Europa, em segunda viagem, ao mesmo tempo que pediu à Assembléia licença para ausen-

tar-se do Império. Esse pedido foi apresentado tendo como razão o estado doentio da Imperatriz, que iria melhorar a saúde, duplamente abalada, nas caldas de-Carlsbad.

Quem quer que leia os documentos da época, jornais, Anais do Parlamento, etc., verá o *frisson* que correu nestes Brasis, onde — parece, fugia o terreno. Muitos lembram-se dos tempos da Menoridade, quando tínhamos e não tínhamos Imperador, ou governante de fato. Pensou-se mesmo numa Regência e que não seria possível à Princesa exercê-la, tão complexa era a política e tão palpitantes os problemas do Brasil. Dom Pedro, que acreditava e imaginava o reinado de sua querida Isabel, não se preocupava com os comentários e a Princesa iria estreiar-se no govêrno do Império, na qualidade de Regente. Faria reformas e referendaria atos que lhe permitissem uma ambientação feliz. Ao mesmo tempo, o monarca confiava em absoluto nos ministros que iria deixar em tórno da filha — no fundo, mesmo de indústria — para não se envolver em política e excursionar como um verdadeiro *touriste*, desejo de ver e aprender, como realmente fêz.

Se tem cabimento a comparação, lembraremos que quando, no século XVIII, Benjamin Franklin foi à Europa a fim de conseguir auxilio para a independência da sua Pátria, os franceses admiraram-se da singeleza dos seus costumes e até da modéstia do seu trajar. Habitados a ver os homens de Estado no meio do aparato social, estranhavam que o representante de um povo se distinguisse mais pela austeridade do procedimento do que pela ostentação e magnificência. Na segunda metade do século XIX outro cidadão americano causou admiração aos povos da Europa por análogas qualidades: foi D. Pedro II, Imperador do Brasil.

A 25 de maio de 1871 partiram os Imperadores, acompanhados de Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, camarista; Barão do Bom Retiro, veador; Barão de Itáuna, mé-

dico; D. Josefina da Fonseca Costa, dama da Imperatriz; D. Leonídio dos Anjos Espozel; D. Joana Maria; Pedro Paiva, criado particular do Imperador, e vários outros servidores da Casa Imperial. Grande foi o aparato da partida para bordo do paquete *Douro* e o acompanhamento marítimo até fora da barra.

No dia 28 achavam-se Suas Majestades na Bahia; a 30, em Pernambuco. Da Veneza Brasileira rumaram a Lisboa.

No dia 31, à meia hora depois do meio-dia, o *Douro* enfiava na proa para um ponto escuro que pairava sobre as ondas: Fernando de Noronha, pela frente de cujo porto passava às três e meia da tarde, com bandeira inglesa na pôpa e no mastro grande o pavilhão do Imperador. O cronista de viagem, notável personagem que mandava notícias para o *Diário do Rio de Janeiro*, assim escreveu: "Quantas idéias me ocorreram ao passar por aquela ilha e quantas se não elevariam na mente do soberano brasileiro e na dos infelizes a quem a sorte adversa submeteu ao exílio!"

A noite de 8, o *Douro* aproximou-se das ilhas Canárias. O comandante, homem de fina educação, nada poupou para que a viagem fôsse agradável, e sabendo que o Imperador desejava, de passagem, conhecer Tenerife, fez com que se passasse perto da ilha de Santa Cruz.

PORTUGAL

Na madrugada do dia 12 navegava-se já em águas da costa de Portugal: o cabo Roca, a serra de Cintra, Cascais, São Julião, o Bugio: manhã clara e serena, belíssimo espetáculo. Sulcando as águas do Tejo, passando à frente do forte de Belém, o *Douro* deu fundo ante o convento dos Jerônimos, pela pôpa da corveta *Estefânia*. Ouviu-se então uma salva de 21 tiros.

Subiu a bordo o Vice-Almirante Visconde de Soares Franco, comandante-geral da Armada Portuguesa, a fim de cumprimentar SS. MM. e de levar ao seu conhecimento as disposições do governo, isto é, de que tudo estava preparado para uma condigna recepção e, a fim de que a quarentena lhes fôsse menos incômoda, estava-lhes destinada a *Estefânia*, dotada de confortáveis aposentos. O Imperador com grande amabilidade recusou, preferindo ir para o lazareto com os seus companheiros de viagem. Descrever os movimentados detalhes da semana que o Imperador passou recluso, em benefício da saúde pública

portuguesa, ser-nos-ia impossível aqui (1). Os Reis Dom Luís I, Dom Fernando, a nobreza, os intelectuais para lá afluíram, em extraordinário vaivém.

No dia 20, com grande e aparatoso acompanhamento, deixavam os Imperadores o lazareto, em direção ao *Hotel de Bragança*, onde se hospedaram com a comitiva.

SS. MM. brasileiras visitaram São Vicente de Fora, onde reverenciaram os despojos dos antepassados de D. Pedro II; os paços da Ajuda e das Necessidades, o convento dos Jerônimos, Belém, não esquecendo de visitar, às Janelas Verdes, a Imperatriz-Viúva, D. Amélia, que, doente, como quase sempre, se conservava em sua câmara, onde estreitamente abraçou o enteado, sendo por ele abraçada com a veneration de filho dedicado. Haviam decorrido 45 anos do Sete de Abril de 1831. No dia seguinte, 21, voltou Dom Pedro II a visitar sua madrastra apresentando-lhe suas despedidas.

Nessa noite, houve um esplêndido jantar no Paço da Ajuda, terminado o qual o Imperador visitou o magnífico Observatório Astronômico, fundado na Real Tapada da Ajuda por seu falecido sobrinho e afilhado, Dom Pedro V, e dirigido pelo engenheiro Frederico Augusto Oom (2). Conforme veremos, daqui por diante, as visitas aos observatórios constituíram preocupação constante do monarca, em suas viagens ao estrangeiro.

Partida para a Espanha

No dia 22 de junho pela manhã, os Imperadores, seu genro Dom Luís Augusto Maria Eudes de Coburgo e Gotha (3), Duque de

(1) Em outra ocasião trataremos da interessantíssima e imensa documentação sobre a permanência dos Imperadores em Portugal, sobretudo, quando voltaram para o Brasil em março de 1872.

(2) Para maiores detalhes ver o *Jornal do Comércio* de 27 de julho de 1871.

(3) Nascido em Eu, Sena inferior, França, a 9 de agosto de 1845, e falecido em Carlsbad, a 14 de setembro de 1907.

Descendia, portanto, o genro dos Imperadores do Brasil do ramo colateral da casa de Saxe-Coburgo-Gotha, criado pelo Duque Fernando Jorge Augusto (1785-1851); 5.º filho de Francisco (1750-1806), Duque reinante de Saxe-Coburgo-Saalfeld.

Posteriormente, o ducado mudou o nome para Saxe-Coburgo e Gotha, em virtude de ter Ernesto I, em 1826, adquirido o ducado de Gotha, cedendo Saalfeld, (à exceção de Kranichfeld).

Investido do maiorato húngaro o Duque Fernando, sendo católico, ficou excluído da sucessão eventual no ducado de Coburgo e Gotha. Todavia, S. A., pessoalmente, não abjurou a fé protestante de seus pais. Limitou-se a mandar educar seus filhos nos princípios da Igreja Romana.

Os domínios do apanágio do Duque Fernando, ex-vi do seu casamento com a Princesa de Kohary, Maria Antonieta Gabriela (1797-1862), única herdeira da casa de seus pais, só lhe foram conservados,

Saxe (que os fôra encontrar em Lisboa) e comitiva partiram para a Espanha, em direção à Inglaterra. Às sete horas e meia estavam na estação da estrada de ferro, em cuja en-

trada o Batalhão de Caçadores n.º 5 dava guarda. Ali os esperavam El-Rei Dom Fernando e o Infante Dom Augusto, Duque de Coimbra, chegando momentos depois El-Rei Dom Luís.

como feudos reais húngaros que eram, intransmissíveis por via feminina (dada a vigência da lei sálica), graças a uma impetração especial, para a qual teria previamente que receber a naturalização húngara. Essa lht foi conferida em 1827, por decreto imperial. A 21 de março de 1831 foi-lhe feita doação desses domínios, e a investidura solene se fez, com o ritual de uso, a 5 de dezembro do mesmo ano.

A casa de Kohary compreendia, na Hungria, os senhorios de Csabragh, Szitnya, Murany, Balogvar, Rima Szécs, Debreczin, Fulek, Kecskemet, e na província austriaca, no Baixo Ems, os senhorios de Walterskirchen, Ebenthal e Durrenkrout.

As alianças formadas, sucessivamente, entre a sua família e as casas de Orléans e Bragança, e a estreita união que existiu, desde 1796, com as casas da Rússia (Casamento do Grão-Duque Constantino Paulowitsch com a Princesa Juliana Henriqueta Ana Feodorowna) e de Wurtemberg desde 1798 (Casamento de Antonieta Ernestina Amélia com S. A. R. o Duque Alexandre Carlos Frederico de Wurtemberg), desde 1816 com a corte de St-James (Casamento de Leopoldo de Saxe com a Princesa Carlota, filha do Rei Jorge IV e, em 1818, o casamento de Maria Luísa Vitória com Eduardo, Duque de Kent, pais da Rainha Vitória, que sucedeu a seu tio, Guilherme IV, e se casou com seu primo Alberto); e desde 1831, com a Bélgica, asseguraram a este ramo da casa de Coburgo, que figurava entre os mais ricos do Império da Áustria, um lugar de grande evidência entre as casas principescas da Europa.

O Duque Fernando teve de seu consórcio com Maria Antonieta Gabriela, filha de Francisco José, Príncipe de Kohary, os seguintes filhos:

1) Fernando Augusto Francisco Antônio, nascido em 29 de outubro de 1816, Rei de Portugal, sob o nome de Dom Fernando II, pelo seu casamento com a Rainha Dona Maria II, a 19 de janeiro de 1836. Mudou, pois a varonia da casa de Portugal, de Bragança, para Saxe-Coburgo;

2) Príncipe Augusto Luís Vítor, nascido em Viena a 13 de junho de 1818 e falecido a 26 de julho de 1881, Major-General ao serviço do Reino de Saxe, herdeiro de seu pai, em virtude da renúncia do Rei de Portugal. Casou-se a 20 de abril de 1843, em Saint-Cloud, com a Princesa Maria Clementina de Orléans, filha do Rei dos Franceses, Luís Felipe, nascida em Neuilly a 3 de junho de 1817 e falecida em Viena, a 16 de fevereiro de 1907.

3) Vitória, nascida a 14 de fevereiro de 1822. Desposou Luís, Duque de Nemours, filho do Rei dos franceses, Luís Felipe, a 27 de abril de 1840.

4) Leopoldo, nascido a 31 de janeiro de 1824, Capitão-de-Cavalaria a serviço da Áustria.

Dois desses príncipes, o segundo e o terceiro, respectivamente, o Príncipe Augusto Luís Vítor, e a Princesa Vitória, estão intimamente ligados à Família Imperial do Brasil. O primeiro foi o pai de Luís Augusto Maria Eudes, Duque de Saxe, nascido em Eu a 9 de agosto de 1845, e que se consorciou com a Princesa Leopoldina, segunda filha dos Imperadores do Brasil.

A Princesa Vitória, Duquesa de Nemours, foi a progenitora de Filipe Luís Maria Fernando Gastão d'Orléans, Conde d'Eu, espôso da Princesa D. Isabel, herdeira do trono brasileiro e tronco da atual Família Imperial Brasileira.

SS. MM. dirigiram-se ao salão real e receberam os cumprimentos do Ministério, Câmara Municipal, corporações, conselheiros de Estado, pares do Reino, ex-deputados, oficiais da armada e grande número de pessoas de distinção, tanto portuguesas como brasileiras. Esperavam-nos também várias damas e cavalleiros que os haviam acompanhado a bordo do vapor *Douro* e no Lazareto, de todos tendo os Imperadores se despedido com amabilidade.

As oito horas em ponto os Imperadores subiram para o trem. Ao sinal de partida, soou o hino brasileiro, tocado pela banda de música do Batalhão de Caçadores; vivas foram dados ao Imperador e à Imperatriz.

Sua Majestade, ao despedir-se de Dom Luís, disse-lhe: "Vou muito penhorado pela recepção que me fez o povo português."

Seguiram até a fronteira os membros da legação do Brasil, os diretores do caminho de ferro, Chamiço, Roldam e Francoés, além do Ministro das Obras Públicas, Visconde de Chancelheiros e seu secretário de gabinete e o Conselheiro Miguel Maria Lisboa, futuro Barão de Japurá, Ministro do Brasil.

As dez horas o comboio chegou a Santa-rém, onde o esperava uma guarda de honra. Vivas aclamações prorromperam à passagem de Suas Majestades. Às onze horas chegou ao Entroncamento e às onze e um quarto entrou no Alentejo. A uma hora em Abrantes, foi também recebido com entusiásticos vivas, fazendo guarda de honra o Batalhão de Infantaria n.º 5. Chegou a Elvas às quatro e dez minutos; dava guarda de honra uma brigada composta do 4.º Batalhão de Caçadores e um Corpo de Lanceiros.

ESPANHA

Badajós e Ciudad Real

Finalmente, o trem chegou à cidade de Badajós às cinco horas menos cinco minutos; lá se achava formado um Corpo de Polícia Espanhola.

Apresentaram-se a S. M. o Governador-Civil e o Capitão-General do Distrito, que lhe pediram suas ordens. O Imperador respondeu que não tinha ordens a dar e que viajava sob rigoroso incógnito.

A noite, apresentaram-se a S. M. dois ajudantes-de-campo do Rei de Espanha, Ama-

deu I, aos quais o Imperador declarou o modo por que queria viajar; não desejava demonstrações oficiais, pôsto que fôsse reconhecido à bondade do Rei.

SS. MM. e comitiva visitaram Badajós e alguns de seus monumentos; jantaram na estação da estrada de ferro às oito horas e dormiram nos carros do trem.

No dia 23, às cinco horas da manhã, partiram para Madrid, viajando todo o dia e indo jantar em Ciudad Real, na própria estação.

O trem caminhou toda a noite e na manhã de 24 chegou a Madrid, onde o Imperador foi recebido pelos componentes da legação do Brasil.

Madrid

SS. MM. tomaram aposentos no Grande Hotel de Paris, situado na Rua Alcalá, esquina da Puerta del Sol; partiram no dia seguinte, às cinco e meia da tarde.

Pouco se demoraram em Madrid, onde o Rei Amadeu I foi cumprimentá-los no hotel.

Na capital espanhola, o Imperador visitou o Congresso, examinando detidamente quadros e bustos que encontrou nos salões e especialmente o arquivo. Foi à Academia, ao Museu e a outros estabelecimentos dignos de exame.

Uma fôlha madrilense dizia que S. M. mostrava ter grande conhecimento da história e literatura espanholas, assim como dos homens ilustres daquele país. A *Época* assinalou que, durante as horas em que se demorou em Madrid, o Imperador conservara o mais rigoroso incógnito. A *Ibéria* publicou extenso artigo, em que Benigno Joaquim Martinez realçava a sabedoria com que S. M. dirigia os destinos da Nação Brasileira, promovendo a sua prosperidade.

Mostraram-se ao Imperador exemplares das Constituições Espanholas, declarando êle muito sentir não ter tempo de os ler. Desejou ver as assinaturas de Prim, Rivero, Olozaga, Castelar e de outros homens importantes na política. Aceitou alguns livros que lhe ofereceram.

A Imprensa, em geral, falou favoravelmente a respeito das qualidades dos soberanos brasileiros e do acolhimento que encontraram na capital espanhola.

Partida de Madrid. Burgos, Vitória e Hendaya

SS. MM. II. e comitiva, acompanhados do Duque de Saxe, partiram de Madrid às cinco e meia da tarde do dia 25 de junho. Passaram a noite no trem e chegaram a Burgos às três

horas e vinte minutos da madrugada; a Vitória, às seis e trinta e um da manhã e a Hendaya (fronteira francesa) às dez horas e quarenta e oito minutos da manhã.

Ali foram recebidos pelo Barão de Itajubá e senhora, pelo Conselheiro Tomás Fortunato de Brito (futuro Barão de Arinos), pelo Cônsul do Brasil em Paris, Juvêncio Maciel da Rocha e senhora, além de outros brasileiros.

Entre as pessoas que esperavam SS. MM. em Hendaya, estava a Condessa de Barral e Pedra-Branca, que foi acolhida com as maiores demonstrações de apreço e que, a convite de SS. MM., ficou integrando a comitiva imperial.

Adolphe Thiers, então chefe do governo provisório, desde a queda de Napoleão III, e primeiro Presidente da República, mandou o Conde Artur de Gobineau, antigo Ministro de França na corte fluminense, de abril de 1869 a maio de 1870, como enviado especial, apresentar os respeitos da República Francesa ao Imperador do Brasil, na fronteira franco-espanhola (1), acompanhando-o até Calais.

Em carta dirigida ao escultor José Berna, estabelecido à Rua da Ajuda, no Rio de Janeiro, datada de Paris, 23 de junho de 1871, (57, rue de Chateaudun) dizia, num *post-scriptum*, Gobineau: "Je part ce soir pour aller audevant de l'Empereur et de l'Impératrice. Ils arrivent le 26 à la frontière d'Espagne et je les accompagnerai jusqu'à Calais." (2).

Nessa localidade, tomaram a linha férrea de Bordéus, pois não era idéia do Imperador deter-se em França; seu programa seria de visitá-la de meados de dezembro dêsse ano de 1871 a janeiro de 1872, como o fez.

Em três dias, portanto, SS. MM. atravessaram o território francês, de Hendaya a Calais, com destino à Inglaterra, onde iriam permanecer cerca de mês e meio.

FRANÇA

Baiona, Morcena, Bordéus, Tours, Mans, Meuredon e Serquigny

SS. MM. almoçaram em Hendaya às onze horas da manhã de 26 de junho.

Seguindo viagem, pararam em Baiona, à uma hora e nove minutos da tarde; em Morcena às três horas e quarenta e quatro minutos e chegaram a Bordéus às cinco e vinte e dois minutos da tarde.

(1) Georges Raeders, *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*, p. 51.

(2) Possuímos em autógrafo a referida carta, que nos foi oferecida pelo Sr. Ariosto Berna.

Até oito horas da noite visitaram, em carruagem, alguns estabelecimentos importantes, recolhendo-se ao primeiro hotel do lugar, em que jantaram.

No da 27, às seis da manhã, saíram outra vez de carro e foram visitar o Jardim Público; almoçaram e partiram às dez e dez minutos.

SS. MM. jantaram em Tours às cinco da tarde e seguiram para Mans, capital do departamento do Sarthe, às oito e meia da noite. Aí dormiram.

No dia 28, partiram de Mans às cinco e cinquenta da manhã; passaram por Meuredon às dez e cinquenta e cinco, por Serguigny à uma e quarenta e cinco da tarde e chegaram a Ruão às cinco e dez minutos.

Ruão

Ao chegar em Ruão, foram recebidos pelo Cônsul-Geral de Portugal no Havre, Visconde de Ferreira Alves, e mais funcionários consulares portugueses e brasileiros. Em todos os pontos onde tocavam, as autoridades locais iam ao encontro de SS. MM., que do trem de ferro passaram para carruagem e foram visitar a magnífica catedral.

A cidade achava-se ainda ocupada por tropas prussianas e um regimento se achava formado em frente ao Hotel de Inglaterra, onde SS. MM. se hospedaram. Quando o Imperador saiu da carruagem o comandante da praça foi cumprimentá-lo e anunciar que uma guarda de honra seria postada em frente ao hotel, devendo à noite a banda prussiana oferecer-lhe uma serenata. Respondeu o Imperador que se estivesse na Alemanha não se oporia absolutamente, mas estava em França e não podia aceitar que os músicos dos vencedores o fôssem saudar no solo dos vencidos. Essa advertência foi imediatamente acatada (1).

Algum tempo depois era o Imperador entusiasticamente aclamado pelo povo e veio por um momento à janela que deitava para a praça.

(1) Alguns meses após a Comuna, Dom Pedro II encontrou-se de passagem pela França, conforme vemos. Ainda corriam os dias da ocupação alemã. Aqui lembraremos que Gustavo Flaubert, filho de Ruão e nomeado tenente das forças de defesa da Província, teve de marchar um dia, em pleno inverno, três horas a pé, a fim de arranjar feno e palha para os invasores. Nas *lettres à sa nièce Caroline*, há referência aos sofrimentos dos ruanenses. A casa de Croisset onde foram escritos *Salambô*, *Madame Bovary* e toda a obra de Flaubert, teve de ser abandonada pelos donos, para receber seis cavalos, sete soldados e três oficiais germânicos.

A seguir, o Prefeito do Sena Inferior apresentou-se ao Imperador, que o recebeu com sua costumada afabilidade.

Amiens, Versalhes e Calais

No dia 29, saíram de Ruão às seis e vinte cinco da manhã, passaram e almoçaram em Amiens às nove e cinquenta e chegaram a Calais à uma hora e dez minutos, onde encontraram grande número de brasileiros, como já havia acontecido em Hendaya e em Ruão.

Em Versalhes o Imperador avistou-se com o chefe do poder executivo francês, Adolpho Thiers. O Imperador tinha-lhe telegrafado de Baiona e dirigiu-se àquela cidade em trem expresso, mas não saiu da estação, onde recebeu sua visita. O Prefeito, Subprefeito e o *Maire* prestaram a S. M. as devidas homenagens.

O Imperador prosseguiu depois em sua viagem, acompanhado dos Ministros do Brasil em França e na Bélgica, que tinham ido recebê-lo na fronteira franco-espanhola.

Em Calais embarcaram, à uma e três quartos, para Dover, onde chegaram às três e três quartos, alcançando Londres na noite de São Pedro de 1871 (1).

Na Grã-Bretanha, os Imperadores demorar-se-iam até 12 de agosto, rumando em seguida para a Bélgica.

BÉLGICA

Ostende

SS. MM. atravessaram novamente o estreito de Calais em direção a Ostende, onde chegaram às três horas da madrugada de 13 de agosto, hospedando-se no Hotel du Commerce.

Por volta das onze horas da manhã foi visitá-los no hotel o Rei Leopoldo II, acompanhado de um ajudante de campo; não encontrando o Imperador, voltou à uma hora; tomou SS. MM. em sua carruagem e os conduziu ao caminho de ferro. O Rei Leopoldo II fazia, então, em Ostende, uma estação de banhos.

Bruges e Gand

SS. MM. partiram para Bruges e aí jantaram, no Hotel Flandres; saíram do hotel às seis e meia da tarde e chegaram a Gand às

(1) Não fazemos aqui maior referência à primeira visita que os Imperadores do Brasil realizaram à Inglaterra, por ter este assunto constituído a conferência que realizamos no Instituto Histórico de Petrópolis a 2 de dezembro de 1943, a qual foi publicada na revista *Estudos Brasileiros*, ns. 34-35-36, do 1.º semestre de 1944.

sete e meia, hospedando-se no Hotel Royal. A capital da Flandres oriental era célebre pelas suas obras hidráulicas.

Antuérpia

De Gand partiram no dia 14 para Antuérpia, onde visitaram o jardim zoológico, a catedral, a biblioteca e vários estabelecimentos. Mais tarde, foi o Imperador, acompanhado de seu camarista, visitar as fortificações.

O Imperador apreciava a galeria de quadros do Museu da Rua Vênus quando encontrou diversos membros do Congresso Internacional de Estatística, que ali se achava reunido e, a convite de seu presidente, foi assistir ao início dos trabalhos, na sala das exposições.

S. M. conhecia de nome a maior parte dos congressistas; citava-lhes as obras e discutiu com alguns diversos pontos. Esse fato produziu viva impressão, não só pela inteligência que admiravam no Imperador, como pela sua notável memória, revelada a cada momento.

Uma deputação da assembléia foi convidar S. M. para assistir aos trabalhos do Congresso. O Imperador dignou-se aceitar o convite e entrou imediatamente na sala. Depois de ter tomado assento, pronunciou em francês as seguintes palavras, que foram reproduzidas pelos jornais: "Julgo-me feliz por me encontrar neste Congresso de Geografia. Pertencço às duas sociedades geográficas de Londres e de Paris. Tenho a satisfação de ver nesta assembléia muitos membros daquelas sociedades."

Apenas o Imperador tinha terminado, começaram os debates, versando sobre cosmografia. A essa sessão presidiu o Almirante Ommonder, delegado da Sociedade Geográfica de Londres. Depois de ter ouvido falar os primeiros oradores, o Imperador retirou-se.

Uma circunstância, porém, foi para lastimar-se. A esse Congresso Internacional todos os países enviaram delegados e o Brasil, tão rico de inteligência e tão ativo em tudo quanto interessava à marcha e ao progresso do espírito humano, aí se representou, por acaso, pelo Imperador.

Bruxelas

No dia 15, às sete da noite, SS. MM. deixaram Antuérpia, sede da escola flamenga de pintura e partiram para Bruxelas, capital do reino, onde chegaram às oito horas, hospedando-se no Hotel Bellevue.

No dia 16, o Imperador almoçou no hotel, com seu cunhado, Conde de Trapani (irmão de Dona Teresa Cristina) e alguns convidados.

Nessa tarde o Imperador jantou com um personagem que, havia muito, residia incógnito naquela cidade: o ex-Rei de Nápoles, Francisco II, sobrinho da Imperatriz.

Fimdo o jantar, houve recepção nas amplas salas do Bellevue. O Imperador recebeu os cumprimentos do corpo diplomático, de grande número de funcionários públicos, dignitários da casa real, dos da casa do Conde de Flandres e outras pessoas. Estiveram presentes quase todos os súditos brasileiros que se achavam em Bruxelas. Entre os estrangeiros distintos que concorreram ao jantar, figurava o General Bosco, célebre defensor de Gaeta.

O Imperador, à noite, foi visitar o Observatório Real, onde se demorou duas horas, das dez à meia-noite, fazendo observações astronômicas.

Às cinco horas da manhã do dia 17, saiu em direção a Waterloo, visitando o célebre campo de batalha.

Ao meio-dia regressou à cidade, saindo à uma hora, depois do lanche, para Gemblose, a fim de examinar a Escola de Agricultura.

Pelas três da tarde voltou a Bruxelas; esperava-o Jules Victor Anspach, Burgomestre da cidade, na estação de Luxemburgo, com o qual o Imperador visitou diversos pontos e entre eles o *bulevar* em construção, na parte baixa da cidade.

Durante a curta estada em Bruxelas, perguntou o Imperador ao Burgomestre quais eram os edifícios de maior interesse e utilidade na capital belga. Anspach, entre outros, fez notar especialmente a instituição filantrópica do Asilo dos Velhos, de Santa Gertrudes. O Imperador visitou aquêle estabelecimento, com a minúcia do costume, e dirigiu felicitações aos administradores, pela boa direção do serviço e especialmente louvou o sistema econômico por eles adotado, que lhes permitia atender à manutenção completa de cada asilado, incluindo até o dinheiro de algibeira, 70 centimos diários.

No dia 17, SS. MM. e comitiva jantaram com o Rei (a Rainha achava-se na Hungria), em virtude de convite previamente aceito. O soberano belga, porém, em vez de esperar os seus hóspedes em palácio, foi ao Hotel Bellevue, para onde enviara belas carruagens da casa real, levando-os em sua companhia. O Imperador trajava casaca preta e cingia a grã-cruz de Leopoldo.

Os jornais fizeram referência a um incidente que se deu naquela ocasião. Um ato de cortesia entre os dois soberanos chamou a atenção de algumas pessoas. O Imperador insistia em ceder ao Rei Leopoldo o lugar de

honra na carruagem. O Rei, por sua parte, também insistia e, não querendo ceder nenhum dos dois, sentaram-se em frente um do outro.

Era tarde quando os Imperadores regressaram do palácio de Laecken, onde se realizou o jantar.

Contam as fôlhas de Bruxelas que, enquanto o Imperador se conservou na Bélgica procurou obter minuciosas informações a respeito das instituições por que se regia aquêlê país; acêrca do estado político dos partidos, e sôbre os recursos da indústria e do comércio.

Os jornais davam largos pormenores. Diziam que o Imperador também se informara relativamente aos estabelecimentos de instrução pública, acêrca da Universidade e das escolas de minas, as quais forneciam ao Brasil muitos e hábeis engenheiros. O Imperador era leitor, desde 1843, da publicação intitulada *Anais das Universidades da Bélgica* (1), cuja coleção existe na Biblioteca Nacional.

Um jornal de Bruxelas assim descreveu o Imperador: "D. Pedro II é um homem de estatura forte, olhar vivo, fisionomia franca e inteligente. Tôdas as pessoas que têm tido ocasião de se aproximar de Sua Majestade louvam muito a sua afabilidade e a penetração do seu espirito. Em uma palavra, a conversação de Sua Majestade prova que é um soberano, amigo do progresso, com idéias largas e liberais e mui dedicado a seu povo."

Na Casa da Moeda de Bruxelas foi cunhada uma medalha comemorativa da visita do Imperador à Bélgica. Mede 78 milímetros de diâmetro, foi aberta por Leopold Wiener e apresenta no anverso o perfil, à direita do Rei, com a legenda — *Leopoldo II, Rei dos Belgas*.

No reverso, as armas do Brasil e em torno uma grinalda de carvalho; na orla, a legenda — *D. Pedro II, Imperador do Brasil, visita à Bélgica*. No exergo a era, 1871.

O trabalho artístico é de perfeita execução e faz honra ao talento do gravador Leopold Wiener. É uma das belas medalhas feitas no estrangeiro, referentes ao Brasil e a primeira da série em homenagem a Dom Pedro II, por ocasião de sua visita à Europa. Lembramo-la porque as medalhas comemorativas têm grande poder de evocação e afigu-

ram-se-nos monumentos tão perenes quanto as estátuas.

No dia 18, pela manhã, SS. MM. e comitiva partiam de Bruxelas em direção a Namur e Seraing. Chegaram a Seraing às dez horas. Almoçaram e dirigiram-se às oficinas da Sociedade Cockerill, onde foram recebidos pelo diretor E., Sadaine.

O Imperador demorou-se perto de duas horas, examinando diversas oficinas daquela imensa fábrica, mostrando o mais vivo interesse. Os Imperadores e sua comitiva fizeram uma refeição em casa do diretor Sadaine e em seguida embarcaram em vapor empavesado com as côres brasileiras e belgas, que lhes tinha sido pôsto à disposição pela Sociedade de Navegação do Seraing, e nêlê subiram o Mosa, até Liège.

A bordo seguiam, além de outras pessoas, Kamp, diretor das carvoarias Cockerill. O vapor chegou a Liège depois de duas horas e meia de viagem. Os imperiais viajantes foram recebidos, no Cais do Comércio, pelo Burgomestre Piercort, e pelo Cônsul do Brasil naquela cidade, Jules Nagelmackers de Brouchère.

O Imperador subiu, imediatamente, a uma carruagem descoberta, juntamente com a Imperatriz, a Condessa de Barral e Dona Josefina da Fonseca Costa. Piercort e Nagelmackers fizeram as honras da cidade.

Os viajantes foram, primeiramente, visitar o Palácio da Justiça e o Palácio da Municipalidade; depois a catedral e a igreja de S. Jacques, cuja magnífica arquitetura admiraram.

O Imperador manifestou desejo de falar com os professores da Universidade, Eugène Charles Catalan (1) e Edouard René Lefebvre Laboulaye, cujas descobertas científicas e notáveis escritos conhecia. Ambos, porém, estavam no momento ausentes da cidade.

Recordando essa visita a Liège, existe no Museu Histórico Nacional um interessante álbum de vistas encapado de couro verde, tendo, em letras douradas a seguinte dedicação:

Ville de Liège/ — / Hommage/ à/ SS. MM. l'Empereur et l'Impératrice/ du Brésil/ à l'occasion de la visite qu'ils ont faite de cette ville/ le 17 Août 1871/ — /Vues/ des principaux monuments, etc.

Partiram, depois de S. Jacques, diretamente para a estação do caminho de ferro Gui-

(1) ANNALES/ DES/ UNIVERSITÉS DE BELGIQUE OU/ RECUEIL/ contenant les lois, arrêtés et règlements/ relatifs à l'enseignement supérieur, les mémoires couronnés/ aux concours universitaires, / et d'autres documents académiques. / ANNÉE 1842. / (PREMIÈRE ANNÉE.) / BRUXELLES, / IMPRIMERIE DE TH. LESIGNE, / Rue N.-D.-aux- Neiges, Jardins d'Idalie, 4./1843.

(1) Na coleção Teresa Cristina, na Seção de Estampas da Biblioteca Nacional, existem duas fotografias de Catalan, oferecidas ao Imperador: a primeira datada de Liège, 7 de setembro de 1871 e a segunda da mesma cidade, de 2 de janeiro de 1885.

Ihemins. Esperaram o comboio que devia parar ali depois das quatro horas da tarde, instalando-se em um dos vagões de viagem do Rei Leopoldo, no qual seguiram para Aix-la-Chapelle.

ALEMANHA

Aix-la-Chapelle

SS. MM. chegaram a Aix-la-Chapelle (Aachen) no dia 19 de agosto, às oito horas da noite. Foram recebidos pelo secretário e adido da legação do Brasil na Prússia, por se achar enfierno e não poder sair de Berlim o Ministro César Sauvan Viana de Lima, futuro Barão de Jauru.

No dia 20, visitaram o túmulo de Carlos Magno, na antiga catedral, onde foram coroados vários imperadores da Alemanha e, vistos outros lugares de interesse, dirigiram-se para Colônia.

Colônia

No dia 20 os nossos Imperadores chegaram a Colônia. Dos aposentos no *Hotel du Nord*, situado à margem do Reno, admiraram a magnífica ponte, a arquitetura da catedral, e outros monumentos antigos que fazem a glória da histórica colônia agripina. Não deixaram de ver o Jardim Zoológico, um dos melhores do mundo, e a Flora (Jardim Botânico).

No dia 21, saíram de Colônia às nove horas da manhã e fizeram uma excursão ao *Siebengebirge* (sete montanhas) ao sul de Bonn; às ruínas de Drachenfels e outras da Idade Média. Apeando-se no caminho de ferro em Rolandseck, com a comitiva, embarcaram em um escaler, desceram o Reno e foram desembarcar em Koenigswinter. Nesse lindíssimo ponto realizou-se o almoço, depois do qual subiram a cavalo e em liteiras ao alto do Drachenfels, a fim de ver a bela vista do Reno pelo qual singravam vapores e barcos, de formas variadas; o verde admirável das vastas campinas, o colorido das flores, o grande número de viajantes que ali se reuniam, o som de diversos instrumentos que vibravam quase de contínuo, rivalizavam em doçura e harmonia, encantando aqueles bosques.

Em um dos grandes vapores fluviais embarcaram às sete horas da tarde, e descendo o rio, chegaram novamente a Colônia, de onde haviam saído pela manhã.

Dusseldorf

Ao voltar da excursão, SS. MM. seguiram para a estação da estrada de ferro e daí par-

tiram às nove horas menos um quarto para Dusseldorf, onde chegaram às nove e meia da noite, tomando aposentos no *Breidenbach Hotel*.

No dia 22, visitaram o edifício da Academia e examinaram os quadros de sua famosa galeria.

Essen

Saindo de Dusseldorf ao meio-dia, às quatro horas visitavam os arsenais de Krupp, em Essen, na Prússia renana. Frederico Krupp esmerou-se em prestar as maiores atenções aos Imperadores. SS. MM. aí jantaram e o Imperador aceitou, como presente, um canhão de aço, de campanha, raiado, primorosamente feito e acabado, com a respectiva carreta e arreios.

Às nove horas da noite SS. MM. tomaram o trem de ferro.

Hanover

Em Hanover os esperava um carro-salão, pôsto expressamente à disposição de SS. MM. pelo Conde de Stolberg, governador do antigo reino de Hanover, então Província da Alemanha.

Hamburgo

Nesse carro, destinado às pessoas reais, seguiram para Hamburgo, à margem esquerda do Elba, onde chegaram às sete horas da manhã de 23 e foram acompanhados pelo cônsul geral residente, Francisco Moniz Barreto de Aragão (futuro Barão de Paraguaçu) e seu sobrinho Egas Moniz Barreto de Aragão e Meneses (futuro Barão de Moniz de Aragão), adido à legação de Londres.

Não estavam ainda concluídas as pontes que deviam ligar as ilhas do Elba, e que assim deveriam estabelecer comunicação direta da estrada de ferro com estas cidades, SS. MM. preferiram atravessar a bordo do vapor *Hamburgo*, para conhecerem os portos de Altona (1) e de Hamburgo, tão relacionados comer-

(1) Quando SS. MM. passaram pela cidade de Altona, o Cônsul de Portugal, Raulino Pereira Galvão, foi a bordo cumprimentá-los. O Cônsul Geral do Brasil em Hamburgo apresentou o seu colega ao Imperador com o maior agrado, apresentando-o à Imperatriz. O Sr. Galvão, penhorado pela acolhida que mereceu dos augustos viajantes, acompanhou-os até Hamburgo. Digamos com verdade que em toda a parte onde os Imperadores encontravam portugueses, ou seus representantes consulares ou diplomáticos, eram por eles tratados com a mais cordial obsequiosidade.

cialmente com o Brasil. Naturalmente, os navios e alguns edifícios se embandeiraram; não houve, porém, recepção oficial, devido ao rigoroso incógnito com que SS. MM. viajavam.

No cais, achavam-se as carruagens do *Hotel de l'Europe*, no qual tremulava a bandeira brasileira entre a hamburguesa e a alemã.

Depois do almôço SS. MM. e seu genro, Duque Augusto de Saxe, entraram no carro do Cônsul-Geral e percorreram as principais ruas e arrabaldes mais interessantes, como os de São Jorge e de Uhlenhorst. Visitaram as igrejas de Santa Catarina, São Nicolau e São Miguel, a cuja torre (que tinha de altura 460 pés), subiram o Imperador e seu genro, inscrevendo os respectivos nomes no competente livro que lhes foi apresentado pelo sacristão, naquela altura.

A uma e meia, estiveram na Praça do Comércio, onde foram recebidos pela junta comercial, cujo edifício percorreram. Quando SS. MM. pisaram o primeiro degrau da praça, flutuou sobre ela a bandeira brasileira.

A multidão era tal, que só com dificuldade se podia abrir passagem. O Imperador indagou do presidente da junta quais as disposições regulamentares do estabelecimento e importância das transações comerciais. A Câmara da burguesia e bem assim o Senado foram também objeto de visita, depois seguiu S. M. para Altona, onde pôde verificar que a estátua da alameda *Palmen-allee* não foi erigida como escreveu o Conselheiro João Manuel Pereira da Silva em suas viagens à Alemanha, ao célebre herói prussiano, marechal Blücher. Príncipe de Blücher de Wahlstadt depois da batalha de Waterloo, mas sim à memória do Conde Blücher, presidente de Altona, cujos habitantes quiseram dessa maneira testemunhar à posteridade o apreço que davam à sua administração pacífica.

Para a mesa de SS. MM. teve a honra de ser convidado o Cônsul-Geral, que depois do jantar apresentou o síndico Dr. C. H. Merck, isto é, o ministro dos negócios estrangeiro, o corpo diplomático e consular e muitos alemães, antigos residentes ou naturais no Brasil.

As nove horas da noite, foram SS. MM. agradavelmente surpreendidos por uma serenata. Uma banda militar, composta de 80 músicos, em barcas iluminadas e embandeiradas na majestosa bacia do Rio Alster, confluinte do Elba, em frente ao *Hotel da Europa*, entoou, em harmoniosa composição especial, o hino brasileiro. Seguiu-se o hino nacional da Austria (Kaiser Franz), em ho-

menagem à Imperatriz Leopoldina, mãe de D. Pedro II; o terceiro hino foi o hamburguês; o quarto o prussiano (Kennst du meine Farben?) e finalmente o novo canto nacional do império reconstituído, *Die Wacht am Rhein*.

Nos intervalos, tocaram peças de óperas puramente alemãs, tais como o *Profeta*, *Tannhauser*, a *Africana*, *Lohengrin*, etc., interrompendo o povo — patriótico e entusiasmado — com estrondosos vivas a SS. MM., que das janelas assistiam a esse espetáculo.

A serenata durou até dez e meia e foi organizada pelas firmas comerciais alemãs que tinham relações com o Brasil. Durante a mesma, os membros do corpo diplomático, síndico Merck e outros cavalheiros fizeram a corte ao Imperador.

Era digno de menção que o povo hamburguês, que sempre prezou a sua autonomia, se distinguisse nessa hospitalidade para com o monarca brasileiro, embora sua visita não tivesse caráter oficial. Muitos soberanos tinham passado por essa cidade, havia pouco, tais como os Reis da Dinamarca, da Grécia e da Suécia, não faltando os Príncipes de Gales e um Grão-Duque da Rússia; nenhum, à exceção do Rei da Prússia, e isto como Imperador da Alemanha, recebeu dos hamburgueses iguais manifestações de cordialidade.

O síndico Merck ofereceu-se para acompanhar a SS. MM. durante o tempo em que demorassem em Hamburgo. O Imperador aceitou o oferecimento, unicamente para um passeio no pequeno e lindo vapor *Elbe*, a fim de ver as novas construções do porto e a grande ponte nova da estrada de ferro, sobre o rio Elba.

Depois do almôço, no dia 24, SS. MM. foram ao Jardim Botânico e ao Jardim Zoológico; o aquário era curiosíssimo, pois não havia outro que se lhe comparasse; deram um passeio até Blankenese, onde visitaram o parque da viúva do Senador Janish, além de Altona, visitando, em caminho, o túmulo do poeta Frederico Klopstock, (1724-1803) autor da *Messias*; voltando a essa cidade, estiveram no *Johanneum*, estabelecimento de instrução secundária, onde o Imperador assistiu a diferentes aulas, visitando o museu e o gabinete de física.

O Cônsul-Geral apresentou, nessa ocasião, o Dr. Clasen, diretor do *Johanneum*, com quem S. M. conversou largamente a respeito de instrução pública. Os alunos ficaram encantados por ter o Imperador tomado assento nos bancos escolares. Depois, foram à torre d'água, ao Rethesiburgsort, para gozarem desse belo ponto de vista dos arredores do aqueduto.

Enquanto o Imperador visitava esses estabelecimentos, a Imperatriz, acompanhada de suas damas e do Barão do Bom Retiro, percorria algumas das principais lojas, cujos donos ambicionavam a visita imperial. S. M. fez diversas compras, segundo tiveram o cuidado de anunciar nos jornais de 24 de agosto os fornecedores.

Constando ao Imperador que se achavam de visita a Hamburgo os professores Oppert e J. E. Wappäus, S. M. desejou conhecê-los.

Oppert era o célebre orientalista e o Dr. J. E. Wappäus, professor de geografia e estatística da Universidade de Gottingen. Uma das suas últimas obras era o *Manual de Geografia e Estatística do Brasil*, trabalho em que aparecem interessantes notícias sobre o Império, escritas com imparcialidade, no que se refere à emigração. Foi traduzido para português, tendo apreciada edição brasileira.

Antes de partir, o Imperador visitou a viúva do Barão de Linstow, vice-cônsul e chanceler do consulado-geral do Brasil nessa cidade durante 28 anos. Essa senhora teve o consólo de receber, no leito de moribunda (faleceu na noite daquele dia), um auxílio do Imperador, para a educação de suas duas filhas.

As igrejas de Lübeck e a casa da Câmara mereceram a atenção do Imperador, o qual gostou muito da cidade, bem como da de Bremen pela sua antiguidade.

Hamburgo, depois do grande incêndio, perdera o seu caráter de cidade hanseática e tornou-se magnífica, podendo comparar-se às melhores da Europa. Principalmente suas casas de campo, nos arredores, eram dignas de toda a atenção.

SS. MM. saíram de Hamburgo para Berlim, às duas horas e cinquenta minutos da tarde do dia 24, em carro-salão real, vencendo a distância que havia entre as duas cidades em seis horas e vinte minutos.

Despediram-se, cordialmente do síndico, Dr. C. H. Merck, na estação terminal da estrada de ferro. O Cônsul-Geral, Francisco Moniz Barreto de Aragão, acompanhou os soberanos até Buchen, além dos limites do distrito, onde recebeu ordens e regressou ao seu posto (1).

Berlim

O Imperador e sua comitiva chegaram a Berlim a 24 de agosto, pouco antes das nove

e meia da noite, hospedando-se no *Grand Hotel de Rome*. Encontravam-se na estação Hamburger-Bahnhof os membros da Legação Brasileira, Cônsul do Brasil José Behrend; o Sr. de Saint Pierre, Ministro da Alemanha no Rio de Janeiro, o representante de Portugal e o Intendente-Geral da Polícia. A concorrência não era grande.

Estando o Imperador Guilherme I e a Imperatriz da Alemanha ausentes, bem como a maior parte dos membros da família imperial e real, coube ao Príncipe Frederico Carlos, irmão de Guilherme I, fazer as honras aos ilustres hóspedes. O Imperador da Alemanha mandou oferecer a Dom Pedro II aposentos em palácio, mas este, como de costume, preferiu alugar-se em hotel.

Na mesma noite, aproveitando o luar, o Imperador saiu depois do jantar com o Duque de Saxe e pessoas de sua comitiva e percorreu diversos pontos da cidade.

As cinco horas da madrugada de 25, saindo do *Hotel de Rome*, o Imperador foi a Rummelsberg visitar o asilo de órfãos. Voltando para a cidade esteve na escola de meninas, intitulada Princesa Vitória (Rua dos Príncipes n.º 45); no salão ginástico municipal, na mesma rua, n.º 57, e na Escola Real de Steinstrasse; no ginásio do Claustro Cinzento e na Academia de Indústrias.

Depois de haver almoçado no hotel, visitaram SS. MM. durante três horas os museus; depois a Bolsa, a municipalidade, a Universidade e o palácio imperial. Foram ao túmulo de Alexandre von Humboldt, em Tegel, pagando um tributo de admiração ao sábio que tanto serviu à ciência e que também prestou serviços ao Brasil. Ainda visitaram o aquário, o Jardim Zoológico (o Tiergarten), e o Moabit.

Visita a Potsdam

No dia 26 pela manhã os Imperadores e comitiva foram em casa do Ministro Viana de Lima à Rua Alsen n.º 7, pois um incômodo de saúde o obrigava a ficar em casa.

Às dez horas, SS. MM. seguiram para Potsdam, onde foram recebidos pelo Príncipe herdeiro, Frederico Guilherme, o qual, pôsto que nessa manhã tivesse chegado da Inglaterra com sua esposa e filhos, logo se dirigiu para a estação da estrada de ferro, a fim de receber os Imperadores, com os quais fizera em Londres as melhores relações.

Foi em companhia de Frederico Guilherme que SS. MM. percorreram os principais estabelecimentos de Potsdam. Passearam no fa-

(1) O jornal hamburguês *Nachrichten* publicou, sobre a estada do Imperador, interessantes e minuciosas informações.

moso parque de Babelsberg e em seguida encaminharam-se para o castelo de Glienicke, ali sendo recebidos pela Princesa Vitória. Depois, o Príncipe Imperial conduziu os Imperadores ao Palácio de Sans-Souci, onde se havia preparado um lanche. A seguir, regressaram para o castelo da cidade, onde examinaram o quarto de Frederico o Grande, mostrando D. Pedro II o maior interesse pela visita. Frederico Guilherme ficou surpreso pelo seu conhecimento sobre a história da Prússia, pois o monarca mostrava-se a par de tudo.

Visitaram a igreja da Guarnição e viram, pela parte de baixo do púlpito, o lugar onde se encontravam os túmulos de Frederico Guilherme I e de Frederico II.

O Imperador ficou penhorado pelas maneiras delicadas e extrema afabilidade do Príncipe Frederico Guilherme, que um dia se sentaria no trono, como Imperador da Alemanha. Sua Alteza Imperial reunia ao gênio ardente e valeroso de um hábil general, tal qual se apresentou na guerra que acabava de terminar, a instrução mais cuidadosa, certa doçura de coração e delicadeza de maneiras (1).

(1) Em tempos idos, ouvimos dizer que D. Pedro II era compadre de Frederico Guilherme, futuro Frederico III (subiu ao trono em 1888, falecendo três meses depois. Sucedeu-lhe Guilherme II, último Kaiser da Alemanha). A esse respeito, nada encontramos, a não ser a notícia do *Éco Americano*, de 31 de maio de 1872: "Consta que SS. MM. Imperiais e o Príncipe Umberto da Itália serão padrinhos do filho mais moço do Príncipe Imperial e da Princesa da Alemanha, o qual vai ser batizado em Berlim".

O *Diário Oficial*, de 6 de julho de 1872, traz uma correspondência de Berlim, datada de 4 de junho, dizendo: "O acontecimento mais importante da última quinzena é a chegada a esta capital do Príncipe Umberto, herdeiro presuntivo do trono da Itália, e de sua augusta consorte.

"SS. AA. foram convidadas para serem padrinhos da Princesa recém-nascida, filha do Príncipe herdeiro da Alemanha. Esta viagem constitui hoje o tema favorito da imprensa alemã e italiana, que se compraz em dar-lhe um grande realce político.

"Segundo as notícias publicadas pelos jornais deste país, semelhante acontecimento parece ter sido acolhido na Itália com geral entusiasmo, pois que ali o consideram como uma prova do desejo de cimentar a aliança natural que existe entre as duas nações, e que já foi sancionada sobre os campos de batalha."

O *Diário de Notícias*, de 13 de julho de 1872, noticia: "Por ocasião do batismo da filha do Príncipe Imperial da Alemanha, da qual foram padrinhos D. Pedro II e o Príncipe Umberto, e que teve lugar a 4 de junho passado, houve revistas militares e grandes festejos, em que tomou parte bem ativa o Imperador Guilherme, que se apresentou sempre forte e bem disposto.

"Estão, pois, desvanecidos os sustos que inspirava a saúde desse monarca".

De volta a Berlim

Voltando, o Imperador visitou a sinagoga, onde deu provas de seu conhecimento da língua hebraica; o arsenal; quartel da guarda real, a escola de artilharia e a escola de engenharia.

As sete da noite, achavam-se os Imperadores no hotel, sendo visitados, pela segunda vez, pelo Príncipe Adalberto. S. A. fardava-se de almirante prussiano e cingia a grã-cruz do Cruzeiro, recebida na corte fluminense, em 1842.

SS. MM. receberam, às oito e meia o corpo diplomático e diversas celebridades artísticas e científicas. O Imperador falou com quase todos os diplomatas que recebeu no *Hotel de Rome*, nos seus respectivos idiomas. Com o embaixador americano, George Bancroft (1800-1891), autor, entre muitas obras, de uma *História dos Estados Unidos*; e com o historiador Leopoldo von Ranke (1795-1886), discorreu sobre os seus escritos históricos; com o Conselheiro Schneider, sobre os seus escritos militares, inclusive a *História da Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai*. S. M. manifestou pesar de não poder receber muitas personalidades que tinham sido convidadas para a *tertúlia*, mas que não se encontravam em Berlim.

Interessante será observar que, em cada Instituto que visitava, em cada produção que examinava, em cada pessoa com quem tratava, o Imperador sabia abordar o lado que podia ainda aumentar os seus já apreciáveis conhecimentos.

Os jornais berlinenses, favoravelmente, ocuparam-se de Dom Pedro II. A *Gazeta da Cruz*, dos mais conceituados, disse, em 28 de agosto: "A par de sua figura majestosa e de seu porte cheio de dignidade, mostra o augusto Príncipe uma extraordinária bondade, amabilidade encantadora e grande prazer no seu incógnito, que lhe permite viver livremente, sem incômodas formalidades, para entregar-se inteiramente à sua inclinação, e às coisas úteis e práticas.

"Só uma saúde de ferro e uma admirável distribuição de tempo pode suportar semelhante atividade, que agora já dura os meses de sua estada na Europa e pelo modo pelo que se nos informa, é também em sua pátria a norma diária do Imperador a incansável utilização de cada hora. Só quando o sono o obriga, permite-se Dom Pedro II alguns momentos de descanso."

Durante a sua relativamente curta estada em Berlim, o Imperador manifestou extraordinário interesse pelas instituições científicas,

artísticas e beneficentes, sendo quase incrível o número de visitas que fez. Dessa forma iria sempre proceder na Europa e no Egipto, até a sua partida de Lisboa para o Brasil, em março de 1872.

Os Imperadores saíram de Berlim a 27, pelas seis e quarenta minutos da manhã. Assistiram à partida o Príncipe Adalberto, o Ministro brasileiro e Secretário da legação (Henrique Cavalcanti de Albuquerque?), assim como o Ministro português, Conde de Rivas, que estivera na corte fluminense como secretário de legação, ao tempo em que fôra Ministro D. José de Vasconcelos e Sousa, da casa de Castelo Melhor.

O Imperador não consentiu que o Ministro César Sauvan Viana de Lima o acompanhasse, devido a achar-se doente.

Dresden

Procedentes de Berlim, os Imperadores chegaram a Dresden, capital da Saxônia, às onze e meia da manhã de 27 de agosto. Achavam-se na estação o Rei João I, o Príncipe Real e o Príncipe Jorge (filho do Rei da Saxônia), casado com a Infanta Maria Ana, filha de D. Maria II, sobrinha, portanto, dos Imperadores do Brasil. Depois dos cumprimentos afetuosos e de ter-se, a pedido do Imperador, retirado a guarda de honra, SS. MM. e comitiva entraram nos coches da casa real, que os esperavam, e recolheram-se ao *Hotel Bellevue*. Ai apresentou-se o grande marechal da corte, a fim de colocar-se à disposição do Imperador, que recusou o oferecimento. Pouco depois, foram visitados pelo Príncipe Real e à noite pelos Príncipes Jorge e sua mulher.

SS. MM. visitaram os dois Príncipes e a Rainha viúva, seguindo depois para o castelo de Pillvitz, onde os esperavam o Rei e a Rainha, com os quais jantaram, voltando às dez horas para o hotel.

Freiberg

A 28, pelas cinco horas da manhã, o Imperador, acompanhado do Duque de Saxe, foi ao distrito mineiro de Freiberg, onde chegaram às oito, visitando as fundições e as minas de prata, descendo a 2.500 palmos de profundidade no poço principal, até as últimas galerias. Quem as quisesse percorrer devia caminhar mais de 26 léguas.

Ao meio-dia, seguiram para a cidade de Freiberg onde visitaram a famosa academia de Minas, onde estivera José Bonifácio de

Andrada e Silva, visitando o museu da mesma. Daí seguiram em visita à Academia florestal de Iharand.

A Imperatriz, que ficara no hotel, recebeu a visita da Rainha viúva. Depois de sua saída, teve lugar a visita da Imperatriz à Rainha, seguindo-se a esta a do Príncipe Jorge e Princesa Maria Ana, em Hosterwitz.

A noite, voltava o Imperador de Freiberg, encontrando no hotel sua sobrinha Maria Ana e o marido, que haviam sido convidados para o jantar.

Leipzig e Eisenach

Pela madrugada de 29, às quatro horas, os Imperadores e comitiva partiram de Dresden, chegando a Leipzig às seis e quarenta e cinco minutos, esperando aí o trem de Eisenach, onde chegaram depois de onze horas, tomando aposentos no *Halber Mond Hotel*.

Em Eisenach, pequena e formosa cidade, visitaram o célebre castelo de Wartburg. Ai o Imperador examinou cuidadosamente as notáveis pinturas de Maurício Schwind, representando não só a história do Castelo, mas ainda a de Santa Isabel, que nêle habitou.

A sala dos cavaleiros e a de armas, a magnífica capela, os quadros e a biblioteca, tudo foi visto e bem assim o quarto em que habitou Lutero em sua volta do Worms, no qual fez a tradução da Bíblia, começada, segundo os historiadores, em 4 de maio de 1521 e terminada em 6 de março de 1522.

Saindo do castelo pela ponte que lhe dava entrada, em cuja frente se achavam seis peças de artilharia, SS. MM. desceram a montanha por um longo caminho aberto pelo centro das matas e depois de chegarem à estrada alongaram a jornada, visitando o pitoresco vale do Dragão.

De Eisenach, partiram no dia 30 de agosto às seis da manhã, em direção à capital do ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, onde chegaram a meia hora depois do meio-dia.

COBURGO

Alcançar Coburgo foi o grande anseio dos nossos monarcas.

Na estação havia tropas formando alas e uma guarda de honra fez as continências do estilo. SS. MM. foram recebidos pelo Duque Reinante de Saxe Coburgo e Gotha, Ernesto II (21-7-1818: 22-8-1893) e sua espôsa, a Duquesa Alexandrina (filha de Leopoldo, Grão-Duque de Baden); pelo Príncipe Augusto, primo de Ernesto II, casado com a Princesa



Capela onde se acha sepultada a princesa Leopoldina, filha de Dom Pedro II,
na cidade de Coburgo, Capital do Principado de Saxe-Coburgo-Gottha.
(Biblioteca Nacional).

Clementina de Orléans, filha do Rei Luís Filipe (Pais de Luís Augusto Maria Eudes de Coburgo e Gotha, genro dos Imperadores); Princesa Amélia Clotilde, Príncipes Filipe (1) e Fernando (2), filhos do Duque Augusto e irmãos, portanto, do genro dos Imperadores; oficiais e damas da casa de Coburgo.

O Duque Reinante e o Duque Augusto cingiam as grã-cruzes da Ordem Imperial do Cruzeiro e o grande marechal da corte a da Rosa.

Pela mão da Princesa Clementina, sua avó paterna, foi trazido o Príncipe Dom Pedro Augusto a quem o Imperador e a Imperatriz abraçaram e beijaram repetidas vezes, com enternecida emoção, procurando encontrar no netinho lenitivo à saudade que os flagelava, com a perda da querida Leopoldina.

Seis carruagens da casa ducal conduziram SS. MM. e comitiva para o *Hotel Lenthæuser*, no qual se hospedaram, em vista de não ter o Imperador aceito para residência o palácio que lhe foi oferecido. Nos extremos do hotel flu tuavam as bandeiras do Brasil e de Coburgo.

A seguir, os Imperadores e seu genro, Duque de Saxe, dirigiram-se à capela onde repousavam os despojos da Princesa Leopoldina. Ao chegarem, fechou-se a porta principal e os ferrolhos rangeram depois da entrada dos visitantes enlutados. É de imaginar-se o que se passou naquele ambiente! Ante a frieza brutal do que assistiam, o pranto preparou aquelas almas para uma resignação mais forte. Chorar junto ao túmulo de sua filha, fôra a razão primordial e muito pungente, que motivou a primeira visita dos nossos Imperadores à Europa. Hora depois, voltavam SS. MM. e seu genro ao hotel, apresentando visíveis sinais de sofrimento e de tristeza.

As pessoas da comitiva saíram em seguida, para a mesma piedosa romaria. A Condessa de Barral e Pedra Branca levava uma coroa de saudades alvas e roxas, da qual pendia uma fita. Lá, na mesma capela subterrânea onde haviam estado os Imperadores, oraram também. A antiga preceptora da Princesa prestou-lhe a homenagem da sua saudade, depondo flores sobre aquêle túmulo.

(1) Conhecido dos Imperadores, pois estivera na corte fluminense, onde chegou a 22 de maio de 1868, procedente dos Estados Unidos; visitou as Províncias de Minas, Bahia e São Paulo.

(2) Fernando Maximiliano Carlos Leopoldo Maria, nascido em Viena a 20 de fevereiro de 1861, eleito Príncipe da Bulgária sob o nome de Fernando I, pela assembleia daquele país, a 7 de julho de 1887, confirmado pela Sublime Porta com a qualificação de Alteza Real em março de 1896.

No dia seguinte, 31, às dez horas da manhã, houve missa, assistida pelos Imperadores, comitiva, toda a família Coburgo e seus amigos. Depois da missa, SS. MM. voltaram à campa de sua filha, ante a qual ajoelharam-se por longo tempo, em testemunho de dor e de saudade.

A capela em que repousavam os despojos da Princesa era suntuosa, mandada edificar por seu sogro destinada a guardar os restos mortais da família. O túmulo de Dona Leopoldina era o primeiro e único que ali se encontrava, feito em mármore de Carrara, ricamente lavrado, tendo em relevo as armas do Brasil e de Saxe. Sobre êle estavam colocadas inúmeras coroas, das quais pendiam fitas, algumas verdes e amarelas (1).

À tarde daquele dia, o Duque Reinante, visitando o Imperador no hotel, o induziu a ver a fortaleza e outros, regressando pelas

(1) No palácio Coburgo, em Ebenthal, nos arredores de Viena d'Austria, a 7 de fevereiro de 1871, pelas seis de tarde faleceu a Princesa Dona Leopoldina. No dia 9, foi colocado o corpo em capela ardente, franqueada à população de Viena, que durante muitas horas rendeu homenagem de simpatia e saudade à virtuosa Princesa brasileira.

No dia seguinte, pela manhã, celebraram-se exéquias, a que assistiram o Imperador da Austria, o ex-Rei do Hanover Jorge V, muitos Arquidukes, corpo diplomático e pessoas gradas de Viena.

Finda a cerimônia, foi o corpo, acompanhado de grande préstito, levado à estação da estrada de ferro, seguindo para a cidade de Coburgo, indo no mesmo trem toda a família, com exceção dos jovens órfãos.

O comboio fúnebre, empenachado de fogo e fumo, atravessou durante toda noite muitas desfolhadas, aldeias, campos e montes silenciosos, cobertos de neve, como se a natureza estivesse também amortalhada!

Chegando a Coburgo, na manhã de 11, foi o cortejo recebido na estação, pela Duquesa reinante Alexandrina, e seu cunhado (Duque Leopoldo), enquanto o féretro era transportado para a igreja católica do lugar, um edificio de estilo gótico, construído havia poucos anos, às expensas dos Duques, sogros de nossa Princesa, destinado a ser o jazigo da família. Fôra Dona Leopoldina a primeira a ocupar o seu sombrio subterrâneo. Nascida numa região cálida, brilhante de luz e embalsamada de flores; criada no nemeioso São Cristóvão; rodeada de tanta gente que a amava, acariciada por pais que a idolatravam, lá iria ficar solitária, encerrada numa capela no centro da Alemanha.

Na manhã do dia 12, domingo, colocado o marmóreo ataúde sobre uma essa no centro da igreja, fizeram-se novos sufrágios, a que estiveram presentes o Conselheiro César Sauvân de Lima (Ministro do Brasil em Berlim) e seu filho (Adido à Legação). Depois, foi o féretro processionalmente conduzido à catacumba, descendo-se uma ladeira em torno da igreja e indo todos descobertos, apesar do rigoroso frio de 23 graus. Um sacerdote pronunciou palavras de emoção e, saindo todos dessa triste morada, subiram à igreja para assistir à missa.

quatro e meia. Às seis e meia, as carruagens da casa ducal foram buscar os Imperadores para jantar em palácio, em companhia da família de seu genro.

No dia 1 de setembro o Imperador, acompanhado do Duque Augusto, foi à fazenda normal do Duque Reinante, onde viu os instrumentos agrícolas e as seções de criação.

EM CARLSBAD

A 3 de setembro, a Imperatriz começou o uso das águas de Carlsbad, sob cuidados do Barão de Itaúna e do insigne especialista, Dr. Osterreicher, retirando-se daquela cidade a 25 do mesmo mês. Os Príncipes Dom Pedro Augusto e Dom Augusto Leopoldo achavam-se em companhia dos avós.

O Imperador continuava a estudar tudo quanto pudesse interessar ao Brasil. Aproveitando a demora da Imperatriz nas águas, partiu no dia 14, pela madrugada, para Nuremberg, voltando no dia seguinte. No dia 20, foi a Praga, capital da Boêmia, de onde regressou a 22.

Nossos Monarcas tornaram-se populares em Carlsbad. Como demonstração de afeto de seus habitantes, o professor August Labitzky com sua banda de música, composta de 42 instrumentos, deu um concerto em frente ao hotel, tocando as seguintes peças: *D. Pedro II*, marcha solene; *ouverture* da ópera *Le premier jour de bonheur*, de Auber; *Leuchtberg*, valsa, de Labitzky; *Grün*, de Storch; *Edelweiss*, polca-mazurca, de Labitzky, e o *Hino da Independência*, de Dom Pedro I. A primeira composição, a marcha *D. Pedro II*,

A Princesa Isabel e seu esposo assistiram os últimos momentos de Dona Leopoldina. Fora idêa das duas irmãs visitar, juntas, diversos lugares da Itália e da Suíça.

Dona Isabel e seu esposo, porém, estavam em Londres, de onde partiram a 23 de janeiro de 1871, ao saber da doença de sua irmã. Esquecendo-se dos rigores do inverno, incômodos da travessia por mar e à noite, saíram de Dover para Ostende, numa jornada quase sem interrupção, dêsse porto até a fronteira da Austria. Passando por Bruxelas, Colônia e Nuremberg, SS. AA. só tinham um pensamento, ver a sua parenta.

Ao chegarem à cidade de Passau, a poucas horas de Viena, o Ministro residente, Conselheiro Francisco Adolfo de Varnhagen, que fôra ao encontro dos Príncipes, não lhes escondeu a gravidade da moléstia que atacara Dona Leopoldina, o tifo. Sob a impressão dessa má notícia, chegaram os Condes d'Eu a Viena, na manhã de 27 de janeiro, onde passaram doze dias de esperança e de tormentos, até que a 7 de fevereiro finou-se a segunda filha de Dom Pedro II, na idade de 24 anos, deixando quatro filhinhos.

encontra-se, em original, na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

No dia da partida de Carlsbad, grande multidão afluíu ao hotel, para dar as despedidas aos hóspedes, cujas carruagens foram cobertas de ramos de flores. Muitas pessoas foram até a estação, retirando-se depois da partida do trem, às dez da manhã.

Munique

Em caminho para Munique, capital da Baviera, SS. MM. tomaram ligeira refeição; mudaram de carro em Eger, jantaram às três horas em Schwandorf e chegaram a Munique às oito e um quarto da noite, hospedando-se no *Hotel da Baviera*. Eram esperados à estação pelo encarregado de negócios do Brasil, Júlio Constâncio de Villeneuve, e senhora; Príncipe Othon, irmão do Rei; os Príncipes Luitpold e Adalberto, seus tios, este último com a esposa, Infanta de Espanha, que conduziram os viajantes para o hotel, em carruagem da corte.

O Príncipe Adalberto cumprimentou o Imperador em nome do Rei Luís II da Baviera, que se achava ausente e o acompanhou na mesma carruagem, indo a Imperatriz com a Princesa. Seguiam-se a estas carruagens as que conduziram os oficiais da Casa Imperial. No hotel SS. MM. foram visitados pelo Conde e Condessa Trapani; Duquesa de Parma; ex-Rei e Rainha de Nápoles; Duque de Populi; Conde (1) e Condessa de Girgenti; Conde e Condessa de Caserta; Viscondessa de Santo Amaro.

No dia seguinte, 26, receberam visitas da ex-Duquesa de Goiás e da Grã-Duquesa da Toscana, irmã da Imperatriz (2).

Durante os dois dias de permanência em Munique, foram ao hotel muitas notabilidades, que bastante entreteram o Imperador e ocorre-nos citar os químicos Dr. Max von Pettenkofer e o Barão Justus von Liebig, inventor do extrato de carne, considerado o fundador da química biológica moderna.

O Imperador foi incansável; apesar da umidade e do frio, às cinco e meia da manhã era encontrado em carro descoberto, acompanhado por Nogueira da Gama e Itaúna; não repousava e só se recolhia depois de onze horas da noite, examinando as coisas notáveis

(1) Suicidou-se em Lucerna, a 26 de novembro de 1871.

(2) Maria Antonietta Ana, nascida Princesa das Duas Sicílias, a 19 de dezembro de 1814, em Palermo. Faleceu no Castelo de Orth, perto de Gmunden (Austria), em 7 de novembro de 1898.

DOM PEDRO II.

MARCHE SOLENNELLE
POUR GRAND ORCHESTRE

COMPOSÉ ET

DEDIÉE AVEC LA PLUS GRANDE VÉNÉRATION À

SA MAJESTÉ

DOM PEDRO II.
EMPEREUR DU BRÉSIL

PAR

AUGUST LABITZKY,

DIRECTEUR DE LA MUSIQUE DE CARLSBAD

Música tocada em Carlsbad, entre 3 e 26 de setembro de 1871, quando lá estiveram os Imperadores (Biblioteca Nacional).

da moderna capital da arte alemã, criação do Rei Luís. Além de fábricas, visitou a Universidade, a Biblioteca, que contava mais de 900.000 volumes; a Academia de Ciências; a nova (1) e a velha Pinacoteca; a Escola Politécnica, o Instituto Ótico; o Palácio Real e suas dependências; os diversos monumentos, entre eles o de Maximiliano I; o estabelecimento de pinturas sobre vidro; os Propileus; a Bavaria, o Templo da Glória, a Catedral e as igrejas de São Bonifácio, São Caetano, São Miguel, capela real, São Luís, etc. Era Munique a cidade alemã que encerrava o maior número de belezas artísticas, além das imitações de edifícios antigos, que davam à cidade um caráter de museu de monumentos restaurados.

Lá repousavam os despojos do autor da *Flora Brasiliensis*, o insigne Martius, e o Imperador soube onde morava sua família, fazendo-lhe uma visita com seu camarista, declarando a sua octogenária viúva que procurava dar uma prova de reconhecimento pelo muito que o Brasil devia a seu marido. Essas palavras foram respondidas com lágrimas de gratidão.

No dia seguinte, o Imperador, acompanhado pelo Barão de Itaúna, dirigiu-se ao cemitério e piedosamente depositou flores sobre a lápide do túmulo de Martius.

AUSTRIA

Salzburgo

No dia 28 de setembro às nove e meia os Imperadores partiram de Munique para Salzburgo, na Áustria, onde chegaram às onze e meia. Almoçaram e saíram em carruagem visitando a catedral, a igreja de São Pedro, o Cemitério, o Castelo de Helbrunn, tendo antes percorrido a praça em que se achava a estátua de Mozart. Foram ao *Mozarteum Archiv*, onde viram alguns móveis que pertenceram ao ilustre compositor Wolfgang Amadeu Mozart (1756-1791), assim como manuscritos de seu punho e composições musicais.

Ischl e Linz

No dia 29 partiram para Ischl, em carruagem, às sete e meia da manhã, através do

Salzkammergut. Foram visitados pela Imperatriz Elisabeth da Áustria (1) e pelo Príncipe Imperial, Arquiduque Rodolfo, que aí se encontravam.

A 30, prosseguiram viagem, através do lago Gmunden, a dormir em Linz.

Viena

No dia 1 de outubro os Imperadores partiram para Viena, pelo Danúbio, acompanhados do Duque de Saxe, seu genro e do enviado brasileiro nessa corte, o ilustre historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, depois Barão e Visconde de Porto Seguro, e o nosso Cônsul-Geral em Trieste e Fiume, Barão Marco de Morpurgo, os quais tinham ido esperá-los em Linz.

Ao anoitecer, chegavam à capital do Império Austríaco e tomaram aposentos no *Hotel Munsch*. O tempo estava verdadeiramente inverno: a água caía a torrentes quando o vapor atracou no cais de Francisco José. Não obstante, eram esperados pelo Duque Augusto de Saxe Coburgo Gotha, a Duquesa sua esposa, Princesa Clementina de Orleans e seu filho; D. Filipe Fernando; pelo General Nostitz, ajudante de campo do Duque e algumas pessoas de distinção. A família ducal fôra a bordo e ali os cumprimentou. Os Imperadores seguiram nas carruagens do Duque Augusto de Coburgo para o hotel, cujo ambiente fôra preparado com muito gosto, existindo na escadaria que levava aos aposentos imperiais vistosas flores e plantas.

Pouco depois da chegada ao hotel, Dom Pedro II saiu a pé, acompanhado pelo Barão de Itaúna, dirigindo-se ao *Novo Teatro da Ópera*, tomando lugar na platéia. Representava-se a *Muta di Portici*, conhecida ópera de Auber. S. M. mostrou-se satisfeito, aplaudindo por diversas vezes os belíssimos coros e a execução da orquestra. Sua atenção, nos intervalos dos atos, estava constantemente fixada para as esplêndidas pinturas do teto e as ricas decorações.

No dia 2 os nossos monarcas foram visitados pelo Imperador da Áustria e por quase todos os Arquiduques, assim como pela Grã-Duquesa da Toscana.

No dia 3, SS. MM. e comitiva jantaram com a família imperial austríaca, no palácio de Schoenbrunn. Francisco José enviara ao *Hotel Munsch* as carruagens de sua casa, que partiram na ordem seguinte: a primeira, puxada por quatro cavalos brancos, ricamente ajaezados, conduziu o Imperador e a Imperatriz; a segunda, a Condessa de Barral e Dona

(1) Dom Pedro II, invariavelmente, trazia dos museus que visitava — e adquiria pelas cidades — quantidade de fotografias. Encontramos na Coleção Teresa Cristina (Biblioteca Nacional) uma com a seguinte anotação de seu punho: "München, 26 de 7bro de 1871. Fotografia de Lola Monets. O retrato está na Pinacoteca Nova", e um pequeno álbum contendo a mesma fotografia e toda a bela coleção de retratos dessa pinacoteca.

(1) Assassinada em Genebra, em 10 de setembro de 1898.

Josefina da Fonseca Costa; a terceira, a senhora e filha do Conselheiro Nogueira da Gama; a quarta, o Barão de Itaúna e sua filha; a quinta o Camarista Nogueira da Gama.

Foi um solene jantar de família. Achavam-se à primeira mesa os Imperadores e as Imperatrizes, Príncipes e Princesas de Coburgo, a Grã-Duquesa da Toscana. Na outra mesa, presidida pelo Príncipe Constantino Hohenlohe, tôdas as pessoas da comitiva e altas dignidades da côrte de Viena.

Uma grande orquestra tocou durante o jantar, findo o qual foram apresentados ao Imperador do Brasil, pelo Imperador da Áustria, os altos dignitários de sua côrte, que se achavam presentes, dirigindo S. M., a cada um dêles, palavras afetuosas. Em seguida, o Imperador do Brasil apresentou ao da Áustria os oficiais de sua casa que o acompanhavam, com os quais conversou Sua Majestade Apostólica, por alguns instantes.

A mesma formalidade se deu entre as duas Imperatrizes.

As seis e meia SS. MM. estavam de volta ao hotel e às sete partiram para a Ópera, onde se realizou um dos mais aparatosos espetáculos.

No dia 4, os Imperadores compareceram a outro jantar de família, dado pelos Duques de Saxe.

Findo o ágape e ficando a Imperatriz no palácio com a Princesa Clementina, saiu o Imperador, acompanhado do Camarista Nogueira da Gama e do Barão de Itaúna, dirigindo-se para o Volksgarten (Passeio Público), onde tocaria, nessa noite, a banda de música dirigida pelo compositor Eduardo Strauss, não menos talentoso do que seu irmão mais velho, que primeiro se fêz conhecido por suas valsas. Cumpre observar que um motivo todo especial aí levou o Imperador, pois, quando terminou a guerra do Paraguai, Eduardo compusera uma marcha triunfal, que respeitosamente oferecera a S. M., remetendo-a para o Rio de Janeiro. Essa composição encerrava belas variações do Hino Nacional. Aliás, o compositor se apresentara a Varnhagen no dia 26 de abril de 1870, para lhe anunciar o desejo de, sobre o assunto da vitória do Aquidabã, compor uma grande marcha triunfal (1).

Quando o Imperador entrou no recinto, não foi logo reconhecido, pôsto que sua presença e a dos dois cavalheiros que o acompanhavam suscitassem alguma curiosidade. S. M. e seus companheiros sentaram-se a uma mesa e pediram café. Alguns momentos depois, sur-

giu nó transparente, em frente ao anfiteatro da música, o anúncio da peça que se ia tocar: *La Glorie du Brésil*. Imediatamente correu que o Imperador se achava presente e os espectadores levantaram-se como por encanto, procurando reconhecer o soberano brasileiro. A banda de Strauss era composta de mais de 40 figuras, à frente da qual colocou-se o artista com um violino.

Durante a execução reinou profundo silêncio; terminada, porém, romperam mil aplausos. Quando se ouviram as variações do Hino Nacional, anunciando a vitória, não houve um só brasileiro, que não se sentisse emocionado. O Imperador não escapou à regra e levantando-se de sua cadeira, profundamente impressionado, caminhou até onde se achava Eduardo Strauss, tirou o chapéu e estendeu-lhe a mão.

Quando o povo viu distintamente o Imperador cumprimentando o artista, houve verdadeiro delírio. Palmas e vivas romperam e se prolongaram por algum tempo. S. M. voltou a seu lugar e ouviu ainda duas outras composições de Strauss, findas as quais se retirou entre aplausos.

Voltou ao palácio de Augusto de Coburgo para buscar a Imperatriz, recolhendo-se ao hotel. Encerrara dêste modo o seu terceiro dia de permanência em Viena.

No dia 4 o Imperador, que fizera constar ao Corpo de Bombeiros, por intermédio de Varnhagen, que desejava ver o modo por que trabalhava e bem assim examinar o edificio da administração, foi visitá-lo o official Alberto Schüler designado para dirigir as demonstrações e exercícios. Já em Londres S. M. tinha apreciado análogos exercícos, mas distinguia a brigada vienense na precisão dos movimentos, como iremos ver, embora os trabalhos de Londres fôsem muito completos e perfeitos.

Foi às seis da manhã que o Imperador, acompanhado dos Barões de Itaúna e do Bom Retiro, apresentou-se no "Hoff" onde ficava a Estação Central dos Bombeiros.

À sua chegada, apresentou-se-lhe o chefe da repartição e todos os subalternos, que o conduziram à sala, onde se achava uma grande mesa e o mecanismo de um telégrafo elétrico, que punha a estação em comunicação directa com as outras dos subúrbios.

Feito isto, saiu S. M. para o largo e o telégrafo annunciou sinal de incêndio na estação central, figurando-o na própria casa donde partira o anúncio. Em dois minutos estavam no largo quatro carros puxados por excelentes cavalos, conduzindo bombas, bombeiros, escadas e outros objetos. Em um momento, os bombeiros se achavam sobre os te-

(1) Cf. o *Diário Oficial* de 3 de junho de 1870.

lhados do grande edificio e as bombas trabalhavam com atividade, cruzando água em tôdas as direcções.

Nenhum movimento era executado sem ordem e todos os comandos dados por toques de corneta, respondidos da mesma maneira. De igual modo, de cima dos telhados, ou de dentro do edificio, podiam os bombeiros dizer para fora tudo quanto se tornasse necessário.

No meio do trabalho, figurou-se a hipótese de não ser possível salvarem-se os moradores, ou os objetos contidos no interior da casa incendiada, senão pelas janelas e então deu-se exercício aos sacos e às escadas de formas diversas.

Figurou-se a hipótese de se terem perdido os sacos e as escadas e de ser indispensável, como último e desesperado recurso, saltar-se à rua pelas janelas e então estendeu-se uma gigantesca e fortíssima lona guarnecida de cordas, a qual, segura em sua circunferência, por 24 homens, recebeu diversas pessoas que se atiraram à rua do 3.º e 4.º andares, sem que houvesse a lamentar qualquer acidente.

Em meio do trabalho, que prosseguiu com a maior atividade e ordem, perguntou o Imperador, se era possível acudir ao incêndio alguma outra estação. Respondendo-se pela afirmativa, immediatamente a estação telegrafou para duas das estações mais distantes, pedindo socorro e apesar da distância de um quarto de légua que separava a estação central de uma destas, em oito minutos ambas tinham atendido ao reclamo, entrando na praça a galope.

Quando tôdas as bombas trabalhavam simultaneamente, o espectáculo foi verdadeiramente grandioso e ninguém pôde deixar de aplaudir e elogiar o modo por que se achava montada em Viena uma repartição tão útil e indispensável.

S. M. elogiara o chefe da repartição pela ordem e destreza com que se tinham havido todos os seus subordinados.

Para finalizar essa demonstração, foram apresentados ao Imperador três bombeiros vestidos de modo a entrar no meio do incêndio e demorarem-se alguns minutos, levando no aparelho que os revestia o ar necessário para respirarem.

Em tôdas as estações os carros eram puxados por magníficos e fogosos cavalos, os quais se achavam sempre arreados e prontos a sair instantaneamente.

Em seu trajeto pelas ruas, a galope, não encontravam o menor obstáculo, porque tudo e todos se desviavam ao som de uma corneta que não parava de tocar.

O Imperador mandou distribuir aos bombeiros uma gratificação pelo trabalho que tinha tido. Albert Schüller, official que commandou essas demonstrações, foi grandemente elogiado por S. M.

No dia 5, às oito horas da manhã, acompanhado de Nogueira da Gama e do Barão de Itaúna, apresentou-se S. M. à igreja dos capuchinhos, onde se achavam os túmulos dos Imperadores da Áustria, sendo recebido por dois religiosos e pelo superior da Ordem os quais, conduzindo tochas de cêra, encaminharam os visitantes pelas imensas abóbadas que sucediam as duas ordens de escadas. Chegando ao subterrâneo, e diante de numerosos túmulos, D. Pedro II perguntou qual era o do Imperador Francisco I e ajoelhou-se orando por alguns minutos. Do mesmo modo procedeu ante as cinzas de sua avó. Depois de examinados os demais túmulos, recolheu-se ao hotel.

A fim de não nos alongarmos demasiadamente, diremos que o Imperador não descansou um momento — como era de seu hábito. Além de receber no hotel distintas personagens nas ciências e nas artes e de falar com todos, arquidukes, príncipes e pessoas da corte, que o procuraram, visitou o Instituto de Surdos-Mudos, onde se demorou, assistindo a uma das belas aulas do director, professor Alexandre Venus; esteve no Instituto Tereziense, do qual foram alunos os filhos de Varnhagen (1); o gabinete de anatomia patológica, com riquíssimas peças de cêra; o templo de Teseu; onde se achavam estátuas de autoria de Canova; a Universidade; o imenso Arsenal de Guerra de Viena; o Instituto Geológico e Geográfico; quase tôdas as igrejas notáveis, merecendo demorada atenção o Túmulo de Maria Cristina; obra de Canova, na igreja dos Agostinhos; a igreja Grega; as obras da canalização do Danúbio; o *Belvedere*; o Instituto Veterinário; a Sociedade Geográfica; o Hospital Geral; o *Josephineum* (Academia Médica Militar); o Instituto Militar Geográfico; a parte interna da "Hofburg"; os gabinetes imperiais de zoologia, de astronomia; a coleção imperial de medalhas e antiguidades; a igreja de São Miguel; a fábrica de gelo de Pokorny; a fábrica de máquinas do Sr. Sigl; a fábrica de correames do Sr. Lohner e outros estabelecimentos particulares, em que se compreendia o *studio* de Anderer, fotógrafo imperial da corte, etc.

Os Imperadores mantinham o mais rigoroso incógnito, abstendo-se de aparatos e re-

(1) Cf. *Vida e obra de Varnhagen*, ainda inédita, de Clado Ribeiro de Lessa.

cepções ostentosas. Essa resolução causava certa supresa e embora fôsse esse o modo pelo qual os soberanos viajavam na Europa, nem por isso se dispensavam as etiquetas. Com Dom Pedro II tal não acontecia. Uma distinta personagem da comitiva — e porque não dizer, a Condessa de Barral — observou alguma coisa sobre os costumes da Europa, para ver se conseguia que S. M. não fôsse tão rigoroso, mas a observação não agradou. Ao contrário do que se deu na Bélgica e na Alemanha, D. Pedro II em Viena recebeu em particular o grande chanceler Conde de Beust (Ministro dos Negócios Estrangeiros), e os chefes de missão, o Arquiduque Alberto, o Imperador Francisco José e muitas pessoas distintas.

No dia 6, SS. MM. partiram para a Hungria, pela estrada de ferro, e ficaram em Pest o resto do dia e o seguinte, regressando a Viena a 8. Durante esse tempo o Imperador viu quanto lhe foi possível, tanto em Pest como em Buda, merecendo-lhe particular atenção o Museu, a magnífica ponte sobre o Danúbio, que comunicava as duas cidades, e finalmente, o elevador que fazia a subida da margem do rio para o alto de Buda, elevador que, segundo uma das pessoas da comitiva imperial, podia ser com vantagem aplicado à Província da Bahia, oferecendo comunicação pronta e segura entre as cidades baixa e alta.

De volta da Hungria, a Imperatriz demorou-se em Ebenthal, castello pertencente ao Duque Augusto de Coburgo, onde, por várias vezes, residira a Princesa Leopoldina e onde se achavam os quatro netos. Dona Teresa de lá regressou a Viena às quatro horas da tarde.

O Imperador ainda visitou estabelecimentos públicos, e foi examinar os subterrâneos do *Operntheater*, todo o seu mecanismo, ficando admirado da perfeição. Ainda nessa noite, acompanhado dos Barões do Bom Retiro e de Itaúna, esteve no *Burgtheater* e no *Karltheater*, demorando-se o tempo que julgou necessário para formar dessas casas de espetáculos e seus recursos mecânicos, juízo cabal.

A tarde, recebeu a visita do diretor da futura Exposição Internacional de 1873; do diretor-geral das construções, Karl Hassemann, bem como dos architetos Gugity e Kerompay, examinando com atenção os planos que lhe foram apresentados. S. M. prometeu ao Barão Schwartz a mais ativa participação do Brasil, como aconteceu.

Nesse mesmo dia 8, jantaram com os Imperadores o Duque Augusto de Saxe-Coburgo e seu filho, Dom Augusto.

No dia 9, às sete horas, SS. MM. e comitiva partiram pela estrada de ferro, estação

do Sul, em direção a Trieste, o melhor ponto do Império, passando pelo Soemmering.

Na estação de Baden, onde parava o trem, apresentou-se o Arquiduque Alberto, vencedor de Custozza, a fim de despedir-se de seu parente, acompanhando-o até Wiener Neustadt, onde apresentou as últimas despedidas.

Em Viena o Imperador do Brasil deixou saudades e vivas simpatias; não faltou quem se servisse de suas belas qualidades para fazer comparações odiosas entre elle e Francisco José, chegando a ponto de escrever-se que a Áustria lucraria muito, colocando no seu trono Dom Pedro II.

Ali, como em toda a parte, os partidos políticos, que nem sempre mostram tino indispensável para compreender as necessidades reais de um país e as instituições para elles mais adequadas, serviam-se de comparações para jôgo de seus interesses.

O fato é que em Viena dois jornais foram apreendidos.

A impressão produzida pelo Imperador foi magnífica, e sem dúvida reverteu grande parte dela em favor do Império Americano, que possuía tal chefe.

Os jornais davam diáriamente conta dos passos de SS. MM., e os que a principio mantinham certa reserva concluíram por lhe fazer completa justiça. "*On a été étonné* (dizia o correspondente, em Viena, do *Indépendance Belge*, de 17 de outubro) *de son extrême affabilité et de la simplicité des ses manières.*"

Para dar melhor idéia da impressão favorável que o Imperador deixou, transcrevemos os seguintes parágrafos de um artigo intitulado *O Imperador do Brasil*, publicado no *Neues Fremden-Blatt*, diário de opposição, de 10 de outubro, dia immediato ao da partida de SS. MM., daquela cidade:

"Dom Pedro deixou ontem Viena. Quando S. M., no domingo à tarde, regressou a esta corte depois de curta digressão que fez a Pest, esperava-o à porta do hotel considerável multidão. Estavam todos adornados com os seus vestidos domingueiros e notava-se que em grande número os circustantes eram dos arredores e tinham vindo pressurosos ver o Imperador do Brasil. Saudaram-no amigavelmente, alguns lançaram requerimentos à caruagem. Dom Pedro tornara-se um homem popular em Viena. As fôlhas que se occupavam diáriamente, com imensa avidez, da burguesa simplicidade do Imperador e de sua originalidade como viajante, despertaram ainda mais esta popularidade..." E aludindo a um artigo do *Wiener Abendpost*, acrescenta o dito jornal:

“Um ponto, porém, ficou esquecido pelo publicista officioso. No paço que Dom Pedro habita, na sua cõrte, há uma varanda, na qual todos os brasileiros, seja qual fôr a categoria, a qualquer hora do dia tem entrada. Sem nenhum pedido de audiência podem nobres, burgueses, camponeses, negociantes, milhonários e operários ter ali ingresso.

“O Imperador aparece muitas vèzes nessa varanda, recebe os requerimentos, ouve as queixas e tudo quanto se lhe diz. Isto não nos traz à lembrança o nunca esquecido Imperador José? É este um fato que o biógrafo não deve deixar de observar e que deu azo à popularidade de que o Imperador aqui gozou. Ele faz lembrar em muitas coisas José II.

“Quer ver tudo e por si mesmo tudo indagar; quer, como particular, visitar os países estrangeiros e com os seus próprios olhos observar, sem os vidros de côres officiais, a vida dos povos.

“Causou imensa surpresa ver que o Imperador do Brasil não aceitara hospedagem de príncipes e foi morar em hotel, para ser senhor de si, que não aceitara o camarote da cõrte e fôra ocupar uma cadeira na platéia. Surpreendeu ainda mais a todos vê-lo sempre à paisana, o que por cá é pouco usado entre os soberanos.

“D. Pedro não podia em Viena andar de uniforme porque nem êle, nem a sua comitiva trouxeram consigo uniformes (1). O último dos seus criados não tinha librê, nem um botão com armas, nem, finalmente, um só galão. E, apesar de tudo isso, não deixa de ser um soberano!

“Quero viajar e aprender, disse êle, quando no Rio de Janeiro aprontou as malas e tem exatamente cumprido a sua palavra.

“Visitou em Viena cêrca de sessenta estabelecimentos científicos e de utilidade pública: nenhum quartel, porém, foi ver; e se o Arsenal de Viena não tivesse importância artística e científico-militar, seria indubitavelmente riscado do programa de visita imperial. E de que modo foi feita essa visita? Não percorreu às carreiras aquêlê edificio, nem fêz perguntas ao acaso ou estudadas ao uniformizado *cicerone*, quando êle se despediu ao fim da visita. Não com olhos de entendedor passava revista em tudo; com o desejo de

aprender, pedia explicações do que lhe era novo, sem deixar de saber os pormenores de tudo quanto o podia interessar.

“Na Academia de Ciências e na Sociedade Geográfica parecia satisfeito e como um colega, na Academia de Medicina como um jovem discípulo de Esculápio que frequênta às aulas. “Tudo isto pode me servir na Pátria, dirá êle no regresso de sua longa viagem, ao ler o seu livrinho de notas, tomadas durante o dia.

“Pelas artes e seus cultores tem Dom Pedro imensa predileção. Frequênta com prazer o teatro; o espetáculo dramático e a ópera lhe merecem preferênciã. Pediu as peças que desejava ouvir; essa escolha foi de entendedor, quando dissermos que preferiu *Os Nibelungen*, *Dom Carlos*, *Tannhauser*, *Rienzi*, etc. O ter o Imperador levado ao teatro alemão o livro do que se representava para ler, acompanhando os actores... demonstrou que não só queria ver, como, também, saber o que se declamava. Assim pôde observar os trechos do drama de Schiller que foram eliminados pela censura teatral e prova a atenção que o Imperador presta a tudo quanto vê. Na sua primeira estada na ópera observou os medalhões com os retratos dos artistas, que se acham sôbre os camarotes das frisas. Em um dêsses medalhões fixou os olhos por algum tempo e leu *Fanny Essler*. — Esta deve ter morrido há muito, disse a um dos seus vizinhos, funcionário da legação brasileira. — Não Majestade, ela ainda vive aqui em Viena, respondeu o interrogado. — Hei de visitá-la amanhã.

“Fanny Essler é a mui distinta artista, que na sua mocidade viajou pela América (do Norte) e aí foi recebida com grandes ovações de entusiasmo, chegadas ao maior excesso possível e que não se repetiram com nenhuma outra até hoje (1). — A lembrança dêsses triunfos artísticos estão ainda presentes ao Imperador. Na manhã seguinte tencionou êle visitar a artista e indagou onde era a sua morada. O *perpetuum mobile*, porém, das calçadas de Viena impediu que o Imperador chegasse à casa de Fanny Essler e para não perder tempo prosseguiu a sua excursão. A artista, sabendo disto, dirigiu-se ao *Hotel Munsch*, sendo recebida pela Imperatriz, com tôda a afabilidade. O Imperador, que estava num salão contíguo, com visitas, apenas avisado da chegada da artista foi para a sala da Imperatriz encontrá-la, agradecendo-lhe sua visita. Fanny Essler entreteve-se com SS. MM. falando-lhes acêrca da sua arte; narrou-

(1). Teoricamente, isso não é exato. Dom Pedro levou uniformes... mas sem a idéia de usá-los, uma vez que não pretendia ser recebido oficialmente, em país algum. Abriu, porém, uma exceção usando o uniforme de marechal do Exército Brasileiro, quando compareceu, a 7 de janeiro de 1872, ao jantar em Versalhes, oferecido por Adolfo Thiers, presidente da República Francesa. O leitor facilmente depreenderá a razão dêsse fato.

(1) Afigura-se que o Imperador ao fazer tais comentários estaria lembrando-se de uma interessante noticia sôbre Fanny Essler, publicada no *Jornal do Comércio* de 10 abril de 1842.

lhes a última vez que dansou no teatro, — disse o Imperador que só possuía da distinta artista o seu retrato na parte de Gisela. Apresentou-lhe então, a atriz, uma rica medalha com seu retrato, gravado pelo célebre Gaul pai, pedindo a S. M. que a aceitasse, como lembrança agradecida (1).

“O conselheiro-aúlico Dingelsdadt e o diretor Ascher podem também contar algumas amabilidades do Imperador. D. Pedro tem tão pouca simpatia pela música de Offenbach, que até agora não havia ouvido nenhuma opereta do insigne Jacques. Queria, antes de deixar Viena, visitar os teatros dos arredores e pediu-se no sábado à tarde ao diretor Ascher, que mudasse a *Princesa de Trebizonda*, anunciada para domingo, a fim de que o Imperador do Brasil fôsse ao *Karl-Theater*. Os bilhetes, porém, já se haviam vendido para a *récita* anunciada do dia seguinte e a mudança era impossível. D. Pedro estava no domingo às quatro horas da tarde ainda indeciso a qual desses teatros visitaria, quando recebeu o diretor Ascher, que anteriormente pedira para ser-lhe apresentado. Depois de ter conversado por algum tempo com Ascher, disse-lhe o soberano, à despedida:

“Deve-se, também, alguma vez variar e julgo que para isso irei esta noite ao *Karl-Theater*.”

“Os que são apaixonados das etiquetas das côrtes ficarão atônitos pelo que passo a referir: “O Imperador arruma as suas malas”. “A frase é quase literalmente verdadeira. D. Pedro arruma o seu saco de viagem e leva-o sempre consigo. Todos os livros, mapas, moedas, fotografias, etc., que obtém nos lugares em que passa, são por ele arrumados e guardados, cuidadosamente.

“Sou de bom grado o criado de mim mesmo e se preciso de algum, chamo-me a mim próprio.”

“Por isso é que os seus criados ficam sempre longe do seu quarto. Só quer ser servido, quando isso lhe é indispensável e o fato de ir é próprio, de manhã cedo, ao outro andar, acordar a sua comitiva, é, também, verdadeiro e característico. Era visto muitas vezes no *Hotel Munsch*, com a cabeça descoberta, descer à portaria, para indagar se lhe tinham chegado cartas. É, também, um verdadeiro pai para todos os que o acompanham. Quando chega a alguma cidade, ou durante a viagem, o seu maior cuidado é saber se os que o acompanham estão satisfeitos e

só depois pensa em si. Sua espôsa ajudanestes patriarcais cuidados com a mais cordial amabilidade.”

Visita à gruta de Adelsberg. Trieste.

Conforme vimos, partindo no dia 9, pela manhã, de Viena, SS. MM. chegaram a Trieste depois de meia-noite, por se terem demorado na visita à gruta de Adelsberg, e melhante à Mamouth Cave, nos Estados Unidos, ou à gruta próxima de Matanzas, ilha de Cuba.

A viagem foi por demais demorada; deviam chegar às oito ou nove horas. O motivo desse atraso foi que pararam em caminho, a fim de ver uma das preciosidades que nêle encontrava. O cônsul brasileiro em Trieste, Fiume, Barão Marco de Morpurgo, havia convidado o Imperador para visitar a gruta estalactites de Adelsberg, comprometendo-se esperá-lo ali.

Com efeito, das oito às nove horas da noite de 9 de outubro lá chegaram os viajantes, em carros de posta, que os esperavam na estação do caminho de ferro, onde se achava Morpurgo e outras pessoas de distinção. A entrada da gruta estava iluminada a fogo de bengala, que ardiam em diversos pontos, internamente, por mais de 4.000 velas de tearina, além de várias luzes elétricas.

Ao clarão de tochas conduzidas por trabalhadores e ao som de uma banda de música entraram SS. MM. e comitiva, percorrendo a gruta na extensão de mais de meia légua.

O interior dessa maravilha, onde a água filtrada nas diversas camadas da imensa, profunda rocha se tinha petrificado, toma diversas côres e variadíssimas formas, simulando ora espessas e lindas camadas de mármore de Carrara, ora fino e puríssimo cristal da Boêmia, sobre o qual se refletia a luz com um brilho fascinador.

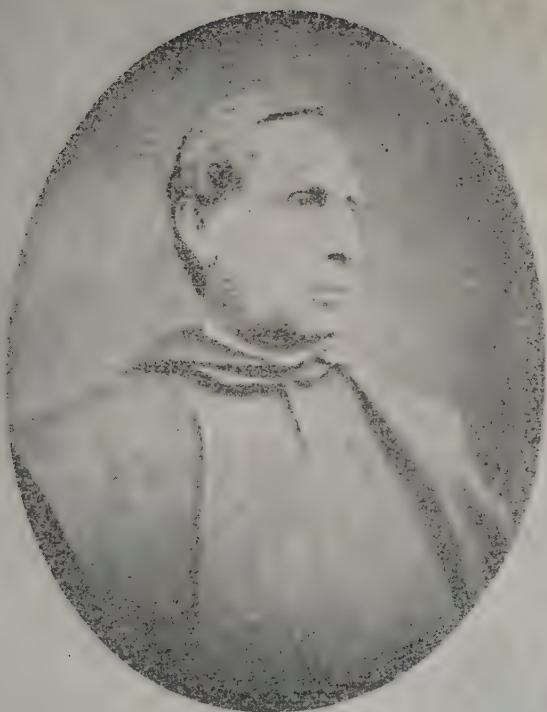
Como em todos os pontos da gruta se dava a infiltração da água, quer na imensidade da sua abóbada, quer nos diversos pontos de suas paredes e como a forma era imensamente irregular, apresentando ora estreitos corredores, ora grandes salões e vastas galerias povoadas, senão de verdadeiros bustos, de figuras notavelmente irregulares e em extremo curiosas, acontecia que da passagem de um para outro lugar experimentava-se verdadeira suspensão, admirando-se sempre o imenso trabalho que os séculos ali tinham acumulado.

Em um dos salões achava-se uma mesa bem servida, onde os viajantes encontraram café, chocolate, chá, biscoitos, etc. Tal providência mereceu plena aprovação, porque na

(1) Vide minuciosa biografia de Fanny Esler no *Jornal do Comércio* de 29 de junho de 1876.



A poetisa florentina Giannina Milli (Biblioteca Nacional).



A Sua Maestà l'Imperador do Brasil
 e D. Pedro de Alcantara
 em segna de cordial ossequio e devoção
 D. Luigi Tosti Cassinese

"A Sua Maestà l'Imperatore del Brasile, D. Pedro de Alcantara, in segna di cordiale ossequio e devozione D. Luigi Tosti Cassinese, Roma, 28 Nov. 1871."
 (Biblioteca do Museu Imperial, Petrópolis).

podia ser mais agradável do que encontrar-se uma bebida quente naquela profundidade, em que a temperatura glacial e a umidade enregelavam as fibras.

Depois de percorrida a gruta, saíram os viajantes, tomando o trem expresso para Trieste, onde chegaram à meia-noite, pouco mais ou menos, hospedando-se no *Hotel de la Ville*.

A 10, SS. MM. visitaram a cidade, acompanhados do cônsul brasileiro, Barão de Morpurgo. Depois do meio-dia foram ao palácio Miramar e nêle se demoraram, percorrendo salões e jardins. Sem dúvida, apreciaram o gosto que presidiu à magnífica moradia do infeliz Imperador Maximiliano do México, que visitara o Brasil em 1860.

Estiveram, igualmente, nas principais igrejas, ruas, praças, arsenais e docas do Lóide, estabelecimentos científicos e por fim, depois de visitarem a praça do Comércio e Gabinete de Leitura, foram ao teatro.

Nessa noite, contornaram o Adriático amanhecendo diante de Veneza no dia 11, às sete horas da manhã.

ITALIA

Veneza

SS. MM. partiram para Veneza, tomando o trem de ferro, lá chegando à tarde, recebidos na estação pelo cônsul brasileiro em Gênova, Dr. César Persiani; prefeito; conselheiro delegado; cavalheiro Bianchi, cônsul em Veneza, advogado Leopoldo Bizio e outras pessoas.

Deixando a estação da estrada de ferro embarcaram em linda gôndola seguida por mais duas, que conduziam a comitiva e assim chegaram ao *Royal Hotel Danieli*, onde tinham previamente tomado aposentos.

Durante os três dias em que se demoraram foram infatigáveis no exame de tudo quanto lhes despertava a atenção.

As igrejas mais notáveis foram vistas, merecendo especial destaque a Basílica de São Marcos, notável pela beleza e profusão de mármore orientais, bronzes, mosaicos, baixos relevos e esculturas antigas e da idade média.

Igual atenção mereceu a magnífica igreja de *Santa Maria dei Frari*, tão rica em monumentos, pinturas e estátuas.

Estavam neste caso, — sem falar no que havia de antigo, — dois monumentos modernos, colocados em face um do outro; o monumento levantado à memória do príncipe da pintura veneziana, Ticiano Vecelli, é o que ornava o túmulo do escultor Canova.

A magnífica igreja de *Santa Maria della Salute*, cuja construção fôra decretada pelo senado, como um voto oferecido ao Senhor, por ocasião da peste de 1630, não podia deixar de chamar a atenção do Imperador, desde que ao longe avistou a altura majestosa da soberba cúpula que a encimava.

A praça de São Marcos foi mais de uma vez percorrida. A vasta galeria que a circundava, apoiada em magníficas arcadas, por baixo das quais achavam-se tôdas as belas lojas onde o bom gosto acumulava interessantes trabalhos do gênio e da indústria; o anfiteatro que se achava no centro, a Torre do Relógio, a grandiosa perspectiva que oferecia a frente da basílica prenderam a atenção dos nossos Imperadores.

Impressão havia de lhes produzir os canais que marcavam os limites das 122 ilhas sôbre as quais foi edificada a maravilhosa rainha do Adriático. O grande canal, que dividia a cidade em duas partes, a soberba ponte do Rialto que as unia e a que a comunicava com a terra firme, construída sôbre 222 arcos, na extensão de 3.601 metros.

A atenção dos viajantes foi minuciosa em frente dos grandes edifícios que se achavam na praça, denominada *Piazzetta*, em cujo centro se via a coluna do leão de São Marcos e em um dos lados o palácio dos doges, onde se achava a Biblioteca Morisana; a galeria dos quadros e o Instituto das Ciências, Letras e Artes.

Por fim, a *Ponte dos Suspiros*, dividida em dois corredores, que davam passagem para os escaleres e para a sala do conselho dos dez, bem como o lugar em que no ano de 1355 foi decapitado Marino Faliero. Nada escapou à curiosidade de Dom Pedro II.

Visitou, também, o Ateneu Veneziano, a Academia de Belas-Artes, casas de antiguidades (1), pinacotecas e galerias de pinturas onde se achavam os melhores trabalhos de Tintoretto, Paulo Veronese, Palma e Ticiano.

Depois de ter visto tudo na cidade, deliberou ver uma das 32 ilhas que existiam nas suas proximidades. Às cinco horas da manhã do dia 14, uma canhoneira do Estado suspendeu ferros diante do hotel, levando o Im-

(1) Dom Pedro II procurava nos antiquários peças de valor arqueológico ou artístico, comprando-as para as suas coleções e para estudo. Encontramos na Coleção Teresa Cristina (Seção de Estampas da Biblioteca Nacional) uma fotografia com a seguinte anotação a lápis, do punho do Imperador: "Cópia da estátua em bronze do Aretino, feita por Alessandro Vittori. Dada em Veneza, em 15 de outubro de 1871, por Guggenheim, na sua casa de antiguidades".

perador e o Barão de Itaúna e demandou o porto de Chioggia.

Quase três horas durou o trajeto, feito ao longo de um tortuoso canal, que costeava as outras ilhas, na maior parte de sua extensão.

O tempo, que até às sete horas se conservara sereno, mudou de repente, de modo que o pequeno vapor não pôde atracar senão com dificuldade.

O Imperador, que tudo desejava ver, não devia sair do Adriático sem constatar a impetuosidade do Siroco, cuja violência foi tal que o pequeno vapor abalroava alternadamente por um e outro bordo, acontecendo ter-se despeçado a prôa de uma das gôndolas que iam a reboque.

Em Chioggia S. M. tudo viu, acompanhando pela maior autoridade do lugar. Entretanto, pouco havia ali, a não ser a extrema pobreza de uma população de 26.000 almas, na maioria composta de pescadores.

Ao voltar ao porto de embarque, tal era a violência do vento que o comandante do vapor, assim como o prático que o acompanhava, declararam a S. M. que não podiam largar, sob risco de se perderem.

Na impossibilidade de voltar embarcado, tratou o monarca de saber se havia qualquer meio de transporte. Apresentaram-lhe o carro pertencente a uma das autoridades do lugar, puxado por um só cavalo, S. M. nêle partiu, passando em caminho para outro ainda pior, até que pôde ganhar Pádua, onde chegou à noite, tomando aí a estrada de ferro e chegando ao hotel às dez horas da noite.

Pádua e Verona

Na manhã do dia 15 partiram SS. MM. de Veneza para Pádua, onde se demoraram êsse dia, admirando os principais monumentos; partindo daí para Verona a 16, onde só ficaram êsse dia, pois que a 17 achavam-se em Milão, às quatro e meia da tarde. Pouco tentacionavam demorar-se na capital da opulenta Lombardia.

Milão

A 17 de outubro de 1871 chegaram a Milão os soberanos do Brasil e sua comitiva, tomando aposentos no *Hotel de l'Europe*.

Na mesma noite, percorreram a linda passagem próxima à Catedral, admirando êsse passeio notável, em cuja construção foram rigorosamente observadas as regras de arte e do bom gosto.

A passagem achava-se iluminada em todos os pontos e uma multidão a percorria, não atraída pelo interesse da paisagem como principalmente para ver os Imperadores do Brasil.

O cônsul em Gênova, César Persiani, fô incansável em facilitar o exame de tudo; conseguiu que se iluminasse o famoso Teatro Scala, como nos dias de espetáculo, e SS. MM. admiraram êsse modelo de bom gosto, onde os mais distintos mestres tinham dado provas de genialidade. Foi nêle que Carlos Gomes, na primeira execução do *Guarani*, viu-se coberto de aplausos.

Nessa visita, tanto César Persiani, como próprio Carlos Gomes acompanhavam SS. MM.

A 18 o Imperador foi a Vila Real de Monza visitar o Príncipe e a Princesa de Piemonte, com os quais se demorou perto de duas horas, voltando depois a Milão, acompanhado pelo distinto arquiteto, Comendador Giuseppe Mengoni.

O Imperador visitou novamente a galeria chamada *Vitor Manuel*, procurando obter informações a respeito daquelle edificio.

A noite assistiram ao espetáculo no *Teatro do Rei* (o antigo), onde estava preparada uma surpresa para SS. MM. De repente o teatro appareceu iluminado a giorno, o que era de maravilhoso efeito.

O arquiteto Giuseppe Mengoni, a convite do Imperador, estêve à noite em sua companhia, no hotel. O Imperador falou sempre em italiano.

No dia 19, S. M. foi visitar Alexander Manzoni, em Brusuglio (Brianza), acompanhado por um dos seus camaristas (1).

Nessa noite visitou o Teatro Gerolamo, onde se dava um espetáculo de *Marionette*.

Nos dias que se seguiram, o Imperador percorreu o Instituto Artístico, escolas superiores, observatórios, museu de antiguidades, galerias de quadros, bibliotecas, catedral, etc.

Na catedral, S. M. demorou-se largo tempo, em companhia da Imperatriz. A capella subterrânea era quase tôda de prata, ornada de quadros de indescritível riqueza. Lá achava o corpo de São Carlos Borromeu. Subindo à torre SS. MM. contemplaram a bella vista milanesa.

Contraindo a vista e fazendo-a pairar sobre êsse templo, não havia quem deixasse de admirá-lo, no exame das 7.022 estátuas de mármore que o decoram, e cuja perfeição estava acima de qualquer elogio. Os ornamentos da torre e do resto do templo se não achavam completos, pois que se tratava de colocar ainda

(1) Sobre essa visita, ver Heitor Lira, *História de Dom Pedro II*, vol. 2.º, págs. 293-295.



Programa do concêrto em homenagem aos Imperadores, em Milão, a 20 de outubro de 1871. (Pertence ao maestro Corbiniano Vilaça).

mais 3.000 estátuas, com as quais se concluíam os trabalhos.

O Imperador admirou ainda o monumento erigido a Leonardo da Vinci, seu pintor preferido, e conheceu então o escultor Magni, autor desse belo trabalho.

No dia 20, os súditos brasileiros em Milão promoveram um concerto em homenagem aos imperadores no salão do hotel onde os mesmos se achavam hospedados, iniciando pelo hino brasileiro e terminando por belas melodias (1).

Bolonha

No dia 21, partiram SS. MM. às nove da manhã e chegaram a Bolonha às três horas, daí partindo às quatro da tarde do dia seguinte, pelo trem de ferro, no qual viajaram o resto do dia e toda a noite, descendo para Brindisi, onde chegaram a 23, a meia hora depois do meio-dia.

No curto prazo de sua demora em Bolonha o Imperador visitou a Universidade e outros estabelecimentos, não podendo ver o mais que desejava, por ser domingo.

Brindisi

Em Brindisi, porto do antigo Reino de Nápoles, no Adriático, depois de terem sido cumprimentados na estação pelo ministro do Brasil João Alves Loureiro, síndico, subprefeito, pelos assessores municipais e outras autoridades, SS. MM. foram ao *Hotel des Indes Orientales*, magnífica construção das estradas de ferro meridionais. S. M. almoçou rapidamente e saiu de carruagem descoberta com Loureiro, percorrendo a pequena cidade, visitando as duas colunas de mármore que marcavam o termo da *Via Appia*, que de Roma conduzia até a extremidade da Itália; a casa onde a tradição rezava ter morrido Virgílio, quando, com Augusto, voltava de Atenas, para onde fôra com o propósito de burlar a sua neida. Grandes trabalhos faziam-se, então, no porto que, ao tempo da grandeza romana, era o ponto de partida dos romanos que se dirigiam à Grécia, sendo, posteriormente, no tempo das cruzadas, ainda muito freqüentado.

Dom Pedro II fizera todas essas observações e ainda recordara que a obstrução do porto de Brindisi datava de Júlio César, que o fechara para evitar que a frota de Pompeu lhe pudesse entrar.

(1) Reproduzimos o clichê do programa desse concerto, por gentileza do seu possuidor, maestro Corbiniano Vilaça.

Em Brindisi, SS. MM. jantaram às seis horas. O vapor *Puhna*, que os devia conduzir a Alexandria, largava às quatro da manhã do dia 24. SS. MM. e comitiva embarcaram às nove da noite. A viagem normal seria de 72 horas. Acompanhou-os nessa travessia e no Cairo o Barão Gustavo Schreiner, que em 1875 seria ministro da Áustria no Rio de Janeiro e professor da língua árabe de Dom Pedro II.

EGITO

A travessia do Mediterrâneo

SS. MM. partiram de Brindisi no dia 24 de outubro, às quatro horas da manhã, com tempo sereno e mar calmo.

Das oito horas, porém, em diante, com branda aragem do Sul começaram a agitar-se as águas e em menos de duas horas o *siroco* as revolvía com tal furor que por cima dos mastros do navio se elevavam *serras e serras de fumante espuma*.

Era um dos formidáveis temporais que costumavam visitar as águas do Mediterrâneo. Por vinte e seis horas se conservou o mau tempo; tão forte foi o vento, tão violentas as vagas que repetidas vezes alagaram o vapor, chegando mesmo ao pavimento em que se achavam as câmaras do Imperador e de sua comitiva.

A noite foi angustiosa e, apesar da força, o *Puhna* durante muitas horas não caminhou mais de meia milha, empregando cuidado, somente, para não retrogradar.

Os passageiros estavam prostrados, inclusive SS. MM., vítimas de profundo enjôo, apenas resistindo o camarista Nogueira da Gama, o veador Barão, do Bom Retiro, o médico Barão de Itaúna e o Duque de Saxe.

Como quer que fôsse, pelos transeiros por que todos passaram, na manhã seguinte foi grande o prazer, ao despontar dos primeiros raios do sol, sob cuja influência dissipou-se o nevoeiro.

No dia 25 pela manhã, isto é, mais de 24 horas depois da partida, o navio se achava apenas a quatro ou cinco horas de Brindisi, tal a tormenta que lhe embargou a marcha.

Do dia 26 em diante a viagem foi de rosas: mar sereno, branda aragem, céu claro, sol brilhante, noite de luar, contribuindo para o esquecimento dos dois dias e das duas noites longas e assustadoras por que passaram.

No dia 27, SS. MM. navegaram tendo à vista a costa da Grécia e as ilhas Jônicas.

Alexandria

No dia 28, às sete horas da manhã, do vapor se avistava, distintamente, a costa do pórtio de Alexandria, que por certo nada tinha de imponente. A costa era por demais baixa, quase deserta; a não ser o nome que a designava e as mil recordações que elle despertava, talvez se lhe não prestasse a menor atenção.

As sete e meia, deu fundo o vapor; a elle atracaram três belos escaleres do vice-rei do Egipto e ao mesmo tempo o que conduzia o cônsul brasileiro, Conde Miguel de Deblané.

O Imperador não aceitou os escaleres do vice-rei Ismail, transportou-se para terra em um dos botes do vapor e sua comitiva em lanchas de aluguel, dirigindo-se todos para o *Hotel Peninsular e Oriental*.

“Logo ao desembarcar, recebeu o Imperador dois telegramas, um de Florença e outro de Milão, annunciando-lhe que a lei acêrca do elemento servil havia passado no Senado. Apenas foi lido êsse telegrama, Sua Majestade correu para mim, deu-mo para ler, abraçou-me, e em verdadeira explosão de prazer disse o seguinte: Escreva já ao Rio Branco, enviando-lhe êste abraço que lhe dou, e diga-lhe, na linguagem a mais positiva, que estou penhorado, e desejava abraçá-lo agora pessoalmente, o que farei logo que o aviste em minha volta. Diga-lhe mais, que o considero como meu homem, em que deposito tôda a confiança e esperança que posso ter, nutrindo a crença de que elle não me abandonará no muito que temos a fazer, diga-lhe mais, que conte comigo como me apraz contar com elle, e acrescente que deixando-o à frente do Governo na minha ausência, cada dia tenho mais razão de crer no homem que tantos e tão grandes serviços me prestou e ao país, no Paraguai...” (1)

SS. MM. almoçaram e jantaram, acompanhados pelo Duque de Saxe e seu irmão, Príncipe Dom Filipe.

A noite, foram todos ao teatro e no dia seguinte, 29, às nove horas da manhã, partiram para Suez, pelo caminho de ferro, chegando às cinco horas da tarde.

No pouco tempo que estiveram em Alexandria, viram o que havia de mais notável, visitaram o canal *Mahomoudich* que comunicava a cidade com o Cairo, por meio de um ramal do Nilo; as agulhas de Cleópatra, dois obeliscos formados de um só pedaço de granito vermelho, em cujas faces se liam diversos

hieróglifos, para lá transportadas de Menfis, a fim de adornarem o palácio de Ptolomeu; as catacumbas, em câmara retangular, guardadas em todos os lados de túmulos cavados na rocha, pela maior parte cobertos de areia, por tal modo que era difícil descobri-los.

A coluna de Pompeu, também de granito vermelho, foi mandada erigir por um dos governadores do Baixo-Egipto, em honra ao Imperador Deocleciano.

A Alexandria de então nada tinha com a dos gregos.

As águas do Nilo deslizavam lentamente, carregadas de argila ou areia, ora levando em sua corrente ora depondo nas suas margens, as mil imundícies que sobre elas arremessava o árabe indolente.

As palmeiras altivas de que pendiam grossos cachos de tâmaras açucaradas cobriam extensos areais e como que abafavam o pó que martirizava os olhos, roubando a vista de um quinto dos habitantes da arruinada cidade.

As ruas estreitas, tortas, não calçadas, cobertas de areia ou de lama e guarnecidas de pequenas lojas ou armazéns imundos, onde o dono ou chefe, assentado de pernas cruzadas, ostentava seu grande turbante e mercadejava mil bagatelas a trocô de fino ouro, por entre espessas nuvens de fumo que pairavam em torno do seu dourado cachimbo. As mulheres vestiam-se de trapos, com o rosto sempre coberto, ostentando um mistério difícil de ser decifrado; as crianças, em grande parte nuas, cobertas de mósca, na areia ou na lama. Numerosos camelos arrastavam-se sob o péso descomedido dos fardos, um mundo sem fim de mósca e de mosquitos, que a pessoa alguma deixava repousar de noite ou de dia; finalmente, o mesmo lugar, onde outrora, próximo à coluna de Pompeu, se desenvolvia uma cidade, cujo orgulho caminhava a par de seu esplendor, então servia de sede ao cemitério árabe, onde o pó dos ossos humanos, de mistura com o de antigos e ricos monumentos, substituíra a vida, a atividade e a riqueza dos velhos tempos; — eis a triste Alexandria de 1871, que a mão do europeu parecia querer arrancar do charco imundo.

No entanto, os numerosos navios que chegavam a seu pórtio — algumas ruas direitas e bem calçadas — algumas casas nobres e bem construídas que nelas se encontravam, — as estradas de ferro e por fim o grande canal que comunicava as águas do Mar Vermelho com as do Mediterrâneo — revelavam que a Europa encetara uma obra de regeneração.

Na noite dêsse dia 28 D. Pedro II escreveu a seguinte carta a Gobineau:

(1) Cópia de carta dirigida pelo Barão de Itaipua ao Visconde do Rio Branco, existente no arquivo do Itamarati. *Apud* Heitor Lira, *História de Dom Pedro II*, 2.º vol., págs. 297-298.



H. Brugsch

Le Caire le 8 Novr. 1871

Henry Charles Brugsch — (Brugsch-Bey), egiptólogo alemão, ao serviço da Inglaterra. Dom Pedro II o conheceu no Cairo (Biblioteca Nacional).

"Sr. Conde, / Após uma bem enfadonha impetade, eis-me desde esta manhã na cidade de Alexandre, de César e de Napoleão. / Durante a travessia bem escabrosa ao sair do Adriático, contemplei de longe as Jônias, o alto Matapan e o Taygeto, vendo, bem de perto, sob o esplêndido luar destas paragens, a ilha de Creta, com seu monte Ida. Como não visitar a Grécia! / Já vi as principais coisas que mais interessam nesta cidade. Estou de acôrdo com Mariette-Bey e Brugsch. Sigo amanhã para Suez, por estrada de ferro, e percorrerei todo o canal, voltando igualmente por estrada de ferro a Ismailia e de lá ao Cairo. As pirâmides de Giseh e de Iokaroh, assim como a necrópole de Béni-Hassan não serão esquecidas e, no dia 12, partirei novamente para Brindisi..." (1)

O que se poderia dizer acerca do Oriente, que não tenha sido lido e apreciado na magnífica *Viagem ao Oriente*, de Lamartine, ou no itinerário de Chateaubriand?

Suez

No dia 29 de outubro SS. MM. partiram de Alexandria às nove horas da manhã, pelo caminho de ferro e chegaram a Suez às cinco horas, viajando no trem que o vice-rei do Egito pôs a sua disposição, em grande carro forrado de damasco carmesim, com franjas de ouro.

Em viagem sempre contínua, chegaram SS. MM. a Suez às cinco horas da tarde e receberam-se ao *Suez Hotel*, onde previamente haviam mandado reservar aposentos.

O *Hotel Suez* pertencia a uma companhia inglesa e nesse lugar notavam-se já alguns prédios elegantes, de propriedade inglesa e tudo induzia a crer que em época não remota os ingleses se apossariam do lugar, arrancando-o do estado semibárbaro em que se achava, fazendo desaparecer as imundícies, a inércia e a desmoralização que em tão alto grau dominava.

Causava asco passear-se nos imundos becos, que denominavam ruas, cheias de lama e de areia, onde a luz penetrava com dificuldade, exalando um cheiro fétido e que entretanto constituía um certo recinto, a que davam o nome de *bazar*.

Era nesse recinto que se achavam os miseráveis casebres a que chamavam casas de negócio e onde se encontravam, a par de alguns tecidos e roupas diversas, comida feita, café, frutos e tôdas as espécies de hortaliças.

(1) Apud Georges Raeders, *Dom Pedro II e o Conde de Gobineau*, pág. 60.

De dia podia-se passear, desde que se estivesse resignado a voltar para casa de tal modo coberto de pó, que difficilmente se poderia saber qual a verdadeira cor da roupa. De noite, porém, tôdas as cautelas eram poucas, porque a segurança pessoal não se achava sufficientemente garantida e muito menos as albigueiras.

Na maré baixa — e ela baixava ali consideravelmente — ficava-se em um lamaçal sem fim, inteiramente descoberto, que exalava um cheiro insuportável.

As proximidades do hotel eram banhadas por águas do Mar Vermelho e a uma légua de distância encontravam-se, os lugares por onde Moisés, guiando as tribos de Israel, subtraíu-se às fúrias de Faraó; bem como aquêle em que, com sua vara, fêz brotar a água do interior da rocha.

O Imperador, que procurava os lugares onde podia encontrar objetos dignos de estudo ou de notáveis recordações históricas, não podia por certo deixar de ir ver e percorrer esses sítios.

Na manhã do dia 30 partiu com a sua comitiva, margeando o Mar Vermelho, seguiu com a vista o caminho em que durante três dias não interrompidos caminhou Moisés, depois de sua saída do Egito.

Socoth, cuja sede era então presumida; Byr-Soneys, onde uma curva do mar se unia às altas montanhas do monte Altaka e parecia fechar os limites do deserto, enfim Hahiroth, conhecida pelo nome de Hadjeroth, nada escapou às contemplações do Imperador. Foi justamente em frente dêsse último lugar, que os israelitas passaram o Mar Vermelho e a três quartos de légua estava aquêle onde existia a rocha, da qual brotou água, ao toque da vara do condutor do povo de Deus.

Não se via mais a rocha. Ali porém estavam as fontes que ainda então os árabes denominavam *fontes de Moisés*, em número de cinco, e delas corria cristalina e fresca água, que em alguma distância era recebida em vasta cisterna, a qual servia para abastecer os navios que chegavam.

Junto às fontes de Moisés todos os da comitiva cortaram um ramo de árvore, que guardaram como recordação.

Em todo o resto do dia o Imperador não repousou um instante, tudo quanto Suez encerrava, e em suas proximidades, foi visto.

No dia 31, às oito horas da manhã, partiram SS. MM. de Suez, embarcando algumas pessoas aí, em um pequeno vapor que devia percorrer todo o canal, saindo o Imperador e a Imperatriz de carro, no propósito de visitarem a *Árvore da Virgem*, isto é, aquella sobre a

qual descansou Nossa Senhora; em sua fuga do Egito.

SS. MM. dela colheram algumas sementes que guardaram.

Ismailia

Tinha apenas o vapor feito uma hora de caminho, quando à margem do canal se apresentaram SS. MM., que para êle se passaram e seguiram então todos até Ismailia, onde chegaram às duas horas, tomando aposentos no *Hotel Pagnon*.

Ismailia era uma nova cidade, um pórtio do canal de Suez, intermediário entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo. Nesse lugar existiam já alguns prédios notáveis e longas ruas bem macadamizadas, ao longo das quais lindas e copadas árvores abrigavam os viajantes da ardência do sol.

Quase tudo o que aí existia pertencia aos franceses.

Em Ismailia SS. MM. tudo viram e na manhã do dia imediato (1 de novembro), depois de assistirem missa, às seis horas, embarcaram no mesmo vapor e partiram às sete e meia para Port-Said, que era o extremo do canal, do lado do Mediterrâneo. Chegaram às duas horas da tarde, tomando aposentos no *Hotel du Louvre*.

Port-Said

Meia hora antes de chegar a Port-Said, um vapor inglês que navegou sempre na prôa, vendo o pavilhão brasileiro içado no vapor em que ia o Imperador e sabendo que provavelmente conduzia SS. MM., pois que eram ali esperados naquela tarde, embandeirou-se todo seguindo até o pórtio.

No pórtio, além de diversos navios, achava-se a fragata egípcia *Mahomed Ali* e a fragata francesa *Andromaque*, que imediatamente se embandeiraram; salvaram com 21 tiros e deram vivas, com marujos nas vergas, na ocasião em que passaram os nossos monarcas.

O vapor em que iam não atracou imediatamente; foi ao extremo do canal e chegou às águas do Mediterrâneo, porque o Imperador quis ver o farol e as obras de segurança feitas de um e outro lado, para garantir a facilidade da entrada e atracação dos navios que se dirigiam ao pórtio.

Feito isto, voltou ao ancoradouro, e logo deu fundo; atracou ao vapor um rico escalér, conduzindo o governador de Port-Said, Omer Bey, que trajava grande uniforme.

Depois do jantar e à noite, o Imperador saiu acompanhado pelo Barão do Bom Retiro,

e viu o que havia de mais notável na pequena cidade. Na manhã do dia seguinte (2 de novembro), às sete e meia, SS. MM. embarcaram e pelo mesmo canal voltaram a Ismailia onde chegaram a meia hora depois do meio-dia.

Cairo

Em Ismailia, a uma hora e vinte minutos, os Imperadores e comitiva tomaram o trem de ferro partiram para o Cairo, jantando às três e um quarto em Zagazig. Às cinco, avistaram as Pirâmides e às seis menos um quarto chegaram ao Cairo, hospedando-se no *Great New Hotel* por não terem querido aceitar o magnífico palácio, que lhes destinava o vice-rei do Egito. Nessa mesma noite o Imperador percorreu a grande parte da cidade, acompanhado do Barão do Bom Retiro, Duque de Saxe e Príncipe Dom Filipe.

No dia 3, às quatro horas da tarde, SS. MM. foram visitados pelo vice-rei, acompanhado do ministro dos negócios estrangeiros Nubar-Pachá.

Cumpre notar que para essa visita havia sua alteza pedido dia e hora e que se apresentou justamente na hora que lhe havia sido marcada pelo Imperador. Sua Alteza apresentou-se de calça alvadia e robisson, com competente barrete vermelho e borla preta guardando, portanto, tôdas as conveniências incógnito em que viajava o Imperador.

S. M. retribuiu a visita no mesmo dia, às oito horas da noite.

As pirâmides

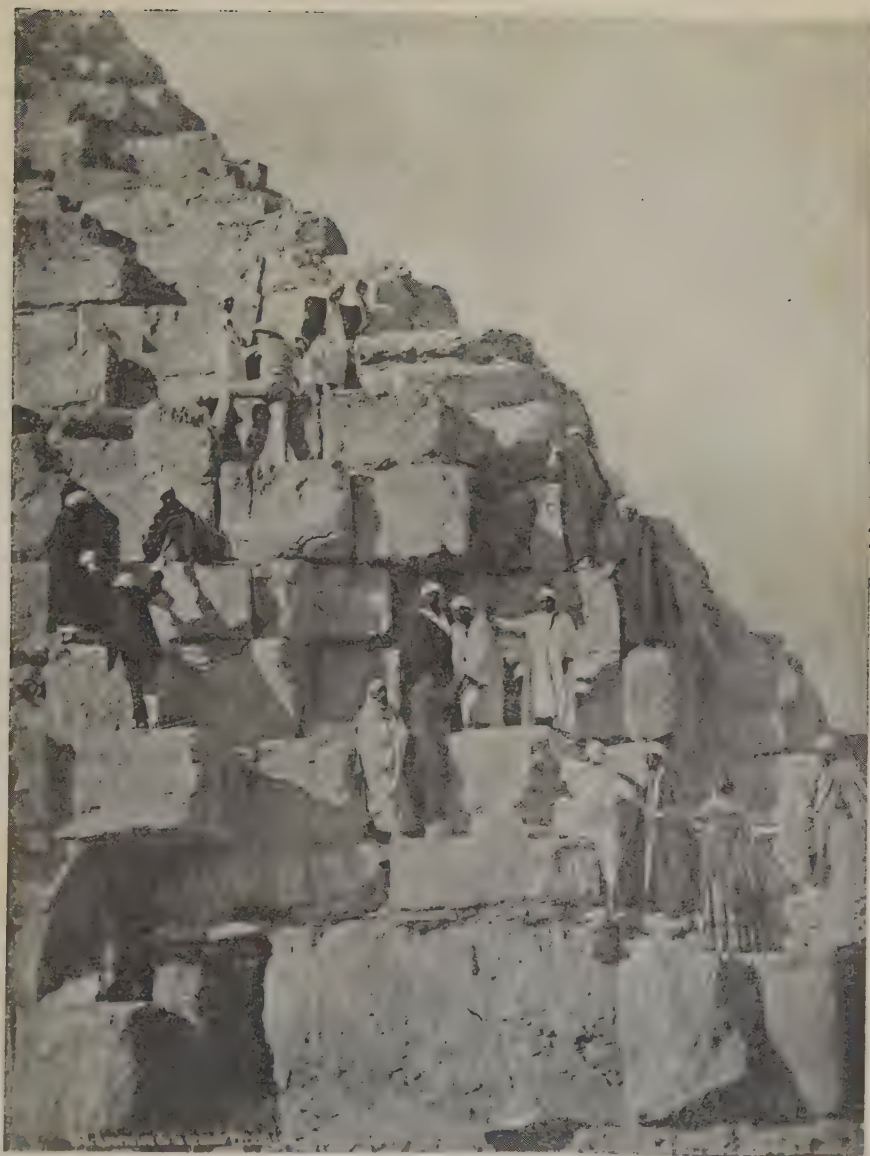
Constando ao vice-rei que SS. MM. pretendiam, no dia 5, ver as pirâmides, mandou no dia 4 à tarde oferecer-lhes as necessárias conduções e bem assim o almôço, que lhes seria apresentado no palacete próximo às mesmas pirâmides.

Tendo sido aceito êsse oferecimento, no dia 5, às seis da manhã, estavam à porta do hotel duas magníficas carruagens, puxadas cada uma por quatro lindíssimos cavalos.

Na primeira, tomaram assento SS. MM. as Sras. Fonseca Costa e Nogueira da Gama e a segunda senhorinhas Nogueira da Gama e de Itaúna, o camarista Nogueira da Gama e os Barões do Bom Retiro e de Itaúna.

Às sete horas e dez minutos, partiram todos e chegaram às pirâmides às oito e vinte e cinco minutos.

O Imperador logo quis fazer uma escalada e tomou por companheiro o Barão do Bom Retiro, sendo igualmente acompanhado p



Ascensão do Imperador e comitiva a uma pirâmide do Egito (Biblioteca Nacional).

cônsul da Áustria, Barão Gustavo Schreiner, anos mais tarde ministro no Rio de Janeiro.

A subida não era coisa fácil e nem se fazia sem perigo: a tortuosidade do caminho a percorrer, a desigualdade da altura das pedras que serviam de degraus e ainda a altura a que se devia chegar, exigia serenidade de espírito, coragem e firmeza de corpo.

O Imperador, bem como os dois cavalheiros que o seguiram, foram cada um acompanhado por quatro robustos árabes, que amestrados em tal viagem os amparavam por todos os lados.

Na subida, gastaram os viajantes vinte e cinco minutos e trinta na descida.

O Imperador tirou uma fotografia junto à maior das pirâmides, acompanhado do Barão de Bom Retiro e do sábio egiptólogo Brugsch (1).

Pouco mais tarde e depois de algum repouso, foi servido o almoço, findo o qual os viajantes deram um pequeno passeio. Tomando os carros, dirigiram-se para a cidade, visitando em caminho dois jardins de Mahomet-Ali, onde se achavam magníficos palácios denominados Gezireh e Ghisa.

Nesses jardins encontraram SS. MM. grande número de flôres e diversas plantas, que tão bem ali vegetavam, como no Brasil.

Volta a Alexandria e partida para Brindisi

As sete horas da tarde, SS. MM. achavam-se no hotel, onde jantaram.

Durante a estada no Cairo, SS. MM. foram muito visitados e percorreram estabelecimentos e monumentos. Em algumas noites foram ao teatro, ora francês, ora italiano.

Conquanto o Cairo não deixasse de participar do caráter geral das demais cidades do Egito, todavia revelava vida e atividade. O distrito habitado quase exclusivamente pelos árabes, era feio. As casas ruins, sem o menor asseio, como no geral do povo; as ruas estreitas e imundas; as mósas e os mosquitos abundavam por toda a parte; o pó tudo invadia e talvez um quarto da população soffresse moléstias de olhos, encontrando-se pelas ruas incrível número de cegos. De dia o calor era ardente, as noites, porém, frescas, o luar claro e o céu magnífico.

(1) Era o egiptólogo alemão, Dr. Henry Charles Brugsch, também chamado Brugsch Bey. Na seção de estampas da Biblioteca Nacional (Coleção Teresa Cristina), existe uma fotografia sua, datada do Cairo, de 8-11-871 e uma fotografia de Delchevolerie, relativa à ascensão dos visitantes.

Os quarteirões denominados europeus eram limpos, as ruas largas e tudo quanto se havia feito de novo, revelava gôsto.

Desde que o então vice-rei encetara o governo, uma verdadeira revolução se foi operando, quer em relação ao desenvolvimento da instrução pública, quer em multiplicidade de melhoramentos materiais de que necessitava o país, digno de brilhante futuro. E assim devia acontecer, porque Mahomet-Ali fora educado na Europa e revelava, em suas palavras e maneiras, fino trato e apurada instrução.

SS. MM. depois de se terem demorado oito dias no Cairo, partiram a 10 de novembro para Alexandria, à uma hora e dez minutos e lá chegaram às cinco, recolhendo-se ao hotel em que já haviam estado.

Jantaram e foram à noite ao teatro.

No dia imediato, 11, depois de visitar o jardim do nosso cônsul, Conde Miguel de Debbané, partiram para Brindisi, às dez horas e um quarto, a bordo do vapor *Ceylon*.

VOLTA AO CONTINENTE EUROPEU

Brindisi

SS. MM. aportaram a Brindisi às sete e meia da manhã do dia 14 de novembro, depois de excelente viagem. Jantaram às cinco horas e às sete, apesar de forte chuva e vento, tomaram o trem de ferro, em direção a Nápoles, onde chegaram na manhã de 15, às nove horas. Acompanhou-os o vice-cônsul brasileiro em Nápoles, Ernesto Naclério.

Nápoles

SS. MM. foram recebidos pelo Ministro junto à Santa Sé, Bernardo José de Figueiredo e sua senhora, por diversas autoridades locais, recolhendo-se ao *Hotel Vitória*, onde foram visitados por grande número de pessoas, inclusive o comendador Giuseppi Fiorelli, que os acompanharia em suas excursões.

A tarde, o séquito imperial visitou a quinta real de Capo di Monte.

Nápoles, antiga capital do Reino das Duas Sicílias, foi berço da Imperatriz Dona Teresa Cristina, que de lá partira havia 28 anos. Far-se-á, portanto, idéia do grande número de pessoas que a desejaram ver e saudar.

O hotel ficou repleto. Cada um procurava ser o primeiro a cumprimentar a augusta Princesa e pela face de não poucos visitantes, quer de um, quer de outro sexo, corriam lágrimas, arrancadas, talvez, por prazer, ou mil recordações que o tempo e as circunstâncias deviam naturalmente sugerir.

Durante os sete dias de permanência em Nápoles, SS. MM., um só não houve em que

1. Heinrich Karl

não fôsem procurados por muitas pessoas, recebidas com aquêlê carinho e afabilidade que distinguíam, em alto grau, tanto a Dom Pedro II como a Dona Teresa. Os jornais eram unânimes em elogiar as maneiras democráticas do soberano brasileiro, bem como a sua instrução.

O Rei Vitor Manuel não se achava aí quando chegaram SS. MM. e sim em Florença.

O Imperador — como por tôda a parte por onde andava — tudo queria ver e examinar. A Imperatriz, que quase sempre o acompanhava, foi infatigável, desejando rever tudo e a todos, ansiosa por encontrar pessoas que a acompanharam na infância e nos recantos que, alegre, percorrera em menina e moça.

Raros foram os lugares não visitados. Além das ruas e praças da cidade, estiveram no Museu Bourbonico, no Vesúvio, em Pompéia, Herculano, Castellamare, Salerno, Sorrento, Ischia, Capri, Procida, Albano e, por fim, no túmulo de Virgílio e na Universidade Real.

Os Imperadores visitaram as ilhas do golfo de Nápoles e a famosa Sorrento, berço do poeta Torquato Tasso. O Ministro da Marinha italiana mandara pôr, para êsse fim, à sua disposição o aviso a vapor *Il Messaggero*.

O Imperador não quis deixar de ver a Gruta Azul, de cuja entrada se aproximou em pequeno vapor, passando depois para um escalér.

A hora em que S. M. visitou a gruta não foi a melhor, não só porque o sol tinha declinado, como porque as águas começavam a subir, agitadas por vento do Norte.

Felizmente, pôde sair a tempo, tendo tido necessidade de quase deitar-se no interior do bote, pois que o espaço tornava-se por demais estreito. Apesar da cautela, S. M. não pôde deixar de receber alguma água, molhando a roupa.

Sôbre êsse passeio marítimo, referiu o *Piccolo Giornale*, de Nápoles, o seguinte fato, que veio aumentar e robustecer a simpatia e o culto que votavam à Imperatriz:

“Há alguns dias o escalér do *Il Messaggero*, da marinha real, conduzia os viajantes de Chiatanoni para Capri: D. Pedro II, D. Teresa Cristina e duas damas de honor. Chegados à Gruta Azul, a Imperatriz e as suas duas companheiras ficaram à entrada, no escalér da marinha militar. O Imperador saltou em pequeno barco, entrou na gruta e saiu todo molhado. A embarcação na qual estava a Imperatriz balouçava-se agitadamente sôbre as ondas e Dona Teresa achava-se sentada junto do timoneiro que, de repente, sentiu escapar-lhe da mão a cana do leme, tendo de debruçar-se com precipitação para conseguir

apanhá-la, o que fez, perdendo nesse momento o equilíbrio e caindo ao mar. Talvez fôse desaparecer, envolvido pelas ondas, quando a Imperatriz, por um esforço enérgico, o agarrou e conseguiu salvá-lo!”

No dia 16 foi a Herculano com o commendador Giuseppe Fiorelli, que voltou admirado da erudição arqueológica do monarca (1).

No dia 17 o Imperador, aceitando o convite do Ministro da Instrução Pública da Itália, assistiu à abertura da Universidade Real e à abertura de um dos cursos desse grandioso estabelecimento em que se achavam matriculados 8.000 estudantes, nas diversas faculdades. A multidão de estudantes era tal que muitos professores não puderam chegar a seus lugares.

Aproveitou-se esta festa, para se descobrir a effigie em mármore de Macedônio Mello-ni (2), que o cavalheiro Tito Angelini esculpiu, às expensas da Academia de Ciências e da Universidade.

O professor Tito Lívio De Sanctis leu um discurso sôbre a *cirurgia italiana e a patologia celular*.

Sua Majestade foi recebido à entrada do edificio pelo professor Settembrini com quem conversou por muito tempo, com o professor senador Imbriani e diversos outros.

No dia 18, Sua Majestade foi a Pompéia, acompanhado de seu séquito e de Bernardo José de Figueiredo, voltando à tarde, sob uma chuva torrencial.

No dia 19, ainda de volta de Pompéia, SS. MM. jantaram e foram assistir ao espetáculo do *Politeama*.

No dia 20, visitaram, de manhã, o lindíssimo golfo que inspirou a Lamartine tão belas poesias e à tarde, o Vesúvio. Enquanto a Imperatriz ficara no Observatório, o Imperador subiu até à cratera do vulcão. O ilustre professor Palmieri serviu de guia nessa excursão.

Em algumas noites SS. MM. foram aos teatros e assistiram a um belo concerto. *Caserta, San Germano e Monte-Cassino*.

No dia 22 de novembro, às onze e meia da manhã, depois de ter mandado distribuir milhares de francos aos pobres, partiram de Nápoles os augustos viajantes, pelo caminho de ferro.

Pararam em Caserta, que um dos Bourbons convertera numa espécie de Versalhes;

(1) Fiorelli ofereceu seu retrato ao Imperador, com data de 2 de novembro e a dedicatória: *Umile omaggio di affettuosa devozione* (Col. Teresa Cristina, Seção de Estampas da Biblioteca Nacional).

(2) Físico nascido em Parma. Deve-se-lhe o conhecimento das principais leis do calor radiante (1798-1854).

visitaram o parque, a lindíssima cascata e o grande Palácio Real, para onde, não raro, se dirigia a Condessa de Mon-Fiori, espôsa morgânica do Rei Vitor Manuel.

As duas para três horas, retomaram o trem e partiram para San Germano, onde pernoitaram, visitando pela manhã de 23 o convento beneditino de Monte-Cassino, cuja biblioteca era rica em admiráveis e preciosos manuscritos, incunábulo e edições *principes*, examinados pelo Imperador com o interesse que sempre lhe mereciam os documentos históricos (1). Depois seguiram para Roma, onde chegaram no mesmo dia 23 de novembro à noite.

Roma

SS. MM. e comitiva chegaram em Roma às sete horas da noite do dia 23 de novembro e tomaram aposentos na *Locanda delle Isole Britanniche*.

(1) O mundo inteiro — cristão, artista ou sábio — ia em peregrinação a Monte Cassino e quem abrisse os livros de visitantes teria dificuldade em escolher nomes. Em se abrindo o livro iniciado a 6 de setembro de 1847, lê-se a assinatura de Newman e a seguinte ardente oração:

O sancti montis Cassinensis, unde anglia nostra olim saluberrimos catholicæ doctrinæ rivus hausit, orate pro nobis, jam ex haeresi in pristinum vigorem expurgantibus.

Outros ingleses firmam os seus nomes nesse livro: Arthur Stanley, deão de Westminster, A. Russell, Cartwright, Lorne, W. B. Richmond e Gladstone, que sob sua assinatura apenas escreveu: *Floreat* (28 de dezembro de 1866).

Longfellow, em sua visita, a 2 de março de 1869, repetiu quatro versos de sua autoria:

*Lives of great men all remind us
We can make our lives sublime,
And departing leave behind us
Footprints on the sands of time.*

Ernesto Renan (em fins de 1849 ou começo de 1850) após a sua assinatura a este pensamento:

Unum est necessarium. Maria optimam partem elegit.

Não sabemos se dos livros de visitantes de Monte Cassino já se fez alguma transcrição, o que, sem dúvida, daria alentado volume de pensamentos, conceitos e orações de homens de todos os credos. Monte Cassino deixou no espirito de Dom Pedro II a mais perdurável admiração, até o fim de sua vida.

Pouco antes de chegar a Roma, vindo de Nápoles, o viajante nota, à sua direita, uma montanha árida, descalvada, de aparência vulcânica, tendo no cimo grande edificação quadrada que, vista do trem, parece uma fortaleza. É o antigo mosteiro onde São Bento, como diz Dante no Canto XXII do *Paraíso*, "Levou primeiro o nome de Deus e afastou das cidades dos arredores o culto ímpio que tinha seduzido o mundo".

*E tanta grazia sopra me rilusse
Ch'io ritrassi le ville circostanti
Dall'empio culto che il mondo sedusse.*

Depois do *Sacro Speco*, Monte Cassino foi o berço da Ordem Beneditina, onde permaneceu até nossos dias a sua mais ilustre casa.

Foram recebidos pelos seus dois ministros, José Bernardo de Figueiredo e João Alves Loureiro, acreditados junto à Santa Sé e à Córte italiana; pelo prefeito da província, comendador Gadda e pelos dois ministros de S. M. F.

Representava-se nessa noite o *Guarani*, de Carlos Gomes, em homenagem ao nosso Monarca. Sua Majestade assistiu à ópera, com toda a comitiva, em três camarotes nobres, em um dos quais se achavam o Imperador, a Imperatriz, a dama de honra, dona Josefina da Fonseca Costa. Nos dois outros camarotes estavam o camarista Nogueira da Gama e família, o senador Barão de Itaúna e filha. Também assistia à representação, em outro camarote, o ministro do Brasil, João Alves Loureiro, com o Barão do Bom Retiro. Em um dos intervalos o Imperador honrou o camarote do seu ministro com uma visita.

O Imperador com incançável atividade — de que dava provas em toda a sua excursão pela Europa — desde o dia seguinte à sua chegada, começou a visitar os monumentos da Cidade Eterna.

Às seis horas da manhã do dia 24 o comendador Rosa foi buscá-lo no *Hotel des Iles Britanniques*.

O comendador Rosa era distinto arqueólogo, encarregado pelo governo das excavações do Foro Romano e do maravilhoso palácio dos Césares.

S. M. foi primeiro à praça de São Pedro, sem entrar na igreja, que queria visitar minuciosamente em companhia da Imperatriz.

Da Praça de São Pedro foi ao Convento de Santo Onofre, sendo recebido pelo padre superior. Aí esteve quase duas horas, vendo o modesto cubículo onde morreu Tasso, autor da *Gerusalemme Liberata*, e o carvalho legendário, sob o qual o poeta ia cismar todas as tardes.

D. Pedro quis também ver e ler, uma por uma, as cartas escritas do próprio punho do grande épico italiano, conservadas nesse mosteiro.

Ao sair de Santo Onofre, foi ao passeio do Janículo, onde esteve esquecido, embevecido na contemplação do magnífico panorama que se estendia ao pé de S. Pedro in Montorio. De lá quis ir à igreja de S. Lorenzo in Damaso, para ver o túmulo de Pellegrino Rossi, vítima da revolução italiana. O passeio terminou com uma visita ao Panteon.

Nesse mesmo dia, o Imperador, por intermédio do ministro junto à Santa Sé, José Bernardo de Figueiredo, pediu ao Papa Pio IX dia e hora para visitá-lo, e Sua Santidade declarou que com o maior prazer receberia

imediatamente Sua Majestade. Às quatro horas da tarde, SS. MM. e comitiva apresentaram-se no Vaticano, sendo recebidos.

Foi uma cena tocante. Os reis cristãos tipham vindo se prostrar ante o vigário de Jesus Cristo, o chefe da cristandade, e este, descedo do sólio com os braços abertos, em nome de Deus os abençoou, abraçando-os depois. Conversaram por espaço de meia hora.

Foi costume de sua Santidade pagar visita aos soberanos que o procuravam; depois, porém, de 20 de setembro de 1870, dia em que o exército italiano entrou em Roma, o Papa não mais saiu do Vaticano.

O Imperador não se contentou com uma só visita e no dia seguinte visitou só a Sua Santidade, com quem de novo conversou.

Na mesma data em que o Imperador pediu ao Santo Padre dia e hora para visitá-lo, o Rei Vítor Manuel pedia a S. M. dia e hora para fazer-lhe uma visita, que foi marcada para as oito da noite.

A hora aprazada, chegava ao *Hotel des Iles Britanniques* Vítor Manuel, acompanhado pelo Príncipe Dória, prefeito do seu palácio e um dos membros mais estimados da aristocracia romana. Nogueira da Gama estava à porta, esperando o Rei da Itália. Quando se anunciou ao Imperador que a carruagem real entrara no portão do hotel, S. M. desceu para receber o soberano italiano. Acêda dessa visita, bastante longa e familiar, eis o que escreveu o jornal *Itália*, de Roma:

“Êstes dois Príncipes têm entre si mais de um ponto de contato. Ambos professam princípios liberais; ambos observam com escrupulo o regime constitucional; ambos gozam igualmente, entre os seus súditos, de merecida popularidade. Êles têm quase a mesma idade. Vítor Manuel tem cinquenta e um anos e D. Pedro, quarenta e seis. Todos êstes pontos de contato deviam gerar entre os dois soberanos uma expansão instintiva uma sorte de intimidade natural”.

O Imperador apresentou ao Rei as pessoas da sua comitiva e quando êste se despediu, o Imperador acompanhou-o até ao pé da escada.

Terminada a visita, o Imperador saiu com o Barão do Bom Retiro e o comendador Rosa e visitaram com archotes o Coliseu, o Fôro Romano e o Capitólio, iluminados por um lindíssimo luar. Recolheu-se ao hotel depois de meia noite.

No dia 25, muito cedo, voltou a visitar com maior atenção o Fôro, a Rocha Tarpeia e a prisão mamertina, onde, segundo a história, estiveram presos, em épocas diferentes, Jugurtha, rei de Numidia, os cúmplices de

Catilina e São Pedro, antes de ser levado ao lugar do suplicio.

Depois do almoço, S. M. visitou São João de Latrão e diversos outros monumentos e à noite foi ao Quirinal, com o Barão do Bom Retiro, pagar a visita ao Rei da Itália.

Ao sair do Quirinal, o Imperador foi ao Observatório do Colégio Romano, dirigido pelo padre Secchi célebre astrônomo jesuíta, e só os que sabem quanto era grande a paixão de S. M. pela astronomia compreenderão com quanto prazer êle ali ficou horas e horas, trocando reflexões científicas com o sábio.

No dia 26, o Imperador foi visitar a Biblioteca do Vaticano, que percorreu, lendo com assiduidade os interessantes manuscritos que a enriquecem.

Depois do almôço, SS. MM. foram à Basílica de São Pedro, com tôda a comitiva, ouvir missa em uma capela reservada.

À tarde, depois do jantar, S. M. dignou-se receber o prefeito de Roma e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconti-Venosta e acabou a noite assistindo ao espetáculo no Teatro Capranica, onde se representava *Le Educande di Sorrento*, ópera cômica do maestro Usiglio.

“De certo Sua Majestade possui uma constituição de bronze, que se acha aliada a uma vontade firme e perseverante. Sem dúvida conheceis Roma, sabeis o que é essa cidade de palácios, onde os séculos não puderam consumir os troféus de glória da senhora do mundo. Pois bem: o Imperador viu tudo que Roma encerra, digno de ver-se. O Vaticano, suas galerias, a grande biblioteca, o Capitólio, a Rocha Tarpeia, o Coliseu, São Pedro, Santa Maria Maior, São João de Latrão, Castelo de Santo Ângelo, Museus, etc.”

Além disso, percorreu, em largas excursões, os lugares mais notáveis das vizinhanças.

No dia 27, às sete horas da manhã, já estava S. M. no Vaticano, continuando a visita das magnificências dêsse incomparável palácio; depois assistiu à abertura do Parlamento.

Ao sair do Palácio de Monte-Citorio, foi à *via-Appia*, semeada aqui e acolá de estupendas ruínas de Roma antiga.

Deu-se a coincidência da abertura do Parlamento italiano durante a estada de SS. MM. em Roma. A êsse ato, que teve lugar a 27, o Imperador compareceu em caráter particular, acompanhado pelo ministro João Alves Loureiro e pelos oficiais de sua casa.

A abertura do Parlamento em Roma teve caráter de festa nacional; tôda a cidade, com raras exceções, iluminou-se à noite e sobre-

tudo a *Piazza del Popoli*, onde se levantou uma grande iluminação com aspecto curioso e encantador.

Do hotel em que habitavam SS. MM., via-se perfeitamente a praça; ninguém se expôs ao frio, para ver o que outros não podiam desfrutar sem se expor a elle e aos apertões do povo que a enchia.

O Imperador visitou também o Senado e por algum tempo conversou com alguns senadores.

No dia 28, os Imperadores com toda a sua comitiva, foram visitar Frascati, Albano, Genzano e Tusculo, lugares amenos e aprazíveis, onde passeiava o gênio de Cícero.

Almoçaram em Frascati e voltaram a Roma para jantar. Findo este, S. M. recebeu a visita do comendador Minghetti, antigo ministro, com quem conversou. Minghetti passou depois ao salão da Imperatriz, com quem também conversou por algum tempo.

Datada de Roma, dessa data, encontrava-se no Museu Imperial de Petrópolis uma fotografia de D. Luigi Tosti Cassinese, com a dedicatória: *A Sua Maestà l'Imperatore del Brasile D. Pedro de Alcantara, in segna di cordiale ossequio e devozione*. Cremos que o Imperador teria conhecido essa notável personagem quando, a 23, passara por Monte Cassino. O fato é que S. M. manteve por Dom Luigi Tosti, até o fim de sua vida, a maior admiração.

No dia 29, S. M. visitou ainda alguns monumentos e às quatro horas da tarde foi à Universidade. A proverbial amabilidade, a familiaridade, a inteligência verdadeira e não aparente que então mostrou o monarca foram objeto da admiração dos professores.

Os ilustres professores De Sanctis e Toldaro ofereceram a S. M. as suas mais recentes publicações, que o Imperador aceitou com palavras lisongeiças para ambos. Ao professor Volpicelli, S. M. disse que já o conhecia de nome e que tinha lido e apreciado seus trabalhos, publicados nos *comptes rendus* da Academia de Ciência do Instituto de França.

Em Anatomia, em Zoologia e em Física, o professor Volpicelli mostrou ao Imperador os efeitos da máquina elétrica de Holtz, as experiências do giroscópio e muitas outras. S. M. saiu da Universidade pelas sete horas, deixando todos penhorados pelas suas maneiras e admirados de sua erudição.

Logo depois da chegada de S. M. a Roma, o decano do corpo diplomático dirigiu um officio ao nosso ministro João Alves Loureiro, exprimindo, em nome do mesmo corpo diplomático, o desejo que este nutria de apre-

sentar aos soberanos brasileiros suas homenagens. Loureiro solicitou, por consequência, as ordens de S. M., que fixou para a recepção a noite de 29 de novembro. Às sete horas da noite, o corpo diplomático acreditado junto ao Rei da Itália apresentou-se *au grand complet* no hotel de residência de SS. MM.

Os vinte chefes de missão, com todo o pessoal de suas legações, foram apresentados ao Imperador por João Alves Loureiro.

As senhoras do corpo diplomático eram apresentadas pela viscondessa de Castro, muher do ministro de Portugal, na qualidade de decana. Os diplomatas formaram círculo em redor do Imperador e este o percorreu conversando com todos, afavelmente. Nessa mesma ocasião foram admitidos a cumprimentar SS. MM. os membros do corpo diplomático acreditados junto à Santa Sé. Só haviam três, os srs. Conde d'Harcourt, embaixador de França, Packer, ministro da Bélgica e Conde de Thomar filho (1), encarregado de negócios de Portugal, que foram apresentados por José Bernardo de Figueiredo.

Na mesma noite, o Imperador e a Imperatriz, acompanhados de toda a comitiva, segundo invariável costume, em todas as côrtes por onde passavam, visitaram as duas legações brasileiras residentes em Roma.

No dia 29, tiveram a honra de ser convidados a jantar com SS. MM. os ministros João Alves Loureiro, José Bernardo de Figueiredo e senhora.

Na mesma noite, receberam o corpo diplomático e grande número de pessoas distintas, que ainda se não tinham apresentado porque o hotel achou-se sempre cheio de visitantes desde que chegaram até que saíram.

A Itália dera ao nosso governo uma nova prova de deferência que honrava tanto a quem a deu como a quem a recebeu, pois existia em Roma, contíguo ao noviciado dos padres jesuítas, um seminário sul-americano, onde se educavam jovens das diversas partes da América Meridional, que se destinavam ao sacerdócio. Neste seminário estavam uns 40 estudantes brasileiros, mandados pelos respectivos bispos.

O governo italiano promulgara um decreto de desapropriação desse colégio, para que no local fossem construídas as cavalariças reais.

O Imperador, informado do fato, dera ordem, antes de partir para o Egito, a João Alves Loureiro, nosso ministro junto à corte italiana,

(1) Cremos que esse titular, ou seu pai, esteve no Brasil, acreditado como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S.M.F. a começar de setembro de 1859.

para que interpusesse seus bons officios em favor do estabelecimento, cuja existência era de tão grande alcance para as nossas missões. Os esforços de Loureiro tiveram bom êxito e o decreto de desapropriação foi suspenso.

Na manhã de 30, dia da sua partida, o Imperador foi com o comendador Rosa ao gabinete de escultura do cavalheiro Benzoni, um dos artistas mais reputados de Roma (1).

Antes de partir, quis deixar uma prova de seu bondoso coração. S. M. soubera, indiretamente, que um escultor, que vivera por muitos anos no Rio de Janeiro, achava-se em Roma, provando reveses da sorte, enfermo, carregado de família e sem meios de sustentá-la. O Imperador, antes de tudo, mandou-lhe uma generosa esmola, com delicadeza tal, que o artista não pôde ofender-se nem corar.

Nesse mesmo dia 30 de novembro, de manhã, bateu à modesta casa do escultor Fernando Pettrich. Abrem a porta e o Imperador entra, sem ser esperado e sem se ter feito anunciar. A cena que seguiu não pode ser bosquejada: o pobre artista lá estava, entre seus filhos, no leito de dôr, com metade do corpo paralisado.

Quando Pettrich ouviu a voz do Imperador, que não escutava há mais de dez anos, os soluços cortaram-lhe a palavra enquanto Dom Pedro II, comovido, apertava-lhe a mão, com expressões de conforto.

S. M., depois, saiu para a estação; iria demandar o norte da Itália. A hora da partida tinha chegado. Eram dez e meia da manhã.

O Imperador concorreu com a quantia de 200 libras esterlinas, enviadas a Angelo Francani, para o monumento que a Itália ia levantar ao poeta Carlos Goldoni.

Florença

Na manhã de 30 de novembro, partiram de Roma SS. MM. em direção a Florença e aí chegaram, em marcha continua, às oito e meia da noite, hospedando-se na Grande Locanda Reale della Pace.

Os estabelecimentos científicos e as galerias de arte foram vistas por SS. MM., ocupando atenção o Museu de Física e de História Natural, Hospício de São Marcos, Academia das Belas-Artes, Museu Nacional, Palácio Pitti, Jardim Boboli, Biblioteca Nacional, constituída pela reunião das bibliotecas Palatinas e Maglia-

becchi, de sorte que continha 200.000 volumes e 8.000 manuscritos, *Galeria degli Uffizi*, contendo tudo quanto pertencera às galerias dos Médicis; além do que era constantemente adquirido. A sua importância, quer se considerasse em relação ao número dos objetos quer ao valor de cada um deles, a tornara reputada como uma das primeiras do mundo. Aí largamente se demorou S. M.

Florença, capital da velha Toscana, foi o berço da pintura italiana, foi a escola da língua e da poesia, a pátria de Giovanni Cimabue, Giotto di Mondone, Galileu, Dante, Miguel Ângelo, Ghirlandaio, Leonardo da Vinci e tantas outras celebridades, cujos nomes os séculos não conseguiram esquecer.

A 1 de dezembro S. M. começou suas excursões, visitando grande número de estabelecimentos públicos e *ateliers* de artistas, entre os quais o do estatuario João Dupré. Visitou também a casa de Dante e a de Miguel Ângelo, onde examinou e leu as suas poesias.

As oito horas da manhã do dia 2, o Imperador foi à Biblioteca Nacional, sendo recebido pelo diretor, conde Luigi Passerini. Examinou os livros mais raros e com facilidade decifrou documentos relativos a Dante e a Miguel Ângelo, onde examinou e leu as suas poesias.

As oito horas da manhã do dia 2, o Imperador foi à Biblioteca Nacional, sendo recebido pelo diretor, conde Luigi Passerini. Examinou os livros mais raros e com facilidade decifrou caracteres antigos e velhos manuscritos. Admirando a primeira edição de Homero e a Antologia grega, mostrou-se conhecedor das letras helênicas. Pediu para ver o comentário da *Divina Comédia*, de Landino, e o autógrafo de Francisco Buti, outro comendador de Dante. Despedindo-se do vice-bibliotecário, apertou-lhe a mão. "Meu senhor, disse o conde Passerini, nosso vice-bibliotecário não pode apresentar a V. M. a mão direita, que perdeu em Curtatone..." "Sim, sim, disse interrompendo o Imperador, a batalha em que foi ferido Montanelli e na qual morreu o distinto físico Billa".

S. M., a seguir, subiu às salas dos arquivos do Estado. O conde Luigi Passerini apresentou-lhe o chefe desse estabelecimento, Cesare Guasti, que era editor dos versos de Miguel Ângelo, conforme os respectivos autógrafos. O Imperador percorreu as principais salas, observando os preciosos documentos que lhe eram mostrados. Procurava com especialidade os documentos relativos a Dante e a Miguel Ângelo e leu a súplica mandada a Leão X por diversos sábios florentinos, para entrarem em posse das cinzas de Dante. Essa súplica era

(1) O estatuario cav. Giovanni Maria Benzoni — via del Borgretto n.º 73 presso l'albergo delle Russie, alla Piazza del Popolo — ofereceu uma grande e variada coleção de seus trabalhos ao Imperador. Vimo-las na Coleção Teresa Cristina (Biblioteca Nacional, Secção de Belas-Artes).

assinada também por Miguel Ângelo, que acrescentou à sua firma a informação de que estava pronto a fazer ao grande poeta um *monumento condigno*.

Despedindo-se dos diretores Passerini e Cesare Guasti, S. M. declarou que não podia ter melhor comemorado o seu dia natalício e que ia completar a festa visitando *Santa Croce* e a catedral.

A tarde, o síndico de Florença, comendador Ubaldino Peruzzi, foi ao *Hotel de la Paix*, onde residiam SS. MM. e lhes apresentou, em nome da cidade, dois belos ramalhetes de flores, atados por fitas auriverdes, colocados em dois vasos elegantes, saídos de uma manufatura da Prússia. Os ramalhetes, arranjados com gosto, eram compostos de flores raríssimas. O ramalhete destinado à Imperatriz era composto de camélias, rosas, *broovardie* e cravos de diversas cores.

Acompanhava o delicado presente a dedicatória seguinte, escrita em pergaminho e belos caracteres:

“Alla Maestà di don Pedro II, Imperatore del Brazile, nel 46.º anniversario della fausta sua nascita, la città di Firenze, grata al vivo e dotto amore dell’ospite augusto per le italiane lettere ed arte, offre fiori, omaggi e congratulazioni”.

É inútil dizer quanto Suas Majestades foram gratos à delicada lembrança.

Nesse mesmo dia, Ubaldino Peruzzi mandou o seguinte convite a todos os deputados e senadores que estavam em Florença, a um número avaluado de sábios, literatos e artistas e aos diretores dos principais jornais:

— “Florença, 2 de dezembro de 1871. — S. M. o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, tendo mostrado desejo de conhecer os sábios, literatos e artistas mais distintos que se acham atualmente em Florença, eu vos rogo o favor de assistir a um sarau que terá lugar no *Palazzo Vecchio*, nos aposentos de Leão X, domingo 3 do corrente, às oito horas da noite. — O síndico, *Ubaldino Peruzzi*”.

No dia 3, à hora indicada, realizava-se o sarau. Estavam presentes cerca de trezentas e cinquenta pessoas. Os aposentos do palácio, belíssimos, tinham sido ordenados com elegância, a escada atapetada estava coberta de flores. O Imperador chegou às oito horas e um quarto, acompanhado pelo comendador Rubieri. A Imperatriz não foi; estava de luto pela recente morte de seu sobrinho, Conde de Girgenti. O Imperador vestia sobrecasaca, como todos os outros convidados. O síndico

Peruzzi esperava S. M. ao pé da escada. Passados os primeiros cumprimentos, ele apresentou a S. M. a *giunta municipal*.

S. M. percorreu todas as salas e estabeleceu uma conversação animadíssima, livre de toda a etiqueta. Os seus variados conhecimentos admiraram os que tiveram a honra de com ele entreter-se. Alguns professores do museu de física e de história natural fizeram experiências em presença de S. M., pelas quais tomou vivo interesse. Conversou com a poetiza florentina Giannina Milli. O Imperador deu-lhe este verso, em italiano, *Veder Firenze e desiderla sempre*, que serviu de final a um belo soneto improvisado pela distinta senhora.

Renato Fuccini, que tinha composto muitas e estimadas poesias cômicas em dialeto de Pisa, recitou algumas. O Imperador gostou tanto que não somente insistiu para que o jovem poeta recitasse mais algumas, como quis ainda possuir uma de suas poesias, intitulada *Due Giurati in seduta*, escrita pelo próprio punho de Fuccini. O Imperador pediu um exemplar da coleção, apenas fôsse publicado. Este apressou-se em mandar, na manhã do dia seguinte, o respectivo autógrafo.

Chifenti, que tinha exposto em uma das salas suas obras de galvanoplastia, ofereceu a S. M. a reprodução do *puttino* (menino) de Verocchio. S. M. aceitou esse presente com prazer.

O Imperador retirou-se às onze horas, a todos deixando agradável impressão.

SS. MM. na manhã desse dia 3 visitaram a notável fábrica de porcelana de Ginori.

No dia 4 de dezembro, S. M. visitou o novo observatório astronômico, em S. Matteo in Arcetri, junto à quinta de Poggio Imperiale.

S. M. tinha prometido ao professor João Batista Donati (1826-1871), por quem nutria grande estima, de fazer-lhe essa visita. Grato, o astrônomo ofereceu ao monarca sua fotografia com a dedicatória seguinte: *A S. M. Dom Pedro II, Imperatore de Brasile, umile ricordo. Donati*. Coleção Teresa Cristina, Seção de Belas Artes da Biblioteca Nacional).

À noite, SS. MM. e comitiva foram ao *Teatro Pergola* assistir à representação do *Guarani*.

Durante todo o dia, o síndico Ubaldino Peruzzi esteve com o Imperador.

No dia 5, às nove e meia da manhã, SS. MM. partiram de Florença.

Pisa

No dia 5 de dezembro, às nove e meia da manhã, SS. MM. partiram de Florença, em direção a Pisa, onde chegaram às onze e três quartos. Demoraram-se o resto do dia. Apesar da pouca demora, percorreram o passeio Lung'Arno, foram à praça da Catedral, onde se achava a respectiva igreja, o Campo Santo e a torre, cuja inclinação era tão pronunciada que parecia desabar a cada momento, bastando recordar que tendo 47 metros de altura apresentava um desvio de quatro metros da linha vertical.

Gênova

No dia imediato, 6, saíram SS. MM. de Pisa às dez horas da manhã e tomaram o caminho de Gênova, onde chegaram à meia noite.

Em Gênova SS. MM. foram recebidos pelo cônsul brasileiro Dr. César Persani e diversas personagens, que pelo mesmo cônsul lhes foram apresentadas.

SS. MM. andaram sem repouso, percorrendo todos os pontos da cidade.

Partiram no dia 8 ao meio dia, tomando o caminho de Turim, onde chegaram às sete horas da tarde.

Turim

SS. MM. chegaram à antiga capital da Sardenha, no dia 8 de dezembro, às sete horas da tarde. As diversas autoridades civis e militares da cidade esperavam os Imperadores na estação da estrada de ferro. Foram recebidos pelo prefeito, que lhes ofereceu os presentes; agradecendo-os, disse-lhe o Imperador que desejava ver, no dia seguinte, o escritor Juvenal Vegezzi-Ruscalla, tradutor de obras luso-brasileiras, *Marília de Dirceu*, de Gonzaga, e *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett.

Turim era uma belíssima cidade e quem a comparasse com a maioria das outras cidades da Itália convencer-se-ia de que pouca semelhança existia. Quase tudo era novo. As ruas largas, bem calçadas e limpas; as casas altas e elegantes; os quarteirões regulares; as praças espaçosas, os passeios magníficos; enfim, quase tudo inculcava que uma nova e elegante cidade fora levantada sobre as ruínas da que em remotas eras se havia edificado.

Lamentava-se, nessa época, que tão rápido e espantoso progresso parecesse ter consideravelmente diminuído, desde que a capital de Itália passara para Florença.

Fazia gosto passear-se nas ruas de Turim e com especialidade nas denominadas *Via Nuova*, *Via de Dora Grossa* e *Via de Po*, onde a par das lindíssimas lojas encontrava-se nos passeios o que havia de mais belo e elegante.

A via de Po, que conduzia à Praça do Castelo à Ponte do Po, era verdadeiramente linda. Os dois lados da praça eram guardados de longas arcadas, por baixo das quais encontravam-se lojas e armazéns.

No dia 9 SS. MM. não deixaram de apreciar tudo isto. Não escaparam a seu exame o palácio da Academia de Ciências, Museu de História Natural e de Antiguidades, Pinacoteca, grande Arsenal, Academia Albertina das Belas Artes, Praça de São Carlos, onde se achava a estátua equestre, em bronze, de Manuel Felisberto, Duque de Sabóia, na praça do Palácio da cidade, erigida à memória de Amadeu, Conde de Sabóia e as estátuas do Príncipe Eugénio, do Príncipe Fernando, Duque de Gênova, de Carlos Alberto e de Vítor Manuel. Visitou o Jardim Público, onde se achavam os seguintes monumentos:

Estátuas do historiador e ministro César Balbo (1), do general piemontês Bava e do general napolitano Pepe.

Edmond Pierre Boissier, idem.

O monumento, porém, que ali mais chamava a atenção era o do ditador Daniel Manin; representava a República de Veneza, tendo em uma das mãos um ramo de palmeira e descansava a outra sobre um medalhão com o retrato do ditador. No pedestal lia-se: *A Daniele Manin veneziano, che dittatore in patria, meglio che dittatori in esilio, premedito l'Italia futura, Italiene e Francesi l'a 1861, IV della sua morte*. Por baixo do medalhão as palavras: *Unificazione, Indipendenza de Italia* (2).

O Imperador viu a Catedral e visitou outras igrejas recolhendo-se ao *Hotel Trom-*

(1) Estadista e literato italiano, nascido em Turim (1789-1853).

(2) Daniel Manin, (1804-1854), patriota italiano nascido em Veneza. Foi presidente da República da Veneza em 1848 e um dos eminentes adversários da dominação austríaca.

beta em que se tinha hospedado, já ao cair da tarde, apesar do excessivo frio que fazia, achando-se tudo coberto de gelo.

A-CAMINHO DE PARIS E RAPIDA PASSAGEM PELA SUÍÇA

Aix-les Bains, Genebra, Basileia e Strasburgo

SS. MM. e comitiva deixaram Turim no dia 10 de dezembro, às sete e meia da manhã, e chegaram às oito e três quartos da noite a Aix-les-Bains, onde permaneceram até o dia 12.

Desde Turim, os viajantes caminhavam sobre o gelo e as lindas regiões atravessadas não apresentavam outra perspectiva além de extensos lençóis de neve. Assim estava a linha de Strasburgo e Paris, onde um frio de vinte e três graus abaixo de zero tudo mergulhava sob montões de gelo.

Em caminho, o Imperador não esquecia os túneis da primeira estrada de ferro do Brasil e desejava ver os gigantescos trabalhos do Monte Cenis, notável obra de engenharia de Sommeiller, inaugurada a 17 de setembro daquele ano de 1871.

SS. MM. partiram no dia 12, à tarde, em breve visita à Suíça, dirigindo-se a Genebra e Basileia, chegando àquela cidade à noite.

De Basileia seguram no dia 14, às oito da manhã, para Strasburgo, onde chegaram ao meio dia. Visitaram a catedral e viram os destroços produzidos pela artilharia prussiana durante a resistência daquela cidade. Admiraram a estação da estrada de ferro, do arquiteto Duquesnay, da qual era modesta cópia a estação central da nossa Estrada de Ferro Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

No dia 16, às seis da manhã, partiram para Paris, onde chegaram às sete e meia da tarde.

Depois da Inglaterra, foi a França o país em que os Imperadores permaneceram por maior espaço de tempo.

Urge que aqui nos detenhamos. Teríamos muito o que dizer, se nos referíssemos à estada de Dom Pedro II na França, que exercia sobre o seu espírito um extraordinário fascínio.

Talvez um dia voltemos ao assunto, e então, além desse país, abordaremos as novas passagens de Suas Majestades pela Espanha e Portugal, de retorno ao Império Americano.

CONDECORAÇÕES BRASILEIRAS CON- CEDIDAS A PERSONALIDADES ES- TRANGEIRAS POR OCASIÃO DA PRI- MEIRA VIAGEM DE SS. MM. A EUROPA

BÉLGICA

Imperial Ordem do Cruzeiro

Grão-cruz, Barão de Anéthan.

Dignitários:

Piercot

J. E. G. Roulez — Administrador-Inspetor da Universidade de Gand, antigo reitor da mesma Universidade.

Comendador, Barão Sass.

Cavaleiro, Jacques Vekeniens.

Imperial Ordem da Rosa

Grão-cruz efetivo, Lambert Adolphe Jacques Quetelet.

Dignitário, Jules Victor Anspach, burgomestre de Bruxelas.

Comendador, Dr. Van Beneden, professor de Louvain.

Oficiais:

Montefiori

E. Sadoine, engenheiro diretor da fábrica de Seraing.

Cavaleiros:

Emílio Luiz Victor Laveye, Professor de Economia Política na Universidade de Liège.

Henri Conscience, literato.

Dupont, professor de geologia na Universidade de Bruxelas.

Jean Verschaffett, horticultor de Gand.

Vanhoute, idem.

ALEMANHA E ÁUSTRIA

Imperial Ordem da Rosa

Grão-cruz efetivo: Barão Justus von Liebig, considerado o fundador da química biológica moderna.

Grãos-cruzes:

Dr. George Bancroft, ministro dos Estados-Unidos em Berlim.

Conde de Creneville.

Dr. C. H. Merck (sindico de Hamburgo).

Grande dignitário: Frederico Krupp.

Comendadores:

Georg Ritter von Frauenfeld.

Scherzer.

Ferdinand Ritter von Hochstetter.

Dr. Max von Pettenkofer, professor de Viena, Bacteriologista.

Dr. Rokitanski, idem.

Dr. Brugge, idem.

Karl Luiz von Littrow, (astrônomo russo?) diretor do Observatório de Viena.

Barão Marco de Mopurgo, cônsul-geral do Brasil em Trieste e Fiume.

Charles Theodore Ernest Seibold, professor.

Hofrath Raymund.

Professor Durkerk.

Alexandre Venus, Diretor do Instituto de Surdos-mudos de Viena.

Conselheiro Pawlofsky.

Conselheiro Francisco de Raymond.

Joseph Behrend, vice-cônsul do Brasil em Sttetin.

Leopoldo von Ranke, célebre historiador.

Teodoro Momsen, historiador (1817-1903).

Schneider, historiador.

J. E. Wappaeus, eminente geógrafo.

Oficiais:

Conde E. Szechenyi.

G. Siegl, fabricante de Viena.

Dr. U. Reichahardt, conservador da coleção botânica da Universidade de Viena.

Csermath, professor do Museu de Viena.

Stephany, físico de Viena.

Capitão Baligand, camarista do Rei da Baviera.

Eduardo Strauss, compositor.

Cavaleiros:

Dr. Formiggini (Trieste).

C. Fleischmann.

Capitão Carlos Ternes.

Luiz Bosendorfer.

Maurício Engel.

P. de Radiez, redator do *Salonblatt*.

Henri Breant, professor.

Carlos Rauch.

Liebreich.

Dr. E. U. Forstemann, diretor da Biblioteca de Dresde.

W. Glesbrecht, professor de Munique.

Julius Platzmann (Leipzig), impressor da *Gramática da Língua Tupi*, de Anchieta.

Jul Hubner, diretor da galeria de Dresde.

Imperial Ordem do Cruzeiro

Grão-cruz, Conde de Beust.

ITALIA

Imperial Ordem da Rosa

Grão-cruzes efetivos:

Visconti Venosta, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Alexandre Manzoni, escritor.

A. Correnti.

Grão-cruz: Ubaldino Peruzzi, Síndico de Florença.

Grandes dignitários:

Conde Paulo Frederico Sclopis de Salerano, presidente da Academia de Ciências de Turim.

Dignitários:

Grattone, engenheiro.

Senador Giuseppe Fiorelli (Nápoles) Inspetor das escavações de Pompéia.

Padre Secchi, jesuíta, diretor do Observatório do Colégio Romano.

Barão Rosa, senador.

Comendadores:

Príncipe Pedro Tchihatchef, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas, de Paris.

Simonda, geólogo.

João Batista Donati, diretor do Observatório de Florença.

Luiz Crisóstomo Ferrucci, bibliotecário da Laurenciana.

De Gasparis, diretor do Observatório de Capo di Monti.

Nicolo Tommaseo, literato.

De Lucca

Palmieri (Nápoles).

Cavaleiro de Rossi, (E. Rossi, escultor em Roma?).

Lauro Rossi, diretor do Conservatório.

Phillippe Parlatore, professor de botânica da Universidade.

Dr. Carlucci, reitor da Universidade.

S. Tommasi, senador, professor da Universidade.

Oficiais:

Giovenale Vegezzi-Ruscalla, lusitanófilo, tradutor de *Marília de Dirceu* (Turim).

Gaspard Gorresio.

Barão de Rosa, arqueólogo de Roma?

Miguel Ferrucci, professor em Pisa.

Marquês Ginori, fabricante de porcelana, em Florença.

Cesare Guasti, diretor dos arquivos, em Florença.

Georgio Campani (Florença) Escultor?

João Dupré, escultor em Florença (1817-1882).

S. Tecchio, primeiro presidente da Côte d'Appello em Veneza.

Ferrari, economista.

Magni, escultor em Milão.

Giuseppe Verdi, compositor.

Padre Antônio Ceriani, prefeito da Biblioteca Ambrosiana em Milão.

Schiapparelli, diretor do Observatório de Milão.

Giuseppe Mengone, arquiteto em Milão.

Barão Gasparini, diretor do Jardim Botânico.

Conde Luigi Passerini, escritor e diretor da Biblioteca de Florença.

Volpicelli, professor de física da Universidade de Roma.

Tito Angelini, escultor em Nápoles.

Cavaleiros:

Maurício Schiff, fisiologista.

Antônio Zannoni, engenheiro arquiteto.

Paulo Fabris, conservador do Palácio Ducal em Veneza.

Ernesto Naclerio.

Alexandre Bracchi.

Alberto Eccker.

Tempel, do Observatório de Milão.

César Marianni, pintor.

Tassinari, professor de química da Universidade (de Milão?).

Professor Miguel Amari.

Professor Amici.

Professor Gherardi.

Epinay, escultor em Roma.

Arnaldo Fusinato.

Professor Fabretti.

Giacomo Bertini.

Cappellini, professor de geologia da Universidade de (?)

Michelangelo Gualandi.

Hiram Powers, escultor norte-americano.

Imperial Ordem de Cristo

Grão-cruz, Cardeal D. Pitra.

EGITO

Imperial Ordem da Rosa

Grão-cruz, Noubar Pacha.

Comendador, Dr. Henry Charles Brugsch (Brugsch-Bey), egiptólogo alemão.

Oficiais:

Barão Gustavo Schreiner.

Calum-Bey.

Mahamoud-Bey, astrônomo.

Gaillardot.

Cavaleiros:

Figari-Bey.

G. Delcheverie, dedicadíssimo fotógrafo.

Organizou para o Imperador diversos álbuns, afora muitas dezenas de esplêndidas fotografias avulsas (Seção de Estampas da Biblioteca Nacional).

SUIÇA

Imperial Ordem da Rosa

Dignitários:

Augusto de la Rive, físico.

General G. H. Dufour.

Comendador:

A. L. P. P. De Candolle, eminente naturalista de Genebra.

Oficial:

Edmond Pierre Boissier, idem.

OSÓRIO E A POLÍTICA

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES

"Eu admiro o General Osório, ainda mais como político do que como general". — *Dr. Martinho de Campos.*

Prezados amigos:

O que vamos ler na intimidade desta reunião é apenas matéria de um livro que compusemos sobre Osório, um dos maiores vultos do nosso passado monárquico.

Foi êle, ao que supomos, uma das personagens mais dignas de serem profundamente estudadas, no quadro da formação histórica brasileira, dadas as peculiaríssimas condições em que decorreu a sua existência e as qualidades superiormente humanas, que revelou sob todos os pontos de vista: físico, intelectual e moral. Olhado como homem, como militar e como político, Osório é um tipo de escol do mais elevado quilate, cujo esplendor mais nos admira se o sabemos ver nos cenários de sua época, vivendo no seu ambiente.

Não pretendemos, prezados amigos, no livro de que vamos dar a conhecer uma passagem, haver esgotado o assunto. Sabíamos de antemão que nos carecia competência para isto. Mas nos empolgou a magnificência da matéria e nos sustentou a ousadia, a idéia de despertar o interesse de alguém abalizado que o fizesse.

Em artigo publicado no "Jornal do Comércio", no último domingo de maio, procuramos estabelecer uma sintética apreciação desse vulto eminente da monarquia, divulgando do mesmo passo uma coleta de pensamentos seus, por onde se vê a imensa cultura que pode adquirir um homem de poucas letras.

O êxito obtido por esta primeira antecipação de nosso estudo animou-nos a divulgar, pelo mesmo órgão de publicidade, outra passagem do referido livro, uma espécie de paralelo entre Osório e Caxias e a escolher o assunto desta palestra.

Ao iniciarmos, permiti fazer-vos um pedido. Ao ouvir-nos, deveis abstrair o indivíduo que vos fala e projetar os fatos que forem mencionados nos quadros do passado, da época em que nosso herói pensou, sentiu e agiu, com seus peculiares matizes: político, social e econômico.

É projetado nesse fundo de quadro que deve ser visto o nosso herói, jamais, porém, sem risco de erro ou de insuficiência, poderemos deixar de apreciá-lo em bloco, sem que se pretenda vê-lo despojado de sua qualidade de militar ou isolado de seu feito de homem, pois, principalmente o que há nele mais a admirar é ter sido político e militar, simultânea e distintamente, mas, principalmente, um homem de seu tempo, cuja norma de conduta era ditada por um patriotismo profundo, sem nuances, nem máculas.

Na família, na política ou na milícia, o que se deve ver em Osório, antes de mais nada, é o *homem*, revelando, por suas atitudes e procedimentos, excelsas características de peregrina inteligência, coragem sem destempêro, bondade sem fraquezas, persistência tenacíssima, desambição de tudo que em outros estimulam a vaidade e o orgulho, ou o mero espírito de cobiça; e, notadamente, êsse amor da pátria que não regateia sacrifícios, o qual, vencendo sua modéstia, o obriga a aceitar posições destacadas que as circunstâncias lhe vão impondo.

Isto pôsto, começaremos por lembrar-vos a opinião do Dr. Martinho Campos, o ativo político mineiro, a seu respeito. Para êle, Osório era político maior do que fôra general.

Bem pode ter razão, o velho liberal mineiro.

Osório era mais uma vocação política do que militar, ousamos dizê-lo, por estranho que possa parecer uma tal afirmativa a respeito de quem tanto se distinguiu no conhecimento da guerra e na ação nos campos de batalha. Entrou para a carreira das armas para satisfazer a vontade paterna, mas na política penetrou espontaneamente.

A causa da independência entusiasmou-o e foi ela que lhe deu o sentido profundo da profissão militar, desde o momento em que jurou defender a Pátria, com as armas na mão.

Sem esse sentido profundo do dever patriótico talvez houvesse sido ele um mau soldado. Admitindo-o, desde seus verdes anos, guiar-se-á por ele durante toda a sua carreira, tanto militar como política. Também nesta, como na das armas, o que mais lhe importa é a *finalidade geral*, o bem da Pátria, obtido pelo progresso dentro da ordem, num ambiente de liberdade e verdade.

Compreendendo assim o papel das armas e o da política, realiza o milagre de poder exercer uma e outra função, a militar e a política, sem confundi-las jamais, sem servir-se de uma para atuar na outra. Confunde-as de fato, em sua finalidade máxima, mas separa-as na aplicação dos meios que a uma e outra são próprios. Isto pode obtê-lo, este milagre pode realizá-lo, apresentando, talvez, o caso único da nossa história, que a esse respeito se conhece. É o fruto apenas de sua natureza de escol, dotada de grande inteligência e de grande coração, com excepcional equilíbrio e com caráter forte. Inteligência, bondade, coragem, firmeza, tenacidade, modéstia, desinteresse, dedicação e desambição, tudo resume no conjunto feliz de sua marcante personalidade.

De resto, não foi Osório *militar político* por exceção. Quase todos os generais, na Monarquia, eram políticos, a começar por Caxias, a *espada do partido conservador*; não obstante Cotegipe, um dos chefes desse partido, ter confessado horror às espadas políticas. O ambiente de todo o Brasil na época em que Osório e Caxias viveram era marcado predominantemente pelos problemas políticos da organização nacional, análogamente ao que ocorria com os países vizinhos, onde as soluções exigiam freqüentemente o recurso da força.

Em nenhuma outra parte, porém, tais características da época mais se acentuavam que no Rio Grande do Sul. Aí, no dizer do General Tibúrcio, então tenente-coronel, era “quase impossível deixar-se de fazer política; os antecedentes da Província; a índole da gente; tudo convidava”.

Na carreira política, como na militar, o êxito de Osório foi considerável, enorme, e parece resultar principalmente — é curioso constatar — de seu desinteresse pelas posições, por sua situação individual. Nada quer para si. Trabalha para ver suas idéias predominarem, movimentadas pelos outros. Compraz-se com isto. Compraz-se em escolher entre os seus concidadãos aqueles que serão, ou pareçam ser, capazes disso, e os ajuda a subir. Algumas vezes errou nessa escolha. Não muitas. Mas jamais desanimou porque sabia que

os homens são assim mesmo... Mas o prestígio crescente de sua personalidade, dando-lhe cada vez maiores responsabilidades, acabou por impor-lhe posição do maior destaque e, certamente, se a morte não o houvesse colhido, nesse momento é bem possível que ainda mais se houvesse elevado no cenário político nacional. E nesse caso, como em todos os anteriores, sem que disputasse para si a posição de relêvo.

Osório militou na corrente mais avançada da política monárquica, a liberal, mas, espírito objetivo e prático, sem nenhuma ânsia de brilhar e sempre pessoalmente desambicioso, nada vaidoso, jamais se deixou levar pela exaltação dos seus próprios ideais e tendências, como soube também evitar sempre a impureza das misturas e combinações adrede aranjadas mais para a satisfação de fins pessoais momentâneos, que para a satisfação de interesses gerais duradouros.

Ingressou nas organizações políticas do país, muito jovem ainda. Tenente, de 23 anos de idade, “nos intervalos de suas expedições fronteiriças, filiou-se em Rio Pardo ao partido liberal constitucionalista, cujos paradigmas eram o Senador Vergueiro e Evaristo da Veiga”. Filiou-se, portanto, à corrente que no Rio de Janeiro fundara Evaristo da Veiga, visando salvar os frutos da revolução de 7 de abril de 1831, que firmava a nossa independência e evitava os excessos que levavam prematuramente até à república. Era a corrente prudentemente progressista e amiga de métodos moderados. Osório inscreveu-se na Associação Defensora da Independência. Mostrou-se fiel a essas idéias toda a sua vida.

Que atividades desenvolveu depois?

Inicialmente não são visíveis os sinais dessa atividade. Aparecem, porém, cerca de cinco anos depois.

É, então, o longo e difícil período da Revolução Farroupilha. A presidência da Província estava em mãos de *retrógrados*, o partido feito no absolutismo e que aspirava por sua volta. As atividades da opinião liberal conseguiram que essa presidência viesse ter às mãos de um deles, o Dr. Fernandes Braga, irmão do Juiz de Direito Pedro Chaves, liberal de certa influência. Ao princípio tudo foi bem, mas ao cabo de algum tempo, cerca de um ano, desgostam-se os liberais porque Fernandes Braga, sob o pretexto de conciliação, praticamente faz-se protetor dos retrógrados. Forma-se oposição e irrompe a luta violenta. De reação em reação, chegam aos extremos dos insultos, das intrigas, das calúnias, dos personalismos opressores. E en-

ção que os liberais se levantam e depõem Fernandes Braga. Irrompe a Revolução Farroupilha, nome derivado de um dos insultos com que os retrógrados fustigavam os seus contrários: *farroupilhas*, pobretões, anarquistas, etc.

Osório, sem hesitar, entra na *revolução liberal*, para a deposição de Fernandes Braga. Mas esta, uma vez sancionada pelo Governo Imperial, que substitui o presidente deposto por Araújo Ribeiro, para Osório está terminada, pelo que não hesita em ficar ao lado do novo presidente, sob as ordens de Bento Manuel, que assumira o Comando das Armas.

Mas a revolução continuava. O procedimento conciliador de Araújo Ribeiro também levantara suspeitas entre os mais exaltados, dos quais alguns queriam ir logo até a república. De resto, a Assembléa Provincial de Porto Alegre, negando-se a dar posse a Araújo Ribeiro, agravara a situação, indo este efetivar-se no cargo de presidente perante a Câmara Municipal da cidade do Rio Grande. Criada uma tal situação, Araújo Ribeiro precisava conquistar as opiniões da Província. Pede para isto a Bento Manuel, seu amigo, que o aconselhe sobre as pessoas a quem se dirigir. Na lista dos influentes da Província, Bento Manuel inclui o nome do Tenente Manuel Luís Osório.

Araújo Ribeiro estranha: “Este Tenente é influência também?”. “É, responde Bento Manuel, bom conhecedor dos homens e do seu meio — e será a maior de todas se não morrer. Não se esqueça V. Excia. de lhe escrever”.

Conhecia os homens e a Província... No entanto, quando a ação de Araújo Ribeiro começa a dar frutos, o Governo Imperial o substitui. A inépcia volta a dominar no Governo da Província. A revolução recrudescer. Faz-se francamente republicana, até separatista, se tanto fôsse necessário para vencer.

Osório, a partir desse momento, está definitivamente separado dela.

Por que?

Di-lo, de uma feita, em carta ao Chefe Farroupilha Crescêncio de Carvalho: “Caro patricio e amigo. Eu sou republicano de coração, porém o estado presente de nossa Pátria, a falta de luzes que nela existe, fazem-me agir ao contrário do que sinto e por me parecer que não estamos preparados para tal forma de governo” (1836).

E tinha razão. Aterrava-o o fantasma do caudilhismo, e a pouco firme convicção política de certos homens... Bastaria para justificá-lo o exemplo de Bento Manuel. Substituído Araújo Ribeiro, êle, homem de valor

mas muito pessoal, é desprestigiado, injustificado mesmo. E isto não é bastante para que se passe para os revolucionários, dando um bom exemplo de procedimento caudilhesco?

Osório, porém, não o acompanha embora também sofra injustiça. É que não serve a homens, serve a causas. Nada pode perturbar-lhe o proceder.

Nos dez anos dessa luta que devasta as belas terras do sul, o seu prestígio cresce sempre, por seu proceder militar intemerato, reto e humano. Com isto adquire renome de bravura, de pericia e valor, criando amigos por toda parte.

Terminada a luta, Osório é na sua terra uma força eleitoral respeitável.

Caxias, que mandara proceder a eleições gerais para a Assembléa Provincial, à Câmara de Deputados e para uma vaga de Senador, finda a guerra, em 1845, escreve a Osório, pedindo-lhe seu apoio à própria candidatura para Senador, pela Província; não faz chapa, mas indica suas preferências para os outros casos. Depois conclui: “Vá para Bagé e cabale forte, e deixe o mais por minha conta. Os soldados não votam para que se não diga que eu quero impor uma eleição à Província, mas os cabos, oficiais, etc., não deixam de fazer número”.

Tudo correu a contento e a situação político-administrativa da Província normalizou-se. Osório fôra eleito para a Assembléa Provincial, mas não compareceu às sessões, dedicando-se aos seus deveres militares, e tão bem que o seu regimento era tido como a melhor tropa da Província.

Em 1849 há novamente eleições para deputados gerais, mas desta vez Osório recusa ser candidato. Julga-se incompetente, sem cultura para isto, e o diz francamente, sem nenhum constrangimento. No entanto, não foge em dar, aos que lhas pedem, indicações sobre as necessidades da Província, por que mais devem bater-se. Nem foge de se interessar pelo pleito e de exercer tal influência no eleitorado que até Pedro Chaves, seu desafeto, agora aparentemente voltado às boas, lhe pede o apoio para certos candidatos por quem se interessa. A recusa de Osório fundamenta-se numa razão que merece ser posta em foco: — não confia na sua sinceridade. E tinha razão.

Em 1852 é o Barão de Porto Alegre quem lhe pede o apoio para sua candidatura à senatoria, que decidira apresentar por conselho e insistência de Caxias. A situação era difícil porque o intrigante Pedro Chaves, enquanto os militares se batiam em Caseros, tramara na Córte para se apoderar da pre-

siência da Província. Não conseguira esta, mas fêz guerra a Caxias e chegou até a tentar difamá-lo. Candidatou-se porém à senatoria. Para assegurar-se da vitória e impedir o êxito de Pôrto Alegre (e do Dr. Belo para Deputado Geral), porque temia que o Imperador escolhesse Pôrto Alegre, dado o prestígio que adquirira na campanha contra Rosas e porque sabia da proteção que lhe dava Caxias, fêz *liga* para a luta eleitoral com outro chefe político, o Dr. Barcelos, de quem fôra adversário até os insultos. Desde que teve o conhecimento desta combinação de caráter meramente pessoal para fazer guerra a Pôrto Alegre, de quem os riograndenses estavam orgulhosos por seus feitos e a ação que exercia no Comando das Armas e ao Dr. Belo, Vice-Presidente em exercício, cuja administração também agradava, Osório decidiu-se firmemente contra a *liga* e logo começou a trabalhar.

O Barão de Pôrto Alegre pede-lhe o apoio e o dos seus amigos "para não ser derrotado, o que seria uma vergonha" e *entrega-se nas suas mãos. Mas lembra-lhe "que o Pedro Chaves é muito ativo e que é preciso exceder-lhe, a fim de mostrarmos que êle não é tão senhor, como se supõe, desta Província. Oliveira Belo também escreve-lhe com tôda franqueza. Depois de dizer que Pedro Chaves, despedido por não ter conseguido a nomeação para Presidente da Província e por proteger Belo a candidatura do Barão de Pôrto Alegre à senatoria, sem poder sujeitá-lo aos seus caprichos, ligou-se aos adversários que injuriava na véspera, pede todo o empenho para a candidatura do Barão. Assim se dirigiam a Osório, simples Comandante de Regimento, numa guarnição da fronteira, o Vice-Presidente da Província em exercício, Oliveira Belo, e o Comandante das Armas, Marques de Sousa.*

O diligente e inteligente Osório empenhou-se a fundo nessa campanha eleitoral, como se vê dos agradecimentos que, ao ter notícia do seu trabalho, lhe vai mandando o Barão. Assim, tanto êste, como Oliveira Belo, foram eleitos para formação da lista triplíce e para a Câmara dos Deputados. *A liga para a guerra pessoal fôra vencida.*

Todavia Pedro Chaves ganhou. Apesar do muito empenho de Caxias por Pôrto Alegre — a quem aconselhara que se apresentasse candidato que o resto ficaria por sua conta — o Imperador escolheu para Senador a Pedro Chaves, o menos votado da lista triplíce, votos que obtivera, conforme proclamou Cansação de Sinimbu, na Câmara dos

Deputados em 16 de julho de 1855, a pêso de ouro!

Por que então fôra escolhido Pedro Chaves?

"Os contemporâneos do fato, narra o Dr. Fernando Osório, em sua História do General Osório, o explicavam dizendo que a idéia do Imperador foi colocar Pedro Chaves na vitaliciedade do Senado, no Rio de Janeiro, para retirá-lo da Província do Rio Grande e acabar com a sua perniciosa influência, que tanto provocava discórdia".

Singular maneira de ser *moderador!* Tanto mais singular quanto, além disso, ainda lhe deu o título de *Barão de Quaraim!* Mais singular é a maneira de exercer êsse poder, quando refletimos que tudo isto era feito em oposição ao Barão de Pôrto Alegre, ao doutor Belo, a Osório, a Caxias!...

Por ocasião dessas eleições foi nomeado Presidente da Província o Dr. João Luiz Vieira Cansação de Sinimbu, que ainda chegou a tempo de presidir a execução do segundo turno, o que dá maior valor às citadas declarações que fêz depois a respeito na Câmara dos Deputados. Chegou à Província com recomendação do Senador Cândido Batista de Oliveira para Osório e logo tratou de se pôr em relações com êste.

Deram-se bem. O mesmo, porém, não ocorreu com o pessoal da *liga*, que lhe fêz tenaz oposição.

Fazem-se em 1853 novas eleições para a Assembléia Provincial, para a qual a *liga* dispõe de maioria, mas os seus adversários, que não ignoravam essa circunstância, procuram compensá-la pela qualidade de seus candidatos. Querem que Osório seja um deles. Êste, porém, risca o seu nome da lista proposta e faz circulares dizendo que não é candidato. Vem depois o período da expedição a Montevidéu, a que se seguiu a deportação de Osório para São Borja, *por ciúme* que o seu prestígio causara ao Ministro Amara! e ao Brigadeiro Francisco Félix. É então também substituído Sinimbu na Presidência da Província, primeiro pelo Vice-Presidente, Dr. Belo, depois pelo Barão de Muritiba.

Nessa oportunidade o Senador Cândido de Oliveira, em carta, apresentado-lhe o novo Presidente, lembra-lhe que a nova lei eleitoral *abrindo largo campo às candidaturas legítimas, conviria que Osório se apresentasse candidato por Bagé ou por Missões. Assegura-lhe boa aceitação no Rio, para a sua candidatura.*

Que fêz Osório?

Apenas agradece a idéia, não a adota, porém. Responde que o Parlamento era para

os homens formados, que era um ignorante, tinha seu lugar na fronteira ou no campo de batalha.

Conhecemos os grandes serviços que Osório prestou no seu comando das Missões, onde sua influência política não demorou a tornar-se incômoda aos que lhe faziam guerra e desejavam vê-lo aniquilado. É, porém, nesse período, pelo atraso em que se encontra a região, que Osório demonstra, por sua atividade, pelo interesse que toma e esforços que faz para obter certos melhoramentos, o quanto entende que a ação política devê ser exercida em benefício geral do progresso moral, intellectual e econômico do país.

Opõe-se firmemente às artimanhas e arranjos dos que vêm na política apenas eleições e conquistas de posições, e promove melhoramentos reais para a sua nova zona: escolas, pontes sobre as estradas, boa justiça, etc.

Em 1856 está ainda Osório em São Borja, quando se procedem a novas eleições, sob novo regime eleitoral, nas quais se trava outro embate entre a *liga*, que é opposição, e os *governantes*.

Desde que se aproxima a época do pleito, Osório entra em atividade e faz distribuir por seus amigos uma circular em termos dignos, convidando-os a esclarecer os eleitores sobre as conveniências a atender na escolha dos candidatos para satisfazer o bem público. Não se contenta em agir somente no distrito eleitoral que lhe corresponde, trata de influir também nos outros distritos por intermédio dos amigos a quem escreve. Deu-se a eleição e a *liga* foi derrotada.

É então que o Barão de Quaraim, para vingar-se, despeitado, na sessão de 23 de agosto de 1856, na Tribuna do Senador, ataca os seus contrários de maneira desabrida e faz a Osório graves acusações de procedimento indisciplinado e abusivo, até de apropriação indébita de dinheiro do seu regimento.

Osório, longe, na Província, de nada sabe. No Rio, porém, imediatamente aparece quem afirme que desde que elle venha a ter conhecimento disto, provará *ser digno da reputação, que geralmente tem, de ser um dos mais distintos ornamentos do nosso Exército*.

No Rio Grande, um amigo de Osório faz publicar no *Diário do Rio Grande* o discurso do Barão de Quaraim, em que o accusava e também a Canabarro e outros, para que se visse como o espirito partidário é capaz de caluniar e porque não há de faltar quem proteste.

O Barão de Pôrto Alegre remete a Osório a *peça infame para que leia e responda*

como entende que a dignidade dêle exige, ou, se quiser que a resposta seja feita na Capital da Província, para mandar-lhe os dados, pois está pronto a fazer tudo para bem de sua honra atrozmente menoscabada.

A indignação contra o homem funesto, o tigre do Rio Pardo, no dizer do Deputado Jacinto de Mendonça, que foi o primeiro, no Rio ainda, a protestar contra a infâmia do homem *que não pode tragar em silêncio o não querer Osório ser dos seus sequazes, é grande entre os amigos dêste. Varios lhe escrevem.*

Desde, porém, que teve conhecimento desses fatos, não demorou Osório em responder aos ataques inqualificáveis de Pedro Chaves, feito Barão de Quaraim, e Senador, com preterição de Marques de Sousa, apesar das glórias de Caseros, e de Oliveira Belo, apesar de seu bom caráter, intelligência, e ótimos serviços à sua Província!

Em sua resposta, começa Osório afirmando que, *se o que disse Pedro Chaves tivesse de ser somente divulgado no Rio Grande não lhe responderia, porque ai ambos são conhecidos*. Depois faz o histórico das acusações e dá-lhes as razões. Enumera-as e as rebate. Por fim junta minuciosa e farta documentação que não deixa dúvida alguma ao leitor mesmo atual. Mais tarde, o Dr. Fernando Osório ainda encontra no arquivo de seu pai outros documentos corroborantes de sua defesa que elle nem utilizara!

Estes fatos mais ainda engrandecem o nome de Osório. Promovido a Brigadeiro, em 1856, recebeu felicitações do Brigadeiro Rangel, que se compraz em dizer o prazer que tem em ser o primeiro a anunciar-lhe essa promoção, pois fôra elle que, havia cerca de 34 anos passados, lhe dera praça no Exército! E logo, a musa de que é afeiçoado o festeja em expressivo soneto de Francisco Pinto da Fontoura:

"Embora mordaz língua, vil, danada,
De si te cuspa a infâmia, embora! embora!
Teu nome a Pátria com brasões decora,
Onde mais de uma vez brandiste a espada."

"Valente Osório! a fronte laureada,
E essa cruz que o teu peito condecora,
Não ganhaste lá onde a intriga mora,
Foi nos campos de nossa Pátria amada."

"Embalde vil calúnia a tua glória
Intente denegrir, — teu grande nome
Há de aos evos legar a Pátria história."

"E além do Prata, Osório, o teu renome
Coroadado foi já d'alta vitória.
Com fatos que a mentira não consome".

A política, porém, que muito poucos exercem com o mesmo espírito, para os mesmos fins e usando os mesmos processos, não o deixa sossegado. Não se dá por vencida. Procura afastá-lo do campo das competições legítimas ou neutralizá-lo, por todos os meios.

Em 1857, em outubro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro Barão de Uruguaiana, membro do partido liberal, assume a Presidência da Província. Era quando, pelas ocorrências do Prata, se organizara o *Exército de Observação*, na região do Ibicuí, do Comando do Marechal Francisco Félix, do qual devia Osório fazer parte como Comandante da Primeira Brigada de Cavalaria.

Nessa ocasião nova intriga política o envolve e é novamente dela se desvencilha facilmente. Todavia, não desanimam os seus adversários, que procuram insinuar-se no ânimo de Silva Ferraz. Dão-lhe a entender que Osório não irá, sem criar dificuldades, assumir o seu novo posto. O seu procedimento, porém, sem ter tido mesmo conhecimento destas coisas, vai vencendo tudo.

Não obstante, sob o pretexto de que a situação no Uruguai se complica, criando para o Governo a necessidade de ter um Comando seguro na fronteira de Jaguarão, Silva Ferraz obtém que para este seja nomeado Osório. Recebe ele a notícia de seu novo posto quando mal se reunira ao Exército de Observação no Ibicuí. E com ela uma carta de Silva Ferraz, avisando-o de que amigos seus haviam rompido em oposição contra ele numa trama política arranjada pela bancada riograndense na Câmara dos Deputados. Tal comunicação, hábilmente feita, visa separá-lo destes seus amigos, obtendo o seu apoio. Surpreendido por estas notícias, Osório toma uma atitude de expectativa. Fica em guarda. Responde a Silva Ferraz, sem se comprometer: "Fico sabendo da oposição que V. Excia. está sofrendo e para a qual, me diz V. Excia. não haver motivo".

"Eu sou soldado; não faço oposição ao Governo do qual é V. Excia. delegado, e, por esta mesma razão, sustento a administração", mas tudo, sem prejuízo da liberdade de opinião dos outros e sem imiscuir-se em assuntos administrativos, por achar isto inconveniente por sua função militar, esclarecia ainda.

Silva Ferraz, porém, certamente, esperava outra coisa... Para fortificar-se politicamente havia procurado pôr do seu lado a gente da liga, de Pedro Chaves e Barcelos, pela qual mostra escandalosa parcialidade, explicam a Osório, os seus amigos que romperam com o Presidente; e ainda tentava cons-

tituir-se chefe de um grupo político apoiado pelos militares.

Ora, estes, que em política são geralmente ingênuos, sendo raros os que possuem a perspicácia de um Osório, facilmente se deixaram seduzir pelo inteligente e labioso Silva Ferraz.

Surge, então, uma declaração de apoio a este, feita pelos militares da Província, inclusive os do Exército de Observação, cujas assinaturas vêm encabeçadas pela do Barão de Porto Alegre. Todos os generais a assinam. Levada a Osório para que fizesse o mesmo, este recusa-se formalmente. É o único chefe militar a ter essa atitude.

Corre célere a notícia e Silva Ferraz, a quem importava sobretudo o apoio de Osório, decepçiona-se. Escreve-lhe, então, uma carta em que diz *terem lhe chegado notícias de que ele é ofenso à sua administração*.

Não hesita Osório, já agora, bem informado por seus amigos *oposicionistas*, em francamente responder-lhe. Depois de relatar, sem retóricas, o histórico das relações entre ambos e as decepções que as práticas de Silva Ferraz foram causando no seu ânimo, explica porque não assinou a *declaração militar*. "Não assinei esse papel, diz ele, porque entendi que V. Excia. estava meu desafeto; porque o Exército que tivesse o direito de aprovar as qualidades do seu governo, tê-lo-ia também para as reprová-las; e eu não desejo ao Exército de 1858 a sorte e crédito do de 1830 e 1831, e também, porque não conhecendo pessoalmente V. Excia., nem os seus atos governativos de então, seria irrisório e descrédito para mim afirmar que V. Excia. era muito bom ou mau administrador". Depois, conclui irônico: E até creio que V. Excia. mesmo teria razão para ri-se, ao ler a minha assinatura. Pode ser, porém, que eu esteja em erro, mas, nesse caso, é só culpa de minha pouca inteligência".

Não gostou Silva Ferraz da resposta, porém, muito mais aborrecidos ficaram os outros generais... Os amigos de Osório, ao contrário, exultaram, e bem assim os conservadores do Rio de Janeiro... Caxias foi um deles e também dos que viram na designação de Osório para o Comando da Fronteira de Jaguarão uma simples manobra para prejudicá-lo...

Mais uma vez, porém, o prestígio de Osório crescera em vez de diminuir. Para neutralizá-lo é preciso retirá-lo da Província...

Nomeiam-nó Inspetor das Cavalarias do Norte.

Osório, então, pela primeira vez, vem ao Rio, entende-se com o Imperador, cujo espírito Caxias já havia preparado com as informações que lhe dera sobre a questão, e regressa premiado e mais prestigiado...

Não tinham sorte os seus adversários políticos...

De regresso à Província, de novo a poesia nêle se inspira e desta vez não se contenta em revidar-lhe a fama. O vate Antônio Rabelo da Silva profetiza-lhe o futuro:

*"Nos frouxos cantos da quebrada lira
Do soldado também Osório ilustre,
Teu nome reviverá;*

*"Do povo em tradições, no pátrio berço,
No grato recordar de todo o Exército
Eterno soará".*

.....

*"Da lisonja jamais venal turbulo
Balança a dextra que concerta em hino
Em honra da verdade;
Heróicos feitos que tua vida exornam
Têm jus a estátuas, adorações, altares
Em nossa idade".*

.....

No ano de 1860, Silva Ferraz é Chefe do Governo. Osório, que até aí votava nos homens, Caxias, Belo, Pôrto Alegre, Félix da Cunha, etc., por seu valor pessoal, sem muito indagar se eram conservadores ou liberais, seguindo destarte praticamente a política de conciliação que se apregoava, sentiu que era tempo de acabar com essa prática indefinida que mais servia de disfarce a ambições pessoais do que de benefício para o país.

Pensa e inicia a organização definitiva do partido liberal do Rio Grande do Sul. Chama a si Félix da Cunha e com êle entra em ação.

Apresenta-o candidato a Deputado Geral, em contraposição ao Dr. Brusque, que era pessoa acariciada pelo Governo, sem, no entanto, mencionar essa circunstância. Limita-se a exaltar as qualidades de seu candidato em face das conveniências da representação da Província. E vai levando sua candidatura por diante, em meio de armadilhas que lhe procuram pôr os amigos de Brusque sem se deixar enleiar, e tomando, com Félix da Cunha, tôdas as precauções oportunas à obtenção da vitória.

Não evitaram as cautelas por ambos tomadas que no Rio de Janeiro se viesse cedo a saber que Osório apoiava Félix da Cunha

contra Brusque e daí choverem os pedidos a favor dêste. O próprio Caxias escreve a Osório aconselhando-o a não hostilizar êsse candidato e pede-lhe o *obséquio de ficar estranho à próxima luta eleitoral, por muitas razões que possui...* Osório, porém, não recua. Via nisto a fundação do *partido liberal*.

Trava-se a luta, realiza-se o pleito e Brusque é derrotado por Félix da Cunha, apesar do apoio e preferência oficiais.

A atitude que Osório adota depois desta vitória, define-o bem. Ao agradecer-lhe Félix da Cunha o ter sido eleito e por isto felicitá-lo, aconselha-o a que atribua o êxito aos *nossos amigos, porque não sabemos se algum dêles é ciumento e o ciume é capaz de diabruras* (22 de fevereiro de 1861).

Mas a política torna às manobras escusas... Em 2 de março, havendo assumido o poder o partido conservador, Caxias é o Presidente do Conselho. Os inimigos de Osório, desconhecendo o caráter de Caxias, tentam lançar contra êle a infame denúncia de que por uma fraqueza lastimável, faz-se veículo o Barão de Pôrto Alegre, acusando-o de tramar contra a Pátria. É ainda reflexo da atitude de Osório na questão da *declaração militar* em apoio de Silva Ferraz. Não produz efeito. Caxias não lhe dá crédito. Osório, porém, tudo explica em termos claros e precisos. Magoara-se, porém, desta vez. Não esconde quanto o procedimento de Marques de Sousa, de quem era amigo, a cujo lado lutara na guerra farroupilha e sob cujas ordens servira de longa data e combatera em Caseros, havia ferido dolorosamente a sua sensibilidade...: "...acaba-se a guerra, e logo começam os meus grandes inimigos a apregoar que sou anarquista, insubordinado, etc., escreve êle ao Dr. Belo, que lhe transmitira a notícia da denúncia, conforme o que lhe narrava Caxias, para que o fizesse ciente". Depois, Osório prossegue: "O Barão de Pôrto Alegre foi ultimamente alistar-se nessa roda... Não me podia fazer ferida mais dolorosa... se o fato não chegasse a mim por letra de V. Excia. dêle duvidaria, porque a perversidade é demais".

Jamais, porém, esmoreceu. Visando sempre a constituição definitiva do *partido liberal*, êle e Félix da Cunha tratam de obter maioria na Assembléia do Rio Grande do Sul, trabalho a que se dedicarão nas eleições próximas. Não mais agora bater-se-á nas eleições por seus amigos conservadores, como o doutor Belo. E nessas eleições terá que enfrentar não sômente a êstes mas também a facção chefiada pelo Barão de Pôrto Alegre, dissi-

dente do partido liberal, a *progressista*.

No ano de 1862, aproveitando *liberais descontentes e conservadores moderados*, depois da queda do Ministério Caxias, Zacarias de Góis e Vasconcelos chefiava nova corrente política que se constituía sob esta denominação — *progressista*.

Osório não aderiu a êsse novo partido, no Governo, o que ia tornar árdua a nova disputa eleitoral, e tanto mais quanto êle e os demais liberais teriam de disputá-la em mais de um círculo para poder formar maioria na Assembléa Provincial. Um recurso de êxito com que contava era a judiciosa escolha dos candidatos. Por isso organiza sua chapa com desvelo, procurando valores reais. É então que aparece no cenário político a figura do fogoso tribuno Gaspar Silveira Martins que, mais tarde, turvado pelos seus sucessos tribunícios e pela posição política que adquire, a qual passou a atribuir sômente ao seu valor, pretende usurpar de Osório a preponderância política na Província. Criatura, revolta-se contra o criador. Gaspar foi de fato o único erro político de Osório, erro que êle sômente descobriu haver cometido no fim da vida, o que trouxe certo amargor aos seus últimos dias.

Cotegipe, o sagaz e inteligente baiano, e naturalmente também outros, assim o julga, ao que transparece da carta que escreve ao seu amigo Deschamp, provavelmente, na época em que Osório entrara para o Ministério. O fato de ser Cotegipe conservador dá singular valor a suas expressões. Diz êle: “O Herval pensa bem a respeito de política externa; assim pensasse êle sôbre a interna, porque quem tem o seu nome não o estraga em questiúnculas de casa, em que sempre vem porcaria: êle *que se deixe de gaspares e outros* (o grifo é nosso) (1).

Seja como fôr, o fato é que os liberais foram formar a maioria da Assembléa Provincial de 1863, em que então tomou assento Silveira Martins.

Sua vitória era esplêndida. Todos viam nêle o chefe incontestado do partido liberal que se mostrava forte. Não estava, porém, finda a luta.

Realizavam-se também eleições para deputados gerais e os liberais com Osório a elas concorrem bastante fortes, com as chapas de candidatos que apresentava nomes todos de boa significação, embora novos alguns dêles.

Ainda desta vez a vitória foi completa no primeiro turno, em dois dos três círculos

eleitorais da Província. Mas o êxito do segundo turno foi prejudicado por grave indisciplina partidária.

É o fato que, havendo um dos candidatos, Amaro José d'Ávila Silveira, declarado desistir da eleição, foi substituído pelo Barão de Mauá, no competente Círculo.

Com isso não se conformaram os amigos de Amaro e insistiram por êle. Não havendo tempo bastante para consultas, apelam para a decisão de Osório e êste resolve-se a favor de Mauá. Não se conformam ainda com isto os amigos de Amaro. Dá-se o pleito, os votos se dispersam e o partido é batido...

Esta derrota, porém, mais ainda veio firmar o prestígio e sagacidade política de Osório, pois ficou provado que sômente se deu pela indisciplina partidária. O resultado foi exatamente o que êle predissera aos seus amigos ao adverti-los do erro em que incorriam.

O Barão de Bauá, a quem Osório apoiava, e que fôra eleito por nêle também votarem governistas, a *máquina montada pelo Senhor Ferraz*, como dizia Osório, e *que se esforçava por destruir*, mais tarde recebeu a censura de seus amigos liberais a quem abandonou.

Osório, porém, sempre generoso e compreensivo, perdoou-o. Combateu-o naturalmente, sem o aniquilar. Ficou nas represálias mínimas, sem atender à grita de seus correligionários.

Em carta que escreveu a seu filho Fernando, explica sua atitude. “O que disse ao Mauá, esclarece êle, é o que devia dizer. Não sou eleitor, nem devia inculcar-me dispondo da opinião dêstes; não devia ser inconveniente para com os meus companheiros, nem desprezitar seus deveres e direitos. Quem fala muito e sem pensar perde a matéria. O pobre Mauá é vítima das circunstâncias. O compromisso da sua fortuna comprometeu também sua fidelidade ao partido que o elegeu, porém, o seu dinheiro e seus amigos privados operaram fortemente para o triunfo do partido liberal desta Província. Pode-se abandonar o homem mas não massacrá-lo. Na Côrte mesmo êle andarâ corrido de seu ato e ainda acusado pela própria consciência” (2). Como veremos adiante, as despesas com eleições não eram poucas.

Nessa ocasião, conseqüentemente a constatação da evidência dêsse prestígio, passam os seus adversários a procurar miná-lo cons-

(1) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Coleção Osório, lata 360, doc. 17.486.

(2) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Coleção Osório, lata 252, doc. 11.749.

tantemente com ataques feitos pela imprensa. Então, pela primeira vez, trata Osório de fundar um jornal para a defesa do partido. E o faz na cidade de Jaguarão.

Os sucessos políticos que acaba de obter deixam os homens do Governo intranquillos. Para que o possam destruir, não há dúvida, é preciso retirá-lo da Província e elles o tentam mais uma vez. Nova denúncia de conivência com uruguaio em detrimento dos interesses nacionais é dada contra elle. Osório, como sempre, desfaz facilmente as acusações. Mas apesar disto é chamado à Côrte, em objecto de serviço, sem outra explicação. Para que subterfúgios?

Novo erro de seus adversários. Osório ao deixar o Comando da Fronteira de Jaguarão para cumprir essa ordem recebe as mais significativas manifestações. Numerosos abaixo-assinados, de officiais, da sociedade, de proletários, lhe são entregues, subcrevendo as mais expressivas palavras de respeito, admiração e carinho.

Mais uma vez o Imperador, informado por Caxias, anula a acção perseguidora e Osório volta ainda mais prestigiado e prestigioso.

Torna a recebê-lo Jaguarão com festas, banquetes e bailes e elle chega ainda a tempo de obter mais uma vitória eleitoral, nas eleições municipaes, que então se realizam.

Aqui finda o que poderíamos chamar o primeiro ciclo da carreira politica de Osório.

Em 1864, sobe ao poder o Gabinete organizado e presidido pelo Senador Furtado, acentualmente liberal. E no entanto, no Rio Grande do Sul, este partido entra em declínio. É que viera a seguir a guerra do Paraguai e Osório, em campanha, não faz politica. Sofre as conseqüências dela, mas cumpre o seu dever, sem se importar com isto. Durante os largos cinco anos que dura esta terrivel luta, elle se abstém completamente dos partidos. Não atende a nenhuma das solicitações que lhe fazem. Fica surdo a tudo que não interessa ao trabalho direto, intenso para a vitória. *Servir à Pátria, quaisquer que sejam as mãos em que tenha caído, é o seu lema.*

Ele cumpre o seu dever, que cada qual faça o mesmo. Soldado, não é juiz, nem censor. Não erra porque os outros erram. Dá nessa oportunidade o exemplo mais magnífico em nossa história de uma sábia compreensão do dever patriótico.

Mas sua falta na politica é tão grande como nos campos de batalha. Nos pequenos interregnos da luta, quando vem repousar ou

refazer-se, logo seus partidários, ovelhas sem pastor, se acercam dele.

Em agosto de 1866, quando vem à Província refazer-se em sua saúde que a guerra do Paraguai abalara, não se pôde furtar completamente ao apêlo dos seus amigos. Nessa oportunidade, em carta ao Coronel Oliveira Belo, define com segurança suas diretrizes: “Em nosso sistema de governo, nada pode influir mais maléficamente do que a má escolha dos que devem representar o País, e nem de outra coisa têm provindo as dificuldades em que se tem visto a Coroa para a organização dos últimos ministérios. Sejamnos muito escrupulosos nas eleições dos futuros deputados, e faça cada um de nós o que puder para colocar na Câmara os que sejam mais dignos de representar os brios, defender os direitos e promover os interesses de nossa bela Província”.

Não pode, porém, reintegrar-se completamente nas atividades de seu partido porque a guerra, sem mesmo esperar que se restabeleça, vai reclamá-lo de novo. Não tarda Caxias a chamá-lo para incumbi-lo de organizar e levar-lhe ao campo de batalha o 3.º Corpo de Exército.

Em 1869, vinha doente, ferido, e estava meio atônito ainda com as manifestações que lhe faziam, e que chegavam de toda parte, já a politica desamparada tanto tempo corria a pedir-lhe de novo a salvação.

Logo a 15 de fevereiro escreve-lhe o Conde de Porto Alegre: “Era demasiado sensível a ausência de V. Excia. quando a mão arbitrária do poder levava de vencida as nossas melhores esperanças. Era bem penoso não vê-lo em nosso país hastear o estandarte da liberdade e civilização, em opposição aos férreos desígnios dos chamados conservadores, quando gastava os seus dias em concorrer para a liberdade de um povo estranho. O país official arremessou-se contra a opinião pública — a maioria nacional que era liberal, que se manifestava claramente, ficou sopitada, e tudo porque as violências e ameaças postas em ação puderam muito sobre a indecisão de um povo que, temeroso de perturbar a ordem, não quis resistir aos meios empregados pelos compressores. Há, no entanto, um ponto de resistência moral, em que, creio que pode salvar nossos brios — é o Centro Liberal e Diretórios, os bons liberais vão depositar suas esperanças e onde a união e patriotismo comum dos grupos em que outrora nos vimos divididos podem achar o eco das suas aspirações e assegurar um melhor futuro para o País. Eu me congratulo com os nossos amigos pela chegada de V. Excia.”.

A significação d'êste documento é enorme. Estão lembrados os amigos de que o Conde de Pôrto Alegre, havia menos de uma dezena de anos, rompera com Osório. Chegara a hostilizá-lo de modo verdadeiramente inconsiderado. Agora estende-lhe a mão, propõe-lhe uma aliança, isto é, a reconstituição da unidade do *partido liberal* sob a chefia de Osório, naturalmente. É o que se vai dar.

Não podia ser mais completa a vitória política de Osório em sua terra. O Conde de Pôrto Alegre faz êsse gesto de grande nobreza, como que a se penitenciar dignamente do erro em que incorrera no passado. Mas sabia bem a quem se dirigia. Tinha certeza da elevação moral da resposta.

Sem demora, replica-lhe Osório, entre os sofrimentos de sua enfermidade: "Bem senti não compartilhar com V. Excia. da derrota que sofreram os liberais do Rio Grande, na eleição que se acaba de fazer; porém, serei companheiro na que se seguir. *Os cegos políticos que retardam a prosperidade da Pátria, tarde abrirão os olhos, porque a opressão nem sempre deixa de produzir a reação do espirito.* Não disponho de meios intellectuais como V. Excia. e outros distintos brasileiros para com mais facilidade promover o bem da Pátria; mas, sobra-me vontade neste sentido para fazer o que puder. Como V. Excia., confio nos Diretórios do partido liberal, que devem assegurar a união do partido e a base de sua política para todo o Brasil".

E aí está uma reconciliação que vale um programa, cuja idéa capital, o bem da Pátria, é sempre digna de ser seguida. E aí está definida em toda sua grandeza a imensa força política imanente de Osório, lúcido, sensato, patriota, sincero, modesto, desambicioso...

Aí está também o comêço de uma nova vida para o partido liberal...

Havia razões de sobra ao Conde de Pôrto Alegre para lastimar a cegueira política que era a attitude intolerante dos conservadores. Esse governo desconhecia o que o Brasil devia já a Osório, como o Imperador desconhecera antes o que devia a Marques de Sousa preferindo a êle o *famigerado* Pedro Chaves, a quem fizera ainda Barão de Quaraim. Temia-o por certo, e tanto que, indo contra a *unânime aclamação dos povos*, que por toda a parte berrava a glória de Osório, excluía-o da chapa senatorial. Que lhe importavam os serviços que êste havia prestado? Que estava prestando na guerra de onde ia regressar gravemente doente e ferido?

Também pouco lhe importava a opinião pública. De fato, as eleições procedidas em 1869 tinham sido anuladas porque falecera

o Dr. João Jacinto de Mendonça, que figurava em primeiro lugar na lista tríplice antes de ter sido feita a escolha pelo Imperador. Eram eleições para preenchimento da vaga de Pedro Chaves, que falecera três anos antes. Não o faria sem ter de quebrar resistências nem sem exercer inconsideradas vfolências, contra as quais o Conde de Pôrto Alegre procura reagir, reconciliando-se espontaneamente com o grande chefe liberal.

São fatos êstes explicitamente narrados por João Francisco Mena Barreto, quando de Uruguaiana, cuja Guarnição comandava, saúda, em 26 de dezembro de 1869, a Osório, por seu regresso à Província. "É triste, tristíssima a quadra por que estamos passando. Dei parte de doente e aguardo a todos os momentos a ordem para entregar o Comando da Fronteira; *isto porque muito clara e positivamente respondi ao pedido que me mandou fazer o Sr. Presidente da Província (Delegado do Governo do Brasil, note-se bem) que não prestava o meu fraco concurso nas próximas eleições ao Governo pela injustiça que praticava o mesmo Partido Conservador excluindo V. Excia. da chapa senatorial, e que em tais circunstâncias eu preferia a minha exoneração*".

Essa attitude hostil do poder, tão inconsiderada que sugere a idéa de *revolta armada*, vai servir para mais acentuar a inteireza moral de Osório, a abnegação com que cuida da coisa pátria, sem que em nada possam influir as ofensas que se lhe fazem, para modificação de sua conduta política. Terminada a guerra está madura para a explosão a revolta que conta com fortes elementos para vencer, se êle quiser chefia-la e só não se dá porque a isso não quer anuir.

No entanto, não terá tempo Osório, ainda desta vez, de atender plenamente ao chamamento da política. Ferido, doente, inválido, tem de voltar aos campos de batalha. Ninguém admite que a guerra possa ser ganha sem êle, tanto mais que o Duque já lá não está...

Ao regressar, porém, definitivamente da campanha, ainda ferido e doente, e mais agora com a alma enlutada pela morte da esposa, com sua pequena fortuna particular descuidada e a educação dos filhos a zelar, apesar de aspirar e precisar de longo tempo de repouso, não se poderá esquivar das lides políticas. Nem à Europa quer ir. É o homem do campo, só aí sabe viver bem. Chamam-no à Côte para festejá-lo, êle deixa-se ficar. Para que festas? Quem acredita nos louvaminheiros e nos entusiasmos das multidões? Não era talvez contra alguém que o queriam jogar? Não.

Ficaria no campo. Repartiria seu tempo entre Pelotas, onde está sua família, e sua estância do Arapeí, onde está a garantia do seu futuro.

Sim, era bem esta a sua disposição. Não se conformam, porém, com isto, nem a glória que o procura por toda parte e em toda parte o segue, nem a política que precisa dele.

Agora não são apenas os liberais, seus velhos correligionários, que o procuram. Os republicanos, que se organizam em partido, e o sabem por natureza um deles, talvez o mais *praticamente republicano* entre todos, vêem nele, *embora com reservas*, o possível realizador de suas esperanças.

Eles surgem com a força dos que desposam idéias novas. Desenvolviavam tal atividade que se tornaram temidos. Cotegipe, escrevendo a Deschamp, em 27 de março de 1873, chegou a dizer: "A República dizem que vai sair no dia 7 de abril... por medo (1).

Silveira Martins, que andava tentado pelas novas idéias mas que não se sentia com forças de levantar vô sozinho, várias vezes lhe falara na conveniência de fazer-se a República, desaconselhando-o, porém, Osório, porque isto era ainda uma solução política extemporânea.

Os republicanos do Rio inauguram o seu retrato na sala do seu clube e o Dr. Henrique d'Ávila, numa manifestação que é feita a Osório em Jaguarão, convidado abertamente, em inflamado discurso, a desembainhar a gloriosa espada pela República.

Osório, porém, é chefe e não comandado. Não é daqueles que se perturbam com o troar dos canhões no campo de batalha nem com o alarido das ovações nos entusiasmos da paz. Nem é dos que se perturbam com a lisonja. Desaconselha a mudança política que Silveira Martins insinua, aceita sem medo de se comprometer as homenagens dos republicanos do Rio, mas ao ataque direto e franco do doutor d'Ávila responde incisivo e claro, mesmo magnífico, sem um tremor de voz, sem vislumbre de hesitação alguma, na lógica da sua elevada compreensão do papel da política e dos políticos.

"A República ainda não é uma idéia triunfante na opinião nacional. A espada que desembainhasse agora, tentaria uma imposição. A que cinjo é para combater os inimigos dela e não para tiranizá-la".

Osório tinha respeito à opinião pública!...

Assistia razão a Martinho de Campos em admirar nele mais o político que o militar!...

Para consagrá-lo como político, à altura dos maiores que houve, seria necessário mais?

Esse gesto de Osório tem significação tanto maior quanto não é a repulsa de uma sedução isolada num recanto da fronteira do Brasil. O Conde de Porto Alegre também havia sido tentado e, a seu turno, tentara seduzi-lo, pelo que a empressão torna-se-lhe extremamente fácil para ambos, com o enorme prestígio civil e notadamente militar que desfrutavam.

De resto, Osório continuava a dizer aos que lhe falavam nestes assuntos que a coisa havia de vir, que ninguém se afligisse. Os hábitos, a mentalidade e as vaidadezinhas do Imperador; o trabalho dos monarquistas tornando-o antipático e desmoralizando-o; a descrença e a desconfiança do povo pela má execução das leis; os abusos sem repressão; e o ambiente americano, tornavam, na sua opinião, a república uma fatalidade. Tudo facilitava a propaganda, dizia ele, porque "as idéias são como as epidemias: alastram. A coisa há de vir e só o que desejo é que venha oportunamente".

Prossegue, pois, a trabalhar pela Pátria no ambiente político fiel a suas idéias liberais, isto é, ao trabalho do seu partido para elevar o nível da capacidade política nacional, cujo meio vê principalmente na escolha de dignos representantes do povo.

O comportamento de Osório depois da guerra do Paraguai, quando ninguém mais lhe disputa a primazia, sem um ódio, sem uma só reivindicação a fazer, quando já as pazes feitas com o Conde de Porto Alegre, este o chama em 1871 de "cidadão mais prestigioso do Brasil, e particularmente desta Província, que teve a fortuna de o ver nascer" e declara que a ele "compete principalmente dizer-nos o que a tal respeito convém fazer", dificilmente pode ser julgado em todo seu valor.

Nessa mesma época, as urnas confirmam a sua autoridade imensa e o mesmo Conde de Porto Alegre torna a escrever-lhe "para felicitá-lo pelo brilhante triunfo que acaba de obter o partido liberal desta Província nas eleições, o qual não se teria conseguido se não fôsem os grandes esforços empregados por V. Excia. e o grande prestígio de seu glorioso nome" (2).

No entanto, nessa época (31 de março de 1872), Osório escrevia ao seu amigo Tenente Meneses: "Tenho tédio de falar em política".

Por que esse tédio num chefe que está no auge do prestígio?

(1) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 360, doc. 17.487.

(2) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Lata 264 — Doc. 13.618.

Talvez não-lo possam explicar os fatos das eleições que se deram na Província em 1872.

“No dia 21—escreve-lhe o Barão do Ijuí, a 25 de agosto, de Uruguaiana,—achava-se desde antes de 9 horas da manhã, no corpo da Igreja Matriz, grande número de cidadãos, bem como os mesários Benício e Barcelos, mas até 11 horas ainda não tinham comparecido o juiz Figueiredo e os mesários Vitor e Caripuna. Convocados então por três vezes consecutivas pelos mesários presentes Benício e Barcelos a fim de que viessem continuar os trabalhos, ou, se não queriam que declarassem e mandassem as chaves da urna, responderam que não se importavam com isso, que não mandavam as chaves e que tinham consultado ao Exmo. Sr. Presidente”. Depois relata as providências tomadas pelo Juiz de Paz, a recomposição da mesa, abertura judicial da urna, etc., etc.; termina, depois de dizer que a vitória liberal foi completa e que, por prevenção, é que relata tudo minuciosamente:—“o Juiz Figueiredo e os mesários Vitor e Caripuna declararam oficialmente ao Exmo. Sr. Presidente da Província de quem esperam a solução”.

Estes fatos vão motivar processo contra o Barão de Ijuí, que mais tarde será acusado até de assassinato...

Os conservadores no poder não podiam admitir derrota nas eleições. Aqui está um outro exemplo:

De Santana escreve, em 1872, a Osório, seu irmão Pedro:

“O Chico Tavares conversando com o Carvalho disse-lhe que tudo estava preparado e bem disposto para você desta vez ir à lama, que havia de ser derrotado ainda que para isso fôsse preciso empregar a força, tão certo que era fruta colhida. Parece-me que deu a entender que era recomendação da Côrte. Isto ouviu um amigo nosso de toda confiança que estava escrevendo em uma sala immediata e me contou para lhe avisar”... “O Carvalho respondeu que era imprudente esse procedimento, que não deviam provocar um homem como você de tantos serviços e prestigio”, etc.

Não tinha razão Osório em ter tédio da política?...

Que era ele diferente dos demais políticos não resta dúvida. Basta dizer que não desamparava os seus amigos na desgraça. O caso do processo contra o Barão do Ijuí, acusado por crimes que não praticou em Uruguaiana, mas cuja responsabilidade lhe é atribuída pela camarilha política, é digno de ser assinalado.

Foi Osório o primeiro a socorrê-lo e jamais o desamparou, ajudando-o nas despesas

de sua defesa embora não tivesse fartura de recursos. Foi ele quem incitou os correligionários de recursos a irem em ajuda ao Barão Mortificava-se tanto com o ocorrido que escrevera em 1876, a seu filho Fernando: “Figura-te o meu desgosto vendo uma matilha de cães, mordendo-o desapidadamente”.

Desde seu regresso do Paraguai até 1877 permanece na sua província. Não fica politicamente inativo. Não o deixam tranquilo os seus amigos: “Querem—escreve de Santana à sua filha D. Manoela, em 5 de junho de 1876—que eu vá a toda parte, mesmo doente, que vá gastar o que não tenho. De Uruguaiana gritam por mim; o Alegrete faz o mesmo; Santana está à matroca; Bagé e Jaguarão, Arroio Grande, Pelotas; também me querem ali. Diz-me como hei de ir e estar em toda parte despendendo? Sem embargo farei o que puder e o que não puder ficará por fazer”.

A questão das despesas não era desprezível para quem tinha poucos haveres. A referência anteriormente feita ao Barão de Mauá denuncia já quanto poder despende nas eleições e arcoeficiente eleitoral importante. Concretizemos os fatos.

Na lata 264, da Coleção Osório, do arquivo deste Instituto, encontra-se o documento 13.710, que nos ilumina a respeito. Trata-se de uma carta dirigida a Osório, por um cabo eleitoral, Antonio Joaquim Calor, prestando conta das despesas por ele feitas com a eleição de 1 de setembro de 1877. A relação dos gastos soma 1:216\$000, e estes se fizeram de recado (próprios), etc. O mais curioso é, porém, o que entende com a compra de eleitores: 32\$000 pagos à mulher do Talaveira, para fazer o mesmo ir à eleição (sic); 96\$000, 100\$000, 128\$000 e até 200\$000 para compra de votos de conservadores.

Nesse ano, 1877, Osório vem ao Rio de Janeiro para assentar-se no Senado, por ter sido nomeado a 11 de janeiro Senador do Império pela Princesa Isabel, que ocupa o trono enquanto o Imperador viaja pelos Estados Unidos, na vaga de Fernandes Braga, que falecera em 2 de fevereiro de 1875. Osório figurava na lista tríplice em segundo lugar, em virtude da eleição procedida no ano seguinte.

Começa então a última fase da vida política de Osório, quando deixa a sua Província, o ambiente de suas campinas do sul, onde nascera e soubera fazer avultar sua personalidade gigantesca, cuja sombra se projetava protetivamente sobre o Brasil inteiro, alimentando nos corações patriotas as mais vivas esperanças. Nunca mais volta, se bem que voltar se

fizesse sua aspiração maior, quando alçado à alta dignidade de Ministro do Império. A população do Rio e das Províncias do norte, que ele não tardará a visitar, não mais para *inspeccionar cavalaria*, mas para ver os filhos que estudam em Recife, nesse ano de 1877, se alvoroçam tôdas num frenesi de aclamações entusiásticas para recebê-lo. Todos querem ver o homem de quem se contam coisas tão extraordinárias que até parecem fantásticas. E, facto a notar, Osório vem ao Rio, vai ao norte, é recebido com festas nunca vistas, mas não põe em seus gestos, em suas atitudes, nas suas palavras, nenhum artifício. Não decepçionou ninguém !

Certamente são os chefes políticos liberais que assumem a liderança dos festejos, mas é de fato o povo quem os faz. O Governo, que é conservador, o Gabinete Caxias, não comparece a recebê-lo. Procura até diminuir o vulto da razão de ser dos festejos na sua imprensa oficiosa, mas nesses festejos os simples conservadores também se misturam no povo e não ficam ausentes...

De tanto entusiasmo, que resultará ? Indagam inquietos os chefes conservadores, não obstante sabermos quem é Osório; como pensa e como procede.

Cotegipe, em 27 de abril de 1877, escreve a Deschamp: "Amanhã temos grandes festas para recebimento do herói riograndense. Já se sabe que os políticos são os promotores da tardia demonstração. Haverá espada de caudilhos ? Veremos em que isto dá ! Mediremos de perto tão grande estatura..." (1).

O resultado, o em que isto deu, foi o fortalecimento do partido liberal e em sua ascensão em breve ao poder.

As atividades de Osório, como Senador, foram marcadas pelo interesse que tomou pelas questões concernentes à melhoria da situação dos militares e de suas famílias, pela tenaz defesa que fez de interesses de sua província, de que ela carecia, e pela objetividade com que tratou as questões da defesa militar do País. Houve também a recrudescência das questões agitadas no Senado sobre a guerra do Paraguai, conseqüentemente aos complementos que, em defesa dos seus bons créditos, teve que levantar.

Nessa situação, porém, agiu pouco tempo. O regresso do Imperador de sua viagem aos Estados Unidos importou na queda do partido conservador, e no tratamento ingrato que recebeu Caxias.

Em 1878, a situação política exigia como ponto capital da reforma a efetuar-se uma nova lei eleitoral que pusesse termo ao sistema de dois turnos. Este provára mal. As eleições não davam às Câmaras uma verdadeira representação nacional. Os Delegados do partido no poder, isto é, os presidentes das províncias, eram os verdadeiros eleitores, cujas armas eram a violência e a fraude. A situação era tal que os liberais gritavam: *reforma ou revolução!*

Então governava o partido conservador com o Gabinete chefiado por Caxias, apoiado por grande maioria das Câmaras. Caxias, porém, sentia-se velho e doente. Desde que o Imperador regressou de sua viagem aos Estados Unidos, donde veio naturalmente influenciado ainda mais pelas idéias democráticas, pede para ser substituído, para deixar o Governo. O Imperador exige, então, a saída dos outros Ministros, e daí resulta a queda do partido conservador.

Chamado Sinimbu para formar o Gabinete, faz questão que dêle faça parte Osório "em pleno fastígio de sua glória militar, o maior chefe liberal do Rio Grande do Sul", (2) ao qual foi dada a pasta da Guerra. Na fazenda ficava, ao que parece por sugestão de Osório, outro riograndense, Gaspar Silveira Martins. Não fôra esta escolha tão feliz como a primeira.

Osório vai decepçionar-se fortemente. Silveira Martins não merecia a confiança que tanto nêle depositara "o legendário".

Cotegipe, com sua sagacidade e não obstante seu *horror às espadas políticas*, denuncia na carta a seu amigo Deschamp, anteriormente referida, quanto apreciava Osório e lhe repugnava a ascensão de Gaspar: "O Herval pensa bem a respeito de política externa; assim pensasse êle sobre a interna, porque quem tem o seu nome não o estraga em questões em que sempre vem porcaria: êle que se deixe de gaspares e outros..."

Cotegipe via certo.

Saraiva recebe a nomeação de Osório com seus "cordiais cumprimentos por sua entrada para o Ministério. É um novo serviço — diz êle em 10 de fevereiro de 1878 — que o País lhe pede e uma nova prova que V. Excia. vai dar de seu patriotismo e aptidão para os negócios. Estou persuadido de que havemos de aplandir o Marquês do Herval, Ministro, como aplaudimos o General de nosso Exército, no Paraguai".

De fato, no sacrifício real que fazia Osório, cuja natureza só se amoldava bem à

(1) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 360, doc. 17.487.

(2) O Visconde de Sinimbu, Craveiro da Costa.

vida das livres campinas do sul, não deixaria Saraiva de ter o que admirar no Ministro.

Nem poderia deixar de aplaudir um chefe político, um Senador e Ministro cuja norma de conduta é a lealdade, o destemor, a franqueza, o amor à verdade, o trabalho sincero pelo bem da Pátria, numa compreensão sadia dos interesses públicos. Como deixar de aplaudir o Ministro e político que sabe fazer justiça até aos seus adversários?

No Senado, Osório ousa dizer que não atribui a êste ou àquele partido o descalabro que vai pelo Império e sim à fatalidade das nossas circunstâncias. Defende até, sem olhar a quem, o cavalo de batalha, que era a responsabilização pela guerra do Paraguai, com palavras dignas de meditação: "Mais de uma vez, diz êle em sessão de 15 de abril de 1879, Sr. Presidente, tenho ouvido acusar a um dos partidos políticos pela guerra que tivemos com o Paraguai. É uma coisa séria, em que talvez não seja eu o mais habilitado para tratar dela; entretanto direi que é minha crença que se o Brasil não levasse a guerra, então, ao Paraguai, para encontrar os inimigos da Pátria fora do nosso território, a guerra ter-nos-ia custado muito maiores desgraças, porque o inimigo preparava-se e já tinha as suas avançadas sôbre as nossas fronteiras".

As atitudes agressivas de Silveira Martins no Parlamento, sua política financeira, sua falta de senso político, em suma, não tardam em abrir uma crise no Gabinete e em provocar uma dissidência nos liberais. Não podendo Silveira Martins governar a política do Gabinete, impor suas idéias, forçá-lo a seguir suas atitudes impolíticas, demite-se de súbito, e quer que Osório o siga como se êle fôra a maior personalidade liberal do Rio Grande.

Aliás, Silveira Martins foi logo mostrando, desde sua chegada ao Rio de Janeiro em 1877, quanta razão assistia a Cotegipe, na referência citada. A bordo mesmo, separa-se de Osório, para seguir com sua gente como se o que chamava sua gente fôsse a força política que o fizera. Olvidava o que devia a Osório. Esquecia-se de que só devido à insistência dêste fôra eleito, como se vê da carta que Osório escreve ao Dr. Pio Angelo da Silva, em 9 de agosto de 1876, de sua estância no Arapeí. Para as eleições que se realizaram naquele ano, quando Osório foi eleito para a lista triplíce de Senador e Gaspar para Deputado Geral, diz aquêlê ao Dr. Pio que recomendara a inclusão de Gaspar nas chapas liberais de Senador e Deputado, para que de modo algum "fique excluído da re-

apresentação nacional, o que seria uma derrota para o partido liberal".

Sinimbu, conhecendo que o problema político que seu Gabinete tinha a resolver era a reforma eleitoral, cuja necessidade era reclamada com veemente insistência por seu partido e a opinião geral, mesmo de muitos conservadores, trata de obtê-la, procedendo de modo a evitar pretextos à animosidade do Senado, cuja maioria era conservadora. Silveira Martins, cuja situação é insustentável, prevalece-se disto. Quer impor outras reformas no projeto da lei eleitoral elaborado pelo Governo, sôbre imigração, rejeitada por nada haver com o caso, com que êle se conforma, e sôbre a elegibilidade dos não católicos para a Câmara dos Deputados, com o que não concorda Sinimbu, e êle não se conforma. Não era Sinimbu afenso à idéia, mas adotá-la seria expor-se a ver a reforma repelida pelo Senado, risco que não quer correr.

Não sendo atendido, portanto, Silveira Martins demite-se. Mas quer que Osório o acompanhe. Êste nega-se a isto. Sua saída enfraqueceria o Gabinete e assim talvez viesse a dar com o partido liberal por terra.

Despeitado, Silveira Martins parte para o Rio Grande e começa a tramar contra êle, a procurar minar seu prestígio, sem olhar meios e modos. Mais tarde confessa-se arrependido.

Craveiro da Costa, em seu estudo sôbre o Visconde de Sinimbu, registra assim êstes fatos: "Retirando do Governo, diz êle, Silveira Martins não se limitou a uma oposição discreta ao Gabinete de que fizera parte. Essa discrição era, aliás, incompatível com o seu temperamento combativo e ríspido. Opondo-se às restrições governamentais, o fogoso tribuno excede-se na campanha, criando ao Gabinete, tenazmente guerreado pelos conservadores, uma gravíssima situação de dificuldades, pois o Ministério passou a ter contra si, além dos seus naturais adversários, os conservadores e os republicanos, alguns liberais. Para Silveira Martins não havia meio térmo. O próprio Osório, com a sua imensa glória e a sua projeção sôbre todo o Brasil, a quem Rui Barbosa considerava o PRIMUS INTER PARES do partido liberal, porque recusou acompanhá-lo no rompimento com o Gabinete, em junho de 1880, na Câmara, teve o seu nome exposto às incontinências oratórias do tribuno", "comparado a Pausânias, o tipo clássico da traição". E Alberto de Faria, em seu "Mauá", acrescenta: "Debalde se poderia objetar que dos membros do Ministério só o Barão de Vila Bela fôra solidário com Silveira Martins e na Câmara unânime, só um Deputado, o

Dr. Galdino Neves, ficou em oposição ao Ministério de que se apartava”.

Os amigos de Osório instam para que rompa com êle, para que o guerreie, mas o velho político quer evitar a todo custo a dissidência e passa por cima da ingratidão. O Ministério Sinimbu adotou como ponto principal de seu programa a reforma eleitoral e a reconstituição financeira. Se a primeira questão não causava embaraços ao espírito compreensivo e tolerante de Osório, antítese perfeita do de Silveira Martins, o mesmo não se dava com a segunda.

Além da carta política que Osório escreveu ao Barão de Pelotas sobre a sua attitude no caso da dissidência de Gaspar, cujos termos mereceram daquele a mais completa aprovação, há duas outras íntimas e ainda não divulgadas que mais ainda esclarecem o assunto e onde se vê a alma de Osório. São estas escritas à sua filha D. Manuela em 2 e em 24 de abril de 1879, abrangendo o início e o termo da crise.

Ei-las:

Na primeira, diz Osório: “Tenho andado muito vexado com o que se tem dado com o nosso Gaspar. Às vezes me parece que há destempêro naquela cabeça e que fica capaz de comprometer a melhor causa e o pior é que o Florêncio e o Camargo quererão tirar partido pregando inverdades, já iludindo os incautos, torcendo os fatos, já atirando as culpas a quem nem conselhos deu. Ora! a nossa posição, de todo o ministério, era por si difícil porque as finanças do país são péssimas e entramos fazendo a guerra aos esbanjamentos que em grande número forma por isso muitos inimigos, que mais se exacerbaram pelos insultos do Gaspar, que até tratou mal a Câmara aonde ouviu coisas terríveis. O Senado todo se tornou seu inimigo além de contrário em política. E como no Senado e nos altos tribunais está a força dos conservadores, todos os contrários para lá penderam. Gaspar vendo-se em sítio projectou a retirada e para sair bem fingiu querer já uma idéia que era e é a do Ministério e do partido, porém, que não poderemos fazer passar no Senado, onde a maioria nos é contrária e para empiorar nos declarou o Gaspar na Câmara que se devia acabar com a vitaliciedade do Senado. O Senado com receio que a constituinte trouxesse esta idéia não quer votar a constituinte! Aqui está o homem sem esperanças procurando motivo para a saída na reforma religiosa que vale o mesmo que excitarmos a guerra com toda a Igreja e isto quando o nosso país está a braços com a mi-

séria e a fome! Parece que êle queria que eu sáísse como sua bagagem. Fiquei calado, porém os seus agentes foram para aí promover desunião que nos pode ser de um mau futuro para a província e o partido logo que os conservadores voltem ao poder se não antes; eu não escrevi a ninguém, é esta a primeira carta que escrevo para satisfazer a tua ansiedade. Mais me tenho desgostado porque em (data ilegível) eu queria retirar-me e êle pediu que não sáísse. Depois fiquei comprometido e com as minhas noras em casa doentes até hoje. A Côte nunca recebeu bem dois Ministros do Rio Grande e se eu também sáísse a crer no que me diziam tinha caído o ministério e talvez o partido pela desunião que se manifestou. Seja como fôr, agora ficarei muito alegre o dia em que puder ganhar o meu Arapeí sem pena desta vida desastrada a que me tem sujeitado a idéia de fazer ou cooperar para algum bem ao Rio Grande que pode ser ingrato como quiser mas descansarei na minha consciência como sempre. Não quero que se divulgue o que te digo para não dar prazer aos inimigos cujo fim é desprestigiar-me”.

Na segunda, transborda o seu desgosto:

“Estou próximos aos 71 anos... Ando muito cansado da política e penso que não me convém questionar com os moços que querem comandar; por outro lado não sei o que pensam os nossos velhos amigos e como a cruzada tem o fim principal de mudança de chefe e eu não sou ambicioso de mando e o meu partido já não precisa de mim não desistirei e não desertarei: — sou reformado por velho e por ter três filhos cultivando as letras!

Talvez eu não possa ser generoso com os ingratos, porém não resolvi ainda apesar de ter na sessão (?) os meios de pô-las patas ao ar, porém a minha honra e a minha província, o patriotismo foram sempre aquelas o meu ídolo e êste o meu guia sem exclusões de sacrifícios. Quando me recolher à Província, então, resolverei.

Muito te agradaria ler esta história das desinteligências bem fingidas com que o nosso amigo saltou fora do perigo em que se viu, porém fica para quando nos vejamos saberes. Depois que o Martins saiu do Ministério ainda em casa dêle estivemos em combinação para serviço da Província e como êle não cá mais veio, também eu não vou lá. Desde que fundeamos neste pôrto da Côte já fiquei desapontado e esperando que aparecessem os nossos colegas ministros reunidos em uma lancha a vapor nos foram receber a bordo e convidar-nos para desembarcar e o Martins depois de receber os cumprimentos dos colegas

deixou-nos a bordo e..... em outras companhias dizendo-me eu vou cá com a minha gente que é onde está a minha força.

Calcula o que produziria..... e surpresa. No correr dos acontecimentos cheguei a temer que o meu caro e bem caro amigo estava sofrendo acessos mentais. Pois bem, ainda há pouco fiz Major da Guarda Nacional o irmão do Martins!! O que eu desejo saber é quem são meus amigos que me fazem justiça e quem se tornou meu inimigo por eu não fazer o papel de mobília de um louco e malcriado, etc.”

Não teríamos uma idéia justa do Osório político se não referíssemos aqui algo do anedotário respectivo.

Diremos apenas algo que nos habilite a ver seu modo de proceder e ao mesmo tempo mais nos explique a razão de sua força.

Sua simplicidade, sua franqueza; seu destemor, a ausência de artifícios e pequeninos procedimentos, a par da viveza do espírito e do seu *natural chiste*, aí se revelam.

Conta-se que Osório costumava, em suas excursões eleitorais, hospedar-se na cidade do Rio Grande e em Santana do Livramento, em casa de amigos e compadres que eram conservadores. Aí ditava em voz alta suas cartas e não raro fazia o filho de um deles, seu afilhado, escrevê-las...

Indo visitar um eleitor, em Pelotas, que sabia vender seu voto, tratou de catequizá-lo. Este mostrou-se esquivo, mas Osório, dando-lhe como diferença essencial entre os ideais *conservadores* e *liberais* porpugnarem êstes para que se fizessem muitas eleições por ano, enquanto que os outros não queriam mais de uma, conquistou-o para os liberais...

Depois de haver organizado *uma chapa eleitoral*, sem ter consultado um chefe amigo importante, aliás personalidade muito conhecida na Monarquia e cujos descendentes têm ocupado posições de destaque na República, êste estomagou-se: Decidiu e anunciou ir tomar satisfações a Osório.

Veste uma roupa de côr, que lembra uma pele de cobra, e vai à casa de Osório em Pelotas. Bate à porta e entra, formalizado e solene.

Mas, Osório, que está meio acamado, o vê e antes que diga qualquer coisa grita-lhe de longe:

— *Entre seu jararaca!*...

Com tal golpe desarmou o contendor. Depois, não obstante, êste faz sua reclamação.

Osório ouve-o e pergunta-lhe:

— Está bem, quais são os teus candidatos?

O nosso amigo, estomagado, não tinha pensado nisto...

Quando os amigos de ambos o interpe-lam sôbre o resultado da entrevista, êle diz meio melancolicamente: Qual! quem pode com aquêlê homem!... Foi logo gritando *entre seu jararacô!* etc.

Administrar uma pasta sem recursos financeiros e isto numa época em que as instituições militares e os armamentos no mundo inteiro faziam grandes progressos, era empresa muito difícil. No entanto, com a sua viva inteligência e a sua grande atividade, vai vencendo. Sabe empreender reformas úteis e possíveis, fazer melhoramentos de grande importância, durante o pouco tempo em que exerceu o cargo, de que se afastou quando se lhe extinguiu a vida.

A par dos serviços políticos consideráveis que prestou, mantendo-se fiel à monarquia e às idéias liberais, tombava num pôsto elevado, em plena atividade, pugnando e mantendo a coesão de seu partido, em trabalho ativo e modesto, mas eficiente, pelo bem do Brasil. Não houve, jamais, declínio em sua carreira e isto nos faz supor que o futuro lhe assegurava talvez, por suas qualidades e pela aceitação que tinha em todos e em todo o País, a direção suprema da política nacional. Nesta direção não era a marcha dos acontecimentos?

Calógeras sintetiza a carreira política de Osório em termos cheios de verdade, na conferência que sôbre êle fez neste Instituto e que vem colecionada em “Res Nostra”:

“Tornou-se o remodelador e o chefe do partido liberal do Rio Grande do Sul; era mesmo ouvido, no Rio, pelos maiores desse agrupamento partidário. E, entretanto, não era um homem de Estado: as posições políticas, para as quais não sentia pendor, e antes manifestava com insistência antipatia e dissídio, vieram-lhe como consequência da imensa popularidade e do entusiástico prestígio grandeados pelo soldado”.

Não ambicionou na verdade as posições políticas de representação que as circunstâncias o forçaram a aceitar. Esse homem que inúmeras vezes rejeitou os cargos que seus amigos instavam para que ocupasse, teve como maior aspiração, como Ministro, o poder deixar de sê-lo: “Me parecerá um sonho, dizia a seu amigo Paula Assunção, o dia em que deixar a pasta! Indo para minha terra e olhando a esteira do barco, ainda me parecerá que a levo a reboque!”

A modéstia, a desambição, o saber e o patriotismo, o grande segredo dos seus sucessos!...

RIO-BRANCO E O TERRITÓRIO DE PALMAS

(Excertos)

HÉLIO LÔBO

OS DIÁRIOS DO BARÃO

Ficaram famosos os diários do Barão, cadernos de vários formatos, nos quais escrevia de seu punho, em geral com letra minúscula, não só o dia da semana e do mês, como alguns acontecimentos das últimas 24 horas. Expansões em regra breves, datas ou negócios de família, despesas próprias ou da função, efemérides nacionais, sentenças ou frases ao parecer sem ligação com as palavras registradas mas refletindo um pensamento íntimo, tudo aí aparece retratando a bonomia; a seriedade, o zelo, o caráter, a inteligência de quem escrevia. Propriedade hoje dos arquivos do Itamarati, é pena que alguns desses cadernos, depois de sua morte, se hajam extraviado.

Para o estudo da ação de Rio-Branco na questão de Palmas, esses diários oferecem observações interessantes. Não se pode transcrever aqui tudo quanto contém, pelo espaço e pela natureza delicada de certas anotações, sobretudo porque ninguém tem o direito de trazer a público manifestações íntimas de quem, quando as fazia, estava longe de supor que iriam fazer parte de patrimônio do Estado. Algumas breves linhas darão, contudo, a conhecer como se moveu Rio-Branco, durante sua permanência nos Estados Unidos da América. Assim, em 25 de março de 1893, morre em Washington o Barão Aguiar de Andrada e de 29 seguinte já está copiada a consulta de Paula Sousa a Sousa Correia, indagando se o Barão aceitaria o cargo. Respondeu Sousa Correia a 31 e lê-se também que a 6 de abril a Secretaria de Estado se pôs em comunicação com Rio-Branco, confirmando a nomeação e remetendo recursos para a viagem, ao mesmo tempo que lhe arbitrou os vencimentos e pediu que partisse sem demora.

Logo de Paris, começou Rio-Branco, em cartas e telegramas, o trabalho de reunir a documentação, escrevendo para Lisboa e Madrid sobre o mapa das Côrtes ou a Instrução de 1758, e dando outras providências que se multiplicam à proporção que transcorrem os dias. Do Rio de Janeiro pediu Domicio ao Barão que telegrafasse a Cabo Frio sobre sua nomeação, pois hesitava o Ministro. Apenas

chegado a Washington, é apresentado por Salvador de Mendonça ao Secretário de Estado, toma conhecimento do pé em que estava a questão e regressa a Nova York, onde vive a princípio no Hotel Brunswick e depois no San Remo, passando a residir finalmente no número 18 da rua 32 oeste. Vêem-se anotados fatos importantes e mínimos, a morte de Calvo em Paris, a chegada de Zeballos, os cuidados, que tanto o preocupavam, com a dispensa de Ivins e a transcrição de um de seus telegramas à Secretaria de Estado com as conhecidas palavras finais: "Não preciso de advogados".

São poucas, então, as referências a almoço ou jantar fora com esse ou aquêle companheiro de trabalho, e Domicio já é quem lhe faz mais companhia. Mas, o que aconteceu depois com maior frequência em Washington, aparecem as constantes saídas a pé, que lhe faziam prazer e mais tarde abandonou. Como ainda depois avista-se sempre ora com o General Cerqueira, ora com o Almirante Guillobel, ora com os secretários Olinto de Magalhães e Domingos Olímpio. É comum a anotação de que se deitou tarde e se levantou pela madrugada ou de manhã muito cedo, hábito que, mesmo em Washington, apesar de andar sem trabalho, não deixou. "Levantei-me às 3 da manhã e trabalhei até às 3 1/2 da tarde", registra num dia. A visita à exposição de Chicago merece referências rápidas, pois seu espírito andava com outras preocupações.

Com o coração em Paris, anota que Raul e Paulo, os filhos mais velhos, ganharam um campeonato de remo ali, lança o aniversário da filha Amélia, telegrafia a Gusmão Lôbo sobre o batismo de Cotilde e não esquece Hortênsia, a caçula: "Pedimos a Deus que te proteja", manda-lhe com Raul pelo cabo submarino, no dia de seus anos. Seus amigos, como era natural, figuravam no partido deposto e com eles se corresponde — José Carlos Rodrigues, Rodolfo Dantas, Martinho Prado, tantos outros. Ao Conde d'Eu envia a 13 de maio de 1894 um telegrama "neste dia de gratas recordações". Mas a mais bela página do diário de 1894 é a que transcreve a carta em que Raul lhe expõe a grave dúvida em que estava, pedindo-lhe conselho, pois havia completado vinte

e um anos e tinha que optar entre servir no exército francês ou declarar-se brasileiro. Escreveu o filho de Paris e o depoimento vale para quantos julgaram desnacionalizado quem tão modesta mas dedicadamente serviu, depois, ao nosso país a vida inteira:

"Ainsi, donc, j'espère que tu voudras bien me donner tes conseils pour m'indiquer la voie à suivre. Ce n'est que dans le cas où je devrais être militaire qu'il me faudrait opter pour la France, ce qui m'ennuierait à plusieurs points de vue, car il me faudrait rompre avec le pays de ma famille, celui de grand pere et le tien.

"Ce ne serait pas sans regret que je me verrais obligé de prendre une telle décision, car bien que je doive garder toujours une vive sympathie pour le pays où j'ai fait mon éducation, dans le fond je crois être resté brésilien; et, dans l'état de crise où se trouve actuellement le Brésil, il me semble que ce serait peu courageux de choisir un tel moment pour briser tous les liens que me rattachent à lui; ce serait en tous les cas n'avoir pas compris la beauté de ta devise *ubique patria memor*".

O tempo que o Barão passou a viver em Washington foi de expectativa, como o diário logo denota, pois cessam as preocupações sobre a pesquisa e a memória, saindo mais a ver amigos ou a buscar impressões, embora não o expressasse. A guerra holandesa, a luta com o Paraguai, a morte de vultos do império, acontecimentos pequenos e grandes, enchem de vez em quando as páginas do diário. Há uma ou outra referência esparsa, aqui um recorte de jornal sobre o tratamento da varíola, ali um endereço de amigo, acolá o registro de despesa sua ou oficial, por minúscula que fosse. Anota às vezes o frio intenso, a temperatura de seu quarto ou uma noite em que dormiu mal, o que é excepcional, pois tinha boa saúde. Num dia a mulher lhe telegrafou de Paris propondo a mudança de 126 bis rue des Rennes para 26, Vila Molitor, Auteuil, mas Rio-Branco respondeu que seu orçamento não permite essa despesa, convindo esperar tempos melhores: ali passaram a residir depois. Noutro escreve: "Faz 25 anos meu irmão Horácio, capitão no 30.º de infantaria de Porto Alegre".

Não há uma palavra de ansiedade pela decisão arbitral. Ela se revela, todavia, quando, depois de certo tempo, passa a anotar diárinamente quanto havia decorrido da entrega da memória e quanto faltava para a apresentação da sentença. Assim a 1 de agosto de 1894 escreveu: "São passados 173 dias da entrega da exposição, faltam 192". Nem um só dia faltou essa anotação a que às vezes se

acrescentava, e foi raro, o número de meses, como aconteceu a 10 de outubro seguinte, — "243 dias passados (oito meses). Faltam 122 (4 meses)", — e, por fim, se abreviou, para só registrar, como a 26 de dezembro de 1894 "306-59", ou ainda, e com que alívio o teria feito, a 5 de fevereiro de 1895, "361-4", — o laudo devia pronunciar-se como prazo máximo a 10, e foi entregue a 6. Vemos Rio-Branco saindo a pé ou de carro com um ou outro companheiro de trabalho, — em casa do general havia tido feijoada, — comparecendo aos concertos de Salvador ou, coisa muito sua, registrando os jantares oficiais com a colocação na mesa e os nomes dos convidados.

É de todos os dias o contato com homens da administração, ou a ela chegados, — Hopkins, que o auxiliava em certos trabalhos, Thurber, secretário particular de Cleveland, Landis, com idêntica posição junto de Gresham, Foster, antigo subsecretário de Estado, Lamont, Spalding, de fácil acesso aos meios oficiais, Moore, que chega de vez em quando de Nova York, e tantos outros nessa Washington, centro do país mas sem a irradiação internacional que depois alcançou. As relações com os companheiros de missão, as que têm com o Ministro do Brasil e os secretários Oscar do Amaral e Mário de Mendonça são afetuosas, nada denotando a frieza, senão hostilidade com que alguns o trataram mais tarde. A um que está doente, não falta com a sua visita. A outro, que parte, acompanha até a estrada de ferro. A chegada de Raul não vai a Nova York porque o aviso do Departamento de Estado poderia dar-se a qualquer momento e desejava estar à mão. Anotam-se a partida de Paris, a travessia do canal, a chegada a Londres e o regresso ao Havre para tomar ali o navio em vez de Liverpool. Eis que lê o Barão, nos jornais, o mau tempo na Mancha e telegrafia a Sousa Correia, tardiamente é claro, para que o filho aguarde a bonança, num desses movimentos de abstração tão caracteristicamente seus.

A William Oliver Punshon, encarregado do Consulado em Liverpool, pagam-se os vencimentos que o Barão divide entre sua manutenção em Washington e a da família em Paris: Rio-Branco conservará desse amigo dedicado uma lembrança tão grata quão afetuosas. O Capitão Dumontier é o conselheiro que tem na capital da França e nele confia para os negócios mais íntimos. Frequenta em Washington Domingo Gana, Ministro do Chile, Matias Romero, Ministro do México, Costa Duarte, encarregado de negócios de Portugal, todo o corpo diplomático, desde os chefes de missão até os secretários, ali acre-

ditados. Não se vê palavra acrimoniosa, ou de apreciação menos cordial para ninguém. De vez em quando uma anotação solta, traído algum pensamento íntimo como aquêlê trecho da nota do Marquês de Abrantes de 13 de dezembro de 1845: "Felizmente não tenho de queixar-me a V. Ex. de V. Ex. mesmo, pois que, à vista da sua correspondência oficial, tem-me dado provas de que procura auxiliarme e não comprometer-me". Ou, êste, com espírito longe: "Quand je ne serai plus malade, père, tu me sortiras, tu me montreras les petits cygnes blancs". Ou ainda o que ouvira domingo ao rev. J. H. Elliot, na Igreja da Ascensão: no último século as nações cristãs apelaram em 76 casos para o arbitramento nas suas divergências, evitando assim os desastres da guerra.

Estava atento à marcha da questão e dos homens nela empenhados. Não perdia, por exemplo, ocasião de registrar as saídas de Cleveland ou as ausências de Uhl. Especialmente com êste são de seu agrado os encontros, mas não o procura. Uhl é quem o busca, parecendo-lhe a princípio que ainda não conhecia a questão e por fim o achando dela senhor. Há alvissareiros que trazem notícias favoráveis, mas o Barão não deixa facilmente convencer-se. Frequentemente se vê uma bandeira a lápis azul e vermelhò num dia ou outro do diário, mas a interpretação dêsses desenhos não denota maior realce, em regra, aos acontecimentos daquelas 24 horas. A 1 de fevereiro de 1895, isto é, 5 dias antes da sentença, anota Rio-Branco o seu pêso e como o tomou, se com sobretudo ou traje de meia estação: de 148 ½ libras em 1883 passou para 197 em 1893, subindo a 212 ½ em 1895. Já tinha registrado, no livro *Misiones*, a idade de Zeballos, nascido em Santa Fé em 1858, com êstes pormenores: 1889, 36 anos; 1893, 40 anos; 1895 (o Barão fazia 50) 42 anos. É do referido dia 1 de fevereiro o seguinte:

"Uhl perguntou-me rindo quantos dias faltavam. Respondi que sete e acrescentei que eu pedira a Landis que, se fôsse possível, me desse aviso na manhã do dia em que eu tivesse que receber comunicação para que a esperasse e não perdesse um minuto na transmissão da notícia; que, quando saio agora, tenho de deixar sempre a indicação da casa a que vou para que me seja levado qualquer aviso que eu receba do Departamento. Uhl disse-me que não podia afirmar, mas que supunha que terça ou quarta-feira eu poderia receber a comunicação".

JOHN BASSETT MOORE

Se o segundo plenipotenciário e o conselheiro técnico auxiliaram Rio-Branco em questões especializadas de geodésia, matemática e outras, John Bassett Moore foi o assessor jurídico, mais do que isso, o assistente indispensável com o seu conhecimento do meio americano. Quando o Barão telegrafou para o Rio de Janeiro, a propósito de Ivins, declarando não precisar de advogado, foi certamente para acentuar que só êle faria a memória e argumentaria com os documentos, como aconteceu; e não para abrir mão de quem, como o professor de Columbia University, lhe ia ser de valia inestimável no curso dos seus trabalhos. Mostrou Haroldo Valadão, em substanciosa dissertação perante o Instituto dos Advogados, no ciclo das conferências promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores em comemoração do centenário natalício de Rio-Branco, o admirável patrono que êste foi do seu grande cliente, o Brasil: sem nunca haver praticado no fóro, soube arrazoar e provar de maneira insuperável. Quando o Barão fôsse eleito para a Academia Brasileira em 1869, escreveria José Veríssimo na *Imprensa* de Rui Barbosa:

"Conhecem todos a sua vitória na questão Missões. Mas são poucos os que conhecem o livro que dessa missão ficou.

"Êsse arrazoado é um monumento de história geográfica e diplomática; e assombroso é o que êsse livro representa de saber, de inteligência, de trabalho e, direi, de tato. E por menor que seja a vossa capacidade indígena de leitura, o lereis não só sem enfado, mas com prazer".

Defendendo o nosso direito mais tarde perante o Conselho Federal Suíço, no caso do Amapá, não dispensou tampouco o Barão assistente jurídico e êste foi uma das figuras mais notáveis do fóro ali, Virgil Rossel, sobretudo para a réplica, sôbre a qual, como vimos, o tratado de arbitramento levado a efeito em Washington silenciou e o de Berna foi expresso. Advogado desde 1883, John Bassett Moore entrou para o Departamento de Estado em 1885, tendo sido nomeado, com 26 anos apenas, terceiro assistente do Secretário de Estado em 1886, função que exerceu até 1891. Ao chegar Rio-Branco a Nova York, mais velho que Moore cêrca de 15 anos, ensinava êste direito internacional e diplomacia na Universidade de Colúmbia, cadeira que occupou até 1942, depois de ter sido secretário da conferência sôbre as ilhas Samoas em 1887 e da conferência sôbre a pesca no Atlântico Septentrional, em 1888. Sua carreira foi desde então uma série de serviços internacionais ao país, entre outros, como delegado a várias confe-

rências, consultor do Departamento de Estado e membro da Corte Permanente de Justiça Internacional na Haia. Entre seus trabalhos, releva-se o monumento *Digest of International Law*, em oito volumes, livro que ficou clássico.

Temperamento suave e áustero, vocação jurídica, espírito de justiça, cultura, imparcialidade, são, entre outros, os traços cardeais de sua personalidade. Ao inaugurar-se em 1936 a John Bassett Moore High School de Smyrna, Delaware, lugar de nascimento, a oração que ali proferiu foi de serena confiança nos destinos de sua pátria e nas virtudes cristãs da civilização, — já se ascendiam as fogueiras para o incêndio em que se abrasou depois a humanidade. “To set the cause above renown”, foi um de seus temas, pois nada se alcança sem sacrifício e ao ideal chega no tempo a recompensa. Também lembrou aquilo do Eclesiastes: “In the day of prosperity, be joyful, but in the day of adversity, consider”. Quem escreve este ensaio se honra, há 35 anos, com a sua amizade, privilégio de tantos brasileiros, orgulhando-se também não só do seu trato nos Estados Unidos da América ou em conferências internacionais, como da circunstância feliz de haver sido seu discípulo em Colúmbia, quando Cônsul Geral do Brasil em Nova York.

Os contatos entre Rio-Branco e John Bassett Moore foram contínuos, quer pessoalmente, quer por escrito. A troca de cartas entre ambos, cerca de uma centena, mostra de lado a lado, numa confiança recíproca, as sugestões indicadas ou aceitas, a ansiedade crescente pelo resultado da questão. “My dear Professor” ou “My dear Dr. Moore”, era como o brasileiro se dirigia ao americano. Este começava por “My dear Baron”. Havia de tudo nessa correspondência, desde a escolha do título da memória até a apresentação de mapas, já não falando na própria substância de nossa argumentação: Rio-Branco propôs que se chamasse de *memorandum* a sua defesa, mais dos estilos diplomáticos, ou *statement* que Moore achou preferível e prevaleceu. Ora era a questão da troca das memórias, pois estávamos na defensiva e não podíamos permanecer na ignorância do que escrevera a parte contrária. Ora era o papel desempenhado pelo Visconde do Rio-Branco em 1857 e é de ver com que prazer o lembrava o filho. Ora era a espera enervante da sentença, espera agravada pela reserva de Gresham e o mutismo de Uhl: a Casa Branca, o Departamento de Estado foram de exemplar atitude a esse respeito. Ora eram as partidas de Cleveland, as ausências de seu relator, as atenções a

Zeballos nalguma recepção, as sem cerimônias deste: comentadas às vezes com graça, quase sempre com bonomia, podiam parecer ciúme pueril e apenas mostravam que ao Barão nada esquecia na causa sob sua defesa.

Certa vez, confessou este não perdoar a si próprio ter deixado de lado alguns argumentos importantes. Confiante no seu trabalho, passava pelas inquietações da espera, confessando-se, e foi raro, aflito. Noutro dia mostrou desassossego porque lhe havia constado com certa segurança, e não era verdade, que na sua memória o advogado contrário havia proposto uma linha intermédia, correndo do Pepiri Guaçu designado pelo Brasil ao Jangada ou Santo Antônio Guaçu, designado pela Argentina: o compromisso arbitral não autorizava solução conciliatória, conforme escreveu mais uma vez a Moore numa carta de quatro longas páginas, — a inicial, em que resumira para este toda a questão, com a letra miúda do Domício, não tinha menos de catorze. Breves uns, longos outros, esses documentos denotam a solidariedade crescente e afetuosa no trabalho comum, com pormenores que retratam o temperamento de ambos. Um dia pediu Rio-Branco ao amigo que fôsse a Washington, onde estaria às suas ordens “desde às 7 da manhã”. Noutro, contou a Moore que Gresham parecia receoso quando o encontrava de alguma pergunta sobre a questão: isso o fazia sorrir porque só falava desta quando provocado. Charles Girardot escrevia às vezes pelo Barão e, quando partiu, queixou-se este de não ter mais quem lhe corrigisse o seu mau inglês.

A proporção que se aproximava o prazo para a apresentação das memórias, tornaram-se mais freqüentes as consultas e as respostas. A certa altura enviou o americano, depois de longa conferência verbal com o brasileiro, uma série de notas para que este as adaptasse ao seu original, conforme fôsse melhor. Se alguém colaborou com Rio-Branco na exposição, esse foi sem dúvida o professor de Colúmbia: para ele tem o Brasil sua dívida de gratidão, tanto maior quanto era modesto e trabalhou na penúmbra. A fé que tinha na causa crescia com os esclarecimentos escritos e verbais que ia recebendo mas, como Rio-Branco, punha-se em guarda contra uma falsa confiança no resultado. Sua carta de 4 de janeiro, recebida à meia-noite, pareceu ao Barão certamente tão interessante, entre quantas havia dele nos seus papéis, que a transcreveu inteira no diário. Deixemo-la na língua original para nada perder como espelho do homem que a subscrevia, com a sua serenidade,

a sua confiança, e seu invariável devotamento à justiça:

"I still believe that you will win, but at the end approaches my solicitude increases. I think I feel more interest in the result than if I had prepared the statement for Brasil myself. You worked at the case so conscientiously and so confidently, and your statement is so thorough and so able, that for your sake I cannot contemplate even the possibility of an adverse decision with any degree of equanimity.

(De o "*Jornal do Comércio*").

"I know that your statement is regarded as not only an able one, but as an honest, accurate, and scholarly one: and if the case should be lost, I feel that it would be for reasons that no statement in behalf of Brazil could have overcome. If Brazil's claim could have been substantiated to the satisfaction of the President, your statement must prevail. If it does not prevail, it will be, because the Argentine Government has been able to establish some right of which it was not in your power to impair the force".

RIO-BRANCO E SEU ESPÍRITO DE TRADIÇÃO (*)

LEVI CARNEIRO

Por afortunada coincidência — como tantas outras, que marcam a vida do Barão do Rio-Branco — estamos a comemorar-lhe o centenário do nascimento em oportunidade singularmente propícia. Nunca poderíamos apreciar melhor a harmonia e a beleza da sua vida, a imensidade e a benemerência da sua obra, nem lhe aprender, em toda a amplitude, o significado e o ensinamento. Mais que nunca, vivemos agora no plano internacional. Todos os povos transpuseram suas fronteiras. Assumiu expressões empolgantes e trágicas a interdependência das Nações. Nossos pensamentos, nossas inquietações, nossas alegrias, nossas esperanças provêm hoje, principalmente, do que se passa em terras distantes, em outros continentes. Sabemos que nosso próprio destino se está jogando nos antípodas, nas ilhas remotíssimas, ainda há pouco ignoradas de quase todos nós, de Okinawa e de Tarakan.

POSIÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

Mesmo, porém, fora desta época incomparável, nação alguma terá sido, talvez, mais que o Brasil, sujeita a influências estrangeiras, múltiplas e desencontradas, nem predestinada, por suas condições geográficas e históricas, às vicissitudes da vida internacional; nenhuma terá tido mais dependentes a sua formação e a sua tranquilidade, de sua própria situação internacional.

O descobrimento, a colonização, a cultura — tudo foi europeu. Também o povoamento, em parte restrito. Por igual assim foi, com maior ou menor intensidade, nas demais nações americanas. Mas, em nosso caso, cresceram circunstâncias ocasionais e permanentes.

Além da dominação portuguesa, sofremos a espanhola, e incursões prolongadas de holandeses e franceses. Forças militares nossas lutaram, em solo estrangeiro, durante o período colonial, em Cayena, na Banda Oriental do Uruguai, na África. Até há pouco, observávamos, somente nós em todo o continente, o princípio da lei nacional — resolvendo as

questões atinentes ao estatuto pessoal de cada estrangeiro segundo as próprias leis de seu país de origem. Tínhamos, a cada instante, ante os olhos, a policromia estonteante das leis mais diversas — desde o Código Suíço até o Corão — aplicadas a relações jurídicas em que se envolviam interesses consideráveis.

Dois dos maiores sistemas fluviais do mundo, ao Norte e ao Sul, que constituem vias de comunicação para outros países do continente; as rotas internacionais importantíssimas, cada vez mais importantes, que se cruzam sobre o território; a orla marítima, extensíssima, escancarada; a vizinhança de quase todas as nações da parte meridional do continente — sete nações e três colônias europeias; a abundância de matérias primas preciosas — tudo atrai para nós a cobiça dos estrangeiros e lhes facilita a penetração.

Com esses dez vizinhos, tínhamos divisas mal definidas. Contra nós, cada um deles alimentava reivindicações territoriais, mais ou menos apoiadas na letra de tratados das nações colonizadoras, que a expansão impetuosa de nossa gente transgredira. As pretensões do Peru atingiam 442 mil quilômetros quadrados, abarcando largo trecho do Estado do Amazonas; as da Colômbia abrangiam uma quinta parte desse Estado.

Sobre o mesmo trecho do território recaíam, por vezes, pretensões de três países. Emaranhavam-se as reclamações. A solução de uma dependia da de outras. Euclides da Cunha caracterizou esse cipoal, dizendo:

“Há um embaralhamento tal nas pretensões de nossos vizinhos, incidem nelas tantos vícios históricos e tantas dúvidas geográficas, acumulam-se tantas perfídias nos acordos, que o destrinçar tais meadas requer conhecimentos de longo curso, dificilmente adquiridos.”

Dificultando a solução das controvérsias, contrapuseram-se duas mentalidades quase antagônicas.

Outro dos mais altos espíritos ibero-americanos, Alberdi, observou:

“Puede decirse que el Brasil no tiene vecinos sino antípodas; no sólo en inte-

(*) Conferência na Academia de Letras.

rés, gobierno y linaje, sino en situación astronómica e geográfica.”

Uns e outros herdávamos as malquerenças e as prevenções das nossas duas metrópoles, accentuadas pelo contraste das línguas.

Todos os mais falam língua, diferente da que somente nós falamos. Uma doutrina, de “hispanidad”, nos isolaria em face do conjunto de todas essas outras nações. Umus receberam de seus colonizadores — “homens de paixão”, segundo os classificou Salvador de Madariaga — o ardor e a pugnacidade; conquistaram, pelas armas, a independência nacional; lutaram pelas instituições políticas e ainda disputam sobre limites territoriais; suportaram, quase todas, se não todas, a fereza de algum tirano implacável.

No Brasil, porém, o enternecido deslumbramento dos descobridores, ante o espetáculo da terra exuberante e da gente estranha que os acolheu sem temor nem surpresa, infiltrou-se no ânimo dos colonizadores, estimulou, pela miscegenação, o esplêndido surto demográfico. Colonizadores mais brandos, de índole menos agressiva, aportaram às terras, que hoje são nossas, em que se encontravam os indígenas menos ferozes, menos avançados em civilização, de tal sorte que também não houve aqui o choque de culturas, deflagrado entre espanhóis e aztecas e incas. Consagramos-nos à agricultura, em vez da mineração e, no amanho da terra ubertosa, nos habituamos a contar, demasiado, com os favores da Providência Divina. Logramos a independência por um ato de sabedoria política; adotamos a monarquia constitucional e progredimos, devagar mas com segurança, durante 60 anos, sob o império de um democrata que era um sábio.

Todas as energias amolentaram-se, ao calor dos trópicos, sob um regime político estável, liberal, tolerante. Cairíamos, acaso, no extremo oposto — de condescendência, de acomodações, de “podia ser pior”...

PREVISÃO FRUSTRÂNEA

Ao observador do desenvolvimento político desta parte do continente se deparava, pois, um contraste impressionante; esta grande nação, dispersa, mal articulada, escassamente povoada de gente destituída de espírito combativo, rodeada de nações de formação antagonica a essa, pugnazes e hostis.

Poderia prever-se o desfecho da situação numa série de conflitos bélicos e guerras internacionais; no retalhamento do Brasil, ou, ao menos, na redução da sua desmedida extensão territorial; no seu desprestígio político.

Assim não foi, todavia. Ao contrário — o território dilatou-se; as guerras, que travamos não deixaram resquícios de ódio; demarcamos, com minúcia, através de florestas e montanhas, a linha das fronteiras na extensão de milhares de quilômetros, e não temos — nem se apresenta contra nós — nenhuma reivindicação territorial.

Essa é a obra, magnífica e benemerita, êsse, o fruto, do que Rio-Branco denominou, em expressão singela e perfeita — a “sempre limpa e generosa política internacional do Brasil”.

A diversidade de condições das nações da parte meridional do continente inspirou duas soluções jurídicas antagonicas para suas questões de limites. Entre as antigas colônias da Espanha, as controvérsias ficariam derimidas pelo princípio do “*uti possidetis juris* de 1810” — isto é, conforme a posse legal ao tempo da Independência, a posse de acordo com as normas estabelecidas pela metrópole comum. Quanto ao Brasil, colônia de Portugal, não se poderia pretender a observância rigorosa dessas normas, ditadas por outra metrópole. Anulado o tratado de San Ildefonso, formulado sem conhecimento exato da geografia local, a fixação de nossas fronteiras se faria pela posse efetiva, ainda que sem título — simplesmente o *uti possidetis*, ou seja, o reconhecimento da expansão civilizadora.

Este foi o princípio, que o Brasil sustentou, e pelo qual se empenhou em resolver as suas questões de limites internacionais. Proclamou-o, em 1856, o primeiro Paranhos, o primeiro Rio-Branco, considerando rotos e de nenhum valor os tratados concluídos entre as duas metrópoles — nunca efetivados, em consequência das dúvidas que provocaram e das guerras supervenientes. Ao segundo Rio-Branco, em nossos dias, caberia a glória de fazer consagrar essa doutrina nas decisões arbitrais dos presidentes da Suíça e dos Estados Unidos e, depois, nos acordos ultimados com todas as nações confiantes do Brasil. De tal sorte que, se o exímio publicista chileno, Sr. Alejandro Álvarez, apontou no *uti possidetis juris* um princípio peculiar ao Direito Internacional americano, já agora se há de reconhecer que êsse é um princípio de Direito interno, apenas das antigas colônias espanholas, ao passo que o verdadeiro princípio do Direito Internacional americano, normativo das relações dessas mesmas colônias com a antiga colônia portuguesa, é o do simples *uti possidetis*, afirmado pelo Brasil e que sobrepos ao próprio tratado de San Ildefonso.

Não houve, por isso, subversão violenta da ordem jurídica. Houve a criação de uma regra nova, correspondente à situação real, ditada pelo interesse da civilização, pela necessidade da paz do continente, evitando conflitos que acarretariam o deslocamento dos possuidores das terras, que as haviam desbravado e incorporado ao Brasil. Os preceitos do Tratado ficaram valendo somente nos casos em que o *uti possidetis* se não pudesse aplicar. Verdadeiramente, o Tratado, inexecutível e desprezado, ficou em parte revalidado — restringindo-se, porém, sua observância aos casos em que se não impunha a vigência do princípio triunfante.

Tôdas as circunstâncias, de que há pouco vos falava, terão contribuído para formar e fortalecer o profundo “espírito legista”, que Keyserling, dando-lhe uma simples explicação paisagística, apontou como característica nossa, entre todos os povos da terra. Não nos amparava a força. Não seríamos capazes da violência. Valeu-nos o sentimento do Direito, em que soubemos inspirar nossas relações internacionais.

O milagre da formação territorial do Brasil, que surpreendeu James Bryce, proveio do encadeamento de uma série prolongada de circunstâncias extraordinárias bem sabidas — o curso de grandes rios para Oeste, a arrancada heróica dos bandeirantes, a confusão das coroas de Portugal e Espanha e tantas outras, de ordem geográfica, de ordem política, de ordem psicológica. Mas, o milagre perdurou, a conquista tornou-se definitiva, graças, antes de tudo, à teoria numerosa de obreiros da política internacional do Brasil, que culmina em Rio-Branco. Ele completa e resume a ação dos que o precederam — e, mais imediatamente, a de um dos maiores, senão o maior de todos, que fôra seu próprio pai, de quem Joaquim Nabuco dissera haver sido — “o mais capaz diretor da nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a união do Brasil”.

Ele, também, em outra época, em que da política externa dependia a consolidação do Brasil, no seio da América, mereceu o mesmo alto louvor.

Sua personalidade e suas obras assumiram proporções assombrosas.

Waldo Frank assinalou que o Brasil não tinha heróis; nem um Bolívar, nem um San Martín, nem um Sucre, nem um Miranda levantaram aqui as multidões. Levantou-as êsse historiador e diplomata. Ele é o herói nacional. O culto unânime e fervoroso de seus contemporâneos há de renovar-se com a mesma intensidade, através das gerações sucessivas.

Ele avivou e fez triunfarem as tradições de nossa política internacional. Fixou, por elas, sem sangrias, nem odiosidades, antes formando novas vinculações amistosas, o delineamento definitivo do território, requisito primeiro da existência nacional, condição precípua da paz nas relações internacionais do Brasil.

A VOCAÇÃO INSOPITÁVEL

A formação e toda a vida de Rio-Branco desenvolveram-se com impressionante serenidade e perfeita lógica, para habilitá-lo à obra que veio a realizar.

Essa vida, larga e intensa, comprova a observação de Ricardo Rojas: a precocidade e a constância bastam para definir o que há de espontâneo e genuíno numa vocação.

Aludi, há pouco, às coincidências felizes que a assinalam; atentai como se multiplicaram, desde o berço.

Seu pai, Conselheiro Paranhos, mais tarde Visconde do Rio-Branco, vai ao Rio da Prata seis vezes pelo menos, em missões diplomáticas, no espaço de vinte anos; ali permanece por longo tempo, em ocasiões gravíssimas, quando periclitavam os mais altos interesses e o prestígio do Brasil e se afirmavam as diretrizes permanentes da nossa política internacional — ao tempo das latas de Oribe e Rosas, da guerra do Paraguai, dos seus antecedentes, e das negociações da paz. Secretário do Ministro Paraná, Ministro residente no Uruguai, Ministro nas três repúblicas — Argentina, Uruguai e Paraguai, enviado em missão especial quando celebra a famosa Convenção de 20 de fevereiro, Ministro dos Negócios estrangeiros em missão durante a guerra do Paraguai, e, depois desta, ainda enviado extraordinário, o Visconde do Rio-Branco alternou o exercício dos postos diplomáticos, ou de missões especiais, no Prata, com os do governo no Brasil — notadamente na pasta dos Negócios Estrangeiros, onde serviu, também, por largo tempo, como Consultor do Ministério.

Nessas funções, afirma ele, e consegue, em meio da mais grave agitação, consagrar em tratados, dois grandes princípios fundamentais — a livre navegação fluvial e a independência do Uruguai e do Paraguai — e comprovar o sincero e forte espírito pacifista, que se tornaria característico da política internacional do Brasil.

Seu filho, o nosso Rio-Branco, o jovem Paranhos Júnior, atinge à adolescência em plena guerra do Paraguai, vive com ele êsses dias históricos e ficaria para sempre impregnado dos mesmos ideais. Nem era só com o

maior estadista do Império que o adolescente tinha o privilégio de conviver. Na casa paterna, encontrava todos os grandes brasileiros daquele tempo — a começar pelos gloriosos chefes militares, que eram Caxias e Osório. Ele mesmo, ao inaugurar, em agosto de 1903, no Ministério que então dirigia, o busto em bronze do diretor-geral da Secretaria, Visconde do Cabo-Frio, evocava o primeiro encontro, que haviam tido, quase 45 anos antes, em casa de seu pai. Rio-Branco contaria, nessa ocasião, cerca de treze anos de idade.

Decorrido perto de meio século, ele mencionava a "indulgente atenção", com que o Visconde de Cabo-Frio procurava satisfazer a sua curiosidade de colegial, discreitando sobre acontecimentos do Rio da Prata e do Paraguai, de que fôra testemunha ocular. A curiosidade do colegial se fortaleceria com o interesse apaixonado do patriota, no decurso de toda a sua vida.

Nem admira que, em 61, aos 16 anos, ainda estudante de preparatórios, publicasse a biografia do comandante da "Imperatriz"; pouco depois, uma série de artigos sobre episódios da guerra do Prata e, em 67, aos 22 anos, se apresentasse ao Instituto Histórico com a biografia do Barão do Serro Largo, escrita dois anos antes, quando cursava a Faculdade de Direito de São Paulo. Ele se excusa do "desalinho da frase e outras faltas" do mesmo estudo, por esse motivo e pela "rapidez com que foi traçado". Contudo, Perdigão Malheiro, relator do parecer da Comissão de admissão de sócios do Instituto, diria: "nem é uma simples narração, nem a reprodução irrefletida do que a tal respeito já se acha publicado; a investigação histórica e a crítica presidiram a esse trabalho, onde se tiram a limpo alguns pontos duvidosos e outros mal apreciados ou não investigados".

Aí repontam já suas características inalteráveis de historiador: a narrativa minuciosa e precisa; o estilo claro, sóbrio, sem rodeios, nem ênfase; a crítica desassombrada; o zelo do prestígio brasileiro. Os temas iniciais foram, desde logo, os mesmos em que se deteria sempre: a história militar do Brasil, especialmente em relação às nações platinas.

O Barão do Serro-Largo, de quem o estudante de São Paulo se faz biógrafo, fôra um herói da batalha de Ituzaingó, onde perdeu a vida. Essa batalha, que certos historiadores estrangeiros persistem em apontar como derrota das armas brasileiras, seria sempre, por isso mesmo, um dos assuntos prediletos de Rio-Branco. Nas *Efemérides brasileiras* lhe consagrou dez páginas densas, em que através de exaustiva análise dos melhores documentos,

destruiu, por completo, aquela versão pretensiosa.

Em 70, sendo deputado geral, vai o jovem Paranhos ao Rio da Prata como secretário de seu pai na missão especial destinada a preparar o tratado definitivo de paz com o Paraguai. O Visconde regressa, poucos meses depois, chamado pelo Imperador para organizar o memorável gabinete, que seria o mais longo e um dos mais beneméritos de todo o regime monárquico; mas, dessa rápida excursão, traria o jovem Secretário uma impressão nova e indelével da política do Brasil no Prata.

Antes dessa, já exercera ele duas breves funções públicas — professor de história e geografia do Colégio Pedro II, substituindo interinamente Joaquim Manuel de Macedo, e, também em breve interinidade, promotor público na cidade de Friburgo. Desde o ano precedente, era deputado por Mato Grosso. Oito ou nove anos passa na Câmara, quase sempre silencioso, quase despercebido. Seu pai era dos maiores oradores parlamentares; ele não herdara, porém, a sua eloquência. Em rápida pesquisa dos Anais, tudo o que pude notar sobre Paranhos Júnior, foi que o elegeram segundo Secretário da Câmara.

É conhecida uma carta sua ao Barão de Cotejipe, em que confessa que tivera a "infeliz idéia de querer ser deputado por supor que isso facilitasse os projetos, que já então formava, de entrar para a carreira diplomática".

Parecendo vacilar entre o magistério, a magistratura e a política, alimentava apenas aquela aspiração constante. Por dez anos a mantêm, contrariada pelo Imperador. Em julho de 72, dir-se-ia que a abandona, criando, com Gusmão Lôbo, um vespertino — *A Nação* — órgão do partido conservador e continuando a dirigi-lo até fins de 75, com interrupção de alguns meses em 73.

Foi esse um jornal bem singular em nossa imprensa de todos os tempos. É o jornal de um partido político, que se ocupa, principalmente, da política exterior. Formato médio, quatro páginas, poucos anúncios, poucas notícias, mas, significativamente, numerosos artigos sobre os tratados de Assunção, a missão Tejedor, questões políticas argentinas, limites com o Peru, limites da Argentina com a Bolívia — tudo o que interessava à política internacional do Brasil. Poucos artigos assinados — nenhum por Paranhos.

Ao que informou Raul do Rio-Branco, ele próprio fazia a tradução do pavoroso *Rotambole*, de Ponson du Terrail. Não será aventuroso atribuir-lhe a autoria dos artigos que revelavam conhecimentos aprofundados da

história do Brasil, especialmente da militar e diplomática, vasados no seu estilo sóbrio. É a sua vocação que se expande. Não a supera nem mesmo o seu temperamento de jornalista, com o gosto de argumentar e de polemizar, próprio de advogado, que elle tinha. Ao contrário, esse temperamento serve à sua vocação.

Nas controvérsias, que trava, por essas colunas, com algum jornal de Buenos Aires, defronta aquêle que iria ser, durante 40 anos, o seu adversário tenaz, talentoso, culto, infatigável, ainda que sempre vencido — Estanislau Zeballos.

As refregas sucederam-se a largos intervalos; envolvendo, não apenas os dois contendores, mas, também, as duas maiores nações da América meridional. Vinte e poucos anos depois daquele embate inicial e anônimo, compareciam ambos, como advogados de seus países, perante o árbitro da questão das Missões — presidente Grover Cleveland, e a vitória coube, então, a Rio-Branco. Mais dez ou dôze anos decorreram e eram, um e outro, simultaneamente Ministros das Relações Exteriores dos seus países. Sobrevêm incidentes assustadores e o mais grave de todos quando Estanislau Zeballos, já afastado do governo, afirma publicamente que Rio-Branco mandara um de seus agentes no estrangeiro divulgar as pretensões imperialistas da Argentina e o amparo que o Brasil daria às nações fracas, assim ameaçadas. Rio-Branco contesta essa reclamação e Zeballos insiste, indicando até o número do telegrama — n.º 9. Então, Rio-Branco obtém sobre elle a última vitória, enchendo mais de dez páginas do *Diário Oficial* com o teor do telegrama aludido, que fôra expedido em cifra; a respectiva tradução em linguagem clara e anotações esclarecedoras. Desvendando, assim, esse comunicado secreto, dirigido a um representante do Brasil, demonstrava que, ainda mesmo na intimidade da correspondência diplomática, não entendiara uma só palavra ofensiva à grande nação vizinha e, ao contrário, se mostrara empenhado em conservar-lhe a amizade. A violação do sigillo da correspondência, a escandalosa acusação pública, poderiam, essas, sim, haver comprometido tal amizade. Mas, a serenidade de Rio-Branco, sua compreensão esclarecida dos verdadeiros interesses do Brasil, seu arraigado sentimento pacifista, evitaram que assim fôsse. Ele, na sua magnanimidade, compreenderia o ressentimento de Zeballos, inextinguível e cada vez mais exacerbado.

Sabeis que Unamuno estranhava não estar o ressentimento incluído entre os pecados mortais, como o mais grave de todos; mais que a

ira ou a soberba; e Gregório Maranon, não o tendo como pecado, vê nelle uma paixão, que pode levar ao pecado, à loucura ou ao crime...

PATRIOTISMO E TRADIÇÃO

Em 76, ausente o Imperador, a Princesa Regente nomeia Paranhos Júnior Cônsul Geral em Liverpool. Estava realizada a sua velha, recalçada aspiração. Era um pósto obscuro, antes um refúgio, a que se acolhia. Ali se torna um consultor sobre o Brasil, escreve memórias, inspira estudos e livros, aprofunda seus próprios conhecimentos históricos.

Um desses trabalhos, modelar de concisão, é o resumo de história do Brasil, publicado em *Le Brésil*, de Sant'Ana Nery, por ocasião da exposição de Paris de 89. São 80 páginas; em que está dito tudo o que importa: em que apparecem, destacados, com detalhada minúcia, pequenos episódios de que nunca se fala nos livros de história, como este — em 1831 appareceram no Rio 44 novos jornais; em que muitas questões controvertidas ficam esclarecidas à luz de novos documentos; em que há até uma referência à popularidade de Tiradentes, ainda que sem lhe mencionar a orientação republicana.

Vinte e seis anos depois de nomeado Cônsul, já coberto de louros das duas grandes vitórias nos arbitramentos, Rio-Branco, respondendo ao convite do presidente Rodrigues Alves para vir ser Ministro das Relações Exteriores, escreve estas palavras, repassadas da melancolia de ver truncado o seu destino:

— "...penso poder ser mais útil à nossa terra servindo-a no estrangeiro e utilizando, sobretudo agora que posso ter algum descanso, os materiais que fui reunindo, desde a minha mocidade, com o desejo de escrever certos trabalhos históricos. Indo agora para o Brasil, teria que renunciar por alguns anos — e não posso contar com muitos, a esses meus queridos projetos, e iria viver no meio de uma agitação que não estou habituado a ver de perto."

Ainda assim, cedeu, compreendendo, por certo, que o verdadeiro imperativo do seu destino histórico estava nessa nova e alta investitura. Sabia, e repetidamente o disse — que somente teria a perder, como Ministro de Estado. No entanto, saberia, também, que se lhe abria a oportunidade de retomar e continuar a obra de seu próprio pai, no mesmo alto cargo. Sentiria a sedução de enfrentar os graves problemas de nossa política internacional, dar-lhes as soluções que já lhe teriam ocorrido em meio de seus estudos, retomar a obra de seu pai, reviver alguma coisa de sua vida gloriosa.

Arrasta-o ao Brasil o espírito de tradição, que inspirara e dominava sua vocação. A história diplomática e a história militar, a que se dedicara, fazem-se dos episódios da defesa nacional — defesa do território e defesa dos interesses nacionais — pelos tratados e pelas armas. Versando uma e outra, meticulosa e profundamente, ele afervorara seus sentimentos patrióticos.

Em Rio-Branco, o espírito de tradição, o sentimento de continuidade — tudo inspira, ou é expressão, de uma grande virtude cívica: patriotismo. Por isso se fez historiador. Ele havia de considerar que pátria não pode ser uma improvisação; nem uma novidade. Pátria é continuidade; encadramento de gerações; persistência nos mesmos ideais, nas mesmas obras, nos mesmos cultos; memórias do passado; instituições culturais e militares — academias, universidades, o exército e a armada; superstições, lendas e cantigas populares; tradições. Para ele, isso era a pátria, de que guardava sempre a memória e praticava o culto fervoroso.

Na continuidade da vida de seu pai e da sua própria, sentiria a continuidade do Brasil. Esta havia de ser a sua preocupação constante. Recordo um episódio, um só dentre muitíssimos. No curso das negociações do tratado da Lagoa Mirim, morre o Presidente da República; o tratado vem a ser celebrado sob o novo governo e é com satisfação irreprimível que Rio-Branco acentua a persistência da mesma orientação, através dos dois governos de política diversa.

Ele pensaria com Faguet: “A Pátria é a história da Pátria”.

Esse mesmo Faguet, sempre tão sutil, era, talvez, um tanto contraditório, quando recomendava que se ame a pátria cegamente, recordando o diálogo de Chamfort: “Ce que j’aime en vous c’est... — Arrêtez-vous, je vous en supplie. Si vous le savez, je suis perdu...”.

Não era assim que Rio-Branco amava a sua pátria. Ele sabia as razões por que a amava. Aprofundava-as. Apregoava-as, com certo orgulho. Comunicava-as a seus patrícios, para que também a amassem cada vez mais. E amava-a mesmo nas suas deficiências e nas suas necessidades — por motivo das quais mais apaixonadamente se dedicava a servi-la.

Muitas vezes, haveria até, em suas atitudes, algum propósito educativo. Queria corrigir, ou dissimular, algumas dessas deficiências, ou dêsses defeitos. Tal, certamente, o alheamento do passado, o desinteresse pelos antecedentes, o desdém da tradição, a preocupa-

ção da novidade. “Novo” é um dos nossos adjetivos prediletos: arte nova, homem novo, ideia nova... Até a instituições políticas se applicou, para recomendar-lhes a excelência...

Lembro-me de que, em Florença, num museu precioso, o guarda arguto e malicioso me dizia, com desdém: — “Oh! questo é moderno; é del cinquecento...” Entre nós, tudo é, no máximo — ia dizer, na pior das hipóteses — “del cinquecento”. Esta ancientidade restrita, de que o outro desdenhava, parece-nos excessiva. Cada um de nós procura atenuá-la, modernizá-la. Rio-Branco, porém, na biografia do Barão de Serro-Largo, escrita em plena adolescência, depois de recordar o conceito de Justiniano José da Rocha, acusando de “íngrato e esquecedor” o povo brasileiro, acrescentava:

“Com efeito, é uma triste realidade! nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado — dêsse passado ainda tão recente, mas tão fértil em grandes exemplos e lições proveitosas — só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárneo e ridículo da parte de muitos.”

Evocando nosso passado, e dêle orgulhoso, Rio-Branco não cala, todavia, críticas que mereça. Em relação à política portuguesa no Rio da Prata, naquele mesmo escrito da mocidade, não contém uma exclamação:

“Quanto não teria ganho o Brasil, se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido desde logo a Banda Oriental em Estado livre e soberano, garantindo a sua independência contra as infundadas pretensões do governo de Buenos Aires!”

O INOVADOR APARENTE

Seu espírito crítico impede-o de tornar-se rotineiro, submisso a normas ou hábitos estabelecidos, e torna-o, por vêzes, um inovador arrojado. Não raro, porém, parecendo inovar, prefere mostrar que apenas retoma alguma boa tradição esquecida.

Assim foi — por exemplo — quanto à aproximação política dos Estados Unidos, que iniciou com o concurso inestimável de Joaquim Nabuco.

Assim foi ao revogar as normas de tratamento adotadas na correspondência oficial desde as primeiras horas exaltadas da República. Encarregado da missão especial em Washington, relativa à questão das Missões, procurara salvar a boa tradição, ao receber

ordem de usar a fórmula — Saúde e fraternidade — e o tratamento de — *Senhor* — e *vós* — em lugar dos antigos e respeitosa — Excelência, Vossa Excelência, Vossa Senhoria. Logo que se torna Ministro das Relações Exteriores, suprime a inovação. Surgem críticas do Apostolado Positivista; êle as refuta em a *pedido* do “Jornal do Comércio”, justificando cabalmente a sua decisão.

Mas, o caso em que me parece mais significativa a sua reação é o da questão do território do Acre, com a Bolívia. Quando êle assume a pasta das Relações Exteriores, a questão incandescia, ameaçando a paz da América. O largo território fôra reiteradamente reconhecido, pelo governo brasileiro, pertencer à Bolívia; autoridades bolivianas aplicaram medidas de extraordinária severidade contra brasileiros ali estabelecidos, êstes se insurgiram, e preparava-se forte expedição militar boliviana para dominá-los. Por outro lado, o governo boliviano outorgara, naquela zona, amplíssima concessão a poderoso sindicato norte-americano, sem atender aos protestos do governo brasileiro. Ainda mais: o Peru também reivindicava o mesmo território, ou parte dêle.

Nessa situação angustiosa, pouco mais de um mês depois de empossado no Ministério, Rio-Branco já fazia ao representante diplomático da Bolívia um apêlo caloroso, evocando as provas de amizade que o Brasil sempre dera a seu país e pedindo que cooperasse no empenho de “chegar a um acôrdo honroso para todos”. E logo acrescentava:

“O Governo Brasileiro deu até aqui ao tratado de 1867 uma interpretação contrária à letra e ao espírito do mesmo com o único fim de favorecer à Bolívia, mas como o seu Governo não tem querido ver que as condições do contrato (com o sindicato) são para a África e a Ásia, não para o nosso continente, e não tem querido ouvir os conselhos de um vizinho e amigo como o Brasil, sustentaremos a verdadeira intelligência do tratado de 1867 e defenderemos como fronteira o paralelo de 10° 20’.”

Rompe, assim, de chofre, com a interpretação seguida havia longos anos — mas para adotar outra interpretação do mesmo Tratado, que decorria da sua própria letra e se inspirava no grande princípio tradicional do *uti possidetis*. Esse era o princípio que Rio-Branco fizera triunfar nos litígios do Amapá e das Missões e teria, então, nessa nova controvérsia, a mais justificada aplicação, ante a rebeldia dos brasileiros, estabelecidos no local, contra a autoridade estranha a que o próprio governo do Brasil pretendia submetê-los.

Ao mesmo tempo, o outro princípio tradicional da nossa política internacional, firmado por seu pai — a solução pacífica — haveria de aplicar-se. Poderia êle recorrer à força? apoiaria a rebeldia, o movimento de independência do território? Não faltou quem recomendasse tais alvitre. Bastaria favorecer os brasileiros rebeldes que proclamavam a independência do Acre. Fácil seria, depois, a anexação do território ao Brasil. Rio-Branco repele essas soluções contrárias às nossas tradições e ao espírito pacifista que herdara de seu pai e prefere entabolar negociações directas. Devota-se pessoalmente a essa tarefa, para que convoca dois colaboradores da mais alta estirpe intellectual — Rui Barbosa e Assis Brasil. Quando chegam a termo os entendimentos, deflagra a divergência de Rui Barbosa. Rio-Branco enfrenta-a, com intrepidez e demonstra, exuberantemente, tôdas as vantagens da solução, que adotou e veio a ser por fim integralmente aprovada pelo Congresso.

Algumas das críticas de Rui Barbosa visavam demonstrar que Rio-Branco fazia demasiadas concessões à Bolívia a trôco do reconhecimento do direito do Brasil. Rio-Branco cedia, assim, a uma sua preocupação constante: a de proporcionar compensações à outra parte, não levando às mais extremadas consequências os direitos que patrocinava. Já acentuei, de outra feita, que assim o seu claro e forte espírito de justiça applicava a velha norma romana, que inspira todo o direito moderno: *summum jus, summa injuria*.

A vários tratados, em que regula os limites do Brasil, dirimindo velhas e ásperas controvérsias, como as da Colômbia e do Peru, anexa tratados de comércio e navegação — inspirados nas melhores tradições da política imperial.

Essa orientação leva-o ao ato magnífico que é a outorga de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, à república do Uruguai. É um ato sem precedente, talvez, na história diplomática de tôdas as nações civilizadas. Tanto mais quanto — e Rio-Branco se empenhou em acentuá-lo — não resultou de qualquer solicitação, não teve compensação alguma e inspirou-se unicamente no sentimento de justiça e equidade. É uma irrecusável, e profunda, modificação da situação decorrente da guerra de 1801. Rio-Branco não o oculta; mas, ainda então, prefere acentuar que era, também, a velha recomendação de homens “competentes e de incontestável dedicação aos interesses do Brasil” e a observância do que se estipulara, em relação às lagoas fronteiriças com a Bolívia, no tratado de 67. Êle se des-

poja do mérito da concessão; mas, é com certa dose de orgulho íntimo, que afirma:

“... esse testemunho do nosso amor ao Direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro.”

ZÊLO DE MINÚCIAS

Nem punha êle esse orgulho nacional somente nas grandes coisas que soube realizar. Em seu desvêlo carinhoso pelo Brasil não incorria na censura, que Lucas Ayarragaray formulou, ao acentuar que em certas épocas os caudilhos pregam “não a incitação ao cumprimento do dever comum, que afinal é o que intervém nos negócios cotidianos da vida pública e privada e o que exercita diariamente o anglo-saxão, mas a invocação épica ao dever extraordinário e ao esforço grandioso e lírico.”

Ao contrário: êle pensaria, com Guilherme Ferrero, que nada é sem importância na vida de uma nação: “os atos mais humildes, mais pessoais, mais escondidos no santuário do lar doméstico, os atos que ninguém vê nem conhece, têm, de perto ou de longe, efeito sobre a vida comum da nação”.

Por isso, atende a todas as minúcias, a todas as pequenas coisas, desde o cartão de visita dos candidatos a postos diplomáticos ou apenas aos convites para as festas do Ministério.

De tantos e tantos episódios, em que se reflete essa preocupação, destacarei apenas um, a que se refere documento existente nos arquivos da nossa Academia.

Ocorreu com Sara Bernhardt, quando veio ao Brasil pela última vez, em 1905. A grande atriz, noutra viagem, nos últimos anos do Império, fôra recebida triunfalmente, chegando os estudantes a puxar-lhe a carruagem. Contudo, depois disso, em Paris, fizera referências desfavoráveis aos brasileiros, devido a impressões, que guardara, ligadas ao furto de algumas de suas jóias, e a um conflito em que seu filho se envolvera... Volvendo ao Rio, divulgava-se que os alunos das escolas superiores prepararam-lhe uma vaia. Rio-Branco alarma-se, promove a intervenção de Olavo Bilac e Domicio da Gama, comparece, com ambos, o filho e uma de suas filhas, ao espetáculo. Está em nossos arquivos a carta que escreveu, de próprio punho, no dia imediato, provavelmente a Machado de Assis. Digo — “provavelmente” — porque da carta não consta o nome do destinatário. Está apenas dirigida com estas palavras: — “Meu caro mestre e amigo”. Mas, há, cartões de Rio-Branco, endereçados nominalmente a Machado de Assis, em que o trata de — mestre — e até, de — querido mes-

tre — como nessa carta, e o próprio Machado de Assis a ela se referiu em correspondência com Joaquim Nabuco. Aí alude Rio-Branco à pateada projetada e escreve:

“Imagine o que se diria do público do Rio e do Brasil inteiro, se Sara Bernhardt fôsse aqui pateada.”

Acrescenta, numa confissão emocionante:

“Tive medo de que essa notícia fôsse publicada hoje ou amanhã no mundo inteiro!”

Refere, ainda, que Sara — “a velha mas sempre encantadora Sara” — dominara a frieza com que se iniciara o espetáculo. Poderia ter referido que, indo saudá-la em seu camarim, ela lhe dissera: — “C'est si bon de vaincre! vous le savez mieux que personne!”

Mas, o motivo da carta a Machado de Assis era outro. Êle queria, segundo a sua expressão, “dar o último golpe na cabala que se andou fazendo entre moços das escolas, contra a grande artista”. Então, pedia a Machado de Assis que lhe indicasse o jornal e a data da publicação de um artigo de Joaquim Nabuco sobre Sara Bernhardt, ao tempo de sua primeira visita ao Brasil, e do qual os jornais parisienses haviam reproduzido alguns trechos, a fim de obter a sua transcrição no “Jornal do Comércio”.

Tive o cuidado de verificar o “Jornal do Comércio” da época. No dia seguinte — isto é, dois dias depois da estréia de Sara Bernhardt — apareceram nos “a pedido” do “Jornal do Comércio” alguns trechos do belo artigo de Joaquim Nabuco, publicado quase vinte anos antes...

O seu zelo das minúcias inspirava-se, pois, acima de tudo, no interesse do Brasil. E conjugava-se ao zelo da tradição — como bem se vê naquelas tantas vezes mencionada recomendação de cobrir de telhas velhas o edifício, que acabara de construir, para a biblioteca do Itamarati, que acabara de improvisar.

TRAÇOS DO ESPÍRITO IMPERIAL

Nesse cuidado das minúcias se revela, indubitavelmente, desde logo, como foi em todas as suas atitudes, homem de vontade forte e de resoluções firmes. Mas, não teria espírito de tradição se lhe faltasse o sentimento democrático, que é a característica indelével do nosso segundo Império. Deste sentimento há, em sua vida, dois traços marcantes.

Um é o constante propósito de bem esclarecer a opinião pública. O antigo jornalista de “A Nação” teve sempre a sedução da imprensa, frequentou-a e praticou-a sempre. Em ineditoriais, ou em editoriais, dos jornais da época, o ministro de Estado, como no caso

da correspondência oficial, a que há pouco aludi, explica e defende os atos do seu governo, mal se encobre sob pseudônimos transparentes — tão usados em certa época do Império, como aquêle mesmo “Nemo”, com que subscivera, em “A Nação”, a defesa do chefe do gabinete conservador.

Outro traço é o empenho de obter a colaboração dos homens competentes e esclarecidos. Eu mesmo já acentuei que aí se revelava uma espécie de faceirice: apesar da sua competência inexcusável e da sua assombrosa capacidade de trabalho, êle reclamava e prezava a colaboração dos competentes.

Não procura, como tantos outros, apenas aproveitar o esforço alheio e facilitar a própria tarefa — porque sua parte era sempre esmagadora e a maior. Move-o o desejo de esclarecer-se, o desejo de fazer sobressaírem os patricios de merecimento e a compreensão de que o governo não é o privilégio, o monopólio de um grupo afortunado. Ainda aí, uma tradição do Império influiria em seu espírito: o Conselho de Estado, a que estava ligado brilhantemente o nome de seu pai.

Seria impossível enumerar todos os seus colaboradores, ou antes, para enumerá-los seria preciso recordar os nomes de todos os homens eminentes de seu tempo. Apenas exemplificativamente recorro — dentre os congressistas, Gastão da Cunha, Enéias Martins, Dunshee de Abranches, Pedro Moacir; dentre os juristas, Rui Barbosa, Lafaiete, Clóvis Beviláqua, Rodrigo Otávio; dentre os jornalistas — os senhores Tobias Monteiro e Eduardo Salomonde; dentre os geógrafos — o Almirante Guillobel e Euclides da Cunha; dentre os militares — o Sr. General Tasso Fragoso; dentre os homens de sociedade — Leitão da Cunha e Alberto de Faria. Lembremo-nos de algumas das aquisições que fez para o corpo diplomático — Joaquim Nabuco, Enéias Martins, Gastão da Cunha, Davi Campista; dos que mandou a conferências internacionais — Joaquim Murtinho, Olavo Bilac, Herculano de Freitas; e da plêiade de jovens auxiliares pessoais, que viriam a ser outras tantas personalidades destacadas, como o nosso insigne companheiro, Sr. Hélio Lôbo, os embaixadores Srs. Araújo Jorge e Muniz da Aragão, o Sr. Sílvio Romero Filho; sem falar nos membros do Corpo Diplomático, que mais diretamente com êle colaboraram, um dos quais, por fortuna nossa, aqui está presente — o Sr. Embaixador Sousa Dantas.

Em cada setor são os homens culminantes, de maior merecimento intelectual.

Em todos os casos, o que o atrai é a sedução da inteligência e da cultura, o aprêço

das maneiras distintas e até — agora chega a parecer inacreditável — da boa aparência física.

Ainda no discurso de inauguração do busto do Visconde de Cabo Frio, Rio-Branco, rememorando o seu primeiro encontro, quarenta e cinco anos antes, sendo êle um colegial — recordava a impressão, não só da indulgente atenção, de que há pouco vos falei, mas, também, da sua “elevada estatura, porte ereto e distinção de maneiras”. Medeiros e Albuquerque falou, aqui mesmo, da verdadeira “caçada”, que êle empreendia, de mulheres bonitas, para enfeitar suas festas e do cuidado com que fazia esconder alguma, de mau aspecto, que, apesar de tudo, apparecesse em tais ocasiões. Em suma, o seu empenho constante era apresentar bem o Brasil, apresentar o que tivéssemos de melhor.

O caso mais interessante, dentre todos os de seus colaboradores, é, por certo, o de Rui Barbosa, em que me detive noutro ensejo, e a que não posso deixar de volver agora, rapidamente.

Rui Barbosa foi sempre o trabalhador solitário. Fez sempre, sozinho, toda a sua tarefa. Na segunda conferência de Haya, conforme narrou o nosso inesquecível Rodrigo Otávio, decidiu acompanhar pessoalmente todos os trabalhos das quatro comissões, deixando apenas aos secretários o encargo de decifrar telegramas. Houve, porém, um colaborador distante, solícito, autorizadíssimo, que Rui Barbosa, pela primeira vez, aceitou, com que passou a contar, de que exaltaria a contribuição — Rio-Branco. De tal sorte que, quando Rio-Branco espaçava os seus minuciosos comunicados quase cotidianos, Rui Barbosa sentia-se desanimado, receoso de haver-lhe desagradado. Rio-Branco acompanhava-o, dia a dia. Preparara cuidadosamente o bom êxito de sua missão e êle próprio ia, quase todos os dias, à Gévea, ouvir os conselhos e os ensinamentos de Lafaiete. O espírito de colaboração de Rio-Branco empolga, assim, o próprio Rui Barbosa e da conjugação dos esforços desses dois homens excepcionais resultaria um dos mais belos episódios da história diplomática do Brasil.

Aludi, a êste propósito, ao seu empenho de fazer sobressaírem os homens de mérito, sem reccar-lhes a competição, antes desejando-a sempre. A êsse empenho se filia o seu interesse por todas as instituições e todas as manifestações culturais — o que era, também, uma tradição, criada por D. Pedro II. Sem me alongar, ainda mais, falando do que se passou com outras, quero dizer-vos que a esta Academia votou êle sempre o mais alto aprêço.

Assim havia de ser até porque, como disse Joaquim Nabuco “as academias precisam de antiguidade” — e para êle isso era uma boa recomendação.

Por sua parte, a Academia o elegeu membro efetivo, logo em 98, na segunda vaga, aberta, por morte do historiador Pereira da Silva, no quadro inicial.

Foi, como acentuou Graça Aranha, o primeiro daqueles “grands seigneurs”, de que Joaquim Nabuco desejava “um certo número” na Academia.

O próprio Nabuco terá tido a iniciativa de sua candidatura — e é a êle que Rio-Branco telegrafa, dez dias antes da eleição:

“Aceitaria se fôsse eleito, mas entendo não me devo declarar candidato Academia. Entretanto resolva por mim como achar melhor. Saudações.”

No primeiro de outubro — antes, por certo, de recebida a carta anunciada nesse telegrama — a Academia o elege, pela unanimidade de 21 sufrágios. Rui Barbosa, em carta ao presidente, comunicava que não poderia comparecer, pedindo que se lhe apurasse o voto, se fôsse permitido votar por essa forma. Não era permitido, mas a carta ficou constando da ata.

Não chegou Rio-Branco a tomar posse da sua cadeira acadêmica; mas, chegou a interessar-se por algumas candidaturas, como a de Euclides da Cunha, que triunfou com o seu voto, e a de Gastão da Cunha, que aliás não foi apresentada.

Com a Academia, com os acadêmicos, contou sempre, e dêles se valeu, para as suas exibições da cultura brasileira.

PRESTÍGIO POPULAR

Traço, ainda, do espírito democrático e da boa tradição imperial é a popularidade — ou, antes, o prestígio público, que Rio-Branco soube conquistar. Não se enfeita com as glórias de um inovador, de um descobridor, de um criador, de um salvador miraculoso; não cede às paixões da população; é um homem de *élite* que preferiu sempre a gente da melhor cultura. Nunca se tornou — como de *Quin-*

tino Bocaiuva disse Joaquim Nabuco — “propriedade das massas, matéria demagógica”.

De seu pai escreveu êle: “Nunca um homem político conquistou entre nós mais prestígio e popularidade que o Visconde do Rio-Branco.”

Dêle próprio se pode dizer a mesma coisa.

Não sem emoção, evoco o enlêvo carinhoso que o envolvia. Homem de apurado bom gosto, de aprimorado sentimento artístico, tinha horror a manifestações estrepitosas; contudo, sentia, e havia de prezar, a confiança, a estima, a veneração, que toda a gente lhe consagrava. Estas resultavam da certeza, que tínhamos todos os brasileiros de seu tempo, do seu devotamento ao serviço do Brasil.

Não era êle o único autêntico grande homem daquele momento, em que se encontram alguns dos de maior vulto em nossa história, — mas é certo que a todos sobrepujou na estima pública.

O DITAME DO SEU EXEMPLO

Bem raro, a vida dos grandes homens se ajusta aos seus ideais e à obra que realizam, ou pretendem realizar. Quanto a Rio-Branco, não. Êle recusa a presidência da República — mesmo quando em tórno de seu nome se conciliariam as correntes políticas divergentes; isola-se de sua família; despreocupa-se de bens materiais, pobre, por vêzes endividado — para consagrar toda a sua vigorosa potencialidade a um só objetivo: — o interesse, o direito, o bom nome, o prestígio, a glória do Brasil. Não se conhece uma só página sua sobre outro assunto — e por êsse único, alto, absorvente objetivo se enclausura em seu gabinete, mergulhado na papelada, nos alfarrábios, nos mapas, nos livros; ali toma refeições; ali dorme; ali se mata nas vigílias de todas as noites — ali morre. A obra, que realiza, é imensa; mas, êsse seu devotamento heróico — e só êle — ainda a excede, para a nossa admiração. Uma e outro encerram o melhor exemplo, o melhor ensinamento.

Havemos de recordá-los, com humildade e emoção, nestes dias, em que, levemente alterada, a determinação do herói do Riachuelo ressoa aos nossos ouvidos: — “O Brasil precisa de que cada um cumpra com o seu dever!”

A IMPRENSA NA VIDA E NA OBRA DE RIO BRANCO

ELMANO CARDIM

O RECRUTADO DO ITAMARATI

Quando, em 1.º de dezembro de 1902, o Barão do Rio Branco saltou no Cais Pharoux, para vir ocupar a pasta das Relações Exteriores, no governo Rodrigues Alves, era outro o meio que, vinte e seis anos antes, havia deixado o José Maria da Silva Paranhos Júnior, para ir dirigir o Consulado do Brasil em Liverpool. Voltara por assim dizer, de um longo exílio, que mais o aproximara da pátria, é verdade, mas o distanciara dos seus homens, da sua sociedade, da vida nacional. Vinha encontrar aqui gente toda nova. Sua geração de 1870 havia se dispersado. Rio Branco chegava como um estranho à terra, vencendo, com a ajuda de Joaquim Nabuco, a resistência em não aceitar o posto que lhe oferecera Rodrigues Alves. Atendera afinal ao conselho amigo, de não fazer “o corpo pesado quando o país o quer empurrar para cima”, a fim de correr o risco que vaticinava: “E farei descontentes, apesar do propósito de não me envolver em política”. Receava muito, dizia ele a Nabuco, “fazer, aceitando, sacrifício estéril, perder de perto o que tenho podido ganhar de longe”.

O principal motivo de suas apreensões seria por certo a política, que nunca o seduzira. Voltando ao Brasil vinha servir ao país num regime a que não aderira, porque seu sentimento permanecia monárquico, embora discretamente não o expandisse. No Império, quando todas as perspectivas se lhe desenhavam risosas e promissoras do cenário político, — o pai, coberto de glória, presidente do Conselho, autor da lei do ventre livre, que lhe abria as portas da História em fúlgida consagração nacional, ele próprio jornalista de combate e membro da Câmara, deputado por Mato Grosso, — Rio Branco fugira à política para servir no estrangeiro, num posto burocrático, que quase não tinha então parentesco com a diplomacia.

E, no entanto, essa seria a sua real vocação, herdada do Visconde, que foi um grande diplomata numa carreira política triunfante. Do

pai, recebera as primeiras lições para o trato das questões internacionais. Acompanhara-o menino e rapaz nas missões ao Prata, e nas de 1869, e de 1870 como Secretário, sentira ser esse o caminho da sua vida, hostil que era às tricas parlamentares e às manobras partidárias. Virando as costas ao êxito de uma carreira que em breve o teria levado ao Ministério e à Presidência do Conselho, para ser o segundo Rio Branco do Segundo reinado, José Maria da Silva Paranhos Júnior preparava, sem o saber, o caminho para sua glória maior, sem igual na vida civil brasileira.

Desembarcando do galeão “D. João VI”, no Cais Pharoux, em 1902, recebido com honras excepcionais, porque era a primeira vez que voltava à Pátria após o triunfo dos laudos de Washington e de Berna, Rio Branco trazia recôndito um plano de libertação, que lhe permitisse voltar para a Europa e trabalhar nos seus projetados livros. Esse plano era simples: preparar no Rio a sua substituição por Nabuco na pasta do Exterior, para que a este se abrisse a possibilidade da presidência da República. Não era político e não queria sê-lo. O contrário de Nabuco. Via a necessidade de grandes reformas políticas no país, mas estas não podiam ser feitas da noite para o dia. Dizia ao amigo que o induzira a aceitar o posto cheio de responsabilidades: “Você que tem amor à vida pública, as tentará oportunamente, quando voltar ao Brasil, esforçando-se para que possamos ter uma república melhor do que a atual”...

Vinha para o Itamarati, não como um voluntário, mas como um recrutado, para esperar que Nabuco concluísse sua tarefa em Roma, e se cobrisse de glória com a vitória na questão dos limites com a Guiana Inglesa, da qual era árbitro o Rei da Itália. Rio Branco não admitia a hipótese de que o laudo nos viesse a ser desfavorável. Coberto de louros, Nabuco poderia colher-lhe a sucessão no Itamarati, rumo da presidência da República. E ele voltaria aos seus papéis, às suas cartas geográficas, à sua

vida européia, à sua história das campanhas militares do Brasil, que nunca chegou a concluir.

Mas o destino seria outro para Rio Branco e à glória, aberta com a vitória do laudo arbitral do Presidente Cleveland, na questão dos limites com a República Argentina, e reforçada pelo êxito na questão da Guiana Francesa, êle chegaria afinal sem nunca mais ter saído do Brasil.

A presidência da República, que sonhara para Nabuco, ficaria ao seu alcance, mas a essa honra suprema resistiria sempre, jamais curado da sua aversão à política.

Sua obra maior êle a faria no Brasil, dentro do seu modesto gabinete de trabalho do Itamarati, em meio da desordem de papéis, jornais, livros, manuscritos, cartas geográficas, ao lado do simples catre em que dormia irregularmente, iluminado por velas com que, no intervalo da decifração de mapas, e manuscritos, caçava mósca a pingos de espermaceite.

Nesse processo desordenado de viver e de trabalhar, Rio Branco revelava o espírito boêmio que ainda conservava da mocidade e não se coadunava com o seu feitio distante e cerimonioso, embora acolhedor e afável para com todos. Era o que lhe restava, nessa boêmia exterior do modo de viver e de trabalhar, da "vida irregular do Sr. Paranhos", que tanto prevenira contra êle o rigorismo de Pedro II.

Da capacidade construtiva dos boêmios talvez se pudesse fazer um capítulo sem paradoxo só com a vida de Rio Branco.

O Juca Paranhos, que partira para a Europa em 1876, voltava Barão do Rio Branco para um meio quase todo desconhecido e para um pôsto de graves responsabilidades. Não havia nenhum liame com o passado. E de presumir quão melancólico se apresentara a Paranhos êsse retôrno à Pátria.

Por isso, nenhum episódio pode ser mais expressivo do que a expansão da sua alma ao entrar no Itamarati, em dezembro de 1902, para assumir a pasta do Exterior, quando, divisando entre os empregados da portaria "um pardo muito alto, muito esguio, já curvado de tão velho", exclamou: — "Oh! Bambu!".

Era antigo soldado, que fora ordenança do Visconde. No abraço que, radiante de alegria, deu ao modesto funcionário e cuja cena singular foi descrita por Mário de Vasconcelos, Rio Branco reviveu por certo o passado longínquo, de quase trinta anos, em que fôra o Juca Paranhos das noites alegres do Rio, da turbulência boêmia da cidade, dos espetáculos picantes do Alcazar, da redação dos jornais,

cujo hábito lhe teria de ficar depois, como um vício, para tôda a vida. A simples presença do *Bambu* traria à mente de Rio Branco a reminiscência da mocidade do Juca Paranhos. Que saudade não lhe deve ter pungido a alma o acerbo espinho dêsse episódio inesperado! Foi nesse passado longínquo, do qual surgia como um fantasma bom a figura esguia do *Bambu*, que se compôs o quadro do primeiro contato de Rio Branco com a imprensa e do qual me cumpre falar-vos aqui, nesta série de conferências que vão permitindo fixar tantos e tão multiformes aspectos da vida do grande brasileiro como historiador, diplomata, publicista, geógrafo, como homem público, como patriota, como "Deus Terminus" das nossas fronteiras, na consagração de Rui Barbosa.

Em duas fases da vida de Rio Branco me deterei para compor estas palavras superficiais e de pouca autoridade.

A primeira diz respeito à ação de Rio Branco propriamente como jornalista. Ela se reduz aos poucos anos em que redigiu "A Nação", de 1872 a 1876, em companhia de Gusmão Lobo, um dos mais completos jornalistas brasileiros, ao lado do padre João Manuel, o mesmo que, em 1889, em plena Câmara dos Deputados, dava o primeiro viva à República.

Ao regressar à Pátria, sempre presente ao seu espírito, — *Ubique patria memor* — Rio Branco foi recebido pela imprensa como um herói puro, triunfador sem par de duas grandes pugnas em que o seu tino, a sua cultura e o seu trabalho haviam vencido o bom combate, pela incorporação ao território nacional de duas regiões de grande extensão e valor geográfico. Houve então nos jornais da época a unanimidade consagradora, mais tarde quebrada, incidentalmente, pela paixão partidária que pode cegar os homens, mas não desvia a justiça da posteridade.

O REDATOR DA "A NAÇÃO"

A ação política do segundo Rio Branco, iniciando-se ao mesmo tempo no Parlamento e na imprensa, teve nesta um cenário mais movimentado, pela atividade que lhe coube na defesa do Ministério de 7 de março, presidido pelo Visconde, seu pai. Avesso à tribuna, Silva Paranhos Júnior não podia ser na Câmara um elemento valioso para os encontros com a opposição, que tinha ali figuras de alto prestígio e irradiante projeção. Na imprensa, ao contrário, revelaria as magníficas qualidades combativas que serviriam ao partido pela força persuasiva de sua dialética e pelo brilho e clareza de seu raciocínio.

No seu recente e magnífico estudo sobre o Barão do Rio Branco, o Sr. Alvaro Lins assinala com razão que a vivacidade do historiador foi salva pela trepidação do jornalista, conjugando-se as duas paixões da sua vida — “a do passado mais remoto e a do presente mais imediato” — numa obra de unidade e de equilíbrio através de tão profícua atividade intelectual.

A fôlha em que Silva Paranhos Filho se revelou excelente jornalista intitulava-se *A Nação*. Era de propriedade do Bel. J. Juvêncio Ferreira de Aguiar e começou a ser publicada em 3 de julho de 1872, em continuação ao *Jornal da Tarde*, para desaparecer em 31 de março de 1876. Jornal vespertino, órgão do Partido Conservador, justificava no artigo de fundo da sua apresentação a sua posição partidária com estas palavras:

“Arauto do progresso refletido, que é a grande aspiração da nossa época, guarda das bem entendidas liberdades, da ordem social e das instituições juradas. *A Nação* aparece na imprensa diária como órgão do generoso partido, que extinguiu o tráfico de africanos, acabou com a tirania de Rosas e Oribe, promoveu a livre navegação do Prata e seus afluentes, fez sulcar pelo vapor as águas do majestoso Amazonas até o Peru, traçou as primeiras linhas da rede de estrada de ferro que há de ligar um dia os quatro ângulos do Império, fundou o crédito público, reorganizou o exército e a armada, pôs termo com honra e glória à guerra do Paraguai, decretou a reforma judiciária, e escreveu em sua bandeira a santa legenda de 28 de setembro de 1871; do partido, enfim, que sustentou sempre a monarquia constitucional representativa, associando as recordações de sua passagem pelo poder à ideia dos grandes melhoramentos políticos e administrativos que não feito a felicidade do Brasil”.

Acusada pela *Reforma*, órgão liberal, de ser uma criação do Conselheiro João Alfredo, como dependência do governo, respondia *A Nação* que, dedicada ao Gabinete de 7 de março, não se ligava a êle por nenhum outro laço que não fôsse o da confraternização de idéias.

Os fatos falavam melhor que as palavras. *A Nação* não vivia com facilidade, o que prova a falta dos subsídios oficiais. Dificuldades materiais confessadas faziam com que a publicação da fôlha se interrompesse no dia 1 de março, sob a direção de novo proprietário, o Padre João Manuel.

Seus colaboradores principais eram Gusmão Lôbo e Silva Paranhos, segundo se verifica da declaração de 5 de setembro de 1873, quando o Padre João Manuel informava que, com-

prando a propriedade da *Nação* de Juvêncio Ferreira de Aguiar, tivera a fortuna de “contar com o valioso e inteligentíssimo concurso” de seus “dois distintos e ilustres colegas da Câmara temporária, os Srs. Drs. Silva Paranhos e Gusmão Lôbo”. Reconhecia e confessava que êles haviam sabido erguer a fôlha à altura e importância que ninguém pretenderia desmerecer, dizendo que sua ação no jornal se limitara à parte administrativa.

Por motivos meramente particulares, o Padre deixara *A Nação*, que ficaria então sob a exclusiva responsabilidade de Paranhos, pois que este a Gusmão Lôbo eximira, em declaração de 30 de maio de 73, da responsabilidade de defender pelas colunas do jornal o programa do partido conservador.

Em 13 de novembro de 1875, deixaram Paranhos e Gusmão Lôbo de participar da *Nação* — assinando a seguinte declaração conjunta que saiu publicada na primeira coluna do jornal:

“Colaborávamos ativamente para este jornal quando em 6 de setembro de 1873, tendo o Rev. Sr. Padre João Manuel de Carvalho, nosso ilustre amigo, resolvido deixar a direção política que estava a seu cargo, fomos levados a tomar aos ombros essa tarefa.

A consciência diz-nos que, em meio das agitações políticas destes últimos anos, procuramos servir com esforço, dedicação e desinteresse a causa pública e a do nosso partido.

Não esperávamos desde muito, como por vêzes temos anunciado, senão oportuno ensejo para passar a mãos mais hábeis a responsabilidade de que tão difficilmente nos desempenhamos.

Nosso desejo pode ser agora realizado.

A partir de hoje só nos ligam a *A Nação* os votos ardentes que sinceramente fazemos por sua larga e próspera existência.

Ao deixar esta posição que aceitamos e em que nos mantivemos por instâncias reiteradas de ilustres amigos, não nos resta senão agradecer-lhes a confiança e as mostras de simpatia com que nos honraram, e ao partido conservador, representado nessa ativa imprensa das províncias que dia por dia nos deu o exemplo de mais nobre dedicação à causa comum, o constante apoio que se dignou dispensar-nos. — Gusmão Lôbo, J. M. da Silva Paranhos”.

Dois dias depois, em 15 de novembro, o Padre João Manuel voltava à direção política da *Nação*, que desde 3 de março até 6 de setembro de 1873 lhe estivera confiada.

Do que consta das colunas da *Nação* e das palavras dos outros jornais, o que resulta positivo é que Silva Paranhos, discreta ou ostensivamente, foi nas colunas daquele vespere-

tino o defensor vigilante e ativo da política do Ministério de 7 de março, que não podia ter pena mais convincente e ardorosa a serviço das suas idéias e na propugnação das grandes reformas que então realizou no país enfrentando problemas como o da abolição, questões como a religiosa, crises como a da dissidência chefiada por Paulino de Sousa, incidentes como o da agressão a chicote, na Câmara, do deputado Francisco Belisário ao deputado Padre João Manuel, lutas como a de Mauá e Silveira Martins, reformas como a da lei eleitoral.

O Ministério Rio Branco, o de mais longa duração na monarquia, foi ao mesmo tempo o mais combatido, aquêle que enfrentou o maior número de grandes crises, que teve contra si os liberais e a própria dissidência conservadora. Foi o Ministério que, no dizer de Nabuco, esgotou o programa liberal, pelo número de reformas avançadas que realizou, a começar pela lei de 28 de setembro.

Um Ministério assim teria que dar trabalho ao jornal que o defendesse e isso se verificava tendo-se *A Nação*, cuja combatividade tinha a enfrentar dois jornais vibrantes e agressivos: *A Reforma* e *A República*.

Os artigos de *A Nação* não eram assinados, mas é fácil identificar o seu autor principal, que não era outro senão Paranhos, cujo mérito de jornalista ressalta de um estilo claro, de uma argumentação serena e persuasiva, de uma grande elevação de linguagem. Jamais descia ao terreno da ofensa ou do achincalhe. Nunca se desmandava em revides grosseiros ou violentos. Era, o seu, um jornalismo de alta escola.

No meio da agitação política e quando havia uma trégua para o jornalista escolher assunto de sua predileção, encontra-se o futuro Rio Branco na sua vocação histórica. Assim, em 19 de maio de 1873, há na *A Nação* um longo artigo sobre limites com o Peru, respondendo ao capitão de mar e guerra José da Costa Azevedo (o futuro Barão de Ladário), cuja exposição publicada na *Reforma* era minuciosamente refutada, com profunda descrição geográfica de toda a região e sólidos conhecimentos dos direitos brasileiros.

Muitas outras questões internacionais ali se encontram esplanadas, com arguta clarividência e profunda erudição. Era a pena de Paranhos Júnior que fazia história, repondo nos seus justos termos os episódios da batalha de Ituzaingó; publicando sobre a guerra do Rio da Prata, de 1825-1828, documentos inéditos sobre os tiroteios de 23 e 25 de maio e 11 de junho de 1826 diante de Buenos Aires; estudando o problema das fronteiras argentino-paraguaias, que tornava tensas as relações da

grande república platina com o Brasil; iniciando a publicação das suas "Efemérides Brasileiras", que muito depois continuaria nas colunas do *Jornal do Brasil*.

Foi nas colunas da *Nação* que Rio Branco publicou o primeiro capítulo da História da Guerra da Tríplice Aliança, de Luiz Schneider, fazendo-o com notas que "por versarem sobre acontecimentos que há mais de dez anos estudou, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária".

Foram essas notas ao trabalho de Schneider que determinaram a incumbência recebida, do Ministro da Guerra, Conselheiro Junqueira, para rever e anotar o livro inteiro, fazendo, então, à margem daquela história, estudo amplo, claro, original e seguro sobre a guerra do Paraguai, incontestavelmente, a seu ver, "a mais agitantada luta ferida na América Meridional".

A política exterior do Brasil nessa época girava toda ela em torno dos problemas do Prata e durante o Ministério de 7 de março esteve suspensa mais de uma vez sobre o país a ameaça de guerra com a Argentina. Vínhamos juntos da campanha do Paraguai e na liquidação da paz os aliados da véspera se desavinhavam. Surgira a questão de fronteiras entre a Argentina e a nação vencida e à frente da Chancelaria de Buenos Aires estava um ministro que agia sem calma, com um nervosismo contagioso. No Brasil, a atmosfera impregnava-se de riscos e ameaças. Aristides Lobo atacava a política externa do Gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. Afonso Celso, redator principal da *A Reforma*, secundava o adversário político, unindo-se a ele para abalar os fundamentos do prestígio do grande negociador dos tratados do Prata.

Silva Paranhos, nas colunas da *Nação*, fazia frente aos oposicionistas, com a segurança que já tinha a esse tempo sobre os problemas e interesses internacionais do Brasil. Em 13 de outubro de 73, respondia a Aristides Lobo com um artigo intitulado *Paz ou Guerra?* Em 23 de outubro, escrevia, em resposta a Afonso Celso, dois exaustivos trabalhos sobre *Negócios do Rio da Prata*.

A questão de limites entre a Argentina e o Paraguai continuou sempre a pairar ameaçadoramente sobre a tranquilidade do Ministério de 7 de março e passaria para o Gabinete de 25 de junho, que trouxera Caxias ao Governo. Jornais de Buenos Aires do partido alsinista, à frente dos quais estava *El Nacional*, viam na ascensão ao poder de Caxias e Cotejipe um anúncio, senão um programa de guerra por parte do Brasil.

A pena de Silva Paranhos estêve ainda aí a serviço da boa causa, mostrando ser infundada a suspeita da imprensa de Buenos Aires, dada a correção política do governo imperial.

La Nación, sempre amiga do Brasil, prestigiava o jornalista da *Nação*, invocando o crédito dos compromissos do Presidente do Ministério de 7 de Março: “A última palavra do Sr. Rio Branco foi uma abertura conciliatória, para pôr termo às questões, que nos dividem, sob a base do arbitramento”.

Mas o manifesto do Ministro Carlos Tejedor reacendera as dissensões e Silva Paranhos continuou a pugnar, nos seus artigos, pela causa justa e pacificadora.

Em meio desse ambiente de inquietação, surgiu o incidente do *Cuiabá*, cujo comandante se recusara a obedecer à intimação do governo argentino para entrega do Coronel Rivarola, revolucionário foragido a bordo. O navio fôra detido e o incidente parecia repetir a história, criando entre os dois países um caso semelhante ao do *Marquês de Olinda*, do qual resultara a guerra do Paraguai.

Na *Nação*, Silva Paranhos defendeu a conduta do governo imperial, mostrando a correção do Ministro do Brasil em Buenos Aires, o Barão de Araguaia, e concorrendo, com a serenidade de sua argumentação, para mostrar que a nossa soberania fôra resguardada e o incidente não podia ter as trágicas conseqüências que a oposição receava.

Com a queda do Ministério de 7 de março, a missão jornalística de Silva Paranhos estava encerrada e embora êle ainda continuasse à frente da redação da *Nação*, na defesa do partido conservador e como órgão do Gabinete presidido por Caxias, que tinha para com êle carinhos paternais, seu programa de vida ia encerrar suas atividades na imprensa, para dar-lhe, no estrangeiro, a oportunidade de apurar a vocação que lhe abria, em perspectivas largas e iluminadas, o caminho da glória.

O PRIMEIRO CORRESPONDENTE DE GUERRA BRASILEIRO

A *Nação* foi o grande cenário da curta vida jornalística de Rio Branco, cuja estréia na atividade da imprensa se iniciou num jornal estrangeiro: a *Illustration*, de Paris. Nas suas páginas figuram as correspondências que entre 1865 e 1870 enviou para essa revista francesa sobre a Guerra do Paraguai. Era o seu primeiro contato com a história da campanha que, mais tarde, haveria de constituir parte da sua obra de escritor.

Enviava crônicas sobre o desenrolar das operações. Era um correspondente de guerra à distância dos campos de luta, mas descrevia com precisão a batalha do Riachuelo, o assalto a Uruguaiana, a rendição de Estigarribia, o assalto de cavalaria a São Borja, etc. Suas descrições eram acompanhadas de gravuras, que a *Illustration* publicava com a explicação: “D’après les croquis de M. Paranhos”.

Foi assim o Barão o primeiro correspondente de guerra brasileiro. Talvez o tenha sido apenas por patriotismo, para que a guerra em que o Brasil era parte fôsse explicada e defendida na Europa por um brasileiro. É o que informa o Barão de Cotegipe, quando na exposição de motivos, apresentada em 13 de Maio de 1876 à Princesa Regente, instando pela nomeação de Silva Paranhos para o consulado de Liverpool, declarava que o candidato, no tempo da guerra do Paraguai, fizera “imprimir, à sua custa, nos jornais da Europa, repetidos artigos em defesa da causa do Brasil”.

O CONFRADE AMIGO

Rio Branco teve uma grande estima a Gusmão Lôbo, que foi seu companheiro na redação da *Nação*, onde sua ação jornalística se fez sentir principalmente em apoio ao Visconde, a quem o Brasil deve a lei que, assinada em 28 de setembro de 1872, tomaria o nome de Lei do Ventre Livre. A tenacidade do primeiro Rio Branco, convencido de que era preciso iniciar-se a libertação; embora gradualmente, se deve o passo decisivo que nos levaria em 1888 à abolição total. Gusmão Lôbo era, ao lado do Juca Paranhos, o grande combatente em favor do programa do chefe conservador. Conta Raul do Rio Branco, no seu sincero e valioso livro de reminiscências, o episódio que ouvira do Barão. “Certa noite conversavam na redação alguns ministros da Coroa sobre os muitos incidentes importantes da reforma do elemento servil, para uma explicação do dia imediato que esclarecesse a opinião, quando de u’a mesa vizinha alguém se levantou dizendo:

— Eis o artigo que convém.

Era Gusmão Lôbo. Os circunstantes, meio surpresos, leram com certo cepticismo as tiras de papel e o Visconde sobre elas se manifestou:

— “Não sei quem pudesse no Rio de Janeiro descrever o caso melhor e expô-lo tão clara e concisamente, em linguagem ao mesmo tempo tão elegante e tão elevada.

Sobre Gusmão Lôbo nunca modificou Rio Branco sua opinião, tendo-o sempre, com justiça, como um dos nossos mais capazes jornalistas. Em 1888, na Europa, escrevendo ao seu

amigo Picot que, de Paris, dirigia o *Jornal do Comércio*, encarecia o trabalho desse redator do velho órgão e dizia: "Não conheço escritor que saiba escrever com mais ponderação".

DO INCIDENTE JORNALÍSTICO A CRISE INTERNACIONAL

A vida jornalística de Rio Branco foi curta mas viva e movimentada. A ela está ligada uma personalidade que haveria, mais tarde, de reaparecer ruidosamente na trajetória gloriosa do Barão. O primeiro encontro de Estanislau Zeballos com Rio Branco foi um embate fortuito. Fatos remotos do passado parecem às vezes criados por uma predestinação a que só o tempo empresta sentido.

Foi no seu longínquo passado de jornalista que Rio Branco se defrontou pela primeira vez com Zeballos e só mais tarde se identificaram no curioso incidente.

Ambos eram moços e começavam, como tantos outros, a vida pública pela imprensa. Rio Branco era redator da *Nação*, quando o Ministro Carlos Tejedor veio ao Rio em missão especial para procurar resolver aqui, numa ação conjunta, a perigosa questão dos limites entre a Argentina e o Paraguai. Naquele tempo, sem o Império do Brasil não era possível tratar nenhum problema sério na política internacional da América do Sul. Os pruridos patrióticos censuravam em Buenos Aires que o Ministro do Exterior viesse procurar no Rio de Janeiro a solução para um litígio de fronteiras com outro país.

A missão Tejedor, iniciada com esperanças auspiciosas, estava destinada a fracassar e o seu chefe, suspendendo repentinamente as negociações com o Ministro do Paraguai no Rio de Janeiro, regressou a Buenos Aires, sem despedir-se de Sua Majestade o Imperador do Brasil. O fato causou escândalo e foi motivo de acres censuras aqui e lá. Rio Branco, nas colunas da *Nação*, não querendo emprestar um sentido acintoso a esse gesto de descortesia, classificou-o de simples *gaucherie*. Seria hoje uma *gaffe*, palavra inventada pela diplomacia para atenuação dos efeitos de uma imprudência nas relações dos povos.

Em Buenos Aires, o jovem periodista Estanislau Zeballos revidou, porque atribuiu à palavra *gaucherie* um parentesco com *gaúcho*, num sentido deprimente de incultura ou grosseiria. A rápida polêmica encerrou-se logo, com a explicação do jornalista da *Nação*, de que não fôra essa a sua intenção ao referir-se ao Ministro da nação irmã. Fizera uma simples crítica, na qual poderia haver uma leve censura, mas nunca um insulto.

A imprensa argentina mostrou ao fôgoso patriota que ele se precipitara, porque não verificara que estava diante de uma suave palavra francesa e não em luta com um termo regional do pampa...

Não lhe ocorreu, por certo, lembrar que a palavra *gaucherie* não era tão estranha assim, pois Sarmiento a havia já usado, ao tratar da psicologia do gaúcho, no estudo admirável do seu *Facundo*.

A lição doeu a Zeballos, que certamente não a esqueceu, porque a ela se referiu muito depois com azedume.

O destino havia colocado os dois homens em caminhos paralelos. No jornal foi o seu primeiro encontro. O segundo foi em Washington, onde Rio Branco advogava a causa do Brasil na questão das fronteiras com a Argentina e Zeballos defendia os interesses de seu país. Segunda vitória de Rio Branco com o laudo do Presidente Cleveland. Nova amargura para Zeballos, porque nenhum advogado gosta de perder uma questão.

Depois, Ministros das Relações Exteriores, ambos. Rio Branco no Rio, Zeballos em Buenos Aires. O último e mais sensacional encontro: o caso do telegrama n.º 9. A opinião pública angustiada, a América receosa, a imprensa dividida, a palavra guerra cruzando os ares e revoando com tristeza dentro dos corações argentinos e brasileiros. Mas tudo se explica, com a inesperada decisão de Rio Branco de revelar a cifra secreta do Itamarati. Fôra falsificada a tradução do telegrama, que dizia o contrário do divulgado no documento *Correndo o véu* preparado por Zeballos. A Argentina perde o seu Ministro das Relações Exteriores e o Barão ganha mais uma vitória sobre Zeballos.

MESMO A "DITADURA DA MORALIDADE" É PERIGOSA...

Rio Branco, que poderia ter sido no Brasil tão grande como jornalista quanto foi como diplomata, abdicou da imprensa como abdicaria da política, obediente aos desígnios secretos do seu maravilhoso destino.

Desde 1869 esperava uma oportunidade de entrar para o serviço do Brasil no estrangeiro. Encontrava, porém, contra ele a oposição de Pedro II, que Rio Branco acusava de se haver oposto a que em 1868 fôsse deputado, quando teve "a infeliz idéia de querer sê-lo", por supor que isso lhe facilitasse os projetos, que já então formara, de ir para a carreira diplomática. E também de não querer que acompanhasse o pai, como secretário, em 1869, ao Prata, quando antes "o Conselheiro Otaviano pôde obter

essa nomeação para o seu parente, e quando ainda hoje o Visconde de Itajubá pode ter junto a si um filho”.

A opposição de Pedro II à sua escolha para cônsul em Liverpool era tenaz e a Rio Branco constrangia a certeza de não poder obter a nomeação senão em ausência do Imperador.

Contra a injusta prevenção imperial, lutava com denodo Cotegipe, que fazia questão do seu candidato, não pelos serviços do pai, mas pelo valor do filho, que em exposição de motivos à Princesa Regente, na ausência do Imperador, viajando pela Europa, enaltecia, como deputado, como jornalista e como historiador da guerra do Paraguai. “Já não é moço, dizia Cotegipe, passa de 30 anos; e, quando o fôsse, o seu juízo prudencial o coloca a par dos velhos”.

Afinal Cotegipe venceu, mas o constrangimento de Rio Branco se confirmava. Foi preciso que Pedro II estivesse ausente para ele ser nomeado.

Evidentemente, o Imperador nesse caso exagerava a sua “ditadura da moralidade”, na classificação de Oliveira Lima. A vida de Rio Branco, que a queria concertar com a nomeação de cônsul, não era de molde a justificar a obstinação do lápis fatídico do Imperador a cortar-lhe a carreira. Se não fôsse Cotegipe, vencendo as resistências da Princesa, talvez o Brasil não tivesse tido um segundo Rio Branco...

A gratidão de Paranhos não esqueceu nunca Cotegipe, cuja estima dizia ser para ele tanto quanto o amor por dois homens então mortos. Caxias e o Visconde, seu pai. Sua nobreza não lhe permitiu guardar ressentimento de Pedro II. Quando o rabino Massé lhe pediu que revisse sua obra sobre o nosso Imperador, Rio Branco se dedicou prazerosamente a essa tarefa e de simples plaquete o trabalho se transformou em livro, no qual só apareceu o nome do autor da idéia. “A homenagem de Rio Branco a Pedro II éle a prestara anônimamente, para não parecer cortesão”.

Quando se proclamou a República, o Barão ficou atormentado pela dúvida em saber qual o seu dever: se exonerar-se, se continuar a servir ao país. Por intermédio de seu amigo, o Visconde de Nioac, consultou ao Imperador, que respondeu: “Diga ao Rio Branco que ele é um bom servidor do país, ao qual terá talvez ocasião de prestar serviço. Deve ficar no seu posto, no que depender dele, pois poderia cair em mãos menos dignas, que se aproveitassem do momento. Que continue a trabalhar pelo Brasil. Eu passo, o Brasil fica”.

E assim, com essa sentença de patriotismo e bom senso, Pedro II reconhecia implicitamente o erro da sua “ditadura da moralidade”, em 1876...

PROGRAMA PARA O “JORNAL DO COMÉRCIO” E HORROR À FEDERAÇÃO

Da missão do *Jornal do Comércio* na vida do país, como órgão conservador, tinha Rio Branco uma justa concepção, que coincide com o espírito que paira dentro daquela casa secular e orientou ontem, como orienta hoje, os que tiveram e têm a responsabilidade de preservar as tradições do velho órgão na continuidade do tempo. Há épocas em que isso é fácil. Outras, de convulsão e desequilíbrio, em que isso é muito difícil. Rio Branco, com a predileção que tinha pelo *Jornal do Comércio* e a perfeita noção de sua finalidade na vida pública, assim resumiu, em carta datada de Dezembro de 1888, um ano antes da República, dirigida a Picot, diretor da folha, o programa que lhe parecia útil ao *Jornal*: Guardar neutralidade nas lutas políticas, para “só escrever com o fim de bem encaminhar a opinião e impedir arrastamentos perigosos”. Justificando sua opinião, acrescentava: “A desorientação hoje no Rio é geral e para ela concorrem *País*, *Gazetas* e todas as outras folhas. O *Jornal* poderia com habilidade modificar muito esse estado de coisas, esclarecendo e dirigindo a opinião, e tornando-se francamente o órgão dos interesses conservadores da nossa sociedade. Está claro que não me refiro, falando assim, a *partido conservador*. No *País* mesmo, que é um porta-voz da anarquia e da desorganização, está Joaquim Nabuco, cujos belos artigos (pondo de parte os relativos à tal Federação) são o contraveneno da propaganda anárquica dos outros escritores da mesma folha”.

O *País* era então o órgão da propaganda republicana, o jornal de Quintino Bocaiuva. Ali Nabuco, que desfraldara a bandeira federativa, procurava, como Rui, salvar o Império, cujo trono vacillava e devia ruir um ano depois. Rio Branco era monarquista e conservador. A federação foi sempre para ele um erro, com a qual não se reconciliou jamais.

São suas estas palavras cautelosas: “muito medo tenho da nova bandeira que levantou o neto do Morgado do Cabo, sobretudo dessa palavra — Federação — que entre nós estava esquecida e que já nos custou muito sangue e muitas lutas”.

Servindo à República na pasta das Relações Exteriores, pela natureza mesma da sua função, não precisou transigir e pôde trabalhar pelo país sem chocar-se com os princípios federativos da primeira república.

REIVINDICANDO A GLÓRIA PARA EUSÉBIO DE QUEIROZ

Rio Branco foi abolicionista como o pai, entendendo que uma legislação especial deveria levar o país gradativamente à emancipação do elemento servil, sem causar perturbações econômicas à nação e sem criar o problema de desorganização do trabalho agrícola, evitando-se ao mesmo tempo que os libertos se desorientassem, sem saber o que fazer da liberdade. A lei do ventre livre, que ele defendeu na imprensa com ardor, fôra uma conquista difícil, que pusera em risco a carreira política e mesmo a vida do Visconde. Muitas vezes, nas horas mais críticas e mais pressões de ameaças, ele, que era então o valente Juca Paranhos, tivera de acompanhar o pai ao Senado para defendê-lo de possíveis agressões. Sabia, por isso, o que naquele tempo significava ser abolicionista. Daí a sua admiração por Eusébio de Queiroz e o gesto admirável de reivindicação de justiça que teve em 1888 e que vale como um dos traços mais nobres do seu caráter. Não sei se o fato já foi narrado algures, mas creio que não.

Em 15 de setembro daquele ano, de Liverpool, Rio Branco escrevia ao Conselheiro Sousa Ferreira, redator principal do *Jornal do Comércio*, uma longa carta, na qual tomava a iniciativa de pedir que essa folha fizesse sua uma lembrança que era dele: promover o levantamento no Rio de uma estátua ao Conselheiro Eusébio de Queiroz, “o enérgico ministro a quem devemos a abolição do tráfico”.

Desejava Rio Branco que o *Jornal* abrisse uma subscrição para arrecadar 10 ou 12 contos, quanto bastava ao fim almejado. Com essa quantia, ele garantia para a cidade “um monumento muito superior, como trabalho artístico, ao de José Bonifácio”.

E justificando a idéia, dizia: “Hoje não há quem desconheça o grande serviço que em 1850 prestou Eusébio de Queiroz. Não há quem defenda o tráfico, e mesmo os adversários da nova lei concorrerão para esse monumento, porque o Ministério daquele tempo, de que faziam parte Uruguai e outros, era ultraconservador.” A idéia encontrará assim a adesão dos ultraconservadores, a dos abolicionistas, e também (é preciso contar com as fraquezas humanas) a de muitos que em

outras circunstâncias seriam indiferentes, e que o não serão hoje porque o genro do Eusébio — Conselheiro Rodrigo Silva — é Ministro”.

E Rio Branco expunha o seu plano. O estatutário Guillaume, membro do Instituto de França, lhe havia prometido fazer a estátua. A casa Thielbout Frères, que fundira a Estátua da Liberdade de Nova York, fundiria a de Eusébio. O pedestal seria em granito do Rio ou do Congo, o que teria uma expressão simbólica no monumento. Desejava, porém, que o seu nome não aparecesse na iniciativa.

O *Jornal do Comércio* atendeu ao apêlo de Rio Branco. Abriu a subscrição, com a assinatura do seu redator-chefe.

E ficou esperando. Rio Branco, confiante na justiça dos homens, não admitia um fracasso. Escreveu ao seu velho amigo Gusmão Lôbo e pediu-lhe um artigo sobre Eusébio, sobre a sua ação precursora da abolição da escravatura. Gusmão Lôbo atendeu ao apêlo do seu antigo colega da *Nação*.

Mas a subscrição não teve êxito. Muito pouca gente subscreveu. Eusébio, embora tendo genro Ministro, estava morto. Os senhores de escravos, espoliados na sua propriedade, eram uma força no país e na política. A Princesa Isabel, que assinara a lei maior, de 13 de maio, não tinha estátua. E aliás não a tem até hoje, numa terra em que estátuas e bustos enchem os canteiros dos jardins e as praças da cidade...

O *Jornal do Comércio* ficou desapontado e teve que recuar. Foi espaçando a minguada lista de subscritores da estátua de Eusébio de Queiroz e a idéia caiu no olvido.

A nobre lembrança de Rio Branco poderia, no entanto, ser reavivada hoje, porque bem merecia da pátria essa prova de gratidão o estadista que, com a lei de 4 de setembro de 1850, plantou o primeiro marco decisivo da campanha abolicionista.

O MONROÍSMO DE NABUCO E O PAN-AMERICANISMO DE RIO BRANCO

Rio Branco tinha em grande conta a opinião da imprensa, porque a considerava o mais legítimo órgão da opinião pública. Sua formação política, ele a fizera na monarquia, quando o jornal exercia sensível influência na vida nacional. Sua maturidade, ele a vivera na Inglaterra, Cônsul em Liverpool, e ali foi sempre a terra da liberdade de imprensa, da imprensa mensagem e nunca mensageira.

Foi o movimento de opinião pública, refletido na imprensa, que o fez aceitar Rui

Barbosa, em lugar de Joaquim Nabuco, para nosso Embaixador à II Conferência de Haia. Ainda tentou fazer com que Nabuco figurasse ao lado de Rui, telegrafando-lhe: "Já houve ministério de águias, poderíamos ter ali delegação de águias, se você quisesse". Mas a águia de Haia devia ser uma só, Nabuco, que havia sido Presidente da Conferência Pan-Americana do Rio, não podia ter em Haia um posto secundário. E no entanto, ele desejara essa missão, para continuidade de sua política em Washington, ardentemente devotada ao pan-americanismo, à aproximação brasileiro-americana, à prática do monroísmo.

Por isso alarmou-se com a notícia de que em Haia, Estados Unidos e Brasil se tinham pôsto em desacôrdo, que o delegado americano Choate e Rui haviam ficado, em posições opostas. Rio Branco, orientando como Chanceler a ação de Rui, tudo fizera para que nossa atitude não se afastasse em nenhum caso da dos Estados Unidos. Mas Rio Branco se curvara às razões de Rui quanto à tese da igualdade das nações, que ele endossara, autorizando o chefe da delegação brasileira a defendê-la, certo de que o faria "com firmeza, moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes".

O país inteiro acompanhava delirante a ação de Rui. Rio Branco, secundando esse movimento, voltou-se para a imprensa e ele mesmo redigia notícias, influía nos comentários, policiava os telegramas do copioso serviço do *Jornal do Comércio*.

A divergência com a delegação americana em Haia não era de molde a justificar os anseios de Nabuco de que se acabasse "a pouca simpatia que a aproximação americana" aqui inspirava no momento. Rio Branco nunca deixou de compreender o imperativo da nossa aproximação com os Estados Unidos.

Prova-o o famoso artigo que escreveu nos *A Pedido do "Jornal do Comércio"*, com o pseudônimo J. Penn, sob o título *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*. Nenhum histórico melhor se fez da célebre doutrina nas suas relações com o Brasil, nem ninguém melhor defendeu a política tradicional da aproximação entre os dois maiores países da America. Apesar disso, da Conferência Pan-Americana de Buenos Aires, em 1910, resultaria um mal entendido quanto à interpretação da Doutrina de Monroe, entre o *Jornal do Comércio* e Rio Branco. E assistimos então a uma polémica cheia de vivacidade, em que o ardor jornalístico do Juca Paranhos d'A Nação não pouparia o jovem redator adversário das colunas do *Jornal do Comér-*

cio. Esse redator era Félix Pacheco, que, na ausência de J. C. Rodrigues, tinha toda a responsabilidade na redação da folha.

Vale a pena, quando o fato entra já no domínio da história, recordar o desacôrdo que separou momentaneamente Rio Branco do jornal que ele mais prezava e prestigiava. A desavença girava, por assim dizer, em torno de uma filigrana, mas isso indica como os homens públicos outrora eram rigorosos nas minúcias, pelos graves efeitos que podem ter as pequenas causas.

A delegação brasileira na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires pretendia fazer aprovar uma moção, na qual o *Jornal do Comércio*, informado pelos telegramas, vira o propósito de recomendar-se a ampliação da doutrina de Monroe à América do Sul. Discordara o velho órgão dessa moção, porque não podia admitir que a doutrina de Monroe não tivesse sido sempre de toda a América. A delegação brasileira tivera de desistir do seu projeto e a moção não chegara a ser apresentada em plenário.

Estabeleceu-se o desacôrdo entre o *Jornal* e o *Barão*, porque este, pelo *País*, revidou aos comentários provocados pelo fato. Foi viva a discussão e como argumento decisivo revelou o *Barão* que a moção malsinada era de autoria de Nabuco, de cujo fervor pan-americanista ninguém poderia duvidar. Se não tivesse falecido em 17 de janeiro de 1910, Nabuco seria o presidente da delegação brasileira em Buenos Aires e a ele caberia pleitear a moção. E o *País*, no artigo escrito pelo *Barão*, revelava o texto da moção redigida por Nabuco e que era o seguinte:

"O largo período decorrido desde a declaração da doutrina de Monroe habilita-nos a reconhecer nela um fator permanente da paz externa do continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para sua independência, a America Latina envia à grande irmã do norte a expressão do seu reconhecimento por aquela nobre e desinteressada iniciativa, de tão grande benefício para todo o novo mundo. — Nabuco".

Parecia decisiva a resposta e esmagado o *Jornal* com a revelação da origem da discutida moção. Mas não foi o que se deu. O *Jornal do Comércio* mostrou que a idéia de Nabuco, magnífica nos seus intuitos, sofrera modificação e outro passara a ser o sentido da moção desde que no seu texto a palavra *reconhecimento* fôra substituída pelo termo *aplausos*.

Expressando seu reconhecimento à doutrina de Monroe, a América Latina agradecia os benefícios de princípios assecuratórios

dos seus direitos vis-à-vis à Europa. Dando o seu *aplauzo*, estaria só então aceitando tais princípios. Havia uma grande diferença, que estava menos nas palavras do que nas intenções. Sobretudo quando precedentes autorizavam a crer num propósito de separar a América Latina dos Estados Unidos, com o reconhecimento pleiteado antes, de um direito internacional americano, o qual seria, de fato, um direito internacional latino-americano.

Rio Branco acreditava que a discordância do *Jornal* era um ponto de vista afoito de Félix Pacheco, na ausência de José Carlos Rodrigues. Engano do grande Chanceler. A orientação do velho órgão vinha do seu proprietário, que, como Nabuco, desejava ver Rio Branco orientar a política externa do Brasil num sentido cada vez mais norte-americano, com ou sem a doutrina de Monroe.

Rio Branco, no entanto, não podia ser suspeito ao pan-americanismo. Mas a moção de Buenos Aires seria, de fato, capaz de criar uma desconfiança perigosa. Na sua defesa do pan-americanismo, havia ele provado que o Brasil fôra o primeiro país da América a aderir à doutrina expressa na mensagem de 3 de dezembro de 1823 do grande Presidente James Monroe. Cinqüenta e nove dias depois, em 31 de janeiro de 1824, o nosso Ministro dos Estrangeiros Carvalho e Melo dava a adesão do Brasil aos princípios consagrados pelo notável documento.

Com seu substancial artigo sob o pseudônimo de *J. Penn* e com os atos positivos que praticou depois na pasta das Relações Exteriores, Rio Branco havia provado quão infundados eram os receios de Nabuco sobre a continuidade da nossa política tradicional no continente, que as escaramuças de Haia, em 1907, não poderiam em nada prejudicar.

Nabuco era radical na sua interpretação do Monroísmo e o tempo lhe está dando razão. "Ninguém é mais do que eu partidário de uma política exterior baseada na amizade íntima com os Estados Unidos". E mais adiante, dizia na mesma carta a Graça Aranha: "Para mim a doutrina de Monroe significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta".

É possível que o discurso de Rio Branco, na abertura da Conferência Pan-Americana de 1906, decepcionasse um pouco a Nabuco, pela prudência com que aconselhava não rompermos de todo as amarras com a Europa, "inezaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas".

Mas Rio Branco nunca pretendeu deslocar o eixo da nossa política externa, fixado, desde antes da independência, pela visão dos nossos estadistas. Por isso, nem Nabuco, nem o *Jornal do Comércio* tinham razão em alarmar-se diante da orientação que por vezes pareciam apresentar os atos do grande Chanceler.

Na evolução da nossa política externa, Rio Branco, Nabuco e o *Jornal do Comércio* jamais discordaram na compreensão que lhe deu sempre a certeza de que o meridiano da nossa vida internacional, fixado há mais de um século sem vacilação, não deve nunca desviar-se de Washington.

A SALVAÇÃO DE SARA BERNHARDT

Já vos mostrei que Rio Branco era um crente na ação da imprensa, mesmo quando exercida através das seções ineditoriais. Ele vinha, aliás, de uma época em que a grande tribuna jornalística da política eram os *A Pedido* do *Jornal do Comércio*. Na seção paga do velho órgão, mesmo os redatores da casa então escreviam, porque havia assuntos que ali chamavam mais a atenção e tinham uma repercussão maior do que no corpo da folha.

Rio Branco era um crente dos *A Pedido*. A prova temo-la neste episódio, que é interessante. Em 1905 Sara Bernhardt devia estrear no Rio pela segunda vez. A grande criadora do *Aiglon* aqui estivera em 1886, representando no Teatro S. Pedro. Joaquim Nabuco escrevera então sobre ela um belo artigo no *Pais*, no qual a sagrava "embaixadora do espírito francês".

Na segunda vez que Sara Bernhardt chegou ao Rio, para representar no Teatro Lírico, o ambiente já não era o mesmo e havia uma grande má vontade que ameaçava desencadear na noite da estréia uma tempestade de vaia. Naquele tempo, as glórias da ribalta se faziam e se desfaziam por influência da estudentada. As galerias do velho Teatro Lírico eram uma força invencível. Contra Sara Bernhardt havia então uma grande prevenção. Atribuíam-se àquela a quem Rostand chamaria *princesse des gestes*, *reine de l'attitude*, referências pouco amáveis para com os brasileiros, após sua primeira estada no Rio. A divina Sara não fôra então de todo feliz. Havia-lhe roubado as jóias. Um incidente doméstico lhe causara aborrecimentos. Espalhou-se que ela se vingara falando mal do Brasil.

Os estudantes estavam magoados. E com razão, porque haviam exagerado da primeira feita o seu entusiasmo pela admirável intér-

prete da *Fedora*, o que lhes valera uma crônica causticante de Eça de Queiroz. O autor do *Primo Basílio* lera que os estudantes cariocas, no seu entusiasmo juvenil pela arte de Sara Bernhardt, haviam desatrelado os cavalos do seu carro para puxar a mão a deusa da cena dramática francesa.

Eça pintou o quadro, com a mordacidade do seu espírito, e sua fértil imaginação viu a célebre atriz calçando as luvas na escadaria do hotel e ordenando sobranceira ao porteiro:

— Mande atrelar os estudantes!

Esperava-se em 1905 uma patedada vindicativa. Rio Branco era Ministro das Relações Exteriores e recebeu o efeito dessa descortesia à sucessora da grande Rachel. Como conjurar o perigo? Foi aí que se lembrou do artigo de Nabuco, de 1886, e fê-lo transcrever nos *A Pedido do Jornal do Comércio* no dia em que se esperava a vaia. E o que houve foi uma ovação. Machado de Assis, que conta o episódio, disse haver Rio Branco coberto a grande artista com a bandeira da autoridade de Nabuco. Outros dizem que Sara, comovida pela ação do Chanceler, se superara a si mesma numa interpretação jamais vista da *Sorcière* de Sardou, vencendo a prevenção dos estudantes pela fascinação da sua arte sem par. O fato é que, recebendo o Barão no seu camarim, quando as palmas ainda a aclamavam com delírio nas galerias do velho Lírico, Sara dizia satisfeita ao grande homem que vivera por ela alguns momentos de angústias: "C'est si bon de vaincre; vous le savez mieux que personne, Monsieur le Baron!"

O TRATADO DE PETRÓPOLIS E A IMPRENSA

Quando ia no mais agudo da crise criada pela questão do Acre, Rio Branco recorreu à imprensa para que se fizesse luz sobre a confusão em torno do problema e foi para um jornalista que o Chanceler apelou à fim de esclarecer os termos do problema. Esse jornalista, que o Barão tinha na maior conta, pelo seu alto espírito público e pelo dom de esclarecer os assuntos mais difíceis e complicados, era Tobias Monteiro, redator do *Jornal do Comércio*, que em 26 de janeiro de 1903 publicava lúcida exposição sobre o Acre, servindo ao objetivo de Rio Branco de esclarecer a opinião pública. Negociado o Tratado de Petrópolis, foi ainda aquêle prestigioso e ilustre jornalista quem, no *Jornal do Comércio*, de 11 de janeiro de 1904, se incumbiu de desfazer a confusão que longo e apaixonado debate criara em torno das negociações, para

tornar, numa clara exposição, acessível a toda a gente o ato feliz negociado e assinado pelo Governo brasileiro.

O Tratado de Petrópolis provocou vivos debates na imprensa do país. Rio Branco fazia frente a seus contraditores, desfazendo confusões, esclarecendo dúvidas, corrigindo erros. Da imprensa, a oposição foi ter ao Congresso, onde não logrou ambiente contra a obra da chancelaria brasileira.

Na imprensa, foram valorosos defensores da obra de Rio Branco os jornalistas Tobias Monteiro, Eduardo Salamonde, Alcindo Guanabara, Dunshee de Abranches e outros. Dos seus antagonistas, não vale a pena recordar os nomes. Eles erraram...

O PRESTÍGIO DE SUA PALAVRA

Rio Branco tinha um culto à autoridade e à disciplina, o que constituía um paradoxo com o feito boêmio do seu espírito. João Luso contou, nas suas Dominicais, dois episódios a que assistiu na redação do *Jornal do Comércio* e que Humberto de Campos repetiu mais tarde. Em ambos, ele não admitia que a razão pudesse estar com o inferior contra o superior, porque a palavra d'este devia bastar sempre para cobrir de fé os seus atos. Dêsse traço psicológico do Barão, tenho a autenticidade de um episódio interessante. O jornalista Valente de Andrade, de saudosa memória, então redator da *Gazeta de Notícias*, fôra ao Itamarati ouvir o Barão sobre determinado assunto. No calor da conversa, atraído pelo brilho da palavra de Valente de Andrade, *causeur* admirável, o Barão se externou com maior franqueza e disse alguma coisa de sensacional, que provocou do jornalista esta observação:

— Que excelente informação V. Ex. está me dando.

E o Barão logo lhe retrucou:

— Mas não a publique, porque serei forçado a desmenti-lo e entre a sua palavra e a minha não haverá quem hesite.

A REALIZAÇÃO DE UM GRANDE SONHO

Do seu respeito à opinião pública, que ele sempre acatou, mesmo quando o prestígio do seu nome por si só poderia valer-lhe para as defesas dos seus atos, serve como prova maior a questão que seria a coroação da sua obra diplomática e motivo para maior identificação entre o Uruguai e o Brasil: o condomínio das águas da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Ao chegar ao Brasil, em 1902, era esta talvez a única questão que Rio Branco trazia no pensamento como obra que sonhava realizar. Foi, no entanto, o último capítulo que escreveu nas suas grandes realizações diplomáticas. Durante os seus dez anos de Ministro, alimentou o projeto no recôndito de suas aspirações, preparando com paciente confiança o terreno para a vitória final do tratado. que queria negociar num plano superior de desinteresse, sem injunções particulares, sem compensações de reciprocidade e sem influências outras que não a espontaneidade do gesto cordial e amigo.

Conhecia bem a questão que começara a ser debatida em 1856, quando o Uruguai incumbira nosso grande amigo D. André Lamas de negociar com o Brasil os tratados que deviam solidificar a política de amizade estabelecida entre os dois países. Conhecia bem Rio Branco o ponto de vista dos estadistas do Império, entre os quais nenhum foi maior do que o seu pai, o Visconde do Rio Branco, e sabia que todos eles acreditavam justas as reivindicações do Uruguai. E queria encerrar sua obra com um ato que fôsse a confirmação de toda a sua política de fraternidade, de compreensão e de paz no continente sul-americano.

Teve, antes, que preparar a opinião pública e não descansou enquanto não a viu madura para aceitação da sua proposta. “Desde 1902, — escreveu agora o Embaixador Araújo Jorge, seu grande auxiliar no Itamarati, — desde 1902 estava no ânimo de Rio Branco promover uma concessão que, no seu conceito, devia abranger não somente a liberdade de navegação, sempre solicitada pelo Uruguai, mas também o reconhecimento da sua soberania naquelas águas, modificando, por ato espontâneo e desinteressado do Brasil, a linha e o regime da fronteira na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Para a execução deste projeto, a que Rio Branco sempre desejou dar um realce excepcional pelo seu significado nas relações do Brasil com os povos desta parte do mundo, fazia-se mister criar preliminarmente um ambiente nacional propício a libertar de antigos e injustificados preconceitos a opinião pública brasileira que, ainda em 1895, se manifestara hostil pela imprensa à simples proposta de liberdade de navegação apresentada pelo Dr. Carlos de Castro, Ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, ao Dr. Carlos de Carvalho, então Ministro das Relações Exteriores”.

O seu delicado esforço de persuasão, para preparar a opinião pública e conquistar o apoio necessário ao seu projeto sobre a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão,

durou de 1903 até 1909, quando o governo brasileiro pôde, sem vacilação, manifestar o seu pensamento em mensagem ao Congresso, para que daí resultasse o grande tratado firmado em 30 de outubro de 1909, que traduzia, realmente, “uma aspiração da consciência nacional e o sentimento geral do povo brasileiro”, graças ao paciente trabalho de convicção realizado pelo Barão do Rio Branco.

Nada foi mais expressivo do êxito dessa ação de Rio Branco do que o gesto de D. Rufino Dominguez, plenipotenciário uruguaio no Rio de Janeiro, que, ao sair do Itamarati, após a memorável solenidade de assinatura do tratado de 30 de outubro, se dirigiu diretamente à redação do *Jornal do Comércio* para agradecer o apoio que o mais velho e prestigioso órgão da imprensa brasileira havia dado ao projeto de Rio Branco.

Nas colunas do “*Jornal do Comércio*”, como nas de outros diários, era a pena do jornalista Silva Paranhos que secundava a obra do Chanceler Rio Branco. Era a certeza do diplomata experimentado em tantas pugnas vitoriosas de que, numa democracia, a opinião pública é soberana e para orientá-la nas horas graves da nacionalidade, erra quem prescinde da ajuda superior da imprensa.

Fechando, com essa cúpula de ouro, a sua obra de arquiteto dos limites territoriais do Brasil, Rio Branco, como escreveu D. Juan José Amezaga, teve “la gloria de haver iniciado una era de sinceridad, de nobleza y de generosidad en las relaciones internacionales de los pueblos de este continente”.

O CULTO À IMPRENSA

Nenhum outro homem público neste país teve maior respeito à imprensa do que Rio Branco. Em pleno fastígio de sua grandeza ele buscava na imprensa a certeza do apoio público, imprescindível estímulo à sua ação, embora não fôsse um delegado direto do povo nas missões e cargos que ocupava. Mas como homem do Império, ele vinha de uma época em que a opinião pública era a força suprema do país.

“Não confundia, porém, a glória com a propaganda, — escreveu com acerto no seu excelente livro o Sr. Alvaro Lins — embora houvesse utilizado vastamente os recursos da publicidade. A propaganda que saía do Itamarati nada apresentava propriamente de pessoal. Ela se fazia não em torno da pessoa de Rio Branco, mas da política do ministro de Estado; não era lançada como um baixo instrumento de auto-endeusamento, mas como um meio de esclarecer a opinião pública e au-

mentar a autoridade da política externa brasileira. Para êsse costume haviam concorrido sem dúvida o temperamento e a formação política do ministro: êle temia a imprensa, tomava-se de desgosto ante qualquer ataque de jornal, por mais insignificante que fosse; tinha, por outro lado, um grande respeito à opinião pública, não desejava realizar uma obra contra as suas tendências ou sem os seus aplausos. Por isso, sempre que se achava em vésperas de um ato importante, reunia jornalistas e congressistas no Itamarati — em grupos ou isoladamente — a fim de lhes oferecer esclarecimentos e explicações”.

Para o êxito de sua ação diplomática tinha em grande conta a colaboração da imprensa. A *Jornal do Comércio*, sobretudo, prestava uma atenção especial, porque sabia do conceito do velho órgão e bem avaliava a repercussão que tinha tudo o que era publicado nas suas colunas. Por isso, quando lutávamos em Haia, contra a má vontade de um jornalista norte-americano, servindo aos pontos de vista da delegação de seu país contrários à nossa atitude, Rio Branco desdobrava a sua atividade jornalística para secundar na imprensa a ação brilhante de Rui na Conferência.

Da correspondência que mantinha com Félix Pacheco, secretário da redação do *Jornal do Comércio*, pode-se avaliar como o Barão estava atento ao noticiário da Conferência. Vale a pena reproduzir um de seus bilhetes: “Amigo e Sr. Félix Pacheco. Devolvo, com muitos agradecimentos, o telegrama de Haia. Se aparecer algum contendo declarações do Senador Rui Barbosa na Primeira Comissão, peço-lhe que m'o comunique porque talvez não sejam elas transmitidas com a precisa clareza e versem sobre pontos delicados. Estou preparando telegramas para mandar. Sempre am.º at.º obr.º — Rio Branco”.

O *Jornal do Comércio* que, raramente, dêle divergiu, fêz-lhe, como, aliás, tôda a imprensa do país, a justiça que êle merecia, falando com a emoção de todo o Brasil no dia em que tivemos a desgraça de perdê-lo:

“O Brasil renasceu com êle para uma nova vida de trabalho, de progresso, de prestígio, de força sadia. O seu desaparecimento vai mergulhar a nação numa síncope dolorosíssima, como se lhe houvessem roubado o coração e o cérebro, amputado os braços e vazado os olhos. Porque êle via por nós, pensava e sentia por nós. O Brasil em pêso descansava no seu labor colossal, na sua previdência maravilhosa, na sua habilidade, sabedoria e força incomparáveis”.

Foi do *Jornal do Comércio* que partiu a iniciativa de erguer-se a Rio Branco, por subscrição pública, um monumento no Rio de Janeiro, para perpetuar na perenidade do bronze a obra excelsa do grande brasileiro.

Logo no dia seguinte à sua morte, apelava o *Jornal do Comércio* para a generosidade do povo brasileiro, a fim de que pudesse quanto antes “ser saldada a enorme dívida de gratidão contraída pela Pátria com o Barão do Rio Branco”.

O apêlo foi patriôticamente correspondido. As listas de subscrição encheram-se de assinaturas, dos nomes mais altos aos mais modestos de todo o país. A soma apurada atingiu 253.016\$272, suficiente então para a obra contratada com o grande escultor F. Charpentier.

Aprovada a *maquette*, e assinado o contrato em Paris, em 29 de junho de 1914, começou o escultor a executar o seu trabalho, mas logo depois sobreveio a guerra, que justificaria o atraso na entrega da encomenda e depois determinou a impossibilidade de sua conclusão. O encarecimento das utilidades impediu o escultor de cumprir o contrato, exigindo êle então suprimentos que excediam à soma arrecadada pelo *Jornal do Comércio*. Sua morte, mais tarde, acarretou novas dificuldades que haviam de protelar a homenagem desde a primeira hora projetada e tão efusivamente acolhida pelo povo brasileiro.

O monumento a Rio Branco ficou assim prejudicado por circunstâncias imprevistas. Da soma obtida, o *Jornal do Comércio* havia entregue ao escultor 156.885\$240, tendo gasto nas despesas com o concurso de *maquettes*, *transportes*, *telegramas*, etc. 24.606\$730. Restavam 71.524\$302, que não bastavam para pagar o aumento exigido pelo artista francês.

Procurou então o *Jornal do Comércio* remover os óbices surgidos, interessando o governo na questão, para o que encontrou a melhor boa vontade de parte do Presidente Epitácio Pessoa e do Prefeito do Distrito Federal, Dr. Carlos Sampaio.

Assim, após os entendimentos havidos, o *Jornal do Comércio* entregou à Prefeitura desta Capital, em fevereiro de 1921, o saldo existente em seu poder para o monumento a Rio Branco, desobrigando-se de concluir a justa homenagem ao grande Chanceler.

A estátua, após muitos percalços, foi afinal concluída, no governo atual, por influência do Chanceler Osvaldo Aranha e graças à ação de uma comissão executiva composta dos Srs. Embaixador José Roberto de Macedo Soares, escultor Hildegardo Leão Veloso e arquiteto Alcides da Rocha Miranda. Parte

da obra de Charpentier, inclusive a estátua do Barão, concluída pelo escultor, foi aproveitada para a obra que hoje se ergue na Esplanada do Castelo.

NOSTALGIA DAS REDAÇÕES

Rio Branco guardou da sua passagem pelo jornalismo uma recordação que nunca se apagou. O ambiente boêmio das redações ia bem com o seu espírito, a vida de imprensa tinha uma sedução atraente para a sua inteligência, derivativo talvez para suas preocupações, forma de evasão em que se comprazia sobretudo nos seus primeiros anos de Ministro.

A grande sala de redação do *Jornal do Comércio*, quando ainda no velho prédio da rua do Ouvidor, com a azáfama do trabalho noturno, na certeza de ter sempre com quem conversar, constituía para o Barão uma atração constante, de quase todas as noites.

Sentava-se à grande mesa do centro, e ali se demorava, como se fôsse um redator da casa. Embora seu feitio cerimonioso, que a função tornava ainda mais acentuado para os redatores e repórteres do *Jornal*, havia uma cordial aproximação, que o ambiente favorecia. E não raro, um dos redatores de telegramas mais desabusado e comunicativo aproveitava a presença vadia do Barão para conseguir que êle traduzisse e ampliasse um despacho vindo do estrangeiro, resumindo assunto político, que o Chanceler bem conhecia.

No fim da noite, o Barão ainda ali estava, sem sono, a conversar com o redator de plantão. Muitas vezes, saíam juntos e pelas ruas desertas da cidade, já madrugada, o Ministro e o jornalista vagavam uma ou duas horas, como dois boêmios que tivessem o dia todo para dormir. Mas, às 8 horas, lá estava o Barão no seu Gabinete, sem sinal de fadiga, e o jornalista, tresnoitado, tinha de começar o dia cedo, porque não vivia de trabalhar somente à noite.

Rio Branco tinha ligações tradicionais com o *Jornal do Comércio*. Seu pai fôra redator da folha e ali publicara as *Cartas ao Amigo Ausente*. Da sua banca de redator, foi tirado por Honório Hermeto Carneiro Leão, mais tarde Marquês do Paraná, para secretariar a Missão Especial ao Prata em 1851. Era o começo da gloriosa carreira do primeiro Rio Branco.

Nas colunas do *Jornal do Comércio*, o segundo Rio Branco secundava o trabalho que realizava na Chancelaria para fixação das nossas fronteiras, com a solução amigável

dos dissídios em aberto ao assumir a pasta. Escrevia notas, artigos e várias para esclarecimento do público e defesa de seus pontos de vista. Tinha, porém, uma predileção especial pelos *A Pedido*. Guardava do seu contato com a política, da sua vida partidária de 30 anos antes, a impressão do prestígio da seção ineditorial do *Jornal do Comércio*, na qual, mais do que na parte editorial, se discutiam então os grandes problemas do momento.

Foi nos *A Pedido* que publicou o seu famoso artigo sobre *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, com o pseudônimo de J. Penn. Com êsse artigo, que o *Jornal do Comércio* reproduziu na íntegra na edição comemorativa do seu 1º centenário, respondeu Rio Branco às censuras feitas pela elevação da nossa representação em Washington à categoria de Embaixada, para a qual seria nomeado Joaquim Nabuco. Frequentador assíduo da redação do *Jornal do Comércio* na casa velha da rua do Ouvidor, quando houve a mudança da folha para o novo edifício da Avenida, limitava Rio Branco suas visitas ao gabinete do Diretor Dr. José Carlos Rodrigues, situado na sobreloja. Nunca mais foi à redação, porque esta se localizava no 5.º andar e o Barão não entrava em elevador...

REMINISCÊNCIAS DE UM REPÓRTER

Procurei dar-vos, Senhoras e Senhores, uma idéia das relações de Rio Branco com a imprensa, em obediência ao assunto restrito que me coube no ciclo de conferências comemorativas do centenário do nascimento do grande Chanceler, um dos maiores vultos da nossa história.

Ele foi o Rio Branco da República, como o pai fôra o Rio Branco do Império. No cotejo dos serviços de ambos, dentro de um só regime, poderia haver discordância. Figurando cada qual numa época, os dois foram iguais, na dimensão da sua benemerência para com a pátria.

A vida do segundo Rio Branco dentro do Brasil teve duas etapas, separadas por um exílio de 26 anos. Nessa longa ausência afevorou-se o seu patriotismo num ardente amor, que mantinha viva a lembrança constante da terra distante. Quando voltou, coroadado de louros em duas pugnas do saber servido por acurada inteligência e profundo tino vocacional, chegaria a nós com o prestígio e o fascínio de um herói vitorioso.

O povo todo passou a tê-lo como um ídolo. E a mocidade, que o respeitava, cer-

cava-o de afeto e de admiração, num culto que nunca esmoreceu.

O repórter, a esse tempo, também era moço e se hoje refere alguns episódios que testemunhou e já são patrimônio da História, sente que a melancolia de haver envelhecido pode ser compensada pela ventura de ter conhecido uma glória autêntica da nacionalidade. No árduo começo da sua carreira, que com surpresa o levaria tão longe e inesperadamente tão alto, viu de perto a trindade augusta da primeira República: Nabuco, Rio Branco e Rui Barbosa.

Do segundo, a cujas recordações se deve limitar, ficou sempre a impressão de um homem excepcional, pelo porte, pela expressão do olhar, pela força de domínio irradiante.

Foi testemunha, mais de uma vez, de seu contato com a massa, em momentos agitados de explosão popular. E viu, atônito pelo imprevisto, a revolta ululante e irrefletida, apacentar-se para raciocinar é mudar o sentido das suas expansões tumultuosas.

Assistiu uma cidade inteira unir-se, como uma família só, na dor sem remédio de haver perdido um ente querido, o mais querido de todos. Foi numa manhã inesquecível, a 10 de fevereiro de 1912, quando a cidade ia começar o trabalho, que a notícia da

desgraça se espalhou. Morreria o grande homem. Ou mais simplesmente: morreria o Barão.

Desconhecidos, ao se cruzarem na rua, paravam e abraçavam-se. Muitos não venciam a emoção e ficavam com os olhos marejados de lágrimas.

A romaria triste levou até ele toda a população que se habituara a vê-lo passar, de carro aberto, com seu grande chapéu-chile e sua seriedade sem artifício.

Na redação, mais tarde, o repórter que assistira aos seus funerais descrevia a saída do corpo, ao som da marcha fúnebre de Chopin. O velho diretor, José Carlos Rodrigues, amigo de Rio Branco, cuja ação prestigiara sempre, ouvira a narração da cena e achou que fôra mal escolhida aquela marcha fúnebre, para o enterro de Rio Branco. A música que ele merecia era a do "Crepúsculo dos Deuses", para ser enterrado com a grandeza homérica de um herói e a força eterna de um símbolo.

Mas fôra o próprio Barão que em vida manifestara o desejo de ser enterrado ao som da marcha fúnebre de Chopin. Traço romântico do grande idealista, para descer ao seio da terra fecunda, que ele dilatara para a pátria, com os acordes de uma música que fala antes de tudo ao coração...

I — SÔBRE O ALMIRANTE BOITEUX

CARLOS CARNEIRO

Exmo. Sr. Presidente do Instituto.

Exmas. Senhoras.

Meus senhores.

Prezados consócios.

O historiador dos almirantes de nossa Armada, desde que esta nasceu até os últimos anos do Império, ostentava dentre muitas virtudes a de patriota sincero, emocionado, com arroubos de mocidade irrequieta. Contrastava a aparência calma e agradável, bastante atenciosa e diferente, com a natureza vibrátil de seus escritos, onde, a par de imenso cabedal de investigações históricas, no qual se pode vislumbrar a síntese de todos os episódios importantes ocorridos com a Marinha Imperial no período abrangido, se discerne sentimento de profundo amor aos feitos marítimos de nossa gente, as guarnições de naus e corvetas, charruas e bergantins, patachos e caravelas, que ajudaram a libertação e depois a defesa do Brasil contra inimigos externos e contra os surtos de desunião e dissensões internas.

A sua obra pode ser resumida em algumas palavras: tornar conhecida do Amazonas ao Chui a Marinha, por meio das vidas dos chefes egrégios, e, descobrindo-lhes as ações valorosas, eficazes e de característicos singulares, fazê-la benquista e respeitada pelo povo.

Pôde este ter o ensejo de apreciar, com maior segurança de causa, os varões insígnies que a fundaram, dirigiram e por muitas vezes a conduziram à vitória nos mares sul-americanos, comandantes que se notabilizaram por excelsas qualidades, patriotas que sem dúvida reservam alentado quinhão no aprêço da posteridade, pelo magnífico país que fizeram surgir, ajudaram a organizar e, unido, confiantes legaram às gerações que os sucederam.

Boiteux, na sua obra de maior vulto, não traça apenas algumas biografias como o título poderia significar: "Os Nossos Almirantes"; abandonando a estrita observância dos acontecimentos para anotar os caracteres dos homens viris que nêles atuaram, fez mais que escrever à sua moda a história naval brasileira, ampliou o âmbito do primeiro pensa-

mento, e a história nacional do século da emancipação política ali se acha esparsa, fragmentária, assincrônica talvez, desmodulada, por assim dizer, mas vívida e palpitante, exposta com o ânimo seguro de quem parece presenciar os fatos, que os analisa quase como participante, apresenta-os com o carinho de anfitrião, com êles concorda ou os desaprova, áustero e incorruptível.

Preferiu abandonar, na erudita obra realizada, o filosófico e discutido determinismo pela exposição elegante, através da análise geralmente feliz, dos figurantes que os viveram, atores dos dramas da Independência, da Cisplatina, e especialmente dessa fase tateante e incerta de unificação do território, na qual primou a Regência de Feijó e refulgiram muitas espadas ilustres do Exército e da Marinha.

Por isso não foi apenas o biógrafo; nas páginas vibrantes por vêzes dos juízos críticos às tendências da ideologia indecisa e dispar dos primórdios da Monarquia, durante o período obscuro da formação da jovem nação independente, encontra-se o relato dos eventos mais importantes da época, porque em todos êles, de mais perto, como personagens principais ou secundários, exercendo influência imediata ou agindo à distância, sempre se descobrem os homens do mar, por força da extensão litorânea, as singraduras oceânicas constituindo o vínculo primordial entre as províncias, como sói acontecer em certos casos, ainda pelos dias que se passam.

Salienta-se o otimismo em todos os escritos; dos "Nossos Almirantes" não tenho certeza se acusou reais defeitos de algum; se tal aconteceu, passa o fato despercebido ante o entusiasmo quase idólatra pelos seus biografados; são dêle filhos espirituais; defende-os, corteja-os, — mortos ilustres, — exalta-os, aponta-lhes os méritos, ou em última hipótese muito veladamente, os deméritos, destaca-lhes as qualidades de espírito e de coração, torna-se *sponte sua* o advogado póstumo, com exauros de convicção, como se ainda estivessem sendo atacados, mais de cem anos decorridos.

Robusto lidador; sômente de almirantes nos volumes publicados, contam-se 108 mon-

(*) Proferidos na sessão de 27-6-1945.

grafias; cêrca de 40 compõem "Santa Catarina no Exército", conjunto de eminentes generais nascidos na mesma terra; acresçam-se outras sob o título "Santa Catarina na Marinha", algumas esparsas, mais as de "Santa Catarina na Igreja", enfim, duzentas e muitas biografias, na maioria de "barrigas verdes", como êle orgulhoso se prezava de ser. Escreveu bastante; além do citado, "Anita Garibaldi", "A República Catarinense", o "Naufrágio do Cruzador "Almirante Barroso", diversos trabalhos sôbre assuntos técnicos e geográficos, como o município de nascimento, e o "Marquês de Tamandaré", o Indígete Brasileiro", de vasto fôlego, ampliação do que antes compusera no quarto tomo de "Os Nossos Almirantes".

Estudava conscienciosamente o material disponível; não se intimidava com os arquivos, qualquer que fôsse o volume da bibliografia ou dos documentos a compulsar; lia e instruíase, convencido por certo de que ninguém poderá ser bom historiador sem antes adquirir sólida cultura geral, como era indispensável ver tudo, examinar minuciosamente notas, apontamentos, livros, relações, jornais, folhetos, partes officiais, catálogos, revistas, ordens do dia, certidões, livros-mestres, o verdadeiro dedalo de peças manuscritas ou impressas, tudo quanto fôsse útil e tudo o é, para iniciar a narrativa. Dominada a heurística, formada a opinião individual, tornava-se pugnaz nas convicções, pois baseadas no esforço para adquiri-las. Um exemplo.

No primeiro capítulo de "A República Catarinense" diz: — "Não levaria muito tempo que os *brasileiros*, assim chamados por serem exploradores e comerciantes de *pau-brasil*, passariam a ter uma pátria e serem *brasilenses*". Desde então, não creio que, alguma vez, tenha usado a palavra brasileiro, normalmente, referindo-se aos patrícios; para a sua sensibilidade de patriota, essa designação correspondia a puros traficantes de madeira vermelha; deveria ser *brasilense*, mais fortalecida porque empregada na linguagem governamental dos tempos da independência. Tantos anos decorridos, na introdução à última das obras publicadas, "Santa Catarina no Exército", exculpando-se de ser obrigado em publicação officiosa, — pois corria a impressão pela Biblioteca Militar — de usar a nova ortografia, após setenta anos de hábito da anterior, escreve: — "Se já não bastasse nos tempos de colônia a provisão régia de 12 de outubro de 1727 que ordenou a substituição entre nós de nomes de origem guarani ou tupi por outros que lembrassem denominações portuguesas, vem a nova ortografia adulterar

inúmeros nomes da nossa toponímia. E no entanto continua a vigorar e ser aceita com desprezo da desinência — ense — com significação de pátria ou descendência, a de *ciro* — que nos foi atribuída pelos ascendentes portugueses. Continuamos Brasileiros em vez de *Brasilienses*". Revela, no pormenor, êsse traço de tenacidade de opinião, que, no caso, entretanto, se justifica, bafejada, como era, pela emotividade patriótica.

Dos merecimentos como historiador existem testemunhos dos mais valiosos; da proposta para sócio do Instituto, inteiramente escrita pelo punho de nosso eminente confrade Afonso de Taunay, anota-se o seguinte trecho: "Autor de considerável obra, digna de todo aprêço, trabalhador infatigável, é das nossas maiores autoridades em matéria de História Naval e de ventilação do passado de Santa Catarina, seu Estado natal.

As suas biografias de nossos almirantes, longa série de estudos mercedores do maior acatamento, acaba de reunir magnífica biografia do grande marinheiro que foi o Marquês de Tamandaré. Bastaria êste livro para lhe dar tôdas as credenciais ao ingresso em nosso grêmio onde certamente a sua presença trará o maior prestígio."

Pois bem, senhores, entre muitos, subscrevem a proposta e portanto conceitos assim tão honrosos, Figueira de Melo, Cláudio Ganns, Radler de Aquino, Nélson de Sena, Feijó Bittencourt, Virgílio Correia, Wanderley de Pinho, Pedro Calmon, Tavares de Lira! A guarda de honra que lhe abria as portas da casa, no abraço da acolhida, valia por uma consagração ao operoso dignitário da Ordem de Cavaleiros de Clío. No último ano de vida tal solidariedade ser-lhe-ia como o clarão do dia radiante a espancar as trevas de penosa estadia no âmago da floresta, ou como o despontar da aurora da justiça após dezenas de anos na semi-obscuridade dos gabinetes em pesquisas incompreendidas em certos setores ou propositadamente ignoradas. O parecer da comissão de admissão em poucas palavras se associa aos mesmos dizeres: "Valiosíssimo pesquisador da História" lá se encontra, com as assinaturas de Basílio de Magalhães, Feijó Bittencourt e Sousa Doca, outra lídima expressão de general do Exército e muito mais general da História, como dentro em poucos minutos melhor ficará demonstrado.

Estêve pouco tempo conosco, mas viveu muito com a História. Pertencia-nos, mesmo sem os títulos estatutários, porque êste Areópago é a mansão natural de todos os amantes verdadeiros e honestos dos fastos da Humanidade. Assim aqui estaria pelo menos trinta

anos antes que se registrasse a proposta, logo aceita. Correu-lhe a vida paralelamente com a História; eram irmãos inseparáveis e lá nos meios navais ao enunciado de um dos dois nomes logo ocorreria ao ouvinte o do outro, como ao de Napoleão o de general e ao de Nelson, o de almirante.

Catarinense, trazia no coração outro amor, o do berço das plagas atraentes, pela beleza como pela hospitalidade cativantes. Escreveu a biografia de quantos patrícios adquiriram notoriedade nas armas, e sobreleva nas entrelinhas o mesmo traço de apaixonada veneração pelos coadjuvantes valorosos e dignos.

Na carreira naval foi equânime, probo e dedicado. O dever, o serviço, a respeitabilidade dos cargos, o critério administrativo, a disciplina, ora ríspida quando necessário, quase sempre bondosa e conselheira, bastante avançada para a época anterior às conquistas liberais dos códigos modernos, engrandeceu-se no seio da classe apreciadora da cultura, da estabilidade de atitudes, do trabalho produtivo, dos caracteres rígidos. Não teve inimigos, nem detratores, apenas colegas, admiradores, poucos e verdadeiros amigos, geral respeito e consideração. Pela pena se elevou e com ela na mão, deixou a terra. Na véspera de mergulhar no pélagos insondável dos destinos humanos na Biblioteca de Marinha procurava informes para os volumes subseqüentes que anunciara.

Serviu à Armada quase 44 anos, deixando-a no pósto mais alto, o de almirante, depois extinto. Desempenhou muitas e brilhantes comissões no largo caminho que perlustrou através dos páramos navais. Na Escola, de onde seria mais tarde diretor, o prêmio Igua-temi, constante de espada e fiador; fez a viagem de circunavegação de 1888 no cruzador "Almirante Barroso" com o qual deveria naufragar, cerca de cinco anos depois, no estreito de Dyubal, Mar Vermelho, a pouco mais de cem milhas do canal de Suez. Ajudante de ordens do Ministro da Marinha, teve a promoção a Capitão-Tenente por serviços de campanha, por ocasião da proclamação da República. Merecida por certo fôra esta homenagem a quem nunca escondera os pendores republicanos, isto em meio profundamente monárquico, como o da officialidade de Marinha de então. Deputado estadual em Santa Catarina, diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo de Marinha, por mais de uma vez, cargo a que emprestou muito brilho e onde pôde continuar as indagações a que já se vinha dedicando sobre assuntos históricos.

A inclinação para esse ramo nunca prejudicou, enquanto na atividade do serviço, o cumprimento dos deveres militares. Isto pre-

cisa ser evidenciado, porque não somente no Brasil mas em várias outras nações igualmente progressistas, é hábito nas praças d'armas ostentar-se certa complacência apenas para com os colegas "historiadores"; tolera-se mas com manifesta superioridade desdenhosa; nunca, é verdade, se chegou a condenar o estudo desse ramo, no entretanto cada vez mais importante, nunca também mereceu aplausos e encorajamento da classe, excetuando-se talvez a Alemanha anterior de pouco a 1870 e continuada até provavelmente à rendição incondicional de agora.

Comandando o cruzador-torpedeiro "Timbira", e como mais graduado, na chefia de pequena divisão seguiu com destino ao Paraguai à disposição de nossas autoridades diplomáticas naquela república amiga, então sentindo os efeitos do surto de caudilhismo que aos fins de 1911 desencadeou a guerra civil e perturbou profundamente os setores da vida regular do país irmão. Os agradecimentos, como patriota e como representante do Brasil, segundo afirma o ministro Laurena Ferreira, aos serviços prestados pela Divisão Naval são bastante calorosos, é traduzem fielmente o espírito de elevada compreensão das circunstâncias por parte de Boiteux e de seus provecctos officiais.

Instrutor, traduziu o Código Internacional de Sinais, com elogio, fez parte da Comissão Naval na Europa, comandou muitos navios; nas longas viagens sofreu, com valorosos companheiros, as privações do tempo que se vai perdendo no passado, e dificilmente compreendido pelas gerações de hoje: muitos dias a meia ração, ainda assim de gêneros de qualidade duvidosa, outros a um terço de ração, pobreza de material, deficiência de verbas, doenças e moléstias tradicionais, ameaça de escorbuto, peste bubônica e outros males, por tôdas as vicissitudes passou, como a maioria dos colegas contemporâneos, mas com inquebrantável dedicação ao serviço, entusiasmo contagioso, verdadeiro sacerdote, porque de sacerdócio por muitos tem sido o caráter emprestado a uma carreira de inequívocos motivos de vaidade e de orgulho, mas de indisfarçáveis sacrifícios por vèzes, quando o homem sente a vèra pequenez ante à majestade das águas revoltas, dos elementos desencadeados em tormenta, nada respeitando, muito menos a "esse bicho da terra tão pequeno."

Sobre a orientação que imprimiu a seus trabalhos poder-se-ia apreciá-la sob os três aspectos, militar, biógrafo e regional. Resalta, porém, desde logo que nunca será obra apocada aquela que, em matéria de História, oferecer tão copiosa messe de propósitos, episódios e comentários como os que se apontam

no volumoso acervo que deixou. Sem fazer história geral propriamente dita nem tampouco regional, abeirou-se mais da primeira e dentro desta a militar. Foi biógrafo. É um dos gêneros preferidos, o mesmo que imortalizou Plutarco, com as suas vidas de varões ilustres, gênero a que estão ligados grandes homens, inclusive Fenelon, como biógrafo dos filósofos e até Walter Scott, príncipe da literatura, como biógrafo dos romancistas. Para os objetivos primaciais da ciência que já foi definida a "Biografia da Humanidade", todos os gêneros são úteis, dependendo especialmente do mérito do autor, do seu equilíbrio no emaranhado dos acontecimentos, do raciocínio isento de paixões ou inclinações pessoais, da clarividência na seleção de fatores predominantes e das causas legítimas.

Henrique Boiteux, voltando-se para esse ramo de História Geral, a que juntava outro de suma importância — o militar —, a julgar pelos conceitos que tem merecido dos mais autorizados nomes do Instituto, mostrou-se à altura de tão honrosas aspirações, contribuindo com tenacidade e potente capacidade realizadora para aumentar as páginas da História da nacionalidade, elucidando muitos pontos obscuros, dirimindo controvérsias, definindo

caracteres anteriormente sob suspeitas e reservas evidentes.

São seus trabalhos magníficos subsídios para a composição dessa História especial e utilitária, que guiará e moldará a mentalidade das gerações futuras, a formação das *élites*, a educação das massas, orientando-as sob o influxo das agitações hodiernas.

Porque a educação dos povos valerá muito mais que os tratados. O pacto de São Francisco, a carta do Atlântico, a Carta Mundial, poderão impedir durante algum tempo a guerra, mas nunca farão desaparecer antagonismos e irredutibilidades que ficarão latentes para explodirem, quando os meios coercitivos falirem, ou porque nova conflagração sobrevenha, ou porque se desinteressem os povos de fazer marchar os filhos para a morte, ou porque se recusem simplesmente as massas, sem interesse imediato na questão, de nela arriscarem o sangue, a família, a terra.

Cumpriu a missão. O Instituto pode reverenciar a memória do almirante Boiteux. Tombou um forte; envolveu-se em sombras aquela vida, repleta de utilidades como marinheiro e como historiador. O silêncio reinará sobre o túmulo, mas eternas ficarão as relações escritas.

II — SÔBRE MATOSO MAIA FORTE

H. C. LEAO TEIXEIRA FILHO

— “Perdemos, há pouco mais de um mês, em 11 de maio, um dos nossos mais estimados companheiros, o Ministro José Matoso Maia Forte, sócio efetivo deste Instituto desde 22 de agosto de 1931.

Recordar-lhe o nome, neste recinto tradicional, que tanto lhe merecia e em cujas bancadas sociais parece que ainda o estamos vendo, importa, a bem dizer, em avivar saudades entre quantos hajam tido o privilégio de conhecê-lo, e mais ainda de apreciar-lhe o caráter, no qual tão acentuadamente predominavam sua bondade e proverbial modéstia.

Homem sereno, permanentemente bem humorado, tinha êle o dom de fazer amigos e admiradores, que a sua carinhosa afabilidade logo sabia conquistar.

Ingressando nesta casa em idade provecta, trazia um nome feito, honradamente granjeado em laboriosa atividade na imprensa, no funcionalismo e na alta administração da terra fluminense, à qual sempre consagrou entrando amor e em cuja história e corografia era sobremaneira versado. Nos anos aqui convividos continuou a distinguir-se através de estudos valiosos, que se avolumaram em novas e eruditas publicações, sem embargo dos cotidianos afazeres no *Jornal do Comércio* ou das honrosas funções nos elevados postos de governo e importantes comissões que, então, proficientemente ainda exerceu no Estado do Rio.

Nascido no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1873, José Matoso Maia Forte, filho de Ernesto Matoso e dona Laura Soares Matoso, iniciou sua educação literária em colégio de renome, ao tempo mantido em Vassouras pelo famoso educador Alberto Brandão. Dali saiu para matricular-se na Escola Naval, cujo curso no entanto abandonou para consagrar-se, desde logo, ao serviço público estadual, onde começou carreira como praticante da Diretoria de Fazenda aos 29 de julho de 1891. Rápida e promovido a 2.º e a 1.º oficial, passou a servir no Tribunal de Contas, no qual Quintino Bocaiuva o promoveria a Chefe de Seção em 1902. Com a extinção do Tribunal,

volveu à Diretoria da Fazenda, exercendo sua atividade nas seções de Tomadas de Contas e de Receita, sendo em 1905 nomeado Fiscal do Serviço Externo de Rendas, acumulando durante algum tempo tais encargos com o lugar de Administrador da Mesa de Rendas. Em 1911 atingia ao cimo da carreira, assumindo a Diretoria de Fazenda do Estado, onde permaneceria até ser nomeado, em 1918, Juiz do Tribunal de Contas, investidura à qual, ao depois, foi dada a denominação de Ministro. Nesta honrosa posição manter-se-ia até 27 de junho de 1939, quando, pela extinção do mencionado tribunal, seria pôsto em disponibilidade. Contando, então, nada menos de 48 anos de bons e ininterruptos serviços ao Estado do Rio, José Matoso Maia Forte solicitou e alfim lhe concederam merecida aposentadoria.

Dêsse longo e belo tirocínio, sempre exercitado com probidade e dedicação, proviar sua reconhecida autoridade e indiscutível competência nos assuntos administrativos e questões financeiras do seu Estado. E a política que nem sempre costuma dar o devido aprêço a semelhantes especializações, em boa hora não prescindiu de suas luzes e experiência: confiou-lhe o trabalhoso cargo de Secretário Geral do Estado em 31 de dezembro de 1914, pôsto em que se manteria êle até a mesma data de 1918 e no qual lhe foi dado prestar segura proveitosa colaboração à segunda presidência de Nilo Peçanha e dos sucessores dêste, Sylvio Guimarães e Gerarque Collet. Mais tarde, ao tempo da interventoria do General Mena Barreto, embora no curto período de um mês, ainda lhe seria dado exercer a pasta de Secretário das Finanças em 1931, incumbência deveras melindrosa naquela quadra revolucionária, que outra vez lhe seria confiada em 1935, ao ser nomeado pelo Almirante Protógenes Guimarães, e na qual permaneceu até dezembro do ano seguinte.

Longo e fatigante seria apontar-se, em minúcias, quanto lhe foi possível fazer em sua demorada e retilínea carreira de funcionário administrador. Basta que se relembre o trabalho, e mesmo o entusiasmo, com que cuidava

ou se referia aos interesses fluminenses. E bem justo era o seu orgulho em servir à antiga e gloriosa província, cuja história ele próprio recordava a cada instante, sempre que lhe fôsse propício indicar o exemplo dos grandes vultos que a tinham administrado e que no Império se chamavam Itaboraí, Paulino, Honório Hermeto, Rio Branco, e tantos outros, que na República encontrariam dignos continuadores em Porciúncula, Alberto Tôrres, Quintino, Portela, Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, e poucos mais.

Mesmo depois de aposentado, continuou o Ministro Matoso Maia Forte a servir ao Estado do Rio na qualidade de membro do Conselho Regional de Geografia e da Comissão de Organização Administrativa do Estado. E muitas foram as comissões que anteriormente também exerceu, dentre elas destacando-se, em 1905, a de Discriminação das Propriedades situadas nos territórios em litígio entre os Estados do Rio e de Minas Gerais; a de organização interna da seção fluminense na Exposição Nacional de 1908; e bem assim as de representante do Estado nas conferências de limites interestaduais realizadas em 1918 e 1920, como também de Delegado Estadual em diversos Congressos e no Conselho Nacional de Geografia, em 1937 e 1940.

Na imprensa militou desde 1890, iniciando seus primeiros passos como jornalista em *O Dia*, de Vicente de Sousa, Tomás Cavalcanti e Saturnino Cardoso; a seguir, trabalhou em *A Imprensa*, de Niterói, em 1891, servindo no ano seguinte como correspondente, naquela cidade, de *O Combate* e de *O País* nos anos de 1893 e 1894, funções que passou a exercer em Petrópolis, a partir do citado ano até 1903, fundando ali, ao tempo em que era a capital fluminense, o jornal *O Estado* e colaborando na *Tribuna de Petrópolis*. Por cerca de onze anos, entre 1904 e 1915, pertenceu à redação de *O País*, passando em junho de 1925 ao *Jornal do Comércio*, onde, até findar seus dias, tanto se distinguiria e maior número de amizades haveria de conquistar como Secretário do veterano órgão da imprensa carioca.

De sua ação no *Jornal do Comércio* dizem eloqüentemente as notícias ali publicadas por ocasião do seu falecimento, e delas muitíssimo nos valem para alinhar estas breves páginas de recordação e saudade. Por isso mesmo, para que melhor possamos conservar fiel lembrança da sua curiosa personalidade, justo se nos afigura transcrevermos no relato desta tertúlia o carinhoso artigo em que João Luso em cores vivas e com tanto sentimento, com mão de mestre bosquejou-lhe fidelíssimo re-

trato. Assim o fazendo, daremos condigna moldura a imagem de tanta parecença.

Numerosos e variados são os trabalhos que as letras históricas e geográficas brasileiras ficam devendo à operosidade de José Matoso Maia Forte. Anexando a esta afirmação uma sucinta relação de suas obras (v. nota abaixo), não nos olvidaremos de ressaltar quão eruditamente ele se ocupou com os assuntos mais diretamente pertinentes à terra fluminense, máxime quando respeitantes às suas queridas cidades de *Vassouras* e *Niterói*, que por certo muito lhe tocavam ao coração, pois na fidalga Vassouras dos tempos imperiais iniciara a educação, e para ela sempre volvia nas horas de lazer ou quando carecia das branduras do clima para retemperar-lhe o organismo. Não menos lhe merecia a "*invicta Niterói*", pela qual pegara em armas, quando, no ardor dos 20 anos, a defendera nas horas sangrentas de 1893, alistando-se no lendário *Batalhão Acadêmico*.

Eis aí, meus prezados consócios, lembrada, em singelas expressões, a nobre vida de um prestante cidadão, José Matoso Maia Forte, exemplar servidor da nossa terra, cuja menção ora reverenciemos neste preito de sincera e devida homenagem."

Nota — Conforme notícia biográfica no *Jornal do Comércio* de 12-5-1945, deixou Matoso Maia Forte as seguintes publicações:

Índices Alfabéticos da Legislação do Estado de 1892 a 1906 (3 pequenos volumes); *Hidrografia do Estado do Rio de Janeiro* (1919); *Esboço de Geografia Econômica do Estado do Rio de Janeiro* (1909); *Tradições de Niterói* (1919); *O Estado do Rio de Janeiro*, Ensaio para o Estudo de sua História (1928); *Memórias da Fundação do Iguaçu* (1933); *Memória da Fundação de Vassouras* (1933); *As Estradas de Rodagem Rio-São Paulo, Rio-Petrópolis e União e Indústria*, memória apresentada ao II Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, no Rio de Janeiro (1929); *Notas para a História de Niterói* (1935); *Viagens pela Província do Rio de Janeiro em 1816 e 1819*, traduzidas das obras do sábio Augusto de Saint Hilaire (1937); *O Município de Niterói*, corografia, história e estatística (1914). Tinha em preparo um volumoso trabalho histórico sobre o Estado do Rio.

MATOSO

Não foi simplesmente um companheiro que perdemos a semana passada. Foi alguém mais íntimo, mais merecedor de solidariedade e ter-

nura, mais ligado à nossa existência — uma pessoa da família de todos nós.

José Matoso Maia Forte nós amava, a todos, fraternalmente. A sua entrada na redação, e até depois de alquebrado, derreado pelos sofrimentos físicos, tinha sempre alguma coisa de festivo. Chegava invariavelmente sorrindo. Saudando os que estivessem aqui na sala, as suas palavras acusavam um regozijo singular e sem dúvida só daqueles momentos. Últimamente, ia-lhe fugindo a voz. Por fim, quase se não fazia ouvir. Adivinhávamos, porém, a frase amiga e jubilosa que ele trazia no coração.

A fadiga da caminhada não chegava, não chegaria nunca a alterar aquêle contentamento de estar perto de nós. Tudo aqui dentro o chamava, porque, de certo os móveis mesmos os papéis, as luzes, o ambiente lhe queriam bem. Não havia para ele senão o respeito dos moços, a afeição dos mais velhos, o carinho de todos. Matoso tinha a certeza de ser sempre recebido como quem aparece no melhor momento: o momento em que se têm saudades de nós e se deseja, por ser mais que necessária por ser insubstituível, a nossa presença. As expressões que o acolhiam, das mais cerimoniais às mais joviais, deviam dar-lhe a impressão da mesma sinceridade absoluta. A sua alma havia de respirar, então, uma atmosfera de felicidade. E assim êle chegava ao jornal como quem, ao cabo de mais curta ou mais longa ausência, volta para casa.

Accentuados os seus males, é claro, a direção lhe significou que, sem nenhum constrangimento, nenhuma preocupação, devia, até ficar bem curado e bem forte, deixar de trabalhar. Quem, porém, o induziria sequer a uma relativa prudência? Desde que pudesse caminhar e dirigir-se, Matoso deixaria a sua residência de Niterói para tomar a barca e depois o rumo desta esquina da Avenida com Ouvidor, onde o esperava a tarefa de cada dia e o mundo predileto de sempre. Alto magistrado, geógrafo e historiador, político eventualmente ou nas horas vagas, sobretudo o atraía e se lhe impunha o mister da imprensa. Tinha nascido para isto; e nunca, em tão longa carreira, lhe surgira, dêste ou daquele lado, possibilidade de alta situação, fortuna, mando ou glória, capaz de-o desviar do caminho cotidianamente trilhado com a mesma esperança, a mesma ilusão ou até — como na grande maio-

ria dos casos — sem a idéia de qualquer triunfo ou recompensa. O jornalismo constituía por entre outras possíveis ocupações, o natural iniludível roteiro do seu destino. Coisa nenhuma os Fados lhe poderiam oferecer, mais bela, mais rica, mais ditosa do que a labuta, quase sempre a mesma, àquela carteira de redação. A secretária de Matoso! Quando êle a abria, havia sempre sôbre os seus joelhos uma hecatombe de papelada. Eram gazetas e revistas, páginas soltas e recortes, boletins, estatutos, catálogos, cartas não respondidas, convites por agradecer, tôda sorte de apontamentos a pena e a lápis e — o *Diário Oficial*. Tudo se aprensava, se espremia, atulhando o espaço em que êle havia de exercer as funções, tão exigentes, de secretário da redação. E Matoso as desempenhava, esforçada e impetuosamente. Arredava tudo; depunha as sobras, provisoriamente, ao alto da secretária; ajeitava um canto em que coubessem as tiras do original, os lápis dos “vistos”, o cigarro; e, durante horas e horas seguidas, executava o seu trabalho não raro também o de outros. Nunca se queixava de fadiga, nunca manifestava impaciência nem tédio nem indisposição alguma. Tudo e de qualquer maneira se acomodava. Apenas, nos dias úmidos, e porque a mesa, a fundo da sala, estava exposta a uma corrente de ar, Matoso, em mangas de camisa embora conservava o chapéu na cabeça.

Ninguém, desde que há jornais, chefio com mais zelosa dignidade e mais nobre empenho de acertar o complicado serviço da redação. Um defeito único se lhe poderia apontar — que de certo era também o seu único senão na vida: o excesso de bondade. Custava-lhe tanto dizer que não aos solicitantes de notícias e aos candidatos a colaborador; de tal modo o afligia declarar inferior a contribuição dum subordinado, que, nessas emergências se julgava áustero, exigente de mais e, com algum corte ou emenda, para descargo de consciência, acabava aceitando, deixando passar coisas mais ou menos em desacôrdo com as intransigências do Velho Órgão... Assim não raro, fazia, sem nunca, depois, se arrepender. Nunca e por uma razão bem natural assim como lhe faltava a coragem de negar ou condenar, assim se considerava ao abrigo de qualquer advertência superior — e, com efeito, nunca tal decepção lhe foi infligida.

Homem de tôdas as virtudes e tôdas as seriedades, Matoso adorava os ditos folgazões dos seus irmãos de trabalho. Em verdade todos temos os nossos dias de não achar a tais gracejos graça de espécie alguma. Nesse sentido, porém, não havia para êle dias melhores nem piores. Todos eram ótimos. No meu tempo tivemos três companheiros, insuscetíveis, já não digo de irritação, mas do mais ligeiro mau humor. Do princípio ao fim de ano sempre iguais na paciência, na benignidade na doçura... Nunca foi possível ter com êle

brincadeira que de leve ou de longe lhes desagradasse: Carlos Américo dos Santos, Máric de Sousa Ferreira — a quem, de tanto o estimarmos, só tratávamos por Sousinha — e José Matoso Maia Forte. Adoráveis camaradas! Por questão de temperamento privilegiado, de sentimento milagroso, achavam graça às pilhérias mesmas que não tivessem graça alguma. Américo, Sousinha, Matoso... Eram os santos desta casa.

J. L.

III — SÔBRE SOUSA DOCCA

AURÉLIO PÔRTO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro houve por bem conferir-me a honra de ser o intérprete da homenagem com que cultuamos a memória do General Emílio Fernandes de Sousa Doca, um dos lídimos valores intelectuais desta Casa, há pouco roubado ao nosso convívio.

Presidiu à escolha, não muito acertada, razões de ordem afetiva. Quarenta anos de uma amizade fraternal nos ligava estreitada, mais e mais, por aquêl grande coração que deixou de bater para a vida, mas que viverá sempre, com a plenitude de sua bondade, na perene recordação dos que o compreenderam e o amaram.

Essas razões poder-me-iam inquirar de suspeito. Elogio em boca amiga... Mas, o morto que pranteamos excede pelo conjunto de suas virtudes intelectuais e morais a quaisquer louvores que se possam tecer à memória. Precinde dêsse elogio costumeiro que nos aflora piedosamente do coração à beira de um tumulto que se fecha. Para encarecer-lhe a vida basta ser justo. Para glorificar-lhe a obra, basta ser verdadeiro. E o afeto, êsse grande afeto que nos ligou, essa identidade de pensamento e ação que foi o liame dos nossos espíritos, essa compenetração mútua que solidarizou as nossas almas na prossecução de um mesmo ideal, — não podem excluir a justiça, nem prejudicar a verdade.

E foi sôbre os vértices dêsse triângulo — Bondade, Justiça e Verdade — que Sousa Doca disciplinou o seu espírito e construiu a sua obra. E é, ainda, sob êsse aspecto que o veremos, distanciado pela morte, mas engrandecido pela saudade dos que puderam de perto senti-lo e admirá-lo.

A excepcionalidade desta homenagem, que transcende os limites das ânuas necrológicas dos companheiros que de nós se afastam pela contingência da morte, é significante e profunda. Mais do que um preito de saudade, é uma consagração. E Sousa Doca bem a merece pelas qualidades marcantes de seu caráter pelas realizações de sua inteligência.

Exalçando-lhe a memória o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que êle honrou e engrandeceu, cumpre um dever, resgata uma dívida.

1 — TENDÊNCIAS ANCESTRAIS

Emílio Fernandes de Sousa Doca nasceu em São Borja, pequena cidade na fronteira do Rio Grande do Sul, aos 16 de julho de 1884. Foram seus pais o coronel José Fernandes de Sousa Doca e D. Maria José da Rosa Doca. Pequeno criador de gado, como soia acontecer nos tempos heróicos do Rio Grande, o coronel Doca illustrou o seu nome nas pugnas guerreiras, de que foi amplo cenário o extremo sul do Brasil.

Muito moço ainda, na Revolução Farroupilha, alistado entre os defensores da Legalidade, atingiu, por atos de bravura, os galões de capitão. Mas, foi na guerra contra o Paraguai, notadamente na invasão de São Borja que êsse velho gaúcho se notabilizou. Ao lado de Canabarro, estugando o passo ao invasor combatendo-o com heroicidade, ou pondo em execução velhos ardis de guerra, o major Sousa Doca se destaca, numa afirmação admirável de destemor, impondo-se à admiração do comando em chefe do Exército. As Ordens do Dia, referentes a êsse período da nossa gloriosa História Militar, atestam, em citações várias, os altos méritos dêsse destemido soldado que aliava à bravura incomparável a iniciativa da ação. Seus serviços, que o elevaram até o posto de coronel, constituem uma das mais brilhantes afirmações de valor, patriotismo e honra militar.

A essas qualidades peculiares, nesse tempo, àqueles fronteiros heróicos que montavam guarda às estacadas raianas, em defesa da integridade da Pátria, excedem as de caráter. Voltando das refregas sangrentas, cobertos de cicatrizes gloriosas, aos velhos rincões nativos reintegravam-se à simplicidade de seus hábitos campeiros, recomeçando sempre uma vida de honestidade e trabalhos, que as eventualidades da guerra haviam interrompido e sacrificado.

Os Sousas procedem, no Rio Grande, de velhas estirpes açoritas. Gente laboriosa e boa é a melhor semente do povoamento do extremo-sul. Bisonhos e tímidos, confinados nas suas datas de terra, onde retomam os hábitos ilhéus, dedicam-se, inicialmente, à agricultura. Mas, o meio os atrai. Os descampados da Pampa, a vida aventureira dos penetradores da terra, seduzem. E o gado, que prolifera nos campos, acenando-lhes outras modalidades econômicas, abre-lhes novas perspectivas, despertando-lhes no subconsciente o velho valor que a vida sedentária das ilhas fizera secularmente adormecer, mas que não extinguiu jamais.

Aos homens do campo, que vão extremado com suas largas sesmarias lindes, mais avançados, cabe a defesa da terra. E as gerações povoadoras e as que se lhe sucedem, retemperadas pelo meio, readquirem qualidades de energia, de combatividade e valor. Mas, a crueza das lutas, a impassibilidade ante os sacrifícios, não destroem, no entanto, as elevadas virtudes, o fundo nobre que sedimentaram a formação de seu caráter. Os Cardoso de Sousa, ilustre progênie ilhoa, de que procede Sousa Doca, contam-se entre os melhores casais que nos vêm dos Açores e são, por seus rebentos, valorosos defensores da integridade territorial do Brasil.

Entrelaçam-se aos Fernandes Lima, procedentes de Curitiba, velhos tropeiros desbravadores do Continente, que se fixam nas raíais extremadas da campanha riograndense. O tropeiro, pelas injunções da sua profissão, adquire qualidades insuperáveis de energia, de temor pessoal e de iniciativas próprias do sul. Soldado por profissão e temperamento perquirindo os mais recônditos rincões da terra, ora surge das canhadas profundas, ora, como uma estátua equestre, se ergue, plasmada em lonínquo horizonte, no tópo da coxilha. O homem, nos descampados da Pampa, se transforma. Os fracos tombam no deserto imenso. Mas os fortes vencem porque a luta contínua renova energias, suscita coragem, desperta pundonor e brio. O homem, às vezes, se torna duro, mas de uma dureza sem arestas porque conserva, no fundo do caráter, os princípios fundamentais da razão e da moral. Não se acoitam à sombra das tocaias, na atitude covarde dos fracos. Faz da lealdade e da lisura no combate, ou no esforço pessoal pontos de honra que a sua consciência não permite macular. E os que quebram essa linha numa intercessão de cobardia, descem, no conceito geral, à categoria dos vis. Lealdade, honra, bravura são, nos tempos heróicos da

formação gaúcha, denominador comum de fortes gerações primitivas.

A iniciativa da ação desenvolve as qualidades de inteligência e a percepção pronta dos fatos da vida externa. O meio, a luta, a defesa imediata de seus interesses, a integridade da Pátria, que ali o colocou como fronteiro exigem do homem o aprimoramento dessas qualidades.

Os Cardoso de Sousa e os Fernandes Lima foram soldados, pastores soldados, com destaque apreciável nas crônicas militares do tempo.

Nas qualidades de elite de Sousa Doca, visceralmente soldado, quer na profissão, quer nas inclinações intelectuais, iremos encontrar vívido e forte, esse implexo dos antepassados a que não foge o homem, pela imposição fatal da hereditariedade.

2 — VIDA MILITAR

A vida militar do General Sousa Doca, que se desdobra por 46 anos de ininterruptos serviços, é uma exemplificadora página de lealdade, valor e patriotismo. Erguido do nada, de uma condição humilde, sem proteção e amparo, a golpes de vontade e de inteligência, transpõe barreiras quase insuperáveis e atinge, em sua classe, o pósto mais elevado.

Há, nisso, a predeterminação de um caráter, trabalhado por tendências nativas, que se formou na adversidade. Sua vida de soldado, como a de intelectual, singulariza-se pelos impulsos vocacionais que lhe traçam diretrizes intergiversáveis. Devia ser soldado, mas encher essa vida de soldado com a preocupação constante de erguer, sobre a argamassa de seu patriotismo, um monumento a outros soldados que passaram, em gerações primitivas, derramando o seu sangue e erguendo, nas velhas fronteiras irredentas, em defesa da integridade da Pátria, o pavilhão do Brasil.

Havia, no seu subconsciente, pela formação inicial, pedaços dispersos de bravuras lendárias, tropéis de esquadrões em guerrilhas sangrentas, clarins que soavam nas aleluias da vitória, bandeiras que se erguiam consteladas de glória.

Embalara-lhe a infância, entre os cantos maternos, a voz austera do pai, já no declínio da vida, vivendo das recordações heróicas dos seus próprios feitos, da indomável bravura de seus gestos, de mais de meio século de lutas nas campanhas do Sul. Viera ele das arrancadas de 35 e escrevera páginas épicas nos campos inóspitos do Paraguai. E sua terra, esse verde rincão missioneiro, devia-lhe a mais gloriosa das defesas contra o invasor que

afrontara e, destemeroso, fizera estugar o passo.

Tinha 8 anos apenas quando o pai lhe morrera, no sítio ensombrado por anosos laranjeiros amigos. E a visão daquele velho, fanchudo e bravo, ficou-lhe no fundo da memória, retocado de um halo de respeito, de veneração e de saudade.

Foi na lareira paterna, no prestante fogão gaúcho, onde, piá ainda, servia o chimarrão aos veteranos amigos que vinham charlar com o pai, que esse menino recebeu as primeiras impressões que haviam de predeterminar-lhe o destino.

E, quando, no petição aguateiro da estância, troteava léguas para ir até à escola primária, que ficava no fundo do rincão, seu espírito infantil rememorava aqueles feitos, povoava de legiões lendárias aqueles campos, sonorizava de estridores de guerra aquelas canchadas fundas e fazia surdir, no tópo das coxilhas, ao sol brilhante das manhãs pampeanas, esquadrões que se entrechocavam em pugnas de glória. E sentia-se também envolvido no fragor dos entreveros, nas arremetidas loucas das cargas de lança.

Morto o pai, sobrevieram dias de vicissitudes, de pobreza e de desconforto, não obstante os desvelos maternos de quem tudo sacrificava pelos filhos, na sua grande humildade santificadora.

Escassas as letras que o professor de campanha ministrara nos poucos anos de frequência escolar. Iria supri-las a inteligência vivaz e a vontade de um homem que foi, nas letras históricas, como na sua própria carreira, um autêntico general.

Sousa Doca não completara 15 anos ainda quando, em 4 de abril de 1899, sentou praça no 6.º batalhão de Infantaria, sediado em São Borja. No mês seguinte, a 5, era promovido a anspeçada, a 9, a cabo e a 15, a furriel. E um ano depois, a 2 de junho de 1900, recebia as divisas de 2.º sargento.

Rápida a carreira que fizera nos postos inferiores, naquele meio péssimo, cheio de seduçções para um jovem, em que muitos naufragavam, levados pelas más companhias e pelos exemplos pouco edificantes que ali encontravam. O Exército, naquele tempo, não era ainda a magnífica escola em que se forma o caráter nacional, e em que se aperfeiçoam os sentimentos cívicos da mocidade, como, particularmente, São Borja era o degrêdo para onde, com honrosas exceções, se transferiam oficiais e inferiores insubordinados ou invilecidos pelos vícios. E entre os degredados também apareciam, às vêzes, oficiais brilhantes

que as injunções da política provincialiana afastavam de outros lugares.

Mas, esse rapaz de 16 anos soube sobrepor-se às corruções do meio. Dotado de vontade, trabalhada por um caráter são, acumulava as reservas de energia com que havia de vencer na vida. Para vencer, porém, era preciso estudar, iluminar o espírito, disciplinar a inteligência.

Sentando praça, destinou-se logo à Escola Regimental do Batalhão, de que foi desligado em 11 de dezembro de 1900, com aprovação simples, por terminação de curso. Aproveitado, em seguida, em trabalhos de expediente da Companhia, passou, em 1 de janeiro de 1901 a responder pela escrituração da mesma, na ausência do 1.º sargento, como empregado na Secretaria do 6.º Batalhão.

Em 1902 inicia-se a série ininterrupta de louvores de seus superiores hierárquicos, que o acompanhará durante toda a sua vida de soldado sem mácula, "pela lealdade, dedicação zêlo e boa vontade" com que serviu na Secretaria.

Antes de chegar a oficial, pôsto que só atinge em 1915, multiplicaram-se essas citações. 1.º Sargento, em 1903, Sargento Quartel-Mestre, em 1904, deixava, nas comissões que exercia, na campanha em que se portou com brío e valor, um traço de seu caráter, uma impressão de sua inteligência, um atestado de seu valor pessoal.

Era bem um soldado, produto dessa caserna gloriosa do sul de que se levantavam as sentinelas atentas na defesa da Pátria. E, como se lhe traçassem diretrizes para a sua vida militar, as Ordens do Dia de seus chefes indicavam perfeitamente os rumos de seu caráter: "Correção de conduta, Severa moralidade, Inteligência, Disciplina, Probidade exemplar, Calma, Coragem, Bravura". E assim foi o sargento Doca, em seus 16 anos de praça.

Em 1903, no exame prático a que se submeteu na Guarnição de São Borja, foi aprovado para exercer o pôsto de alferes. Em 13 de maio de 1908 prestou, em Porto Alegre, exames em concurso para Intendente de 5.ª classe. Mas, teve de esperar mais algum tempo para atingir o objetivo a que se propunha.

Em 1914, na campanha do Contestado, antes mesmo da promoção a oficial, fôra designado pelos seus superiores para exercer o cargo de Intendente de Guerra, e eram-lhe confiadas vultosas somas em dinheiro para distribuir entre as várias unidades do Exército, sediadas em pontos diferentes. O perigo que corria, o valor que se exigia de quem era encarregado

dessa missão, a honestidade exemplar que ela requeria, são sobejas provas da confiança que esse modesto sargento inspirava a seus chefes. Desempenhava já funções só cometidas a oficial de Intendência e, ao terminar a campanha, recebe em seus Assentamentos caloroso elogio de seu comandante, pela demonstração de “zêlo, inteligência e lealdade”, com que desempenhou essas funções, “a par da probidade que o caracteriza em tôdas as funções que, como oficial inferior, lhe são confiadas” diz textualmente a parte.

Tinha a calma, a coragem e a abnegação dos bravos. Estava na Guarda Avançada do Reduto do Josefino quando esta foi atacada. Portou-se como um valente. E por isto foi louvado, em 4 de maio de 1915, pelo comando da Coluna. Fêz, da mesma forma, a travessia da Serra, infestada de inimigos, mostrando nessas ações “calma, coragem e abnegação dignas de nota”, registra a parte oficial.

Voltando a Porto Alegre, passou a servir como empregado da Região Militar, vindo nessa ocasião, pela primeira vez ao Rio de Janeiro.

Em 11 de agosto de 1915, por decreto dessa data, era nomeado Intendente de 5.^a Classe, por concurso, com o posto de 2.^o tenente.

Em 1918 assume a Chefia do Serviço de Administração da 5.^a Região Militar. E a 14 de agosto de 1919 é promovido, por antiguidade, ao posto de 1.^o tenente.

Em 1 de junho de 1921 matriculava-se o tenente Sousa Doca na Escola de Intendência de Guerra, seguindo o Curso de Administração Militar. Terminado esse Curso, obtinha, entre os alunos da turma, o primeiro lugar e por essa classificação e pela nota distinta que recebeu, foi-lhe conferida Menção Honrosa. E, por estudos, era, em 29 de dezembro do mesmo ano, promovido a capitão. No ano seguinte, a 24 de fevereiro, é mandado matricular na Escola Superior de Intendência de Guerra e consignada nos seus Assentamentos a nota do Diretor da Escola de Administração: “Oficial muito inteligente, muito bem dotado e muito trabalhador.” Concluiu o Curso com nota distinta, ocupando o 2.^o lugar entre seus companheiros de turma. Em março é transferido para o quadro de Intendentes de Guerra.

Em 26 de junho de 1923, promovido a major por merecimento, attingia o posto de oficial superior do Exército Nacional, destacando-se nas mais árduas comissões que lhe eram cometidas, pelo seu alto espírito de organizador inteligente, de trabalhador infatigável

e pela probidade inigualável, que era o mais alto apanágio de seu caráter.

E quando, dentro da órbita de suas atribuições, organiza trabalhos notáveis sobre subsistência para fôrrageamento da 1.^a e 3.^a Regiões Militares, levantando pessoalmente no Rio Grande do Sul, uma estatística, que serviu de padrão a serviços similares. Em 1924 é nomeado chefe do Serviço de Intendência do Destacamento organizado para operações militares no norte do Estado do Rio Grande do Sul, sob o comando do coronel Enéias Pompílio Pires que, ao desligá-lo mais tarde dessas funções, em Boletim o elogia calorosamente.

Em janeiro de 1925 assume o cargo de Presidente da Comissão de Compras da 3.^a Região. Aí, como sempre, caracteriza-se por probidade exemplar, que o Comando da Região proclama em honrosa citação. Nos anos seguintes, até 1930, serve na Diretoria de Intendência de Guerra, no Rio de Janeiro. Assiste, como Chefe de Serviço de Intendência de Guerra da 3.^a Divisão às manobras que se realizam em Minas e, no ano seguinte de 1927, as que são levadas a efeito em São Paulo, e depois em Mato Grosso.

Em 26 de janeiro de 1928 é promovido, por merecimento ao posto de Tenente-Coronel. Designado Chefe do Serviço de Intendência desta última circunscrição militar, faz ali uma administração modelar. Durante um ano, lutando contra elementos pervertidos que desmoralizavam a classe, locupletando-se à custa das economias do Exército, ou participando de negociatas rendosas; ameaçado na própria vida, tendo de agir com energia incomum, no castigo dos culposos. Sousa Doca soube levar a bom termo a sua missão, instaurar um novo regime de trabalho, de honestidade, e de moralização administrativa, fazendo, outrossim, economias de vulto, aplicadas ao desenvolvimento dos próprios recursos materiais da Região. Deixou ali um grande nome. Temido pelos faltosos, engrandecido pela opinião pública, venerado e querido por todos, honrou dignamente a sua missão e quando lhe foram cotados esses serviços, o Comando da Região, que lhe prestou mão forte no remodelamento moral e material desse ramo da administração do Exército, consignava-lhe louvores: “Oficial inteligente, enérgico, honesto, trabalhador.”

Em junho de 1930, às portas da Revolução, era transferido para Porto Alegre, como Chefe do Serviço da 3.^a Região Militar.

Ele simpatizava com esse movimento unânime da opinião nacional. Havia nessas promessas um mundo de esperanças, acenando a grandeza do Brasil, apequenado pelos corri-

lhous políticos, diminuído pela auto determinação dos poderosos. Realizada, dentro de seus postulados, no cumprimento de um dever patriótico, seria a emancipação política e econômica do Brasil, a mais alta conquista da nacionalidade para atingir a verdadeira democracia.

Mas, contrapondo-se a esses sentimentos, sufocando essas simpatias, a sua lealdade de soldado, a sua grande lealdade indelével de defensor da ordem constituída e da legalidade civil, dava-lhe ao caráter íntegro os únicos rumos compatíveis com a sua dignidade de soldado. Cairia com os que tombavam, mas cairia de pé, embora sufocando sentimentos que acrisolava no espírito, laços profundíssimos de afeto que o ligavam indissolúvelmente a camaradas de farda e amigos fraternais.

Não escondia aos íntimos essas simpatias. A história, em cujos reconditos penetrara profundamente, indicava-lhe, na lição dos fatos, que esse anseio da alma nacional seria a última etapa, quiçá, desse ciclo glorioso do revolucionarismo brasileiro.

Conhecia-lhe eu essas simpatias, mas... Encontramo-nos no dia 3 de outubro, à porta do Instituto Histórico. Não obstante essa atmosfera que descarregaria, horas depois a Revolução, pesquisávamos ambos pelos velhos arquivos. Quis dizer-lhe alguma coisa. Trairia eu um segredo. Desejava fazer-lhe o último apelo. Mas, havia tanta nobreza no seu olhar, espelhando a serenidade da consciência, e era tão proverbial a sua atitude inmutável de dignidade militar, o zelo, a coragem, a lealdade de soldado, que estaquei ao proferir as primeiras palavras. Ele compreendeu que alguma coisa de grave pesava naquela hora sobre os destinos da Pátria, envolveu-me no seu grande olhar de bondade, e abraçou-me como a um irmão. Para ele só havia, naquele instante, uma determinação: cumprir o seu dever. E soube cumpri-lo, nobremente, corajosamente, arriscando a vida, a posição, a tranquilidade desse lar querido que foi serena mansão de bondade, de beleza e de encanto.

Horas depois, em frente ao Quartel General, estourava a Revolução. Tudo foi rápido, escassa a resistência e dominada desde logo a situação. Presos o comandante da Região e os poucos oficiais que o cercavam. Foi quando o tenente-coronel Sousa Doca, avisado do que ocorria, dirigiu-se, a pé, apressadamente, para o Quartel General.

À frente dos revolucionários encontra essa figura magnífica, irradiante de simpatia, símbolo do valor gauchesco de outras eras, que é Flores da Cunha, na sua farda de general

honorário do Exército. Ao defrontá-lo, querendo entrar no Quartel General, o general Flores da Cunha dá-lhe ordem que volte à sua Repartição e ali aguarde os acontecimentos. Sousa Doca, altivo, sereno erguendo-se no alto de sua dignidade militar, retruca-lhe que não o reconhece como chefe e não acata as suas ordens. Fôra ali para se pôr ao lado de seu general, tutar com ele e com ele morrer, se isto fôsse necessário, em nome das tradições do Exército Brasileiro.

Prêso, é mandado recolher a um navio-prisão surto no Guaíba. Mas, levava a consciência tranqüila. Acrescentara aos fastos da lealdade militar uma página glorificadora, com sua atitude de soldado. Nunca tivera uma nota desabonadora de sua conduta em 31 anos de vida militar, e essa prisão o dignificava ainda mais pelos motivos que a determinaram.

No fim deste ano, transferido para a 7.ª Região Militar, assume, no Recife, a Chefia do Serviço de Intendência de Guerra, em 29 de dezembro.

Em fevereiro de 1931, novamente no Rio, matricula-se no Curso de Aperfeiçoamento, que conclui no mesmo ano, ocupando o 5.º lugar na classificação geral dos alunos dessa Escola Superior. Culminava assim a última etapa de especialização de sua brilhante carreira militar.

Transferido para a chefia da 5.ª Região, em fins de 1931, não chega a assumir esse cargo, porque seus serviços são necessários no Rio, na Comissão Central de Requisições. Em 3 de março de 1933 é nomeado chefe do Gabinete da Diretoria da Intendência de Guerra.

Durante 30 anos, dedicado ao serviço, jamais solicitara ou gozara de uma licença, e tendo isto em consideração, o governo concedeu-lhe em três anos de tempo de serviço as férias a que teria direito.

Em 12 de outubro de 1934, ainda por merecimento, é promovido a coronel.

Designado Chefe do Serviço de Intendência da 3.ª Região Militar, é logo transferido para a 1.ª Região e, no mesmo ano de 1935, nomeado Diretor do Serviço de Fundos do Exército. É aí que se revela, na plenitude de seu espírito de organizador, a sua grande capacidade de trabalho, remodelando serviços dirigindo-lhes a execução prática e agindo com essa energia serena, com essa vontade superior, com essa inteligência vivaz, que eram os mais belos apanágios de seu caráter. Faz parte de várias comissões de alto relevo: Consolidação das leis sobre Montepio; membro da Comissão de Eficiência; Membro da Bi

biblioteca Militar. E por tôda a parte deixa assinalado o seu esforço, a sua probidade, a sua ação inteligente e criteriosa.

Em 1 de outubro de 1940 é nomeado interinamente Diretor da Intendência do Exército.

A 17 de junho de 1941 atingia o mais alto pôsto de sua carreira, sendo, por escolha do Presidente da República, promovido a General de Brigada.

Os quatro anos que decorrem até sua morte, encheu-os de trabalho perseverante, na sua admirável visão de administrador, na exacção absoluta com que cumpriu os seus deveres funcionais.

Excedendo-se a si próprio, quer no desempenho de suas funções, quer no exercício de outras atividades decorrentes de seu cargo, Sousa Doca multiplicava-se em realizações que honram e consagram sua memória inesquecível. E êsse homem, cujas reservas de energias eram inesgotáveis, cuja capacidade de trabalho ia quase além de suas mesmas possibilidades, encontrava ainda, nos seus dias cansados, horas deliciosas de prazer intelectual, mergulhado nos arquivos, arrancando a verdade da História dos escombros empoeirados do passado, e construindo, operário infatigável, uma obra que ficará pela solidez de seus alicerces, pela beleza alterosa de suas linhas impecáveis.

Soldado, honrou as tradições militares de sua Pátria. Soldado, fêz da lealdade, da dignidade e do brio militar, o postulado único de sua vida. Soldado, foi sempre enérgico e bravo, disciplinado e exemplar.

O General Emílio Fernandes de Sousa Doca era detentor das seguintes medalhas militares: de Bronze, por bons serviços militares, em mais de 10 anos, por Decreto de 3-II-1910; Militar de Ouro, por Decreto de 17-X-1929; Oficial da Ordem do Mérito Militar, Corpo de Graduados Efetivos, por Decreto de 11-VIII-1939; Medalha de Prata, comemorativa do Cinquentenário da República, por Decreto de 16-VIII-1940; Comendador da Ordem do Mérito Militar, por Decreto de 7-VIII-1942; Passadeira de Platina, por mais de 40 anos de serviço sem nota que o desabone, por Decreto de 25-VI-1943.

Ocupou várias comissões de caráter militar e de alta confiança, entre as quais se destacam a superintendência da parte administrativa da construção da Escola Militar de Resende; a colaboração na execução da estátua do Duque de Caxias, nesta capital, e membro da Comissão de Promoções do Exército. Foi, na organização dos serviços de Intendência de Guerra, o autor de vários Regulamentos e Leis, relativos à Contadoria da Guerra, Con-

solidação da Legislação sobre Montepio, que teve elogiosas referências do Ministro da Fazenda.

3 — VIDA INTELECTUAL

A par das atividades militares, que honrou com suas virtudes de patriota e de soldado, viveu Sousa Doca intensa vida intelectual.

Produto de seu próprio esforço, teve, no meio provínciasiano em que se formou o seu espírito, o contato de inteligência de escol de que se aproximava, modesto, humilde, na sua timidez inata.

São Borja era, nessa época, um centro de projeção de legítimos valores intelectuais. A família dos Batistas, tendo ainda à frente o seu chefe o velho Felisberto Batista, venerável tradição de inteligência, a estimular os moços que surgiam, com os seus conselhos e com os seus exemplos; Homero, vindo já das campanhas da Propaganda e da República, na sua vasta cultura de homem público, com a experiência das suas lutas cívicas, e o travar das primeiras desilusões; Álvaro Batista, médico, jornalista, inteligência ao serviço de arraigados princípios republicanos; Aparício Mariense, tendo, no acervo de sua bagagem cívica, o plebiscito de São Borja; Francisco Miranda, que hoje, nonagenário, é a última reliquia das tradições daquela geração de fortes. Outros, militares de valor, homens de alta capacidade intelectual, atirados pelas injeções partidárias àquela distante guarnição fronteiriça, integravam-se ao meio, sempre acolhedor.

O cenáculo era na farmácia da cidade. Narciso Peixoto de Magalhães, mais tarde cônsul-geral do Brasil, centralizava, ali como dono da casa, a costumeira reunião desses expoentes da inteectualidade do tempo. Tradicionais aquelas tertúlias. História, literatura, arte, ciência, enchiam aquelas horas, encantavam aquêles espíritos. Mas, como brasileiros de tôdas as épocas, às vezes, se chocavam em opiniões discordes na política nacional, convergentes, no entanto, por condutos diferentes, à finalidade precipua, que era a grandeza da Pátria.

Encostado ao balcão, tímido e modesto, na sua farda de sargento, um moço de 16 anos, ouvido atento, como se quisesse se abeberar naquelas fontes luminosas de pensamento, seguia as dissertações, estradas abertas aos rumos de sua inteligência em formação. Era Sousa Doca. Chamavam-no. E êle bebia, em longos haustos, as delícias daquele licor espiritual.

Não era um estranho no meio. Com o pai, anos antes, menino ainda, depois de uma larga tropeada no seu petiço, assistia discussões interminas sobre a guerra do Paraguai, as figuras lendárias dos seus heróis, os feitos maravilhosos em que o velho, com a sua bravura indomável, fôra parte, e essa invasão de São Borja, que seria uma das maiores preocupações de seu espírito amadurecido de pesquisador insigne da História Militar. Formava-se assim o embrião do seu destino de pensador. Só a verdade da História, na plenitude documental, poderia fixar esses aspectos controversos. E ele, um dia, havia de penetrar nesses arcanos, encher de luz esses escombros empoeirados.

Mas, como todos nós, começou pela poesia. Nessa fase maravilhosa da vida, o pensamento se reveste de ritmos e tudo canta em derredor de nós. Há, em cada um, um rapsodo que recolhe da beleza circundante eflúvios esparsos da alma das coisas que nos cercam. É a iniciação do pensamento humano. A forma original do sentimento que desponta para a vida.

Um dia Narciso Feixoto encontrou sobre o balcão uns versos. Eram do Doca, insinuando-se, envergonhados e tímidos, naquele meio eclosionante de inteligência. Mas, coisa admirável. Não eram versos de amor, desse amor que floresce na juventude dourado, como uma grande flor maravilhosa da vida, irradiante de perfume espiritual. Havia, nêles, já uma indagação através do *humour* desse espírito que perscrutava os destinos da vida. Dias antes, sobre a cidade, sobre os campos, talando-os, destruindo as plantações, abatera uma nuvem de gafanhotos, que obscurecera o sol. De onde vinha esse flagelo, que céus ignorados percorreria? Que castigos lendários prenunciava? A guerra, a peste? Eram os mensageiros da destruição e da morte, semeadores de desertos, pregoeiros sinistros da fome. E para onde iriam depois? Que novos rumos percorreriam, levados pelas contingências atmosféricas, nessa vagabunda periginação pelos espaços? Havia já inspiração nesses versos, dizia-me Narciso Feixoto, há dias, com os olhos marejados de lágrimas, na evocação amiga desses tempos distantes.

Com 18 anos, na *A Grinalda*, pequeno jornal literário e crítico, que aparece em São Borja, publica seus primeiros ensaios em prosa e verso. Mas acentuadas tendências o impelem para cogitações de outra ordem. Duas publicações periódicas, o *Almanaque*, de Ferreira Rodrigues, e o *Anuário*, de Graciano Azambuja, além de desenvolvida parte literária e charadística, recolhiam preciosas achegas, documentos valiosos e depoimentos preciosos sobre o passado

rio-grandense, e estimulavam vocações novas que surgiam para pesquisas históricas.

A princípio Sousa Doca mergulhou no cipoal intrincado das charadas. Teste para a inteligência, impondo pesquisas vocabulares, modalidades interpretativas, o esporte condizia com as tendências especulativas de seu espírito.

Nesse campo de cogitações intelectuais, dando forma poética a seus trabalhos, tornou-se exímio, recebendo, em concursos diversos, prêmios valiosos, medalhas de mérito.

Em 1913 a poesia ainda preocupa a sua inteligência. Faz versos inspirados. E dessa fase ficou o soneto.

CREPÚSCULO

Tons violáceos de luz, já desbotados,
estão tingindo as púrpuras do poente,
e, em demanda do ninho, velozmente,
vem cantando, festiva, a passarada.

Solta o canário uma canção trinada,
um colibri mimoso doidamente,
beija um belo jasmim alvinente,
ao lado de camélia enciumada.

A Ave-Maria plange, solitário,
um velho sino, além, no campanario
da quase secular e tosca ermida.

Também meu coração, qual velho sino,
cumprindo os mandamentos do Destino,
anuncia o crepúsculo da Vida.

Belo crepúsculo da vida que já nos tomava na alma, no sentimentalismo dos nossos 25 anos, trabalhados pelo romanticismo do tempo, por essa angustia feita por nós próprios, por essa tristeza ambiente que consumia os nossos sonhos, ao dealbar do século redentor da literatura nacional.

Outro campo mais vasto, entretanto, abria horizontes novos às suas cogitações. A História. As Campanhas platinas. A Epopeia dos Farrapos, a Guerra do Paraguai. E, no fundo, ressaltando, como esbrumado no tópo das coxilhas nativas, o cavalariano intrépido, nas suas arremetidas de lança, heróico, a construir, com a argamassa do próprio sangue, a glória da terra, desse Rio Grande inigualável, verde rincão sagrado, colocado pela fatalidade geográfica no extremo raiano, para que fôsse a sentinela perdida da Pátria. E, como símbolo da bravura gauchesca, a figura bizarra de seu pai, o campeador das liças cavalheirescas do pago.

Em 1908, vai Sousa Doca, pela primeira vez, à capital do Estado. Porto Alegre já era um meio cultural apreciável. Uma geração de valores novos traçava as diretrizes intelec-

tuais do tempo. Alcides Maia, o maior de todos, lançava *Ruínas Vivas*. Marcelo Gama, a *Via Sacra*. Alcides Cruz, Ferreira Rodrigues e outros iniciavam a fase de pesquisas documentais para o estudo da História, dessa pobre História do Rio Grande que até então, com raras e honrosas exceções, não passara do decalque de livros antigos, eivados de erros crassos, de deslizes flagrantes.

Foi quando surgimos, os da nossa geração, brandindo a espada quixotesca dos nossos entusiasmos de moços, para destruir ídolos falsos e restabelecer a fase heurística da História, na consulta documental dos arquivos.

Longe de nós a pretensão de fazer História. O ouro, de alto quilate, que devia servir-lhe de lastro, estava ainda no fundo da mina. Descobri-lo, eliminar as suas impurezas ao toque da crítica histórica, para que se ajustasse ao engaste da Verdade, seria, no momento, trabalho de relevância. Outros construísem o monumento. A nós, a faina de carregadores do material, arrancado com fadigas enormes às jazidas arquivais.

Foi essa, ao princípio, a inteligente ação de Sousa Doca. Uma nota inédita, restabelecendo um fato histórico, uma nova interpretação a documento mal vislumbrado, um traço de verdade cancelando uma mentira histórica, teriam mais significação do que a sequência de tomos maçudos, decalcados em trabalhos alheios.

Em 1910, em Pôrto Alegre, fundava-se a *Revista dos Militares*, que tinha como diretor essa figura nobre, de militar culto, austero e digno, que foi o depois general Luís Acácio Leyraud. Como aspirante ainda, era gerente da publicação o hoje general Francisco de Paula Cidade. Além dos assuntos técnicos de sua especialidade. A *Revista* inseria alguns estudos históricos de autoria de oficiais do Exército.

Um dia apareceu na tipografia em que era impressa essa publicação uma carta capeando um longo estudo que tinha por título "*Batalha de Tuiní*", assinando a missiva o sargento Sousa Doca.

Estranha para aquêles oficiais essa quebra disciplinar. Seria contra as praxes da época a intromissão de um inferior naquele meio rígido de militares, escravos das normas regulamentares. O coronel Leyraud, não obstante o seu liberalismo, pensou, consultou outros mantenedores da *Revista*. Mas, o trabalho do sargento Doca, fundamentado em farta documentação, conciso, escrito num estilo simples, envolto em conceitos que revelavam já um pensador, destruindo erros e restabelecendo a verdade, honraria as exigências da História Militar. Devia ser publicado.

Não havia fugir à solução imposta. O sargento conquistara os galões de oficial superior da História. E, assim, penetrava nos humbrais do templo, de que foi após um dos magnos sacerdotes.

Foi o seu primeiro ensaio de mais vulto. Pesquisador infatigável, não conhecia canseiras nem desânimos. Horas e dias passavam-se, nesse labor paciente dos que procuram ir ao fundo das coisas, às causas primordiais dos acontecimentos humanos. E foi assim que venceu, realizando qualquer coisa que se alteia, como um monumento que construíse à sua própria memória.

4 — A OBRA DE SOUSA DOCCA

Copiosa e seleta, a obra intelectual de Sousa Doca. A aproximação a meios culturais, onde se multiplicavam fontes perenes de estudo; as demoradas pesquisas dos arquivos; a leitura constante dos bons livros, e o contato mais direto com expoentes da boa e sã cultura nacional, foram, naturalmente, disciplinando o seu espírito, dando diretrizes exatas à sua capacidade autodidata.

Seu primeiro livro publicado, em 1919, "*Causas de Guerra com o Paraguai*" já o consagra historiador, abrindo-lhe as portas da nossa Casa, a mais alta expressão da cultura histórica do Brasil.

Antes, porém, já trabalhara bastante. Estudos de menor vulto, em publicações periódicas, revelavam-lhe as tendências, registravam-lhe as curvas ascendentes de uma cultura em formação, fixavam-lhe as conquistas da inteligência e o aproveitamento de um trabalho assíduo.

Em 1918 terminava um largo estudo: *Vida do Marechal José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas*, um volume de mais de 400 páginas, que deixou inédito, na sua ânsia de enriquecê-lo com pesquisas ulteriores.

Desde os primeiros ensaios, não obstante sua passagem por outros setores da História, de que deixou brilhantes estudos, foi Sousa Doca um historiador militar, por excelência. E é sob êsse aspecto, principalmente, que avulta e se impõe a obra que realizou. Dispunha-se, agora quando a morte o colheu de inópino, a dedicar sua inteligência e seus conhecimentos invulgares ao serviço do grande ciclo heróico, que Caxias centraliza nesse trabalho monumental que seria a *História do Duque de Caxias*, para cuja organização fôra designado.

Causas da Guerra com o Paraguai, editado em Pôrto Alegre, em 1919, foi o seu livro de estréia. O tema seduz pela sua complexidade, pela justeza dos termos em que é pôsto em

equação. Sente-se que êsse livro é um longo trabalho de pesquisa, de coordenação de fontes primordiais, de crítica inteligente e de grande patriotismo reivindicador das nossas glórias.

Dominava, então, o espírito da mocidade, o universalismo da corrente positivista que responsabilizava o Brasil pelo crime de ter provocado essa guerra, tendo, como apoio, o critério unilateral de acrimoniosos estrangeiros inimigos de nossa Pátria. Destruir, fundamentalmente, a inverdade histórica, mostrar, à luz da verdade documental, as causas reais que haviam predeterminado o conflito, e apontar os seus autores, além de alta indagação histórica, seria obra de patriotismo, de coragem cívica. Realizou Sousa Doca, nos 8 capítulos dêsse livro, um trabalho ciclópico, revelando as magníficas facetas de sua inteligência, os pendores da sua vocação, sob os moldes de uma intuição histórica, de uma cultura já ponderável para o humilde tenente provinciano que lançava aos meios intelectuais do país a sua obra de estréia.

Não cabe, na angústia destas linhas, na limitação do tempo que me é dado, fazer a crítica da obra, copiosa e seleta, do confrade desaparecido. Conhecido, respeitado e querido por nós todos, êle se impôs à nossa admiração por êsse trabalho honesto, patriótico e revelador de uma personalidade inconfundível.

Causas da Guerra com o Paraguai, rompendo as fronteiras provincianas, fez a sua trajetória entre os eruditos de escol do mais alto cenário da cultura nacional. Um dia, um mestre, por todos nós venerado, Rodolfo Garcia, leu êsse livro, com sua alta compreensão dos problemas históricos do Brasil. Surpreso, descobriu, nesse soldado desconhecido, qualidades superiores que afloravam dêsse trabalho, preciso nos conceitos, opulento de dados arquivais, intrépido no combate aos iconoclastas da Pátria, e exato, na serenidade de suas conclusões justas.

Raros, naqueles tempos, trabalhos de tal magnitude, vindos da Província longínqua, numa revelação promissora. O autor daquele livro honraria, por certo, uma das cadeiras do mais alto cenário da História Brasileira. Chamou a atenção dos dirigentes do Instituto Histórico, preconizou a excelência da obra, a justeza de seus conceitos. Em 6 de agosto de 1921 era o tenente Emílio Fernandes de Sousa Doca eleito membro da nossa Casa, na mais eloquente das consagrações que nos é dado aspirar, como cultores da História Nacional.

Em agosto do ano anterior, Sousa Doca, Otávio de Faria, Florêncio de Abreu, Eduardo Duarte e Aurélio Pôrto fundavam, em Pôrto Alegre, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de que êsse admirável tra-

balhador seria, durante 25 anos, o animador incomparável, a alma, a vida, em seus desdobramentos culturais. Diretor da *Revista*, orador, de perto ou de longe, êle tinha sempre os olhos voltados para essa casa modesta, golpeada pelo descaso dos homens que não compreendiam as suas finalidades, arrastando-se mercê essas energias que nos vinham do amor à terra maravilhosa, pela qual trabalhávamos e lutávamos.

Foi aí, nêsse meio restrito, mergulhado nos arquivos, que Sousa Doca formou o seu espírito de historiador, disciplinou as forças latentes de sua incomparável vocação.

Data daí a sua multiforme atividade realizadora. Discursos, conferências, efemérides, notas e comentários eruditos, enchem as páginas da nossa *Revista*, tornam-na interessante pelos documentos que publica, pela sua feição de verdadeiro repositório da História regional.

No primeiro número, de 1921, insere dois estudos de valor, os primeiros capítulos da *Invasão Paraguai na fronteira Brasileira do Uruguai*, do cônego João Pedro Gay, que ressaltava a glória de sua terra natal e a bravura de seu pai, ilustrada de notas eruditas, que só agora, completa, entregara a uma editora desta capital, e *Os vocábulos tupis na geografia riograndense*, um estudo de amplas proporções, de larga pesquisa, geográfica e histórica, atestando uma capacidade de trabalho incomum, e um elevado critério na interpretação toponímica das designações geográficas do Estado, oriundas do tupi. Outros estudos se sucedem nos números subsequentes.

Vasta e variada essa bibliografia, que anexamos a êste trabalho, ressaltando os de maior vulto.

1 — *Causas da Guerra com o Paraguai* — Pôrto Alegre — 1919.

2 — *O Exército nas campanhas platinas* — Pôrto Alegre — 1922.

3 — *Vocábulos indígenas na Geografia Rio-grandense* — Pôrto Alegre — 1925.

4 — *O Estudo da História* — Pôrto Alegre 1926.

5 — *A Convenção Preliminar da Paz* — São Paulo — 1929.

6 — *O Brasil no Prata* — Pôrto Alegre — 1931.

7 — *Ideologia Federativa na Cruzada Farrroupilha* — Pôrto Alegre. 1932.

8 — *A Missão Ponsobí e a Independência do Uruguai*. — Pôrto Alegre. 1932.

9 — *A História à luz da Filosofia* — Rio 1932.

10 — *Ensaio psicológico do Marechal Bento M. Ribeiro*, Pôrto Alegre. 1933.

11 — *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* — Porto Alegre. 1935.

12 — *Desevolvimento intelectual do Rio Grande do Sul* — Porto Alegre. 1937.

13 — *Capacidade psicológica do Duque de Caxias* — Rio — 1937.

14 — *O Porquê da brasilidade Farroupilha* — São Paulo — 1936.

15 — *Limites entre o Brasil e o Uruguai* — Rio 1939.

16 — *Caxias Pacificador* — Rio 1939.

17 — *As forças armadas e a Defesa da Nacionalidade* — Rio — 1939.

18 — *Poetas da Revolução Farroupilha* — Rio 1940.

19 — *O bicentenário da Colonização de Porto Alegre* — Rio 1941.

20 — *O Duque do Brasil* — Recife 1941.

Deixou ainda inéditos vários trabalhos, entre os quais: *História do Rio Grande do Sul*, trabalho didático; *Reposta ao Embaixador Cárcano*, artigos no *Jornal do Comércio*, coligidos em volume; *Invasão de São Borja*, Notas ao livro do Cônego J. P. Gay, um de seus maiores trabalhos de anotação.

Pela sua elevação cultural, pelos seus dotes de espírito e de inteligência, Sousa Doca era solicitado para fazer parte das mais altas instituições culturais do país. Era sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; fundador do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul e da Federação das Academias de Letras do Brasil; Sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Filosofia, da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, da Sociedade de Homens de Letras do Brasil, do Instituto Duque de Caxias e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Sócio Titular do Instituto Brasileiro de Cultura; Sócio Correspondente da Junta de História de Montevidéu, da American Geographical Society e dos Institutos Históricos e Geográficos de Ceará, Paraíba, Pernambuco e São Paulo; do Instituto Heráldico e Genealógico, de São Paulo; do Instituto Genealógico Brasileiro, e do Centro de Estudos Históricos do Rio Grande do Sul; Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Solicitado ainda por amigos que prezavam seus altos méritos intelectuais, seus inegáveis dotes de cultura, inteligência, e a linha irrepreensível de sua conduta ilibada, acedeu na apresentação de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras. Seu nome honraria aquêle cenáculo, digificaria a Casa de Machado de Assis. Falaram dois votos para ser eleito, dois votos que vieram demorados, por horas, misteriosos mensageiros do Destino, e

que não puderam, na sua consagração amiga, evitar o golpe vibrado pela fatalidade nessa emotividade sensível feita de dignidade e de brio, para a qual o mínimo deslize seria o desmoroamento da própria vida...

5 — O HOMEM

Não era só pela sua carreira militar e pelas suas brilhantes afirmações intelectuais que Sousa Doca se impunha à admiração, ao respeito e à afeição dos que o cercaram na vida.

Havia nêle um Homem. Um caráter, uma inteligência, um coração. Vindo do nada, trabalhado pelos duros embates do Destino, conservou, através de tôdas as vicissitudes, a pureza de seus sentimentos, a simplicidade de suas origens, a beleza imortal das almas eleitas.

Privando de sua intimidade, penetrando os recônditos refulhos de seu coração, recebendo numa comunhão fraternal as suas impressões, nunca vislumbrei, naquele espírito bem formado, o menor assomo de vaidade. Sua ascensão pelos degraus da vida, que construíra com o seu esforço próprio, não modificara o seu modo de ser, a espontaneidade natural de seus gestos, a simplicidade dessa vida, feita de bondade, de afeição e de inteligência.

Porque era simples e bom não conhecera essa angústia de atingir pináculos inacessíveis, pelas arestas duras dos pedregais da vida que dilaceram a consciência e corrompem com seus atritos os sentimentos mais puros da alma. Porque era simples e bom, fizera das suas realizações, na longa estrada que percorrera, palmitada entre espinhos, marcos imperecíveis de renúncias. Porque era simples e bom, compreendia que a vaidade é o reduto em que se encastelam os que não souberam vencer-se a si próprios.

Solicitado por deveres sociais, guindado por méritos reais a posições culminantes, jamais transigira com o seu modo de ser, e ficara, modesto, quase humilde, quase envergonhado nessas atitudes protocolares que quebravam a linha da sua simplicidade, a inteireza rudimentar de seu caráter, e essa modestia inata, que vinha dos fogões gaúchos, da niveladora confraternização dos acampamentos, de sacrifícios comuns, e das palpitações uníssonas da alma da terra, tarimba heróica de que se levantavam os bravos, confundidos no mesmo anseio da defesa da Pátria.

Dominava a alma de Sousa Doca, como imperativo supremo, o grande amor da Pátria. A fronteira do extremo sul, gizada pelo sangue dos bravos, que a alargaram e a consolidaram, foi alta escola de civismo. Ali, o homem bebe, com o leite materno, o amor imanente das coisas, e recebe, a largos haustos, sadios ensina-

mentos de tradições avoengas continuadas, geração a geração, secularmente.

A Pátria, ali, não é êsse mito longínquo, harmonia de vibrações esparsas, conjunto homogêneo de seres e coisas, presente ao nosso espírito, nas evocações dum drapejar de pavilhão auri-verde, nas notas nítidas, emotivas e chocantes de um hino ouvido entre os clangores da vitória. Ali, ela se materializa nos seus confins, descontinua nas bordas altas das correntes formidáveis e escachoantes, morre nas vibrações fortes da língua, e revive, eterna e soberana, do sangue ainda quente dos heróis.

O amor da Pátria foi afeto predominante na alma de Sousa Doca. Razão de ser de sua obra vasta e vibrante. Guia dos rumos de sua inteligência. Abriu-lhe os humbrais da História Militar, indicou-lhe os fatos brilhantes do passado, apontou-lhe os homens, heróis desconhecidos que tombaram amortalhados na Glória. E ele os reviveu, nas suas páginas, envoltos nas suas túnicas inconsúteis de bravura suprema, com seus largos gestos guerreiros, lança em riste, avançando, ao tropel das cavalarias, como se ouvissem, em alucinações de glória, os ecos que as canhadas repetem: "Mais uma carga, camaradas!"

Mas êsse amor tão grande não excluía o amor do pago. Salutar o seu regionalismo. Edificador o seu trabalho. Cabe-lhe a glória de ter sido, aqui, o arauto do Rio Grande, quase desconhecido, acimado de tendências separatistas, segregado por fundas, antipatias nacionais.

Encastelado nos seus confins, guardião de suas glórias, oriundas na defesa da grande Pátria; enrolado no orgulho de ter dado tudo pelo Brasil a que se integrava pelo amor pela comunidade das mesmas aspirações, pelo amor tronco comum, — o Estado gaúcho sentia o alheamento a que o haviam condenado apressados conceitos dos que desconheciam o sentido de sua brasilidade.

Sousa Doca pôs-se à frente do movimento redentor. Trabalhou exaustivamente. Vasculhou arquivos. Destruíu inverdades. No livro, na imprensa, na tribuna, corajoso, às vezes rude, com essa bravura moral que era o apanágio de sua sinceridade, reconstruiu o mundo novo, em que o Rio Grande ressurgê, na inteireza estrutural da verdade histórica, nas atitudes nacionalistas de seus homens, e, nessa velha combatividade, formidável laboratório em que se forjava o aço desses peitos de fronteiros, postados nos antemurais da Pátria.

Um dos traços marcantes do caráter de Sousa Doca era essa probidade inata, que transcendia de seus gestos, que singulariza a sua obra. Decorria, naturalmente, de sua inteireza

moral, dêsse fundo de honestidade pessoal que sedimentou a sua formação psicológica.

Tinha 12 anos, apenas, quando começou a lutar pela vida. Um tio materno, modesto comerciante em Santo Tomé, na Argentina, fê-lo caixeiro de sua casa. Desenhavam-se já os traços fundamentais de seu caráter. Trabalhador infatigável, honesto, destemeroso. Precizando de um homem de confiança, cometeu a êsse menino um encargo penoso. Seria o cobrador da freguesia das estâncias, perdidas nos largos descampados dos campos circunvizinhos. E lá ia o pequeno, em longas troteadas, enchendo a guaiaca de esterlinos, moeda corrente na campanha. Às vezes, as largas distâncias obrigavam-no a pernoitar pelas estâncias, pelos ranchos de posteiros, conduzindo grandes somas em ouro, o que ocasionava grandes sustos e aflições a sua mãe.

E foi assim toda a vida. No Contestado conduzia o numerário das unidades componentes da força. E, mais tarde, pelas contingências do Serviço que superintendia, passavam pelas suas mãos centenas de milhões de cruzeiros, intêresses vultosos. Havia, também, como sói acontecer até aos espíritos incorrutíveis, tentações de ofertas principescas, repelidas com dignidade e altivez... Respondendo a um questionário, em 1939, diz: "Não tem fontes de renda. Jamais recebeu herança ou dotes, não tem apólices, nem comissões especiais. Nunca acertou na Loteria, não tem capital, nem economias e vive exclusivamente de seus vencimentos."

Êsse homem, por, cujas mãos passaram somas fabulosas, e a cujo aceno, sem lesar os cofres públicos, choveram dádivas valiosas, quando a morte o derribou, deixava, somente, de economias caseiras feitas pela esposa, cinco mil cruzeiros numa esquecida caderneta da Caixa Econômica...

Tinha a preocupação do trabalho. Mas nunca de seu trabalho intelectual percebeu a mínima vantagem. Era o labor cotidiano, para êle, uma segunda natureza. Multiplicava as suas horas, enchendo-as de uma atividade que se desdobrava em setores diversos, em pesquisas extenuantes, na organização e realização de trabalhos diferentes.

E, quando, quase fulminado pela morte, não conhecendo que aquele era o seu último instante, tombou, dominava-o aquela obsedante necessidade de cumprimento do dever, nessas últimas palavras que pronunciou: "Hoje não poderei trabalhar." Mas; aquela era a hora que soara para o descanso, para o descanso eterno dos bravos que lutaram, num perene renovoamento de energias, com os olhos voltados para cima, e o coração transbordante de Fé.

Culmina a vida de Sousa Doca essa grande aetividade que se lhe extravasava da alma, envolvendo a todos os que o cercavam. Era no encantamento de seu lar, nesse plácido remanso em que a vida lhe deslizava, nesse aconchego doce, carinhoso e suavizador, onde se poderia encontrar a razão de ser das conquistas que realizara pelo pensamento, das vitórias que alcançara na vida. Exemplar companheira lhe confiara o Destino. E dela lhe vinha, como de uma luz interior, o estímulo nobilitante para subir os degraus da longa escada.

Fonte irradiante de conforto moral, era ali, na serenidade de um ambiente de ternura e de encantamentos, que hauria o tônico das energias perdidas no embate diurno das cogitações da vida. Encastelava-se na grandiosidade daquele mundo de afetos. Revivia, pela recordação, dias perdidos e longínquos, quase esbrumados num tênue nevoeiro de saudades, evocativos e doces.

Todos nós que o amávamos, que sentíamos de perto as palpitações, os ritmos dessa vida de bondade e de afeto; a pureza dos sentimentos que lhe embeleciam a alma; a nobreza dos seus gestos, a independência de seu caráter, as luminosidades de sua inteligência — ficaremos montando guarda à sua memória. Ela pairará nesta casa, como um símbolo de trabalho, como afirmação de uma vontade construtora, nas suas realizações inesquecíveis. Colimando a Verdade, abrindo varedas novas à História, carregando materiais perdidos nos escombros do passado, a obra de Sousa Doca será, em todos os tempos, um manacial inesgotável em que se hão de abeberar os estudiosos das nossas tradições, principalmente, no que concerne à História Militar do Brasil. Ficará, assim,

perpetuado no bronze que éle próprio fundiu aos fulgores de sua inteligência, em quase quarenta anos de trabalho intelectual. Sua cadeira, neste recinto está vaga. Mas ainda o evocamos, ainda o vemos, quebrando a placidez da calma, a serenidade da vida, nos debates calorosos pela Verdade. E vibrará, como um cristal nítido, na glorificação dos fautores da nossa grandeza, na evocação dos fastos heróicos da nossa gente, no amor, nesse grande amor, construtivo e saudável, com que desfraldava as glórias imarcescíveis da Pátria.

E para nós, que muito o amamos, porque muito o conhecemos; que sentimos, de perto, a beleza incomparável dessa vida; a inteireza antiga desse caráter, a luminosa trajetória dessa inteligência, a bondade infinita desse coração e a assistência de uma amizade fraterna, que vem da mocidade distante, para nós, fique a saudade, a perene saudade dos que partem, dos que não mais voltam, diluída na distância e no tempo, multiplicando na morte as proporções da grandeza da vida.

Dorme! Descansa! "Hoje não poderás trabalhar". Outros trabalharão por ti. Operário insigne, é finda a tua tarefa. Despe a tua blusa humilde. Põe no peito do fardão de gala as insígnias de teu valor. Tombarás como um general ferido em plena frente, num campo de batalha. De pé, como morrem os bravos, lá no nosso torrão distante, na estacada das fronteiras, em defesa da Pátria.

Que nossa admiração te cerque como um halo de glória e a nossa saudade te guie, como oração votiva, pelas estradas infinitas até nos pés de Deus, que coroará de bênção a pureza de tua vida, feita para o Amor, para o Trabalho e para o Bem.

IV — SOBRE SOUSA DOCCA

L. DE OLIVEIRA BELO

Oração proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 29 de junho de 1945 pelo Comandante Luís Alves de Oliveira Belo, em homenagem prestada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro ao General E. F. de Sousa Doca.

*
* *

É fora de dúvida que a súbita morte do ilustre General Emilio Fernandes de Sousa Doca, que ainda se achava em pleno exercício de suas funções profissionais, causou forte ressonância nos meios social, militar e cultural, onde tão justamente havia projetado a sua eminente personalidade. Os seus parentes, numerosos amigos e companheiros de profissão e classe, confrades e consócios das muitas instituições de cultura de que fazia parte, conterrâneos e admiradores do seu caráter e talento, sentiram-na sinceramente e têm-se mostrado consternados, não porque ela houvesse ocorrido inesperada, injusta ou em hora imprópria, exatamente quando a glória ia lhe aureolar o ápice das suas dignas aspirações, mas porque lhe consagravam grande aprêço.

Sentiram também porque Sousa Doca era uma forte individualidade que no meio social contemporâneo, tão combalido e descrente da pertinácia, da paciência, da abnegação e dos esforços desinteressados, havia evidenciado um inflexível caráter e irradiado o seu privilegiado espírito, enriquecido por variada cultura, pela literatura, história e geografia, tendo fixado em muitos livros e numerosos trabalhos, esparsos em revistas e jornais, as suas fulgentes luzes e os seus judiciosos conceitos.

Assim, então, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, egrégia e vetusta instituição cultural, que vem mantendo suas honrosas tradições, e da qual Sousa Doca fôra conspícuo sócio, colaborador, e vice-presidente na transata diretoria, não podia deixar de lhe tributar uma sincera homenagem de aprêço, respeito e saudade, e de pesar pelo seu prematuro desaparecimento. E, para traduzir os sentimentos de consternação de seus

ilustres consócios, o seu honrado presidente, Exmo. Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares, teve a nimia gentileza, referendada por aquêles, de nos escolher para, em breves palavras, falar da personalidade do saudoso morto, rememorando a sua vida e a sua obra.

E para o cumprimento de tão honrosa missão, se não vos podemos fazer ouvir uma voz sonora e uma palavra eloqüente, escoreita e burilada, nem profundos pensamentos filosóficos, porque não possuímos a fagulha divina de um orador privilegiado, como Pedro Calmon, nem a inspiração do laureado poeta Aurélio Pôrto, emérito historiador, a quem tivemos a ventura de ouvir, gaúcho de fibra e descendente daquele bravo farroupilha que, em uma feita, antes de combater, dissera ao intrépido adversário "sou o Guedes, brigo não nego, morro seco, não me entrego", todavia ide ouvir uma linguagem singela, expressiva e sincera, porém desataviada de flores de retórica, que vos falará com respeito, aprêço e clareza sobre o ilustre homenageado.

Confessamos que não nos constrangeu a escolha, embora ela majore o nosso mérito, mas porque nos oferece a feliz oportunidade de permitir traçar, neste momento, em rápidas pinceladas, um perfil de Sousa Doca, a quem nos prendia grande admiração e recentes laços de amizade. Esses foram trançados através de dois disputados entreveros históricos travados, um, em 1940, na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro acerca de um ponto, ainda pouco claro, da fundação do arraial ou sítio do Dorneles, do qual se irradiou a cidade, que é hoje a bela capital do Rio Grande do Sul. E como cavaleiro, sem ter ficado bem convicto do nosso equívoco, por êle controvertido, lhe entregamos os pontos. O outro, mais importante e debatido, que consumiu o tempo de três sessões do IV Congresso sul-riograndense de História e Geografia, reunido, em março pp. naquela cidade, e girou em torno da convicção republicana de Bento Gonçalves, foi decidido a nosso favor, após elegante e disputado torneio de eloqüência, história e ética, que honrou não só os contendores como o próprio

Congresso. E foi depois de tantas luzes espargidas sobre essa dúvida histórica que as nossas relações, dentro do tradicional sentimento de concórdia, dos gaúchos, à semelhança dos guerreiros farroupilhas, separamos bons amigos, sendo que nós sumamente honrados com as gentilezas do eminente contendor, talvez, então, o maior cultor contemporâneo da heróica história rio-grandense.

Vêde, pois, como a nossa escolha para falar de Sousa Doca, nos envolve num nimbus de pesar, recordações e saudade, que nos faz imaginar que ainda o vemos e o sentimos junto a nós, no famoso debate, a defender com segura argumentação lastreada em documentos, a sua clara e precisa opinião, enquanto outros a controvertiam e nós, por vezes, o interrompiamos com oportunos apartes para esclarecer o nosso modo de ver e confirmá-lo. Em virtude disso, que aqui recordo, sem jactância e, tão somente, para projetar mais essa sua nobre atitude, será com toda a isenção de ânimo, sinceridade e sem nenhum recalque, que trataremos de sua eminente personalidade.

*
* *

Por mais sentida que tenha sido a sua morte, será que devamos lamentá-la e pranteá-la? Pensamos que não, devemos aceitá-la, como uma fatalidade, e venerar-lhe a memória.

Como um grande ator do drama da sua vida, ele morreu exatamente quando desempenhava um dos mais significativos papéis de uma peça artificialmente montada, sem poder terminar a importante cena que apenas havia iniciado. Isso nos parecerá injusto, mas como prová-lo? É preferível não investigar. Contentamo-nos a refletir como Sócrates. Conta Cícero, em seu "Diálogo da Velhice" que quando Sócrates, estoicamente se dirigia para cumprir a sentença de morte, à que o haviam condenado, seguia-o a multidão de seus amigos, admiradores e discípulos, que o aconselhavam a se não entregar à morte, que seria uma iniquidade. Entre os últimos, um a lamentava e chorava copiosamente. Era Apolodoro, o seu mais dileto discípulo, a quem o sábio, nesse momento, perguntara: "por que choras assim? e aquêle lhe respondera: "porque não posso suportar a dor de te ver morrer injustamente". O sábio sorriu e lhe replicou: "então queria que morresse justamente?".

Compreende-se que Sócrates, injustamente condenado à morte pelo grande crime de falar a verdade e criticar a tirania, perante a mentalidade reinante na Grécia, não teria defesa

para a sua consciente e patriótica ação. Então para que verterem lágrimas, preferível seria que lhe seguissem o sublime exemplo.

Parodiando o caso, diremos justa ou iniqua, imprópria ou em seu tempo, não lamentemos a morte de Sousa Doca, e conformemo-nos com a grande fatalidade. Respeitemos e reverenciemos a sua memória, apresentemo-lo como exemplo de homem digno e não o esqueçamos.

*
* *

Os antigos filósofos, bem antes do cristianismo, já admitiam a existência da alma e acreditavam na sua imortalidade. Entre eles Solon, Pitágoras, Platão e Cícero. Por isso freqüentes vezes se referiam a elas nas suas preleções aos discípulos, amigos e admiradores. Solon, em um dos seus epitáfios, declarou que: "não desejava que a sua morte fosse privada das lágrimas e dos gemidos dos seus amigos". E naturalmente assim pensava porque queria continuar a viver no espírito deles.

O célebre poeta helênico Ênio, trilingüe, trágico e épico, em um dos seus versos, escreveu: "que ninguém honre os meus funerais com as suas lágrimas nem com o seu dó". Eis aí dois atores e filósofos diferentes, embora ambos fossem gregos, em completo antagonismo. Mas enquanto o poeta, que também fora cônsul, professor de línguas em Roma, onde convivera e de que era cidadão honorário, democratizara o seu espírito e era desprovido de vaidade, tendo provindo de origem pobre e nome humilde, Solon era tradicionalista, de estirpe familiar, vaidoso e não ignorava que o reconheciam como um sábio.

Ora, Sousa Doca, que talvez conhecesse esse antagonismo, porquanto era lido em história antiga, se houvesse previsto que ia morrer e pudesse ter falado, provavelmente se manifestaria de acordo com o poeta, de cuja vida a sua mais se aproximara, e não com o sábio, que amava, por demais, a glória. E é por isso que a homenagem que ora lhe prestamos, embora singela, é acentuadamente sincera, justa e confortadora para um espírito, como o seu, livre, filosófico, acentuadamente sociológico, que bem o retratava com um feitiço modesto, democrata, sentimental e grato, possivelmente ambicioso e vaidoso dentro dos limites naturais conferidos a todo homem que se apercebe do próprio valor.

Sua vida foi curta e feliz porque lhe permitiu representar bem todos os papéis, alguns importantes, que lhe foram distribuídos no amplo palco da vida e lhe permitiu realizar, com decência, honestidade e boa moralidade,

as suas normais e legítimas aspirações, numa vida mais de voluntária penumbra que de exposição aos raios solares do favoritismo. Aceitou em partilha o que lhe coube pelos próprios esforços e não aspirou fantasias, nem impossibilidades. Se se candidatou à immortalidade literária, por amor à glória, foi porque estava certo que na sua aspiração, no dizer do immortal Castro Alves, “o sabre não coraria de ombrear com o livro e o livro não coraria de chamar-lhe irmão”.

Em geral os grandes homens, os verdadeiros artistas, génios, sábios e inventores, que gozam da aura da immortalidade, são fontes de intensa luz que ilumina a escuridão do mundo e, porque são úteis focos de visão, atraem os homens que os apreciam. Indubitavelmente Sousa Doca era um grande historiador nacional, contemporâneo, com várias obras de valor publicadas, através das quais e de outros trabalhos literários transparecia em plenitude a sua cultura, se bem que não fôsem escritas em estilo rebuscado, rendilhado de filigranas e enxertado de fantasias mirabolantes, para torná-lo mais atraente, ficcionista embora ilusório, e agradável aos leitores modernos, em geral apressados.

Não será a sua biografia que iremos fazer, embora bem a mereça e Carlyle tenha judiciosamente escrito que é mais fácil escrever uma vida bem vivida que fazer uma biografia exata, completa, perfeita e justa. De fato, para realizá-la assim, torna-se necessário conhecer, através de um contínuo e longo convívio e de uma perspicaz observação direta, a vida do biografado em seus menores detalhes, para se poder apreender no recôndito de sua alma um exato conhecimento do seu caráter, qualidades, atributos, aspirações, gestos, atitudes, ambições, virtudes e defeitos, para, desse intrincado complexo, com o tempo e aguçado senso psicológico, poder se identificar a personalidade estudada e focalizá-la dentro da realidade. Todavia, sendo a tradição um grande e lento ampliador, a vida de um homem, que se destacou e notabilizou, depois de morto, em geral, se torna majorada, mesmo sem sobejos e lisonjas, e dentro de limites de sensata apreciação.

Por isso, aqui nos limitaremos a relançar rapidamente a sua vida e a sua obra, não só porque é escasso o tempo que nos foi concedido para falar, como foi restrito o convívio que tivemos com Sousa Doca, mais intelectual que social e direto, o qual não nos permitiu penetrar, psicologicamente e com consciência, o seu ego. E o que decerto sobre o seu caráter, qualidades e temperamento logramos colher entre seus amigos, não foi

muito, porém, talvez, o bastante para lhe traçarmos um ligeiro perfil.

Sua vida ativa não correu obscura, nem amorfa, quer na profissão e classe, quer na sociedade. Nesses setores, foi uma figura expressiva e de projeção, mercê da linha inflexível do seu nobre caráter e da sua boa moral, aliados a uma extensiva cultura, que o norteou sempre. Pode-se dizer, com justiça, que foi um “self made man”, consoante sensato juízo inglês, pois, por seus pertinazes esforços, sem curvaturas, humilhações, violências, lesões a direitos alheios e favoritismo, subiu, em quarenta anos, de soldado voluntário a general, gradativa e normalmente, por justo e reconhecido merecimento.

Satisfeito por haver assim atingido o almejado ápice de sua carreira e classe, nem por isso se envaideceu e mudou o seu caráter, qualidades e temperamento.

Não aumentou o seu orgulho por haver procedido de situação humilde, nem se considerou um iluminado; achava muito natural e lógico tudo quanto lhe ocorrera na vida, porque, para tal, havia sempre trabalhado. Ao contrário, continuou simples, democrata, cortês, esforçado, operoso, devotado à profissão e à pátria sem outra ambição que a bem louvável, de prosseguir, no campo da História nacional, a cooperação que, há trinta e cinco anos, vinha dando na desagregação de conceitos errôneos e injustos, que figuram em obras de alguns tendenciosos historiadores estrangeiros, de reputada autoridade, e vários escritores nacionais, desconhecedores de importantes e autênticos documentos, existentes nos nossos arquivos.

*
* *

Reunia à sua competência profissional à sua dedicação aos trabalhos intelectuais uma bondade e modéstia que, aparentemente, lhe imprimiam o aspecto de timidez ou abstração. Como gaúcho campesino e fronteiriço, nos primeiros contatos parecia um bisonho ou retraído, que se sentisse constrangido, mas, em convívio amigável, abrandava a sisudez, entreabria sorrisos, soltava piadas gaúchas e, em meio confiante, falava e agia com o coração. Como o seu caráter fora estruturado numa sequência de duros esforços, dos quais resultaram muitos êxitos, no decorrer da vida foi adquirindo, e consolidando, experiência e, por isso, era um otimista, que confiava em si e tinha fé nos homens, que lo-gravam realizar as suas aspirações. O seu olhar, pouco agudo, refletia pureza de alma que ainda não havia se esvaecido com as de-

cepções, desenganos e maldades da vida. Enfim, a sua pessoa, irradiando uma aura de bondade, inspirava simpatia e confiança.

Provavelmente Sousa Doca sabia que o filósofo grego, Theognis de Mégara, havia escrito que “a opinião é para os homens um grande mal e a experiência um precioso bem e, porque muitos julgam baseados na opinião e não segundo a experiência, pouco acertam”. Porém, o contrariando em parte, costumava dar sempre, com boa fé e sinceridade, a sua opinião franca, clara e precisa, utilizando-se também da experiência, que sensatamente adquirira.

*
* *

Mas o que naturalmente mais o honrou, em vida, foi que, tendo entrado para a caserna apenas aos quinze anos incompletos, pouco alfabetizado, em vinte meses que cursou a Escola regimental de seu batalhão, onde o ensino e a instrução eram elementares, destacou-se nos estudos e, ao concluí-los, já cabo de esquadra, fôra imediatamente promovido a Sargento, tendo permanecido nas três classes dessa categoria, durante alguns anos, quando fôra promovido a oficial. Mas essa longa permanência, comum no seu tempo, em que as promoções eram demoradas por escassez de efetivos, foi a primeira consagração do seu mérito e a confirmação de que não errara quando dera preferência à carreira militar para nela desenvolver a sua atividade, irradiar a luz do seu precoce espírito e prestar serviços à pátria, como aspirava.

Como praça, foi modelar e serviu de paradigma na sua guarnição e, sem favor, foi, por seus vários comandantes, chefes e oficiais, elogiado vinte e quatro vezes, durante quinze anos, em boletins de serviço e ordens do dia, em termos diversos e bem significativos.

Foram altamente apreciados os seus serviços, em paz e em operações de guerra no Contestado, em Santa Catarina, nas funções de sargento-quartel-mestre, complexa categoria de almoxarife, contador, intendente e pagador do batalhão, e nas de sargento-ajudante ou brigada, importante e indispensável traço de ligação entre as praças e os oficiais, como transmissor de ordens e zelador da disciplina geral entre aquelas.

Foi nessa primeira etapa de sua vida que a sua individualidade começou a se projetar fora do seu meio profissional. Devotado aos estudos e impellido por uma vontade férrea de se instruir, desenvolver o seu espírito, porque sentia que era grande a sua intelligen-

cia, aguçada a sua curiosidade e fácil o seu poder de compreensão, sem professores e explicadores e somente com o auxílio desses pronunciados atributos e dos livros, conseguiu em poucos anos adquirir uma instrução e, digamos mesmo, uma certa cultura que, sem exagero, assombraria a quem, dez anos antes, o houvesse conhecido como um “chucro piá” da estância de seu pai, o afamado e destemido Coronel da G. N., Sousa Doca, conhecido pela sua audaciosa façanha, cometida em um rio, durante a revolução farroupilha.

Com sua cultura, assim adquirida nos seus lares e sem a assistência de algum espírito mais atilado que o seu, foi que, por volta de outubro de 1910, já brigada de seu batalhão, apresentou, timidamente, ao operoso Tenente Francisco de Paula Cidade, que mostrava apreciar as suas qualidades, os seus esforços e o seu devotamento aos estudos, um alentado artigo, narrando e criticando a batalha de Tuiuti, pedindo-lhe a sua opinião e, caso possível, a respectiva publicação em um jornal de Porto Alegre, em cuja guarnição serviam ambos.

Nessa cidade publicava-se uma Revista militar, na qual colaboravam somente oficiais e o seu diretor e principal redator era o ilustrado Capitão Luís Leyraud, culto, disciplinado e “traquejado”, que gozava de respeito por seu feitiço sisudo.

Mas o Tenente Cidade, que lera atentamente o artigo do Brigada Sousa Doca e o julgava bom e fiel, confiou-o ao aprço e às luzes do Capitão Leyraud. O Diretor da Revista levou-o para sua casa, provavelmente pouco animado em satisfazer à sugestão, que lhe fôra feita, de publicá-lo na Revista, porque o trabalho, da autoria de um simples sargento, não haveria de ser tão valoroso que merecesse tal favor. Todavia, iria lê-lo. Assim o fez e, posteriormente, em reunião com os colaboradores da Revista, manifestou-se, de veras, surpreso com o valor do escrito e inclinado a publicá-lo, se aqueles estivessem de acôrdo. Esse foi unânime, o Capitão procurou conhecer o sargento Doca e o trabalho foi publicado na Revista.

*
* *

Eis aí, singelamente, como o futuro historiador Sousa Doca, com vinte e seis anos de idade, fincou a primeira estaca no vasto campo da História, que, como um beneditino, havia de palmilhar o resto da sua existência. Deve ter provindo desse êxito o seu devotado amor ao estudo da história militar nacional,

em cujo setor vincou traços inapagáveis da sua esclarecida crítica.

Em 1915, após aprovação, em exames antes realizados, primeiro para o posto de Alferes e, posteriormente, para o de Intendente de batalhão, fôra promovido ao posto de Tenente. E, mais tarde, já saturado de elogios, em que se proclamava a sua inteligência, espírito ordenado e disciplinado, garbo militar, fina educação, devotação à carreira, sede de saber, dedicação aos estudos, bravura, sobriedade, iniciativas e defesa da legalidade, cursara a Escola de Intendentes e, dois anos depois, a de Officiais de Administração, obtendo os respectivos diplomas, com menção honrosa, extenso e expressivo elogio do Diretor daquelas Escolas, reconhecendo a sua dedicação aos estudos e às tarefas que lhe foram distribuídas, comprovada cultura e as apreciáveis qualidades profissionais que revelara.

Na turma dos Intendentes de batalhão, em que fôra diplomado, composta de dezesseis alunos, logrou o primeiro lugar e, na dos oficiais de Administração, o segundo, o que, mais uma vez, o consagrou, entre os seus colegas de classe, um espírito esclarecido e uma auspiciosa esperança que, através dos novos postos a que, naturalmente, galgaria, iria assinalar, de uma forma destacada, a sua ascensão. E foi o que, de fato, se passou, pois conseguiu desempenhar as muitas e diversas comissões, que lhe foram conferidas, com inteligência, descortino, eficiência, honestidade, zelo pelos serviços e respeito às boas tradições. E assim, normalmente, promovido sempre por merecimento, atingiu a General, ápice de sua classe, com satisfação para seus companheiros e aprêzo do Exército. E foi, exatamente, nessa elevada categoria que a morte insidiosamente o colheu.

Como vêdes, a sua carreira militar, sem dúvida honrosa, prestante, estimuladora e merecedora de destaque, não revela nenhum lance fulgurante, destes que imortalizam um herói, consagram um bravo ou notabilizam um general. Mas não lhe pode caber a culpa disso, porquanto ela decorreu tôda durante sucessivos anos em que a Nação só tem sido perturbada por escaramuças políticas e, nas duas guerras externas, em que se viu envolvida, por contingência e solidariedade americanista, apenas uma escassa força militar nelas assegurou o patriótico apoio da Nação à defesa da democracia e das liberdades, através dos esforços, audácia, intrepidez e bravura dos seus filhos, alguns tombados no campo da luta e outros laureados ou portadores de cicatrizes, que revelaram provas inequívocas do

seu valor e denodo. E, em nenhuma delas foram postos à prova os serviços de Sousa Doca, pois seria provável que jamais desmentisse a influência atávica da legendária bravura do seu intrépido pai e, portanto, viesse a dar inolvidável prova do valor das suas qualidades militares e das individuais de gaúcho fronteiriço, acostumado a vadear rios, transpor coxilhas, voar pelos campos sobre ardorosos cavalos, engulindo pó e quilômetros, para surpreender o inimigo, lutar com êle, rechacá-lo e vencê-lo, como bravamente fizeram os revolucionários de 35 e os de 93, que tingiram com o seu sangue o solo rio-grandense, na defesa dos seus louváveis ideais.

Na vida militar de Sousa Doca o que mais deve ser ressaltado é que foi nela que se instruiu, estruturou, em linhas fortes e firmes, o seu nobre caráter, aprendeu a lutar, com serenidade, esforço próprio, espinha ereta, discrição, respeito geral a leis, ordens, autoridades, opiniões e idéias, para poder, sem alienações das suas excelentes qualidades e atributos, realizar as suas legítimas e naturais aspirações. Nada o afastou dessa inflexível linha, o que constitui, ao nosso ver, a mais sólida demonstração de valor da sua invulgar personalidade.

Além disso, nunca abriu mão do sadio patriotismo que o norteava, dedicando-se tão somente ao serviço da pátria, dentro da profissão, sem se deixar encantar pelos falsos apelos da política e os ilusórios êxitos da vaidade. Continuou sempre modesto, prestativo, operoso e devotado aos seus prediletos estudos sem nenhum prejuízo pelos deveres da profissão.

A atividade dinâmica de Sousa Doca não pôde se confinar no circunscrito setor das suas atribuições profissionais e, então, o seu esclarecido espírito procurou um campo maior para se distender. Incursionou modestamente pela literatura e a geografia, porém dilatou-se proficuaemente pelo insinuante e atraente labirinto da História, no sublime anseio da busca da verdade. E nesse elevado setor dos conhecimentos a sua lúcida inteligência, acen-tuado poder de compreensão, apreciável memória, fina argúcia, pronunciado senso patriótico, arrimados a uma segura dialética, esmerada e clara linguagem, em um apropriado e feliz jôgo de expressões, conseguiram, aos poucos, em um decurso de trinta e cinco anos, fazê-lo um historiador lógico, escrupuloso, consciente, objetivo e abalizado em sólida documentação, que logrou traduzir suas idéias, com nitidez e precisão, através da segura argumentação e lúcido raciocínio.

Consciente do valor da pesquisa e perquirição dos documentos, rompeu, audaciosamente, com a cortina que ocultava muitos dêles, alguns, ainda inéditos, e outros, intencionalmente custodiados sob o artificioso pretexto de que seu conhecimento ou sua controvérsia poderia reacender paixões adormecidas ou provocar evitáveis polémicas entre os povos vizinhos, outrora desafetos, porém, hoje, amigos e vivendo, com os brasileiros, em fraternal comunhão de espírito americanista. Haveria, realmente razão para tal percalço se os agravos escritos não houvessem, em abundância e com requintada malevolência, partido de historiadores e publicistas estrangeiros de reputada fama em seus países e que haviam interpretado tais documentos tendenciosamente, empenhando, assim, responsabilidade moral aos seus injustos conceitos. Deixá-los incontrovertidos e sem o merecido revide, pareceu, muito justamente, a Sousa Doca, obra impatriótica, quando, dentro da rigorosa verdade, da boa ética, e tão somente à luz de persuciente raciocínio e lógica argumentação, se poderia repor a crítica histórica dos fatos ocorridos, das intenções da política brasileira e das atitudes dos seus delegados, no rigoroso sentido da realidade.

E foi o que realizou, patriótica e imparcialmente, em oito trabalhos de alto valor, em que deixa bem focalizada a diretriz da política externa do Império, continuamente seguida, com o seu precípua caráter defensivo e jamais agressor e cobiçoso.

Se o Brasil herdou de Portugal a herança precária da Colônia do Sacramento e, a princípio, pensou em conservar a sua posse, nada mais fez do que manter um direito, embora algo inconsistente em seus fundamentos. Mas logo que, por si tão somente, começou a reconhecer a fragilidade desse direito, foi o primeiro, sem nenhuma coação, a pensar na sua restituição e não, receoso, por agitados protestos. Não lhe interessaria aquela Colônia e sim todo o território à margem direita do Uruguai para levar, lógica e naturalmente, os seus limites meridionais até às águas do Prata. Mas a tal aspiração, faltavam fundamentados direitos e não seria de boa moral, nem digno, para um Império, tão abastado de territórios, cobiçar o exíguo território de um povo que tinha o seu direito de viver, soberano e independente, ou se apoderar dele por usurpação.

E isso o Brasil imperial sempre reconheceu e se, por vêzes, ocupou, parcial e temporariamente, aquêle território, o fez atendendo ao apêlo dos seus governantes, que não possuíam elementos seguros para resistir e ven-

cer indomáveis caudilhos, que se revezavam no poder e perturbavam toda a vida econômica do país, ou não podiam enfrentar a coligação dêles com os platinos, que cobiçavam o domínio do seu território e do seu povo. E, como no Brasil e ao particular interesse dos brasileiros, não convinha ter-se, como lindeiro, um povo desorganizado ou apropriado dos seus domínios, por usurpação de outro povo mais perturbador e ávido, ao Império só restava agir, como o fez, pacificamente se possível, ou em defesa armada se necessário, para afastar qualquer uma das duas calamidades. E foi isso, apenas, o que o Brasil veio fazendo desde 1815 até 1829 e, posteriormente, em 1851-52 e 1864-70, revivendo sempre os golpes insidiosos de pertinazes adversários.

Ora, em lúcidos pormenores, baseados em autênticos documentos nacionais e alguns platinos e paraguaios, foi que Sousa Doca, com impressionante clareza e segura argumentação, nos convenceu da moderada diretriz da política brasileira, por contingência, morosa, na solução dos sucessivos problemas, que, durante cerca de meio século, trouxe abaladas, em um ambiente de desconfianças e malquerenças, as relações entre aqueles povos e os governos do Império.

Esse seu processo de escrever a História, decantando e filtrando a verdade através de documentos colhidos em fontes idôneas, é o mais natural, lógico, sensato e criterioso e que permite, sem paixão, recalques e prestebelecido afã de controvérsias, imprimir à narrativa dos fatos um cunho de precisão e confiança capaz de nos conduzir a conclusões exatas.

Daí o se constatar, em todos os seus livros e escritos, apreciável uniformidade de senso histórico, fácil compreensão, lógica e esclarecida argumentação que, em geral, nos conduz, naturalmente, às mesmas conclusões a que ele logrou atingir.

*
* *

Pode-se considerar exaustiva, brilhante, oportuna, precisa e conclusiva a defesa feita por Sousa Doca, em seus seis livros e vários artigos esparsos, que publicou, acerca da diretriz política do Império em relação aos vizinhos povos platinos, a qual continua incontestada, tal foi o valor e a consistência documental da sua argumentação, sempre dentro do são critério da boa fé e da verdade, aliado a provas insofismáveis, e sem xenofobismo ridículo. Tudo isso se reconhece, lendo atentamente os seus livros, publicados a partir de

1919, intitulados: "Causas da guerra do Paraguai"; "O Exército nas campanhas platinas"; "A Convenção preliminar da paz de 1828"; "Limites entre o Brasil e o Uruguai"; e os artigos "Pela verdade histórica", em resposta às "Notas de um Diarista" do brilhante escritor maranhense Humberto de Campos, e "Da bula de Alexandre VI à guerra do Paraguai", em contestação aos injustos e tendenciosos conceitos, emitidos pelo ilustre historiador e diplomata argentino, Dom Ramon Carcano, em sua valiosa obra "Guerra del Paraguay — Orígenes y Causas".

Todos esses seus trabalhos são úteis e patrióticos, porque tiveram o elevado objetivo de desagravar a pátria da insídia estrangeira, veiculada em várias obras sul-americanas, com o intuito precipuo de desvirtuar o sentido daquela diretriz política e expor o povo uruguaio como "oprimido pelos brasileiros", que persistiam em conquistá-lo e dominá-lo, quando o que realmente ela sempre procurou fazer foi protegê-lo contra as tentativas, dissimuladas de apoio e proteção, dos seus vizinhos platinos, que bastante se esforçaram e agiram para conseguir realizar aquilo que êles, mal intencionados, atribuíam às forças brasileiras que, a pedido dos governos uruguaio, lhes prestaram apoio e proteção.

A argumentação sólida de Sousa Doca, em tais livros e artigos, é maciça e fere direta e desassombradamente os pontos fracos, claudicantes e insubistentes da referida crítica, tendenciosa. E esse inestimável serviço patriótico, que prestou, deve ser sempre salientado, rememorado e jamais olvidado, porquanto, antes dêle, nenhum outro historiador, que conheçamos, se animou a romper a cortina de intencional sigilo que nos arquivos nacionais e particularmente no do Itamarati, encobria a prudente clausura de numerosos documentos de suma importância, cujo conhecimento, publicação, interpretação e sadia crítica poderiam já ter, há muitos anos, facultado elementos para semelhante defesa.

* *

Não foi somente no setor da história internacional que as luzes de Sousa Doca fulgiram, focalizando-o como grande historiador. Espargio-as também no trepidante campo da heróica história sul-rio-grandense, revolvendo, de preferência, a epopéia farroupilha e evocando os seus legendários guerreiros. Pormenorizou interessantes episódios das sangrentas lutas e esclareceu obscuras e indecisas atitudes de alguns Chefes, fixando assim novos aspectos da revolução republicana que,

durante dez anos, fêz tremer o trono e, nos dois últimos, consolidou a glória de Caxias.

Regionalista de boa fé e com elevada percentagem de brasilidade, na intensa e precisa crítica que fêz dessa revolução, dessecando os poucos documentos, que logrou encontrar nos arquivos gaúchos e nos de instituições nacionais do Rio de Janeiro, procurou patentear, com persistência, o caráter federativo nacional, e não o separatista, dos revolucionários, que sempre se recusaram a se aliar aos caudilhos uruguaio em contínuo dissídio com os respectivos governos e que pretendiam formar, com o Rio Grande republicano, o célebre Quadrilátero federativo, soberano e independente. E outros assuntos da história da valorosa Capitania de São Pedro ocuparam a sua lúcida atenção e mereceram ser narrados e criticados, como o fêz, com a sua peculiar linguagem, clara e percuciente.

Também os estudos geográficos o preocuparam, embora mais escassamente, porém os quatro trabalhos que escreveu, concernentes a aspectos da Província gaúcha, revelam a sua esclarecida cultura regional. Foram: "Um problema geográfico — as nascentes do Jacuí"; "Vocábulos indígenas na geografia rio-grandense"; "A Capitania de São Pedro", e, o melhor dêles, "Gente sul-rio-grandense".

Seguindo a moda, ensaiou-se no difícil gênero das biografias, algo factício, e publicou as do Marquês de Barbacena, ilustre e complexa personalidade, cuja ação figura na história, pontilhada de equívocos; a do Visconde Taunay, laureado escritor e bom historiador, merecedor de respeito e veneração; um excelente estudo da capacidade psicológica de Caxias; e outro, também psicológico, do trêfego General Bento Manuel, até hoje mal compreendido, por culpa própria, e que, no ambiente gaúcho da sua época, deixou vinca-dos traços das suas indecisas, astuciosas e dis-cutíveis atitudes.

A tudo isso devemos acrescentar alguns trabalhos de outros gêneros literários e numerosos artigos publicados em revistas das vinte instituições de cultura de que era sócio, e jornais do Rio Grande e desta Capital.

Não devemos olvidar que nessas e em outras instituições, por especial convite, realizou várias conferências, de cunho patriótico e em homenagem a eminentes vultos nacionais e americanos. Dentre êlas, é mister salientar a que efetuou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 14 de abril de 1943, no dia Pan-Americano, em excelente linguagem, profusa de citações, extraídas de importantes documentos brasileiros e americanos, e refe-

rências apropriadas a atitudes de eminentes governantes e outras autoridades continentais, em que tratou, com percuciência, da gênese da tradição pan-americanista, revelando nesse sentido a prioridade do Brasil entre os povos do continente de Colombo. Realmente, tão supervidente idéia surge, pela primeira vez, em 1786, numa das cartas que o malogrado inconfidente, José Joaquim da Maia, dirigira a Thomas Jefferson, representante do governo de Washington, junto ao rei de França. E Sousa Doca soube tratar, de tão importante e pouco conhecido assunto, de um modo magistral.

Acêrca do Duque de Caxias, a quem devotava especial aprêço, além do estudo acima mencionado, publicou, em separatas, três ótimos estudos que fizera da sua inconfundível personalidade, fixando-a, apropriadamente, como genuíno patrono do Exército e clarividente estadista.

A sua bibliografia compreende, entre livros e separatas, trinta e três volumes, sem que, em nenhum, houvesse tratado de assunto supérfluo e inoportuno. Podemos classificá-la da seguinte forma: oito sôbre história sul-rio-grandense; sete — história internacional, restrita às relações platino-brasileiras; dois — sobre história; quatro — geografia sul-rio-grandense; cinco — biografias e ensaios pessoais; e sete — outros assuntos.

Não sendo assaz abundante em valor quantitativo, todavia o é para refletir expressivo valor qualitativo e o consagrar como um dos melhores historiadores nacionais, contemporâneos, nos setores da História Pátria Diplomática, a que deu preferência.

* *

Finalizando êsse ligeiro perfil de Sousa Doca, poderemos fixar, de um modo indelével, os seguintes traços da sua vida: como cidadão — a contínua e pertinaz soma de es-

forços pessoais, moralizados e dignos, que realizou para satisfazer as suas legítimas aspirações, através de um forte, incorrupto e inflexível caráter; como militar — a reta diretriz, que, sem curvaturas, lisonjas e humilhações, seguiu sempre no cumprimento dos seus deveres para com a profissão, a classe e a pátria; como elemento social — a forma inteligente, sensata e modesta com que projectou as suas excelentes qualidades e atributos, que lhe granjearam merecida simpatia, aprêço e respeito em todos os meios, em que se ambientou; e como intelectual — a linha de distinção, cavalheirismo e elevado senso com que fez refulgir as luzes do seu esclarecido espírito, sabendo-se exprimir com abundância de idéias e pensamentos, dentro de um critério de tolerância e respeito às sãs idéias alheias.

* *

Eis aí, senhores, quem foi o preclaro e ilustre General Emílio Fernandes de Sousa Doca, prematuramente falecido, a quem, cheios de saudade, neste momento, os consócios da veneranda Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro prestam esta sincera homenagem.

Traçando aqui, mesmo em ligeiras pinceladas, o seu expressivo perfil, lhe rendemos um alto preito de aprêço, respeito e sinceridade, de que se fez justamente merecedor. E, uma vez que não podemos consagrá-lo, como faziam os antigos gregos e romanos, com os seus sábios, poetas e heróis, ornando-lhe a cabeça com uma coroa de louros e emprestando-lhe um caráter simbólico e divino, ao menos, como seus amigos e admiradores, jamais o esqueçamos, e os historiadores, que cultivam a verdadeira história pátria, que leiam e releiam os seus preciosos trabalhos e estudos, os apreciem, critiquem e comentem, dando-lhe, assim, tão elevada prova de consideração, respeito e aprêço.

Machado de Assis no tempo e no espaço, por LINDOLFO XAVIER.

O Sr. Lindolfo Xavier remeteu para o Instituto o seu ensaio — Machado de Assis no tempo e no espaço. Veio nos mostrar o meio em que Machado de Assis viveu.

“Machado, diz Lindolfo Xavier, era atencioso, ágil, solícito, delicadíssimo. A todo momento estava no gabinete do Ministro, no desempenho de suas funções”.

“Sentava-se à mesa de um de nós, iniciava uma conversa atraente, que se orientava no sentido do interesse público: era uma papeleta sobre tal ou qual expediente; era um deputado, um senador, que vinha solicitar solução sobre casos de interesse regional: nomeações, promoções, transferências, ajuda de custo, folhas de pagamento, contas de fornecimentos, etc.”

“O Ministério era um torvelinho, uma montanha russa em movimento”.

.....

“Todo o latejar das artérias do progresso vinha repercutir no Ministério da Viação”.

.....

“E tudo refluía sobre um homem, uma cabeça: o chefe da Contabilidade”.

“Ali, tudo terminava. Para ali, tudo convergia. E o cérebro que elaborava esse esforço controlador era o de Machado de Assis”.

O ensaísta vem então mostrar Machado de Assis em um meio político, em um meio da vida intensa. Creio que é a primeira vez que o criador de Quincas Borba tomou parte intimamente em uma tal vida. E tinha afinidades com uma vida assim: mostrava-se “atencioso, ágil, solícito, delicadíssimo, “empenhado e interessado”. Ora isto me vem lembrar uma questão: Machado de Assis e a política.

Foi Machado de Assis repórter no Senado, de onde trouxe famosíssima página em que ressurgem as figuras de ontem, da alta câmara vitalícia. Entretanto uma impressão muito especial vem daquele quadro descrito. As pessoas são evocadas para ficarem em

uma atitude convencional, parada, de quem posa para a posteridade; mas ali não se sente a vida fluir. Ali não há mais um ímpeto de paixão. Tudo como que parou para sempre, se conservando inerte na memória dos homens. Há, naquele quadro, algo de consumado, inerte e convencional. E a vida ficou sendo aquela que se pode traduzir em uma gravura.

Entretanto a política preocupou Machado de Assis.

Brás Cubas, criação sua, êle levou-o à Câmara dos deputados. Esse acesso é como que a finalidade daquele tipo de homem frustrado nas grandes finalidades da vida. É que também a carreira de deputado para Machado de Assis, naquela época que os partidos frustradamente disputavam posições sem outro objetivo senão inócua ambição pelos cargos políticos, era como a de Brás Cubas. O homem contraditório e de espírito vago, se ajustava ao vazio da profissão política.

Essa vacuidade dos partidos políticos a procurarem descreitoriosamente questões para atravessarem-nas, uns no caminho dos outros, principalmente no dos que estivessem no poder, comprometeu a monarquia, o regime, o governo do país: o que ninguém compreende da ambição dos homens! Para Machado de Assis, que não compreendia essa política vã, ela era então como esse homem que ninguém compreende e que, sem se saber como, um dia aparece deputado: Brás Cubas.

O que Machado viu como sendo a realidade em que tomou parte, era aquela política administrativa, roda viva do Ministério da Viação. Ela interessava-o. A revelação de Machado de Assis nesse meio no-la faz o Sr. Lindolfo Xavier. Mas para isso descreveu a época.

Eis então uma crônica tão fina que sempre há de surpreender, pela sua finura. E com que riqueza de informações se eleva acima de toda expectativa!

Às vezes, é ver como ela caracteriza as épocas dando o traço que todo momento de vida terá pelo que nêla se revelam os ho-

mens através das particularidades. Ora este aspecto é uma feição que se encontra nos romances de Machado de Assis: nêles se vêem melhor os homens no trivial da vida. E o viver que então se revela. Uma análise estranha clareia então a alma humana.

Fazendo a crônica do ministério da Viação, meio em que vivera Machado de Assis, o Sr. Lindolfo Xavier retrata homens: define-os. Mas através dos homens tem a intuição da época. Definindo homens tem o ensejo de enquadrar, revelar a ação que êles tiveram de desenvolver: "labor profundo e quase silencioso". É exato. Era a época do governo de Venceslau Brás. Esse presidente foi a consciência que mais se impressionou com os negócios públicos, sendo um homem modesto. Mas consciente. Cabe sumamente, ao seu governo, o qualificativo: "Silencioso e profundo".

Não sei se o Sr. Lindolfo Xavier é um historiador. O historiador parte de premissas assentadas. É um dedutivo. Ele vai tendo a intuição das coisas à medida que por elas passa. E essa intuição e sensibilidade que se desperta, e a pessoa sente porque tem disposição especial para sentir dessa ou daquela maneira.

O historiador parte da intenção previamente assentada: fazer história, ligar os acontecimentos, estabelecer relações entre causa e efeito. Mas eu não trepidarei em chamar ao Sr. Lindolfo Xavier, cronista. Revela no que escreve o que é da crônica: esta é vívida. Conta o que viu; e mais do que viu, o que sentiu: para o que concorrem todos os sentidos especiais da pessoa. E faz então como os cronistas: torna humano o assunto, e dá valor ao que de mais simples ocorreu. Reivindica pois o direito de se definir, que tem a época, descrita, por mais silenciosa e discreta que tivesse transcorrido. Diz pois quanto ela valeu para os homens e pelos homens que nela viveram.

De Tavares de Lira, ministro da Viação, o Sr. Lindolfo Xavier dá um retrato perfeito: "O Ministério da Viação, durante a gestão Tavares de Lira, foi para este uma tarefa laboriosa, honesta e difícil; pois que, já agora não era mais a época das construções e da expansão, mas dos cortes e severas economias".

"Todos os quatro anos de sua gestão, esse consciencioso Ministro, revestido de uma serena paciência e saber jurídico, reviu contratos, rescindiu concessões, cortou verbas, suprimiu serviços e não se pode calcular as

somas que poupou ao Estado, em tão rigorosa política administrativa".

"O governo Venceslau Brás encontrou as provas mais duras para enfrentar".

"De início, veio a guerra da Europa, de 1914 a 1918, que lhe tomou todo o tempo e toldou completamente o ambiente. A sabedoria com que soube atravessar esse período, sem convulsionar e comprometer o Brasil, está patente na história".

"O acôrdo de limites Paraná—Santa Catarina foi outro troféu de glória para o seu governo".

"Assim, com uma parcimônia, uma simplicidade e um desprendimento pessoal a toda prova, encerrou-se esse quadriênio de labor profundo e quase silencioso".

Tavares de Lira era um financista e um jurista. A época, deve-se dizer, era, aquela em que o ministro da Viação tinha de ser um financista e um jurista.

Mas é uma surpresa ver o Plácido de Castro que o Sr. Lindolfo Xavier descreve, de relance, entre os que passam pelo Ministério da Viação.

Imaginava-o eu outro homem. Um sertanejo. Um homem confinado no sertão e figura regional. Mas em verdade era ele como o descrevem. Tinha pois a sua bazófia, a sua expressão especial. Talvez a conquista do Acre, levada por ele a efeito, estivesse subentendida em um dos interesses da figura espantosa que o Sr. Lindolfo Xavier aponta: — "Vestido a rigor, numa sobreca-saca cinzenta clara, chapéu alto cartola da mesma côr, finos anéis de brilhante nos dedos, custosa jóia reluzindo na gravata".

Um dândi estapafúrdio num pelezador do sertão; ou um pelezador do sertão vestido à dândi estapafúrdio, com a preocupação excessiva de uma argúcia subitamente despertada e que se lançava em conquista da vida, ostentando anéis da joalheria fina, e custosa jóia etc., etc.

Diz-se de Rembrandt que para dar vigor ao claro escuro que exibiu na sua arte, pintava ele com uma perfeição rara o que ficava envolvido na sombra. Daí a impressão de mistério revelada nas suas telas. Daí o assombro da sua paleta. Era ela pois a surpresa dos pormenores: é pois o que está me parecendo haver na crônica do Sr. Lindolfo Xavier ao descrever o meio em que viveu Machado de Assis: no tempo e no espaço.

Diário da Viagem de Vasco da Gama
— com apreciação do Almirante GAGO
COUTINHO.

O almirante Gago Coutinho acaba de oferecer ao Instituto Histórico um exemplar do Diário da viagem de Vasco da Gama, que publicou anotado e comentado, em obra de dois volumes.

O official português reproduziu em fac-símile, com a justaposição de transcrição linear para que se acompanhe, linha a linha, o documento famoso, cuja autoria discute dando-o como sendo da pena de Álvaro Velho do Barreiro.

A importância do que reeditou em três textos, isto é, no fac-símile, na transcrição linear e na forma atualizada do velho texto, transcrição essa em capítulos, todos intitulados para melhor compreensão da obra, é máxima.

A viagem de Vasco da Gama não representa uma surpresa nem é um feito aventureiro. Diverge essa sua viagem da de Colombo. A viagem de Gama é o grande momento, o acontecimento principal que coroou de êxito uma série de esforços calculados, e sistematicamente empreendidos para chegarem à Índia.

O almirante Gago Coutinho estabelece a diferença que há realmente entre a viagem de Vasco da Gama e de Colombo. Uma representa a continuidade de esforços e um objetivo almejado; a outra é o resultado da exaltação de um espírito imaginoso. É que a Índia de hoje não é a de ontem nem a América de outrora se comparava com a de agora.

O principal objetivo das navegações estava na Índia.

Portugal conseguiu o feito na época, de máxima importância, isto é, chegar à Índia.

Mas para isso se lhe apresentava em primeiro lugar a navegação do Atlântico.

Vem então o sr. Almirante Gago Coutinho estudar essa navegação atlântica, não mais tão somente com os simples documentos históricos que confirmem os feitos portugueses; mas comenta êle com grande espírito crítico os conhecimentos científicos acumulados pelos portugueses para realizarem essa navegação.

Na época, foi preciso fazer o estudo dos ventos que deixou cair no domínio público duas expressões como que vagas entretanto provenientes de notáveis investigações. Falou-se em cabo das Tormentas, e calmaria das costas da África a desviar Cabral para oeste descobrindo então o Brasil "por acaso".

Eis o que ficou sendo referido de maneira muito sumária.

Mas cabo Tormentoso e calmarias da costa da África lembram os ventos, correntes marítimas como empecilhos da navegação que teria de se realizar evitando êsses empecilhos, principalmente por ser feita à vela.

Na costa da África e da Europa, as correntes aéreas descem do pólo norte e do pólo sul. São correntes de ar que trazem para o centro do Atlântico. Mas correntes que levam do centro do Atlântico para o norte e para o sul (o que teriam de procurar os portugueses para chegarem às Índias) não eram estas.

Ora procura-las-iam êles ao longe, o que conseguiriam em navegação de mar alto e auxiliado pelo astrolábio.

Mas dois problemas os portugueses precisaram de resolver: a navegação do Atlântico Norte em que caminhariam até chegar ao Equador; e depois a do Atlântico Sul.

A navegação do Atlântico Norte, que foi praticada por Colombo, o almirante Gago Coutinho, bem escudado na autoridade de Charcot, mostra ter sido antecipada pelos portugueses. Esse navegador francês é que afirma: "Christophe Colomb ful indirectement un élève de Henri le Navigateur".

A navegação do Oceano Sul, também de "rota em arco pelo largo" indo assim buscar longe os ventos favoráveis, só pode ser estudada com esse roteiro que o almirante Gago Coutinho publica, revelando o percurso de Vasco da Gama.

Encarecendo o valor dêsse Roteiro, diz o almirante Gago Coutinho: "Pelo seu lado os cronistas — como Castanheda, Barros, Góis, Galvão, Osório — aceitando em geral aquilo que corria, alongam-se muito mais sobre o que se passou em terra do que no mar..."

É tratando das questões do mar que o almirante Gago Coutinho renova o assunto histórico, e lança conclusão como esta: não se interessou D. João II "pelas" propostas teóricas de Colombo, que pretendia ser encarregado de abrir caminho para a Índia atravessando indefinidamente o Atlântico para Ocidente. Não havia a menor dúvida de que, sendo a terra esférica, lá se poderia ir por êsse caminho. Mas os Reis de Portugal, acreditando que honvesse outras terras de permeio, tinham-se limitado a conceder autorização aos aventureiros que pretendiam lá ir como sabemos que aconteceu com Dalmo, em 1846. E D. João II persistia na opinião de que o caminho praticável da Índia seria tornando a África pelo Sul".

Eis uma das mais curiosas afirmações de historiador e nela podemos ver que o interesse imediato — a Ásia — era tudo; o demais que houvesse de terras só interessaria a Portugal como ponto de defesa da rota para a Índia. De bases navais é que os portugueses precisavam. O Brasil seria uma: D. Manuel fez questão de tomar posse dela, declarando ao mundo a sua descoberta.

Mas nessa navegação de Gama pelo Atlântico, o almirante Gago Coutinho tem o cuidado de examinar a questão de época do ano a ela favorável, e a sua passagem pelos rochedos São Pedro e São Paulo. Ora na imaginação do leitor desperta a lembrança da primeira travessia do Atlântico em aeroplano. Foi Gago Coutinho o planejador do feito. Estudando-o, estudou a primeira travessia do Atlântico pelos portugueses, por Vasco da Gama.

Os mesmos problemas de navegação, talvez. E se assim é vejo que foi o feito do militar, do marinho, que encaminhou o navegador ilustre a entrar pela História com uma grande intuição das coisas. De fato, é ele a se referir às naus portuguesas, ao seu velame apropriado a atravessar o Oceano Atlântico Sul para bordejar a ponta sul da África em caminho das Índias, cuja navegação a vela o almirante Gago Coutinho também estuda, se revelando um grande historiador.

São caminhos às vezes vindos de longe e dos pontos mais diversos, que levam gloriosamente à História.

FEIJÓ BITTENCOURT

JOSÉ MARIANO FILHO — *Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.*

O Sr. José Mariano Filho, em belo estudo, analisa a arte de Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e as suas investigações faz ver: primeiro, a maneira de que o artista mineiro desenvolvia os temas de arquitetura, deixando por vezes haver desproporção entre os elementos componentes; segundo, a delicadeza dos detalhes, para que chamou especial atenção.

Mas uma discontinuidade em tudo e como que interrupções bruscas para colocar lado a lado impressões como que díspares. O delicado ao lado do tosco. Às vezes a apresentação de uma mão com os dedos crispados a exprimir nervosidade, mas esculpida da maneira mais rudimentar possível. Parece que

a intensidade nervosa do artista mergulhava em uma arte quase primária: a dos santeiros no Brasil.

Em todo caso uma expressão especial.

Surge então nessa arte a figura humana representada com todo os defeitos que o senhor Mariano soube apontar. Sim, impressionante e imperfeito. Por vezes uma confusão de imperfeições, com o que consegue ser expressivo. E esta é pois a verdade acerca da obra do Aleijadinho.

Acompanhei pois quanto o Sr. Mariano desvendou na expressão desse artista mineiro. Humano mas estranho. De uma grande intensidade de expressão, mas tosco e bizarro, exagerado e primitivo. Enfim um temperamento. Uma figura trágica.

Tudo nêle toma essa expressão trágica que se traduz em ferocidade. Se vai esculpir uma cabeça de Leão, dá-lhe, com a expressão humana, o aspecto de tremendo rancor desesperado. O esgotamento, a exacerbação do temperamento, expresso em tudo. Como havia de viver uma criatura humana para se expressar assim? A vida do Aleijadinho explica esta arte fruto de nervos exacerbados, e por isso movimentada, truncada, tosca, exagerada, confusa, mas intensa e viva.

O doente que o Sr. Mariano estudou é bem o autor dessa arte. Quando se lê — “As pálpebras inflaram-se e permanecendo neste estado ofereciam à vista sua parte interior; perdeu quase todos os dentes, e a bôca entortou-se como sucede frequentemente ao estuporado, o queixo e o lábio inferiores abateram-se um pouco; assim o olhar do infeliz adquiriu certa expressão sinistra e de ferocidade que chegava mesmo a assustar a quem quer que o encarasse...” — não se pode ter mais a impressão de que esse monstro tivesse amor à perfeição. Tudo na vida se tornou na aberração em que se transformou. E a sua arte, no que tem de mais expressivo, traduz os sentimentos desse estado de indigência física.

“O queixo e o lábio inferior abateram-se...” — mas os queixos que o Aleijadinho esculpiu são assim. E o esgar da bôca do apóstolo João dormindo no Hôrto das Oliveiras tem a mesma expressão de esgotamento. Eis um apaixonado criando uma arte cuja construção tem por vezes a violência e o exagêro da caricatura, que como arte padece dos defeitos do apressamento com que é realizada.

O livro do Sr. Mariano tem o mérito de fazer compreender esse vulto histórico da arte brasileira. Lendo-se o seu livro compreende-se logo que não se trata de uma arte que se

define pela perfeição mas pela dramaticidade e por isso é que o retrato do artista, que é o retrato de um doente, surge impressionante nas páginas em que ele reaparece como o descreveu Joana Lopes, que o conheceu: "Antônio Francisco era pardo escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada, e o gênio agastado... mal configurado..." — Mas a se tornar cada vez mais monstruoso por causa do mal que o não poupou.

Vítima de um derrame cerebral além de outros padecimentos. A perder os dedos necrosados. Naturalmente "um homem irascível, violento, se bem que carinhoso com sua gente de casa. Não perdoava facilmente injúrias, e sobretudo depois que o escorbuto o deformou, a sua desconfiança ultrapassou limites, prevenido contra todos. Depois que adoeceu não vinha à rua senão de madrugada e não se recolhia senão ao fechar da noite, trabalhando dentro de uma barraca... Saía de cadeirinha tirada por dois escravos dos três que tinha..."

Irascível e carinhoso! Quer dizer um grande sentimental, um espírito dominante, mas levado ao desespero. A realidade para ele era uma trágica provação comparável às de Jó. Tornara-se um monstro que ninguém podia imaginar.

Deformando-se tanto, a sua preocupação era ocultar-se. A sua arte ficou sendo um pouco da vida dessa criatura que fugia dos homens. Uma criatura humana estranha! Era ele uma expressão de sofrimento, eloquente, e uma revoltada réplica de quem se escondia de todos, rebelado.

Esta criatura excepcional é que o senhor Mariano nos faz compreender, deixando de ser um elogiador banal.

Aqui pára o que é individual na figura de um nome da história da arte no Brasil. Mas na arte que corre sob o nome de uma só pessoa, estou crente, diante do que diz o Sr. José Mariano, há mais gente. De outra vez que escrevi a respeito de José Mariano, observei que ele tornou (e como que o instinto o leva nesse sentido) a história da arte em questão social. Rasga então horizontes novos. Depara-se ele, desta vez, com influências orientais trazidas com a psicologia às vezes revelada na chamada arte do Aleijadinho. Neste caso não se trata de um artista, mas da contribuição da afluência de tantos elementos diferentes. A arte é de fato uma questão social para o Sr. José Mariano. Para o Sr. José Mariano! Para o próprio Ruskin!

Quer dizer que o escritor brasileiro retomou o caminho do escritor inglês. Contudo não se encontra uma grande rota para um mundo novo, sem sutileza, sem argúcia, e esta argúcia no caso do Sr. José Mariano está em ele analisar, em encontrar o que é característico, o que tem significação particular e está apontando na arte do Aleijadinho.

Conclui o Sr. José Mariano que afinal não se trata no caso de um único artista; mas de uma arte realizada no Brasil contribuindo nela diversos elementos étnicos, que, vindos de diversas partes do mundo, chegaram a Minas. A África remeteu muitos. É por vêzes uma Babel, uma confusão de temperamentos; porém um problema histórico perfeito, evidente e a apresentar a complexidade dos grandes problemas históricos. Não se pode pensar em reproduzir o que neste sentido o Sr. José Mariano adiantou com a documentação que oferece e em que está a renovação dos estudos de arte no Brasil.

FEIJÓ BITTENCOURT

AFONSO VARZEA — *Geografia do Distrito Federal.*

O Sr. Afonso Várzea, na qualidade de professor, tem sido um dos que mais se distinguuiu no ensino da geografia humana, em época de transformação do ensino no Brasil, modificados os programas com a importância que tomou nêles a Economia Política, a Geografia humana, e a Historiografia. Época de modificação de métodos de ensino.

O Sr. Afonso Várzea desbravou o terreno em que se pisou pela primeira vez no Brasil. Arcou com a responsabilidade dos novos compêndios de geografia já compostos com a exata consciência de quanto a geografia humana preparava uma nova consciência do estudo da terra. Mas geografia humana não é a geografia propriamente dita. É uma ciência de princípios gerais assim como a geometria, mas com a sua especial aplicação. A reflexão acerca desses princípios fez da geografia humana uma ciência distinta. Ora, o Sr. Afonso Várzea, com imaginação e critério, reformou o compêndio de geografia, e depois disso publicou livro didático então a respeito da geografia humana.

Insisto em dizer, a imaginação de que se forra a linguagem de quem escreve, muito

auxiliou o Sr. Várzea nessa empresa em que se empenhou. Caracterizou-se ele pelos recursos de expressão e clareza de inteligência, o que deu muita vida a seus livros e muito cunho pessoal.

Desta vez, o Sr. Várzea, em obra de mais tomo, se entregou ao trabalho de escrever — *Geografia do Distrito Federal*. É obra para três volumes. Publica hoje o primeiro deles — *Os solos mais antigos*. Depois virão os outros dois: *Os solos mais modernos*, e *começo, desenvolvimento e atualidade dos fatos de ocupação humana*.

Este primeiro volume escreveu o autor com a atenção inteiramente voltada para o que é mais remoto. O Sr. Várzea tem maneira impressionante de apresentar e vai ele dizendo o que é mais antigo no Distrito Federal fazendo a história desse mais antigo, assinalando em seguida este ou aquele ponto do solo, descendo às particularidades como esta: o Distrito Federal é o paraíso dos petrógrafos e desespero dos geólogos.

Não escreveu ele um livro nas linhas rígidas da ciência. As suas qualidades de escritor imaginoso se revelam de tudo quando, descrevendo Ipanema, o Quartzo de Veiro e o Pegmatito com Magnetita, ali encontrados, passa a "notar, de passagem, que a 700 e 800 metros ao sul do Morro do Pavão duas lajes provocam rebentação muito viva nas marés baixas e nas jornadas em que sopra o sudoeste. Entre as duas pedras submersas verifica-se o clássico alinhamento SW-NE".

Não é de admirar que ele venha a apontar a "fascinação da paisagem". Todas as impressões do que há de mais antigo no solo vão surgindo de maneira inesperada. Geologia e impressão viva da localidade. Impressão viva da localidade e Geologia. Há nisto a maneira do Sr. Várzea escrever. E as impressões que ele transmite são como a que descreve no museu das rochas.

Em nomenclatura, o Sr. Várzea discute ou antes deixa ver a discussão que já houve a respeito. Mas com isso ele nos familiariza com a ciência. De maneira despretenhiosa. Fácil. Acessível a todos. E por isso não sei dizer qual o destino do seu livro. Será para cientistas. Mas também pode ser para todos. Para os espíritos curiosos e que então podem ver o grande panorama científico se desdobrar diante dos seus olhos.

É as faculdades de imaginação e o longo tirocínio de professor que fizeram do senhor Várzea um interessantíssimo escritor.

FEIJÓ BITTENCOURT

FERNANDO DE AZEVEDO — *A Cultura Brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. — 2.^a edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1944. 529 pp. Ilustrado.

Como Introdução à Série Nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado a 1 de setembro de 1940, foi editado, em agosto de 1943, pelo respectivo serviço oficial, o volume intitulado *A Cultura Brasileira*, de autoria do professor Fernando de Azevedo, da Universidade de São Paulo. Tendo em vista obter maior divulgação para um trabalho cuja importância se depreende da própria denominação, reeditou-o, um ano depois, a Companhia Editora Nacional, em um tomo de grande formato, amplamente ilustrado, impresso nas oficinas do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro.

Trata-se, realmente, de obra sem igual em nosso meio, verdadeiro levantamento da história cultural brasileira, dos seus primórdios até os tempos presentes. Estudando, em três grandes divisões, "os fatores da cultura", "a cultura", propriamente dita, e "a transmissão da cultura" — pode-se dizer que todos os aspectos da questão foram abordados pelo autor, com amplo conhecimento de causa, sendo utilizadas, em seu trabalho, informações das melhores origens, em certos casos as únicas possíveis em nossa bibliografia.

Numerosas ilustrações, minuciosas listas de fontes consultadas e completos índices de nomes, assuntos e gravuras enriquecem a obra rigorosamente científica que é *A Cultura Brasileira*, do professor Fernando de Azevedo.

HÉLIO VIANA

OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA — *O pensamento vivo de José Bonifácio*. — Biblioteca do Pensamento Vivo, n.º 21. Livraria Martins, Editora. São Paulo, 1945, 171 páginas.

A inclusão de grandes vultos brasileiros na conhecida Biblioteca do Pensamento Vivo, simultaneamente publicada em vários países, contribuirá, certamente, para maior divulgação de seus méritos, através de escritos que marquem suas personalidades de escol. Foi o que aconteceu relativamente a Rui Barbosa, em volume organizado pelo Sr. Américo Ja-

cobina Lacombe, ao Visconde de Mauá, em tomo preparado pela Sra. Lídia Besouchet, e é o que ocorre agora, com José Bonifácio de Andrada e Silva, em escolha do Sr. Otávio Tarquínio de Sousa.

A figura do Patriarca da Independência prestava-se, realmente, à apresentação ao público nacional e estrangeiro, numa seleção de trabalhos de prosa e verso, em que sobressaem seus projetos relativos à liberdade dos escravos negros e dos indígenas, à criação de uma Universidade e de uma capital central para o país, ao reflorestamento, etc. Alguns de seus mais originais documentos epistolográficos, pensamentos escolhidos e poemas de interesse político — também aparecem no volume.

HÉLIO VIANA

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. Publicação da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo. Departamento de Cultura. Diretor — Francisco Pati. Secretário — Sérgio Milliet. — Ano I. Volume V. Outubro — Novembro — Dezembro de 1944. — São Paulo. 1945. 240 páginas.

Uma revista que honra a cultura brasileira, ultrapassando os limites contidos em seu título e especialidade, é o *Boletim Bibliográfico*, órgão da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, dirigida pelo Sr. Francisco Pati e secretariada pelo Sr. Sérgio Milliet.

O quinto volume de mais essa publicação do Departamento de Cultura da municipalidade paulista contém excelentes artigos de colaboração original. Abre-se por sucinto e interessante "Ensaio bibliográfico sobre as bandeiras", pela Sra. A. P. Canabrava. Segue-se um exame dos "Princípios econômicos vigentes no Brasil nas duas (primeiras) décadas do século XIX", de acordo com dois folhetos de José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, pelo Sr. Ciro T. de Pádua. "Serviço Social", sobre a revista brasileira desse título, dirigida pelo Sr. Roberto Sabóia de Medeiros S. J., pelo Sr. Frederico Heller. "Bibliografia crítica das Histórias da Filosofia no Brasil", pelo Sr. Luís Washington. "Sânscrito", pelo professor Silveira Bueno.

Na seção denominada "Autores & Livros" foram transcritos interessantes artigos publicados na imprensa e relacionados com a bibliografia, entre os quais "O brasileiro e o hábito da leitura", pelo Sr. Rui Bloem.

A última parte do *Boletim*, com 120 páginas, contém o "Registro bibliográfico das obras entradas na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1944". Demonstra, amplamente, o valor das aquisições então feitas pela magnífica repartição do Departamento de Cultura de São Paulo.

HÉLIO VIANA

GABRIEL SOARES DE SOUSA — *Notícia do Brasil*. Introdução, comentários e notas pelo professor Pirajá da Silva. — Livraria Martins Editora. S. Paulo. 1945. — 2 tomos. 351 e 354 pp. Ilustrados.

Poucos livros sobre o livro terão recebido os louvores que há mais de cem anos acompanham a grande obra de Gabriel Soares de Sousa, "talvez a mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista", na opinião mais que tódas autorizada de Francisco Adolfo de Varnhagen, Barão e Visconde de Porto Seguro.

Conservada, durante duas centúrias, em apógrafos guardados em várias bibliotecas da Europa, teve a primeira edição, anônima e incompleta, no início do século XIX, devida ao benemérito brasileiro frei José Mariano da Conceição Veloso, que a fez imprimir na Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, que então dirigia em Lisboa. Sob o título *Descrição Geográfica da América Portuguesa*, dessa raríssima tiragem possuem exemplares a Biblioteca Nacional da capital portuguesa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, este autenticado por erudita nota do Dr. Rodolfo Garcia.

Ainda sem indicação do autor, publicou a Academia Real das Ciências de Portugal, em 1825, o "Roteiro Geral do Brasil", como *Notícia do Brasil* — "Descrição Verdadeira da Costa daquele Estado, que pertence à Coroa do Reino de Portugal, sítio da Bahia de Todos os Santos", no tomo III, parte I, da *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*.

Mais uma publicação parcial apareceu na revista brasileira *O Patriota*, editada em Paris, em 1830, abrangendo apenas os vinte e nove capítulos iniciais.

Na referida *Coleção* da douta sociedade portuguesa, no tomo V, n.º 2, de 1839, inseriu Varnhagen as suas memoráveis *Reflexões Críticas* sobre a preciosa obra, definiti-

vamente identificando-a como de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho no Recôncavo, entradista morto no sertão baiano em em 1592, quando aí procurava minas.

Ao mesmo mestre incomparável da *História Geral do Brasil* se deve a primeira edição crítica do então denominado *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, incluído no tomo XIV desta *Revista*, referente ao ano de 1851, do qual foi tirada segunda edição em 1879.

Somente em 1938, na conhecida coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, saiu a sexta edição do *Tratado*, quarta completa e terceira de Varnhagen.

A sétima, que temos presente, com erudita Introdução, minuciosos comentários, abundantes e valiosas notas do professor Pirajá da Silva, foi incluída na Biblioteca Histórica Brasileira, dirigida pelo Sr. Rubens Borba de Moraes, editada pela Livraria Martins, da capital paulista, constituindo seu décimo-sexto número. Voltando ao título anterior — que também já havia figurado na primeira edição completa, e que é *Notícia do Brasil*, acha-se a obra dividida em duas grandes partes: “Roteiro Geral com largas informações de toda a Costa do Brasil” e “Memorial e Declaração das Grandezas da Baía de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem”. Diversas ilustrações e índices enriquecem o volume, também acrescido de notas biográficas sobre os senhores de engenho do Recôncavo, mencionados por Gabriel Soares de Sousa — mais um serviço do professor Pirajá da Silva, de agora por diante justamente considerado um dos maiores servidores de nossa bibliografia histórica.

Do mérito da obra propriamente dita nada será necessário dizer, pois já o fizeram dos mais consideráveis de nossa historiografia, nacionais e estrangeiros. Segundo, porém, trabalho tão profundamente ligado ao Instituto Histórico — seu único editor brasileiro no século passado — é justo que aqui se mencione o meritório esforço do novo anotador de *Notícia do Brasil*, que não desmereceu o título de sucessor, no caso, do eminente Varnhagen.

HÉLIO VIANA

J. PANDIÁ CALÓGERAS — *Formação Histórica do Brasil*. 4.^a edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo—Rio de Janeiro. 1945. 450 páginas.

A vinda ao Brasil, em 1929, de estudantes e professores norte-americanos, em viagem de estudos, motivou a organização de cursos especiais, colocados sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coube a parte histórica desses Estudos a J. Pandiá Calógeras, cujas conferências, vertidas para o vernáculo, publicaram-se no ano seguinte, em volume da efêmera Biblioteca Brasileira, intitulado *Formação Histórica do Brasil*. Passando a figurar na conhecida série Brasileira, da Biblioteca Pedagógica mantida pela Companhia Editora Nacional, teve novas tiragens em 1935 e 1938, e agora a quarta, em 1945.

Bastaria essa prova de aceitação por parte dos estudiosos, além do nome do ilustre autor, para dispensar quaisquer comentários sobre o valor da síntese empreendida pelo notável polígrafo e estadista. Convém notar, entretanto, que, no volume, é reduzida a parte referente ao período colonial, talvez por já existir, acessível à época, a primeira reedição dos primorosos *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu, declarados um “modelo inexcelável” no “Proêmio” da mesma *Formação Histórica do Brasil*. Mas, para a política externa e interna, como para a história econômica e social do Brasil, da chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, até a presidência Washington Luís — podemos afirmar sem hesitação que não conhecemos melhor resumo, mais objetivo e mais imparcial, que o contido nas páginas dessa obra de João Pandiá Calógeras.

HÉLIO VIANA

GEORGES RAEDERS — *Pedro II e os sábios Franceses*. Prefácio de Tristão de Athayde. — Atlântica Editora. Rio de Janeiro. 1944. 236 páginas.

Como antigo preceptor dos Príncipes D. Pedro Gastão e D. João de Orléans-Bragança, residiu o Sr. Georges Raeders no Castelo d'Eu, em França, onde teve ocasião de estudar as preciosas peças do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, ali cuidadosamente guardadas. Verificou, então, como foram intensas as relações epistolares e pessoais, mantidas pelo Imperador D. Pedro II com ilustre cientistas e escritores franceses do século passado.

O resultado dessas pesquisas é o livro intitulado *Pedro II e os Sábios Franceses*, excelentemente prefaciado pelo Sr. Tristão de Athayde. Baseado naquela insubstituível

documentação, analisa o autor, na parte central da obra, a correspondência e as visitas do patrono do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro trocadas com Vitor Hugo, Lamartine, Louis Pasteur, Artur de Gobineau, Ferdinand Denis, George Sand, Maspéro e Sully Prudhomme.

Em anexos aparecem no volume cartas de Louis Pasteur e Ernest Renan; a bibliografia do grande amigo do Brasil que foi Ferdinand Denis e suas cartas ao monarca

brasileiro; cartas de George Sand, Maspéro e Sully Prudhomme; as críticas de Alexandre Herculano e Gonçalves Dias (solicitadas por D. Pedro II), sobre *A Confederação dos Taboios*, de Gonçalves de Magalhães; outras cartas de Gonçalves Dias ao Imperador e, afinal, o discurso de Daubrée, em nome do Instituto de França, em memória de seu membro estrangeiro, o Imperador do Brasil.

HÉLIO VIANA

OS SÓCIOS DO INSTITUTO

MARIA C. MAX FLEIUSS

I — COUTINHO (Carlos Viegas Gago).

- Nasceu em Lisboa em 17 de fevereiro de 1869.
- Em 1882 entrou para o liceu de Lisboa; em 1885 para a Escola Politécnica, e em 1886 para a Escola Naval, donde saiu com o curso de oficial de Marinha em 1888.
- Navegou em navios escolas, de vapor e de vela, de 1888 a 1898, tendo estado em Moçambique, Angola, São Tomé, Cabo Verde, Açores, e no Brasil por duas vezes: *Rio* de 1893 a 1894, na *Mindelo*, e *Bahia*, em 1896, no *Pero Dalemquer*. Estêve na Índia e em Timor, nas canhoneiras *Sado* e *Pátria* em 1912.
- De 1898 a 1918 trabalhou como geógrafo em Missões Geográficas de fronteiras, em Timor, Moçambique, Índia, Angola e São Tomé.
- De 1926 a 1935 foi Presidente da Comissão de Cartografia do Ministério das Colônias, nesta data passou à Reserva, e em 1939, foi reformado, sendo atualmente Presidente da Comissão promotora do Museu de Marinha.
- *Sócio* da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico da Bahia, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- Doutor *Honoris Causa*, pela Universidade de Lisboa e Porto.
- *Condecorações*: Grão Cruz da Torre e Espada, de São Tiago, e da do Mérito Militar e Naval de Espanha. Comendador da Legião de Honra, e de duas Ordens Militares, uma italiana e outra belga.
- Em 1922, com o Comandante Sacadura Cabral, realizou a primeira travessia aérea, em avião, de Lisboa para o Rio de Janeiro, com escalas, e primeira também da Europa para a América.
- Publicou um estudo detalhado sobre os trabalhos geodésicos realizados na Ilha de São Tomé, de 1916 a 1918; além disso

publicou vários artigos em revistas científicas, tanto sobre marinha como sobre trabalhos geográficos coloniais. Tem também publicado numerosos artigos sobre a Passagem do Cabo Bojador, Descobrimiento do Brasil, viagens de Vasco da Gama e de Côte-Real.

II — SERAFIM LEITE S. J.

Serafim Leite nasceu em S. João da Madeira, vila de Portugal, no dia 6 de abril de 1890. Fêz os primeiros estudos na sua terra natal e cursou depois os secundários no Internato dos Carvalhos, arredores do Porto.

Aos 16 anos, como todo bom português, quis também correr mundo. E viveu no Brasil nas margens do Amazonas e Rio Negro, em contato imediato com os índios, entregue a fainas comerciais, durante sete anos, entrecortados por duas vindas de repouso à mãe pátria.

Em 1913 embarcou no Pará com destino à Alemanha, saindo porém no Havre. Conheceu Paris pela primeira vez. Continuou a viagem e travou relações íntimas com os Jesuítas Portugueses, então na Holanda e na Bélgica. Este conhecimento decidiu do seu futuro. No dia 30 de julho de 1914 entrou na Companhia de Jesus, na Bélgica, poucos dias antes de ser invadida e ocupada pelos exércitos alemães. Em 1915 conseguiu retirar-se para país não beligerante, fazendo o seu Curso de Humanidades em Múrcia e o de Filosofia em Granadas, ordenando-se de sacerdote no dia 27 de julho de 1926 na Universidade de Comillas (Espanha).

Fêz os mais altos estudos da Companhia. E no dia 23 de junho de 1927, na Faculdade de Teologia de Enghien, Bélgica, defendeu teses de Filosofia e Teologia em ato final *ad gradum* (doutoramento em filosofia e teologia *ex jure pontificio*).

Neste mesmo ano encetou, além doutras atividades estritamente religiosas, a sua carreira de escritor, como redator do *Mensageiro do Coração de Jesus*, onde tinha a seu cargo as duas seções literárias (Leitura amena e

Poesia), passando, depois de uma estada em França de 10 meses, a redator da Revista *Brotéria*, com sede em Lisboa, publicando então alguns livros e conferências.

Em 1932 foi encarregado superiormente de escrever a História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, na parte referente ao Brasil (período colonial). Com esse fim percorreu os Arquivos públicos da Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica e Itália) e os particulares da Companhia, em especial os da Holanda e Roma. Em 1934 e em 1939 visitou os do Brasil.

É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto do Ceará; honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; e benemérito do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro.

É membro efetivo da Academia Portuguesa de História, e faz parte da Direção do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e do Corpo Português da Academia Internacional da História das Ciências (Seção de Lisboa).

Foi membro da Comissão Orientadora da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo (1937), em que foi presidente da seção do Brasil.

Tomou parte no Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1932) e no XXVI Congresso Internacional de Americanistas, Sevilha, 1935.

Em 1938 o Governo Português conferiu-lhe a Comenda da Ordem Militar de Santiago da Espada, de mérito científico, artístico e literário; e em 1939, o Governo Brasileiro a Comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Em 1935 coube, em São Paulo, o primeiro prêmio de história ao seu trabalho *Os Jesuítas na Vila de São Paulo* (século XVI); e em 1938 ao seu livro *História da Companhia de Jesus no Brasil* foi adjudicado em Portugal o prêmio nacional de história (Prêmio Alexandre Herculano).

A sua bibliografia anda dispersa por diferentes jornais e revistas de Portugal, Brasil, França e Itália. A que está reunida em livros ou opúsculos é a seguinte:

A) *Ficção*:

- 1 — *Iluminuras* (Contos), Lisboa, 1930.

B) *Poesia*:

- 2 — *Trajectórias*, Pôrto, 1931.
- 3 — *Do Homem e da Terra*, Lisboa, 1932.

C) *Ação Social e Católica*:

- 4 — *A Formação Integral da Mulher Cristã*, Lisboa, 1932, 2.^a ed. 1936.
- 5 — *Dirigentes — Responsabilidades e Influência*, Lisboa, 1937.
- 6 — *A Retribuição do Trabalho*. Pôrto, 1933; 2.^a ed. 1937.

D) *História*:

- 7 — *Alão de Moraes*, Pôrto, 1929 (com o pseudônimo de Mário Vitor).
- 8 — *J. S. Tavares* (Uma grande figura de sábio), Lisboa, 1931.
- 9 — *Portugal*, No D. Th. C., Paris, 1934.
- 10 — *S. João da Madeira na Idade Média*, Documentos inéditos da Torre do Pombal, Separata do "Arquivo do Distrito de Aveiro", vol. II, Aveiro, 1936.
- 11 — *A primeira biografia inédita de José de Anchieta, Apóstolo do Brasil*, Separata da Revista "Brotéria", vol. XVIII, março e abril de 1934, Lisboa.
- 12 — *As primeiras escolas do Brasil*, Separata da "Revista da Academia Brasileira de Letras", n.º 150, vol. XLV, Rio de Janeiro, 1934.
- 13 — *A penetração geográfica da Terra pelos Portugueses*, A primeira viagem de São Paulo ao Pará, através do Brasil. Separata da "Brotéria", vol. XX, maio de 1935.
- 14 — *Derrota de Maurício de Nassau no cerco da Bahia* (1638), Relação diária inédita. Separata da Revista "Ethnos", vol. I, Lisboa, 1935.
- 15 — *Influência religiosa na formação do Brasil*, Conferência no Curso de férias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Separata da "Brotéria", vol. XXII. Janeiro de 1936.
- 16 — *Os Jesuítas na Vila de S. Paulo* (século XVI). Separata da "Revista do Arquivo Municipal", vol. XXI, São Paulo, 1936.
- 17 — *Os Jesuítas no Brasil e a Medicina*, Separata da Revista "Peturs Nonius", vol. I, Lisboa, 1936.
- 18 — *Antônio Rodrigues, soldado, viajante e jesuíta português na América do Sul, no Século XVI*, Comunicação ao XXVI Congresso Internacional de Americanistas, Sevilha, 1935. Extr. do volume XLIX dos "Anais da Biblioteca Nacional", Rio de Janeiro, 1936.
- 19 — *Conquista e fundação do Rio de Janeiro*, Separata de "O Instituto", volume XC, Coimbra, 1936.

- 20 — *Jesuitas do Brasil na fundação da Missão do Paraguai*, (11 de agosto de 1588), Separata do "Archivum Historicum Societatis Iesu", vol. VI, Roma, 1937.
- 21 — *Páginas de História do Brasil*, vol. da "Brasiliana", São Paulo, 1937.
- 22 — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, II, III, IV, V e VI, Lisboa, Rio, 1938.
- 23 — *Novas Cartas Jesuíticas* (De Nóbrega e Vieira), vol. da "Brasiliana", São Paulo.

III — ACIOLI (Hildebrando Pompeu Pinto)

Nasceu em Fortaleza, Estado do Ceará, a 25 de junho de 1888. Filho de Antônio Pinto Nogueira Acioli e de D. Maria Teresa de Sousa Acioli. Educado no Liceu do Ceará, Fortaleza; cursou a Faculdade de Direito do Ceará, onde colou grau em 1908. Iniciou sua carreira pública como adido ao Ministério das Relações Exteriores em 1914 em seguida foi nomeado Secretário da Delegação Brasileira à quinta Conferência Pan-Americana, reunida em Santiago do Chile em 1923, Primeiro Secretário da Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações, 1924-1926; Diretor Interino da antiga Seção de Limites e Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, 1926-1930; Consultor técnico da Delegação Brasileira à sexta Conferência Pan-Americana reunida em Havana em 1928; Chefe de Gabinete do Ministro da Relações Exteriores, 1930-1932; Conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington, 1933; promovido a Ministro Plenipotenciário de Segunda Classe, 1934; Encarregado dos Negócios do Brasil em Washington de maio (16) a 30 de junho de 1934; Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Rumânia de julho de 1934 a junho de 1935; transferido para o Rio de Janeiro para chefiar a Divisão Política e Diplomática do Ministério das Relações Exteriores (julho de 1935 a janeiro de 1937); Delegado do Brasil à Conferência interamericana de consolidação da paz (Buenos Aires, dezembro de 1936); Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores (de 4 de janeiro de 1937 a 31 de dezembro de 1938); Delegado do Brasil à Conferência Pan-Americana de Lima (dezembro de 1938); Embaixador do Brasil junto ao Vaticano. É membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia

do Rio de Janeiro, do Instituto do Ceará, da Sociedade Americana de Direito Internacional, do Instituto Americano de Direito Internacional, da Academia Diplomática Internacional (de Paris), do Instituto argentino de Direito Internacional. É membro nacional da Comissão permanente de Conciliação entre o Brasil e a Polónia.

É autor dos seguintes trabalhos:

- 1 — *Um ponto de Direito; Uma questão de fato; a declaração de guerra e o começo das hostilidades na guerra Russo-Japonesa*. (Fortaleza, 1908).
- 2 — *"A Questão da Alsácia-Lorena e o próximo congresso da paz"*, reimpressa da "Revista Americana", 1917. Rio de Janeiro.
- 3 — *Atos Internacionais vigentes no Brasil*, 1927, 2.^a ed., 2 vols. 1936-1937. Rio de Janeiro.
- 4 — *O Reconhecimento da Independência do Brasil*, 1927, 2.^a, 1945. Rio de Janeiro.
- 5 — *Tratado de Direito Internacional Público* (vol. 1.^o, 1933; vol. 2.^o, 1934; vol. 3.^o, 1935). Rio de Janeiro.
- 6 — *"Freedom of River Navigation in Time of War"*, reimpressa de "The Iowa Law Review" (Iowa City, 1934).
- 7 — *Le Brésil et la doctrine de l'uti possidetis*, reimpr. da "Revue de Droit International" (Paris, 1935).
- 8 — *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*, São Paulo, 1936, 2.^a ed., 1945.
- 9 — *Relatório sobre os trabalhos da 1.^a, 2.^a e 4.^a Comissões da Conferência interamericana de Consolidação da paz, reunida em Buenos-Aires em dezembro de 1936*. Rio de Janeiro, 1937.
- 10 — *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*. São Paulo, 1938.
- 11 — *O Barão do Rio Branco e a Segunda Conferência de Haia* (conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revista do Instituto Histórico, volume 187, 1945).
- *Traité de Droit International Public*, tradução pelo Prof. Paul Goulé, Recueil Sirey, Paris, vol. 1.^o, 1940; 2.^o, 1941.
- *Tratado de Derecho Internacional*, Rio, 1.^o vol. 1945, Imprensa Nacional.
- No Prelo*
- 3.^o vol. do *Traité de Droit International Public*.
- 2.^o e 3.^o vols. do *Tratado de Derecho Internacional*.

LIVROS RECEBIDOS

Em julho de 1945.

- Panorama da Cultura Norte-Americana* — Conferências lidas no Brasil pelo senhor William Rex Crawford — Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais" — São Paulo — 1945.
- A Política Econômica do Café e a cota de Equilíbrio* por Crepory Franco — A. Coelho Branco F. — Rio de Janeiro — 1944.
- Mensaje de los Estudiantes Universitarios de la República Dominicana a los Estudiantes Universitarios de América* — Editorial La Nación — Ciudad Trujillo — 1944.
- El Generalísimo Trujillo* — Fundamentos políticos y ámbito Emocional de una admiración por Ramón Fernandes Mato — Editorial La Nación — Ciudad Trujillo — 1944.
- História Gráfica de la República Dominicana* por José Ramón Estella — Imprenta La Opinión — Ciudad Trujillo — 1944.
- Album del Centenario de la República Dominicana* — Artes Gráficas, S. A. La Habana.
- Manifesto — Aos crentes Evangélicos* — Aos adeptos e Simpatizantes — A todos os Brasileiros que temem a Deus. Rio de Janeiro — 1945.
- Reflexões Finais à Luz da Filosofia Universal* — Solução dos Problemas por M. Carlos — Editôra Pongetti — Rio de Janeiro — 1945.
- Marcha no mesmo rumo* (Discurso de posse na presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 7 de junho de 1945 por João Daudt de Oliveira — Mauá imprimiu — Rio de Janeiro — 1945.
- The English and their country* — Thomas Burke — Longmans Green & Co. — London.
- Etnografia e Lingua Tupi-Guarani* — Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — M. de L. de Paula Martins — Indústrias Gráficas José Magalhães Ltda. — São Paulo — 1945.
- Dois Titãs do Império* — Por Oliveira Belo — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1941.
- Algumas verdades acêrca do Descobrimento do Brasil* por Luís Alves de Oliveira Belo — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1944.
- Siete poetas Venezolanos* — Cuadernos Literarios por J. K. Sanchez Trincado — Tipografia La Nación — Caracas — 1944.
- A China em Guerra* (Discurso comemorativo por S. Ex. Cheng Tien Koo — 1945.
- La liquidación de la Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay* por Eduardo Amarila Fretes — Imprenta Militar — 1941.
- "Asunción" ciudad Madre de Ciudades* (La fundación de Buenos Aires) por Eduardo Amarila Fretes — Imprenta Militar — 1942.
- Esquema da organização da Biblioteca do D. A. S. P.* por Lídia de Queirós Sambaqui — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Cidade de Fortaleza* (Filmagem histórica) — Raimundo Girão — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — Ceará — 1945.
- Considerações em torno da mortalidade infantil em Fortaleza* por J. Eduardo de Alencar — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — Ceará — 1945.
- O Ceará e o seu futuro* por J. Moreira de Sousa — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — Ceará — 1945.
- Independencia del Paraguay* (Instituto de Investigaciones históricas) por Eduardo Amarila Fretes — Gráfica "El Arte" — Asunción — 1943.
- História da Civilização Brasileira* por Alfredo Ellis Júnior — Indústria Gráfica José Magalhães Ltda. — S. Paulo — 1945.
- Cadernetas de Rumos Magnéticos e Distâncias no Rio Grande do Sul* — Organizada pelo Coronel Aviador Lísias Augusto Rodrigues — Imprensa Técnica do S. T. Aer. — Rio de Janeiro.
- Gaviões de Penacho — A Luta aérea na Guerra Paulista de 1932* — Lísias Rodrigues — Tipografia Rossolillo — S. Paulo — 1934.
- Brasil Aeronáutico* (Coleção Brasil) D. I. P. — Lísias Rodrigues — Impresso na Tipografia Mercantil — Rio de Janeiro — 1944.

- A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins* — Lísias A. Rodrigues — Tipografia Mercantil — Rio de Janeiro — 1944.
- A Finalidade das linhas aéreas militares no Brasil* por Lísias A. Rodrigues. — Tipografia do S. T. Aer. — Rio de Janeiro — 1935.
- Roteiro do Tocantins* — Lísias A. Rodrigues — Livraria José Olímpio Editôra — Rio de Janeiro — 1943.
- Brasileiros Pioneiros do Ar* — Lísias A. Rodrigues — Livraria José Olímpio Editôra — Rio de Janeiro — 1944.
- História da Conquista do Ar* — Lísias A. Rodrigues — Marques Araújo & Cia. — Rio — 1937.
- Compêndios de "História do Brasil"* — por Basílio de Magalhães — Livraria Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1945.
- Rio Branco* — Palavras pronunciadas por ocasião da inauguração da Exposição no Teatro Municipal de São Paulo pelo senhor José Carlos de Macedo Soares — São Paulo — 1945.
- A Segunda Imperatriz do Brasil* — Amélia de Leuchtenberg por Maria Junqueira Schmit — Companhia Melhoramentos de S. Paulo — 1927.
- A Amazônia Misteriosa* por Gastão Cruls — Zélio Valverde — Rio — 1944.
- A Capitania das Minas Gerais* por Augusto de Lima Júnior — Zélio Valverde — Rio — 1943.
- As Grandes Hipóteses da Ciência Moderna* — Lazerges — traduzida por Jamil Almanсур Haddad — Edições Cultura — São Paulo — 1944.
- Obras Completas de Rui Barbosa* vol. XVIII — 1891 tomo I — Discursos Parlamentares — Jornalismo — Edição do Ministério da Educação — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Antologia do Jornalismo Brasileiro* — volume I por Pedro Timoteo — Zélio Valverde — Rio — 1944.
- O Estado Capitalista* — Notas sobre o Estado, o Juro e o Desemprêgo por Francisco Karan — Impresso nas oficinas de Indústria do Livro — Rio de Janeiro — 1945.
- Dois Anos no Brasil* — Tradução do original francês por Mário Sette. Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1945.
- Franga* — 1944 — Serviço Francês de Informações — Rio de Janeiro — 1945.
- Belém* — Aspectos Geo-Sociais do Município por Ernesto Cruz — Livraria José Olímpio Editôra — Rio de Janeiro — 1945.
- O Folclore no Brasil* — Com uma coletânea de 81 contos populares organizada pelo Dr. João da Silva Campos — Basílio de Magalhães — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1939.
- Xangai* — Aspectos Históricos da China Moderna por J. O. de Meira Pena — Americ Edit. — Rio de Janeiro — 1944.
- Branços e Pretos na Bahia* — Estudo de Contato Racial por Donald Pierson — Edição da Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1945.
- A Sociedade Nacional de Agricultura* — Resumo Histórico por L. Marques Poliano — Gráfica Econômica Ltda. — Rio — 1945.
- Quadro Sistemático da Divisão Regional das Unidades Federadas Brasileiras* (Zonas) Anexo 2 à Resolução n.º 143 de 13 de julho de 1945 — Conselho Nacional de Geografia.
- Quadro Sistemático da Divisão Regional Brasileira* (Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões) Anexo à Resolução n.º 143 de 13 de julho de 1945. (Conselho Nacional de Geografia).
- Tratado da Língua Vernácula* (Gramática) por Brício Cardoso — Livraria Editôra Zélio Valverde — Rio — 1944.
- Vitória* — Buenaventura Caviglia — Imp. Cerrito — Montevideu — 1945.
- In Memoriam* — Quito Bonomi (Hijo) — 2.ª edição por Buenaventura Caviglia, Alberto Iglesias Castellanos e Agustin M. Smith — Imprensa Cerrito — Montevideu — 1945.
- Roosevelt* — (2.ª edição) Buenaventura Caviglia — Imp. Cerrito — Montevideu — 1945.
- A Vida e as Realizações do 1.º Bispo de São Paulo* — D. Bernardo Rodrigues Nogueira — J. P. Leite Cordeiro.
- Pedro Celestino* — Galeria Matogrossense — Virgílio Correia Filho — Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1945.
- A Cruzada do Infante D. Henrique* por Joaquim Bensaude — Editôra Ática — Lisboa — 1942.
- História do Brasil em 1944*. Hélio Viana — Separata da Revista Verbum — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Programme des Conditions d'Admission a L'Ecole Navale* — Librairie Veibert — Paris — 1930.

- Navios de Guerra do Império Britânico* — Serv. de Imp. e Inf. da Emb. Britânica — 1942.
- Regimento da Caixa Beneficente* — Clube Naval — Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1944.
- Manual de Primeiros Socorros* preparado pelo U. S. Office of Civilian Defense.
- Situação e Crédito do Brasil* — Artigos publicados no "O Jornal" e "Gazeta da Bolsa" e Artigos do "Correio da Manhã" por Carlos Sampaio — Edição da S. A. Gazeta da Bolsa — Rio de Janeiro — 1930.
- Equipamento de Navegação para os Navios da Marinha de Guerra* — 1938.
- Suplemento n.º 1 — I — 1940 à Lista de Faróis* — Brasil — 1938.
- Lista de Faróis* — Brasil — 1938.
- Condições de Inscrição para o Concurso de Admissão à Matrícula na Escola Naval no Ano de 1945.* — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1944.
- Regulamento do Plano de Uniformes para os Aspirantes de Marinha* — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1944.
- Lista de Faróis* — Brasil — 1936.
- Administração Municipal no Governo do Presidente Epitácio* por Carlos Sampaio.
- Plano de Estudos e Programas de Ensino aprovados pelo Conselho de Instrução* — 1942. — Brasil.
- Esbôço Histórico acerca da Organização Municipal e dos Prefeitos do Distrito Federal* por Noronha Santos — Oficinas Gráficas do Globo — Rio de Janeiro — 1945.
- A Formação do Rio Grande do Sul* — 2.ª edição aumentada por Jorge Salis Goulart — Edição da Livraria do Globo — 1933.
- Machado de Assis no tempo e no Espaço* por Lindolfo Xavier — Coeditora Brasileira Cooperativa — 1940.
- Hulha Branca* por Ramiro Berbert de Castro — Tipografia Batista de Sousa — Rio de Janeiro — 1945.
- Documentário Arquitetônico relativo à Antiga Construção Cível no Brasil* fascículo II por José Wasth Rodrigues — Livraria Martins Editora — São Paulo.
- Um modelo de Ordem e Espiritualidade* — Conferência de Artur de Vasconcelos.
- Indústrias Matogrossenses* — Monografias Cuiabanas — vol. V por Virgílio Correia Filho — Tipografia do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1944.
- A Propósito dos Novos Territórios* — Comentários Despretensiosos por Virgílio Correia Filho — Rio de Janeiro — 1944.
- Compêndios de "História do Brasil" Defesa integral dos do autor* — Ataque frontal e total aos do Sr. Hélio Viana. Basílio Magalhães — Liv. Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1945.
- Os Caduveos de Guido Boggiani*, tradução de Amadeu Amaral Júnior — Livraria Martins Editora — São Paulo.
- Introdução às obras do Barão do Rio Branco* — A. G. de Araújo Jorge — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Questões de Limites* — Guiana Britânica II — Barão do Rio Branco — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Questões de Limites* — República Argentina — Barão do Rio Branco — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Em setembro de 1945.**
- Os melhoramentos de São Paulo* — Palestras pelo Engenheiro Francisco Prestes Maia — São Paulo — 1945.
- O Barão do Rio Branco* — Conferência — João Severiano da Fonseca Hermes. Tipografia do Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1945.
- O Café* por Valentim Bouças — Rio de Janeiro — 1945.
- Conferências* — Batista Pereira, Lourenço Filho e Carleton Sprague Smith — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- Archivo Capitular de Jujuy e tomo IV* — Publicación Dirigida y Comentada por Ricardo Rojas — Imprenta e Casa Editora "Coni" Buenos Aires — 1944.
- Actualidad Americana* de José Martí — Arrow Press, Inc. — La Habana — 1945.
- Bibliografia da "Verdadeira História de Hans Staden"* por C. Fouquet — Composto e Impresso na Gráfica da Prefeitura — São Paulo — 1944.
- Decreto n.º 741 de 23 de setembro de 1926* — Reforma o processo eleitoral — Tipografia Oficial — Cuiabá — 1926.
- Programas e Estatutos do Partido Republicano de Mato Grosso* — Tipografia Oficial — Cuiabá — 1923.
- Partido Economista do Brasil* — Programa — Tipografia Oficial — Cuiabá.
- Programa e Estatutos do Partido Democrata Matogrossense* — Escolas Profissionais Salesianos — Cuiabá — 1926.
- Programa do Clube Republicano Ditatorial* com a carta-manifesto do seu Presidente General Manuel Rabelo — Rio — 1933.

S. Sebastião do Paráso e Sua História — José de Sousa Soares — Editora Pan-Americana — Rio de Janeiro — 1945.

Os Pioneiros da Rochdale por Silveira Peixoto — Ind. Gráfica Siqueira Sales Oliveira & Cia. Ltda. — São Paulo.

A Crise do Nosso Tempo (Tradução de Alfredo Cecílio Lopes) Pelirim A. Sorokim — Editora Universitária Ltda. — São Paulo.

Documentos Históricos — Cartas Régias 1667-1681 — Tipografia Batista de Sousa — Rio — 1945.

Cuba está Presente por Aristides de Sosa de Quesada — P. Fernandez y Cia. — La Habana — 1943.

Por la Democracia y por la Libertad por Aristides Sosa de Quesada — P. Fernandez y Cia. — La Habana — 1945.

Aspectos de Venezolanos ilustres — Cuadernos Literarios de la Asociación de Escritores Venezolanos, por Eduardo Carreiro — Tip. La Nación — Caracas — 1945.

O Centenário do Barão do Rio Branco por Adalberto Mário Ribeiro. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.

Comissão Preparatória do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco — Exposição dos trabalhos realizados pelo Primeiro Secretário de Embaixada Senhor Jorge Latour.

Dia da Raça — Comemoração no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1945. — Rio de Janeiro — 1945.

A modificação das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai perante o Direito Internacional e a Constituição, por Clovis Beviláqua — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1910.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Em julho de 1945.

Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos, vol. III, n.º 7, janeiro de 1945.

União Pan-Americana, vol. III, n.º 5, maio de 1945, Washington.

Educación, ano 6, n.º 35, febrero y marzo de 1945. Caracas.

Serviço Polonês de Informações n.º 152, 27 de junho de 1945. Londres.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos, n.º 25, ano III, julho de 1945.

Revista do Serviço Público, ano VIII, volume II, n.º 3, junho de 1945.

Em guarda, ano 4, n.º 6, 1945.

Boletim da União Pan-Americana, vol. XLVII, n.º 6, junho de 1945.

Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo, ano III, n.º 102, 23 de junho de 1945.

Boletim da A. E. C. (Órgão da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro), ano II, n.º 11, abril de 1945.

Indians at Work, number 5, vol. XII, january-february 1945. Chicago.

Nação Brasileira, n.º 5, ano I, 28 de junho de 1945.

Boletim Bibliográfico, ano I, vol. IV, julho-agosto-setembro de 1944. S. Paulo.

Brazilian American, n.º 1.378, ano XXVII, 30 de junho de 1945.

Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo, ano III, n.º 103, 20 de junho de 1945.

Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística, tomo LX, n.º 1 enero-febrero de 1945. México D. F.

Rodriguésia, n.º 18, ano IX, março de 1945.

Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, n.º 127, ano XI, de março e n.º 128, ano XI, de abril de 1945.

Agronomia, n.º 1, vol. 4, ano 4, janeiro-março de 1945.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n.º 3, ano VIII, março de 1945.

Informações Argentinas, n.º 2, fevereiro de 1945.

Informaciones Argentinas, n.º 97, abril de 1945.

Borda do Campo, n.º 615, ano XIV, 1 de julho de 1945. S. Paulo.

Correio do Vale do Paraíba, n.º 663, ano X, 4 de julho de 1945.

El Eco, n.º 908, ano XIX, 11 de mayo de 1945; e n.º 903, ano XIX, 6 de abril de 1945.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n.º 97, ano XXV, 1.º trimestre de 1945.

Boletim de la Secretaria de Estado de Relaciones Exteriores, nos. 42 (extraordinário), 43 abril-mayo-junio 45 octubre-noviembre-diciembre de 1944. Republica Dominicana.

Primer Censo Cafetalero Nacional, ano del Centenario, 1943-1944. Republica Dominicana.

A Grã Bretanha de Hoje, n.º 86, janeiro de 1945.

- Revista Rotária*, n.º 6, tomo XXIV, junho de 1945.
- Revista da Semana*, n.º 50, ano XLII, de 13 de dezembro de 1941.
- Revista Marítima Brasileira*, ns. 1 e 2 de julho e agosto de 1939, ano LIX. números 9 e 10 de março e abril de 1941, ano LX, ns. 1, 2, e 3 de julho, agosto e setembro de 1943, ano LXIII.
- Nação Armada*, n.º 26, ano III, janeiro de 1942.
- Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, ano IV, n.º 5, volume V, 1.º semestre de 1944; ano III, n.º 4, vol. IV, 2.º semestre de 1943. Rio de Janeiro.
- Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo XLVIII — 1941, tomo LI — 1944, tomo L — 1943.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Caféano XX*, n.º 217, março de 1945.
- The United States Quarterly Book List*, volume I, number I, march 1945.
- Anais da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas*, ano VII, vol. VII, 1944.
- Boletim do Clube Naval*, ano XXV, n.º 101, 1.º trimestre de 1945.
- Catalogue Of Scientific Periodicals, and Publications of Learned Societies*, n.º 95, de 1944-1945.
- Lista Diplomática* — Ministério das Relações Exteriores — julho de 1945.
- Dodecanesian Letters* — may 1945, New York.
- Brazilian American* — n.º 1.379, de 7 de julho de 1945.
- Revista do Clube de Engenharia*, ns. 105 e 106, vol. XII, de maio e junho de 1945.
- Reação Brasileira*, n.º 6, ano I, de 5 de julho de 1945.
- Notícias da China* — Embaixada da China — n.º 20, de 24 de maio de 1945.
- Brazilian American* — n.º 1.380, ano XXVII, 14 de julho de 1945.
- Liga Marítima Brasileira* — ns. 454 e 455, ano XXXVII, maio e abril de 1945.
- Boletim Kosmós* — n.º 63, junho de 1945. Catalogue n.º 56.
- Reação Brasileira* — n.º 7, ano I, 12 de julho de 1945.
- Boletim de Museus e Bibliotecas*, ano IV, segunda época, n.º 2, outubro de 1944.
- Revista do Serviço Público*, vol. III, n.º 1, ano VIII, julho de 1945.
- Publicaciones de la Biblioteca de Clásicos Argentinos*, enero-abril de 1945.
- Cantagalo-Novo*, n.º 20, ano VIII, 8 de julho de 1945.
- Correio de Uberlândia*, n.º 1.689, ano IX, 7 de julho de 1945.
- Fôlha de Rio Preto*, n.º 2.743, ano IX, 8 de julho de 1945.
- Correio do Vale do Paraíba*, n.º 671, ano X, 13 de julho de 1945.
- Boletim do Museu Nacional (Zoologia)*, números 31, 32, 33 e 34 de 24 e 25 de janeiro, 10 de março e 5 de abril de 1945. (Geologia), n.º 4 e 5 de 26 e 31 de março de 1945, (Botânica) ns. 2 e 5 de julho de 1944.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 104, ano III, 14 de julho de 1945.
- Digesto Econômico*, n.º 8, ano I, julho de 1945.
- América Indígena*, n.º 2, volumen V, abril de 1945.
- Carta Econômica de Teresópolis* — 1 e 6 de maio de 1945. E. do Rio.
- Arquivos do Museu Nacional* — volume XXXVIII, 1945.
- Literatura e Arte* — n.º 14, maio de 1945. S. Paulo.
- Engenharia* — n.º 35, ano III, vol. III, julho de 1945.
- Revista do Museu Nacional* — n.º 3, ano I, abril de 1945.
- Notícias da China* — Embaixada da China — n.º 24, 11 de julho de 1945.
- Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior*, n.º 4, ano VIII, abril de 1945.
- Biblos* — Órgão Oficial de la Cámara Argentina del Libro, n.º 14, año III, 2.º bimestre de 1945. Buenos Aires.
- Think* — n.º 6, vol. XI, june 1945.
- Aérosul* — n.º 8, ano II, maio-junho de 1945.
- Correio de Uberlândia*, n.º 1.697, ano IX, 18 de julho de 1945.
- Serviço Polonês de Informações* — n.º 153, 17 de julho de 1945.
- Correio do Vale do Paraíba*, n.º 678, ano X, 21 de julho de 1945.
- Fôlha de Rio Preto* — n.º 2.744, ano IX, 10 de julho de 1945.
- Borda do Campo* — n.º 618, ano XIV, 22 de julho de 1945.
- A Gazeta* — ns. 4.555, 4.556, ano XVII, 23 e 24 de maio de 1945.
- Brazilian American* — n.º 1.381, ano XXVII, 21 de julho de 1945.
- Notícias da China* — Embaixada da China — n.º 22, 23 de julho de 1945.
- Bulletin of the New York Public Library*, vol. 49, number 6, june 1945.
- Indians At Work* number 1, vol. XIII, may-june 1945.

- Boletim do Serviço Federal de Aguas e Esgotos*, n.º 11, 1945. Ministério da Educação e Saúde.
- Boletín del Archivo Histórico del Zulia*, n.º 1, enero-febrero-marzo de 1945.
- Relatório do Observatório Campos Rodrigues*, vol. XXXV, 1944.
- Em Guarda* — n.º 7, ano 4.
- O Novo Mundo*, vol. III, n.º 25, 23 de outubro de 1872.
- Em agosto de 1945.**
- Indians At Work* — number 1, vol. XIII, may-june 1945.
- The Pan American-Book Shelf*, vol. VIII, number 6, june 1945.
- Chemistry* — 1945.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* n.º 26, ano III, agosto de 1945.
- Boletim da União Pan-Americana* — n.º 7, vol. XLVII, julho de 1945.
- Revista de Portugal* — vol. VI, n.º 28, janeiro de 1945.
- Educação (Boletim do Departamento de Educação)*, vol. XXXI, ns. 42 e 43, janeiro a junho de 1944.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências*, n.º 2, tomo XVII, 30 de junho de 1945.
- Revista Brasileira de Estatística*, n.º 20 ano V, outubro-dezembro de 1944.
- Brazilian American* — n.º 1.383, ano XXVII, 4 de agosto de 1945.
- The United States Quarterly Book List*, volume 1, number 2, june 1945.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 106, 28 de julho de 1945.
- I. B. M.* n.º 3, março de 1945.
- Boletín del Archivo General del Gobierno*, n.º 4, tomo IX, diciembre 1944.
- A Defesa Nacional*, n.º 373, ano XXXII, junho de 1945.
- Think* — n.º 7, vol. XI, july 1945.
- Memoria de la Academia Nacional de Historia y Geografia* — boletín n.º 2, 2.ª época febrero de 1945; e boletín n.º 1, 2.ª época, enero de 1945.
- Ciência Política Fascículo II e III*, vol. 10, fevereiro e março de 1945.
- The Geographical Journal* — vol. CIV, ns. 5 e 6, november-december de 1944.
- Revista da Faculdade de Direito* — volume XXXIX, 1943-1944.
- Geographical Review*, number 3, vol. XXXV, july 1945.
- A Grã Bretanha de Hoje*, ns. 82, 83 e 84, setembro, outubro e novembro de 1944.
- América Indígena* — n.º 2, vol. V, abril de 1945.
- Boletim Indigenista* — n.º 1, vol. V, marzo 1945.
- Anuário Acadêmico*, 1943.
- Borda do Campo* — n.º 619, ano XIV, 29 de julho de 1945.
- Boletim Informativo*, 31 de março de 1945.
- Atlântico*, n.º 6, 1945.
- Duperial* — n.º 24, março-abril de 1945.
- Revista do Arquivo Municipal*, vol. XCVIII, ano X, setembro-outubro de 1945.
- Boletim Kosmos* — ns. 63 e 64, junho e agosto de 1945.
- Veritas* — n.º 176, ano XV, 16 de julho de 1945.
- Fôlha de Rio Preto*, n.º 2.760, ano X, 10 de agosto de 1945.
- Correio de Uberlândia*, ns. 1.707 e 1.714, ano IX, 1 e 12 de agosto de 1945.
- Correio do Vale do Paraíba* — ns. 694 e-695, ano X, 11 e 12 de agosto de 1945.
- Geographical Review* — number 3, vol. XXXV, july de 1945.
- Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* — n.º 7, 1943.
- Informaciones Argentinas* — n.º 98, mayo de 1945.
- Clube de Engenharia (Boletim Informativo)* ns. 24, 25 e 26 de ano II, abril, maio e junho de 1945.
- Revista Brasileira de Estatística* — n.º 20, ano V, outubro e dezembro de 1945.
- Informações Argentinas* — n.º 2, fevereiro de 1945.
- The Geographical Journal* — ns. 5 e 6, volume CIV, november-december de 1944.
- Revista del Archivo del Peru*, entrega II, tomo XVII, julio, diciembre de 1944.
- Brazilian American*, n.º 1.384, ano XXVII, 11 de agosto de 1945.
- Biblioteca del Jockey Clube* — n.º 60, ano XI, julio de 1945.
- Boletim Informativo*, n.º 1, abril-mayo de 1945.
- Boletín del Archivo General del Gobierno*, n.º 4, ano IV, diciembre de 1944.
- Noticias da China* — Embaixada da China — n.º 26, 1.º de agosto de 1945.
- Memoria de la Academia Nacional de Historia y Geografia*, ns. 1 e 2, de enero e febrero de 1945.
- Correio do Vale do Paraíba* — n.º 692, ano X, 9 de agosto de 1945.
- O Puritano* — n.º 1.855, ano 47, 25 de julho de 1945.
- Correio de Uberlândia*, n.º 1.710, ano X, 7 de agosto de 1945.
- Boletim Trimestral de Estatística*, n.º 3, ano XX, 3.º trimestre de 1944.
- A. E. C.* n.º 12, ano II, maio de 1945.

- Boletín del Archivo Nacional*, ns. 125 e 126, tomo XXXI, noviembre y diciembre, enero, febrero de 1944.
- Brazilian American* — n. 1.382, ano XXVII, 28 de julho de 1945.
- Revista Rotaria* — n.º 1, tomo XXV, julho de 1945.
- Anales de la Sociedad de Geografía e Historia*, tomo XX, n.º 12, marzo de 1945.
- Endeavour* — n.º 12, vol. III, octubre de 1944. Londres.
- Engenharia* — vol. III, n. 36, ano III, agosto de 1945.
- Bulletin of The New York Public Library*, vol. 49, number 7, July 1945.
- A. E. C.* boletim n.º 13, ano II, junho de 1945.
- Agronomia* — ano 4, n.º 2, vol. 4, abril e junho de 1945.
- Boletim do Ministério da Agricultura* — n.º 12, ano 32, dezembro de 1943; ns. 3 e 4, ano 33, abril e março de 1944.
- Revista do Clube de Engenharia* — n.º 107, segunda fase, vol. XIII, julho de 1944 e 1945.
- Riquezas de Nossa Terra* — n.º 19, janeiro fevereiro de 1945.
- Revista do Serviço Público* — ano VIII, volume III, agosto de 1945.
- Almanaque para 1941*, LXXVII.
- Revista Nacional de Cultura* — n.º 49, ano VII, marzo-abril de 1945.
- Anais* (Arquivo da Marinha), n.º 7, ano IV, junho de 1945; n.º 5, ano III, junho de 1944.
- Boletim Indigenista* — n. 2, vol. V, junio de 1945.
- O Brasil Esperantista* — ns. 85 e 90, janeiro e junho de 1945. (370-376).
- Tábuas das Marés* — ano 1944. (Ministério da Educação e Saúde).
- Anuário* — ano 1942-1943.
- Boletim mensal dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Armada*, março de 1944.
- Almanaque da Revista do Globo*, ano XXIV, 1940.
- Revista Genealógica Brasileira*, ano VI, ns. 11 e 12, 1.º e 2.º semestre de 1945.
- Programa de Ensino* — 1935.
- Notícias da China* — Embaixada da China — n.º 29, 18 de agosto de 1945.
- Regulations Governing The Admission of Candidates into the United States Naval Academy as Midshipmen and Sample Examination Papers*—United States Government Printing Office — may 1935.
- Boletim Mensal dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Armada* — outubro e novembro de 1944.
- Salubridad y Asistencia*, n.º 7, tomo II, enero y febrero de 1945.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia*, n.º 109, tomo XXVIII, enero e marzo de 1945.
- Biblioteca* — Catálogo 1940.
- Revista da Faculdade de Letras* n.º 1 e 2, tomo X, 2.ª série.
- Ocidente* — n.º 80, vol. XXIV, dezembro de 1944; n.º 81, vol. XXV, janeiro de 1945; n.º 82, vol. XXV, fevereiro de 1945; n.º 83, vol. XXV, março de 1945; e 84, vol. XXV, abril de 1945.
- Em setembro de 1945.**
- Anais do Ministério da Educação e Saúde*, novembro de 1945.
- Universidad Católica Bolivariana* n.º 38, volume XI, octubre-noviembre de 1944.
- Boletín de Historia y Antigüedades*, ns. 361 e 362, XXXI, noviembre-diciembre de 1944.
- Reação Brasileira* — n.º 14, ano I, 30 de agosto de 1945.
- Boletim Informativo* — do Ministerio das Relações Exteriores do Equador, junho de 1945.
- Fôlha de Rio Prêto*, n.º 2.775, ano X, 29 de agosto de 1945.
- Avisos aos Navegantes* — n.º 20, avisos 52 e 53, 31 de outubro de 1944.
- Revista de la Habana*, n.º 33, ano III, tomo VI, mayo de 1945.
- Islas* — ano II, n.º XXIII, 1.º de junio de 1945.
- Brazilian American* — n.º 1.386, ano XXVII, 25 de agosto de 1945.
- Moçambique* — n.º 41, março de 1945.
- Em Guarda* — ano 4, n.º 8.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 108, ano III, 18 de agosto de 1945.
- Universidad de Antioquia* n.º 69, febrero de 1945.
- Anuário do Colégio Pedro II*, vol. X, vol. XI, 1937-1938 — 1939-1941.
- Notícias do México* — ns. 73 e 74, ano V, febrero e marzo de 1945.
- Revista del Banco de la República*, n.º 209, vol. XVIII, marzo de 1945.
- Fôlha Capixaba* — n.º 100, ano I, 30 de agosto de 1945.
- O puritano* — n.º 1.875, ano 47, 25 de agosto de 1945.
- Correio de Uberlândia* — n.º 1.724, ano IX, 28 de agosto de 1945.
- Brazilian American* — n.º 1.387, ano XXVII, 1 de setembro de 1945.
- Educacion* — n.º 36, ano 6, abril y mayo de 1945.

- Boletim Indigenista* — n.º 2, vol. V, junho de 1945.
- Revista del Museo del Atlántico* — ns. 6 e 7 de outubro de 1944, e uma separata extraordinária.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n.º 98, ano XXV, II trimestre de 1945.
- Boletim Trimestral de Estatística*, n.º 4, ano XX, dezembro de 1944.
- Revista del Instituto Etnológico Nacional* — entrega 2.º, vol. I, 1944.
- Boletim da União Pan-Americana* — n.º 8, volume XXVII, agosto de 1945.
- Brazilian American* — n.º 1.385, ano XXVII, 18 de agosto de 1945.
- Revista Rotaria* — n.º 2, tomo XXV, agosto de 1945.
- Quarterly Journal* — vol. 2, number 3 e 4, june 1945.
- Boletim Informativo* (Clube de Engenharia), n.º 27, ano II, julho de 1945.
- II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria* (Clube de Engenharia) 1945.
- Lista Diplomática* — agosto de 1945.
- Notícia da China* — Embaixada da China — n.º 30, 28 de agosto de 1945.
- Catálogo da Grande Biblioteca de Livros em Italiano* — Zélio Valverde.
- Epasa* — Catálogo geral — 1945.
- Science Digest* — vol. 17, january to june 1945.
- Reação Brasileira* — n.º 15, ano I, 6 de setembro de 1945.
- Fôlha de Rio Preto* — ns. 2.761 e 2.776, ano X, 11 e 30 de agosto de 1945.
- Think* — n.º 8, vol. XI, august de 1945.
- Boletim Bibliográfico* — n.º 11, ano II, 1945.
- A Gazeta* — ns. 4.555 e 4.556, ano XVII, de 23 e 24 de maio de 1945.
- Nação Brasileira* — n.º 264, ano XXIII, agosto de 1945.
- Boletim Kosmos* — n.º 64, agosto de 1945.
- Quarterly Journal* — vol. 2, number 3 and 4, june 1945.
- A Lâmpada* — n.º 47, ano XVI, junho de 1945.
- The Rockefeller Foundation*, 1944.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 107, ano III, 11 de agosto de 1945.
- A Defesa Nacional* — n.º 374, ano XXXII, julho de 1945.
- The Mc Graw Hill*, vol. 1, number 1, spring 1945; vol. 1, number 2, summer 1945.
- Boletim Bibliográfico* — vol. V, ano 1, outubro, novembro e dezembro de 1944.
- Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, número 22, ano VI, dezembro de 1944.
- Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, ano VII, tomo XIV, 1925.
- The Inter American*, n.º 8, vol. IV, august 1945.
- Boletim da União Pan-Americana* — n.º 8, volume XLVII, agosto de 1945.
- Notícias do México* — n.º 108, ano V, 30 de abril de 1945.
- Reação Brasileira* — n.º 16, ano I, 13 de setembro de 1945.
- Fôlha de Rio Preto* — n.º 2.768, ano X, 21 de agosto de 1945; n.º 2.780, ano X, 4 de setembro de 1945.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 105, ano III, 21 de julho de 1945.
- Digesto Econômico* — n.º 10, ano I, setembro de 1945.
- Boletim Informativo*, n.º 3, ano I, junho de 1945. Universidad de Chile.
- Revista do Centro Matogrossense de Letras* — n.º XIV, ano VII, julho a dezembro de 1928.
- Revista Geográfica Americana*, n.º 141, ano XII, vol. XXIII, junho de 1945.
- Cypactly* — n.º 182, año XII, marzo de 1945.
- Boletim de la Sociedad Mejicana de Geografía y Estadística*, n.º 2, tomo XL, marzo, abril de 1945.
- Boletim Semanal da Associação Comercial de S. Paulo*, n.º 109, ano III, 25 de agosto de 1945.
- Memórias do Instituto Osvaldo Cruz*, tomo 42, fascículo 1, 1945.
- Anais da Biblioteca Nacional* — vol. LXV, 1943.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia*, tomo XXVIII, n.º 109, enero-marzo de 1945.
- Noticias do México*, n.º 105, ano V, 31 de janeiro de 1945.
- Boletim del Archivo General del Gobierno*, n.º 4, tomo IX, diciembre de 1944.
- Informaciones Argentinas* — n.º 99, junio de 1945.
- Engenharia* — n.º 37, ano IV, setembro de 1945.
- Revista do Clube de Engenharia* — n.º 108, vol. XIII, agosto de 1945.
- A Catalogue of Important Books*, n.º 631, 1945.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos*, n.º 27, ano III, setembro de 1945.
- Boletim Kosmos* — n.º 64, agosto de 1945.
- Correio de Uberlândia* — n.º 1.730, ano IX, 5 de setembro de 1945.
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio* — ns. 129 e 130, ano XI, maio e junho de 1945.

- Em Guarda* — ano 4, ns. 6 e 7.
Seiva n.º 19, ano V, março-abril de 1945.
Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, vol. IV.
Dharana — n.º 124, ano XX, abril e junho de 1945.
Centro Carioca (Boletim Informativo), números 19, 20 e 21, ano III, março, abril e maio de 1945.
Boletín de la Sociedad Geográfica "Sucre", ns. 305 e 307, tomo XL, mayo de 1945, Bolívia.
Revista Nacional, n.º 85, año VIII, enero de 1945.
Boletim Linotípico, n.º 63, 1945.
Seleções do Readers Digest, tomos: V, VI, VII, janeiro, junho, julho, dezembro, janeiro, junho, 1944, 1945.
Revista Nacional de Cultura — n.º 50, año VII, mayo, junio de 1945.
Aerosul — n.º 9, ano 2.º, julho, agosto de 1945.
Voyages and Travels, vol. 2, part IX, catalogue n.º 746.
Lecturas — n.º 1, 2.ª época, julio de 1945.
Fôlha de Rio Preto — ns. 2.788 e 2.790, ano X, 14 e 16 de setembro de 1945.
Correio do Vale do Paraíba, ns. 719 e 722, ano X, 11 e 14 de setembro de 1945.
Correio de Uberlândia, ns. 1.736 e 1.737, ano IX, 15 e 16 de setembro de 1945.
O I. G. G. n.º 2, vol. II, abril e junho de 1944. S. Paulo.
Revista das Academias de Letras — n.º 56, ano IX, março-abril de 1945.
Instituto Histórico da Ilha Terceira — (Boletim) n.º 2, vol. II, 1944.
International Conciliation — n.º 412, june 1945.
Diblos — año III, número 15, tercer bimestre de 1945.
Catálogo — Consejo Superior de Investigaciones Científicas (1940-1945) mayo.
Brazilian American — n.º 1390, ano XXVII, 22 de setembro de 1945.
Revista Duperial do Brasil, n.º 25, maio-junho de 1945.
Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas, tomo XXVII, año XXII, primeira e segunda parte, 1945.
Notícias do México — n.º 109, ano V, maio 31 de 1945.
Em Guarda — ano 4, n.º 9.

QUADRO SOCIAL

A assembléa geral de 28 de setembro, aprovando o parecer da comissão de sócios — promoveu a sócio benemérito o competente polígrafo Sr. Nelson Coelho de Sena, o mais antigo sócio efetivo do Instituto, para onde entrara em 23 de agosto de 1901.

Para a respectiva vaga, nesta última classe, foi na mesma data admitido o Sr. Américo Jacobina Lacombe, professor de história e diretor da “Casa de Rui Barbosa”.

Ainda na mesma assembléa foram admitidos na classe de sócios honorários: o senhor Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, membro do Supremo Tribunal Militar; e, na classe de sócios correspondentes, o historiador gaúcho Sr. Valter Spalding.

Tôdas essas valiosas aquisições, recomendadas e fundamentadas pelos pareceres das respectivas comissões, irão honrar os quadros sociais do Instituto.

NOVAS PROPOSTAS

No correr do 3.º trimestre, o secretário recebeu, devidamente autenticadas pelo número regularmente de proponentes, novas propostas para sócios do Instituto: em 18-8-45 a do Sr. major De Paranhos Antunes; e em 22-X a do Sr. Afonso Costa — ambos para sócios efetivos. Por não existirem atualmente vagas nesses quadros, as referidas propostas ficarão aguardando na secretaria — a fim de serem oportunamente encaminhadas às respectivas comissões de história e de admissão de sócios.

CONFERÊNCIAS

Prosseguindo no seu programa cultural foram realizadas, no 3.º trimestre, na sede do Instituto Histórico, as seguintes conferências: em 23 de julho a do sócio efetivo Sr. Alcindo Sodrê sobre “D. Pedro II e a Pacificação do Rio Grande do Sul”; em 27 de agosto — a do sócio efetivo comandante Lucas Boiteux sobre “A Marinha Brasileira: sua formação e primeiras atividades” e, em 28 de setembro, a do sócio honorário, comandante Álvaro Alberto da Mota e Silva, sobre “Notícia histórica da bomba atômica”.

As duas primeiras conferências vão publicadas no presente número desta Revista; a última o será logo que o seu autor nos envie os respectivos originais.

TERTÚLIAS

O Instituto Histórico continuou, na sala Varnhagen, o ciclo de “palestras históricas” promovidas entre pessoas autorizadas, para os seus membros e para um círculo menor de especialistas.

No 3.º trimestre falaram ali, respectivamente, o Sr. Embaixador Sebastião Sampaio, em 9 de julho, sobre: “José Bonifácio e a Imperatriz D. Amélia”; o Sr. Coronel João Batista de Magalhães, a 7 de agosto, sobre: “O General Osório e a política”; e o sócio efetivo Sr. Feijó Bittencourt, a 10 de setembro, sobre: “O Visconde de S. Leopoldo e o direito constitucional brasileiro” (à luz de dois documentos inéditos).

A palestra do Coronel Batista Magalhães vai publicada no presente número desta Revista; para as demais aguarda-se apenas a remessa dos originais por parte dos seus autores.

SÓCIOS FALECIDOS

No 3.º trimestre teve ainda o Instituto Histórico de acrescentar, na lista dos seus associados que a morte neste ano já retirara do quadro social, mais os Srs. Afonso Aurélio Pôrto, sócio efetivo, e General de divisão Augusto Tasso Fragoso, sócio honorário, ocasionando-lhe perdas sensíveis, pelo invulgar merecimento dos dois ilustres historiadores patrióticos.

I — **Aurélio Pôrto** — O primeiro falecido — a 10 de setembro último no Rio, era dos mais recentes membros do Instituto, para onde entrara, na classe dos sócios efetivos, por proposta do Sr. Afonso de Taunay e mais 15 consócios datada de 17 de setembro de 1943. Aguardava entretanto abertura de vaga, na respectiva classe, que só ocorreu no 2.º semestre do ano seguinte.

Teve então parecer favorável da comissão de história, datado de 5-9-1944, do qual foi relator o saudoso General Sousa Doca e foi ainda subscrito pelos Srs. Feijó Bittencourt e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Do mesmo dia é ainda o parecer favorável da comissão de admissão de sócios — sendo relator o Sr. Alfredo Nascimento e demais signatários os Srs. Tavares de Lira e Cláudio Ganns. Ambos foram lidos e aprovados na assembléa geral de 21 de outubro

seguinte — sendo o candidato, nesta última data, proclamado sócio do Instituto.

Aurélio Pôrto era natural de Cachoeira — no Rio Grande do Sul, onde nasceu a 25 de janeiro de 1879.

Desde cedo dedicou-se aos estudos da história e ao cultivo das letras regionais gaúchas. Sabia na ponta da língua os fatos ligados à vida política, social e militar das instituições sul-rio-grandenses. Depois de longos anos, passados em pesquisas pacientes, publicou a notável "História das Missões Orientais do Uruguai" (1.º vol., Ed. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio — 1943) no qual revela amplo cabedal de conhecimentos; e deixa ainda inéditos mais dois volumes.

Anotou, ainda, profusamente, toda a publicação do "Processo dos Farrapos" — com que o Arquivo Nacional comemorou o centenário daquela efeméride gaúcha: em 3 volumes tomo XXIV — 1933 — tomo XXX — 1934 e tomo XXXI — 1935. Era ainda desde 1936 o prorecto diretor dos "Anais" do Itamarati onde editou a correspondência diplomática dos Farrapos acompanhada de anotações próprias (tomo I, 1936).

Em 1943 Aurélio Pôrto esteve em missão cultural no Uruguai — em cujo Instituto Histórico proferiu cuidada conferência sobre a missão do General Curado (1808) e mais outra na Universidade — sobre "as artes nas missões jesuítas" — ambas muito aplaudidas pela elite dos pesquisadores que acorreram a ouvi-lo.

Como representante deste Instituto destacou-se, ainda no começo deste ano, pela contribuição ao 4.º Congresso de História Sul-Rio-Grandense, reunido em Pôrto Alegre, com o seu discurso oficial sobre "A Paz de Poncho Verde" (vide o último vol. 187, desta Revista) e ainda, mais recentemente, pelo sentido elogio fúnebre do seu fraternal companheiro de estudos, amigo e co-provinciano, o General Sousa Doca que publicamos no presente número.

A colaboração de Aurélio Pôrto no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul foi extensa e intensa — como se infere do seguinte índice de trabalhos seus editados na respectiva Revista:

1 — *Cachoeira* — (vol. VI — 1926 — página 99);

2 — *Um capítulo de história territorial do Rio G. do Sul* — (vol. IX — 1929 — pag. 49);

3 — *O coeficiente lagunista na formação social do gaúcho* (vol. XI — 1931 — página 169);

4 — *A conquista das missões e os cachoeirenses* (vol. I, 1921 — pag. 8);

5 — *O coronel Dr. João Daniel Hildebrand* (discurso vol. IV — 1924 — página 113);

6 — *Farrouphilha* — (vol. XV — 1935 — pag. 191);

7 — *Os Flores da Cunha* (notas genealógicas) — (vol. X — 1930 — pag. 597);

8 — *Função sócio-geográfica do gado brasileiro* (vol. XX — 1940 — pag. 213);

9 — *Influência do caudilhismo uruguaio no Rio G. do Sul* (vol. IX — 1929 — página 371);

10 — *José Belém* (vol. XV — 1935 — pag. 211);

11 — *General João de Deus Martins* (vol. V — 1925 — pag. 7);

12 — *O minuano na toponímia rio-grandense* (vol. XVIII — 1938 — pag. 103);

13 — *Processo dos Farrapos* (reabilitação de Bento Gonçalves (vol. XIV — 1934 — página 309);

14 — *A Proclamação da República de Piratini* (conferência — vol. XVI — 1936 — pag. 301);

15 — *Professor Artur Candal* — (volume IV — 1924 — pag. 11);

16 — *A Real feitoria do Linho Cânhamo* (vol. II — 1922 — pag. 118);

17 — *Roque Calage* (vol. XI — 1931 — pag. 269);

18 — *São Sepé* (memória comemorativa da fundação da Capela das Mercês — volume X — 1930 — pag. 141).

19 — *Simões Pires* (notas genealógicas — vol. X — 1930 — pag. 471).

20 — *Vila da aclamação* (vol. XVIII — 1938 — pag. 135);

21 — *O 20 de Setembro* (vol. XII — 1932 — pag. 51) ainda na revista "Estudos brasileiros" desta capital — quando do 4.º centenário da fundação da ordem dos jesuítas, no número especial publicado (vol. 13-14 — 1940). Aurélio Pôrto contribuiu com erudita monografia, refeita de apontamentos inéditos sobre: "Martírio do venerável padre Cristovam de Mendoza S. J.".

II — Tasso Fragoso — General de divisão reformado. Nascido em 28 de agosto de 1869, no Maranhão e falecido no Rio, a 20 de setembro último. A sua entrada no Instituto, feita mediante proposta, de 26 de janeiro de 1939, assinada por 21 consócios à frente dos quais se achavam os Srs. Max Fleuiss e Alfredo Lage. A comissão de admissão de sócios, sendo relator Alfredo Nascimento e de-

mais signatários os Srs. A. Tavares de Lira e Braz do Amaral, em 13 de abril seguinte, deu parecer favorável a essa iniciativa. A assembléa geral do dia seguinte confirmou a merecida indicação, aceitando-o na aludida categoria.

A brilhante carreira militar do ilustre soldado foi tão assinalada como a de historiador dos fastos da sua classe. Escreveu com veracidade, pesquisa e entusiasmo sobre a "História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai" (5 amplos vols. — Ed. da Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934). Publicou ainda excelente volume sobre: "A Revolução Farrroupilha" (1835-1845) — igualmente ed. da Biblioteca Militar. — Rio 1939. Antes havia escrito com exação crítica, uma monografia sobre: "A Batalha do Passo do Rosário" (História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata) Rio de Janeiro — 1922, a qual, contraditada por Max Fleiuss, mereceu-lhe uma resposta fundamentada que corre impressa e é um módelo de polémica histórica: "Os sofismas e as contradições do Dr. Max Fleiuss" — (Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1924). Os seus profundos conhecimentos técnicos, senhor da arte militar, em muito lhe fortaleceram as conclusões de historiador — quando abordava os temas militares ligados à nossa vida de antanho.

A "Revista" do Instituto publicou ainda o seu notável trabalho: "A Paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança" in vol. — 174 — de 1939 — dividido em 4 partes e 18 capítulos — de 334 págs. que é o fecho e o complemento do seu trabalho anterior sobre a referida guerra.

Ainda vimo-lo no recinto do Instituto saudar ao ex-Presidente argentino General Augustin Justo, na sua memorável visita de 1942 ao Rio: a curta, mas eloquente oração está publicada na "Revista" (vol. 177 — páginas 625-625).

Mais recentemente o General Tasso Fragoso editou outro folheto: "Revolvendo o passado" (Rio — 1940 ed. do Jornal do Comércio) em que narra com singeleza os acontecimentos da implantação e consolidação da República — para a qual o jovem oficial contribuiu, denodadamente, com sacrifícios até de sangue.

Deixa inédito curioso estudo sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro e ainda as suas "memórias", em que aborda, com veracidade escrupulosa a sua participação nos acontecimentos de 1930 e outras questões cor-relatas.

Tasso Fragoso publicou ainda livros de técnicos de arte militar como "Método Schreiber" (ed. da Bibl. Militar), e, na especialização da sua carreira, traduziu em 1900, de L. Rousset: "Os Mestres da Guerra" (ed. da Biblioteca Militar — Rio, 1938 — Já em 2.^a ed.).

Da correção das suas atitudes, como escritor e militar, é exemplo frisante e memorável o tom das respostas que se viu forçado a dar-lhe pela imprensa, quando foi injustamente agredido por outro seu colega de farda.

Tasso Fragoso foi excelente oficial de Cavalaria e de Estado Maior. Era engenheiro militar. Estêve em estudos especializados na Alemanha e, como brilhante adido militar, na Argentina. Chefiou a Casa Militar do Presidente Venceslau Braz. Foi Chefe do Estado Maior do Exército.

Dois fatos, porém, ilustram a moral da sua existência retilínia: — ainda tenente, eleito para a Constituinte Republicana de 1891 — renunciou ao mandato e foi servir às instituições nos postos perigosos de combate. Chefe da Junta Governativa de 1930, que derrubara o poder civil — tratou de passar imediatamente o governo ao Chefe da Revolução vitoriosa. Em manifestação que logo a seguir recebeu dos seus companheiros de armas, na Fortaleza de Laje — declarou que assim procedera para não despertar no povo a idéia prejudicial, decorrente de alguns atos acertados e felizes, de ser possível, ou útil ao país a permanência de um governo militar. Esse belo exemplo de 1930 frutificou na esplendida réplica de 1945.

JUBILEU SOCIAL

Tendo transcorrido em 25 de agosto o 50.^o aniversário da sua entrada no Instituto Histórico — do eminente paulista Sr. Cincinato Braga — o Sr. Presidente fêz-se acompanhar de uma comissão de sócios composta dos Srs. Virgílio Correia, Carlos Delgado de Carvalho e Feijó Bittencourt que foi levar àquele ilustre consócio honorário os cumprimentos da diretoria e a expressão de apreço e admiração dos demais companheiros.

Registrando essa singular efeméride — que no Instituto só se viu recentemente repetida apenas com o Sr. Alfredo Nascimento — o brilhante jornalista, Sr. J. E. de Macedo Soares, com a "verve" peculiar, publicou na sua coluna habitual do "Dário Carioca" de 24-8-45, interessante omentário político.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

3.º Trim. de 1945

Biblioteca

	<i>Julho</i>	<i>Agosto</i>	<i>Setembro</i>	<i>Total</i>
Obras oferecidas.	30	53	26	109
Revistas Nacionais e estrangeiras.	85	89	106	280
Catálogos estrangeiros e nacionais.	5	—	3	8
Mapas consultados	55	59	38	152

ARQUIVO

Documentos consultados	921	1.201	621	2.743
<i>Museu</i> — visitas.	45	33	56	134

Sala de Leitura

Consultas livros e jornais.	1.608	1.809	1.349	4.766
-------------------------------------	-------	-------	-------	-------

Secretaria

Ofícios e cartas recebidos.	325	347	201	873
Ofícios e cartas expedidos.	427	357	326	1.110

EXPEDIENTE

Os originais de trabalhos, destinados à publicação na *Revista*, devem vir dactilografados, e toda a correspondência, relativa à colaboração, bem como a referente ao serviço

de assinaturas, permutas, etc. deve ser dirigida à sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o seguinte endereço: "Secretaria do Instituto Histórico: "*Revista* — Rua Augusto Severo, n.º 4 — 1.º andar — Lapa — Rio de Janeiro".

ÍNDICE DO VOL. 188

		Págs.
I	TRABALHOS ORIGINAIS	
	1 — <i>Rio-Branco e o Território de Palmas</i> — por Hélio Lobo.....	3
	2 — <i>Rio-Branco e "L'Illustration"</i> — por Roberto Assumpção.....	10
	3 — <i>Uma viagem de pesquisas históricas</i> — por José Honório Rodrigues.	14
II	CONFERÊNCIAS	
	4 — <i>A marinha brasileira</i> — por Lucas Boiteux	30
	5 — <i>D. Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul</i> — por Alcindo Sodré.	41
III	PALESTRAS	
	6 — <i>Aspectos da 1.^a viagem dos Imperadores do Brasil à Europa e Egito</i> — por Francisco Marques dos Santos	55
	7 — <i>Osório e a Política</i> — por J. B. Magalhães	92
IV	TRANSCRIÇÕES	
	8 — <i>Rio-Branco e o Território de Palmas</i> — por Hélio Lobo.....	108
	9 — <i>Rio-Branco e seu espírito de tradição</i> — por Levi Carneiro.....	113
	10 — <i>A imprensa na vida e na obra de Rio Branco</i> — por Elmano Cardim.	123
V	DISCURSOS	
	11 — <i>Sobre o Almirante Boiteux</i> — por Carlos Carneiro.....	138
	12 — <i>Sobre José Matoso Maia Forte</i> — por Leão Teixeira Filho.....	142
	13 — <i>Sobre Sousa Doca</i> — por Aurélio Pôrto	146
	14 — <i>Sobre Sousa Doca</i> — por L. de Oliveira Belo.....	158
VI	CRÍTICA DE LIVROS	
	15 — <i>Notas</i> — de Feijó Bittencourt	166
	16 — <i>Notas</i> — de Hélio Viana	171
VII	BIBLIOGRAFIA	
	17 — <i>Os sócios do Instituto</i> — por Maria C. Max Fleiuss.....	175
VIII	PUBLICAÇÕES	
	Livros recebidos	178
	Outras publicações	181
IX	NOTICIÁRIO	187

1946
IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL